



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

MATOPIBA: A INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA (ITE) E A REGIONALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA

Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini Vicente Pereira

O DISCURSO REGIONAL DO MATOPIBA NO PODER LEGISLATIVO FEDERAL: PRÁTICAS E POLÍTICAS

Juscelino Eudâmidas Bezerra e Cíntia Lima Gonzaga

O MATOPIBA: A MODERNIDADE E A COLONIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA BRASILEIRO

Simony Lopes da Silva Reis e Noeli Pertile

“PIONEIROS” DO MATOPIBA: A CORRIDA POR TERRAS E A CORRIDA POR TESES SOBRE A FRONTEIRA AGRÍCOLA

Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo

CAPITAL FINANCEIRO, LAND GRABBING E A MULTIESCALARIDADE NA GRILAGEM DE TERRA NA REGIÃO DO MATOPIBA

Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida

MATOPIBA: CONTROLE DO TERRITÓRIO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA

Lorena Izá Pereira e Lucas Pauli

ACUMULAÇÃO PELA RENDA DA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira

AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS DO PIAUÍ: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES NA RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTALISMO DOS POBRES E O CONTROLE DE TERRAS PELO CAPITAL FINANCEIRO

Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Coguetto

TOCANTINS NO CONTEXTO DO MATOPIBA: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Carlos Alberto Feliciano e Carlos Eduardo Ribeiro Rocha

O MATOPIBA NAS CHAPADAS MARANHENSES: IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

Juscinaldo Goes Almeida, Ronaldo Barros Sodré e José Sampaio de Mattos Júnior

MATOPIBA: DO DOMÍNIO DA TERRA E ABUSO DA ÁGUA AOS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Marcos Leandro Mondardo e José Roberto Nunes de Azevedo

POLÍTICAS AMBIENTAIS SELETIVAS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO: IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES LOCAIS NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO OESTE DA BAHIA

Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e Carlos José Sousa Passos

HÁ MAIS POBREZA E DESIGUALDADE DO QUE BEM ESTAR E RIQUEZA NOS MUNICÍPIOS DO MATOPIBA

Arlison Favareto, Louise Nakagawa, Suzana Kleebe, Paulo Seifer e Marcos Pó

PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE E MATOPIBA NO BRASIL: A BASE PARA A COMPREENSÃO DA GEOPOLÍTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA MUNDIAL

Lucas Atanásio Catsossa

DONA FRANCISCA: ENTRE CABAÇAS, CAMINHOS DE LUTA E SEMENTES DE RESISTÊNCIA

Francisca Pereira Vieira, Mariana Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima



Revista NERA nº. 47

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2019**

Revista NERA (RNERA) nº. 47

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

EQUIPE DE EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Bruno Rezende Spadotto – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Débora Assumpção Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UNIFAL (Alfenas, MG, Brasil)
Eva Hershaw – International Land Coalition (Roma, Itália)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL (Alfenas, MG, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Guilherme Marini – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Lorena Izá Pereira – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Matias Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Michele Lindner – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Cavalcanti do Nascimento – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)
 Yuri Martenauer Saweljew – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

| | |
|---------------------------|------------------------------|
| 1998 – v. 1, nº. 1, nº. 2 | 2014 – v. 17, nº. 24 |
| 1999 – interrompida | 2014 – v. 17, nº. 25 |
| 2000 – v. 3, nº. 3 | 2015 – v. 18, nº. 26, Dossiê |
| 2001 – interrompida | 2015 – v. 18, nº. 27 |
| 2002 – interrompida | 2015 – v. 18, nº. 28, Dossiê |
| 2003 – interrompida | 2015 – v. 18, nº. 29 |
| 2004 – v. 7, nº. 4 | 2016 – v. 19, nº. 30 |
| 2004 – v. 7, nº. 5 | 2016 – v. 19, nº. 31 |
| 2005 – v. 8, nº. 6 | 2016 – v. 19, nº. 32, Dossiê |
| 2005 – v. 8, nº. 7 | 2016 – v. 19, nº. 33 |
| 2006 – v. 9, nº. 8 | 2017 – v. 20, nº. 34, Dossiê |
| 2006 – v. 9, nº. 9 | 2017 – v. 20, nº. 35 |
| 2007 – v. 10, nº. 10 | 2017 – v. 20, nº. 36, Dossiê |
| 2007 – v. 10, nº. 11 | 2017 – v. 20, nº. 37 |
| 2008 – v. 11, nº. 12 | 2017 – v. 20, nº. 38, Dossiê |
| 2008 – v. 11, nº. 13 | 2017 – v. 20, nº. 39, Dossiê |
| 2009 – v. 12, nº. 14 | 2017 – v. 20, nº. 40 |
| 2009 – v. 12, nº. 15 | 2018 – v. 21, nº. 41 |
| 2010 – v. 13, nº. 16 | 2018 – v. 21, nº. 42, Dossiê |
| 2010 – v. 13, nº. 17 | 2018 – v. 21, nº. 43 |
| 2011 – v. 14, nº. 18 | 2018 – v. 21, nº. 44 |
| 2011 – v. 14, nº. 19 | 2018 – v. 21, nº. 45, Dossiê |
| 2012 – v. 15, nº. 20 | 2019 – v. 22, nº. 46 |
| 2012 – v. 15, Dossiê | 2019 – v. 22, nº. 47, Dossiê |
| 2012 – v. 15, nº. 21 | |
| 2013 – v. 16, nº. 22 | |
| 2013 – v. 16, nº. 23 | |

Quadrimestral
 ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

| | |
|----|--|
| | MATOPIBA: DOS AJUSTES ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO AO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA DO CAMPESINATO |
| 9 | MATOPIBA: FROM THE SPATIAL FIX OF AGRIBUSINESS TO THE TERRITORY OF HOPE OF THE PEASANTRY MATOPIBA: DE LOS AJUSTES ESPACIALES DEL AGRONEGOCIO AL TERRITORIO ESPERANZA DEL CAMPESINATO Lorena Izá Pereira |
| | MATOPIBA: A INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA (ITE) E A REGIONALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA |
| 22 | MATOPIBA: STRATEGIC TERRITORIAL INTELLIGENCE AND REGIONALIZATION AS A TOOL MATOPIBA: LA INTELIGENCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA Y LA REGIONALIZACIÓN COMO HERRAMIENTA Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini Vicente Pereira |
| | O DISCURSO REGIONAL DO MATOPIBA NO PODER LEGISLATIVO FEDERAL: PRÁTICAS E POLÍTICAS |
| 46 | MATOPIBA REGIONAL SPEECH IN THE FEDERAL LEGISLATIVE POWER: PRACTICES AND POLICIES EL DISCURSO REGIONAL DEL MATOPIBA EN EL PODER LEGISLATIVO FEDERAL: PRÁCTICAS Y POLÍTICAS Juscelino Eudâmidas Bezerra e Cíntia Lima Gonzaga |
| | O MATOPIBA: A MODERNIDADE E A COLONIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA BRASILEIRO |
| 64 | MATOPIBA: THE MODERNITY AND COLONIALITY OF BRAZILIAN AGRICULTURAL DEVELOPMENT MATOPIBA: LA MODERNIDAD Y LA COLONIALIDAD DEL DESARROLLO AGRÍCOLA BRASILEÑO Simony Lopes da Silva Reis e Noeli Pertile |
| | “PIONEIROS” DO MATOPIBA: A CORRIDA POR TERRAS E A CORRIDA POR TESES SOBRE A FRONTEIRA AGRÍCOLA |
| 87 | THE “PIONEERS” OF MATOPIBA, BRAZIL: THE RACE FOR LANDS AND THESIS OVER THE AGRICULTURAL FRONTIER LOS “PIONEROS” DEL MATOPIBA, BRASIL: LA CORRIDA POR TIERRAS Y LA CORRIDA POR TESIS ACERCA DE LA FRONTERA AGRÍCOLA Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo |

CAPITAL FINANCEIRO, *LAND GRABBING* E A MULTIESCALARIDADE NA GRILAGEM DE TERRA NA REGIÃO DO MATOPIBA

123

FINANCIAL CAPITAL, LAND GRABBING AND MULTISCALARITY IN THE SQUATTING LAND IN MATOPIBA REGION

CAPITAL FINANCIERO, *LAND GRABBING* Y MULTIESCALARIDAD EN EL GRIL DE TIERRA EN LA REGIÓN DE MATOPIBA

Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida

MATOPIBA: CONTROLE DO TERRITÓRIO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA

148

MATOPIBA: CONTROL OF THE TERRITORY AND EXPANSION OF THE FRONTIER OF LAND FOREIGNIZATION

MATOPIBA: CONTROL DEL TERRITORIO Y EXPANSIÓN DE LA FRONTERA DE LA EXTRANJERIZACIÓN DE LA TIERRA

Lorena Izá Pereira e Lucas Pauli

ACUMULAÇÃO PELA RENDA DA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA

173

ACCUMULATION BY LAND RENT AND TERRITORIAL DISPUTES IN BRAZILIAN AGRICULTURAL FRONTIER

ACUMULACIÓN POR LA RENTA TIERRA Y DISPUTAS TERRITORIALES EN LA FRONTERA AGRÍCOLA BRASILEÑA

Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira

AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS DO PIAUÍ: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES NA RELAÇÃO ENTRE O AMBIENTALISMO DOS POBRES E O CONTROLE DE TERRAS PELO CAPITAL FINANCEIRO

202

THE RUSH OF AGRIBUSINESS IN THE *CERRADO* OF PIAUÍ: HORIZONTALITIES AND VERTICALITIES IN THE RELATION BETWEEN THE ENVIRONMENTALISM OF THE POOR AND THE GLOBAL LAND GRABBING

EL AVANCE DEL AGRONEGOCIO EN EL *CERRADO* DE PIAUÍ: HORIZONTALIDADES Y VERTICALIDADES EN LA RELACIÓN ENTRE EL AMBIENTALISMO DE LOS POBRES Y EL ACAPARAMIENTO DE TIERRAS POR EL CAPITAL FINANCIERO

Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Coguetto

TOCANTINS NO CONTEXTO DO MATOPIBA: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

230

TOCANTINS IN THE CONTEXT OF THE MATOPIBA PROGRAM: TERRITORIALIZATION OF AGRIBUSINESS AND INTENSIFICATION OF TERRITORIAL CONFLICTS

TOCANTINS EN EL CONTEXTO DEL MATOPIBA: TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGÓCIO E INTENSIFICACIÓN DE LOS CONFLICTOS TERRITORIALES

Carlos Alberto Feliciano e Carlos Eduardo Ribeiro Rocha

O MATOPIBA NAS CHAPADAS MARANHENSES: IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

THE MATOPIBA IN THE MARANHÃO PLATEAU: IMPACTS OF THE EXPANSION OF AGROBUSINESS IN THE CHAPADINHA MICROREGION

248

EL MATOPIBA EN LAS CHAPADAS MARANHENSES: IMPACTOS DE LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO EN LA MICRORREGIÓN DE CHAPADINHA

Juscinaldo Goes Almeida, Ronaldo Barros Sodré e José Sampaio de Mattos Júnior

RESISTÊNCIAS CAMPONESAS MARANHENSES ÀS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO EMPRESARIAIS

PEASANT *MARANHENSES* RESISTORS TO STRATEGIES OF DOMINATION AND CORPORATE TERRITORIALIZATION

272

RESISTENCIA CAMPESINA *MARANHENSES* A LAS ESTRATEGIAS DE DOMINACIÓN Y TERRITORIALIZACIÓN EMPRESARIALES

Raifran Abidimar de Castro

MATOPIBA: DO DOMÍNIO DA TERRA E ABUSO DA ÁGUA AOS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

MATOPIBA: FROM THE DOMAIN OF LAND AND WATER ABUSE TO THE TERRITORIES OF RESISTANCE OF THE TRADITIONAL POPULATIONS

296

MATOPIBA: DEL DOMINIO DE LA TIERRA Y ABUSO DEL AGUA A LOS TERRITORIOS DE RESISTENCIAS DE LAS POBLACIONES TRADICIONALES

Marcos Leandro Mondardo e José Roberto Nunes de Azevedo

POLÍTICAS AMBIENTAIS SELETIVAS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO: IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES LOCAIS NUMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO OESTE DA BAHIA

SELECTIVE ENVIRONMENTAL POLICIES AND EXPANSION OF THE AGRICULTURAL FRONTIER IN THE CERRADO: IMPACTS ON LOCAL COMMUNITIES IN A CONSERVATION UNIT IN WESTERN BAHIA

321

POLITIQUES ENVIRONNEMENTALES SÉLECTIVES ET EXPANSION DE LA FRONTIÈRE AGRICOLE DANS LE CERRADO: IMPACTS SUR LES COMMUNAUTÉS LOCALES DANS UNE UNITÉ DE CONSERVATION DANS L'OUEST DE BAHIA

Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e

Carlos José Sousa Passos

HÁ MAIS POBREZA E DESIGUALDADE DO QUE BEM ESTAR E RIQUEZA NOS MUNICÍPIOS DO MATOPIBA

348

THERE IS MORE POVERTY AND INEQUALITY THAN WELL-BEING AND WEAL IN THE MUNICIPALITIES OF MATOPIBA

HAY MÁS POBREZA Y DESIGUALDAD QUE BIENESTAR Y RIQUEZA EN LOS MUNICIPIOS DE MATOPIBA

Arilson Favareto, Louise Nakagawa, Suzana Kleeb, Paulo Seifer e Marcos Pó

PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE E MATOPIBA NO BRASIL: A BASE PARA A COMPREENSÃO DA GEOPOLÍTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA MUNDIAL NA CONTEMPORANEIDADE

382

PROSAVANA IN MOZAMBIQUE AND MATOPIBA IN BRAZIL: THE BASIS FOR UNDERSTANDING THE GEOPOLITICS OF THE WORLD'S AGRARIAN QUESTION IN CONTEMPORARY TIMES

PROSAVANA EN MOZAMBIQUE Y MATOPIBA EN BRASIL: LA BASE PARA LA COMPRESIÓN DE LA GEOPOLÍTICA DE LA CUESTIÓN AGRARIA MUNDIAL EN LA CONTEMPORANEIDAD

Lucas Atanásio Catsossa

DONA FRANCISCA: ENTRE CABAÇAS, CAMINHOS DE LUTA E SEMENTES DE RESISTÊNCIA

413

DONA FRANCISCA: BETWEEN THE GOURD, PATHS OF STRUGGLE AND SEEDS OF RESISTANCE

DONA FRANCISCA: ENTRE CALABAZAS, CAMINOS DE LUCHA Y SEMILLAS DE RESISTENCIA

Francisca Pereira Vieira, Mariana Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima

COMPÊNDIO DE AUTORES

434

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

462

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Historicamente, desde a *assim chamada acumulação primitiva ou originária* (MARX, 1970) a população rural tem sido violentamente desterritorializada de suas terras e obrigada a vender sua força de trabalho, não é à toa que a *acumulação primitiva* é definida como o processo de separação do trabalhador do meio de produção, neste caso a terra, a acumulação que possibilita a origem do capitalismo, a *acumulação originária*. Este processo não ficou clausurado no século XVI, mas foi recriado em períodos consequentes, agora não mais com o objetivo de dar a origem ao modo de produção capitalista, mas sim de garantir a sua reprodução e acumulação em outros momentos históricos. Entre crises e ascensões, o modo capitalista de produção se desenvolveu através de ciclos sistêmicos de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996).

De modo particular, aqui nos interessa as intensas transformações que o modo capitalista de produção tem passado desde meados da segunda metade do século XX¹ e que refletem em processos atuais. Essas mudanças se iniciaram com a crise de sobreacumulação da década de 1970 (HARVEY, 2003) e intensificaram com o avanço e consolidação do neoliberalismo, aqui entendido como uma nova fase na evolução histórica do capitalismo (DUMÉNIL e LÉVY, 2014). A América Latina, particularmente, desde o final da década de 1980 e início dos anos 1990, tem sido alvo desta nova fase do capitalismo, resultando em alterações em âmbitos, sociais, econômicos e culturais de todo o subcontinente. Isto é, a América Latina tem sido configurada para atender as demandas do neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense.

Este processo multifacetado, multiescalar e multidimensional, que repercute em todas as esferas da vida, tem impactado, especialmente, o espaço agrário latino-americano. Desde a década de 1970, no entanto com um ápice nos anos 1990, observa-se o avanço do capitalismo no campo, forte mecanização da agricultura, intensificação de cultivos geneticamente modificados e utilização de agroquímicos. Há uma alteração no modelo de desenvolvimento territorial latino-americano², este passa, cada vez mais, a atender as demandas do capital internacional, especialmente aqueles baseados nas potências

¹ Isso não significa que não consideramos que toda a história de evolução do capitalismo não seja importante e que não tenha reflexos diretos no sistema hoje instaurado, é apenas um recorte temporal.

² O avanço do neoliberalismo no campo latino-americano teve importante avanço com as ditaduras vigentes no subcontinente desde a década de 1950, mas que atingiram seu ápice durante as décadas de 1960 e 1970.

hegemônicas globais, como Estados Unidos da América e Europa, embora este modelo não seja tão novo, assim, considerando a nossa história colonial.

Este *novo paradigma* de desenvolvimento significa o aumento da exploração do trabalho, significa a desterritorialização e criminalização de camponeses, indígenas e demais comunidades tradicionais, significa a contaminação de biomas, águas e solo, significa a perda da soberania alimentar, econômica e cultural...significa a mercantilização da vida...No século XXI, em um contexto de globalização neoliberal³, ascensão do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) e alterações geopolíticas globais, o modo de produção capitalista pautado no neoliberalismo entra em crise, sua quarta crise estrutural desde o século XIX (DUMÉNIL e LÉVY, 2014) e o que significa a emergência de uma nova ordem social, econômica e territorial, o que Fernandes, Cassundé e Pereira (2018) tem entendido como a segunda fase neoliberal.

Em 2007/2008 vivenciamos o ápice desta crise, inaugurando o segunda fase neoliberal (FERNANDES, CASSUNDÉ e PEREIRA, 2018). A crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América em 2007 com o colapso dos empréstimos *subprime* foi apenas o ponto de partida para uma profunda crise – em andamento desde 1970. Esta crise tomou resultados inesperados pois abalou a capacidade de crescimento e a hegemonia dos Estados Unidos da América, potência hegemônica do quatro ciclo sistêmico de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996). Como *alternativa* para a crise há a intensificação de ajustes espaço-temporais⁴, que desde a década de 1970 são empregados porém sem êxitos (HARVEY, 2003 e 2004). A partir de 2008, intensificou-se a apropriação de terras em escala global, mas com ênfase na América Latina e África.

Isto ocorreu porque a crise de 2007/2008 gerou a necessidade de diversificação no portfólio de investimentos do capital financeiro internacional e a terra foi tomada como uma alternativa rentável, como ressaltam Fernandes, Frederico e Pereira (2019) (artigo sete deste dossiê). A corrida mundial por terras nada mais é do que a corrida por ajustes espaciais. Neste ponto cabe destacar a nossa compreensão acerca do assim chamado *land grabbing*, considerando que o mesmo tornou-se manchete (HOLT-GIMÉNEZ, 2012) e, inclusive, um termo *catch-all* (BORRAS JR e FRANCO, 2012), isto é, com ampla abordagem e significância.

³ “A ordem neoliberal internacional – conhecida como globalização neoliberal – foi imposta a todo o mundo, desde os principais países capitalistas do centro até os países menos desenvolvidos da periferia, geralmente a custo de severas crises, como Ásia e América Latina durante as décadas de 1990 e 2000” (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 19).

⁴ Segundo Harvey (2018), o capital abrange três formas de espaço-temporalidade simultaneamente, sendo: 1) tempo-espaço absoluto: “corresponde ao tempo e ao espaço do trabalho concreto, da jornada de trabalho, da fábrica e do mais-valor absoluto envolvido nas lutas em torno da extensão da jornada de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 142); 2) tempo-espaço relativo: “tempo e espaço do mais-valor relativo, ou da produtividade e intensidade variáveis do trabalho, conforme a porosidade da jornada de trabalho e dos valores cambiantes da força de trabalho; a localização relativa, a facilidade de acesso e os meios, custos e tempos de transporte” (HARVEY, 2018, p. 142); 3) tempo-espaço relacional: “registrado conforme o trabalho abstrato se desenvolve, na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade de diferentes formas de trabalho abraçando o mercado mundial” (HARVEY, 2018, p. 142).

Desde 2009 emergem diferentes abordagens sobre o *land grabbing*, de variadas áreas do conhecimento e com diversos enfoques.

Entendemos o *land grabbing* como um processo de controle do território multiescalar e multidimensional, exercido para além da aquisição de terras e do capital internacional. O *land grabbing* implica na alteração da territorialidade, alienando o território para atender as demandas do capital, geralmente externo, porém não exclusivamente. O *land grabbing* tem múltiplas dimensões, diferentes faces e envolve não apenas terras para a expansão agrícola e pecuária, mas também para a produção de energia, turismo, *green grabbing* e, especialmente, especulação com terras agrícolas, que está muito bem abordada nos artigos de Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo (2019); Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida (2019); Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira; Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Coguetto, compõem este dossiê.

Enfatizamos que o *land grabbing* deve ser compreendido como um processo e não como um fenômeno, visto que este último desde a sua origem grega remete a ideia de *simplesmente aparecer*⁵ (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Desde os primórdios da acumulação primitiva o *land grabbing* vem sendo (re) formulado e moldado de acordo com as ordens sociais, econômicas e também territoriais vigentes. Ou seja, o *land grabbing* não surgiu com a crise de 2007/2008, mas se constitui como um processo histórico de ajustes espaço-temporais.

É necessário destacar que a crise financeira de 2007/2008 não vem sozinha e não é a única que impulsiona o interesse global por terras. Concomitante a esta há uma crise alimentar – na nossa opinião se constitui muito mais um discurso neomalthusiano do que uma crise em si⁶ – impulsionada em partes pelo aumento da população mundial, elevação dos preços dos alimentos no mercado internacional na década de 2000 e aumento da área destinada às *commodities* flexíveis⁷ em detrimento da diminuição de cultivos alimentares, que é a realidade em que está inserido o Brasil.

Por sua vez, a ascensão de *commodities* flexíveis está relacionada com a crise energética pautada nas discussões de aquecimento global devido à emissão de gases poluentes oriundos de combustíveis fósseis, ao esgotamento gradual das fontes de petróleo e especialmente, a instabilidade política nos países que possuem reservas deste recurso.

⁵ Embora seja superado que nas ciências humanas o *fenômeno* deve ser referido a um processo e não a uma *coisa*.

⁶ Cabe destacar que há múltiplos agentes atuantes como *grabbers*. Muitas empresas utilizam deste discurso

⁷ Correspondem aquelas com múltiplos usos [alimentação, ração animal, agroenergia e etc.] logo, difícil de quantificar. Segundo Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), as *commodities flexíveis* solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores. A ascensão destas *commodities* está estreitamente relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos.

Neste cenário, em que a produção de energias alternativas torna-se cada vez mais estratégica, emergem os agrocombustíveis e agroenergia, no caso do Brasil materializado pela cana-de-açúcar para a produção de etanol. Sassen (2013) defende que o *land grabbing*, entendido pela autora como transações transnacionais de terras, é um processo cíclico e o que caracteriza a atual fase é, justamente, a emergência dos agrocombustíveis e da agroenergia.

Já as crises ambiental e climática, relacionadas com a crise energética, utilizam o discurso da conservação ambiental para justificar a apropriação de terras, o que é chamado pela literatura interacional de *Green Grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012) e traduzido para o português com *Grilagem Verde* (SAUER e BORRAS JR., 2016). *Green Grabbing* parte da perspectiva da necessidade de privatizar a natureza para protegê-la, formando uma rede de interesses de controle do território pelo capital. Se antes a natureza era valorizada por aquilo que oferecia, atualmente é valorizada pela sua reposição (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012). A *Grilagem Verde* é materializada através do mercado de crédito de carbono, das práticas de ecoturismo e da privatização de recursos naturais sob a justificativa de preservá-lo.

Ao mesmo tempo, há mudanças Geopolíticas globais, como a ascensão de blocos econômicos, a título de exemplo temos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MICs (*Middle Income Countries*). Contudo, a principal alteração Geopolítica é a ascensão da China através da sua política de Internacionalização Produtiva, a *Going Global Strategy*, de 1999 (OLIVEIRA, 2016). A China tem influenciando nas relações comerciais e logísticas globais (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017), ademais que provocou a configuração de uma *nova ordem mundial multipolar* (OLIVEIRA, 2016), considerando a crise nos centros econômicos tradicionais, como Estados Unidos da América, há uma queda do neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense, já citado aqui através dos escritos de Duménil e Lévy (2014).

Com as mudanças Geopolíticas e com a convergência de múltiplas crises, as economias estão em contração e as expulsões em expansão (SASSEN 2016). Novamente há uma necessidade de ajustes espaço-temporais para garantir a acumulação do capital em momentos de crise. É neste contexto que o MATOPIBA é pensado através do papel do Estado em identificar áreas para a expansão do capital a partir do avanço da fronteira agrícola⁸. Neste sentido, dois pontos merecem destaques. Primeiramente é que o MATOPIBA não é o único exemplo de atuação do Estado no *land grabbing* e nem o único projeto que evidencia os ajustes espaço-temporais para a garantia da acumulação. Em Moçambique há o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical

⁸ A dinâmica de fronteiras dissolve as ordens sociais existentes, como sistemas de propriedade, direitos e contratos sociais (RASMUSSEN e LUND, 2018) e *abre* o território para novas formas de controle.

(ProSAVANA)⁹, muito bem abordado por Lucas Atanásio Catsossa no último artigo desde dossiê e que evidencia a Geopolítica da Questão Agrária.

Em segundo, é preciso considerar que o MATOPIBA não é uma regionalização estabelecida apenas a partir de 2008, ápice da convergência de crises, mas sim resultado de um processo histórico de expansão das fronteiras nos Cerrados brasileiros, iniciado ainda na década de 1970 com a intensificação da produção de soja no sul do Brasil e consequente migração de produtores para o Oeste, a conhecida *marcha para o Oeste*¹⁰. Ademais da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973 e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), criado em 1976 com o intuito de financiar obras de infraestrutura e pesquisas para o aumento da produtividade (McKAY, 2018).

Cabe aqui destacar acerca da heterogeneidade do próprio MATOPIBA, considerando que são quatro estados distintos, com leis estaduais específicas, características edafoclimáticas singulares e processos de formação socioespaciais únicos. Por exemplo, os trinta municípios da Bahia que compõem o MATOPIBA apresentam uma maior consolidação do agronegócio devido à expansão mais antiga na região, como ressaltado no artigo de Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e Carlos José Sousa Passos, que compõe este dossiê. Já no sudoeste piauiense o processo de ocupação dos Cerrados iniciou ainda na década de 1970, intensificando apenas em 1990 com o início de cultivo de soja na região (REYDON e MONTEIRO, 2006), o que não é diferente das realidades do Maranhão e Tocantins.

A partir do século XXI, o interesse é voltado para a região e diferentes regionalizações são propostas, como o MAPITO, muito bem referenciada no relatório de campo apresentado neste dossiê por Francisca Pereira Vieira, Marina Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima. Contudo, em 2015, a regionalização é institucionalizada, através do Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor (PEREIRA e PAULI, 2016). A regionalização foi elaborada pela EMBRAPA) por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), grupo permanente de trabalho de

⁹ O Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique, envolve o governo brasileiro por meio da EMBRAPA, governo japonês através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e Ministério de Agricultura moçambicano e foi assinado em 2009. O ProSAVANA foi inspirado na cooperação entre Japão e Brasil na constituição do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), na década de 1970. O discurso do ProSAVANA é o mesmo utilizado pelo MATOPIBA, desenvolvimento e geração de empregos em ambas regiões (CALMON, 2014).

¹⁰ O Cerrado brasileiro não foi o único destino da marcha para o Oeste. Neste período intensificou-se a migração de produtores para a Região Fronteiriça Oriental do Paraguai, introduzindo o cultivo de soja no país e alterando toda a dinâmica territorial paraguaia, o que é sentido até atualmente no país. Estima-se que 35% do território paraguaio esteja sob controle – direto e indireto – de brasileiros (PEREIRA, 2018), processo que vem causando concentração fundiária e de renda, aumento da violência e criminalização de movimentos socioterritoriais, acentuação da pobreza e perda das soberanias alimentar, econômica e territorial do Paraguai.

inteligência territorial e estratégica, voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura, abordados neste dossiê por Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini.

O MATOPIBA foi oficializado com 73.173.485 hectares, sendo 23.982.346 hectares (33%) do Maranhão, 27.772.052 hectares (38%) do Tocantins, 8.204.588 hectares (11%) do Piauí e 13.214.499 hectares (18%) da Bahia, abrangendo 337 municípios. O MATOPIBA não é composto por *terras marginais*, como é abordado pelo discurso do Banco Mundial (2011), mas sim por diferentes territórios e territorialidades camponesas, quilombolas, indígenas e por dezenas de outras comunidades tradicionais que além de lutar pela terra em relação a ofensiva do capital, especialmente financeiro e especulativo, lutam pela preservação dos recursos, lutam por seus territórios de vida.

Este dossiê foi pensado justamente com o objetivo de evidenciar não apenas as estratégias de acesso e controle do MATOPIBA pelo capital (trans)nacional e financeiro, mas de mostrar as particularidades, os impactos, conflitos territoriais e, principalmente as resistências deste território tão valioso, não apenas em termos ambientais, como também de territórios imateriais. O dossiê AMTOPIBA começou a ser gestado ainda em 2015 a partir da criação de um grupo de trabalho de diferentes instituições e organizações cujo é o debate crítico acerca do avanço do agronegócio na região do MATOPIBA, bem como o apoio as populações que de algum modo são afetadas com o avanço da fronteira agrícola em áreas de Cerrado. Assim, este trabalho é resultado de um esforço coletivo que há cinco anos tem refletido sobre as dinâmicas territoriais no MATOPIBA.

Inauguramos o dossiê com o artigo intitulado *MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta*, no qual os autores Glaycon Vinícios Antunes de Souza e Mirlei Fachini Vicente Pereira introduzem a questão regional do MATOPIBA, destacando o papel do Estado brasileiro em criar e identificar regiões para o avanço do agronegócio. Souza e Pereira argumentam que o MATOPIBA enquanto região pode ser considerada uma ferramenta para o planejamento de políticas públicas que visam promoção do agronegócio e enfatizam o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) neste processo. Destacamos aqui a interessante (e necessária) abordagem geográfica dos autores, que destacam a região e a regionalização como ferramentas do Estado para a promoção de um modelo pautado nos interesses do agronegócio, abordagem essa pouco utilizada na Geografia e nas pesquisas sobre MATOPIBA.

Em seguida, Juscelino Eudâmicas Bezerra e Cíntia Lima Gonzaga nos contemplam com o artigo *O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas*, no qual o objetivo é analisar a conformação de um discurso regional acerca do MATOPIBA através da representação política no poder legislativo federal. Bezerra e Gonzaga utilizam

como procedimentos metodológicos a análise das narrativas discursivas dos representantes do poder legislativo federal que foram responsáveis pelas atividades desenvolvidas no decorrer da implantação do PDA-MATOPIBA. Os autores concluem afirmando que o poder legislativo federal apresenta um discurso do MATOPIBA enquanto ferramenta de desenvolvimento regional sob a justificativa da geração de emprego e renda para a população, mas que na realidade busca promover o agronegócio, considerando todo o contexto Geopolítico, econômico e histórico que a criação do PDA-MATOPIBA está inserida.

A partir do debate entre a modernidade de colonialidade, Simony Lopes da Silva Reis e Noeli Pertile propõem no artigo *O MATOPIBA: a modernidade de a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro*, a discussão da contradição da modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado na região do MATOPIBA, com ênfase no Oeste do estado da Bahia, que julgamos ser a área do MATOPIBA que apresenta maior consolidação do agronegócio, em termos de temporalidade, produtividade e tecnologia empregada. Em diferentes momentos Reis e Pertile enfatizam acerca da função dos modelos hegemônicos de desenvolvimento em separar a sociedade e a natureza por meio da apropriação e mercantilização das riquezas naturais, no qual podemos recuperar o próprio entendimento do avanço do interesse global em terras relacionado a necessidade de apropriação de recursos naturais. Ademais, as autoras ainda destacam os campos de batalha ideológicos, do território imaterial, muito bem abordado em todos os artigos deste dossiê.

No artigo *“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola*, Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo introduzem a temática de fronteiras neste dossiê, o que é indispensável para compreender o avanço do capital no MATOPIBA, considerada por muitos como a última fronteira agrícola no bioma do Cerrado. Os autores abordam as frentes pioneiras e fronteiras desde Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel e possuindo como base o conhecimento produzido em uma universidade situada em uma metrópole de um Estado nacional colonial. Os mesmos também realizam um resgate sobre os pioneiros do MATOPIBA desde a chegada dos *gaúchos* até imobiliárias transnacionais agrícolas e a revelação do nexos com o capital fictício, destacando que o avanço contemporâneo do capital no MATOPIBA é uma continuação do processo de colonização do território de um Estado nacional de origem colonial.

Seguindo o enfoque no capital portador de juros, Samuel Frederico e Marina Castro de Almeida, no artigo *Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA*, abordam a apropriação de terras na região do MATOPIBA a partir de relações transescalares de poder e expõem as contradições entre a lógica corporativa e camponesa de uso dos Cerrados, sobretudo no estado do Piauí. Frederico e

Almeida inserem no debate a questão escalar, que é negligenciada nos estudos sobre o *land grabbing* e entendida pelos autores como “apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de múltiplas crises: ambiental, energética, alimentar e financeira, do atual período neoliberal”. O debate sobre escala é imprescindível para a análise do interesse em terras agrícolas, considerando que este é resultado de dinâmicas e processos transescalares em interação.

No artigo *MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra*, os autores Lorena Izá Pereira e Lucas Pauli abordam o MATOPIBA a partir da fronteira da estrangeirização da terra, destacando que a dinâmica de fronteiras dissolve as ordens sociais existentes e *abre* o território para novas formas de controle. O MATOPIBA, segundo a proposta dos autores, foi delimitado como uma resposta do Estado brasileiro para atender às demandas do capital financeiro estrangeiro, alterando a territorialidade e relações sociais. Ademais, Pereira e Pauli apresentam dados de empresas do agronegócio transnacional que, de certa forma, atuam no controle do território no MATOPIBA, atualizando dados já apresentados pelos autores em artigo publicado em 2016 na Revista Campo-Terrório. Pereira e Pauli também analisam os conflitos territoriais no MATOPIBA a partir de conflitos por terra, água e trabalhistas, mostrando a intensificação dos conflitos de acordo com o avanço das empresas na região.

Neste mesmo caminho, Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira, com o artigo intitulado *Acumulação da renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira*, utilizam a teoria da renda da terra para analisar as formas essenciais de apropriação dos diferentes tipos de renda por empresas controladas pelo capital financeiro, particularmente internacional, em áreas de expansão da fronteira agrícola moderna no Brasil, isto é MATOPIBA. Fernandes, Frederico e Pereira evidenciam como historicamente o capital se apropria das crises para a garantir a sua acumulação. Este processo de apropriação e controle tem resultado em diferentes conflitos territoriais com comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, que compõem a conflitualidade que revela a luta de classes nas disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento.

No artigo *Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre ambientalismo dos pobres e controle de terras pelo capital financeiro*, Bruno Rezende Spadotto e Jaqueline Vigo Coguetto, a partir de uma importante e detalhada pesquisa de campo nos cerrados piauienses, evidenciam as contradições do avanço do agronegócio financeiro e globalizado na região e os conflitos decorrentes da disputa por diferentes usos do território. Spadotto e Coguetto trazem uma importante contribuição não apenas aos estudos sobre o MATOPIBA, mas também a ciência geográfica, ao inserir no debate o par dialético conceitual de horizontalidades e verticalidades, elaborado por Milton Santos (2009).

Acompanhando a linha dos conflitos territoriais, Carlos Alberto Feliciano e Carlos Eduardo Ribeiro Rocha, com o artigo *Tocantins no contexto do MATOPIBA: territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais*, evidenciam como a corrida por terras tem afetado o estado do Tocantins, especialmente no que tange a intensificação dos conflitos territoriais e violência no campo. Feliciano e Rocha, assim como outros autores e autoras deste dossiê, mostram as contradições do discurso de desenvolvimento e modernização empregados pelo Estado brasileiro. O contexto do Tocantins é bastante particular, considerando que é o único estado que compõe o MATOPIBA que está na sua totalidade inserido na regionalização, ademais de ser o estado de origem de Kátia Abreu (PDT), ministra da agricultura no período em que o PDA MATOPIBA foi assinado.

Outra região do MATOPIBA impactada pela expansão do agronegócio são as chapadas maranhenses, no leste do estado. Estes impactos e conflitos são muito bem abordados por Juscinaldo Goes Almeida, Ronaldo Barros Sodré e José Sampaio de Mattos Júnior no artigo *O Matopiba nas Chapadas maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha*. Os autores destacam que mesmo com a extinção do departamento criado para a *promover o desenvolvimento* do MATOPIBA em 2016 e consequente substituição pelo programa Agro+, o avanço do agronegócio na região continua com toda a intensidade de antes. Almeida, Sodré e Mattos Júnior destacam os conflitos no campo na região do MATOPIBA no período histórico que compreende 2008 a 2016 e evidenciam que em 2015, a partir da institucionalização do PDA MATOPIBA, o número de conflitos aumentam exponencialmente, onde o Maranhão é o estado que apresenta o maior número de conflitos territoriais registrados.

Ainda no tocante do Maranhão, Raifran Adidimar de Castro, com o artigo intitulado *Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais*, objetiva demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, dedicando-se a análise das empresas transnacionais Vale S.A. (mineração) e Suzano Papel e Celulose S.A. (monocultivo de eucalipto para a extração da celulose) nos municípios de Açailândia e Cidelândia. Ambas as empresas são neoextrativistas, pois são atividades orientadas para o monocultivo e extração, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino a exportação (GUDYNAS, 2009). Mesmo com o Estado brasileiro apoiando com políticas públicas de incentivos fiscais e desenvolvimento de infraestruturas, especialmente logísticas para a região, o campesinato maranhense tem resistido a esse processo. Castro nos mostra a disputa entre terra, para o capital transnacional e território, para as comunidades camponesas que resistem a ofensiva do capital no campo maranhenses.

Marcos Leandro Mondardo e José Roberto Nunes de Azevedo no artigo *MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistência das populações tradicionais* analisam os conflitos e contradições na expansão territorial do agronegócio globalizado em MATOPIBA sob o *slogan* publicitário o “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Mondardo e Azevedo enfatizam a dominação das terras e águas pelo agronegócio, ao mesmo tempo em que analisam as resistências das populações tradicionais, tanto na luta contra a desterritorialização, quanto na luta para a proteção dos seus recursos naturais, dos seus modos de vida, evidenciando mais uma vez a disputa entre terra e território. O artigo em questão, assim como os demais deste dossiê, sublinha as contradições de um modelo que se coloca como promotor de desenvolvimento, mas que na realidade tem acentuado a pobreza, a violência e concentração fundiária e de renda.

Em uma perspectiva ambiental, Andréa Leme da Silva, Cláudia de Souza, Ludivine Eloy e Carlos José Sousa Passos, por meio do artigo *Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia*, introduzem no debate as contradições entre o avanço do agronegócio no Cerrado e a criação de áreas de proteção do bioma, processos que ocorrem simultaneamente e que evidenciam o papel contraditório do Estado. O principal objetivo de Silva, Souza, Eloy e Passos é evidenciar como as normas ambientais facilitam ou restringem o avanço do agronegócio possuindo como recorte territorial de análise o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Veredas no oeste do estado da Bahia, porção do MATOPIBA em que o agronegócio é mais consolidado. Os autores concluem afirmando que a descentralização das normas ambientais na Bahia tem culminado em uma flexibilização do licenciamento ambiental e do acesso aos recursos hídricos especialmente pelo agronegócio. Destacamos que o oeste baiano apresenta diferentes conflitos por água, como o caso emblemático de Correntina em novembro de 2017 (PEREIRA, BUSCIOLI, ORIGUÉLA, SOBREIRO FILHO e FERNANDES, 2017).

No artigo *Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba*, os autores Arilson Favareto, Louise Nakagawa, Suzana Kleeb, Paulo Seifer e Marcos Pó, nos apresentam evidências que permitem contestar o discurso hegemônico do agronegócio onde desmatamento representaria um custo inerente ao progresso econômico e social do MATOPIBA, compreendendo os impactos deste processo contraditório e excludente. Destacamos a meticulosa pesquisa de campo realizada pelos autores em 14 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde foram construídas 150 entrevistas que permitiram os resultados apresentados neste artigo. Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó concluem afirmando que “não há um progresso social genuíno, a não ser em uns poucos lugares e para poucos segmentos”, como já foi mostrado em diferentes artigos deste dossiê.

Ainda na seção de artigos, Lucas Atanásio Catsossa traz uma excelente contribuição com o artigo intitulado *ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade*. Catsossa realiza uma análise transescalar das transformações socioterritoriais em curso no Corredor de Nacala, região de implantação do ProSAVANA, em Moçambique e MATOPIBA. Ambas as regiões foram delimitadas pelo Estado – no caso do Corredor de Nacala pelos Estados moçambicano, brasileiro e japonês – para atender as demandas de ajustes espaciais do capital internacional. Este artigo nos permite analisar diferentes questões, tais como o papel da EMBRAPA através da Inteligência Territorial Estratégica; os discursos de cooperação Sul-Sul, muito presente nas relações internacionais brasileiras a partir da década de 2000; diferentes agentes que atuam neste processo de controle e resistências camponesas frente ao avanço avassalador do agronegócio. Este artigo permite um valioso debate em torno da Geopolítica da Questão Agrária.

Finalizamos o dossiê com o relatório de campo de autoria de Francisca Pereira Vieira, Marina Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima, intitulado *Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de luta e sementes de resistência*. O relatório expõe uma conversa com Dona Francisca, da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, em Buriti do Tocantins, município localizado no Bico do Papagaio, região histórica de luta pela terra e traz para o debate a importância da mulher no campo. Dona Francisca nos presenteia com um incrível relato de sua história de vida não apenas sobre o avanço do agronegócio e papel do Estado no MATOPIBA, como também da resistência, da luta e do pertencimento.

Os artigos que compõem este dossiê perpassam por diferentes áreas e enfoques, desde o avanço do capital fictício na agricultura, passando pelos conflitos territoriais até as resistências, sempre promovendo reflexões e discussões críticas a respeito do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, do conseqüente avanço do agronegócio (trans)nacional e impactos multiescalares e multidimensionais em toda a região. A natureza diversa destas pesquisas evidenciam a multidimensionalidade das estratégias dos distintos agentes – empresas (trans)nacionais, fundos de investimentos, latifundiários, grileiros e elite política – guiados por um objetivo em comum: garantir a acumulação de capital por meio da promoção do agronegócio.

Ademais as experiências aqui relatadas também evidenciam a amplitude de formas de lutas e resistências, que nos permite afirmar que o MATOPIBA mais do que um território de expansão do capital, é um território de esperança¹¹, conquistado e construído por diferentes histórias de vida de variados sujeitos territorializados na região. Finalizamos esta

¹¹ Conceito defendido por Emilia de Rodat Moreira e Ivan Targino (2007, p. 77), compreendido como “aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa”.

apresentação com a fala da Dona Francisca sobre o MATOPIBA apresentada no relatório de campo que compõe este dossiê: “*é um projeto que não vai acabar só a mata, vai acabar é com a vida, acabar é com o povo, e também não é só a vida das zonas rurais que vai morrer (...) gente fica pensando muitas horas como é que vai barrar isso, mas a gente pensa, a gente sabe que é lutando!*”

Desejamos a todos (as) uma ótima leitura e resistência sempre!

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

CALMON, Daniela Pessoa de Góes. **As faces ocultas do PROSAVANA: uma discussão sobre o subimperialismo, dependência e desenvolvimento**. 2014, 182 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, 237-261, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo; PEIREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Centro Andino de Acción Popular (CAAP)/Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES) (Org.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP/ CLAES, 187-225, 2009.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

_____. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARX, Karl. **Capital I: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

McKAY, Ben. **Extractivismo agrário: dinâmicas de poder, acumulación y exclusión en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2018.

MOREIRA, Emilia de Rodat; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, ano 10, n. 10, p. 72-92, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá; BUSCIOLI, Lara Dalperio; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; SOBREIRO FILHO, José. Disputas territoriais em Correntina – BA: territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. **Boletim DATALUTA**, n. 118, p. 02-09 out. 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

REYDON, Bastiaan Philip; MONTEIRO, Maria de Socorro Lira. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. REYDON, Bastiaan Philip; CORNÉLIO, Francisca Neide Maemura (Org.). **Mercados de Terras no Brasil - Estrutura e Dinâmica**. Brasília: NEAD, 2006, p. 95-121.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

_____. **Expulsões - Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta

Gláycion Vinícios Antunes de Souza

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: glayconantunes@hotmail.com

Mirlei Fachini Vicente Pereira

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: mirlei@ufu.br

Resumo

A partir dos anos 2000 observamos o aprofundamento da especialização territorial produtiva no cultivo de *commodities* agrícolas voltadas ao mercado externo em porções dos cerrados Norte e Nordeste. Diante deste processo de expansão do agronegócio nesta região do país, o Estado brasileiro articula um conjunto de ações visando o fortalecimento da atividade agropecuária no MATOPIBA (região que envolve porções do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O presente artigo¹ avalia como o Estado, a partir de um conjunto de estudos elaborados pela Embrapa, produziu uma região que pode ser considerada como uma “ferramenta” para o planejamento de políticas públicas destinadas à promoção do agronegócio, com fins de atribuir maior competitividade à produção regional. Tal condição toma contorno mais preciso através da promulgação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, que confere à região o status de área estratégica de expansão do agronegócio no país, criando de certo modo a viabilização do uso corporativo do território.

Palavras-chaves: Viabilidade territorial; região como ferramenta; agronegócio; MATOPIBA.

MATOPIBA: Strategic Territorial Intelligence and regionalization as a tool

Abstract

From the year 2000 we can observe the deepening of the productive territorial specialization in the cultivation of agricultural commodities aimed at the foreign market in portions of the North and Northeast Cerrados. In the face of the process of the agribusiness expansion in this region of the country the Brazilian State is articulating a set of actions aimed at strengthening the agricultural activity in MATOPIBA (a region that involves portions of the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia). This paper evaluates how the State, from a set of studies elaborated by Embrapa, produced a region that can be considered a “tool” for the planning of public policies destined to the promotion of agribusiness, in order to give greater competitiveness to the regional production. Such condition takes more precise shape through the promulgation of MATOPIBA's Agricultural Development Plan (ADP), which gives the region the status of a strategic agribusiness expansion area in the country, creating, to some extent, the viability of corporate use of the territory.

Keywords: Territorial viability; region as a tool; agribusiness; MATOPIBA.

¹ Este trabalho resulta de pesquisa de mestrado que contou com o apoio financeiro do Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), entre os anos de 2015 e 2017.

MATOPIBA: la Inteligencia Territorial Estratégica y la regionalización como herramienta

Resumen

A partir de los años 2000, observamos que en segmentos de los cerrados Norte y Nordeste se produce una profundización de la especialización territorial productiva en el cultivo de *commodities* agrícolas, enfocadas al mercado externo. Frente a este proceso de expansión del agronegocio en esta región del país, el Estado brasileño ha desplegado una serie de medidas que buscan potenciar el fortalecimiento de las actividades agropecuarias en MATOPIBA (región que abarca segmentos de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahia). El presente artículo evalúa como el Estado, a partir de un conjunto de estudios elaborados por la EMBRAPA, produjo una región que puede ser considerada como “herramienta” para la planificación de políticas públicas destinadas a la promoción del agronegocio, con objetivo de contribuir a una mayor competitividad de la producción regional. Dicha condición toma forma, de manera más precisa, a través de la promulgación del Plan de Desarrollo Agropecuario (PDA) de MATOPIBA, que entrega a la región el estatus de área estratégica de expansión del agronegocio en el país, contribuyendo así, a una mayor viabilidad del uso corporativo del territorio.

Palabras-clave: Viabilidad territorial; región como herramienta; agronegocio; MATOPIBA.

Introdução

Na década de 2000 configura-se um novo conjunto de relações produtivas no campo moderno brasileiro, com o estabelecimento daquilo que Guilherme Delgado denominou como “pacto de economia política do agronegócio” (DELGADO, 2012). Segundo o autor, esta condição do agronegócio resulta de esforços públicos e privados, com objetivo de gerar saldos comerciais externos para suprir o *déficit* da conta corrente nacional. A principal estratégia para alcançar tal meta, visando a superação do *déficit* da balança comercial, deu-se através da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Esta configuração pode ser entendida como uma associação econômica entre a agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito (sendo o Estado brasileiro um dos principais financiadores do setor), além de garantias para a formação de um novo mercado de terras, com o objetivo de promover uma estratégia econômica própria ao capital financeiro, que busca esquemas renovados de acumulação (DELGADO, 2012).

Este pacto de economia política do agronegócio implica na reorganização do território, sendo o aprofundamento da especialização territorial produtiva (na produção de *commodities* agrícolas) em diferentes regiões do território brasileiro e em especial nos Cerrados, uma de suas expressões mais diretas. Neste sentido, Frederico (2014, p. 2134) considera que há o estabelecimento de um “pacto de economia política do território” fundado no agronegócio, que pode ser entendido como a articulação dos diferentes agentes do setor (Estado, corporações, agricultores e investidores financeiros) com o objetivo de criar

estratégias de “[...] apropriação do excedente e a utilização do capital sobreacumulado para a incorporação e organização de espaços sob a lógica do modo de produção dominante”.

Neste contexto observamos o aprofundamento da especialização territorial em porções setentrionais dos Cerrados especialmente na produção de grãos, em áreas da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Esta porção do território nacional foi denominada num primeiro momento, e com fins acadêmicos, como BAMAPITO, por Bernardes (2009) ou ainda como Cerrados do Centro Norte, por Alves (2015). A partir de 2015 o Estado brasileiro denomina a referida região como MATOPIBA, com a finalidade de torná-la um recorte regional estratégico voltado ao planejamento institucional da atividade agropecuária, com caráter típico daquilo que Elias (2013) reconhece como “agronegócio globalizado”.

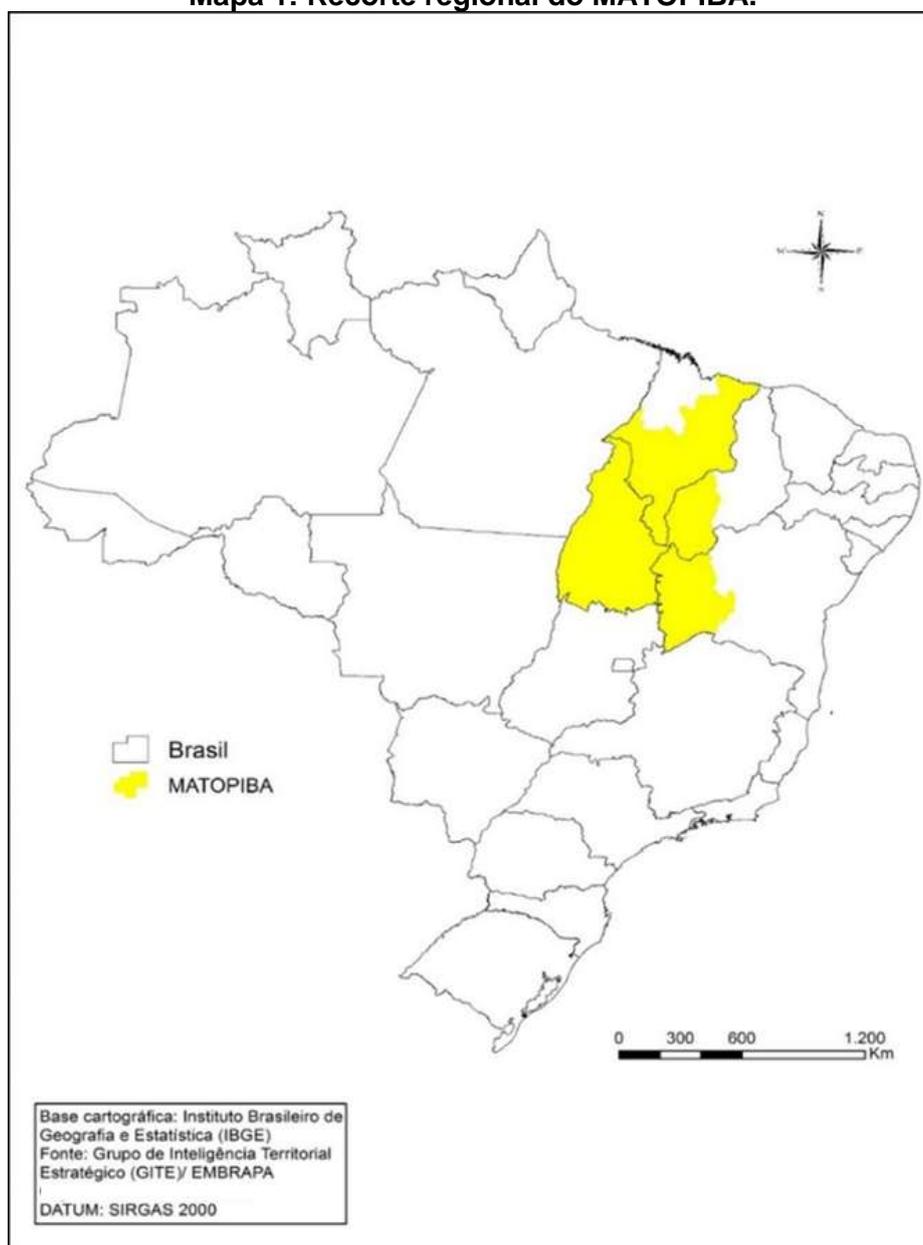
Dentre as articulações mais recentes provindas do esforço Estatal para o fortalecimento do agronegócio, destaca-se a criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) vinculado a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. O GITE realiza uma série de estudos baseados no entendimento de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), podendo ser compreendido como uma ferramenta indispensável para o monitoramento e caracterização territorial, tendo como intuito subsidiar a criação de planejamentos voltados ao fortalecimento do agronegócio. O referido grupo foi responsável por delimitar o recorte regional do MATOPIBA (Mapa 1), cujos critérios foram estabelecidos a partir do levantamento e cruzamento de informações sobre o quadro natural, agrário, agrícola, socioeconômico e de infraestrutura da região, com objetivo de caracterizar e diagnosticar as variáveis que são importantes para sustentar a elaboração de planejamentos e políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio na região.

Os estudos do GITE sobre o MATOPIBA foram fundamentais para a criação do Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) do MATOPIBA. Conforme Bernardes e Maldonado (2017, p. 76) o PDA do MATOPIBA “[...] constitui uma ação, tanto reveladora das formas como avança o agronegócio nessa região, como impulsionadora desse agronegócio”, nos demonstrando também como esta região torna-se um espaço importante para o Estado. O PDA do MATOPIBA configura-se como instrumento que estimula a difusão e consolidação do agronegócio no MATOPIBA, pois as diretrizes que dão sustentação ao plano são voltadas ao fortalecimento de setores indispensáveis a esta atividade, tais como a melhoria das condições de logística para a circulação de grãos, o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos destinados ao campo moderno e ainda a busca de um fortalecimento da chamada “classe média” rural (BRASIL, 2015).

Neste sentido a Embrapa, através do GITE, “inventa” e institucionaliza uma região com o propósito de intervenção em setores indispensáveis para atribuir maior competitividade ao agronegócio no MATOPIBA, conferindo-lhe um caráter de “região como ferramenta” (RIBEIRO, 2004). Segundo Ribeiro (2004), tal tipo de compartimentação do território visa a

produção de um recorte de intervenção/planejamento para atender os interesses dos atores hegemônicos, conduzido por um agir instrumentalizado e carregado de ideologias dominantes, conforma-se como uma ferramenta estratégia para o uso corporativo do território às grandes empresas. Além da institucionalização de uma região como ferramenta para o agronegócio, a partir do PDA do MATOPIBA, observamos a criação de uma viabilidade do território (SILVEIRA, 2003) para o setor, pois essa ação legitima a “invenção” de uma região que visa a instrumentalização do espaço aos interesses dos agentes promotores do agronegócio.

Mapa 1: Recorte regional do MATOPIBA.



Org.: SOUZA, G.V.A.

Portanto, nosso objetivo neste trabalho é analisar como a Embrapa, através do GITE e a partir da ideia de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), cria uma ferramenta informacional indispensável para a delimitação de uma “região para o agronegócio”, e como este grupo foi importante para subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. Também analisamos o PDA do MATOPIBA e seu desdobramento, buscando demonstrar como a institucionalização desta região, como área de planejamento, é uma das formas de viabilização do território aos imperativos do mercado globalizado.

A informação como ferramenta para a definição de uma região do agronegócio: O emprego da Inteligência Territorial Estratégica (ITE)

Nas últimas três décadas observamos a constituição de uma nova fronteira agrícola nos cerrados localizados no Norte e Nordeste do país, região esta que se afirma como um espaço estratégico para o agronegócio, a partir da expansão de forma seletiva do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 2002). A partir da década 1990 a disseminação e utilização de objetos carregados de conteúdos técnicos, científicos e informacionais (como os maquinários agrícolas modernos, as sementes melhoradas, uso de fertilizantes, entre outros), juntamente com um conjunto de ações orquestradas pelo Estado e agentes privados, possibilitou a afirmação de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2001) na região, fundamentalmente voltada para a produção de *commodities* mais valorizadas no mercado externo, como é o caso da soja, do milho e do algodão. É sobretudo durante os anos 2000 que verificamos a expansão de forma mais intensa desta fronteira agrícola. Para se ter noção da amplitude do processo, a área produzida com soja (principal *commodity* na região) aumentou cerca de 310% entre os anos de 2000 (905 mil hectares) e 2015 (3,6 milhões de hectares), enquanto o crescimento entre as décadas de 1990 (407 mil hectares) e 2000 foi de 122%; a quantidade produzida saltou de 2,2 milhões de ton. para 10,7 milhões de ton., entre 2000 e 2015 (em 1990 o volume produzido era de apenas 260 mil ton.) (IBGE/PAM, 2017).

Indubitavelmente as inovações científicas e tecnológicas constituem elemento central ao processo de produção voltado para a acumulação de grandes agentes, colaborando assim para o aprofundamento da modernização e incorporação de novos espaços agrícolas à região. Contudo as condições políticas são de grande relevância para a dinâmica agrícola, e neste início de século, as relações políticas e econômicas estão sendo marcadas por um novo pacto do agronegócio, em que há a rearticulação entre os principais agentes da agricultura moderna do país (agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito e o

mercado de terras) na busca de estratégias de capital financeiro (DELGADO, 2012). Conforme aponta Guilherme Delgado,

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p. 94).

A nova configuração da atividade agrícola, a partir de 2000, colaborou decisivamente para a verticalização da atuação de grandes corporações atraídas pelo crescimento da produção regional, pela menor concorrência (quando comparado com as tradicionais áreas de produção agrícola do país), bem como pela grande demanda por grãos no mercado internacional, conferindo possibilidades de novos processos de valorização fundiária. Em 2017, apenas quatro empresas controlam cinco unidades de processamento de soja na região - a Bunge, em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Uruçuí (PI), a Cargill em Barreiras (BA), o grupo Algar, presente no município maranhense de Porto Franco e a Granol, com uma unidade em Porto Nacional (TO). Além destas corporações, um conjunto de *tradings* nacionais e internacionais estendem seus nexos produtivos a diferentes pontos da região a partir de escritórios de exportação, tais como a Glencore, CHS, CGG, Multigrain, ADM, Amaggi & LDC, Agrex do Brasil, entre outras.

Estas corporações são responsáveis pela dinamização do circuito espacial produtivo (SANTOS; SILVEIRA, 2010) das principais *commodities* produzidas na região, já que são responsáveis pela comercialização, processamento, circulação e distribuição destes produtos. Estes agentes estabelecem uma relação com o território de forma pontual e seletiva, com intuito de eleger as áreas que permitam maior ampliação do seu capital, criando redes agroindustriais (ELIAS, 2006) para o processamento e circulação de grãos.

Além das *tradings* agrícolas, visualizamos também outros agentes do agronegócio que estendem suas atividades ao MATOPIBA. Nos anos 2000, observamos a atuação de forma intensa de empresas que agem no mercado de terras, muito responsáveis pela valorização de imóveis e por um claro processo de especulação fundiária, implicando fragmentação do território. Tal situação é fomentada por empresas que não possuíam tradição em investir na atividade agrícola, tais como empresas de *private equity*, fundos de pensões, fundos *hedge* e fundos soberanos, especializadas na obtenção de ganhos a partir da especulação financeira (FREDERICO; GRAS, 2017). Esta configuração é um dos reflexos da financeirização da economia, em que cada vez mais o capital financeiro cria novas formas para se retroalimentar, e nesse sentido um conjunto de autores (BERNARDES et al, 2017) reconhecem o surgimento de uma nova “safra” de capitalistas na agricultura, cuja principal

marca é a presença de agentes do capital financeiro em atividades consideradas como “alternativas”, sendo o mercado fundiário e a especulação de terras um exemplo.

Este conjunto imbricado de agentes estabelece verdadeiros círculos de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2011) com empresas que já atuam no ramo agrícola, criando novas corporações (através de *joint ventures*) que buscam estratégias do capital financeiro para a obtenção de rendimento a partir da compra, especulação e venda de terras agrícolas. O MATOPIBA configura-se como um espaço de grandes expectativas para ganhos com valorização fundiária, onde as corporações podem adquirir as propriedades a baixo custo e rapidamente criar mecanismo de valorização das terras, através de uma produção agrícola altamente tecnificada e capitalizada, visto que os preços das terras no MATOPIBA são em geral ainda mais baixos que os praticados nas regiões agrícolas consolidadas do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Entre as empresas que atuam na exploração do mercado de terras no MATOPIBA destacamos a Brasil Agro, SLC Agrícola, Radar S/A, Adecoagro, Sollus Capital, entre outras.

Segundo informações obtidas, no ano de 2017, nos *sites* das empresas BrasilAgro, SLC Agrícola, Adecoagro e Sollus Capital, as mesmas possuem conjuntamente mais de 215 mil hectares de terras em diferentes porções do MATOPIBA (BRASILAGRO, 2017; SLC AGRÍCOLA, 2017; ADECOAGRO, 2017; SOLLUS CAPITAL, 2017), sobretudo nas porções mais preparadas às atividades do agronegócio, como o Oeste Baiano, o Sudoeste do Piauí e o Sul do Maranhão (SOUZA, 2017). Este dado nos sinaliza que cada vez mais há concentração fundiária sob controle de empresas que fundamentam seus lucros na especulação fundiária, promovendo uma situação de “modernização territorial” pautada em estratégias financeiras nesta porção do país.

Diante desta condição de crescimento do agronegócio no MATOPIBA, o Estado brasileiro articula estratégias específicas para esta região, com propósito de tornar essa porção do território nacional ainda mais racionalizada à atividade hegemônica. Desde a década de 1980 a Embrapa Semiárido realiza diagnósticos de áreas dos Cerrados Norte e Nordeste favoráveis à produção em grande escala e voltada para o mercado externo. Antigo membro da Embrapa Semiárido, o agrônomo Evaristo Miranda, atual coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), relata que “Na época (1980), estávamos em busca de áreas com potencial para a produção de alimentos [...] Foi daí que surgiu o zoneamento agrícola para a soja, no Nordeste, quando poucos acreditavam nela como uma cultura de peso para a região” (ONDEI, 2015).

No âmbito propriamente político, observamos uma primeira organização nos anos 2012, quando o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou uma portaria com o objetivo de criar um grupo de trabalho para desenvolver estudos sobre o MATOPIBA (Portaria nº 269, de 3 de abril de 2012). Este grupo foi composto por

representantes do poder executivo a partir de secretárias do MAPA, instituições como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Embrapa. Assim, percebemos que um conjunto de especulações e interesses sobre esta região dos Cerrados estavam sendo orquestrados desde a década de 1980, com apoio dos estudos técnicos realizados pela Embrapa.

Dentre as articulações mais recentes, provindas do esforço estatal, destacamos a criação do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), vinculado a Embrapa, responsável pela delimitação geográfica do MATOPIBA. O GITE foi criado em 2013 com a finalidade de ser um grupo de pesquisa “voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura” (GITE, 2016). Poucos anos depois de criado, este grupo possui um banco de dados cartográfico e icnográfico (imagens de satélites, fotos aéreas, entre outros) de todo o território brasileiro, contendo informações necessárias para realizar diagnósticos sobre o quadro natural, condições de infraestrutura, situação agrícola, do quadro agrário e socioeconômico. Os diagnósticos são, em alguns casos, bases para nortear ações governamentais, assim como para o planejamento de políticas formuladas por órgãos públicos (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento) e setor privado.

Entre os trabalhos recentes desenvolvidos por este grupo de pesquisa, podemos destacar o acompanhamento das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo no que diz respeito às obras de eletrificação rural, de construção de estradas, portos e hidrovias que garantem o escoamento das safras; estudos sobre o impacto da colheita mecanizada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (pesquisa esta solicitada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- Fiesp); bem como o projeto para o MATOPIBA.

Para o desenvolvimento de suas pesquisas, o GITE respalda-se no entendimento de Inteligência Territorial Estratégica (ITE), visto como uma ferramenta importante para o planejamento e inovação de pesquisas vinculadas com a atividade agropecuária. Em entrevista à revista da Embrapa, Evaristo Miranda expõe que os estudos de ITE consideram um conjunto de fatores para o desenvolvimento da agricultura, buscando “[...] os melhores caminhos para que ela (agricultura) possa progredir e para que os produtores rurais tenham o melhor retorno do seu trabalho [...], a inteligência e a gestão territorial focam não só o presente, mas também perspectivas de futuro, desenham cenários evolutivos possíveis” (MIURA, 2016, p. 1), com interesse de apresentar o “retrato territorial da agricultura em muitas dimensões temáticas (solo, água, vegetação, cultivos), bem como em termos temporais (evolução) e ainda em muitas escalas espaciais (detalhe de uma fazenda, de um vale ou de uma região geoeconômica)” (MIURA, 2016, p. 1). Portanto,

A ITE pode ser entendida como um conjunto de ferramentas e métodos aplicados para a compreensão de um território em sua dimensão agrícola, agrária, natural, socioeconômica e infraestrutura, através da integração de informações provenientes de diferentes bancos de dados. Essas informações integradas servirão para apoiar a tomada de decisão para o desenvolvimento territorial. (EMBRAPA, 2016).

Neste sentido a ITE é um recurso utilizado em estudos de caracterização territorial de uma região, que se dá a partir de uma abordagem multifatorial, agregando as condições agrícolas, agrárias, de infraestruturas, socioeconômica e natural da área avaliada. Para o GITE o objetivo desta noção de ITE é ir além da mensuração e descrição das condições territoriais, a que a contribuição de tal procedimento reside especialmente na proposição de cenários futuros sobre as condições da atividade agropecuária. Dessa forma, cria-se uma possibilidade de antever situações consideradas de riscos para a agricultura e assim corrigi-las, bem como fortalecer setores avaliados como favoráveis ao crescimento econômico do agronegócio. Esta proposição configura-se como um instrumento técnico-científico para a ação de um planejamento tanto do Estado quanto do setor privado que, em última instância, permite traçar “caminhos” para o aprofundamento do capitalismo no campo (como é o caso, por exemplo, das estratégias de incorporação de novas terras e de sua valorização).

Mesmo demonstrando certo interesse na dinâmica territorial da atividade agrícola, os estudos baseados na noção de Inteligência Territorial Estratégica têm como essência o propósito de gerar diagnósticos através de levantamentos, enumeração e mapeamento das condições agrícolas da região. Neste sentido é um estudo que visa mostrar a configuração territorial do MATOPIBA, noção esta que pode ser compreendida pelo conhecimento aprofundado do

[...] conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 2002, p. 62).

Deste modo os diagnósticos feitos pelo GITE deixam de lado as relações sociais que dinamizam e atribuem funcionamento à configuração territorial a partir do uso do território, ou seja, não considera o território usado (o espaço como um todo; o espaço banal) (SANTOS, 2005) ou as dinâmicas territoriais como um fato político. Assim, o estudo de ITE figura como um instrumento facilitador para a ampliação do capital dos agentes hegemônicos, visto que responde a várias “perguntas”:

É como se o interessado tivesse um técnico à sua disposição para dizer qual é o melhor lugar para plantar determinada espécie; onde existem problemas

de erosão; quais são as melhores localidades para implantar uma rede de fomento agrícola ou para investir em irrigação, armazenagem e logística. (MIURA, 2016, p. 1).

Um recurso criado pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE), a partir dos estudos de ITE para a produção de um banco de dados integrado, foi o Sistema de Inteligência Territorial Estratégica (SITE). Para os membros do GITE o planejamento territorial necessita de um SITE “[...] capaz de apoiar diversos zoneamentos, diagnósticos e aplicações, bem como a geração e a simulação de cenários em função dos interesses e necessidades das instituições públicas e privadas que atuam na região” (GITE, 2014, p. 3). Percebemos que a grande preocupação do GITE é de fato elaborar trabalhos que subsidiem a produção de planos para o desenvolvimento do agronegócio, por isso a necessidade de elaborar um conjunto de ferramentas metodológicas para operacionalizar as pesquisas e cumprir tais metas. O SITE figura assim como um importante recurso de investigação dentro da ITE, pois a partir deste sistema pode criar “[...] cenários futuros e definir situações territoriais razoavelmente parecidas ou equiprobabilísticas, como também equipotenciais em termos de desenvolvimento agropecuário, a partir desta análise multitemática” (EMBRAPA, 2016).

Por ser fruto de estudos da ITE, o SITE segue os seus mesmos eixos estruturantes (Figura 1); agrega imagens de satélite com as geotecnologias – que são programas e *softwares* que trabalham com essas imagens e com a produção de mapas. Para isto o SITE utiliza de dados governamentais de vários institutos, e têm como base para elaboração cartográfica as normas do IBGE e da INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Para a equipe técnica do GITE, o grande diferencial deste sistema de informação (SITE) é a possibilidade de integrar as inúmeras informações inseridas nesse banco de dados, indo além da sobreposição e armazenamento. Somando a isto, o SITE tem a capacidade de inserção contínua de novos dados, o que torna esse sistema uma “[...] ferramenta eficiente e essencial para ações de planejamento e gestão territorial” (GITE, 2014, p. 5).

Em 2014 o GITE, juntamente com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (até então vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), estabeleceram uma cooperação técnica para o levantamento e sistematização de uma base de dados territoriais sobre o MATOPIBA. A partir da ideia de ITE e da criação do SITE específico para o MATOPIBA, foram elaborados diagnósticos e notas técnicas com informações sobre as características físico-naturais, a quantidade de comunidades quilombolas, aldeias indígenas, áreas de proteção ambiental e assentamentos de reforma agrária, entre outras informações. Ou seja, foram mapeados os lugares e as condições que favorecem a expansão da fronteira agrícola na região, bem como reconhecidos os possíveis limites para a expansão do agronegócio no MATOPIBA.

Figura 1: Organização do Sistema de Inteligência Territorial do MATOPIBA.



Fonte: GITE/EMBRAPA (2014)

Deste modo, foram mobilizadas para a delimitação territorial do MATOPIBA “[...] bases multifatoriais, contemplando as dimensões agroecológicas e socioeconômicas [...] a partir de dinâmicas do tempo passado e do presente” (GITE, 2015a), criando uma regionalização capaz de definir um recorte que captasse a dinâmica e a expansão da agricultura moderna no MATOPIBA. Os critérios utilizados para a delimitação da região foram: a configuração do quadro natural (biomas, cobertura vegetal, clima, geologia, relevo, pedologia, hidrografia, recursos minerais e energéticos), quadro agrário (unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos agrários), quadro socioeconômico (estabelecimentos agropecuários – área e renda, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, população total, rural e urbana, Produto Interno Bruto – PIB), e infraestrutura (energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovias e porto) (GITE, 2015a).

O cruzamento destas informações, via procedimentos computadorizados, produziu um recorte espacial que engloba 337 municípios dos estados do Maranhão (135), Tocantins (139), Piauí (33) e Bahia (30), correspondendo a aproximadamente 9% do território brasileiro. O recorte territorial proposto pela Embrapa para o MATOPIBA inclui todo o estado do Tocantins (38% da região ou 27.772.052 hectares), porções Sul e Leste do Maranhão (cerca de 33% do MATOPIBA ou 24 milhões de hectares), o Oeste baiano (com mais de 13 milhões de hectares – representando cerca de 11% da região) e a porção Sudoeste do Piauí (11%, com pouco mais de 8 milhões de hectares). O principal critério para a delimitação desta região foi a ocorrência de áreas de Cerrados, bioma esse que representa cerca de 91% da área do MATOPIBA, seguido pelo bioma Amazônia (7,3%) e com mínima área de Caatinga (1,7%)

(GITE, 2015a); sendo a atividade agrícola o segundo grande critério para a definição da região, atividade esta que é principal responsável pelo dinamismo econômico desta porção do território nacional.

Um dos resultados deste estudo técnico (ITE) foi a elaboração do MATOPIBA GeoWeb (lançado em dezembro de 2015), que parece exemplificar de modo mais direto a efetivação do SITE, onde são armazenados e integrados os dados e toda a sistematização de informação sobre a região feito pelo GITE. Na visão de Evaristo Miranda, o MATOPIBA GeoWeb.

[...] auxiliará a tomada de decisão de governantes e subsidiará estudos e projetos de **empresas e investidores privados** e de instituições de ensino superior, sendo, portanto, uma **ferramenta estratégica** que pode ser usada nos programas do Ministério da Agricultura para o desenvolvimento agropecuário da região (EMBRAPA, 2015, grifo nosso).

Isto demonstra que a ITE se trata de um estudo voltado para atender interesses específicos para o “desenvolvimento” agrícola regional do MATOPIBA, sobretudo os interesses do setor privado. Este sistema *online* de informação geográfica (MATOPIBA GeoWeb) contém mais de 200 bases de dados, agregando informações como a quantidade de pivôs centrais, disponibilidade de armazenamento, condição logística (rodovias e ferrovias), distribuição populacional, produto interno bruto dos municípios, entre outros; em síntese contém dados sobre os cinco grandes eixos que caracterizam o estudo de Inteligência Territorial Estratégica – quadro natural, agrícola, agrário, infraestrutura e socioeconômico (MATOPIBA GEOWEB, 2016).

A partir desta exposição, percebemos o quanto há uma construção técnico-científica para promoção e a instrumentalização do território através de uma ação informatizada, alcançada através do trabalho fomentado por um órgão de pesquisa de destaque no país, que é a Embrapa. Estes estudos apontam lugares/regiões viáveis para a produção agrícola moderna, permitindo identificar “os polos de desenvolvimento existentes e potenciais; e delinear o cenário geral, identificando oportunidades, necessidades de avanço de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico” (MATOPIBA GEOWEB, 2016).

Cria-se deste modo uma densidade informacional sobre o MATOPIBA, sinalizando as potencialidades para a expansão do agronegócio nesta região, ou seja, são identificados os espaços estratégicos para o aumento da riqueza do setor agroindustrial, da atividade agrícola propriamente dita, bem como da especulação/valorização fundiária. Partindo desta perspectiva, apreende-se que o adensamento de informações sobre o MATOPIBA é um instrumento que permite tornar essa porção do território brasileiro integrada aos interesses globais, permitindo a atuação mais aprofundada dos agentes hegemônicos que, em parte, são responsáveis pela implantação de novas cargas de racionalidade ao lugar.

Podemos considerar que o GITE, a partir de seus diagnósticos, torna-se uma agência cuja finalidade é a formulação de informações especializadas para atender interesses precisos, que são voltados para o adensamento técnico (tecnosfera) bem como na formulação de discursos (psicosfera) que legitimem ações territoriais no MATOPIBA, pois “As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas” (SANTOS, 1994, p. 51). Toda esta articulação informacional promovida pelo grupo de pesquisa da Embrapa (GITE) foi fundamental para a conformação de uma proposta política criada pelo Estado, com vista de fortalecer e incentivar a expansão do agronegócio nesta região. A proposta em questão é o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, que expõe as intenções e as expectativas à esta porção do território brasileiro.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA: Produção da viabilidade territorial ao agronegócio e a institucionalização de uma região como ferramenta

Em maio de 2015 foi promulgado o decreto nº 8.447, que criou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA. O referido Plano foi constituído a partir do conjunto de estudos e diagnósticos elaborado pelo GITE, incluindo o próprio recorte territorial, que diretamente expressa o reconhecimento do Estado sobre a importância desta região para o novo pacto de economia do agronegócio (DELGADO, 2012) desenhado para o país neste início de século, e, dessa forma, revela a necessidade de elaborar ações para tornar as condições materiais e imateriais competitivas ao setor.

O PDA do MATOPIBA foi o mecanismo estatal privilegiado para viabilizar uma região institucionalizada para o agronegócio, sobretudo para atender aos anseios dos agentes hegemônicos, exemplificando aquilo que Ribeiro (2004) denominou de “regionalização como ferramenta”.

Ana Clara Torres Ribeiro (2004) aponta para a necessidade de compreendermos processos distintos de regionalização, que normalmente se processam na tensão entre diferentes projetos, sempre atravessados pelo poder do Estado. Segundo a proposta da autora, podemos reconhecer situações caracterizadas ora por uma “regionalização como fato”, ora por uma “regionalização como ferramenta”. Em linhas gerais, a regionalização como fato deriva da ação social capaz de empreender uma estruturação histórica de regiões, a partir de múltiplos processos que limitam a ação hegemônica (regionalização como resultado da decantação de práticas sociais longamente elaboradas no território). Um processo oposto seria justamente o da regionalização como ferramenta, que resulta de uma conjuntura atual imposta sobre o espaço pretérito, quando recortes espaciais assumem o planejamento conduzido pelo Estado, atendendo a razões hegemônicas (RIBEIRO, 2004, p. 196). “É assim

que os estudos de regionalização como ferramenta podem desvendar a estratégia de agentes para a constituição de espaços regionais que tornem facilitadas as suas pretensões econômicas” (PEREIRA, 2009, p. 16).

Tal conformação espacial é resultado das forças econômicas e políticas que dominam o território, fomentadas principalmente pelo Estado e pelas corporações. No atual período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), as condições técnicas e políticas são criadas para viabilizar o uso corporativo do território e a invenção de novas regiões de intervenção estatal a partir de instrumentos técnico-científicos configura-se como uma estratégia de afirmação da lógica hegemônica de produção nos lugares. Nesse sentido, as regiões muitas vezes são elaboradas para responder as demandas do capital através de elaborações científicas, e, desse modo, vivemos em um momento histórico em que a razão esclarecedora cede lugar para a razão instrumental (KAHIL, 2010). É assim que ocorre a

[...] transformação da eficácia em meta política; pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, (e assim) a regionalização como ferramenta adquire extraordinário destaque, o que explica a sua utilização pelos agentes hegemônicos, desestabilizando a estrutura espacial do país (RIBEIRO, 2004, p. 197).

A regionalização como ferramenta traduz-se na elaboração de práticas políticas do presente, construídas por e para atores hegemônicos da política e da economia (RIBEIRO, 2004), ou seja, para aqueles que possuem acesso e controle privilegiado da informação, da técnica e da ciência. A regionalização e a proposição de regiões como “ferramenta” se expressam quando assumem a forma-conteúdo regida pelo planejamento de Estado, e podem ser caracterizadas pela imposição de um acontecer hierárquico (SANTOS, 2001, 2002) muitas vezes estranho às práticas pretéritas estabelecidas no lugar, pois obediente a lógicas exógenas que implicam em vulnerabilidade territorial, já que “a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local” (SANTOS, 2002, p. 285). Portanto a regionalização como ferramenta configura-se geralmente como um instrumento de planejamento Estatal para intervenção e estruturação (política e técnica) do espaço para o uso corporativo do território.

A região delimitada pelo GITE torna-se uma “ferramenta”, uma “peça fundamental” à operacionalização do modelo de acumulação pautado na exportação de *commodities*, bem como pelos agentes de especulação fundiária, pois ela será suporte para o desenvolvimento de ações e para a emergência de narrativas de fortalecimento dos interesses do mercado globalizado. Por consequência, o PDA do MATOPIBA carrega consigo toda esta carga de intencionalidade que está presente na proposta de delimitação geográfica do MATOPIBA, ainda que oficialmente o PDA possua o objetivo de criar e desenvolver políticas públicas

voltadas para agropecuária na região, com fins de promover o “desenvolvimento econômico sustentável do setor” (BRASIL, 2015).

Este plano visa dotar o MATOPIBA de maiores condições técnicas e normativas para atribuir à região maior competitividade, visto que as três diretrizes basilares estão voltadas para o fortalecimento de setores estratégicos para o agronegócio da região como: a) melhorar a eficácia da infraestrutura de logística referente à circulação de mercadorias agropecuárias; b) promover e incentivar o desenvolvimento de tecnologias inerentes ao agronegócio; c) estimular o fortalecimento da classe média rural através de ações para mobilidade social, buscando o crescimento da renda, do emprego e da qualificação técnica dos produtores rurais (BRASIL, 2015).

Diante destas diretrizes entendemos que, para além de uma região como ferramenta, as intencionalidades e expectativas em torno do PDA do MATOPIBA nos permitem entender este plano como uma flexibilidade organizacional, que possibilita “inventar” a viabilidade territorial (SILVEIRA, 2003) para o agronegócio. Segundo Silveira (2003), a flexibilidade organizacional pode ser compreendida pela criação, via Estado, de uma série de normas que abrandam (tornam facilitadas) as condições jurídicas-políticas para que as grandes corporações possam desempenhar suas atividades de forma mais eficaz. Portanto, trata-se de uma flexibilidade organizacional que privilegia sobretudo os atores hegemônicos da economia, tratando-se de uma flexibilidade setorial (SILVEIRA, 2003).

Para o caso em análise, a flexibilidade organizacional se expressa pela criação do PDA, cujo objetivo é o fortalecimento do agronegócio nesta região, a partir do aumento dos investimentos nos sistemas de engenharia – ferrovias, hidrovias, rodovias e armazéns – e no desenvolvimento tecnológico para a agricultura científica globalizada. A própria institucionalização de uma “região para o agronegócio”, também, evidencia uma ação que busca viabilizar o território para o uso corporativo, pois as estratégias de “compartimentação do território são formas de valorização feitas, crescentemente pelas firmas, mas com a ajuda de um poder público devotado a ‘inventar’ a viabilidade do território para as empresas” (SILVEIRA, 2003, p. 414).

Além da questão normativa para a viabilização do território para melhor atuação das empresas, o Estado é fundamental para a constituição da base técnica que permite maior circulação de mercadorias, capital, ordens e informações das corporações. A fluidez torna-se um elemento essencial no atual período de globalização, visto que a produção, distribuição e consumo tornam-se cada vez mais dispersos e acelerados. Em áreas de novos *fronts* agrícolas, caso do MATOPIBA, a atuação do Estado para constituição de sistemas de engenharia possui peso ainda maior. Estas áreas possuem densidades técnicas baixas (se comparadas aos *belts* consolidados), o que constitui um problema para a fluidez corporativa.

Posto isto, observamos que a infraestrutura que permite maior fluidez territorial no MATOPIBA é uma das diretrizes bases do PDA, cujo interesse é justamente melhorar a logística para exportação das *commodities* produzidas nessa região. Tal diretriz atesta a assertiva de Castillo (2008, 2011) que considera a logística (sinônimo de circulação corporativa) elemento indispensável para atribuir à região maior grau de competitividade. Segundo o autor, a circulação corporativa se estrutura a partir de redes técnicas (rodovias, ferrovias, hidrovias, entre outros), do acesso privilegiado a informação e pela regulamentação normativa, tríade esta que permite ser suporte para a competitividade. Portanto as densidades técnicas, informacionais e normativas são indispensáveis para a invenção da viabilidade territorial à atividade agropecuária moderna no MATOPIBA, sendo o Estado o principal agente estruturador dessa situação.

Além de proporcionar maior fluidez produtiva para as grandes *tradings* agrícolas, responsáveis pela circulação dos grãos produzidos na região, a construção de novos fixos como ferrovias e rodovias, bem como a própria melhoria desses, atua como elemento de valorização das terras na região, permitindo práticas de especulação.

Como debatem Lima e Nóbrega (2015) as terras que mais se valorizaram entre 2000 a 2014 no Tocantins foram as que estão localizadas na microrregião de Gurupi, em especial as que são próximas a BR-153 (Belém-Brasília), uma das principais rodovias que conecta o Tocantins no sentido norte/sul e importante via para escoar a soja (permitindo o acesso a Ferrovia Norte/Sul em diferentes pontos do estado). As autoras ainda exemplificam o quanto o distanciamento de importantes redes técnicas para a circulação de grãos é um dos elementos que influencia diretamente no preço das terras na região do Jalapão. O preço das terras de Cerrado nessa região girava em torno de R\$ 440,00/hectare em 2013, no mesmo ano as terras de Cerrado próximas a BR 153 (na margem leste da rodovia) alcançavam R\$ 1.140,00/hectare (FNP, 2015).

Spadotto (2017) nos traz outro exemplo que retrata a situação de valorização das terras próximas as vias de circulação. Conforme o autor, a Radar S/A (uma das maiores corporações voltadas para a especulação fundiária no MATOPIBA) adquiriu propriedades agrícolas nos municípios de Balsas (MA) e Santa Filomena (PI), próximas a uma rodovia com expectativa de expansão, e tal antecipação de investimentos realizada por essa empresa garantirá a valorização de suas propriedades ao longo do tempo, demonstrando que a compra de fazendas em áreas próximas a futuras rodovias é uma das estratégias de acumulação de tais agentes.

Percebe-se “[...] que a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão” (SANTOS, 2002, p. 265), sinalizando que o acesso a informação antecipada é uma das formas de atuação do mercado para a obtenção de maiores lucros. Logo, as rodovias e ferrovias

configuram-se como redes sociotécnicas (SANTOS, 2002), por serem objetos geográficos que possibilitam a conexão de diferentes porções do território, e sobretudo por serem fixos que expressam relações de poder, pois colaboram para a estruturação e no próprio ordenamento do território. Portanto, não é por acaso que a logística se apresenta como um dos elementos centrais no PDA do MATOPIBA, estratégia que o próprio Estado cria para a viabilização do território para o mercado, especialmente para a atuação de grandes corporações, representadas tanto pelas que dinamizam a circulação da produção ou por aquelas que estão desenvolvendo estratégias de ganho a partir da indução de um lucrativo mercado de terras na região.

Tal como a necessidade de novas infraestruturas técnicas, outro ponto estratégico do PDA do MATOPIBA é o desenvolvimento de novas tecnologias para o campo, o que é importante para os grandes produtores agrícolas, assim como para a *tradings* e para as corporações que controlam as terras, pois o aumento da produtividade agrícola implica diretamente em maior obtenção de lucros, seja a partir da oportunidade de exportar maior volume de *commodities* ou mesmo pela elevação do preço das terras, já que a viabilidade da produção engendra o processo de valorização fundiária. Nesse sentido, desde de 2015 diferentes unidades da Embrapa (27 no total), estão desenvolvendo cerca de 80 projetos agrícolas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados especificamente para a região do MATOPIBA (GITE, 2015a). Ainda segundo o GITE (2015a), todos os projetos têm previsão de serem finalizados até 2019, apontando a urgência de criação de produtos carregados de conhecimento científico para o campo moderno na região.

Conforme dados do GITE (2015a), o orçamento para o custeio e o investimento destes projetos alcança R\$ 124 milhões, divididos nos seguintes temas de pesquisa: a) melhoramento genético; b) sistema de produção; c) defesa sanitária; d) temas transversais; e) transferência de tecnologia. Mais da metade deste valor (aproximadamente R\$ 70 milhões) é destinado para o tema “melhoramento genético”, sendo que quase R\$ 27 milhões do orçamento (GITE, 2015a), é voltado para a pesquisa e inovação do cultivo de soja, *commodity* de maior interesse aos grandes produtores e corporações.

Ainda sobre o PDA do MATOPIBA, há uma nítida escolha dos agentes que serão beneficiados neste processo - são os chamados produtores de “classe média”, demonstrando o caráter seletivo que privilegia a “ampliação e fortalecimento da classe média rural” (BRASIL, 2015). Tomando como base informações do censo agropecuário de 2006, bem como o valor do salário mínimo da época (R\$ 300,00), o GITE estabeleceu quatro classes de renda bruta (que é a produção de 2006 vendida, autoconsumo e indústria caseira) para o MATOPIBA (GITE, 2015b).

A primeira classe, denominada muito pobre, compreende renda bruta mensal, entre zero, não incluído, e dois salários mínimos, dois incluído. Em símbolos, (0, 2]. A segunda classe é denominada pobre, (2, 10]. **A terceira classe, denominada de média, (10, 200]**. E, finalmente, a última classe, denominada rica, tem renda bruta mensal maior que duzentos salários mínimos. (GITE, 2015b, p. 7, grifo nosso).

Frente a tal classificação, em que a suposta classe média recebe entre 10 e 200 salários mínimos, percebemos que este plano não se dirige aos quem mais necessitam do apoio estatal para alcançar melhores condições materiais de vida, aqui classificados como pobres e muito pobres. Logo, o recorte regional do MATOPIBA, imbuído de um conteúdo carregado de intencionalidades bem declaradas, é resultado de articulações políticas do Estado e de demandas próprias dos agentes hegemônicos (como associações, sindicatos patronais, *tradings*, etc), e neste sentido, apreendemos que a compartimentação do território é fruto da construção social que atende a interesses políticos bem definidos e que envolve relações de poder, seja “[...] o poder de criar e estabelecer formas espaciais. E, em segundo lugar, o poder de institucionalizar (e garantir permanência) esta forma” (RIBEIRO, 2004, p. 200).

Outro desdobramento decorrente do estudo de Inteligência Territorial Estratégica desenvolvido pelo GITE, foi a criação de uma agência regional de desenvolvimento, resultado também do PDA do MATOPIBA. A “Agência de Desenvolvimento do Matopiba” estava prevista no PDA do MATOPIBA, com propósito de fomentar discussões e elaborar planos/projetos para o estímulo do setor agrícola desta região. Esta agência de desenvolvimento surgiu com o Projeto de lei complementar nº 279 de 2016, com o intuito de desenvolver e executar as diretrizes presentes no PDA do MATOPIBA, sendo delegada à agência a função de operacionalizar e colocar em prática as expectativas e intencionalidades contidas no projeto de lei que oficializa o MATOPIBA como área de interesse estatal. Conforme o artigo II do Projeto de lei complementar nº 279, de 2016, a Agência MATOPIBA deverá:

- I – articular, apoiar e acompanhar a execução de projetos de infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;
- II – promover, coordenar, apoiar e elaborar estudos, levantamentos, pesquisas e projetos de desenvolvimento do Matopiba;
- III – articular e elaborar projetos e atividades, nos âmbitos público e privado, de assistência técnica, extensão rural e formação profissional aos pequenos e médios produtores rurais do Matopiba;
- IV – promover a capacitação de agentes públicos e privados da região do Matopiba com vistas à organização da base produtiva e à incorporação de novas tecnologias agrícolas, pecuárias e gerenciais;
- V – gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- e VI – cooperar com o Poder Público na implementação da política de defesa agropecuária. (BRASIL, 2016).

Compreendemos que as propostas para esta agência reforçam de forma detalhada as diretrizes do PDA do MATOPIBA, sobretudo no que diz respeito a organização de uma logística eficiente, na ampliação do uso de tecnologias agrícolas no campo e no fomento da capacitação técnica dos produtores rurais. Além disso, a agência MATOPIBA replica os mesmos erros do PDA do MATOPIBA, visto que esta instituição não inclui instituições que representam os interesses de comunidades “tradicionais” que vivem na região. A ausência de representantes dos quilombolas, das tribos indígenas e de líderes de movimentos sociais ligados a luta pela terra, parece ser uma estratégia de exclusão dos atores sociais compreendidos como potenciais “entraves” para a produção de *commodities* agrícolas, visto que há conflito de interesses sobre um dos principais elementos do agronegócio, a propriedade privada da terra. Além disso, é explícita a ausência de órgãos do próprio poder executivo como Ministério do Meio Ambiente e instituições relacionados com a questão ambiental (Instituto Chico Mendes – ICMBIO) no comitê gestor desta agência (bem como no próprio PDA do MATOPIBA), demonstrando descaso com as implicações ambientais.

Tal ausência de representantes das comunidades tradicionais (povos dos Cerrados) e de agências nacionais voltadas ao meio ambiente revela a falta de compromisso do PDA e do órgão gestor deste plano com relação as questões que são de grande relevância para um projeto que em tese visa “o desenvolvimento sustentável e equilibrado” social e ambientalmente, apontando o caráter excludente de tais políticas.

Desta forma podemos inferir que esse conjunto de informações e ações estratégicas criadas pelos os agentes hegemônicos são indícios do alto grau de alienação territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2011) do país e particularmente da região do MATOPIBA, visto que privilegiam estratégias de fortalecimento de normas hierárquicas produzidas em regiões distantes, negligenciando a diversidade e a experiência histórica e social desta região. Trata-se, portanto, de uma clara situação de uma prática invertida, não endereçada às reais necessidades da nação, em que se perde a dimensão do trabalho voltado aos interesses verdadeiramente coletivos e a distinção entre o que é público e privado, impedindo práxis sociais verdadeiramente transformadoras (PEREIRA, 2011, p. 99). Toda a construção realizada pela iniciativa privada e pelo Estado brasileiro através dos estudos realizados a partir da Embrapa/GITE e todos seus desdobramentos, confirmam o caráter extravertido e alienado de todas as expectativas propostas na delimitação geográfica da região do MATOPIBA.

Considerações finais

As relações sociais e políticas recentes no MATOPIBA propiciaram o surgimento de uma região com forte atuação do agronegócio e, diante disso, houve a possibilidade de elaborar, via articulações políticas do Estado, a região como ferramenta com intencionalidade

de dotar o espaço regional das condições materiais (tecnosfera) e imateriais (psicosfera, fluxos, ordens e informação) necessárias para a atração do investimento privado no setor, ou seja, este plano (e o conjunto de informações organizadas pelo GITE) lança as bases para uma nova forma de organização e ordenamento do território a partir da “invenção” regional voltada para o incentivo à produção de *commodities* agrícolas. Assim, o PDA do MATOPIBA pode ser compreendido como uma estratégia que legitimou a “invenção” de uma região como ferramenta para viabilização territorial, em que as grandes corporações do agronegócio serão ainda mais beneficiadas por esse plano.

Sem dúvida, a situação geográfica em tela não seria constituída sem as articulações da Embrapa, instituição de pesquisa que, para além do desenvolvimento de tecnologias para a produção agrícola, está assumindo novas funções dentro do aparelho estatal, capaz agora de influenciar o próprio ordenamento do território a partir da produção de conhecimento para subsidiar políticas públicas endereçadas a agentes privados. A criação do GITE evidencia a busca desta instituição no trabalho direto de planejamento territorial, como é o caso do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Assim, a Embrapa foi e é agente fundamental para a construção de um discurso de caráter técnico e científico, conferindo maior confiabilidade e legitimidade para os investimentos do Estado e do mercado no agronegócio da região.

Além disto, a Embrapa, neste início de século, também é responsável pela elaboração de uma psicosfera modernizadora que busca legitimar ações para a expansão do agronegócio globalizado no território brasileiro. Tal situação é verificada quando pesquisadores criam uma densidade informacional para induzir e justificar os investimentos do Estado e da iniciativa privada, em regiões consideradas estratégicas para o agronegócio. Portanto, essa configuração traduz-se no conhecimento técnico-científico, produzindo estratégias para maior acumulação de capital à seletos agentes do mercado.

Com tais propostas e procedimentos, o GITE possui uma postura conservadora das desigualdades e das injustiças sociais no MATOPIBA, sobretudo no campo, pois as suas ações estão alinhadas com as demandas corporativas, privilegiando setores e agentes envolvidos com o agronegócio. Mesmo sabendo da diversidade de agentes sociais que vivem no campo, esse grupo de pesquisa desconsiderou a necessidade de promover ações voltadas para tais agentes. Há um pensamento que considera o agronegócio como a única e a mais cabível forma de desenvolvimento agropecuário na região, negligenciando as outras formas possíveis de uso do território realizadas por comunidades tradicionais, o que demonstra o caráter seletivo e hierárquico das proposições do GITE.

Reconhecemos que as informações obtidas a partir da ideia de ITE possuem potencialidade para propor outras formas de planejamento estatal, em que possa ser considerada a diversidade existente no meio rural no MATOPIBA. Ao mesmo tempo em que

a ITE tem capacidade de formular uma região para o agronegócio, esse mesmo aparato técnico poderia, em outras condições políticas, servir de base para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e endereçadas às necessidades da própria região. Potencialmente, as condições técnico-científicas estão postas, contudo há necessidade de uma mudança de pensamento e um alargamento da política para que haja o reconhecimento da importância de diferentes racionalidades de produção e de outras possibilidades ao futuro do campo e das gentes na região.

Referências

ADECOAGRO. **Informações institucionais**. Disponível em: < <http://www.adecoagro.com>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Prefácio. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BERNARDES, Julia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, Julia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **Geografias da soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes/CNPq, 2009. p. 13-40.

BERNARDES, Júlia Adão; MALDONADO, Gabriela. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, Júlia Adão et al (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.57-80.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de janeiro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e A Criação de Seu Comitê Gestor**. Brasília, 2015.

_____. Projeto de lei complementar n.º 279, de 2016. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. Brasília, 2015.

BRASILAGRO. **Informações institucionais**. Disponível em: < <http://www.brasil-agro.com>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CASTILLO, Ricardo. Agricultura globalizada e logística nos Cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). **Circulação, transportes e logística diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras expressões, 2011. p.331-354.

_____. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 4., 2008, Santa Cruz do Sul. **Anais....** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008. p.1-19

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Inteligência Territorial Estratégica é ferramenta para transferência de tecnologia. **Embrapa**. [s.i]. 2016. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/noticia/13911147/inteligencia-territorial-estrategica-e-ferramenta-para-transferencia-de-tecnologia>>. Acesso em: 05 out. 2016.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e *land grabbing*: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, Júlia Adão et al (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.12-33.

FNP. **Agrianual**: Anuário da agricultura brasileira. FNP: São Paulo, 2015.

FREDERICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In: Congreso iberoamericano estudios territoriales y ambientales, 6., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p. 2134 - 2154. Disponível em: <[http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel Frederico.pdf](http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Samuel%20Frederico.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

GEOWEB MATOPIBA. **Página na internet**. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/matopiba/index.html>>. Acesso em: 03 out. 2016.

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. **Página na internet**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/quem/index.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. **Um Sistema de Inteligência Territorial Estratégica para o MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2014. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/gite>>. Acesso 19 out. 2015.

_____. **Caracterização Territorial Estratégica do Matopiba**. Campinas: Embrapa, 2015a. *66 slides, color*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2015b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.22, p.475-485, 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332/pdf_12>. Acesso em: 10 out. 2016.

LIMA, Débora Assumpção; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. Análise do preço de terras agrícolas no Tocantins: decifrando os caminhos do agronegócio. In: Simpósio internacional e Simpósios nacional de geografia agrária e jornada das águas e comunidades tradicionais, 7., 8., 2015, Goiânia. **Anais...**, Goiânia: UFG, 2015, p. 3379-3390.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Dilma e Kátia Abreu anunciam criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. 2016. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/05/dilma-e-katiaabreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MIURA, Juliana. Inteligência territorial e os desafios do crescimento sustentável da agricultura brasileira. **XXI Ciência para a vida**. Embrapa. Jan. 2016. Disponível em: <http://evaristodemiranda.com.br/wp-content/uploads/2016/05/XXI-Ciencia-para-a-vida12_EvaristoMiranda.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

ONDEI, Vera. Terra de valor. **Dinheiro Rural**, S.I, v.19, set. 2015. Disponível em: <<http://dinheirorural.com.br/secao/capa/terra-de-valor>>. Acesso em: 16 nov. 2015

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Potencialidades da análise regional no estudo das tendências de modernização e fragmentação do território. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 9, Nº 1, p. 13-22, 2009.

_____. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n.1, p.95-104, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11255>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil Século XXI - por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: [s.i], 1994. .

_____. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O retorno do território. In: **OSAL:** Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura Silveira. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinicius Antunes de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba.** Dissertação (mestrado em Geografia). PPGeo-UFU, Uberlândia, 2017. 193f.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

SLC AGRÍCOLA. **Informações institucionais.** Disponível em: <<https://www.slcagricola.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SPADOTTO, Bruno Rezende. *Land grabbing* e uso do território: capital financeiro e apropriação de terras no sul do maranhão e Piauí (MATOPIBA). In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 16., 2017, La Paz. **Anais...**, La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2017.

SOLLUS CAPITAL. **Informações institucionais.** Disponível em:<<http://www.solluscapital.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

Sobre os autores

Glaycon Vinícios Antunes de Souza – Graduação em Geografia Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestrado em Geografia Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2031-5371>.

Mirlei Fachini Vicente Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-1094-8829>.

Como citar este artigo

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta, foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. O autor **Glaycon Vinícios Antunes de Souza** ficou especialmente responsável por parte do desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e sua interpretação e pela elaboração de elementos cartográficos; o segundo autor **Mirlei Fachini Vicente Pereira**, foi o responsável por parte de alguns elementos teóricos, inserção de argumentação conceitual e bibliografias pertinentes ao tema do artigo, revisão textual e de elementos cartográficos e figuras presentes no texto.

Recebido para publicação em 15 de maio de 2018.

Devolvido para a revisão em 15 de agosto de 2018.

Aceito para a publicação em 26 de setembro de 2019.

O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: jebgeo@unb.br

Cíntia Lima Gonzaga

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: cintia_mda@hotmail.com

Resumo

O agronegócio no Brasil é responsável por um conjunto de transformações regionais associadas à intensificação da produção de *commodities*. A necessidade de incorporar novas áreas para a produção de cultivos comerciais permitiu a configuração do que tem sido chamada de a nova fronteira agrícola nacional simbolizada pela criação da região do Matopiba. O objetivo do presente artigo é analisar a conformação de um discurso regional de criação e desenvolvimento da região do Matopiba através da representação política no poder legislativo federal. O estudo tomou como referência metodológica os dados publicados no Portal da Câmara dos Deputados, composto por atas, pautas, notas taquigráficas e a íntegra dos discursos dos parlamentares associados à criação do Plano e Agência de Desenvolvimento da região do Matopiba. Na análise dos pronunciamentos foi possível identificar regularidades discursivas na defesa de políticas públicas específicas para região do Matopiba, bem como uma ação concertada envolvendo os poderes legislativo e executivo. O agronegócio é apresentado como aposta principal para o desenvolvimento regional mediante investimentos em infraestrutura e alocação de recursos para a modernização da atividade agropecuária.

Palavras-chave: Região; discurso; agronegócio; Matopiba.

Matopiba regional speech in the federal legislative power: practices and policies

Abstract

Agribusiness in Brazil is responsible for a number of regional transformations associated with the intensification of commodity production. The necessity of incorporate new areas for the production of commercial crops allowed the configuration of what has been called the new national agricultural frontier symbolized by the creation of the Matopiba region. The objective of this article is to analyze the conformation of a regional discourse of creation and development of Matopiba region through political representation in the federal legislative power. The study took as a methodological reference the data published in the Portal of the Chamber of Deputies, constituting it of minutes, guidelines, shorthand notes, and the speeches of the parliamentarians associated with the creation of the Plan and Development Agency for Matopiba region. In the analysis of the pronouncements it was possible to identify discursive regularities in the defense of specific public policies for Matopiba region, as well as a concerted action involving the legislative and executive powers. Agribusiness is presented as a major investment for regional development through investments in infrastructure and allocation of resources for the modernization of agricultural activity.

Keywords: Region; speech; agribusiness; Matopiba.

El discurso regional del Matopiba en el poder legislativo federal: prácticas y políticas

Resumen

El agronegocio en Brasil es responsable por un conjunto de transformaciones regionales asociadas a la intensificación de la producción de commodities. La necesidad de incorporar nuevas áreas para la producción de cultivos comerciales permitió la configuración de lo que se ha llamado la nueva frontera agrícola nacional simbolizada por la creación de la región de Matopiba. El objetivo del presente artículo es analizar la conformación de un discurso regional de creación y desarrollo de la región del Matopiba a través de la representación política en el poder legislativo federal. El estudio tomó como referencia metodológica los datos publicados en el Portal de la Cámara de Diputados, constituyéndolo de actas, pautas, notas taquigráficas, y los discursos de los parlamentarios asociados a la creación del Plan y Agencia de Desarrollo de la región de Matopiba. En el análisis de los pronunciamientos fue posible identificar regularidades discursivas en la defensa de políticas públicas específicas para la región del Matopiba, así como una acción concertada involucrando a los poderes legislativo y ejecutivo. El agronegocio es presentado como apuesta principal para el desarrollo regional mediante inversiones en infraestructura y asignación de recursos para la modernización de la actividad agrícola.

Palabras-clave: Región, discurso, agroindustria; Matopiba.

Introdução

A expansão do agronegócio e a incorporação de novas áreas para a reprodução do capital no campo no Brasil apresenta-se como um processo ininterrupto. Os investimentos na produção de flex crops e a aquisição de terras por grupos nacionais e estrangeiros dinamizam a constituição de redes de produção global associadas aos mecanismos de acumulação industrial e financeira (SAUER; BORRAS, 2016; FREDERICO; BUHLER, 2015). Portanto, uma lógica cuja exigência de rapidez no retorno dos investimentos simboliza um novo imperativo do agronegócio globalizado.

Muitas são as regiões no Brasil nas quais verificou-se nos últimos anos o crescimento da área plantada e colhida de commodities agrícolas destinadas ao mercado externo, especialmente o cultivo de soja. Produto com maior valor de produção entre as culturas agrícolas desenvolvidas no país.

O cerrado brasileiro foi e continua sendo lócus privilegiado da inserção do capital do agronegócio na constituição de arranjos territoriais produtivos possuindo os exemplos mais emblemáticos do que Denise Elias (2017;2016) tem chamado de regiões produtivas do agronegócio. Portanto, regiões detentoras dos mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio onde podemos encontrar uma mudança muitas vezes radical das formas de uso e ocupação dos espaços agrícolas. Tais regiões passam por uma intensificação da relação campo-cidade e do processo de urbanização, bem como do conjunto de técnicas

adotas com repercussões diretas para as relações de trabalho e no acirramento dos conflitos sociais por terra, água e moradia. A marcha do agronegócio para o Cerrado representa, portanto, um ponto de inflexão no contexto da disputa política envolvendo representantes do mercado e dos movimentos sociais.

No interior dos mais de 2 milhões de Km² de área do cerrado, extensão que ocupa 22% do território nacional, encontramos uma vasta porção do bioma na quase integralidade da região Centro-Oeste. No Nordeste o cerrado pode ser encontrado sobretudo nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Na região norte do país o cerrado também está presente, para além dos enclaves na área de domínio do bioma amazônico, nos estados de Rondônia e Tocantins.

Nas atuais bordas do cerrado, particularmente nos cerrados nordestinos e na porção norte de Tocantins, encontramos regiões que mais recentemente receberam o cultivo da soja. A partir daí passamos a ouvir referências à chamada região do Matopiba. Ou seja, um acrônimo que reúne as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Uma das primeiras iniciativas de reconhecimento institucional da região que passou a ser chamada de Matopiba foi implementada a partir da Portaria nº 244/2015 do Ministério da Agricultura e Pecuária. No documento pode-se encontrar um recorte territorial de 73 milhões de hectares perfazendo 337 municípios dos estados que compõem o Matopiba. Do total de municípios 135 são do Maranhão, 139 do Tocantins, 33 do Piauí e 33 da Bahia. (BUAINAIN et al, 2017).

De uma simples denominação toponímica para uma enunciação regional presente nos discursos de fortalecimento do agronegócio, a presente pesquisa estabeleceu um recorte pouco explorado entre os(as) pesquisadores(as), qual seja: investigar a gênese da região do Matopiba a partir do discurso dos(as) representantes da câmara e do senado federal que ajudaram a constituir uma nova regionalização ou um recorte regional em formação.

É importante lembrar a tradição na Geografia com relação ao debate sobre o conceito de região e regionalização. Haesbaert (2010, p. 109) nos lembra que a regionalização ou a tarefa de recortar o espaço é uma atribuição *par excellence* do geógrafo. Nesse quesito o autor propõe o entendimento da região como um artefato no sentido de que ela é tanto “fato” (concreto) como um “artifício” (teórico/arte). Tal postura, ainda segundo o autor, rompe com a dualidade de perspectivas estritamente realistas e idealistas sobre a região. Ao fim e ao cabo, a região e sobretudo o ato de regionalizar, pontuam a dimensão política utilizada não somente pelos(as) geógrafos(as) mas também por todos os atores sociais para acionar representações, identidades e fatos espacialmente referenciados.

O presente artigo está organizado em três partes mais a presente introdução e as considerações. A primeira parte tem como foco a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A segunda parte trata especificamente da composição da frente

parlamentar em defesa do desenvolvimento da região do Matopiba, grupo político responsável pela sustentação do marco legal de constituição da região e das políticas públicas voltadas para a referida região. Na terceira e última parte destaca-se a análise dos pronunciamentos oficiais de cinco personagens que ocuparam papel central na constituição do discurso sobre o Matopiba.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa baseia-se nas narrativas discursivas de representantes do Poder legislativo Federal, responsáveis pelas atividades que foram desenvolvidas ao longo da implantação do projeto da criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba). Este movimento instaura efetivamente a implantação da Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do Matopiba e a Agência de Desenvolvimento do Matopiba.

Do ponto de vista do discurso é importante ressaltar que a vocalização dos interesses políticos objetivados pelas narrativas compõe um importante ferramental analítico. Para Fernandes (2005, p. 12) “pode-se afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material”. A partir da existência material do discurso pode-se relacionar diretamente os aspectos de cunho social e ideológico, que estão inseridos no contexto social de enunciação.

O comportamento dos sujeitos de fala revela de forma contundente o panorama do ambiente decisório e representacional, no qual a relação direta dos candidatos com os interesses pessoais, políticos, sociais e, especificamente, econômicos são construídos subjetivamente. Sendo assim, Orlandi (2007, p. 15) afirma inicialmente que a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem.

Para fins de análise do discurso e do que entende-se ser a gênese da região do Matopiba utilizou-se como marco legal o decreto Nº 8.447, de 6 de Maio de 2015, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba no governo da Presidente Dilma Rousseff. O decreto estabeleceu a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do Matopiba.

Previamente, a adução da análise das práticas discursivas da Frente Parlamentar, oriunda da 55ª Legislatura existem: 01 Projeto de Lei aguardando parecer, 06 Requerimentos arquivados, 01 aguardando designação de relator, reuniões ordinárias e 02 audiências públicas. Com base no material disponível é possível verificar a regularidade discursiva dos parlamentares, e com isso, buscar identificar falas que foram anunciadas com mais frequência

e averiguar as relações políticas e como cada representante articular seus interesses. Nesse sentido, a partir dessas atribuições, a pesquisa investiga, com base na etnologia do campo de discussões, a genealogia da criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba), as discussões, os planejamentos que viabilizaram (ou visavam promover) a constituição da região como base referencial para a tomada de ação política com destaque para o desenvolvimento regional.

Como afirma Foucault (1970):

A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação e, por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. (FOUCAULT, 1970, p. 65)

As proposições que serão analisadas neste artigo partem da construção de uma triangulação entre os cargos dos membros da Frente Parlamentar, os discursos pertinentes à genealogia das políticas para o Matopiba e a conjunção de interesses manifestados pelos principais representantes políticos. Esses elementos corroboram com a construção dos procedimentos metodológicos para relacionar as falas e as intenções políticas. Ou seja, pretende-se com isso avaliar as intencionalidades inseridas que conduziram o repertório das práticas políticas.

Baseando-se em uma pesquisa de cunho qualitativo e de caráter exploratório por meio da análise discursiva e notas taquigráficas que estão disponíveis no portal da Câmara dos Deputados foi possível vislumbrar a conjectura do campo político e temático dos parlamentares e as influências dos elementos ideológicos expostos em cada fala e suas intervenções expressadas de maneira direta e indireta na construção da genealogia do Matopiba.

A análise discursiva a seguir constituirá nos 06 membros que representam os 04 Estados da região, sendo esta uma forma contundente de reafirmar a participação nos debates da coordenação e assim verificar quais as intencionalidades dos discursos relacionados aos investimentos na região.

O ambiente de vocalização foi sempre a tribuna da Câmara de Deputados em Brasília, Capital Federal. Sobre a importância do espaço político da Câmara e seus personagens Vogel (2001) afirma que:

Como em todas as categorias, faixas e estratos sociais existentes no país, eles possuem virtudes e defeitos, diferentes maneiras de pensar, projetos os mais diversos para enfrentar os problemas brasileiros. Mas todos, sem exceção, defendem ardorosamente suas propostas e ideias - o que faz da Câmara o espaço de debate aprofundado das questões de interesse público,

um espaço de acordos e consensos, de negociações legítimas em torno do futuro do País (VOGEL, 2001, p. 5)

Portanto, considera-se importante identifica-las como uma legitimidade do desempenho do papel dos parlamentares na Câmara dos Deputados, em tramitações legislativas que conduz vários processos que resultam na criação de leis. Esse reflexo de representação no Poder Legislativo implica nos debates e decisões de grande importância para o âmbito nacional, e este espaço que é simbolicamente reconhecido como a Casa do Povo. Esse campo de relação intensifica os interesses e a tentativa de eficácia de estratégias para a construção de um ambiente de negociações para a efetivação de projetos.

Em vista dos registros que serão apresentados, cabe ressaltar a relevância de tornar público às atividades legislativas que contribuíram para um levantamento minucioso acerca da criação do Matopiba e quais os objetivos e interesses que estão presentes em discursos e atividades dos políticos e suas relações com a região.

O estudo tomou como referência metodológica os dados publicados no Portal da Câmara dos Deputados, constituindo-o de atas, pautas, notas taquigráficas, e os discursos dos parlamentares que estão associados à criação do Plano e Agência de Desenvolvimento da região do Matopiba na Audiência Pública do lançamento da Frente Parlamentar. Para localizar os discursos sobre o tema utilizou-se o portal da “Câmara dos Deputados” mais especificamente o canal sobre “Discursos e Notas Taquigráficas”. Em seguida, no campo “Assunto”, a busca concentrou-se apenas na palavra Matopiba. Após a busca inicial foram encontrados documentos com informações desde o ano de 2015.

Matopiba e sua constituição política: construção de marcos legais

Para entender a constituição da região do Matopiba como trunfo político-ideológico para o fortalecimento do agronegócio é necessário deter-se na configuração da classe política que ajudou a dar a base legal para a proposta de criação do Plano e Agência de Desenvolvimento do Matopiba. Fato esse considerado como principal instrumento político de representação de interesses econômicos para a região.

O marco inicial para a composição política do Matopiba foi sem dúvida a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento da Região do Matopiba, instaurada no dia 02 de maio de 2015, composta por 218 Deputados Federais de diversos estados e partidos políticos. A Frente foi responsável, entre outras atribuições, por elaborar as políticas para o desenvolvimento econômico da região que culminou na proposta de criação da Agência de Desenvolvimento.

A Comissão é presidida pelo Deputado Federal, Irajá Abreu (PSD-TO), filho da ex-Ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB-TO), Agropecuarista e considerada uma das idealizadoras do projeto.

A Frente foi registrada na 55^o Legislatura e publicada no dia 10 de Junho de 2015, no Diário da Câmara dos Deputados com o objetivo de “proporcionar a devida atenção para a região do Matopiba”, como está explícito no Requerimento 2043/2015 emitido pelo Deputado Irajá Abreu, presidente da Frente Parlamentar; o Secretário-geral, Carlos Gaguim-DEM/TO, e os Coordenadores: Júlio Cesar-PSD/PI, João Bacelar-PR/BA, Professora Dorinha-DEM/TO e André Fufuca-PEN/MA.

O projeto foi assinado por 229 Parlamentares, e 19 Deputados Signatários (fora do exercício) de 26 Partidos Políticos de todos os Estados. Observando as assinaturas, é necessário ressaltar quais os partidos e quantos parlamentares são membros da Frente Parlamentar, a saber:

- O Tocantins de 08 deputados eleitos, 07 são membros na comissão, representando os seguintes partidos do DEM, PMDB, PSD e PSB;
- O Maranhão com 18 deputados eleitos, 11 são membros da comissão e dos respectivos partidos: PMDB, PSDC, PRB, PPS, PSDB, PEN, PCdoB e PT;
- O Estado do Piauí com 10 deputados eleitos, 04 são membros da comissão representando os seguintes partidos: PSB, PSD e PTB;
- 39 dos deputados eleitos na Bahia, 15 estão na comissão, e pertencem aos respectivos partidos: PT, PCdoB, PSC, PR, PSD, PR, PRB, PP e PTC;

Esses dados apresentam o grande número de parlamentares e a diversidade de partidos políticos e espectros ideológicos que apoiaram o projeto. A predominância de representatividade partidária pode ser observada como uma influência dos Governadores dos Estados e as coligações do ano de 2015. O Tocantins com 61% e o Maranhão com 89%, lideraram nas assinaturas; a Bahia com 38,46% e o Piauí com 40%, do quadro total de Deputados eleitos de cada Estado. No entanto, na análise desses dados, é possível identificar à queda da participação dos membros em demais reuniões, comissões e audiências públicas.

O resultado disso reflete nas Sessões Ordinárias realizadas ao longo dos anos de 2015 e 2016, que apenas 07 Deputados Federais, sendo eles: Deputado Carlos Henrique Gaguim (Bloco/PMDB-TO), Deputado Assis Carvalho (PT-PI), Deputado Paes Landim (Bloco/PTB-PI), Deputado Sergio Souza (Bloco/PMDB-PR), Deputado Mainha (SD-PI), Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), Deputado Júlio Cesar (PSD-PI), mantiveram a constância nas discussões durante esse período.

Dos deputados que permaneceram nas discussões, 03 são membros da comissão, exceto o Deputado Irajá Abreu-DEM/TO (presidente da Frente Parlamentar) que atuou poucas vezes em audiências, Reuniões e Comissões. Os demais membros, como o Secretário

Executivo, Carlos Henrique Gaguim-DEM/TO, o deputado Júlio Cesar-PSD/PI e João Bacelar-PR/BA tiveram diversas participações e discursos tendenciosos em suas participações nas sessões. Os demais não houve registro de falas associadas ao Matopiba.

Após sucessivas discussões ensejadas pela Frente Parlamentar caminhou-se para duas propostas mais concretas. A primeira dela realizada pela então Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, com o Decreto 8.447 de 6 de Maio de 2015 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba cuja finalidade é promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

A segunda ação mais direta foi o projeto de Lei Complementar 279/16 que autoriza o poder executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba. De acordo com a proposta compete à agência planejar, articular e desenvolver programas, projetos e ações destinados ao fortalecimento da infraestrutura agrícola da região do Matopiba, à inovação tecnológica no campo da agricultura sustentável e à orientação e ao apoio ao produtor rural, a qual deverá:

- I - articular, apoiar e acompanhar a execução de projetos de infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;
- II - promover, coordenar, apoiar e elaborar estudos, levantamentos, pesquisas e projetos de desenvolvimento do Matopiba;
- III - articular e elaborar projetos e atividades, nos âmbitos público e privado, de assistência técnica, extensão rural e formação profissional aos pequenos e médios produtores rurais do Matopiba;
- IV - promover a capacitação de agentes públicos e privados da região do Matopiba com vistas à organização da base produtiva e à incorporação de novas tecnologias agrícolas, pecuárias e gerenciais;
- V - gerenciar, técnica e administrativamente, projetos de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- VI - cooperar com o Poder Público na implementação da política de defesa agropecuária.

A proposta de criação da Agência está ainda em processo de avaliação. Evidente que as mudanças no contexto político pós golpe jurídico-parlamentar ajudar a sustar o projeto, sobretudo após a perda de capital político por parte da sua principal defensora, a senadora Kátia Abreu. A seguir, pretende-se avaliar o discurso dos principais representantes da gênese político do Matopiba como forma de compreender as intencionalidades anunciadas no debate político.

O Matopiba pela “voz” da representação política

Tal como descrito nos procedimentos metodológicos optou-se pela seleção de cinco personagens importantes na tessitura do discurso de fortalecimento da região do Matopiba. O objetivo foi de demonstrar o elo de ligação entre a ação política e a construção de um bloco político regional novo. Espera-se com isso não personificar os discursos, mas sim enfatizar as conexões envolvendo o agronegócio como bandeira principal de dinamização econômico-regional do Brasil Central mediante atuação da classe política.

Personagem 1: Ministra Kátia Abreu

Para dar início as análise dos pronunciamentos, além dos deputados citados acima, é pertinente salientar a presença da ex-Ministra da Agricultura (2014-2016), Katia Abreu. A então Ministra participou da audiência pública na câmara federal destacando as diretrizes do projeto e os colaboradores da realização do mesmo, como será apresentado na sua fala a seguir:

[...] Carlos Gagum, que coordena a Frente do Matopiba, já foi Governador do Estado do Tocantins, a quem quero agradecer por essa iniciativa para fortalecer a nossa região do Matopiba. Foi fundamental o seu requerimento, a sua iniciativa de criar essa Frente Parlamentar. [...] Cumprimento os Deputados João Carlos Bacelar, que representa a Bahia, André Fufuca, que representa o Maranhão, Vicentinho Júnior, que representa o Tocantins, e Júlio Cesar, que não está aqui hoje, mas representa muito bem o Piauí. [...] Sugiro às bancadas estaduais dos quatro Estados que também criem as suas frentes parlamentares, porque nós vamos precisar de muito trabalho e harmonização de leis dos quatro Estados, se, de fato, os Governadores tiverem a intenção de fazer um consórcio estadual entre os quatro Governos para determinado tipo de assunto ou de projeto com relação à questão ambiental. (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, N° 076715 02/06/2015)

A participação da Ministra na implantação do projeto foi algo primordial para os deputados do seu Estado (Tocantins) cujos quais elencaram diversas propostas para o desenvolvimento econômico da região tais como o Plano Safra, Sustentabilidade, o desenvolvimento do Cerrado e outras propostas que serão enunciadas pelos demais.

Ainda na mesma ocasião a ex-Ministra ressaltou a importância econômica da região do Matopiba:

Se o Brasil inteiro cresceu 5% ao ano, a região do MATOPIBA cresceu mais de 20%. Em termos de crescimento de área plantada e produtividade, o Tocantins me assustou. Nos últimos 5 anos, a produtividade agrícola do Estado do Tocantins cresceu mais de 83%. Dessa mesma forma aconteceu em outras regiões, como o sul do Maranhão, o oeste da Bahia, em que se

começou mais cedo. Enfim, estamos trabalhando aquele espaço territorial, que já foi criado por decreto. Nós estamos na segunda etapa agora, que é a formatação da agência, que vai ter uma função primorosa, fundamental para o desenvolvimento da região, porque vai receber recursos privados nacionais e internacionais. (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, N° 076715 02/06/2015)

Para a ex-Ministra as ações do Governo para a região deveriam priorizar três aspectos principais:

No que diz respeito especificamente ao MATOPIBA, nós estamos priorizando com muita força três pontos de que a agência deverá cuidar. A melhor forma de não cuidar de nada é cuidar de tudo. Então, nós vamos focar infraestrutura, inovação e tecnologia e classe média (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, N° 076715 02/06/2015)

Não resta dúvidas que o grande mote para a consolidação da região do Matopiba tem sido o fortalecimento da dinâmica produtiva associada ao agronegócio. Foram muitos os investimentos anunciados para a construção/recuperação de estradas, ferrovias e armazéns. Para fortalecer o que a Ministra chama de classe média no campo o foco prioritário foi o “Programa Campo na Classe média” cujo objetivo era o de levar 400 mil agricultores das classes D e E para a classe C até 2018, com isso, a classe média no campo chegaria a 800 mil.

A Ministra finalizou seu discurso conclamando os deputados para a criação da frente parlamentar no Senado a partir do apoio de senadores dos respectivos estados interessados em aderir ao movimento.

Personagem 2: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)

O Deputado Carlos Henrique Gaguim (Bloco/PMDB-TO), com candidatura vigente 2015-2019 era o Secretário-Geral da Frente Parlamentar do MATOPIBA, e nesse período, foi autor de diversas pautas para a região, entre elas :INC 2918/2016¹, REQ 34/2015 CAPADR², INC 761/2015³, INC 762/2015⁴, REQ 163/2015 CAPADR⁵. O convite aos demais parlamentares enfatizando sua árdua participação e preocupação com o lançamento da Frente Parlamentar sobre o Matopiba, e o lançamento do Plano Safra para a Presidência.

¹ Requer o envio de Indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sugerindo a continuidade na execução do projeto voltado ao desenvolvimento sustentável do setor agropecuário da região do Matopiba;

² [...] a realização de audiência pública conjunta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDIC, e Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (CAPADR) destinada a discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do Matopiba;

³ Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério dos Transportes, sugerindo a priorização dos investimentos em ferrovias para o escoamento da produção da região do Matopiba;

⁴ Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério dos Transportes, sugerindo a priorização dos investimentos em hidrovias para o escoamento da produção da região do Matopiba;

⁵ Requer nos termos regimentais, a realização de Seminário em Palmas/TO, com o objetivo de discutir a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do Matopiba.

No discurso do deputado, ele enfatiza sempre a importância da “mais nova logística deste país”. Em outra reunião, no dia 12 de Maio de 2016, Carlos Henrique Gaguim, inicia sua fala enfatizando a região como uma das “fronteiras agrícolas mais importantes deste País” e informa que juntamente com a Ministra, seria o lançamento do projeto MATOPIBA. E ressalta:

O consórcio desses Estados vai contribuir para a geração de empregos e para a nossa produção, que é de fundamental importância para o Brasil, principalmente para o povo do Estado do Tocantins, da Bahia, do Maranhão e do Piauí. Quero deixar meu agradecimento à Ministra Kátia Abreu. Inclusive agora, com a criação da região MATOPIBA, região estratégica para a produção brasileira de grãos e o desenvolvimento da última fronteira agrícola do país [...] (informe verbal)

Observa-se a afirmação dos interesses em explorar a região com o intuito de alcançar o desenvolvimento decorrente de parcerias com diversas empresas e além disso, apontando essa integração como uma solução para os fatores que implicam no setor trabalhista. Nesse debate de integração e parcerias econômicas, Gaguim cita também a participação de diversos grupos empresariais e investidores (“Mitsubishi, Toyota, empresários japoneses e americanos”) em eventos promovidos pela Ministra Kátia Abreu que foram realizados no Tocantins, com a justificativa de aumentar os investimentos, e afirma “[...] sobre a importância do projeto MATOPIBA para esses quatro Estados, onde a agricultura tem que ser mecanizada e onde é preciso melhorar a infraestrutura. E quem tem que fazer isso é o Governo.” (Informe verbal).

O Deputado também enaltece os atrativos da região e como o Governo deve agir em relação aos possíveis investidores “Para que os empresários possam ir para a região, é preciso haver estradas, energia, tecnologia, postos de saúde.” E em seguida, destaca a sua preocupação com o proceder desse projeto “e é por isso que estamos cobrando do Ministro que não deixe o Matopiba para segundo plano. Têm de ser prioridade no nosso Matopiba a educação e a segurança pública, porque aqueles quatro Estados vão gerar milhares de empregos para o Brasil e para o mundo”.

Destaca igualmente a importância da região do Matopiba para alimentar o mundo: “Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia têm condições de matar a fome do mundo.” E em seguida, em outro trecho, ele destaca os milhares de hectares agricultáveis para o desenvolvimento, industrialização e a mecanização no Matopiba, como segue:

[...] Há ali milhares e milhares de alqueires, de hectares, que precisam da industrialização. E qual é o mecanismo para essa industrialização? É o dinheiro. É preciso que as pessoas de todo o Brasil venham para o nosso Estado, a fim de investir e agregar valor a essa produção importante que é o agronegócio, que é a agricultura (Câmara dos Deputados, Sessão: 269.2.55.O, 24/10/2016).

Na transição dos Governos Dilma e Temer já é possível observar uma certa tensão sobre a prioridade do Matopiba para o executivo federal. Pois segundo fala do Deputado: “Infelizmente parece que, com a visão do novo Ministro, esse projeto está parado. Parece-me que vai haver uma reunião no Tocantins, e eu gostaria que o Matopiba fosse considerado prioridade.” E argumenta, a necessidade da região de alcançar o que tanto é almejado, o ‘desenvolvimento’, a partir de grandes projetos e obras de infraestruturas adequadas.

Em outras sessões realizadas no ano de 2016, pós-impeachment do Presidente Dilma Rousseff, o Deputado cita os investimentos que foram feitos pela Ministra Katia Abreu, e solicitou-o mais atenção ao Governo Federal e ao Ministro da Agricultura uma atenção especial para o Matopiba; devido os recursos que foram alocados para a região, como segue:

Na Comissão, nós alocamos recursos que vão beneficiar a população de Estados que precisam dessa tecnologia, que precisam do poder público e que precisam de vários empresários do País todo. Espero que esses recursos vão para esses Estados e que possa haver uma infraestrutura mínima de estradas, de energia, de ferrovias, para o escoamento da produção. O nosso Tocantins e os Estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí são viáveis e estão prontos para produzir, para ajudar o País e para dar emprego aos brasileiros. Infelizmente está meio parado, infelizmente não está sendo dada atenção especial ao MATOPIBA. Na semana que vem, terei todos os dados, cobrarei novamente. (Informe Verbal)

E finaliza, relatando quando sua participação na Comissão de Orçamento” destinamos quase 400 milhões para a logística dos quatro Estados, última fronteira agrícola do País”, e assim, afirma em suas palavras o interesse dilucidável “com terras férteis que precisam receber um tratamento mecanizado e serem mais bem tratadas, com melhor adubação, com mais tecnologia” (Informe Verbal).

A bancada do Estado do Tocantins apresentou diversas emendas orçamentárias destinadas a investimentos na região, e no ano de 2015, o parlamentar destaca o seu envolvimento com a Ministra, priorizando projetos de infraestrutura “Estamos elaborando, juntamente com a Ministra Kátia Abreu, um projeto de infraestrutura para que o povo, os empresários, o pequeno produtor encontre no Estado a infraestrutura necessária de estradas, de energia, com as terras legalizadas”. E nessa perspectiva, ele insiste sempre em suas falas, reafirmar que “esses quatro Estados se tornem a nova fronteira do Brasil.” Há também um destaque para sua participação e contribuição como coordenador de bancada a doação também de Senadores, “com prioridade para o Matopiba, no valor de 100 milhões de reais. “Esperamos que ela seja aprovada” (informe verbal)

É interessante destacar também na fala do deputado a preocupação com as ações do Governo para o processo de criar e como manter a “fronteira agrícola”, e ressalta mais uma vez “que toda a região do Matopiba precisa de investimento” e destaca como solucionar essa questão:

É preciso que o Governo volte a permitir que qualquer pessoa, estrangeira ou não, que queira comprar sua terra aqui tenha o direito de comprá-la e de produzir nela. Nós temos que criar aqui, nesta Casa de Leis, gatilhos e emendas para que 50% das terras compradas por estrangeiros possam ser utilizadas para a criação de indústrias e, assim, possam gerar empregos (...) Nós estamos aqui na Câmara, dia e noite, lutando para que seja aprovada a venda dessas terras — esse assunto virá às Comissões — para o sul-americano, o chinês, enfim, para o estrangeiro que quiser investir aqui no nosso País. O mundo está aberto (Câmara dos Deputados, Sessão: 269.2.55.O, 24/10/2016)

Chama atenção o discurso enfático do deputado pela necessidade de ampliar investimentos externos na região do Matopiba particularmente no que concerne a venda de terras da região para estrangeiros (PEREIRA; PAULI, 2016). Segundo o parlamentar seria uma alternativa para a geração de empregos e atração de indústrias para a região.

Personagem 3: Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

Em reunião ordinária da Frente Parlamentar o Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), inicia sua fala com diversos elogios à Ministra Kátia Abreu e ressalta que ‘o agronegócio “desequilibra” favoravelmente a balança comercial brasileira, agradece a V.Exa. a condução do Ministério”⁶. E ressalta que:

[...] o agronegócio agradece. O agronegócio brasileiro tem que comemorar. Nós temos visto crises e mais crises acontecerem no Brasil, mas tenho certeza absoluta — como 2 e 2 são 4 — de que o agronegócio está na outra ponta desta crise que estão anunciando no País. É o agronegócio que está empregando, é o agronegócio que está gerando mão de obra, é o agronegócio que está trazendo dividendos para estes quatro Estados por meio do Matopiba e do Brasil todo. (Câmara dos Deputados, Reunião 0767/15, 02/06/2015)

O discurso do deputado se estende em outras reuniões realizadas pela CAPADR e Frente Parlamentar. No dia 19 de maio de 2015, na sessão ordinária sobre a Importância do agronegócio para a balança comercial do país, após a criação do PDA MATOPIBA, o parlamentar relata a importância do agronegócio para a economia brasileira e cita eventualmente o encontro de empresários internacionais com os representantes do Governo Federal, segue afirmando:

Como exemplo de desenvolvimento e expansão do agronegócio ao longo desses anos, podemos citar a região do MATOPIBA, que compreende Municípios dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da minha querida Bahia. Em tempo, eu gostaria de cumprimentar a nossa Ministra da

⁶ Deputado Federal João Carlos Bacelar em Audiência Pública da Frente Parlamentar do Matopiba no dia 02 de Junho de 2015.

Agricultura, Kátia Abreu, e o nosso Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Dr. João Martins, pela iniciativa de criar o Plano de Desenvolvimento dessa região. Essa região, que enfrentou tantos desafios sem o apoio necessário de governos que se sucederam, agora terá uma agência que leva o seu nome, MATOPIBA. Certamente, isso é para impulsionar o seu desenvolvimento econômico de forma sustentável e integrada, unindo produtores rurais, independentemente do porte, para fazer crescer uma classe média rural, aumentar os investimentos em infraestrutura, construir estradas e ferrovias, reduzir a distância de acesso aos portos, focar em tecnologia e assistência técnica. Isto certamente fará dessa região o novo celeiro do Brasil. (Câmara dos Deputados, Sessão 113.1.55.O, 19/05/2015)

E em seguida, reforça sobre a produção de grãos que alcançaram recordes e a possibilidade de ampliação desses números com o desenvolvimento do MATOPIBA. Como é citado a seguir, em um trecho da sua fala ele ressalta a participação da China no país e relata “[...] tem noção do que isso representa? A China está hoje, aqui no Brasil, discutindo exatamente este tema. E, por coincidência, este é nosso pronunciamento.”

O deputado destaca a quase dependência da região do Matopiba para a melhoria dos indicadores econômicos da agricultura no Nordeste, como é citado no trecho a seguir:

O crescimento do Maranhão, do Piauí e da Bahia se justifica, Sr. Presidente, pelo crescimento da região que integra o MATOPIBA. Caso contrário, estaríamos integrando esse triste indicador de redução da área plantada de uma região que já foi líder na produção de cana-de-açúcar, de algodão e de feijão. (Câmara dos Deputados, Sessão 113.1.55.O, 19/05/2015)

Há também um reforço em suas falas com relação ao orgulho dos índices que serão possíveis alcançar com a produção do agronegócio e demonstra o entusiasmo como a iniciativa do Governo Federal, segue:

[...]E tudo indica que, em 2015, o País produzirá 7 milhões de toneladas a mais do que na última safra. Isso é orgulho para o Brasil! Isso é orgulho para o meu Estado da Bahia! [...] Isso é orgulho para a Região do Centro-Oeste brasileiro, que é um celeiro de produção, em Mato Grosso, em Goiás! Isso é orgulho para o Brasil! Assim como a PETROBRAS é motivo de orgulho para o brasileiro, o agronegócio hoje representa a Pátria amada, Brasil, um orgulho para todos os brasileiros pelo potencial econômico na balança comercial. (Câmara dos Deputados, Sessão 113.1.55.O, 19/05/2015)

E destaca:

Mais uma vez, o destaque é para a soja. Presidente, no Governo da Presidenta Dilma. Isso se deve à inovação, à tecnologia. É a ciência a serviço da humanidade. É a pesquisa a favor dos nossos produtores rurais. É essa força dos produtores, associada às empresas de pesquisa. Aqui citamos o importante trabalho da EMBRAPA, que tem tornado a nossa agropecuária uma das mais competitivas do mundo, comprovando também a sua sustentabilidade. (Câmara dos Deputados, Sessão 113.1.55.O, 19/05/2015)

Finaliza seu pronunciamento chamando a atenção para a crise agropecuária do Nordeste destacando o problema da dívida rural enfrentada pelos agricultores e a necessidade de soluções concretas.

Personagens 4 e 5: Deputado Júlio César (PSD-PI) e Paes Landim (Bloco/PTB-PI)

Em audiência Pública em 20 Maio de 2015, na sessão sobre a produção agrícola do Estado do Piauí e incentivos no Cerrado, o Dep. Júlio César (PSD-PI) se manifesta como os demais, favorável a criação do programa e visa os incentivos para o Cerrado, e destaca o desenvolvimento econômico das regiões e parabeniza a Presidente da República pela iniciativa, como segue:

A Presidente Dilma Rousseff criou um programa de incentivo à produção sustentável nos cerrados do Piauí, do Maranhão, do Tocantins e da Bahia, bioma responsável hoje por 10% da produção nacional. Esse programa quer estimular o aproveitamento dos cerrados para que possam eles produzir 15%, 20% ou, quem sabe, 25%, porque esse é o grande potencial que o Brasil tem para crescer na produção agrícola. Quero dizer a todo o povo do Brasil que o Piauí multiplicou quatro vezes a sua produção agrícola em 10 anos. E, tenho certeza, dentro do Brasil só pode dobrar.[...] A Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, foi aos 4 Estados - Piauí, Tocantins, Bahia e Maranhão - lançar esse programa, graças ao qual o Piauí já tem agricultor produzindo 170 mil toneladas de grãos. [...]Eu quero cumprimentar a Ministra Kátia Abreu, a Presidenta Dilma e os Governadores desses 4 Estados, porque esse programa vai transformar a economia desses 4 Estados, onde há uma central de produção agrícola dos cerrados brasileiros. (Câmara dos Deputados, Sessão 117.1.55.O, 20/05/2015)

Nesse mesmo viés, o deputado Paes Landim (Bloco/PTB-PI), em discussões acerca do projeto de recuperação dos rios da região do Matopiba, registra o papel da Ministra Kátia Abreu e se posiciona com a afirmativa de que estão criando grupos “que impõe diretrizes a respeito de um trabalho conjunto em todos os Estados para a expansão sustentável da agropecuária na fronteira agrícola” (informe verbal). O deputado ressaltar o trabalho do MAPA e as prerrogativas da inteligência e planejamento territorial voltado para a região do Matopiba.

A Ministra Kátia Abreu, competente e dinâmica, que conhece profundamente a agricultura, porque é uma produtora rural moderna, uma líder do setor, está exatamente criando um grupo de trabalho que impõe diretrizes a respeito de um trabalho conjunto em todos os Estados - na Bahia, no Tocantins, no Maranhão e no Piauí - para a expansão sustentável da agropecuária na fronteira agrícola citada. Sob o nome de Matopiba - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia -, ela pretende definir com objetividade o espaço geográfico do Cerrado de forma sustentável, para o bem-estar e o interesse da nossa sociedade. Nesse sentido, o que ela chama de "inteligência e planejamento territorial" seria um trabalho a ser feito pela EMBRAPA. A EMBRAPA desta vez tem comando, porque a Ministra Kátia Abreu não vai deixá-la ficar na inércia, como

aconteceu com alguns Ministros displicentes ou indiferentes à política agrícola. A firme liderança de Kátia Abreu vai se fazer sentir. O que a rubrica "Inteligência e Planejamento Territorial", para a expansão do agronegócio, pensa estudar nesse contexto? Recorte territorial, biomas, microrregiões, delimitação geográfica, quadro natural, agrário e agrícola, infraestrutura e logística, quadro socioeconômico, planejamento de atuação da EMBRAPA e parceiros que estejam à altura do papel para a qual o órgão foi criado. (Câmara dos Deputados, Sessão 054.1.55.O,30/03/2015)

Percebe-se claramente que os deputados que apoiam o fortalecimento da região do Matopiba enxergam na proposta uma possibilidade de alavancar investimentos no setor do agronegócio em seus respectivos estados inaugurando uma nova fase de prosperidade guiada por uma ação de desenvolvimento regional.

Considerações finais

A partir dos fragmentos das falas de importantes personagens políticos foi possível identificar a linha discursiva da comissão, e também quais são as principais propostas, as temáticas abordadas com mais frequência e qual a ideia de desenvolvimento que estão sendo defendidas para a região. Definitivamente, sobressaiu a defesa do desenvolvimento regional através do fortalecimento do agronegócio apresentado com o diretamente responsável pela geração de emprego e renda para a região do Matopiba.

Outro fato inconteste diz respeito à congruência das ações do Governo Federal via Ministério da Agricultura e as propostas oriundas da frente parlamentar demonstrando uma visível pactuação entre diversas forças políticas pró-agronegócio.

Em linhas gerais os discursos examinados apresentaram regularidades discursivas que apoiavam: a iniciativa do Governo Federal; a criação da região produtiva Matopiba; a expansão de uma fronteira agrícola devido à alta produtividade; e as expectativas de desenvolvimento econômico em um novo território visando a sustentabilidade e a integração regional. Posteriormente, no ano de 2016, os parlamentares tencionavam suas falas para as possíveis parcerias de investidores (Japão) na região com ênfase no fato de ser essa uma estratégia importante para o desenvolvimento de mais uma “modernização na agricultura”. Destaca-se também: as legislações ambientais do Brasil, sendo uma das mais “rigorosas” e “avançadas”; a criação do possível Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC); investimentos econômicos; e sempre enfatizando a importância do desenvolvimento do projeto.

Grande parte das falas enunciam ainda uma relativa quebra da harmonia pactuada entre setores do Governo e as propostas encaminhadas pela frente parlamentar com a deposição da Presidente Dilma e a perda de capital político da Senadora Kátia Abreu. O próprio Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN/TO) manifestou preocupação com a

interrupção da alocação de recursos para a região do Matopiba. Em sessão do dia 05/07/2016 fez um pronunciamento destacando que “Nós não podemos e não vamos aceitar! Vamos estar vigilante, cobrando do Ministro, pedindo ao Presidente Temer que garanta os recursos que alocamos para aquela região de fundamental importância para o desenvolvimento do País. É questão de logística, é questão de Brasil, é questão de emprego e de desenvolvimento de uma região esquecida que tanto precisa de nós governantes.” Seria essa uma manifestação de uma fragilidade do discurso político de edifício regional Matopiba? Essa é uma reflexão que estudos futuros poderão iluminar.

Referências

BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**, v. 12, p. 112-124, 2009.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Projeto de lei complementar**. Aprovado 10 de maio de 2016. ed. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Decreto federal nº 8. 447, de 6 de maio de 2015**. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Comissão de agricultura, pecuária abastecimento e desenvolvimento rural**: Reunião 0767/15,02 de jun.2015. ed. Brasília, DF,2015.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Dinâmica da Economia e da Agropecuária no MATOPIBA. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 1, p. 1-56, 2017.

ELIAS, D. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio. OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 19-56.

ELIAS, D. A cidade e o campo: ambiente e sociedade. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A. da; SANT'ANNA Neto, J. L.; MELAZZO, E. S. (Org.). **A diversidade da geografia brasileira**. Escalas e dimensões da análise e da ação. 1ed.rio de janeiro: Consequência, 2016, p. 211-232.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: ed. Loyola, 2009a.

FREDERICO, S.; BUHLER, E. A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 1. 208p

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: UFF, 1997. 320p.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEREIRA, L. I.; PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo - Território**, v. 1, p. 196-224, 2016.

SAUER, S.; BORRAS, J. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica. **Campo - Território**, v. 11, p. 6-42, 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de contas eleitorais**. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

VOGEL, L. H.; MARTINS, R.; XAVIER, R. **O poder legislativo no Brasil, um estado republicano, democrático e representativo**. Disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/Eventos/diaparlamento/dia_parlamento_material_apoio.pdf Acesso em: 10 de ago.2018

Sobre os autores

Juscelino Eudâmidas Bezerra – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UEC); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UEC); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Docente na Universidade de Brasília (UnB); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2187-2890>

Cíntia Lima Gonzaga – Graduação em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Pós-graduação em Geografia: análise territorial e ensino de Geografia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Mestranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-3859-9181>.

Como citar este artigo

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cintia Lima. O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Juscelino Eudâmidas Bezerra** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, procedimentos técnicos, tradução do artigo, análise e interpretação dos dados; o segundo autor **Cíntia Lima Gonzaga**, pela aquisição de dados interpretação e análise.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 29 de novembro de 2018.

O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro¹

Simony Lopes da Silva Reis

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
e-mail: simony.geo@gmail.com

Noeli Pertile

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
e-mail: noeli.pertile@yahoo.com.br

Resumo

O modelo de crescimento econômico brasileiro está pautado na separação sociedade-natureza e na mercantilização desta última e de toda a vida que a compõe. Esta racionalidade econômica expressa a coexistência assimétrica de diferentes modos de produção que acompanham o processo de modernização do campo brasileiro, associado à dinâmica e disseminação do agronegócio em escala mundial onde características da modernidade são acompanhadas pela permanência de instrumentos colonialistas. Neste sentido, este artigo se propõe a discutir a contradição entre a modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado nos cerrados brasileiros, especificamente no oeste da Bahia, área participante do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – PDA MATOPIBA. A discussão destaca as formas de sobreposição e imposição do modo de vida hegemônico aos diversos modos de vida tradicionais nos cerrados, assim como destaca a degradação dos elementos naturais em função da substituição dos cerrados por grandes áreas de monoculturas.

Palavras-chave: Monocultura; agronegócio; territorialização; natureza.

MATOPIBA: the modernity and coloniality of Brazilian agricultural development

Abstract

The model of Brazilian economic growth is based on the separation of society and nature and on the commodification of the latter and of all the life that composes it. This economic rationality expresses the asymmetrical coexistence of different modes of production that accompany the process of modernization of the Brazilian countryside, associated to the dynamics and dissemination of agribusiness on a world scale where characteristics of modernity are accompanied by the permanence of colonialist instruments. In this sense, this article proposes to discuss the contradiction between modernity and coloniality present in the relations of territorialization of globalized capital in the Brazilian cerrados, specifically in western Bahia, a participant area of the MATOPIBA - PDA MATOPIBA Agricultural Development Project. The discussion highlights the forms of overlap and imposition of the hegemonic way of life to the different traditional ways of life in the Cerrados, as well as the degradation of the natural elements due to the substitution of the cerrado by large areas of monocultures.

Keywords: Monoculture; agribusiness; territorialization; nature.

¹ Texto vinculado ao projeto de doutorado intitulado Faces e Fases da Territorialização do capital globalizado nos cerrados do centro-norte brasileiro, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na modalidade bolsa de doutorado.

MATOPIBA: la modernidad y la colonialidad del desarrollo agrícola brasileño

Resumen

El modelo de crecimiento económico brasileño está pautado en la separación sociedad-naturaleza y en la mercantilización de esta última y de toda la vida que la compone. Esta racionalidad económica expresa la coexistencia asimétrica de diferentes modos de producción que acompañan el proceso de modernización del campo brasileño, asociado a la dinámica y diseminación del agronegocio a escala mundial donde características de la modernidad son acompañadas por la permanencia de instrumentos colonialistas. En este sentido, este artículo se propone discutir la contradicción entre la modernidad y la colonialidad presentes en las relaciones de territorialización del capital globalizado en los cerrados brasileños, específicamente en el oeste de Bahía, área participante del Proyecto de Desarrollo Agropecuario del MATOPIBA - PDA MATOPIBA. La discusión destaca las formas de superposición e imposición del modo de vida hegemónico a los diversos modos de vida tradicionales en los cerrados, así como destaca la degradación de los elementos naturales en función de la sustitución de los cerrados por grandes áreas de monocultivos.

Palabras clave: Monocultura; agronegocio; territorialización; naturaleza.

Introdução

A década de 1970 é marcada por profundas mudanças no que se refere à forma de apropriação e transformação da natureza em bem comercializável em grande escala de produção. A Revolução Verde que encabeçou este processo tem como fundamento central a tecnologia, a monocultura em escala global sendo um importante evento para difusão do meio técnico-científico-informacional, o qual se configura como expressão física do capitalismo, ou seja, reflete as dinâmicas do capital no processo de globalização dos mercados mundiais através da dinâmica dos sistemas de objetos e sistemas de ações, os quais se configuram enquanto equipamentos concretos e as relações imateriais estabelecidas entre estes (SANTOS, 2006).

Pensar nesta perspectiva é compreender a desigualdade inerente a este arcabouço técnico, uma vez que ele está imbuído de intencionalidades que podem, e de fato estão, a favor do capital e da ampliação e verticalização dessas desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2001; 2006). A partir deste contexto, este artigo tem como objetivo discutir acerca da contradição entre a modernidade e colonialidade presentes nas relações de territorialização do capital globalizado nos cerrados brasileiros, especificamente no oeste da Bahia, área participante do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA).

A dominação de uma determinada porção do espaço geográfico a partir de intencionalidades específicas e voltadas para o capital impõe uma desterritorialização das bases tradicionais de produção, pautadas em temporalidades diversas e ancestrais para uma territorialização do “novo”, o moderno com sua base tecnológica legitimada pela ciência

moderna e cada vez mais voltada para a dinamicidade dos tempos curtos, ou seja, da produção mais acelerada e em maior quantidade.

Este processo não ocorre de forma linear, nem ocasionando exclusões imediatas, trata-se de assimetrias em que o moderno e o colonial co-existem, principalmente nas formas com que as relações sociais se estabelecem, onde as bases técnicas são cada vez mais avançadas e interligadas aos mais novos meios informacionais ao passo que as relações de trabalho não acompanham tais avanços, afirmação comprovada pelos dados dos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em relação a lista de trabalho escravo no Brasil, em que sua grande maioria estão no campo e em empresas do agronegócio. O caráter contraditório da modernidade e da colonialidade também se materializa nas formas de apropriação das terras, prevalecendo a grilagem, a pistolagem e o conflito armado na formação de grandes empreendimentos com elevado aporte de tecnologia de ponta para produção de *commodities*, como pode ser observado nos trabalhos de Santos e Vale (2012), Haesbaert (1997), Porto-Gonçalves e Chagas (2018) entre outros.

A revolução das técnicas no modo de produção do campo foi sendo ampliada e renovada em “tempos curtos”, assim como a própria produção que obedece a lógica fordista do imediatismo, não respeitando leis básicas da natureza, a exemplo do processo de resiliência que se configura como o período necessário para que o sistema natural se restabeleça diante de alguma alteração na sua dinâmica normal, seja ela de força natural ou social. Desta forma, também nesta análise, a assimetria se revela, uma vez que duas temporalidades estão em conflito. Uma temporalidade acelerada, característica do modo de produção capitalista agrário-exportador; e outra, a dos sistemas naturais que obedece suas próprias leis, além das temporalidades dos diversos sistemas sociais que habitam as áreas dos cerrados e que possuem suas dinâmicas e organizações próprias, as quais se veem ameaçadas diante do modelo hegemônico que se territorializam cada vez com maior intensidade (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018).

Neste sentido, a implantação dos novos espaços agrícolas passa por profundas transformações decorrentes dos modelos de desenvolvimento econômico-financeiro produtivo, os quais têm por fundamento a separação e afastamento do ser social e a natureza. Porto-Gonçalves (2006, p. 81) realiza uma reflexão acerca do termo des-envolvimento no sentido de tirar o envolvimento, onde aponta que “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território”, trazendo a reflexão acerca das escolhas e estratégias dos modelos hegemônicos.

A industrialização das atividades agrícolas, especialmente através de complexos agroindustriais, é denominada modernização da agricultura, apontada por Santos (2015) como reflexo da lógica da globalização do capital no campo. Lógica que obedece a um sistema onde o capital é o foco central das relações, a racionalidade é puramente econômica. A

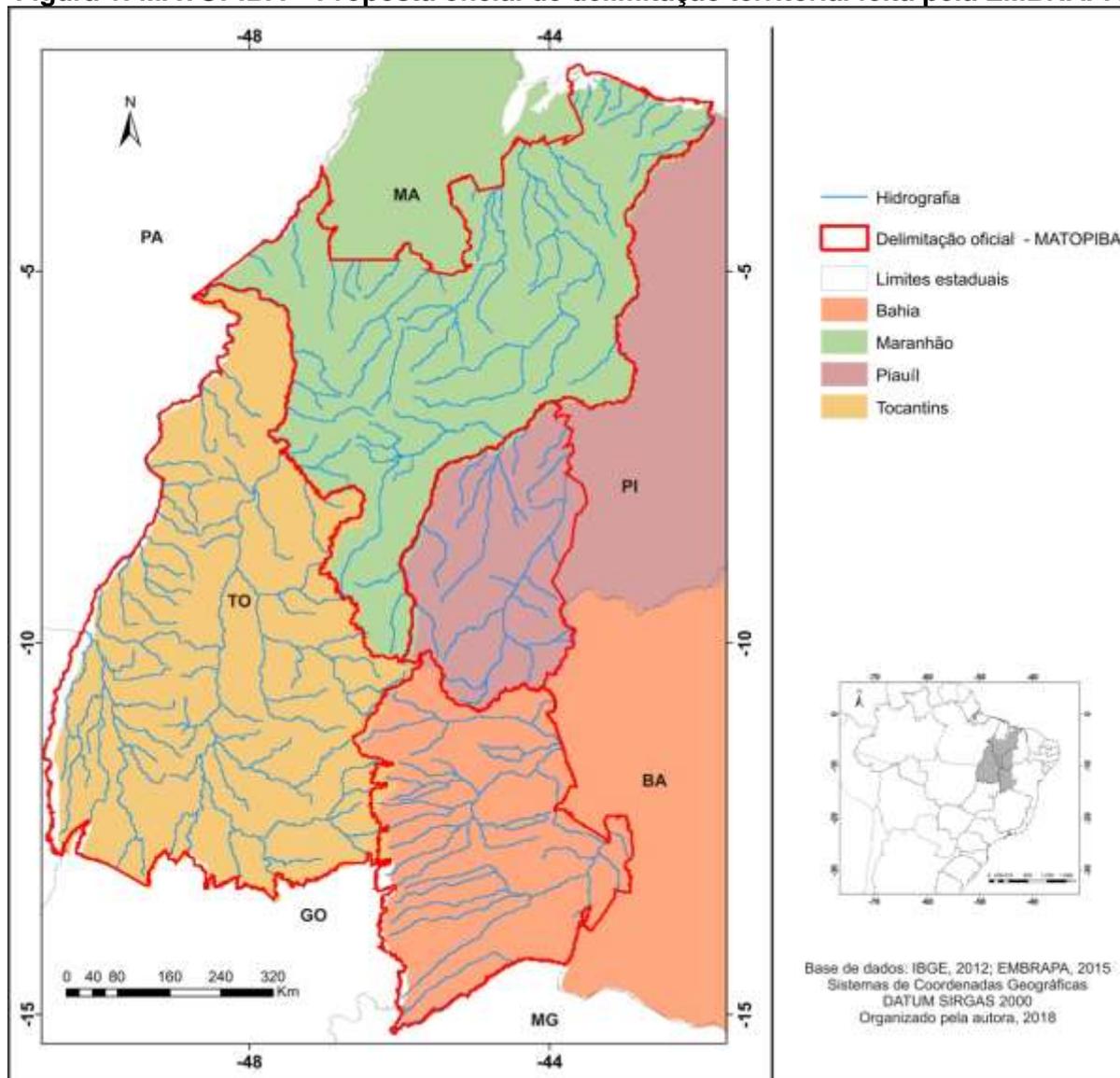
globalização das relações financeiras aponta para a modernidade do sistema técnico, científico e informacional, assim como para a colonialidade, uma vez que esta se define pelo processo resultante da “dominação político-econômica de uns povos sobre outros” (QUINJANO, 2002, p.23).

Um destes espaços de dominação do capital é a área territorial dos cerrados do nordeste brasileiro delimitada pelo Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – PDA - MATOPIBA, criado pelo Decreto nº Decreto 8.447 em maio de 2015 formado por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Figura 02) numa confluência de interesses do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Uma macrorregião em pleno desenvolvimento econômico pautado no agronegócio de grãos subordinados ao capital estrangeiro. A área possui variáveis que favorecem a apropriação de suas terras e riquezas naturais. Primeiramente o baixo preço das terras e a reduzida obrigação no que se refere à preservação ambiental das áreas de cerrado, uma vez que segundo a legislação ambiental brasileira, especificamente o Código Florestal (Lei 12.651/2012) indica que 35% das terras de uma propriedade do cerrado devem ser destinadas à preservação, ao passo que no domínio morfoclimático da Amazônia esse percentual é acima de 80% (BRASIL, 2012). Com a aprovação do Novo Código Florestal em 2018 houve ainda mais flexibilização para a apropriação e uso das riquezas naturais dos cerrados com reduzida atuação dos setores ambientais, atraindo ainda mais os olhares de investidores do setor do agronegócio na região.

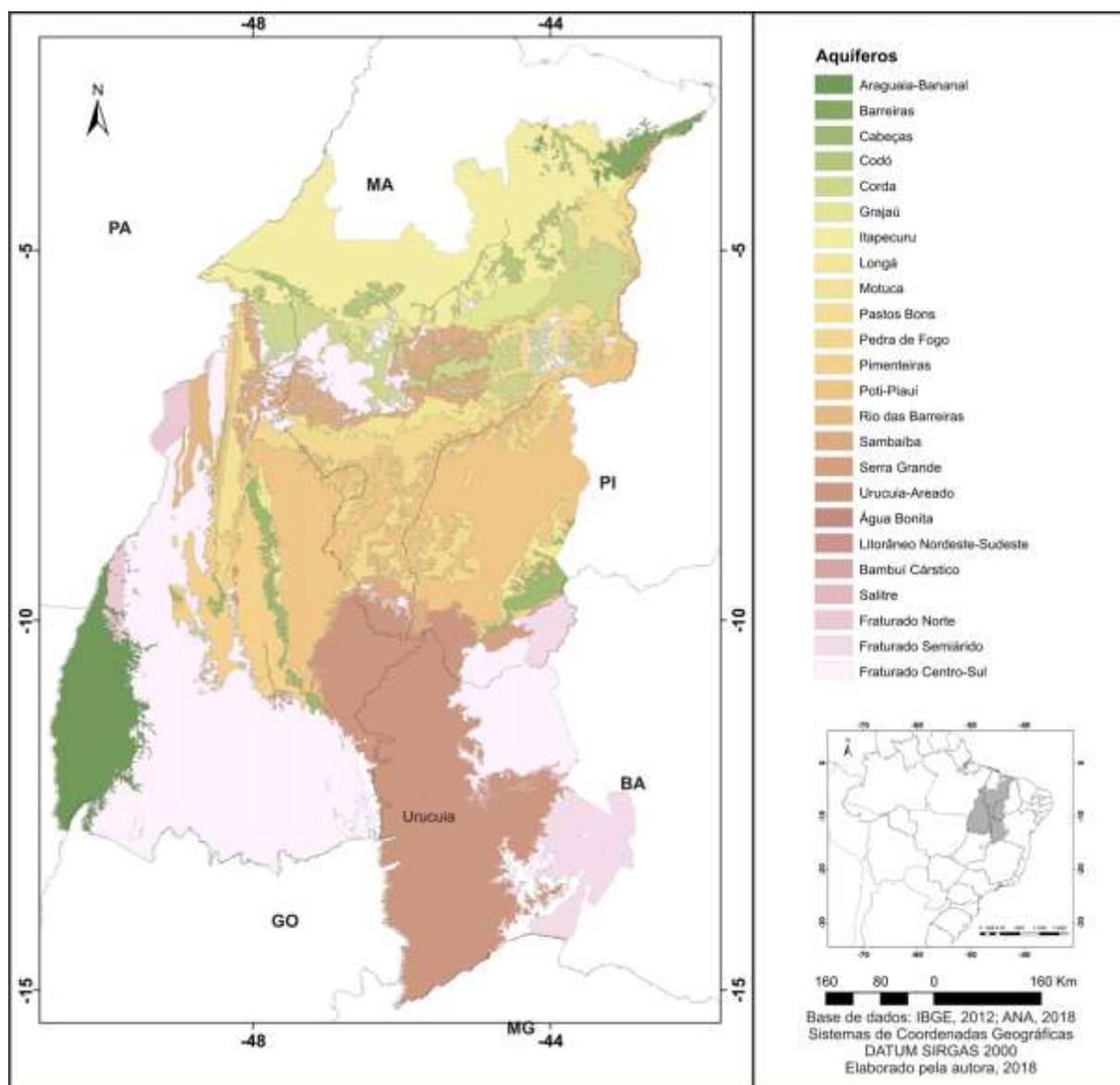
Além dos baixos preços e da flexibilidade da legislação ambiental, os cerrados possuem condições físico-naturais como o relevo predominantemente plano, solos profundos e disponibilidade hídrica tanto superficial quanto subterrânea que são de extremo interesse na produção agropecuária e constituem também, variáveis relevantes para a territorialização dos grandes empreendimentos agropecuários nos cerrados. É no cerrado que se encontram os aquíferos de maiores proporções de armazenamento de água do Brasil como o Urucuia (Figura 2), assim também como muitas nascentes de rios e seus principais afluentes, como o Rio Preto, Rio Grande, Rio Arrojado, Rio Formoso localizados na região oeste da Bahia e são afluentes potenciais do Rio São Francisco.

Figura 1: MATOPIBA – Proposta oficial de delimitação territorial feita pela EMBRAPA



Fonte: IBGE, 2012; EMBRAPA, 2015. Elaborado pela autora

Figura 2: Aquíferos abrangidos pelo Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA



Fonte: IBGE, 2012; ANA, 2018. Elaborado pela autora.

O capital estrangeiro aliado às elites nacionais tem, cada vez mais, se territorializado no campo brasileiro sob forma de extensas áreas de produção agropecuária², especialmente das monoculturas, o que tem ocasionado uma série de transformações no espaço geográfico, tanto no que se refere às alterações na paisagem com a substituição de vegetação nativa por desertos verdes, quanto nas relações sociais e de trabalho, e principalmente no que se refere aos conflitos agrários, os quais se configuram como expressões resultantes da modernização conservadora.

² De acordo com levantamento realizado pelos estudos do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros em 2008, que abarcavam uma área total de 4.037.667 hectares.

O papel dos setores políticos, nessa dinâmica de inserção do capital estrangeiro no campo brasileiro é de fundamental importância, principalmente ao que se denominada Bancada Ruralista a qual corresponde a 45% da Câmara Federal e 33% do Senado, pois é através desta bancada que os projetos de desenvolvimento agropecuário são pensados, aprovados e operacionalizados, assim como ocorreu com o PDA – MATOPIBA de autoria da então Senadora Kátia Abreu, em 2015 (VIGNA, 2018).

Procedimentos metodológicos

Tendo este texto caráter de discussão conceitual, a base metodológica para sua elaboração se firma na pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos e relatórios onde foram feitas reflexões sobre temas e conceitos relacionados à temática buscando evidenciar as contradições acerca da modernidade e colonialidade co-existentes no processo de territorialização do agronegócio no Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Foram considerados como temas/conceitos centrais: Desenvolvimento, Território/territorialização, Fronteira, Colonialidade e Modernidade tomando como fundamento os estudos de Lang *et al* (2016), Porto-Gonçalves (2006), Haesbaert (1997/2010), Leff (2007), Lander *et al* (2005) dentre outros que colaboraram para compreender as dinâmicas das relações sociais do e no campo brasileiro com toda sua complexidade e contradição. Dentre as diversas publicações, o Relatório sobre violações dos direitos humanos resultante da Caravana MATOPIBA em 2017 (PITTA, F. T.; CERDAS, G, 2017), o Atlas do Agronegócio (ANNE-KRISTIN BERGER e HEINRICH BÖLL, 2018) e o artigo do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves e de Samuel Chagas da Comissão Pastoral da Terra de Bom Jesus da Lapa (Porto-Gonçalves e Chagas, 2018) tiveram fundamental relevância no sentido de compreender as realidades no que se refere à Bahia, mas também para além do território baiano, abarcando os demais estados que estão inseridos na lógica monocultora do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA.

Para a interpretação e compreensão das desigualdades existentes internamente na região do extremo oeste baiano, foram coletados dados estatísticos do Produto Interno Bruto numa série temporal de treze anos (2002 a 2015), correspondentes ao último levantamento disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os mapas de delimitação (Localização do MATOPIBA) e temáticos (Aquíferos) foram gerados a partir de dados pré-existentes no formato *shapfile* disponibilizados pela Empresa Brasileira de Estudos e Agropecuária – EMBRAPA, pela Agência Nacional das Águas (ANA) e pelo IBGE.

O mapeamento multitemporal do avanço do front de expansão do agronegócio na região do extremo oeste baiano foi realizado por meio da base de dados do *Shuttle Radar Topography Mission* - SRTM/NASA (1975, 2000 e 2013) com imagens do satélite *LandSat 7*

TM+ cujas composição das bandas foram R3G5B4 correspondente a composição do visível. Com base nas imagens foi realizada a classificação supervisionada com interpretação em tela, identificando os usos das terras, tendo como centralidade as áreas de vegetação, de agropecuária e dos pivôs centrais que expressam espacialmente o avanço da fronteira do agronegócio sobre os cerrados baianos. As informações referentes à série histórica de desmatamento, tomando como base a substituição da vegetação nativa do cerrado por áreas destinadas ao uso agropecuário foram coletadas na plataforma do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – MAPBIOMAS versão 3.0 disponibilizada ao público no corrente ano de 2018.

A partir dos levantamentos estatísticos e análises teórico-conceituais da revisão bibliográfica, o texto foi construído tomando como fundamento a ideia da contradição presente no sistema produtivo brasileiro, expressa pela modernidade e colonialidade, faces contraditórias e ao mesmo tempo complementares no que se refere ao modelo de desenvolvimento hegemônico de produção no campo brasileiro.

Pensando o campo brasileiro

O campo brasileiro, seguindo a dinâmica da chamada modernização da produção, se coloca, muitas vezes, numa posição servil, uma vez que recebe o “pacote”/ “modelo” de como produzir, o que produzir e para quem produzir. O que mais seria este processo que não seja colonial? A colonialidade, neste sentido, se expressa pela manutenção de práticas espaciais de produção que têm em suas bases uma sociedade marcada pelo mercantilismo, antinacionalista, antidemocrática e antissocial (SAMPAIO, 2012) características que impedem o fortalecimento de uma soberania nacional voltada para os interesses da sua população.

Os modelos de produção fundamentados pelo desenvolvimentismo e mais recentemente pelo neodesenvolvimentismo no Brasil, não promoveram rupturas necessárias para que o país pudesse efetivamente avançar, no sentido de bem-estar social. A relação de dependência externa e a segregação social permanecem como heranças da colonialidade, principalmente na “dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo – Estruturas típicas da economia colonial” (SAMPAIO, 2012, p. 682). Acompanhado ao colonialismo estrutural expresso pelo formato de produção, a forma de pensar também se expressa enquanto outra faceta da colonialidade.

Neste sentido, Quijano (2005) aponta sobre a colonialidade do saber como expressão profunda da dominação dos povos, principalmente nos países da América Latina. Sociedades que sofreram e sofrem forte dominação da racionalidade capitalista/econômica/eurocêntrica, que tiveram seus modos de vida ceifados em função do modo de vida imperial, ou seja, aquele estabelecido pelos dominadores. Destaca ainda que

mesmo com o fim do colonialismo, não se findou a colonialidade, ou seja, as estruturas de dominação perduram até os dias atuais em suas diferentes faces e fases.

Pensar na dinâmica do avanço das fronteiras no capital globalizado sobre os cerrados do nordeste brasileiro é refletir sobre a colonialidade que a modernização impõe às populações locais ao invisibilizar e silenciar vidas, culturas, costumes, da negação aos modos de vida locais com suas especificidades e particularidades, principalmente nas suas relações com a natureza. Neste sentido Lander (2005) aponta que “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (CLAVERO, 1994 *apud* LANDER, 2005, p.10).

Esta violação de direitos coletivos é perceptível no próprio processo de formação territorial das áreas hoje apropriadas pelo agronegócio. Tomando como exemplo a porção extremo oeste da Bahia, um dos grandes polos de produção do agronegócio globalizado, o histórico de formação territorial expõe as formas colonialistas que de maneira intensa abalou as temporalidades locais e modificou profundamente as paisagens do cerrado baiano.

A região do extremo oeste baiano, também conhecida como Além São Francisco, devido sua localização geográfica, teve sua ocupação marcada pela relação intensa com os cursos d'água, uma vez que as aglomerações sociais se deram acompanhando os cursos dos rios da região. Este tipo de ocupação influenciou fortemente no que se refere à formação de traços socioculturais marcados pelo imaginário coletivo em relação aos rios e à vegetação dos cerrados, como pode ser observados em diversas letras de cantigas, canções e poesias que estão no cotidiano das comunidades. Em uma das diversas canções as riquezas da fauna e flora são exaltadas como parte do modo de vida das populações, assim como pode ser observado na canção cujo título se refere a um fruto típico dos cerrados, o Araticum.

*Araticum é planta do cerrado
Não é madeira de lei
Araticum é madeira branca
Não vira cadeira de rei
Vive sempre em terra pobre
Tem porte altivo e nobre
Tem onça aos teus pés
Tucano e sabiá
Outros bichos vem provar
O manjar do cerrado
Cheiro exalado, o vento exalando o cheiro,
O cheiro adocicado
Cheiro do cerrado, o vento espalhando
Cheiro de fruto esborrachado
Separa casca e sementes
Põe a polpa em calda quente
Poupe no açúcar
Araticum é doce naturalmente.*

Araticum – Mestre Arnaldo e os Sons do Cerrado, 2002.

A canção revela a relação entre a natureza e as populações locais. A continuidade dos modos de vida precisa da fauna e da flora, assim como o olhar de preocupação - “Araticum é madeira branca, não é madeira de lei” - com o avanço de algo que pode ferir o que lhe é sagrado. É importante ressaltar que assim como os cerrados possuem suas paisagens múltiplas, as populações que o habitam também possuem diversidades e particularidades.

Antes da tecnificação do campo do oeste da Bahia através dos sistemas agronegociantes, as formas de ocupação e uso da terra eram plurais. Entre os séculos XIX e XX estas formas eram predominantemente tradicionais com cultivos de feijão, milho, mandioca que eram a base da cultura alimentar local. Assim como a pecuária extensiva nas áreas de uso comum, os chamados Fundos e Fechos de pasto, caracterizados como extensas áreas de uso comum, ou os gerais como a população local os denomina, locais de vegetação preservada, localizada geralmente nos chapadões do cerrado baiano, onde era criado o gado no sistema extensivo. Neste sentido, Brandão (2010) destaca:

A diversidade era a marca principal da pequena produção agrícola regional, que era composta de gado (em maior escala que as demais), pesca, feijão, algodão, fumo e atividades extrativas (BRANDÃO, 2010, p. 39).

A região permaneceu durante muitos anos com uma mesma forma de inserção na divisão regional do trabalho: pecuária extensiva, agricultura mercantil simples, praticada principalmente nos vales, e extrativismo para exportação. Com base nestas formas de organização social da produção desenvolveu-se a economia de maneira lenta, sendo restritos os níveis de ocupação do espaço na extensa área territorial, que era explorada de forma rarefeita, representando uma territorialidade, cujas temporalidades não conflituavam com as da natureza. Sua base econômica era, assim, fundamentalmente agrícola, produzindo gêneros alimentícios e matérias-primas com baixa incorporação de valor (BAHIA, 1998).

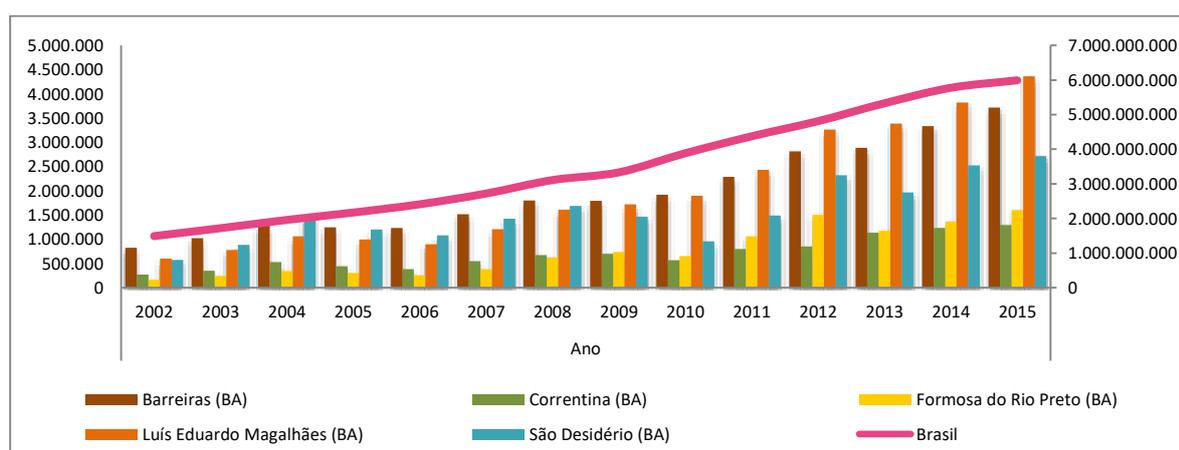
Em contraposição à diversidade dos modos de vida locais invisibilizados historicamente na região do extremo oeste da Bahia, marcado pela intensa concentração fundiária, um novo padrão de ocupação é direcionado pela as áreas de cerrados brasileiro a partir da década de 1960, impondo uma maneira única de viver, a monocultura em produzir. Este novo padrão de ocupação dos cerrados está diretamente relacionado às estratégias da Revolução Verde que, por meio da centralidade da técnica e do cientificismo, impuseram suas concepções de dominação e de poder em busca do progresso econômico, pautado basicamente no crescimento econômico, homogeneizando as formas de produção de alimentos, assim como reduzindo também as variedades destes por meio da manipulação de sementes.

A partir das décadas de 1970/1980 a região oeste da Bahia deparou-se com modificações estruturais expressivas, resultantes de programas e projetos voltados para a

interiorização da ocupação das terras brasileiras, atendendo interesses das elites nacionais em cooperação com interesses internacionais. O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)³, implantado no início da década de 1980 entre o Brasil e o Japão, é considerado o mais importante vetor de transformações nos cerrados brasileiros, beneficiando o grande capital do agronegócio ao propiciar a acelerada expansão dos *fronts* agrícolas, trazendo consigo toda a estrutura de dominação e invisibilização das comunidades locais. Muito mais que o conflito de interesses neste processo, o conflito de racionalidades se materializam no espaço sob a contradição diversidade X monoculturas. A monocultura da mente (SHIVA, 2003) promove um total deslocamento da relação sociedade e natureza, empobrecendo o que antes era rico, plural e complexo.

Nesta perspectiva, o PRODECER desencadeou na região oeste da Bahia, assim como em diversas outras regiões dos cerrados brasileiros, profundas modificações no que se refere à estrutura fundiária e produtiva ao incentivar a criação e ampliação de fazendas de grandes extensões territoriais, com características empresariais e com capacidade técnica voltada para especialização espacial, ou seja, especialização produtiva com predomínio da monocultura em larga escala, especialmente de grãos como a soja, o arroz e o milho. Com base nas características edafoclimáticas e político-administrativas da região, a implementação do agronegócio no extremo oeste da Bahia, em apenas 10 anos assumiu destaque no cenário nacional com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o que continuou ocorrendo ao longo dos anos como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Produto Interno Bruto dos cinco municípios mais produtores de agronegócio no oeste baiano – série histórica 2002 - 2015



Fonte: IBGE, 2017

³ “O programa teve início pelo acordo entre o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, que estabelecia a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola”. Disponível em: <https://www.campo.com.br/proceder/>. Acessado em: 21/10/2018, às 16:37h.

As principais e mais profundas modificações da dinâmica deste espaço ocorreram a partir da década de 1980, quando da ressignificação da funcionalidade do mesmo frente às necessidades do modelo hegemônico de desenvolvimento nacional com o processo crescente de territorialização do capital nas áreas de cerrado. O projeto de modernização da agricultura, inaugurado no Brasil na década de 1970, chegou tardiamente ao oeste da Bahia e levou consigo uma série de transformações nas formas de produção do espaço, sendo a ruptura dos modos tradicionais de uso da terra uma das principais. Essa desterritorialização dos modos de vida locais para a reterritorialização alicerçada no pacote tecnológico de produção agrícola resultou, pois, no desencadeamento de conflitos, principalmente em relação à apropriação das riquezas naturais (HAESBAERT, 1995).

Acompanhado desse processo de chegada, do “novo e moderno” as expressões de colonialidade se ampliam. A chegada do estrangeiro às terras para “levar o progresso”, também pode ser considerada uma faceta da colonialidade intrínseca ao modelo de agronegócio nacional, uma vez que o embate de culturas, ideais e modos de vida locais entram em conflito, principalmente por meio do cercamento dos Gerais (assim denominadas as terras de cerrado), pela propriedade privada com sua lógica de produção específica e degradante. Haesbaert (1997) destaca as conflitualidades entre as diferentes formas de pensar e agir dos nordestinos e gaúchos que migraram para o oeste baiano desencadeando conflitos não somente territoriais, mas também culturais. Em análise complementar, a este respeito Diniz (1982) aponta que:

Os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que destruíram o camponês e sujeitaram-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ 1982, p. 133).

Como toda e qualquer transformação espacial, esse processo foi permeado por conflitos sociais e, na região, emergiram de forma violenta pela disputa por terras; muitas das quais foram adquiridas de maneira ilegal ou irregular, por meio da grilagem (ALVES, 2015). A ocupação desse espaço fez parte, a partir do fim da década de 1970, de um processo amplo de modernização da agricultura brasileira, pois ofereceu oportunidade de expansão da fronteira agrícola, que enfrentava restrições no Centro Sul e dificuldades de penetração na Amazônia. O incentivo à implantação da moderna agricultura para exportação nos espaços de cerrados do Oeste da Bahia foi acompanhado, a partir do início da década de 1980, por um novo ciclo de desenvolvimento, com intenso e rápido processo de transformação das paisagens. Além disso, ocorreu um vigoroso movimento populacional intra-regional e inter-

regional, ocasionando a urbanização intensa de alguns de seus municípios cujas cidades são atualmente conhecidas como cidades do agronegócio (ELIAS, 2007).

A rápida expansão do modelo monocultor se deu em detrimento da diversidade dos cerrados. Ao longo de quatro décadas, mais da metade dos cerrados baianos foram reduzidos e substituídos por plantações de monoculturas ou pastagens (Figura 4). O eixo de expansão era no sentido oeste-leste, ou seja, dos topos dos tabuleiros para os vales dos rios. Com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA) o eixo de expansão ficou mais difuso; porém, com predominância para o norte do oeste baiano, onde as condições de obtenção de terras possuem características próximas às encontradas nas décadas de 1970-80 no oeste da Bahia.

A expansão desse modelo de desenvolvimento introduziu novas formas de relações de trabalho baseado no sistema assalariado, pressionando pequenos e médios agricultores a deixarem suas terras ou, quando permanecem, a se submeterem ao regime de trabalho imposto pelos novos proprietários das terras. Assim como ocorre em todo o país, esses pequenos e médios agricultores são os responsáveis pela produção de alimentos, o que impactou diretamente no sistema de segurança e soberania alimentar das populações locais, as quais se tornaram cada vez mais dependentes das externalidades impostas pelo sistema.

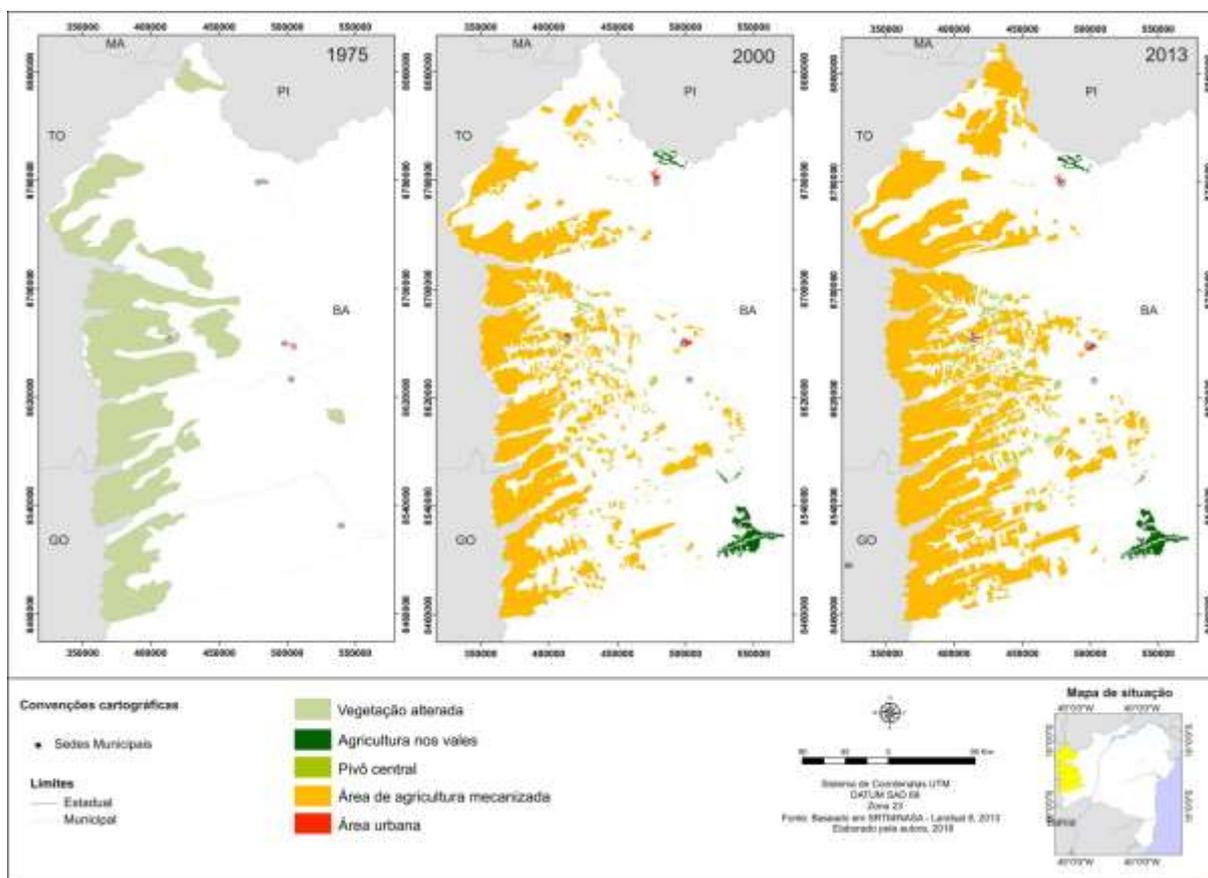
Neste sentido, Pitta e Cerdas (2017, p. 33) afirmam que “O capitalismo atual expulsa o trabalhador do processo produtivo e forma uma massa de excluídos a viverem em parcelas de terra insuficientes para sua reprodução e sobrevivência” apontando para a precariedade e violação dos direitos humanos nestas áreas de expansão agrícola. Seria uma nova agricultura, uma agricultura sem agricultores⁴. Os referidos autores complementam seu posicionamento indicando que “a superexploração do trabalhador, as condições de trabalho análogo à escravidão, o desemprego e a expropriação da terra ou do trabalho do campesinato não são fruto do atraso, mas sim da modernização endividada brasileira” (PITTA e CERDAS, 2017, p. 34) nesta perspectiva, tais facetas da modernização do campo expressam o aspecto contraditório do modelo de desenvolvimento pensado para o campo brasileiro ressaltando o caráter colonial camuflado pela modernidade.

Diante deste cenário de negação à diversidade para introdução de homogeneidades é importante analisar também o caráter devastador do modelo do agronegócio em relação ao domínio morfoclimático do cerrado, o qual vem perdendo extensas áreas de vegetação ao longo dos anos para abertura de novas áreas agrícolas. O *front* de expansão no oeste da Bahia, como mencionado anteriormente, acompanhou o sentido oeste-leste localizando-se inicialmente nas áreas mais planas e elevadas dos chapadões onde possuem melhores

⁴ Os resultados preliminares do censo agropecuário 2017 apontam para uma significativa redução de trabalhadores no campo, por conta da mecanização. A análise feita pelo IGBE aponta a média de ocupados por estabelecimento também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas, em 2017.

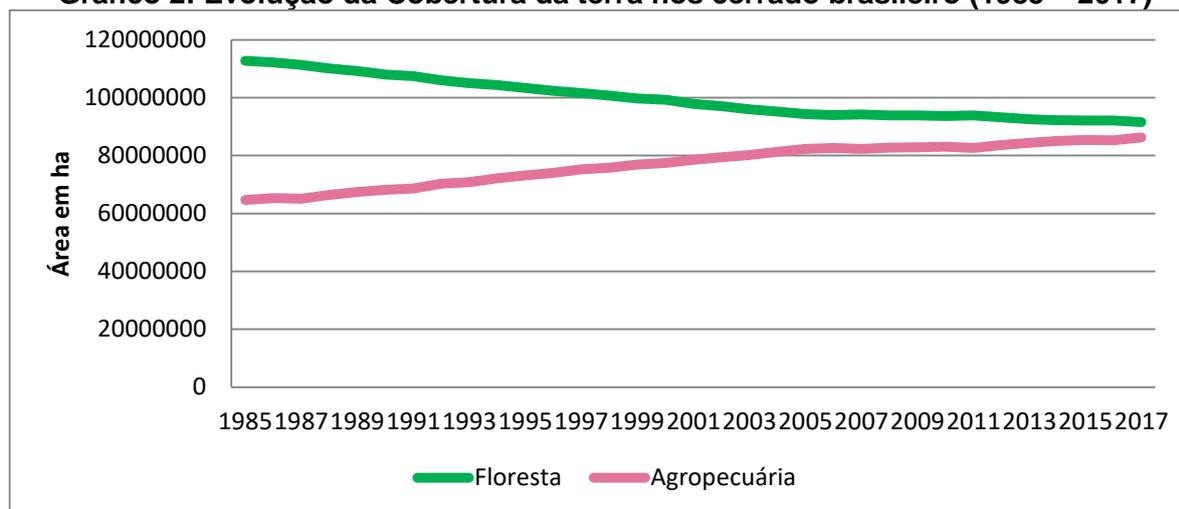
condições para mecanização e oferta de água expandindo-se para as áreas mais rebaixadas até os vales dos rios. A figura 3 representa a substituição da cobertura vegetal em alguns municípios do extremo oeste baiano, o que corresponde ao *front* de expansão das empresas do agronegócio exportador. É perceptível a total substituição da vegetação nativa ainda presente em 1975 pela agricultura mecanizada no ano 2000 e sua continuidade nos anos seguintes. Dados recentes resultantes do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil - MAPBIOMAS v.3.0 (2018), apontam que em 33 anos, houve a ampliação das áreas de agropecuária em detrimento das áreas vegetadas em todo cerrado brasileiro (Gráfico 2).

Figura 3: Front de expansão do agronegócio na região do extremo oeste baiano (1975/2000/2013)



Fonte: Autora, 2017

Gráfico 2: Evolução da Cobertura da terra nos cerrado brasileiro (1985 – 2017)



Fonte: MAPBIOMAS v.3.0, 2018. Disponível em: <http://mapbiomas.org/stats#>

A figura 3 ainda destaca a ampliação considerável no número de pivôs centrais na região (325 mil ha entre 1975 a 2013) o que equivale a 455 campos de futebol. Os pivôs centrais correspondem a áreas de irrigação em formato circular onde as águas são trazidas por sucção dos corpos d'água superficiais e/ou subterrâneos, utilizando grandes quantidades de água para irrigação da produção. O crescimento das áreas destinadas aos pivôs centrais tem desencadeado uma série de conflitos, a exemplo do que ocorreu no município de Correntina em novembro de 2017. Na ocasião, cerca de mil pessoas invadiram o estabelecimento da Fazenda Igarashi e destruíram os equipamentos responsáveis pela produção agroindustrial (tratores, galpões, bombas hidráulicas e pivôs de irrigação), demonstrando sua “digna raiva” pelo processo desigual de territorialização verticalizada do agronegócio nos seus espaços de vivência (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018). Tudo isso compromete substancialmente sua reprodução enquanto ser cerradense, geraizeiro, ribeirinho, vazanteiro e seus diversos outros modos de vida. Neste sentido, a discussão sobre o *front* de expansão do agronegócio perpassa para além da discussão sobre a terra, mas também sobre a água. Porto-Gonçalves e Chagas (2018) destacam que:

O novo padrão de ocupação e uso do solo consolida o histórico caráter latifundiário e, por suas novas tecnologias de apropriação de águas, sobretudo com seus pivôs centrais, além da concentração fundiária vem propiciando a concentração do uso da água e, assim, fez com que a questão hídrica se tornasse o cerne da questão agrária (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2018, p. 31).

Os bens naturais, assim como as populações dos cerrados estão sob ameaça constante, atendendo a interesses externos dentro de uma dinâmica global de crescimento ilimitado, cuja centralidade está fincada no lucro, na reprodução ampliada do capital, o qual transforma riquezas em recursos e bens naturais e os próprios seres sociais em mercadorias (BAUMAN, 2008).

A Fronteira Agrícola Nacional: Frentes de Expansão do Modo de Vida Imperial

As sociedades latino-americanas na divisão internacional do trabalho possuem caráter fornecedor de matéria-prima para que outras nações tecnifiquem e supervalorizem o produto final. Neste processo primário de produção, também a terra, e principalmente a sua posse associada à água, torna-se elemento central. É importante ressaltar que a histórica formação territorial brasileira que tem como característica central a concentração de terras, também está relacionada - e muito fortemente - à apropriação das águas, tanto superficiais, quanto subterrâneas. Neste sentido, falar de territorialização de terras no Brasil é também falar de territorialização da água. As fronteiras não avançam em qualquer sentido, vão estrategicamente em direção aos corpos d'água e toda potencialidade que elas possuem.

Martins (2016) ressalta o pensamento de Alistair Hennessy (1978) ao afirmar que “sociedades como a brasileira ainda estão no estágio de fronteira” (MARTINS, 2016, p. 132). Ou seja, espaços que temporalmente se encontram no processo ainda de expansão sobre terras que, de alguma maneira, ainda não foram apropriados pelo uso comercial. A expansão da fronteira também se configura como sobreposição de territorialidades, uma vez que existem dois lados numa fronteira: o conhecido e o desconhecido, o local do enfrentamento do que lhe é estranho. Nesta perspectiva, Martins (2016, p. 133) declara que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

O avanço fronteiriço é constituído e marcado por destruições, mas também deve ser destacado como espaços de resistências, confrontos, protestos, defesa de direitos, de sonhos, esperança e fé.

A formação territorial do Brasil se configura como uma histórica luta social e étnica no avanço das fronteiras num processo acelerado de extermínio sócio-cultural dos povos originários, assim como camponeses e populações rurais que tiveram seus modos de vida cercados pelo “estrangeiro” agroexportador e latifundiário. Estrangeiro, neste contexto, é entendido na perspectiva de Martins (2016) em que todo aquele sujeito que vem de fora da comunidade é considerado estrangeiro, seja ele do mesmo país ou não. Sendo assim, tanto os sujeitos vindos de outros países, como os de outras regiões, estados ou municípios ganham a concepção de estrangeiro, ou seja, aquele que vem de fora e, portanto, não tem seu modo de vida associado ao espaço agora requerido.

Haesbaert (1995) aponta para esta relação com o sujeito estrangeiro ressaltando que o embate das fronteiras de pensamento e dos modos de vida geram conflitos para além da posse da terra e dos seus bens naturais, mas também em relação às identidades regionais estabelecidas entre os diferentes agentes daquele espaço. O estrangeiro chega com sua carga histórico-cultural causando desconforto e estranhamento aos habitantes locais, uma vez que grande parte desses encontros é marcada por uma ideia de superioridade, de colonialidade. Estes encontros de alteridades foram estimulados pelo Estado brasileiro, por meio dos grandes projetos de desenvolvimento sem, contudo, criar pontes para mitigar os conflitos gerados pelo embate de pensamentos.

A ocupação dos cerrados⁵ brasileiros se deu com maior expressividade por meio de projetos de interiorização no país que associado à indústria e ao agronegócio, ambos os setores econômicos causam extrema degradação ambiental⁶. A definição destas fronteiras não pode ser compreendida distinta da situação do conflito social, uma vez que é “o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si” (MARTINS, 2016, p. 133). Neste embate de temporalidades e concepções de vida e de mundo, os opostos travam uma dura caminhada, na maioria das vezes, através de confronto violento marcado por assassinatos, depredações e ausência de respeito aos direitos humanos.

Estes conflitos, entendidos de alguma forma como também luta de classes, são intrínsecos ao modo hegemônico de produção, uma vez que, por meio da espoliação do outro, é que o lucro pode ser alcançado com maior vigor.

É relevante destacar a concepção diferenciada do processo de expansão entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Se, por um lado temos populações rurais, tradicionais, camponeses, ribeirinhos que concebem o avanço enquanto frente de expansão, por outro, existem os empresários, políticos, produtores para exportação que o concebem como frente pioneira, como que fosse um processo de ocupação do “não ocupado”, à modernização e introdução do modo vida imperial “civilizado” e “desenvolvido”. Martins (2016) aponta que:

a frente pioneira é também a situação espacial e social que convida e induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionais e mortas (MARTINS, 2016, p.135 - 136).

Nesta perspectiva, a diferença encontra-se nos modos singulares de ser e agir no e com o espaço, seria uma espécie de territorializações concebidas em valores e orientações sociais distintas ou diferentes em algum grau e/ou intensidade. No entanto, é interessante

⁵ Cerrados (plural) - entender a diversidade dentro de um mesmo bioma e suas diferentes formações físico-naturais e culturais.

⁶ Entenda-se ambiente numa perspectiva holística compreendendo-o enquanto sistema composto da interação entre elementos naturais e sociais.

refletir sobre ambos os termos que ao final se referem à frente econômica, uma vez que as frentes têm como objetivo a apropriação da terra enquanto renda, produto e mercadoria, assim como base para outras mercadorias. Neste sentido, as frentes se desenham enquanto faces da reprodução ampliada do capital.

É na frente pioneira que o capital avança nos espaços, territorializando-os sob sua lógica de produção. A apropriação ocorre na maioria das situações utilizando-se de práticas não capitalistas. Isso ocorre principalmente no processo inicial de demarcação das terras, quando a força de trabalho quase nunca se configura como salário. O capitalismo neste formato, além de superexplorar, também expulsa o trabalhador do campo, promovendo uma “agricultura sem agricultores” ampliando a massa de excluídos, não lhes permitindo outra forma de reprodução da vida que não seja precária.

Neste sentido, a contradição modernidade-colonialidade fica ainda mais expressiva na concepção de des-envolvimento, uma vez que distancia as comunidades dos meios de reprodução de suas vidas, introduzem equipamentos técnicos modernos no processo produtivo que ao passo da ampliação do lucro e agilidade no processo produtivo, geram expropriação e rupturas com os modos de vida locais, desemprego e aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2010).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que o *front* do agronegócio avança não só na dimensão do concreto sobre as terras agrícolas, mas também na dimensão do simbólico, no que se refere aos direitos humanos levando em seu lastro questões como violência, trabalho escravo e expropriações. Além do impacto sobre a saúde humana decorrente do uso de agroquímicos nas lavouras com intoxicações de diversas naturezas como aponta os estudos de Bombardi (2011).

Essa ofensiva sobre os direitos humanos avança, muitas vezes, com o respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que, por meio de redes de interesses, articulam estratégias de ampliação de privilégios individuais em detrimento do interesse coletivo. São verdadeiros mecanismos de territorialização do capital do agronegócio no campo brasileiro. Um dos grandes exemplos desta articulação é a aprovação de projetos que fragilizam os direitos de comunidades tradicionais e/ou indígenas como a PEC 215/2000 que se constitui numa manobra de transferência da União para o Congresso nacional o processo de demarcação de terras indígenas, assim como o Novo Código Florestal (nº 12.651/2012) que anistia aqueles que cometeram desmatamento e a Lei de Agrotóxicos (nº 6.299/2002) que flexibiliza ainda mais a introdução de agroquímicos no processo produtivo de alimentos (BERGER e BÖLL, 2018).

Portanto, os *fronts* de expansão das fronteiras levam consigo mais que marcas concretas nas paisagens do campo brasileiro, trazem consigo o avanço simbólico do poder do capital globalizado sobre toda a diversidade dos modos de vidas locais, impondo novas

dinâmicas de ocupação e organização socioespacial. Trata-se de uma relação intrínseca global-local onde a contradição se faz presente cada vez mais aprofundando as desigualdades. O poder hegemônico do capital, por meio do discurso da modernidade avança com seus instrumentos de colonialidade invisibilizando as diversas formas de vida e produção espacial em comunidade.

Considerações Finais

Os modelos hegemônicos de desenvolvimento cumprem seu papel de separar cada vez mais a sociedade e a natureza por meio da apropriação e mercantilização das riquezas naturais. Neste processo, o moderno e o colonial dialogam num híbrido de temporalidades, onde as técnicas e formas de produção avançam cientificamente, porém, as relações de trabalho e sujeição permanecem.

Os grandes projetos de desenvolvimento pensados e implementados no Brasil possuem características bastante semelhantes. São prioritariamente baseados na exploração e exportação das riquezas naturais em função da expropriação e exploração de grande parte da sociedade, principalmente os grupos invisibilizados pelo sistema social como os ribeirinhos, as comunidades de fundo e fecho de pasto, os geraizeiros, etc. Neste contexto, fazemos parte de uma rede de exploração global em que o capital está acima da vida e, com isso, o lucro vale mais que a preservação, mais que a manutenção da biodiversidade e muito mais que a pluralidade de se relacionar com a natureza e entre si.

As frentes de expansão se configuram como campos de batalha, não somente concreta, mas também ideológico. As fronteiras entre racionalidades impõem o aprofundamento das diferenças e conflitos, principalmente no que se refere à concepção e relação da sociedade com a natureza. Enquanto a racionalidade econômica tem como prisma o capital e sua reprodução através do lucro, as diversas outras formas de racionalidade como a ambiental (LEFF, 2007), as têm como centralidade o respeito e interação integrada com os elementos naturais. Há, neste sentido, uma crise de pensamento, uma crise do saber, que por muito tempo foi e ainda continua sendo colonizado pelos grupos hegemônicos e sobreposto a todas as demais formas de conhecimento e modos de vida.

A colonialidade se caracteriza, pois por uma das esferas da territorialização do capital globalizado sobre áreas de interesse econômico como as áreas dos cerrados do centro norte brasileiro que compõem o oeste da Bahia e o denominado MATOPIBA. Esta colonialidade amarrada à modernidade acaba por invisibilizar os diversos modos de vida das populações originárias, além de promover grandes desequilíbrios e impactos ambientais, assim como conflitos territoriais pela água e pela terra.

Pensar a modernidade do campo brasileiro é pensar a colonialidade presente nas suas formas de expansão, nas frentes de expansão e todo seu significado simbólico e concreto nas transformações dos espaços de interesse e no silenciamento do que há de mais rico no Brasil: povos, crenças, culturas e seus sistemas de relações dialéticos com a natureza.

Referências

ALVES, V. E. L. (Ed.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARNALDO, M.; CERRADOS, S. **Araticum**. Coleção Sons do cerrado. 2002. Disponível em: <http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/2016/09/o-berco-e-morte-das-aguas.html>. Acesso em: 05 de junho de 2018.

BAHIA, SEPLANTEC. CAR. **Programa de Desenvolvimento da Bahia do Rio Corrente**. Apoio às Pequenas Comunidades Rurais, Salvador, 1998.

BERGER, A.; BÖLL, H. **Atlas do Agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Fundação Heinch Böll Stif-Tung e Fundação Rosa Luxemburgo. 2018

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, v. 30, 2011. Disponível em: www.fct.unesp.br. Acesso em: 30/10/2018.

BRANDÃO, P. R. B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, v. 6, n. 1, 2010.

BRASIL. **Agência Nacional das Águas – ANA**. Metadados. 2018. Disponível em: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.447 de maio de 2015**. IPI Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm. Acesso em: 16 de maio de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados**. 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/informacoes-ambientais.html>. Acesso em: 19 de março de 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

BRASIL. **Projeto de lei 12.651 de 2012**. IPI Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 13 de julho, 2018.

BRASIL. **Projeto de lei 6.299/2002**. IPI Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1672866&filename=PL+6299/2002. Acesso em: 17 de julho de 2018.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215 de 2000**. IPI Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562#marcacao-conteudo-portal>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

DINIZ, F. **Crescimento e desenvolvimento económico**: modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DINIZ, J. A. F. **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

EMBRAPA. **MATOPIBA**: indicação de microrregiões e cadeias produtivas prioritárias. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica- GITE, 2015.

HAESBAERT C. R. **“Gaúchos” no nordeste**: modernidade, des-territorialidade e identidade. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 1995. 385p

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. CASTRO, I. E. et al. (Org.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

HENNESSY, Alistair. **The frontier in Latin American history**. London, Edward Arnold, 1978.

LANDER, E. et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA NETO, J. (Org.). **Descolonizar o Imaginário**. Fundação Rosa Luxemburgo; Autonomia Literária; Elefante, 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4ed. Ver. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 239p

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016

PITTA, F. T.; CERDAS, G. **Impactos da Expansão do Agronegócio no Matopiba**: Comunidades e Meio Ambiente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, 2017. v. 1. 82p

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; BRITTO, S. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA.** Documento de trabalho, inédito, 2018. Disponível em: <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>. Acesso: 20 de setembro de 2018.

Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil - MapBiomias – Coleção 3.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. **Estatísticas.** Disponível em: <http://mapbiomas.org/stats>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, n. 37, p. 4-28, 2002

QUIJANO, A.; LANDER, E. A colonialidade do saber. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais–perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. soc. soc**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SANTOS, C. C. M. **Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80.** Salvador: [s.n.], 2000. 232 p Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.

_____. **O Espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

_____. **Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região.** Tese. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007. 239p.

SANTOS, C. C.M.; VALE, R. (Org.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco.** Editora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção.** São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente.** São Paulo: Gaia, 2003.

SRTM. **Shuttle Radar Topography Mission.** 1975/2000/2013. Disponível em: <http://seamless.usgs.gov>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

VIGNA, A. Aos cuidados dos proprietários da terra. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, maio 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/aos-cuidados-dos-proprietarios-de-terra/> Acesso: 15 de julho, 2018.

Sobre os autores

Simony Lopes da Silva Reis – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço baiano; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6331-3854>.

Noeli Pertile – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3245-415X>

Como citar este artigo

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. Tanto as tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito foram desenvolvidas por **Simony Lopes da Silva Reis**. A revisão crítica foi realizada pelas autoras **Simony Lopes da Silva Reis** e **Noeli Pertile**. A autora **Simony Lopes da Silva Reis** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados em trabalho de campo e gabinete; e suas interpretação e análise; já **Noeli Pertile** ficou responsável pela revisão e correção do texto. E as duas, pela interpretação e análise pelos procedimentos técnicos do artigo.

Recebido para publicação em 23 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 18 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 11 de janeiro de 2019.

“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola

Cássio Arruda Boechat

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Vitória, Espírito Santo, Brasil.
e-mail: cassio.boechat@ufes.br

Fábio Teixeira Pitta

Lateinamerika Institut, Freie Universität – Berlim, Alemanha.
e-mail: pitta.fabio@gmail.com

Carlos de Almeida Toledo

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: catoledo@usp.br

Resumo

O artigo delinea um entendimento sobre a fronteira agrícola que a pensa como historicamente constituída e passível de ter seus conteúdos modificados pelas transformações mais gerais da sociedade. Para tanto, retoma compreensões da Geografia tradicional e da Geografia crítica acerca da frente pioneira. Posteriormente, lidamos com as particularidades da formação nacional, chamando a atenção para a importância da universidade e da ciência no processo e na caracterização diferenciada da colonização em cada momento histórico. Por fim, adentramos a particularidade do MATOPIBA, trazendo três exemplos de formas de produção do espaço que podem revelar transformações mais gerais da maneira de se relacionar socialmente com a fronteira agrícola. Pesquisas recentes na região do MATOPIBA, tida como a última fronteira agrícola no Brasil, mostram um desmatamento da vegetação nativa já realizado por meio de maquinário moderno e uma alta incidência de trabalho análogo à escravidão. Ademais, a ação recente de imobiliárias transnacionais sugerem a presença de um capital financeiro antes avesso à imobilização em terras. O que poderia parecer como busca desses capitais pela extração direta de mais-valia absoluta e relativa em novas paragens pode todavia ser entendido igualmente como inversão de capitais fictícios sobreacumulados em busca de dar aparência de solidez a seus portfólios ou carteiras de “produtos”.

Palavras-chave: Territorialização do capital; *land grabbing*; MATOPIBA, capital fictício; crítica do valor

The “pioneers” of MATOPIBA, Brazil: the race for lands and for thesis over the agricultural frontier

Abstract

This paper grasps an understanding of the agricultural frontier which thinks of it as historically constituted and able to have its contents modified by the overall changes in society. Thus, it returns to formulations over the pioneer front made by the traditional Geography and by the critical Geography. Afterwards, we deal with the particularities of the Brazilian national formation, calling attention to the importance of the university and of science in the process and in the characterization of colonization in each historical moment. Finally, we focus the MATOPIBA region, in North and Northeast Brazil, bringing three different examples of space production forms that can reveal overall changes in the way to socially relate with the agricultural frontier. Recent researches in the MATOPIBA region, took as the final agricultural

frontier within Brazil, show deforestation already done by modern machinery and also a high level of slave analogous labor incidence. Moreover, recent actions by transnational state dealers suggest the presence of finance capital, in the past unlike to immobilize itself in land acquisitions. What could seem as a search for absolute and relative surplus value extraction in new sights can however be equally grasped as over-accumulated fictitious capitals invested as a manner to produce the appearance of solid portfolios.

Keywords: Capital territorialization; *land grabbing*; MATOPIBA; fictitious capital; critique of value.

Los “pioneros” del MATOPIBA, Brasil: la corrida por tierras y la corrida por tesis acerca de la frontera agrícola

Resumen

Este artículo intenta una comprensión de la frontera agrícola que la piensa como históricamente constituida y pasible de tener sus contenidos modificados por las transformaciones más generales de la sociedad. Para tanto, recurre a las comprensiones de la Geografía tradicional y de la Geografía crítica acerca de la frente pionera. Adelante, nosotros lidamos con las particularidades de la formación nacional, llamando la atención para la importância de la universidad y de la ciencia en el proceso y en la caracterización diferenciada de la colonización en cada momento histórico. Al final, adentramos la particularidad del MATOPIBA, en el Nuerte y en el Noreste de Brasil, traendo tres ejemplos de formas de producción del espacio que pueden revelar transformaciones más generales en la manera de se relacionar socialmente con la frontera agrícola. Estudios recientes en la región de MATOPIBA, tenida como la última frontera agrícola de Brasil, apontan a un desmatamiento de la vegetación nativa ya realizado por maquinario moderno y com una alta incidencia de trabajo analogo a esclavatura. Además, la reciente acción de firmas transnacionales inmobiliarias sugeren la presencia de un capital financiero antes desgustoso de invertir en tierras. Lo que podría parecer como búsqueda de esos capitales por la extracción directa de más-valor absoluto o relativo en nuevos sitios puede sin embargo ser igualmente entendido como inversión de capitales ficticios sobreacumulados em búsqueda de darles más apariencia de solidez a sus portfolios.

Palabras claves: Territorialización del capital; acaparamiento de tierras; MATOPIBA; capital ficticio; critica del valor.

Ainda sobre o *land grabbing*: território de quem?

Escrever outro artigo sobre a temática do *land grabbing* não é oferecer ao leitor mais do mesmo, mas uma necessidade inerente à perspectiva teórica que tem fundamentado nossa reflexão sobre o tema. A perspectiva da *teoria do valor dissociação* impõe, para além da abordagem crítica já presente em artigos anteriores, uma reflexão crítica sobre o processo de formação desta mesma perspectiva crítica. Neste sentido, este artigo se dedica a apresentar o que nos parece ser uma primeira entrada para o fundamento teórico que organiza tal releitura do tema. Por isso, a reflexão deve partir da produção de conhecimento em nosso contexto: uma universidade situada em uma das principais metrópoles de um Estado nacional de origem colonial.

A institucionalização da ciência geográfica acadêmica neste Estado nacional de origem colonial teve como estratégia a mobilização do trabalho de pesquisadores formados no contexto das metrópoles europeias. Decorre desta estratégia nossa impressão atual deste processo como sendo a introdução da Geografia tradicional no Brasil. De nosso ponto de vista, pesquisadores como Pierre Deffontaines (1939), Pierre Monbeig (1998) e Leo Waibel (1979), puderam tratar o fenômeno do *land grabbing* como *frentes ou zonas pioneiras* ou ainda como lugares em que a paisagem natural se *humanizava*, por meio de um desmatamento da vegetação original orientado para o estabelecimento de sistemas agrícolas segundo as vocações das áreas (BOECHAT, 2014; BOECHAT, TOLEDO & LEITE, 2017). Tal processo levaria à constituição de regiões que abrigariam gêneros de vida, que deveriam ser descritos em seus processos de reprodução ecológica específica. Dessa maneira, há uma explícita hierarquização de *gêneros de vida*, na qualificação do pioneirismo, por exemplo na formulação de Waibel, positivando o agricultor em detrimento do extrativista, do caçador ou do criador de gado:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (WAIBEL, 1979, pp. 281-282).

De modo semelhante, Monbeig considerava como *precursores* (não como pioneiros) tanto os indígenas dos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, quanto os pequenos pecuaristas mineiros, que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Portanto, os assim chamados caboclos, de um modo geral, seriam:

os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual (MONBEIG, 1953, p. 458).

Vemos, desse modo, os “pioneiros” da ciência geográfica no Brasil estabelecendo seus critérios científicos para a escolha dos “pioneiros” da civilização no âmbito nacional. Por outro lado, contraditoriamente, tanto Monbeig (1998) como Waibel (1979) esboçariam críticas ao papel deletério das mesmas frentes ou zonas pioneiras na dispersão de recursos, indicando, em oposição à “marcha para o oeste” a necessidade de fixação e intensificação

do uso do solo no leste. Para Monbeig (1998, p. 389-392), uma nova relação entre a franja pioneira e a indústria nacional representava a possibilidade de um mercado interno a resguardar a agricultura das crises da economia internacional e a possibilidade de uma transformação da própria agricultura, até então pautada pela “obra destruidora dos pioneiros”:

O problema da conservação das riquezas naturais e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...) Eis o sentido em que deverão desenrolar-se os esforços dos agrônomos e dos fazendeiros empreendedores. Tomou-se, portanto, consciência dos estragos. Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura, nas velhas zonas. Não é de rejeitar essa eventualidade. Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites (MONBEIG, 1998, p. 391-392).

Engana-se, porém, quem entenda a passagem como uma crítica à franja pioneira em si, vista pelo geógrafo francês, ao contrário, como “excepcional fortuna” que rompia com a “herança do passado” e trazia “grande riqueza” para a “coletividade brasileira” (MONBEIG, 1998, p. 392). A possibilidade, inclusive, de novas frentes pioneiras no Cerrado brasileiro não estava descartada para Waibel, como lembra um importante estudioso da obra do autor:

Waibel estava convencido de que “num futuro próximo, os melhores tipos de solo nos Campos cerrados do Planalto Central do Brasil seriam cultivados de forma semelhante às antigas áreas de florestas da Europa Central”, isto é, por meio de arado, com rotação de culturas e plantas cultivadas mais sofisticadas. Essa avaliação positiva de Waibel quanto às potencialidades do uso da terra nos Campos cerrados foi uma verdadeira sensação na segunda metade dos anos 1940 (KOHLHEP, 2013, p. 42).

Trata-se, desse modo, de um longo processo de formação do Estado nacional, ex-colônia colonizando seu território, levando a fronteira agrícola às fronteiras do próprio Estado. Parte deste processo é a produção de instituições que produzam discursos nacionais, paradoxalmente por meio de trabalhadores estrangeiros que são mobilizados para institucionalizar na forma da universidade pública a produção do conhecimento da nação. Este conhecimento que internaliza a produção do conhecimento no território nacional deve, especialmente em Estados de origem colonial, refletir sobre o que seria a nação.

Para a percepção de um brasileiro do período que precede a internalização desta instituição metropolitana na ex-colônia, tal como Euclides da Cunha, em **Os Sertões** (2002, p. 155-157), os brasileiros estariam condenados à civilização e teriam de formar uma nação futura, dada a ausência de unidade racial de seu momento além da diversidade de condições geográficas em seu território. Assim, a escolha dos “donos do poder” (FAORO, 1989) da metrópole paulista (cuja afirmação prática se realizaria atraindo milhões de brasileiros para ela) pela Geografia do assim chamado possibilismo da escola francesa

(MORAES, 2003) revela a necessidade de formular um discurso nacional em oposição ao viés nacionalista orgulhoso da evolução de uma raça superior autóctone. O próprio desdobramento das disputas imperialistas entre Estado nacionais, nas duas guerras mundiais, acabaria por desmoralizar os discursos racistas, culturalizando os discursos sobre a identidade nacional.

Entretanto, a construção do discurso nacional pelo viés da Geografia brasileira passaria a esboçar críticas à dita Geografia Tradicional, desde ao menos as obras de Manoel Correia de Andrade e Pasquale Petrone, em diálogo com Caio Prado Junior. Desse modo, a virada crítica de uma Geografia marxista dos anos 1960 em diante passaria a ocupar uma posição importante no debate brasileiro. Talvez a mais consagrada tenha sido aquela proposta por José de Souza Martins, um sociólogo que organizou grupos de estudos na FFLCH/USP, frequentados por vários professores da Geografia em seus processos de formação. A crítica que Martins elabora sobre a positivação do pioneiro e do padrão civilizado e urbano não apenas na Geografia tradicional é ponto de partida importante para nós:

As limitações dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos sobre o problema da fronteira e sua expansão interna, em diferentes países, especialmente no Brasil, podem ser facilmente reconhecidas no domínio que neles tem o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro (MARTINS, 2009, p. 12).

Os estudos de Martins foram também a base teórica de diversos autores da Geografia agrária, na qual se aplicava a teorização luxemburguista da reposição da acumulação primitiva, observando uma dupla faceta da fronteira agrícola (MARTINS, 1998, ver introdução). Nela haveria, nas frentes de expansão, a abertura para uma ocupação dos meios de produção pela população:

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (...) O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

Observa-se, assim, uma contraditória ocupação da terra na fronteira por posseiros que, apesar de não pagarem por ela, seguem articulados à economia de mercado por meio dos excedentes que produzem e comercializam e por serem eles mesmos excedentes demográficos dela, na visão do autor. Por outro lado, esta mesma expansão abria caminho

para a posterior expropriação dos mesmos posseiros pela instalação de fazendas, ranchos e mineradoras, que assim compunham a frente pioneira do capital.

Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Desse modo, a terra passa a ser impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza (MARTINS, 1975, p. 47).

A contradição do processo também poderia ser vista como sendo um duplo humanização/desumanização da paisagem natural, mas sobretudo reiterava os pressupostos de uma nova frente de expansão e do próprio campesinato retornando a si. Ressaltamos aqui a dimensão de crise do capitalismo assumida na base teórica de Rosa Luxemburgo (1985), sendo a frente pioneira uma contenção parcial da mesma, algo que em David Harvey (2005) foi teorizado como um *ajuste espacial*.

Para este autor, retomando as formulações de Von Thünen, seria na fronteira em que também o trabalhador poderia encontrar as melhores condições para negociar, diminuindo a pressão a que está submetido nas regiões metropolizadas, concentradas, ou zonas de localização econômica no que se refere à violência econômica, e por isso não raro era submetido ao trabalho na fronteira por meio da violência extra-econômica (OLIVEIRA, 2008).

Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terras sem donos em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas **o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários** (HARVEY, 2005; 101 – grifos nossos).

Nestas condições, caracterizadas pelo acesso dos trabalhadores à terra, o meio de produção primordial, impedir-se-ia a exploração, numa fórmula mágica (a produção segundo a necessidade). Não podendo simplesmente propor a generalização das condições de fronteira, o autor sugere o uso de sua fórmula mágica para que se apure o valor do salário a ser imposto socialmente pelo Estado isolado: “Von Thünen conclui que o salário natural em todo o Estado isolado se fixava pela fórmula **Öap**, onde a representa as necessidades mínimas de subsistência do trabalhador e p o produto do seu trabalho” (HARVEY, 2005, p. 103).

Perceba-se que a suposição de harmonia espontânea proposta pela economia política é simplesmente substituída por um cálculo racional realizado pelo Estado. Não há sequer luta política nesta definição, trata-se de uma nova formulação da harmonia. Desse modo, a fronteira seria condição para o referido equilíbrio: “A existência de uma fronteira livremente acessível e aberta parece necessária para a obtenção do salário de equilíbrio” (HARVEY, 2005, p. 104). Neste sentido, parece só haver renda diferencial I (aquela derivada de diferenciais de localização ou fertilidade; ver MARX, 1985) na análise de Von Thünen e relações de *violência extra-econômica* são desconsideradas, como mostra Harvey:

O solo fértil está disponível em vastidões ilimitadas por pouco ou por nada (...) apenas a distância ao mercado pode impor limites para a distribuição da cultura agrícola. Mas esses limites são empurrados sempre para mais longe por meio do trânsito de barcos a vapor nos rios e da construção de canais e ferrovias. Ali o salário \ddot{O} ap é, de fato, alcançável e foi realmente alcançado, pois, na América, encontramos uma relação entre o salário e a taxa de juros correspondente à fórmula que desenvolvemos para solo fértil. Em consequência dessas relações entre trabalhadores e capitalistas, percebemos, na América do Norte, bem-estar generalizado, que cresce a passos largos. Ali, inexistente divisão bruta entre as diversas ordens sociais (Dempsey apud HARVEY, 2005, 105).

A remissão de Harvey a Von Thünen como uma formulação de positividade da fronteira é apontada pelo próprio geógrafo como uma romantização do caso estadunidense, ficando, portanto, aquém da formulação de José de Souza Martins (2014, p.11), que a trata como processo pautado por um “caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Tal caráter explícito da exploração pode ser particularizado segundo a proposição de Francisco de Oliveira (2008) quanto à constituição de *regiões* “fechadas” ou “monopolizadas” pelas classes dominantes, colocando em questão a suposta “liberdade” e “harmonia” da fronteira. Nesse sentido, a “abertura” da região tampouco significaria o esgotamento da exploração do trabalho:

O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. [...]. A “abertura” da região e a conseqüente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional. (OLIVEIRA, 2008, p. 151-2).

De todo modo, o uso do termo *fronteira agrícola* qualifica a região territorializada pela atividade produtiva que passa a reproduzir-se na área, como se se tratasse de uma leitura de paisagem. Assim, as respostas mais interessantes da Geografia marxista não deixam em segundo plano as relações de trabalho que emergem no debate, como no conceito de região econômica e política proposto por Francisco de Oliveira (ver SEABRA & GOLDENSTEIN, 1982), ou nos conceitos de *territorialização do capital* e *monopolização do território*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016).

Temos utilizado o conceito de *territorialização do capital* de uma forma distinta a deste último autor, que reserva o termo para áreas em que as relações de trabalho passam a ser assalariadas, tornando-se elas o que Francisco de Oliveira (2008) qualificou como “zonas de localização econômica”. Tomando a territorialização do capital como um processo de totalidade, este seria um dos momentos de inflexão do processo. Vista desta perspectiva, desde a Geografia de uma universidade formada em uma metrópole pós-colonial, a territorialização do capital nos parece ser o processo iniciado na colonização, a partir do século XVI, com uma dinâmica central na assim chamada Acumulação Primitiva. Mas antes de desdobrarmos nossa análise para a região do MATOPIBA¹ e sua relação com a totalidade capitalista é relevante voltar a um comentário feito por Pasquale Petrone sobre o uso corrente nos anos 1970 do conceito de *colonização*. Não se trata de mero capricho, pois a atualidade não pode ser compreendida adequadamente, de nosso ponto de vista, senão como um processo de territorialização fundado no colonial e, além disso, é necessário não abandonar a reflexão sobre a produção do conhecimento em metrópoles internalizadas em Estados nacionais de origem colonial.

Colonização em dois sentidos, ou a contradição da colonização?

Aludimos mais acima, brevemente, que Leo Waibel (1979) e Pierre Monbeig (1998) apontavam, de maneira contraditória, a importância econômica, social e histórica da *frente pioneira* como superação do passado colonial, ao passo que enxergavam um desperdício de recursos na maneira como esta se dava. Monbeig (1998) chegava mesmo a apontar a possibilidade de uma transformação das áreas antigas degradadas; transformação possível pela ação da indústria, da cidade e da ciência, justamente pela formação de um mercado interno. Indicamos, ainda, de passagem, a esperança de Waibel (1979) de uma ocupação produtiva dos Cerrados, distinta da forma predatória que pautava a expansão das zonas pioneiras de então. Retomaremos aqui o debate proposto por um professor universitário que foi aluno de Pierre Monbeig, e que escreve no momento seguinte àquele dos referidos

¹Acrônimo para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Para caracterização desta “região do desenvolvimento” formatada enquanto tal também em decreto estatal pela então presidente Dilma Rousseff (2011 – 2015) em 2015, ver PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017.

“pioneiros” da Geografia universitária brasileira. Nele veremos uma crítica esboçada contra a formulação de um representante da Geografia tradicional quanto ao conceito de *colonização*.

Ao comentar o **Simpósio “Perspectivas da colonização no Brasil”** da AGB, realizado em 1973, Pasquale Petrone afirmaria que, numa perspectiva histórica, o país é nitidamente resultante de uma *soma de colonizações*. No entanto, o sentido da colonização, da fase anterior à Independência, não seria necessariamente o que se procurava dar ao fenômeno naquele momento (PETRONE, 1973, p. 53). Tomava-se, portanto, o conceito na acepção genérica de Max Sorre, como “expansão do ecúmeno”. Petrone (1973) perguntava, então, se haveria algum motivo que autorizasse este uso genérico, ou seria uma simples imprecisão conceitual, característica de uma Geografia sem compromisso com a formulação de conceitos historicamente determinados.

O autor mostra a existência de um vínculo histórico entre a colonização da segunda metade do século XVIII e a da segunda metade do século XX. Nos dois momentos históricos é a *colonização integrando o país*. No entanto, ambos se diferenciariam, pois a colonização do século XX teria sua origem em uma zona velha no interior do próprio território nacional, a área *core* industrializada, beneficiada pela colonização anterior (PETRONE, 1973, p. 53-7). A diferença estabelecida pelo autor se refere ao “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr. (2000), voltado para o exterior. Desta forma, a colonização promovera acumulação de capital na zona velha, uma área no interior do país. Neste momento seria possível afirmar que a acumulação de capital foi internalizada ao território nacional, pelo menos em parte.

No entanto, a metropolização do território dependeria de um longo e complexo processo do qual a Independência de 1822 é apenas um momento, assim como tantos outros com diferentes implicações para a territorialização do capital. A rigor a *internalização da metrópole* (DIAS, 1997) se afirma desde a vinda da família real ao Brasil, em 1808. A fundação de faculdades de medicina no Rio de Janeiro e em Salvador não é um aspecto desprezível deste processo, em que pese a aparência de autonomia entre estes muitos fenômenos: a formação da grande lavoura cafeeira, a criação das faculdades de direito em São Paulo e Recife, o fim do tráfico de escravos, a Lei de Terras (1850), a abolição (1888), a chegada do grande contingente de imigrantes no último quarto do século XIX e começo do XX, a formação das universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo, a criação das estradas de ferro e o processo de industrialização, a formação das universidades federais nas capitais dos estados, depois nas metrópoles regionais, etc. (ver BOECHAT, 2009; HEIDEMANN, TOLEDO & BOECHAT, 2014; e BOECHAT, 2014). A formação das áreas *core* às quais se refere Petrone beneficia-se de forma diferenciada de cada colonização que vai se somando para resultar no país. Neste sentido, a internalização das metrópoles (áreas *core*) confere aparência nacional ao processo de acumulação do capital; ainda assim, seria

necessário apresentar a relação social que beneficia tais áreas e perguntar se tal processo se explica pelo prejuízo das regiões territorializadas.

O caráter anedótico da mágoa sentida por Carmen Miranda, uma das primeiras personificações do capital cultural brasileiro no espetáculo global de produção americana, ao se apresentar no Cassino da Urca em 1940 merece ser comentado². Não se trata de nada estranho para um nacionalismo que costuma lamentar a perda de seus maiores talentos futebolísticos para o espetáculo europeu. Também não surpreende que, para um Estado nacional de origem colonial no qual o recurso à legitimação na base da racialização fosse tema, a cultura fosse usada como legitimação. Tango, Rumba, Salsa, Reggae, Jazz, e muitas outros ritmos nacionais, são tão presentes como instituições das metrópoles pós-coloniais quanto as universidades, com a particularidade de geralmente serem vistos como música negra. A graça vem da resposta composta para que Miranda rebatesse a crítica de que teria ficado *americanizada* com o “burro do dinheiro”, afinal além de dizer “eu te amo” e não “I love you”, a graciosa personificação brasileira não abria mão do tempero brasileiro representado pelo “delicioso camarão ensopadinho com chuchu”³. A vida na metrópole da territorialização do capital, sem abrir mão do “burro do dinheiro”, talvez mobilizada por ele, não só permite, por ele, a manutenção do gosto da nação de origem, como se afirma neste gosto. Sem ir além na digressão, vale a pena não deixar de frisar: é o gosto brasileiro que se vende, assim como na forma de sincopar de João Gilberto, ou na ginga de Garrincha a Neymar Jr. Nada deste espetáculo brasileiro exportável pode ser explicado em perspectiva crítica pela suposta simplicidade do “burro do dinheiro”.

Pasquale Petrone (1973) comenta que, em função dos aspectos espetaculares assumidos pela colonização, naquele momento histórico relacionados com a industrialização, estes teriam passado a interessar a opinião pública. Este interesse torna possível compreender inclusive a realização do Simpósio suprarreferido, segundo o professor. E colonização naquele momento também podia ocorrer, em oposição ao conceito genérico de Sorre (1984), em territórios de povoamento mais ou menos antigos. Assim, a valorização das regiões colonizadas permanece, mas beneficiando zonas velhas, posto que a colonização decorre de estímulos externos à área colonizada (PETRONE, 1973, p. 51).

² A referência aqui é à canção *Disseram que voltei americanizada*, composta por Vicente Paiva e Luiz Peixoto, gravada pela intérprete em 02 de setembro de 1940, nos estúdios da Odeon. A letra segue: “Me disseram que eu voltei americanizada/ Com o burro do dinheiro/ Que estou muito rica/ Que não suporto mais o breque do pandeiro/ E fico arrepiada ouvindo uma cuíca// Disseram que com as mãos/ Estou preocupada/ E corre por aí/ Que eu sei certo zum zum/ Que já não tenho molho, ritmo, nem nada/ E dos balangandans já “nem” existe mais nenhum// Mas pra cima de mim, pra que tanto veneno/ Eu posso lá ficar americanizada/ Eu que nasci com o samba e vivo no sereno/ Topando a noite inteira a velha batucada// Nas rodas de malandro minhas preferidas/ Eu digo mesmo eu te amo, e nunca “I love you”/ Enquanto houver Brasil/ Na hora das comidas/ Eu sou do camarão ensopadinho com chuchu”.

³Para uma discussão sobre a busca do caráter nacional da produção cultural brasileira na obra de Caetano Veloso e de suas influências, ver trabalho de Rafael Florêncio (2018). Para uma crítica do espetáculo, em geral, ver Guy Debord (1997).

Parte desta contradição pode ser explicada, como adverte Petrone em seu artigo, pela "imprecisão terminológica e conceitual" (PETRONE, 1973, p. 50). No entanto, o conceito genérico de colonização está em contradição com o momento histórico no qual é formulado. É isso que Petrone mostra na relação entre os termos. O *sentido profundo da colonização* (NOVAIS, 1969) é promover a acumulação primitiva na Europa; o rompimento do exclusivo metropolitano e a formação do Estado nacional brasileiro encerram o período colonial e iniciam o processo de internalização da acumulação de capital. Desde meados do século XX, há entre as zonas velhas beneficiadas a área *core* nacional: é outra, mas é a mesma, em um processo de diferenciação de áreas que é um dado social, mas objetivo. Por isso, sem ser um momento do sistema colonial, encerra em si a prática da colonização.

Ao mesmo tempo não se pode deixar de repor o argumento de Max Sorre (ver SORRE, 1984) que restringe o fenômeno da colonização à suposta humanização da paisagem, expressa no movimento da fronteira agrícola. Tomando a reformulação proposta por Fernando Novais (2005), o argumento se explicita: trata-se do movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos tempos modernos, assume a feição de europeização do mundo (NOVAIS, 2005, p. 25). Fica claro que a *valorização do espaço*, ao menos no contexto considerado pelo autor, é estabelecida pela chegada do europeu em moldes já esboçados na introdução de **Formação do Brasil contemporâneo**, de Caio Prado Jr. (2000). Por isso, aquilo que aparece como um processo de humanização da paisagem, aparece como europeização do mundo.

A caracterização do processo de colonização como europeização do mundo sugere que o sentido do processo em questão seria o das colônias de povoamento. No entanto, o sentido aqui é o oposto, buscar beneficiar áreas velhas. Segundo o conceito de Prado Jr. (2000, p. 19-20), o "sentido da colonização" é explorar recursos naturais de um território virgem em favor do comércio europeu. Aquilo que Novais (2005) caracteriza como europeização do mundo constituiu-se, para Prado Jr. (2000), numa sociedade com características nacionais e qualidades de permanência, o que seria um ponto de concordância com Gilberto Freire (1965, p. 25). Portanto, a europeização do mundo não se restringe ao e nem tem como sentido o povoamento com migrantes europeus.

Prado Jr. (2000) estabelece uma noção de Europa como exterior, que pressupõe a existência de um território colonial brasileiro (o que se justifica pela sua perspectiva de compreender a síntese do processo colonial, em sua crise no século XIX). A colonização discutida por Petrone (1973) diferencia a zona velha no interior do território do Estado nacional brasileiro já formado, ainda que os descendentes de europeus sigam ocupando a maioria dos postos de comando na territorialização do capital, e ainda que a afirmação da mestiçagem e a incorporação da cultura dos povos colonizados passe a ser parte do

processo dirigido pelo Estado. *O que há em comum a dois períodos tão diferentes é, em última análise, o processo de acumulação de capital como finalidade do processo.*

No momento atual, as políticas de inclusão apoiadas pelos organismos do capital mundial, incluindo paradoxalmente as mulheres (SCHOLZ, 2005 e 2016) revelam que há mais a ser dito. Ainda assim, as formulações acima revelam que existe a possibilidade de uma zona velha ser beneficiada pela colonização da outra. Neste sentido, torna-se relevante refletir sobre como o MATOPIBA, área a ser aqui discutida percebe o processo.

Que colonização produz o MATOPIBA?

Pudemos observar, portanto, uma crítica de Petrone a Sorre que o faz se aproximar da formulação de Prado Jr. Por sua vez, a formulação de Novais permite um desdobramento da compreensão do “sentido da colonização”, compondo uma caminho para a Geografia crítica. De nossa parte, procuramos relacionar tal crítica à perspectiva nacionalista, à qual a própria Geografia crítica teria se mantido atada, esquivando-se de uma necessária autocrítica que aqui deixamos apenas sugerida. Dessa maneira, podemos passar a debater as novas e recentes formas de “colonização” dos Cerrados (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017), em especial tratando casos relacionados com a particularidade do sul do Piauí e do Maranhão, como desdobramento dos investimentos realizados sobretudo pelas zonas de antiga colonização, articulados a políticas de um Estado já nacional formado e lidando com a territorialização do capital no interior de seu território. Podemos fazê-lo levando em consideração nossa própria acepção do fenômeno como contraditoriamente parte do mesmo processo, enquanto produção científica que participa dessa territorialização.

É interessante observar que o caráter contraditório da territorialização do capital não permite que a análise se atenha ao contexto regional que parece reproduzir processos já ocorridos em outras áreas em especial nas metrópoles, algo como uma não-simultaneidade (KURZ, 2000) que em processo metropoliza a vida local. Trata-se do processo que conduz da sociedade “primitiva” à sociedade “evoluída” nos termos do fundador da teoria do valor trabalho, Adam Smith (1974, cap. 6). No entanto, não-simultaneidade é um fenômeno fetichista que não reproduz sequer as metrópoles como objetividade acabada, a metropolização é crítica e é reprodução ampliada da catástrofe (KURZ, 1995). A marca da particularidade aqui estudada é a relação com o capital como totalidade; assim, simultaneamente à formulação de Petrone, em meio ao Simpósio da AGB, de 1973, estourava a chamada *crise do petróleo* e uma importante transformação no sistema financeiro internacional estava em curso, articulada a uma transformação interna na forma de reprodução ampliada dos capitais industriais, que poderia posteriormente ser concebida como *acumulação flexível* (HARVEY, 2007) ou como Terceira Revolução

Industrial, a da Microeletrônica (KURZ, 1995). O quanto estas mudanças viriam a impactar as formas de colonização e territorialização do capital procuraremos indicar ao final desse artigo. Para o momento, podemos pensar brevemente, no entanto, no lugar social conferido à colonização pelo Estado nacional formado, relacionando a integração nacional ao desdobramento da indústria nacional, em meio a uma variedade de crises.

Assim, a estratégia econômica adotada no **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND – 1975 – 1979) foi explicitamente a de promover a constituição de conglomerados financeiros, visando uma centralização de capitais que permitisse que empresas nacionais pudessem competir na nova ordem internacional, cabendo uma associação com o capital estrangeiro no provimento de tecnologias avançadas e investimentos (BRASIL, 1975, p. 47-55). Embora soe como repetição da colonização do Antigo Regime, na medida em que a territorialização do capital assume a forma de europeização do mundo, ainda que o capital estadunidense fosse majoritário no período em questão, vemos um processo que se explica nacionalmente como etapa de um desdobramento do Departamento de Bens de Consumos Duráveis da indústria nacional (OLIVEIRA, 1977).

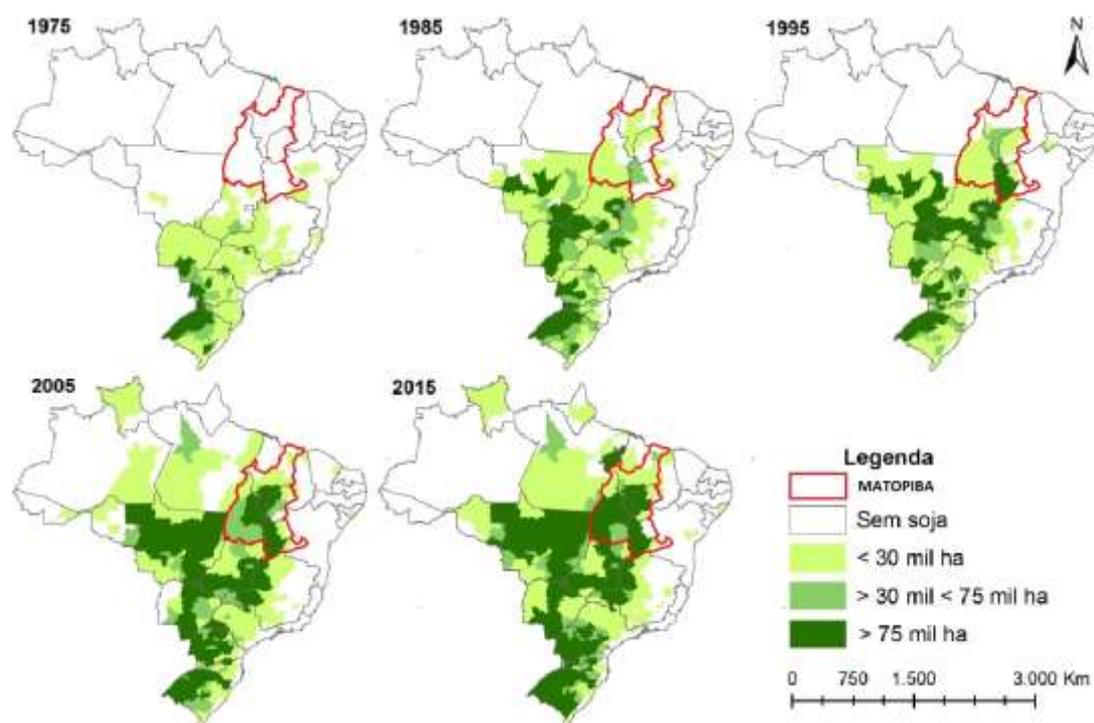
No entanto, tal política de industrialização se articulava à política de integração nacional que incluía a ocupação do “universo brasileiro” (BRASIL, 1975, p. 56), mostrando que a “zona pioneira” do capital industrial mundial era, por sua vez, a “zona velha” em relação às demais, com a adiantada internalização de áreas *core* centralizadas no Sudeste brasileiro. A ocupação da *hinterlândia* era concebida aí como política populacional que promoveria a criação de novos empregos na fronteira agrícola, mas sobretudo como fonte de produção de alimentos e matérias-primas, por meio de “blocos integrados de investimentos em polos, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo a adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área” (BRASIL, 1975, p. 60). A política de colonização se somava à de promoção de grandes investimentos, sempre com a preocupação, ao menos em tese, de evitar uma “regressão econômica” (FURTADO, 2000):

É de prever-se que o programa de colonos e pequenos produtores, pela densidade demográfica da região e pelas suas características físico-climáticas terá mais ênfase no Nordeste e em certas áreas, limitadas do Centro-Oeste e da Amazônia. Na implantação dos programas de empresas, evitar-se-ão distorções, como a de atribuir sentido de feudos a tais explorações, limitando-se a concessão de terras ao estritamente necessário à atividade produtiva. Também se procurará impedir a tentativa de usar a terra principalmente como investimento fundiário, controlando-se a implantação efetiva dos projetos, em prazos bem definidos (BRASIL, 1975, p. 61).

Dessa maneira, a política de modernização da agricultura brasileira, no caso da produção de soja, transformou a ocupação do Cerrado, a partir dos anos 1970, e aprofundou processos de expropriação, tanto no que diz respeito à expulsão direta de posseiros,

agregados das fazendas pecuaristas, como também de indígenas e pequenos produtores que viviam naquela região⁴, quanto em relação à concentração e centralização do capital (MARX, 1983, Cap. XXIII: A lei geral da acumulação capitalista) dos diferentes momentos da produção e processamento das agroindústrias nas mãos da indústria à montante e à jusante da produção e das *tradings* (MENDONÇA, 2013). Os resultados dessa política, amparada pelas pesquisas da EMBRAPA e co-financiada com investimentos japoneses (JICA, 2017), ficam visíveis na materialização da expansão da área de produção de soja:

Figura 1: Área plantada com soja por microrregião (1975, 1985, 1995, 2005 e 2015) e



destaque para a região do MATOPIBA

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Niederle e Wesz Jr., 2018.
Edição: Gabriel Lopes e Viviane Coutinho.

A forte expansão sobre o Cerrado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, a partir dos anos 1970, conduziu sojicultores e fazendeiros menos produtivos a venderem suas terras e produções, a partir de uma dinâmica de crise de seus capitais e a migrarem

⁴No Paraná, em Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, é de suma importância ressaltarmos aqui, foi aprofundado um processo de expropriação dos Guarani (Kaiowá, M'byá, Nandeva e Avá) das terras que ainda ocupavam. Muitos foram apresados e aldeados em ínfimas parcelas de terra localizadas nas periferias das cidades do interior de tais estados, aldeamentos estes criados na primeira metade do século XX pelo órgão estatal responsável pela política indigenista, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Tais aldeamentos se caracterizam pela reduzida extensão e pela insuficiência para a reprodução social dos Guarani, que acabam tendo que se vender como força de trabalho superexplorada nas produções de *commodities* das agroindústrias do campo brasileiro. Sobre a expropriação dos Guarani ver os seguintes relatórios de pesquisa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial* (PITTA, XAVIER, & MENDONÇA, 2012) e *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil* (PITTA, XAVIER, NAVARRO & MENDONÇA, 2014).

para locais de terras mais baratas e ainda não ocupadas pela produção agroindustrializada, promovendo uma expansão da fronteira da soja tanto para a Floresta Amazônica, como para o Cerrado do Nordeste, incluído aí o chamado MATOPIBA. Ao mesmo tempo, grandes produtores também passaram a expandir suas produções para tais regiões de terras baratas passíveis de subirem de preço, justamente em razão dos incentivos para tal movimento.

Desse modo, a partir dos governos da ditadura militar (1964 – 1985), a modernização do campo se transformou em um dos carros chefe das políticas públicas. Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, em 1965), passando pelo I **Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND, 1968 – 1973), correspondente ao que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, e pelo II PND (1975 – 1979), aprofundaram-se as contradições do modelo de desenvolvimento adotado, explicitadas também com a ajuda de uma conjuntura internacional adversa agravada após a crise do petróleo de 1973, levando à “explosão” no Brasil da dívida pública e privada internacional (DAVIDOFF, 1984), da inflação, da superexploração do trabalho (tanto urbana quanto rural) e das expropriações no campo. Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola e a privatização de terras de uso comum potencializaram a tensão e os conflitos no campo, corroborando processos de expropriação (LEITE, 2015). Se, de um lado, a “marcha para o Oeste” compunha a integração nacional, desde os anos 1940, ela adquiriria novos significados com a “militarização da questão agrária” atrelada à Revolução Verde. A possibilidade de acesso à terra na fronteira agrícola passaria a ser condicionada pelo planejamento regional e pela ascensão de um novo modelo produtivo (CLEMENTS e FERNANDES, 2012).

Para finalizar essa parte do artigo, ressaltamos, porém, a centralidade da ciência brasileira, sobretudo pela atuação da EMBRAPA em meio ao PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), na alavancagem do pioneirismo que chega ao MATOPIBA, a ponto de perspectivas apolegetas do agronegócio verem nela um dos pilares da constituição de um mundo rural inteiramente novo no Brasil, como se fosse nosso “camarão ensopadinho com chuchu” (BUAINAIN et al, 2014; para uma crítica ver BOECHAT e KLUCK, 2017). O desdobramento que encontramos da internalização da metrópole se reveste, assim, da possibilidade de uma colonização interna em bases científicizadas, assumidas por “nossas” próprias instituições e empresas. Assim, o *land grabbing* nacional se esquivava no discurso contra a estrangeirização de uma autocrítica:

(...) on its own the ‘foreignization narrative’ can be problematic as it is fraught with contradictions: recent foreignization of land is not acceptable, but foreignization of capital and investments which has been creeping in the region much earlier and which ultimately indirectly captures (land) resources is welcomed; exploitation by foreigners is not socially acceptable, but exploitation by national classes of capital is tolerable. (...) Does land grab necessarily and always requires foreignization of land property? Not really, as we have argued earlier using the notion of control grabbing. Conversely,

does foreignization of land always imply land grabbing? – as one wonders about the small- and medium-scale individual land acquisitions by natural persons from Brazil in Paraguay or Bolivia – a process we categorize in this paper as part of the everyday forms of dispossession by differentiation which we exclude from our definition of land grabs (BORRAS et al., 2012, p. 863).

Porém, ainda que venha a encontrar na crítica ao capital nacional o foco da problematização de uma territorialização do capital, como em Ariovaldo U. de Oliveira (2011), exime-se geralmente aí também de uma compreensão sobre as reais implicações que a cientificação do capital em geral (tanto nacional como estrangeiro) promove. Enquanto particularizamos, a seguir, a abordagem sobre o “pioneirismo” no MATOPIBA, procuraremos avaliar as transformações da totalidade, isto é, os impactos das mudanças da composição orgânica do capital sobre a reprodução ampliada do mesmo. Assim, buscaremos pensar as transformações da fronteira agrícola como parte das transformações imanentes da sociedade capitalista como um todo, indicando uma qualificação abrangente da crise tanto do trabalho como do capital que não pode mais ser superada pelo “ajuste espacial”.

Pioneiros do MATOPIBA

a) Esta terra ainda vai cumprir seu ideal?

A territorialização do capital não é um processo que ocorre independente da ação das pessoas. O planejamento regional da ditadura militar acima problematizado revela como a política não pode se fazer sem relação com a economia, e a própria separação destas esferas só existe como autonomização, porque não se faz política sem usar o dinheiro para mobilizar o trabalho da política (KURZ, 1997). No entanto, a modernização forçada da ditadura não foi suficiente para levar a fronteira do agronegócio à fronteira do Estado nacional brasileiro. As regiões político- econômicas, problematizadas por Francisco de Oliveira (2008), seguiram reproduzindo suas formas de territorialidade.

O fenômeno contemporâneo a que se manifesta como região do MATOPIBA (ressalte-se que não se trata do conceito de Francisco de Oliveira, 2008) revela a continuação do processo de colonização do território de um Estado nacional de origem colonial. Trata-se como se sabe da violenta imposição de uma nova territorialidade sobre regiões pecuárias e de mineração cujos processos de territorialização ainda remetem às dinâmicas do momento colonial do processo de formação deste Estado nacional. Há, no entanto, uma forma de manifestação que não pode ser vista como sendo simplesmente mais do mesmo: a transformação da terra em riqueza abstrata autonomizada de um processo de produção real. Como pode-se pensar que se trata de simples continuidade? Nem nas regiões pecuárias nem na região garimpeira estabelecidas nas áreas que neste momento

são territorializadas a terra era um ativo financeiro associado às metrópoles do capital, ainda que não se pudesse compreender tais regiões sem problematizar tais metrópoles.

O conflito associado ao uso da terra que vinha sendo territorializada pela região garimpeira de Monte Alegre, no sul do estado do Piauí, sobre uma região pecuária formada ainda no período colonial dizia respeito a uma relação bastante concreta: as cisternas abandonadas que causavam acidentes com o gado solto. Tratava-se de um resultado do processo de trabalho da extração de diamantes situados em uma camada de cascalho a mais de cinco metros de profundidade, acessada por meio destas cisternas, que permitiam aos garimpeiros extrair o cascalho realizando a lavagem posteriormente.

Em um trabalho de campo realizado no sul do Piauí em 2013, tivemos a oportunidade da companhia de Sr. Paulo. Nascido no Maranhão, mobilizado para o trabalho ainda criança como ajudante de tropeiro, estabeleceu-se em Monte Alegre/PI como garimpeiro. Sr. Paulo era capaz de apresentar não só os processos de trabalho do garimpo nas diversas áreas da região, mas os aspectos políticos, econômicos e culturais da região.

Sem poder comentar cuidadosamente aqui a apresentação da região feita por seu Paulo, interessa mostrar um conflito territorial pertinente às relações de poder inerentes àquele contexto. Segundo nos foi relatado, houve um senhor, dono de uma fazenda que descobriu uma mancha, que se refere a uma área rica em diamantes, e ele por sinal era comprador de diamante e teria enriquecido com este negócio. Este fazendeiro não queria que os garimpeiros trabalhassem na terra dele. Como era poderoso, era envolvido com um grupo do governo e obrigou a prefeitura a comprar a terra. Desta forma, segundo o garimpeiro, a prefeitura comprou a terra para não suspender a prática do garimpo, porque esta era, como dizia nosso interlocutor, a alavanca da economia do município de Monte Alegre. O dinheiro usado na compra teria como origem o Fundo de Participação, que naquele tempo era só o que a prefeitura tinha. O garimpo nunca pagou imposto, nem IPTU. A terra era barata, possibilitando que a prefeitura comprasse nos anos 1950, para evitar que o pessoal fosse embora. Segundo nossa fonte, isso teria ocorrido em 1955, de modo que na mesma eleição em que Juscelino Kubistchek foi eleito o primeiro prefeito de Monte Alegre foi eleito.

O acesso à terra negociado pelo poder local resistiu, em decadência. Não se desfez com a chegada da mineração mecanizada nos anos 1980, tampouco parece ter sido afetado diretamente pelo avanço do agronegócio, voltando para as áreas de chapada. Mas serve como advertência contra a naturalização da territorialidade dos fatores de produção autonomizados da vida social das metrópoles. Antes de supor uma explicação lógica da relação territorial na fronteira em que os sujeitos apareçam como mera obra do contexto, cabe pensar a forma como os sujeitos personificam as possibilidades de ação neste

contexto que se define como regional, no sentido de Francisco de Oliveira (2008), por guardar especificidades na reprodução de relações de produção.

Desta maneira, se a propriedade da terra condiciona o acesso ao trabalho para os despossuídos ora pela ação da violência direta do poder dos proprietários “fechando” a região (nos termos de Francisco de Oliveira), ora pela formação dos mercados de terra, trabalho e capital (que Oliveira qualificou como zonas de localização econômica), interessa não apenas diferenciar tais momentos, mas compreendê-los como momentos de um mesmo processo. A imposição da mediação social essencial da forma mercadoria (tanto como substância do valor, quanto como produtor de um valor de uso determinado), em sua aparência de mediação simétrica, pois contratual e juridificada, passa neste processo a dar acesso aos recursos naturais na área. Este condicionamento pode ser mais bem compreendido como processo de territorialização, pois é parte da determinação do poder na área, que em processo parece distanciar as possibilidades da ação local, ocultada sob a falácia da nação dirigida pela democracia representativa e de seu desenvolvimento, que coloniza o território do Estado. Ainda assim vale ressaltar que esta forma de territorialização tem traços específicos.

Quando os proprietários de terra organizam seu território, fazem isso segundo padrões socialmente estabelecidos, o que evidencia que a gestão do território não é o exercício de subjetividade de seu dono. Os padrões personificados pelos proprietários de terra encontrados no sul do Piauí, antes da territorialização em processo da região do MATOPIBA, voltados então à produção de diamantes e gado, encontram-se limitados pela produção real, que só se torna dinheiro depois de realizada no mercado, impedindo a fixação de um tributo em dinheiro a ser imposta na territorialidade local. A prática social do proprietário de terra coloca-o como portador funcional de uma lógica que, sem deixar de ser determinada por sua classe social, é a lógica geral do capital. Neste sentido, as estratégias do proprietário da terra, uma entre outras estratégias possíveis no interior de uma mesma lógica, resultam na realização particular da territorialização do capital na região. A compra de terras por parte da prefeitura nos anos 1950, repassando ao proprietário de terras os tributos transferidos para os municípios, não importa por revelar o baixo preço da terra em abstrato, mas pelo significado deste preço, um padrão de territorialidade que não se explica sem consideração ao crescente poder econômico das metrópoles em recolonizar o território do Estado nacional. Não se trata, portanto, nem do processo de subjetividade autônoma do proprietário da terra, nem da reprodução social em uma área autônoma. Por isso, a importância do conceito de *região*. Como apresentaremos abaixo, o momento atual do processo é outro. Os excedentes de produção regional não parecem explicar a urgência de domínio dos capitais (TOLEDO, 2012) sobre as áreas de chapada. Pelo contrário, trata-se do controle das possibilidades do futuro...

b) O interesse do agronegócio paulista na fronteira agrícola do MATOPIBA e a "grilagem" bancária

Outro relato pode apontar uma visão diferente sobre a territorialização do capital na região, por meio da apropriação de terras que ignora ou abstrai a ocupação anterior, como aquela de posseiros e garimpeiros acima relatada.

O fazendeiro Ivan, de Severínia/SP, relembra em entrevista gravada em 22 de janeiro de 2013, que foi convidado em 1993/94 pela Cooperativa dos Agricultores de Orlândia/SP para avaliar terras no sul do Maranhão que permitiriam que os pequenos proprietários daquele município paulista se tornassem grandes proprietários, pela diferença entre os preços de terras em São Paulo e no Maranhão, muito menores nesse último estado. Dos 184 pequenos e médios proprietários que para lá foram, apenas ele e mais 5 compraram terras no sul do Maranhão. Para fazê-lo, Ivan somou suas economias às do irmão Roberto e vendeu uma fazenda que tinha em Minas Gerais.

A escolha das terras passou por um sobrevoo de áreas que, do ponto de vista distanciado do comprador, "não tinham nada, um pouquinho de arroz, um cerradinho vagabundo", mas que "com muito gesso, calcário, adubo, máquina" se revelavam uma "terra maravilhosa":

Ivan - Nós compramos desde áreas grandes até áreas pequenas. Entendeu? Porque o negócio é o seguinte, quando nós fomos pro Maranhão, a gente foi pra comprar uma área grande. Porque nós vendemos aqui e lá a terra era muito barata. As áreas muito grandes eram muito longe da cidade e era estrada de terra. Então, nós chegamos numa área de terra maravilhosa cortada por uma rodovia federal, a 23 quilômetros de uma cidade e 110 [km.] da capital do sul do Maranhão. Só que a área não era grande, era uma região muito dividida. Eu falei, "Roberto, vamos ter que comprar aqui, uma área dessa pequena, menor do que a gente tem, e aí nós vamos comprando o resto". Porque você vê, rodovia federal, hoje está asfaltada...

A abstração do padrão regional de territorialização anterior se evidencia na desvalorização da paisagem vista de cima e que em si só tem interesse quanto às possibilidades de valorização futura. A busca pelo aumento da escala de produção se revela desde o início, antes mesmo da compra da terra, que é escolhida conforme a localização e a probabilidade da melhora da infraestrutura, num misto de compreensão da realidade por meio da renda diferencial (MARX, 1985) e das projeções de seu incremento. A estratégia empenhada na compra, no entanto, passaria por uma inusitada intermediação bancária:

Ivan - E, com isso, eu tive que ir lá todo mês. E todo mês eu comprava um, dois três. Ia comprando e emendando. Todo mundo devia dinheiro para o Banco do Brasil. Comprei quinze áreas de devedor do Banco do Brasil.

Pergunta - Pagou a dívida por eles?

Ivan - Se não sou eu aquele povo tinha morrido. O Sarney entupiu eles de dinheiro quando foi presidente. Desviaram dinheiro e quebraram todos. Então, eu ia no Banco, dava um dinheiro para eles e comprava a dívida deles no Banco. Tinha 16 devedores no Banco, eu comprei 15. (...) O gerente me adorava. Foi promovido. Eu salvei a agência. O superintendente me adorava.

As entrelinhas indicam uma “região” que se abre ao investidor nacional forasteiro porque já está integrada parcialmente à escala nacional por meio da dívida pública e privada, que encontrada nele a possibilidade de rolagem, ou de renovação das promessas de valorização do valor. O fazendeiro afirma ter comprado, ao todo, 39 propriedades no município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, a 110 km de Balsas, sendo que metade dessas compras teria passado pela “compra” das dívidas dos seus antigos proprietários acumuladas no Banco do Brasil local, de maneira que não se trataria exatamente de uma grilagem ou de expropriação direta, mas de uma “expropriação” derivada de um endividamento que permite a avaliação de que se trataria de uma “salvação” por aquele que salda a dívida se apropriando da terra que lhe dava garantia.

A mobilidade do capital se personifica na mobilidade do fazendeiro que se permite deslocar de uma “região” a outra, mas também de uma atividade a outra, deslocando por meio de sua mobilização monetária e creditícia uma variedade de pequenos proprietários que já ali habitavam em condições críticas, e passando a lidar com uma realidade produtiva nova por meio da cooperação de alguns parceiros e do apoio de grandes companhias exportadoras:

Ivan - Eu também tive muito café, depois laranja, depois cana. No futuro vou sair da cana também. (...) Vou amar um pé de cana? Eu não, se amanhã abobrinha for melhor do que cana eu mudo para abobrinha, eu já mudei tanto, já vendi nove propriedades, já comprei 57, só no Maranhão, 39... Lá é muito complexo. Só grão... tudo máquina grande, outros mercados, mercado internacional... Não tem nada a ver com isso aqui. (...) Agora, a vantagem que você tem no grão, na soja, é que as multinacionais, todas te dão dinheiro. Se você amanhã não tiver terra, não tiver dinheiro, [mas] tiver um contrato de arrendamento para plantar soja, a multinacional, a *trading* te dá adubo, semente, defensivo, tudo a troco da sua soja. Tem um custo, mas dá na hora. (...) Tive lá no Maranhão, por exemplo. Nós fizemos um *pool* gigantesco lá, de sete ou oito fazendas. Meu filho faz parte desse grupo que compra. Nós fazemos uma compra para um volume gigantesco de terra por um preço... (...) Tem fazenda no Piauí, Maranhão, no Pará. Senta, compra para todo mundo. (...) Tem soja e milho e tem a pecuária. Só que nos insumos, nós compramos tudo junto. Numa área de 53 mil hectares essas sete fazendas, e compra tudo junto. (...) A assistência técnica é a mesma para sete fazendas. Você compra tantas toneladas disso, tantas daquilo. Acabou, comprou, desfaz... acabou. Então, não tem custo. (...) Antes a gente até exportava junto. A gente estava com uma *trading*. Agora cada um faz o seu negócio. Nós tínhamos um silo em comum, e então agora cada

um tem o seu silo. E nós crescemos também. E separou para longe, 200km e fica difícil manter, porque cada um tem a sua estrutura, mas nós fazemos a operação de compra tudo em conjunto.⁵

A centralização de capitais, na forma de *pools* ou no crédito das *tradings*, permite, segundo o interlocutor, a constituição da estrutura, mostrando uma mobilidade do capital que, além de não se apegar minimamente aos valores de uso que produz, sugere um aumento contínuo dos elementos do capital constante sobre o montante total do capital empregado. Esse aumento da composição orgânica dos capitais na fronteira agrícola materializa-se sobretudo nas máquinas de grande porte, emblemáticas de uma produção altamente mecanizada e que demanda parcelas cada vez mais insignificantes de capital variável. Os elos financeiros com o banco, a permitir a compra das terras, com as *tradings* e multinacionais, a permitir a continuidade da produção e com os mecanismos de *hedging*, a permitir um controle parcial das vendas, evidenciam uma territorialização do agronegócio que está longe ser apenas paulista. Isto é, o avanço da zona velha de colonização, tornada área *core* da metrópole internalizada, investindo sobre outra zona de colonização antiga, não devidamente metropolizada no processo, aponta para a ausência de autonomia de ação dos pioneiros paulistas (ou sulistas), explicitamente atrelados às dinâmicas mais desdobradas do capital financeiro internacional.

c) A chegada das imobiliárias transnacionais agrícolas e a revelação do nexos com o capital fictício

A partir de 2013 iniciamos uma série de visitas à “região” do MATOPIBA, a fim de apreendermos os fenômenos de expropriação de terras sobre comunidades rurais na recente territorialização do capital daquilo que se passou a denominar (equivocadamente) de “última fronteira agrícola” no Brasil, fenômenos estes movidos pela expansão recente da produção de soja do Centro-Oeste para a região em questão. Nos anos subsequentes, em cinco ocasiões diferentes, passamos pelo oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí.

Podemos explicitar que a abertura da fronteira agrícola por meio do desmatamento direto do Cerrado nativo nas áreas de chapada do MATOPIBA para implantação da produção de soja mecanizada, a expropriação dessas áreas por meio da grilagem de terras (que anteriormente eram devolutas e de apropriação por parte de comunidades rurais) e as personificações que movem a territorialização do capital que ali vem ocorrendo diferem tanto na forma em que ocorrem quanto no seu sentido em relação aos dois casos acima

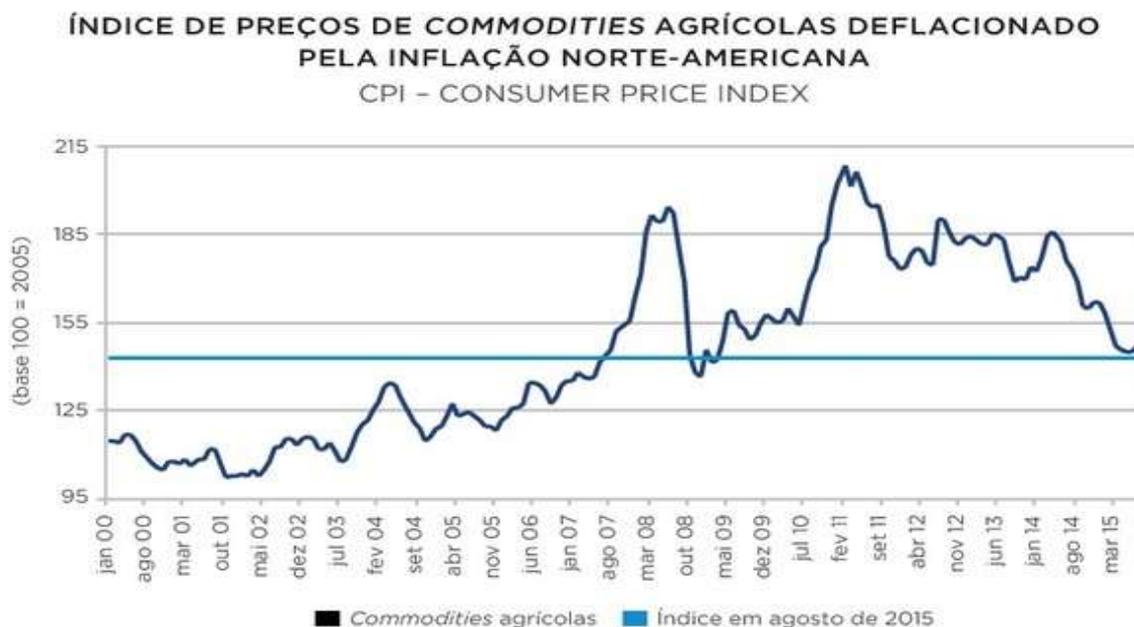
⁵ A longa citação da entrevista indica, todavia, por meio das lacunas deixadas pelas reticências entre parênteses a manipulação explícita da fonte. Provavelmente, outras abordagens escolhessem exatamente os trechos ali saltados, direcionando para outras conclusões a mesma fala. Entretanto, nos escoramos no relato do fazendeiro paulista para indicar elementos da sua experiência de pioneirismo na fronteira do MATOPIBA.

apresentados neste texto: o primeiro referente ao relato de Sr. Paulo que, apesar de não se subsumir estritamente à dinâmica de uma região de expansão da pecuária, predominante na primeira metade do século XX no Brasil, diz respeito a um momento em que o posseiro “abria” a fronteira e era continuamente expropriado pela expansão da fazenda pecuária (MARTINS, 1975); e o segundo se refere à expansão da fronteira, já da passagem dos anos 1980 para os 1990, no qual grandes proprietários do sul do país, com produção de soja mecanizada e altamente tecnificada, territorializavam em intensidade, mas também extensivamente, uma agroindústria já financeirizada (mediada pelo capital a juros) também na região em questão.

Recentemente, por sua vez, o capital ali presente tem como seu determinante fundamental capitais a juros transnacionais (de proveniência tanto do Brasil, como de outros países), investidos tanto na produção de soja com alta composição orgânica do capital nas áreas de chapada, quanto investidos na terra como ativo financeiro, em um processo que se auto-re-alimenta. Eis aqui a novidade. Para entendermos tal fenômeno, brevemente iremos aqui apresentar o caminho de nossas pesquisas, os quais nos conduziram a tais apreensões, e que têm implicações para a crítica teórica que aqui sugerimos.

Desde 2003, viemos acompanhando a expansão da agroindústria sucroenergética no Centro-Sul do Brasil. Sugerimos que a partir de 2002/2003 iniciou-se um “ciclo” de alta dos preços das *commodities* nos mercados de futuros internacionais, que fomentou a expansão em termos de produção e produtividade, como em área (extensão), das principais *commodities* produzidas no Brasil (incluídas aí o açúcar, no caso a cana-de-açúcar, como sua matéria-prima; e a soja, para focarmos nas duas que serão aqui apresentadas). Tal ciclo esteve relacionado a uma alta especulativa de tais preços, que apostava no crescimento econômico da China, como justificativa para alavancar rendimentos financeiros (PITTA, 2016) que provinham da realimentação altista destes em mercados de derivativos.

Gráfico 1: Índice de preços de *commodities* agrícolas deflacionado pela inflação norte-americana.



Fonte: FMI; U.S. Bureau of Labor Statistics

Org.: SERIGATI, 2015.

Determinada por tais preços, a territorialização da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil (principalmente no Centro-Sul), a partir do mesmo período, moveu o aumento da produtividade dos canaviais, assim como a expansão em área dos mesmos (PITTA, MENDONÇA & XAVIER, 2012). As empresas fornecedoras de cana e as usinas se endividavam em até cinco safras sobre os preços futuros do açúcar no mercado internacional (em dólar, a juros baixos) e prometiam pagar suas dívidas com entrega de açúcar exportado para as *tradings* que as financiavam (PITTA, 2016). Mecanização da colheita de cana, expansão para os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, expulsão da força de trabalho do processo produtivo, mortes nos canaviais e condições análogas à escravidão sobre pilotos de colhedoras mecânicas foram e são realidades deste processo.

A partir de 2008, com a crise “financeira” e capitalista mundial (KLIMAN, 2012), ocorre uma queda brusca desses preços especulativos, conforme podemos observar no Gráfico 1, acima. Tais preços se recuperam (devido a novo “ciclo de liquidez” internacional, relativo à impressão de dinheiro movida pelos bancos centrais de EUA e União Europeia), mas apresentam uma tendência de queda a partir de 2012, que se aprofunda a partir de 2014. Diversas são as usinas que entram em recuperação judicial e falência a partir de 2008 em diante (PITTA, 2016).

Pesquisando sobre as consequências deste processo, verificamos que algumas empresas, determinadas por tais características da territorialização do capital no campo brasileiro no século XXI, haviam passado a investir na terra como mercadoria como seu

principal negócio. Desde 2008, Radar S/A, SLC LandCo., BrasilAgro S/A, Insolo Agropecuária, Vision Investimentos, para citarmos só algumas⁶, foram criadas, resultado da fusão de grandes monopólios do agronegócio brasileiro com capitais financeiros transnacionais a fim de investirem estritamente no negócio com terras.

Em um primeiro momento, formulamos como hipótese, que muitas das empresas em dificuldade financeira estariam adquirindo terras a fim de servirem de lastro para novas rodadas de endividamento na tentativa rolar dívidas anteriores, com as quais estavam insolventes. Porém, tal hipótese não se confirmava na realidade, posto que diversas empresas da agroindústria sucroenergética não tinham capital, nem acessavam capital de empréstimo para tanto. Expandiam sua área por meio de arrendamentos apenas, na tentativa de entregar em açúcar e, minimamente, garantir seus compromissos financeiros. As empresas que haviam criado o novo negócio de terras como ativo financeiro não abrangiam a totalidade das empresas do setor sucroenergético, nem da produção de soja. Apenas alguns grupos, ao se associarem com investidores transnacionais que também aportavam grandes volumes de capital no negócio, é que constituíram imobiliárias agrícolas transnacionais e estavam adquirindo terras nas áreas de fronteira agrícola, como o MATOPIBA.

O caso da empresa Radar S/A sintetiza o que estamos aqui tentando explicitar. Em pesquisa de 2015 (PITTA & MENDONÇA, 2015 e 2018), constatou-se que a empresa Radar S/A – proveniente da fusão entre Cosan S/A (maior conglomerado de usinas de açúcar, etanol e eletricidade do país) e TIAA (Teachers Insurance Annuity Association), fundo de pensão dos professores dos EUA, com mais de 1 trilhão de dólares de patrimônio – estava comprando fazendas em Balsas/MA, Alto Parnaíba/MA, Santa Filomena/PI, entre outras cidades do MATOPIBA. Estas aquisições foram feitas em áreas que não tinham qualquer relação com a expansão em área para produção de cana-de-açúcar, sendo o açúcar o ativo original como mercadoria produzida até então pela Cosan S/A. Estavam adquirindo terras muito baratas, fazendas recentemente formadas a partir de grilagens de terras, expropriações e desmatamento direto do Cerrado, no MATOPIBA. A terra como ativo financeiro havia se tornado o negócio em questão.

Em trabalho de campo realizado em Santa Filomena/PI, município muito próximo de Monte Alegre e Bom Jesus (citados acima por Sr. Paulo) e também próximo a Balsas e São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão (citada acima por Ivan Aidar), visitamos a Chapada Até Que Enfim / Fortaleza. Ali, SLC LandCo, Radar S/A e Insolo Agrícola (com investimentos da Universidade de Harvard – ver, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018) possuem fazendas que produzem soja, mas também apresentam boa

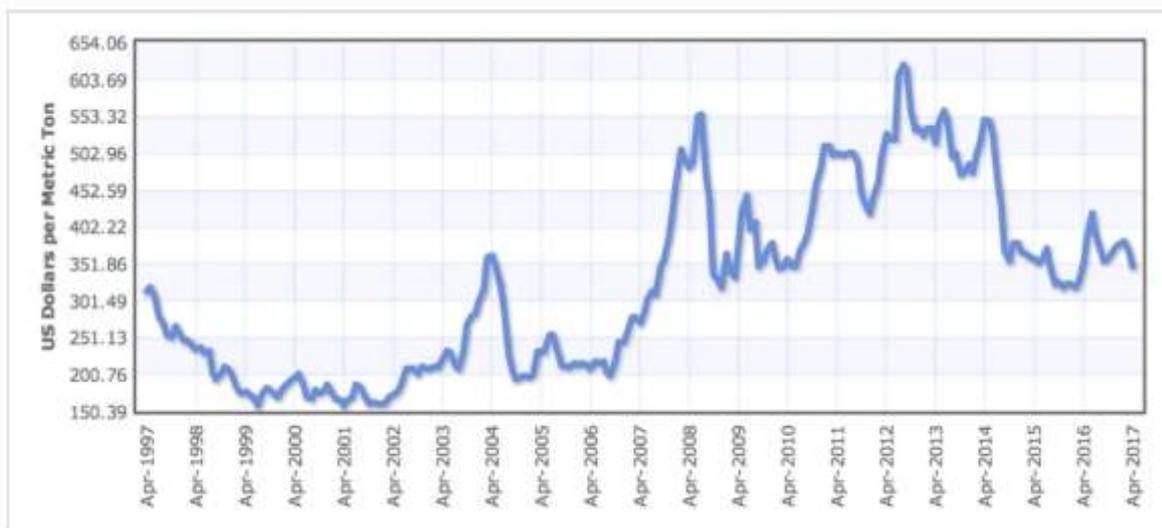
⁶ Para maior detalhamento ver Pitta, Cerdas e Mendonça (2018).

parte de suas áreas ainda com Cerrado nativo não desmatado (VALOR ECONÔMICO, 01 de abril de 2013b). Em alguns momentos das visitas de campo nos foi possível presenciar o próprio processo de desmatamento do Cerrado e a formação da fazenda. Ao mesmo tempo, e isso é sintomático, no final de 2016, a Cosan S/A vendeu a grande maioria de suas participações na Radar S/A para o fundo TIAA (manteve 3% das mesmas), realizando a renda capitalizada da terra em relação aos preços que pagou ao adquirir suas propriedades quando da formação da empresa (VALOR ECONÔMICO, 30 de set. de 2016).

Em relação à SLC LandCo, Insolo Agrícola e BrasilAgro, vale dizer que o capital transnacional de origem de seus investimentos provém tanto da agroindústria da soja como de capitais financeiros internacionais. Com a alta dos preços das *commodities*, ocorreu, assim como no caso da produção de açúcar no Centro-Sul, expansão em produção, produtividade e área para produção de soja e especulação com a mesma em mercados de futuros internacionais e foi somente após isso que imobiliárias agrícolas transnacionais, focadas nos investimentos na terra como ativo financeiro, foram formadas (PITTA, CERDAS & MENDONÇA, 2018).

O segundo problema de pesquisa, então, em relação à formação de tal tipo de empresa e de investimento, assim como sua presença prioritária no MATOPIBA, passou a ser o seguinte: como tais empresas investiam capital e logravam realizar seus rendimentos financeiros com a compra e venda de terras nesta região de formação de fazendas e expansão da fronteira com soja, em um momento de queda nos preços das *commodities*, inclusive nos preços da soja, como é possível se verificar no Gráfico 2, abaixo?

Gráfico 2: Preço da soja anual, Bolsa de Chicago, em US Dólares (1997 – 2017).



Fonte: Banco Mundial (2017)⁷.

⁷ Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=soybeans&months=240>>. Acesso em: mai. 2017.

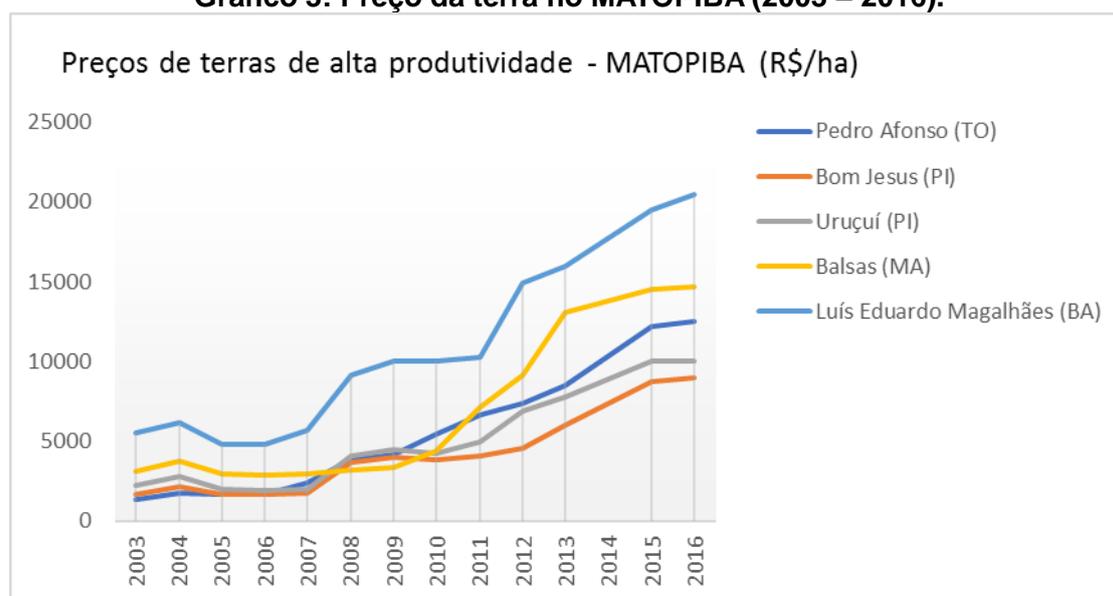
Ao mesmo tempo, é possível apreender que os preços da terra como ativo financeiro não pararam de subir, pelo menos desde 2007. A Tabela 1 e o Gráfico 3, abaixo, podem ser interpretados como sendo a terra um dos principais ativos financeiros para investimentos da última década (aproximadamente) e especialmente no MATOPIBA:

Tabela 1: Comparação da inflação de ativos financeiros no Brasil (2013-2016 e 2006-2016).

| Indicador | Valorização no período (3 anos) | Valorização no período (10 anos) |
|-------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Dolar | 39% | 52,70% |
| Renda Fixa (CDI) | 43,51% | 183% |
| BOVESPA | 28,95% | 38,10% |
| Ouro | 30,33% | 164% |
| Terra | 15,66% | 220% |

Fonte: SLC, 2017, p. 62.
Org.: Cassio A. Boechat

Gráfico 3: Preço da terra no MATOPIBA (2003 – 2016).



Fonte: InformaEconomics/FNP⁸.

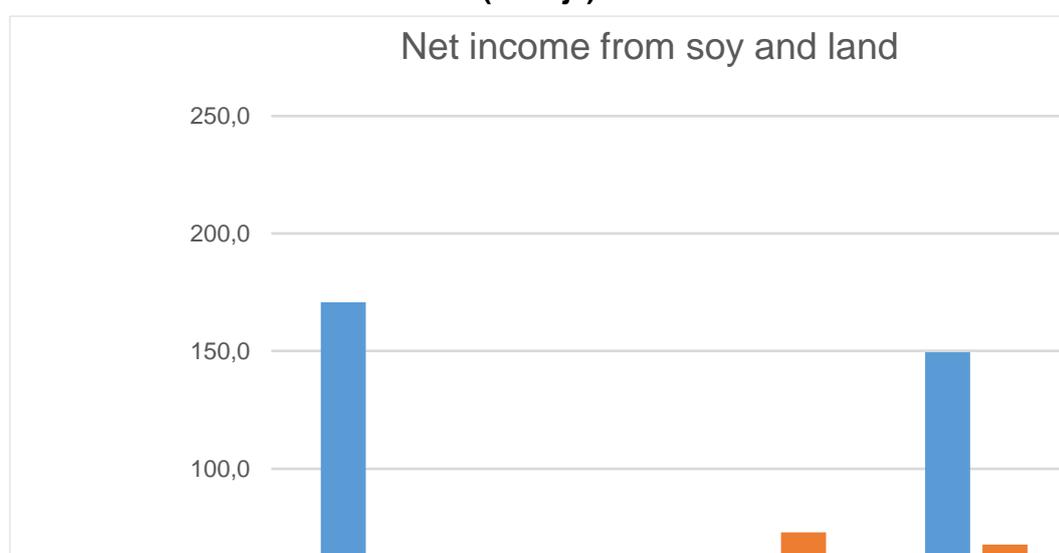
Org.: Débora Lima. Preços corrigidos pelo IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado) para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda)

Até mesmo na contabilidade das empresas (sempre uma *objetividade fantasmagórica* – MARX, 1983 – e um discurso interessado, assim como os dados acima apresentados até aqui e os quais interpretamos, vale explicitarmos) aqui supracitadas, os rendimentos com a terra como ativo financeiro aparecem como tendo se tornado mais relevantes que a própria produção e comercialização das *commodities* nas quais centravam

⁸ Disponível em: <http://www.informaecon-fnp.com>.

seus investimentos até então, como é o caso dos dados apresentados abaixo para a SLC Agrícola para o ano de 2016 (holding da qual a SLC LandCo faz parte). Temos, assim, que o preço da terra se autonomiza dos preços futuros, já especulativos das *commodities* (BRENNER, 2003; onde o autor já prevê o *boom* das *commodities* após a quebra da bolsa de tecnologia estadunidense NASDAQ, em 2001; e KURZ, 2011⁹) – os quais, em tese, deveriam apenas capitalizar uma renda da terra relacionada a tais preços (DELGADO, 1985, p. 204) – e se tornam um negócio à parte capaz de realimentar o processo de inflação de seu preço conforme haja continuidade de demanda sobre o mesmo.

Gráfico 4: Receitas SLC Agrícola/LandCo, em R\$ milhões (2011-2016), Soja (azul) x Terra (laranja).



Fonte: SLC, 2017a
Org.: Tim Steinweg (AidEnvironment ONG).

A terra como ativo financeiro no Brasil, que pode funcionar como a ação de uma empresa negociada em bolsa de valores – em um mercado a fim de realizar ganhos de capital, ou seja, rendimento de capital a juros (ou fictício, quando não vinculado a um processo de exploração e realização social de mais-valia no tempo de trabalho socialmente necessário para tanto – MARX, 1985, L. III, Seção V) por meio da diferença entre o preço de compra e o de venda do ativo – já havia sido apreendida por estudiosos do tema como Ignácio Rangel, Baastian Reydon, Guilherme Delgado, a partir dos anos 1970/1980, justamente após a constituição de um “sistema financeiro nacional”, nos termos de Maria da Conceição Tavares (1972). Investimentos de empresas em terra, em momentos

⁹ Assim, a prosperidade brasileira dos últimos anos assenta em pés de barro. O sucesso de exportação baseia-se principalmente em matérias-primas industriais e agrícolas, como minério de ferro, açúcar, etanol (biocombustível a partir de cana de açúcar), café e carne. A forte subida dos seus preços estimulou o crescimento e as reservas de divisas. Com uma recessão global esse processo pode ser rapidamente revertido (KURZ, 2011, p. 1).

reconhecidos como de crise econômica brasileira, ocorreram em anos pretéritos. Porém, o que podemos explicitar aqui é a possibilidade de um processo altista no preço da terra se realimentar, como numa lógica de bolha especulativa, por exemplo (KURZ, 1995), movido pela criação de transnacionais especializadas particularmente neste tipo de investimento.

Considerações finais

Após apresentarmos o terceiro caso, podemos sugerir como responder às perguntas acima formuladas para este item, o como e por que a terra passou a se tornar um ativo financeiro interessante para o capital a juros transnacional em anos recentes (com especial apreço pela região do MATOPIBA para seus negócios), conforme explicita Delgado:

Proprietários de ativos financeiros e de recursos naturais – terras, recursos hídricos, minas e campos petrolíferos, normalmente estariam preocupados com a reversão dos preços externos das “commodities”. Alguns de fato sentiram a crise, como é o caso das grandes empresas do setor – PETROBRÁS, Vale do Rio Doce – ALBRAS-ALUNORTE etc., cujos negócios externos encolheram. Mas há uma via secreta de apropriação de fundos públicos, a dívida pública e o mercado de terras que vêm sendo mantidos artificialmente valorizados, para salvar a renda fundiária e a renda financeira em uma economia de crescimento zero ou negativa (DELGADO, 2015).

As áreas de chapada, e podemos nos ater ao caso da região do sul do Piauí aqui, com parte considerável do Cerrado nativo ainda de pé, apresentaram aprofundamento de processos de grilagem e formação de fazendas desde o início do ciclo de alta dos preços das *commodities*, a partir de 2002. A formação de uma fazenda sobre terras devolutas, que porém eram utilizadas secularmente por comunidades rurais locais, apresenta custos muito baixos e, diferentemente do período regional ao qual nos referimos anteriormente, não ocorre sobre trabalho pretérito de posseiros (*frente de expansão*), que “abriam” a fronteira, desmantando a floresta e implantando suas roças a serem posteriormente expropriadas pela fazenda pecuária que avançava sobre as mesmas (*frente pioneira*), repondo o processo para áreas mais distantes. Contrata-se, em geral, dois tratores e um “correntão”, que devastam o Cerrado, e se forjam os títulos fundiários a um preço irrisório, que pode subir exponencialmente em razão da continuidade de procura por tal ativo, tornando-se, na fronteira, um atrativo negócio para o capital fictício ali aplicado com muito pouco trabalho vivo, que passa a buscar, na terra, o *ganho de fundador* (ver DELGADO, 1985, 2012).

A própria produção de soja tecnificada, com plantio e colheita mecanizados controlados por satélites (GPS) e com incorporação de muito pouco trabalho vivo ao processo produtivo (e conseqüentemente caracterizada, assim, por alta composição orgânica de seus capitais), coloca-nos a pergunta acerca de como tais capitais logram se

valorizar – por exemplo, no momento de alta especulativa dos preços das *commodities* e de recente alta especulativa do preço da terra, na “região” aqui abordada – explorando muito pouco trabalho vivo, a saber, a própria substância do capital (MARX, 1983; KURZ, 1995)¹⁰.

Ao mesmo tempo, os membros das comunidades expropriadas, que logram manter algumas áreas de moradia nos baixões, de onde retiram água e onde plantam suas roças, não são incorporados como força de trabalho nas recém-implantadas empresas produtoras de soja, exatamente por apresentarem alta composição orgânica de seus capitais. Assim, não são incorporados como força de trabalho assalariado, conforme esperaríamos de um processo de *acumulação primitiva* de capital clássico (MARX, 1983, L.I, Tomo II, cap. XXIV). Muitos se submetem às piores condições de trabalho disponíveis no mercado, em condições precárias e análogas à escravidão (muitas vezes temporariamente na própria formação das fazendas), ao mesmo tempo em que mantêm parcelas de posses (nos baixões) que só se sustentam a partir de políticas públicas financiadas a capital fictício (como forma de controle de populações) e que, com as presentes crises econômica e política brasileiras, vão sendo novamente jogados a sobreviver em condições de miséria. Vale a ressalva de que tais políticas distributivistas financiadas a capital fictício vinham sendo possibilitadas também pelo “ciclo” de *boom* dos preços das *commodities* e pela expansão (em produção, área e produtividade) baseada na especulação com seus preços futuros, que trazia divisas para o Brasil, hoje bem mais limitadas.

Desta maneira, teria sido a expansão supramencionada que iniciou a alta no preço da terra em nível nacional (DELGADO, 2012¹¹), a partir de 2002/2003, mas que, após a reversão da alta dos preços das *commodities*, autonomizou-se dos mesmos e parece configurar uma bolha financeira por si mesma. Áreas novas, com baixo custo para serem formadas e com alta potencialidade de terem seus preços inflacionados, explicam a grande presença recente das novas imobiliárias agrícolas na região do MATOPIBA, em especial no sul do Piauí, região de concentração contemporânea das mesmas.

Importa aqui ainda uma ressalva final. Quando abordamos o fenômeno das expropriações recentes na assim chamada “última fronteira agrícola” brasileira por parte de um capital a juros transnacional em busca de rendimentos relacionados a um capital fictício; e ao mesmo tempo explicitamos as diferenças na forma e no sentido de condicionamento deste processo, o fazemos para nos diferenciarmos de formulações que vislumbrariam uma

¹⁰ Tal pergunta também fizemos para tentarmos sugerir explicações para a crise da agroindústria sucroenergética quando da crise do capital de 2008 e da queda abrupta nos preços das *commodities* internacionais e início das falências das usinas no Brasil, falências que continuam ocorrendo até hoje, após profundo processo de mecanização da produção de cana-de-açúcar e expulsão da força de trabalho de tais processos produtivos (PITTA, 2016).

¹¹ “O movimento de expansão da exportação na década passada, com destaque à exportação de produtos primários que demonstramos na seção precedente, suporta um processo intenso de valorização das terras agropecuárias e irá propiciar uma clara reversão do ciclo de desvalorização [da terra], observado nos anos 1990 [...] O processo de relançamento da valorização fundiária, visto que este mesmo surto fora observado no período 1967/86, reflete o *boom* de *commodities* mundiais da década [de 2000]” (DELGADO, 2012, p. 97-98).

reposição de um “rentismo à brasileira” (p. ex, OLIVEIRA, 2016). Segundo tal tese, a especulação com a terra e a apropriação da renda da terra seria a tônica do *patrimonialismo* (FAORO, 1989) que configuraria e fundamentaria a história da formação brasileira e que se reporia até os dias de hoje. Aqui, por outro lado, sugerimos que o que se repõe é o capital como forma mercadoria de mediação social e contradição em processo, ou seja, repõe-se, mas em movimento contraditório e em crise (BOECHAT, PITTA & TOLEDO, 2017).

Assim, especulação com terras e acumulação de capital no período regional, quando da formação de um mercado de terras e de trabalho assalariado no Brasil (até os anos 1950/60) não podem ser equiparados à especulação com a terra como ativo financeiro atualmente; e acumulação de capital hoje precisa aqui ser questionada, dado o fundamento fictício da mediação do capital a juros, que aqui apresentamos por meio da forma da expropriação de terras ocorrer (SCHOLZ, 2016) e da determinação do *boom* dos preços das *commodities* para a aparência de reprodução ampliada das agroindústrias brasileiras no século XXI, até a crise de tais preços e as falências a esta atreladas, inclusive falência do que de forma aconceitual se denomina por “economia brasileira nacional” (o que não exclui o elemento de crise política que deve ser trazido para a análise, mas que se relaciona com esta a chamada “crise econômica”, para nós, vale a ressalva, determinada pela crise do capital como totalidade social fragmentada – SCHOLZ, 2016).

Territorialização do capital hodierna, seja na abertura de novas fazendas com desmatamento do Cerrado ou apenas cercamento de terras devolutas no MATOPIBA (a serem posteriormente negociadas, como vimos no caso da Radar S/A), mas também com produção do espaço a partir de processos de “destruição criativa” (HARVEY, 2011) em termos de fronteira interna, porém, com expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (sendo este o fundamento da acumulação capitalista como forma atual da dominação social), levam-nos a nos perguntarmos sobre o que significa acumulação de capital hoje¹². O caso da fronteira agrícola do MATOPIBA poderia inadvertidamente ser mal enquadrado, já que poderia parecer que os capitais ali aplicados estariam interessados em realizar acumulação de capital por meio da apropriação direta de tais “recursos naturais”. Como a exploração direta de meios de produção não-produzidos, sem exploração do trabalho, poderia produzir reprodução ampliada de capital deveria ser uma pergunta a ser ao menos formulada. No mínimo, algo teria mudado no capitalismo contemporâneo e tais mudanças deveriam ser categorialmente explicitadas para se defender que a forma atual de reprodução do capital não depende mais de exploração de mais-valia de processos de trabalho vivo em empresas produtivas de capital, mas que a natureza produziria valor *per se*

¹² Aqui incluímos, também, um questionamento sobre formulações que se apropriam da tese da acumulação por despossessão de David Harvey (HARVEY, 2011) para interpretar processos atuais de apropriação capitalista de meios de produção não-produzidos (também aconceitualmente denominados “recursos naturais”).

(ver crítica a isso em VECINA, 2018), algo que nos remete a uma fisiocracia, como se a materialidade das coisas ou a própria natureza contivessem valor em si mesmas. Reforçando a crítica ao fetichismo das mercadorias, discordamos totalmente dessa formulação.

Referências

BOECHAT, Cássio Arruda. O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre a expansão cafeeira e a citrícola. In: *Confins*, nº. 21, 2014.

_____. Região do colonato: Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista. Dissertação. PPGH, 2009, FFLCH-USP.

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. “Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates”. Rio de Janeiro: *Revista GEOgraphia*, UFF, v. 19, nº 40, 2017.

BOECHAT, Cássio Arruda e KLUCK, Erick Gabriel Jones. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2017, vol. 25, n. 2, p. 430-455.

BOECHAT, Cássio A., LEITE, Ana Carolina G.; e TOLEDO, Carlos de A. “Archéologie de la question agraire au Brésil: du labor grabbing au land grabbing”. Paris : *EchoGéo*, v. 41, 2017.

BORRAS JR., Saturnino. M.; KAY, Cristobal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. “Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America”. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, 2012, p. 402-416.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara dos Deputados: projeto de resolução 159. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 8p.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z, 2014. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (org.) *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa. (p. 1.159-1.186).

CLEMENTS, Elizabeth A; FERNANDES, Bernardo M. “Land grabbing, agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique”. In: International Conference on Global Land Grabbing II: LDPI, 2012.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Domínio público. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>>. Sítio consultado em 05 ago. 2018.

DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DEBORD. Guy. *A sociedade do espetáculo/ Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia. Vol. 1, no. 1, 1939.

DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

_____. "Apropriação financeira na crise". São Paulo: *Correio da Cidadania*, 11 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11016:2015-08-11-17-27-52&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em julho de 2017.

DIAS, Maria Odila S. Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed., São Paulo: Alameda, 2009. (325 p.)

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: 8ª ed., Globo, 1989. (750 p.)

FLORÊNCIO, Rafael. *A construção já é ruína - A tropicália de Caetano Veloso sob o processo de modernização do território brasileiro*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história e de sua crítica. In: Estudos Avançados, IEA/USP, vol. 28, n. 81, 2014.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Economic and social impacts of Agricultural Development of the Cerrado*. Tóquio: JICA, 2017.

KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: PlutoPress, 2012.

KOHLHEP, Gerd. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v., n. 2, 2013, p. 29-75.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. Lisboa: 1995. Disponível em: <o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *O fim do boom das matérias-primas*. Lisboa: 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. *Os últimos combates* 5ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEITE, Ana C. Gonçalves, *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (762 p.).

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo/ Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Série "Os Economistas").

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Série "Os Economistas").

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo: 8ed., 2000.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 (187p.)

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, , 1975.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. São Paulo: 2013. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH, USP.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec / Polis, 1998.

_____. "As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista". In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.

MORAES. A. C. R. de., 2003. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume. (130 p.)

NIERDELE, P. A.; WESZ Jr., Valdemar J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NOVAIS, Fernando A. *Considerações sobre o sentido da colonização*. São Paulo: In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, 1969.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

PETRONE, Pasquale. *Simpósio Perspectivas da colonização no Brasil*. São Paulo: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 18, 1973, p. 49-59.

PITTA, Fábio. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo: 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>>. Acesso em jul. 2017.

PITTA, Fábio; BOECHAT, Cássio e MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Belo Horizonte: *Estudos Internacionais*, v. 5 n. 2, p. 155-179, 2017.

PITTA, Fábio T., CERDAS, Gerardo e MENDONÇA, Maria Luisa. *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2018.

PITTA, Fábio T. e MENDONÇA, Maria Luisa. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. Disponível em: <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

_____. International Financial Capital and the Brazilian Land Market. Califórnia/EUA: *Latin American Perspectives* (LAPs), v. 45, n. 5, setembro de 2018.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa e XAVIER, Carlos Vinicius. *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano; MENDONÇA, Maria Luisa. *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2014. Disponível em: <https://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em jul. 2017.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS / GRAIN. *O fiasco agrícola bilionário da Universidade de Harvard*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos / Grain, 2018.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? Para a crítica das actuais teorias da colonização no contexto do "Colapso da modernização". Lisboa: 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>. Acesso em jul. 2017.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialéctico hoje. Lisboa: 2009. Consultado na página da Internet: <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>, em 11 nov. 2013.

SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Lea. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. São Paulo: *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, p. 21-47, 1982.

SERIGATI, Felipe. A última peça do velho cenário. São Paulo: *Agroanalysis*, agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.agroanalysis.com.br/index.php/10/2015/mercado-negocios/commodities-agricolas-a-ultima-peca-do-velho-cenario>>. Acesso em jul. 2017.

SLC. *Relatório de desempenho 1T17*. Porto Alegre: SLC, 2017. Disponível em <<http://ri.slcagricola.com.br/>>. Acesso em jul. 2017.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção "Os pensadores").

SORRE, Max, 1984. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: SORRE, M. *Max Sorre, Geografia*, São Paulo, Ática. (p. 124-139)

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. São Paulo: Orientador Heinz Dieter Heidemann. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2008.

_____. A urgência de domínio nas práticas da Light na eletrificação, mobilização e produção do espaço: um estudo da metropolização brasileira. Goiás: *Revista Territorial*, v. 1, n. 1, p. 20-46, 2002.

VALOR ECONÔMICO. "Megaprodutores consolidam a última fronteira". São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>>. Acesso em jul. 2017.

VALOR ECONÔMICO. "10 grupos têm um terço da nova fronteira da soja". São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067336/dez-grupos-tem-um-terco-da-nova-fronteira-da-soja>>. Acesso em jul. 2017.

VALOR ECONÔMICO. "Cosan vende parte de suas ações na Radar para Mansilla por 1,065 bi". São Paulo: *Valor Econômico*, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4731589/cosan-vende-parte-de-suas-acoes-na-radar-para-mansilla-por-r-1065-bi>>. Acesso em jul. 2017.

VECINA, Cecilia. *As comunidades "quilombolas" em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, 2018.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª. ed coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Sobre os autores

Cássio Arruda Boechat – Graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (USP); Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-4280-6347>.

Fábio Teixeira Pitta – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP); Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Pós-doutorando do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutorando na Freie Universität Berlin; Bolsista da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5460-9669>.

Carlos de Almeida Toledo – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade de São Paulo (USP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3617-1026>.

Como citar este artigo

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). Todas as etapas de pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos 3 autores do artigo, **Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta e Carlos de Almeida Toledo**, coletivamente. Ressaltamos que não há responsabilidade maior de um autor do que de outro. Os 3 autores estudam e pesquisam juntos há mais de 15 anos (Heidemann, Toledo e Boechat, 2012). Lêem conjuntamente e formulam a interpretação que apresentam no presente artigo no Grupo de Crítica do Valor-Dissociação, da Geografia, USP (Heidemann, Toledo e Boechat, 2012). Realizaram trabalho de campo, redigiram as passagens acerca da formação do mercado de trabalho e da terra no Brasil e no MATOPIBA no século XX, acerca dos pioneiros do MATOPIBA e da terra como ativo financeiro na região do MATOPIBA atualmente, assim como fizeram a revisão do artigo. Tal composição foi feita em reuniões coletivas com os 3 autores, portanto possuem as mesmas responsabilidades quanto ao resultado final do artigo aqui apresentado.

Recebido para publicação em 21 de setembro de 2018.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2018.

Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA¹

Samuel Frederico

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: samuel.frederico@unesp.br

Marina Castro de Almeida

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – Uberaba, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: marinacastrodealmeida@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o fenômeno de *land grabbing* na região do Matopiba. Por *land grabbing* entende-se a apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de diferentes crises (alimentar, energética, ambiental e financeira) do projeto de globalização neoliberal. A apropriação de terras no Matopiba ocorre a partir de relações transescalares de poder e expõe as contradições entre a lógica corporativa e camponesa de uso dos Cerrados. As informações foram obtidas em trabalhos de campo (entre 2015 e 2018), com visitas a comunidades camponesas, instituições públicas, representantes da sociedade civil e empresas agrícolas, além do levantamento de dados em jornais e revistas especializados, artigos científicos e relatórios. De modo geral, as terras são apropriadas de forma ilegal, com o cercamento de terras devolutas, expropriação de comunidades locais e aumento das conflitualidades e danos ambientais.

Palavras-Chave: *Land grabbing*; escala geográfica; capital financeiro; grilagem de terra; Matopiba

Financial capital, land grabbing and multiscalarity in the squatting land in MATOPIBA region

Abstract

The article analyzes land grabbing in Matopiba region. Land grabbing is understood as the appropriation of land for capital accumulation in the face of the neoliberal project crises (food, energy, environmental and financial). Land appropriation in Matopiba is a trans-scalar relation of power and exposes the contradictions between corporative and peasant logic of use of the Cerrados. Information was obtained in field works (between 2015 and 2018), with visits to peasant communities, public institutions, representatives of civil society and agricultural companies, as well as data collection in specialized newspapers and magazines, scientific articles and reports. In general, land is illegally appropriated by companies controlled by international financial capital, with the enclosure of vacant land, expropriation of local communities, and increased of the conflicts and environmental damage.

Key-words: Land grabbing; geographic scale; financial capital; land squatting (grilagem); Matopiba region;

Capital financiero, land grabbing y multiescalaridad en el grilaje de tierra en la región de MATOPIBA

¹ Agradecimento aos financiamentos da FAPESP e FAPEMIG (processo: CSA - APQ-00922-17).

Resumen

El artículo analiza el acaparamiento de tierras en la región de Matopiba. El acaparamiento de tierras se entiende como la apropiación de la tierra para la acumulación de capital frente a las crisis del proyecto neoliberal (alimentario, energético, ambiental y financiero). La apropiación de la tierra en Matopiba es una relación de poder trans-escalar y expone las contradicciones entre la lógica corporativa y campesina de uso de los Cerrados. Se obtuvo información en trabajos de campo (entre 2015 y 2018), con visitas a comunidades campesinas, instituciones públicas, representantes de la sociedad civil y empresas agrícolas, así como a la recolección de datos en periódicos y revistas especializadas, artículos científicos e informes. En general, las empresas controladas por el capital financiero internacional se apropian ilegalmente de la tierra, con el confinamiento de tierras baldías, la expropiación de las comunidades locales y el aumento de los conflictos y el daño ambiental.

Palabras clave: Acaparamiento de tierras; escala geográfica; capital financiero; grilaje de tierras; Matopiba.

Introdução

Este artigo analisa o fenômeno de *land grabbing* na região do Matopiba, mais especificamente, nos Cerrados Piauienses. *Land grabbing* pode ser definido como a apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de múltiplas crises: ambiental, energética, alimentar e financeira, do atual período neoliberal (SAUER; BORRAS JR., 2016). De modo particular, ao adotar a noção de escala geográfica como uma construção social (SMITH, 1992; SANTOS, 1996; SWINGEDOUW, 1997; SILVEIRA, 2004), o artigo examina a articulação transescalar imprescindível para a apropriação e o controle de terras. Desde os agentes vinculados ao tempo do mundo, como o capital financeiro internacional, até aqueles atrelados aos lugares, como latifundiários, políticos locais, tabeliões, etc., sem desconsiderar o papel essencial do Estado e de empresas de âmbito nacional.

Alardeado pela mídia e grupos de interesse como a última fronteira agrícola brasileira, a região do Matopiba (acrônimo que agrupa as áreas de Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), está entre as áreas de maior investimento no mercado fundiário pelo capital financeiro em todo o território brasileiro. Alvo das políticas estatais de ocupação dos Cerrados para produção intensiva de grãos da década de 1980 (SANTOS FILHO, 1989; ALVES, 2015), o ritmo de expansão da fronteira agrícola se acelerou a partir da década de 2000 (FREDERICO; BUHLER, 2015), com a chegada de empresas controladas pelo capital financeiro, atraídas pela expectativa de fácil captura da renda da terra.

Se considerarmos apenas os estados do Tocantins e Piauí, principais alvos dos investimentos do capital financeiro, a área plantada de soja não alcançava 100 mil hectares em 2000, chegando a 1,4 milhão de hectares em 2016 (IBGE, 2018). Segundo dados apresentados em mais detalhe neste artigo, o capital financeiro controla mais de 1,5 milhão de hectares em toda a região do Matopiba.

Todavia, a apropriação deste montante significativo de terras em um período relativamente curto (basicamente, entre a segunda metade da década de 2000 e a primeira metade da década seguinte), não ocorreu sem a articulação com uma série de agentes locais e a intensificação das contradições e conflitualidades. Com relação ao primeiro aspecto, como demonstrado neste artigo, para acessar o mercado de terras local, o capital financeiro precisa transpor ao menos dois obstáculos legais: a restrição à compra de terras por estrangeiros, estabelecida pelo parecer da Advocacia Geral da União (AGU), em 2010; e o fato de a maior parte das terras serem devolutas ou possuírem títulos irregulares ou ilegais de propriedade. É exatamente, na resolução destes dois entraves, que as parcerias com agentes nacionais e locais torna-se imprescindível, sem desconsiderar o conhecimento tácito dos agricultores regionais sobre as transações de terras e as melhores formas de condução das lavouras. Com relação aos conflitos, é significativa sua intensificação, principalmente, nos fundos de vale, onde habitam as populações camponesas. Dentre os principais elementos de disputa está o interesse de criação de Reserva Legal² das fazendas nessas áreas. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2017), o número de conflitos por terras na região aumentou significativamente a partir da segunda metade da década de 2000, período também de maior apropriação de terras pelas empresas financeirizadas.

Para a elaboração deste artigo, além de revisão bibliográfica sobre os termos *land grabbing* e escala geográfica, foram sistematizados uma série de dados secundários com o intuito de identificar o capital financeiro controlador das principais empresas agrícolas presentes na região do Matopiba. Para isto, foram coletados dados sobre a composição acionária das empresas nos seus próprios websites, na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) e em reportagens e análises setoriais do Jornal Valor Econômico e da Revista Exame. Para análise dos mecanismos de apropriação de terras pelo capital financeiro, assim como sua articulação com agentes locais e os decorrentes conflitos por terras, foram realizados dois trabalhos de campo nos estados do Piauí e Maranhão, em 2017 e 2018. Nestes foram realizadas visitas e entrevistas semiestruturadas com representantes da Vara Agrária do Piauí, do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), da Comissão Pastoral da Terra - CPT (Regionais Piauí e Maranhão), de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro³ e de algumas comunidades camponesas⁴. Enquanto as visitas às empresas agrícolas permitiram verificar suas estratégias produtivas e as formas de captura da renda da terra, o contato com as comunidades camponesas, juntamente com as entrevistas com

² O Código Florestal prevê que imóveis rurais localizados no bioma Cerrado, devem destinar 20% da área total para constituição de reserva legal - em áreas de Cerrado localizadas na Amazônia legal são 35%.

³ Por solicitação dos entrevistados, não mencionamos os nomes das empresas visitadas.

⁴ No Piauí foram visitadas as comunidades: Assentamento Rio Preto, Salto I, Salto II, Morro d'Água, Melancias, Sete Lagoas, Brejo das Meninas e Baixão Fechado, localizadas entre os municípios de Santa Filomena, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro. No Maranhão foram visitadas as comunidades Gado Bravinho e Forquilha, no município de Balsas.

representantes da CPT, permitiram constatar as consequências da expansão do agronegócio na região, como os impactos ambientais e os conflitos pela terra. As visitas à Vara Agrária e ao Interpi foram fundamentais para a análise e a compreensão dos mecanismos de apropriação ilegal da terra na região.

Para responder à questão de como o fenômeno de *land grabbing* se expressa no Matopiba, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro item, fazemos uma revisão sobre o termo *land grabbing* e sua aceção na língua portuguesa como apropriação de terras. Neste item, baseados nas propostas de Borras Jr. et al. (2012) e Sauer e Borras Jr. (2016), enfatizamos que a noção não se limita à ideia de estrangeirização ou grilagem de terras. Apesar desses elementos muitas vezes estarem presentes na prática de *land grabbing*, esta envolve relações ainda mais complexas. No segundo item, além de relatar a origem e definir o termo Matopiba, analisamos as contradições e conflitos decorrentes das diferentes formas de uso dos Cerrados, entre as lógicas camponesa e corporativa. Para esta última, as Chapadas são interpretadas como áreas a serem incorporadas e desmatadas para dar lugar à agricultura intensiva de grãos, enquanto os Baixões constituem-se como lugares ideais para a criação de reservas legais. Para a população camponesa, as Chapadas são utilizadas historicamente de forma comunal para a criação de animais e o extrativismo vegetal, enquanto os fundos de vale constituem-se locais de residência e do cultivo de subsistência. Por fim, no terceiro item, analisamos a relação transescalar para a apropriação da terra pelo capital financeiro, sobretudo, a indispensável articulação com agentes locais, para a superação dos impedimentos legais de posse da terra. Neste item, enfatizamos os mecanismos utilizados para burlar as restrições à compra de terras por estrangeiros e de grilagem de terras na região.

Debate sobre o termo *land grabbing*

Na última década, as propostas e reformulações teóricas do termo *land grabbing* se mostraram inevitáveis diante da complexidade do fenômeno. Inicialmente, o termo possuía uma relação próxima com as aquisições em larga escala de terras por Estados soberanos e fundos financeiros em países subdesenvolvidos, sobretudo, do continente africano, decorrente das denúncias realizadas pela organização GRAIN, em 2008⁵. As revelações despertaram o interesse e fez com que organismos supranacionais, como o Banco Mundial (2010)⁶ e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO (2011)⁷,

⁵ Ver relatório "Seized: The 2008 land grab for food and financial security", disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>.

⁶ Banco Mundial. Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits? Banco Mundial, Washington DC, 2010.

⁷ FAO, 2011. Dinamica del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe. Santiago.

encomendassem relatórios sobre a questão. De forma geral, essas primeiras análises destacavam a extensão do fenômeno e a nacionalidade dos agentes (BORRAS, et al., 2012; MCMICHEL, 2012; COTULA, 2012), dando ênfase à quantidade (hectares) de terras adquiridas por governos e investidores estrangeiros. Segundo o relatório da FAO (2011), somente era considerado *land grabbing*, aquisições de terras por governos estrangeiros, superiores a mil hectares e com implicações negativas à segurança alimentar dos países ou regiões receptoras.

Em reação a esta interpretação, considerada de certa forma reducionista, Borrás et al. 2012, propuseram uma definição mais ampla para o termo. Para os autores, *land grabbing* envolveria, essencialmente, o controle de terras e outros recursos associados (água, vegetação, minerais, etc.) para acumulação de capital como resposta à convergência de múltiplas crises: alimentar (decorrente da elevação dos preços dos alimentos na década de 2000); energética (com a busca por uma transição energética, com a tentativa de substituição dos combustíveis fósseis); climática (alterações do clima) e financeira (crises de sobreacumulação de capital, com ênfase na debacle de 2008).

De fato, desde a década de 2000, a terra passou a se situar no centro dos interesses de investidores financeiros que outrora não se aventuravam no mercado agrícola. E é justamente este o aspecto principal que caracteriza *land grabbing* como algo novo (SASSEN, 2012), distinto da apropriação de terras que marcou o processo histórico de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, sobretudo, africanos e latino americanos (MAGDOFF, 2013). Para Gunnoe (2014), testemunhamos uma integração sem precedentes entre o capital financeiro e a propriedade da terra, pela abrangência mundial e quantidade de hectares envolvidos, com a transformação da terra em um ativo que compõe o portfólio de investidores institucionais⁸.

Mas, qual seria o real interesse que fez o capital portador de juros ingressar no mercado agrícola global? Tais ações se tornam emblemáticas do recente processo de financeirização (ARRIGHI, 1996; CHESNAIS, 2005; HARVEY, 2006), decorrente da crise de sobreacumulação dos anos 1970, e elucida o novo destino dos excedentes que migram das atividades produtivas para o mercado financeiro. Os investidores cada vez mais têm buscado abrigo na diversificação de atividades entre a habitação, os mercados futuros e, como ilustra as operações de *land grabbing*, a aquisição de terras e a produção e comercialização de produtos agrícolas (CLAPP, 2014; ISAKSON, 2014). A condição para que isso ocorra, segundo Borrás Jr. et al. (2016), é que diversos aspectos da produção agrícola, como a

⁸ Denominamos investidor institucional qualquer instituição financeira ou estatal que investe no mercado de capitais, como: Estado, bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões, indivíduos de alta renda, etc. Ao longo do texto utilizaremos os termos capital financeiro, capital portador de juros e investidores institucionais para designar o grupo de acionistas controladores das empresas agrícolas.

propriedade e o controle da terra, os riscos, as oscilações de preço e as incertezas climáticas, tornam-se objetos de investimento, ou ativos financeiros.

O monitoramento realizado desde o ano 2000, pela organização The Land Matrix⁹, revelou que até abril de 2016, mais de 40 milhões de hectares de terras com potencial de conversão agrícola haviam sido adquiridos, sobretudo, por investidores financeiros em todo o mundo. Este grande montante de terras tem sido usado pelos investidores como uma forma de especulação e proteção ante o discurso da escassez de alimentos e de energia. Contudo, o capital financeiro não busca aumentar a oferta de alimentos e recursos energéticos - ou assegurar a sua provisão - tal como enuncia a narrativa dominante, mas procura “administrar a crise endêmica” (MCMICHAEL, 2012, p. 697), própria de um regime alimentar na transição entre as relações baseadas no excedente de alimentos para relações pautadas em seu déficit.

Dentre os países subdesenvolvidos, o território brasileiro concentrou a maior parte das operações em terra e agricultura. Segundo dados disponibilizados pela empresa de consultoria financeira EMPEA (2015), entre 2008 e 2014, os fundos agrícolas investiram um montante de US\$ 1,5 bilhão na agricultura brasileira, cerca de 80% do total de capital investido na América Latina. Para os investidores internacionais, haveria no território brasileiro, especialmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola moderna¹⁰, a “disponibilidade” de terras a serem exploradas e incorporadas à sua lógica de acumulação. Entretanto, a despeito do discurso hegemônico, essas áreas abrigam populações originárias, como camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos e ribeirinhos, que asseguram sua reprodução por meio de um conhecimento secular sobre o uso dos recursos naturais. Apesar das constantes violações de seus direitos por setores do Estado e da violência empregada pelas corporações e latifundiários locais, essas comunidades resistem, se organizam e lutam para permanecer ou retomar seus territórios (CPT, 2017).

Assim, não há dúvidas de que o território brasileiro exerce papel de destaque quando se pretende compreender a lógica das operações para o controle de terras e recursos a elas associados. Entretanto, assim como advertido anteriormente, as necessárias reformulações teóricas em busca de uma definição coerente e operacional de *land grabbing* também sugerem novas perspectivas a este respeito. Recentes estudos sobre o conceito de *land grabbing* (SAUER; BORRAS JR., 2016; EDELMAN; LEÓN, 2013) demonstram que as interpretações e traduções para o português como grilagem ou estrangeirização de terras não esgotam a complexidade da questão.

⁹ Para mais detalhes ver: <http://www.landmatrix.org/>.

¹⁰ Entendemos por fronteira agrícola moderna áreas de expansão da produção agropecuária intensiva em capital, tecnologia e informação em oposição à vegetação nativa e áreas de pastagens, em constante conflitualidade com populações tradicionais.

A primeira, que consiste historicamente em um dos mais poderosos instrumentos de apropriação e concentração fundiária no território brasileiro, se refere à falsificação de títulos de propriedades originalmente públicas, por agentes privados. Porém, as operações de *land grabbing* envolvem também transações com terras não necessariamente griladas. No que se refere à estrangeirização de terras, há determinadas situações em que a apropriação se dá por agentes estrangeiros, mas não é uma regra. Assim, este pode até ser um elemento que caracteriza determinada operação de apropriação de terras e demais recursos, mas não é capaz de definir a complexidade dos processos em curso (SAUER; BORRAS JR., 2016). Além disso, o uso indiscriminado da expressão estrangeirização de terras como sinônimo de *land grabbing* pode impedir uma compreensão mais ampla do fenômeno da forma como se expressa na América Latina (BORRAS, et al., 2012).

Isso posto, a opção que melhor expressa a noção de *land grabbing* em português, segundo Sauer e Borrás (2016) é “apropriação de terras”. Sua acepção indica a tomada do controle de terras e recursos, por meio de expropriações e com o propósito de acumulação de capital. Trata-se da transferência de propriedade, ou seja, de direitos de uso e do controle de terras e recursos naturais, que pode se dar por diferentes mecanismos além da venda, como arrendamentos, parcerias e concessão de direitos de superfície. Como sabemos, não são incomuns as situações em que a apropriação se dá a partir de mecanismos ilegais ou até ilegítimos, pela coerção e violência imposta às populações mais vulneráveis e com poucas condições de resistência.

Diante do exercício teórico conceitual apresentado, resta o desafio de propor uma compreensão mais concreta do fenômeno de *land grabbing* no território brasileiro, que nos permita apreender o conteúdo das relações sociais estabelecidas. Para tanto, analisamos como o fenômeno de *land grabbing* ocorre na região do Matopiba, especialmente, no Sul do estado do Piauí. A intenção é compreender, como assevera Santos (1977, p. 91), como “o dado global que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade tem um significado particular para cada lugar”, isto é, como os projetos hegemônicos tornam-se existência nos lugares, sobretudo, pela associação entre o capital financeiro internacional, a elite nacional e as classes dominantes regionais e locais.

Matopiba e os distintos usos dos Cerrados

O Cerrado¹¹ tem um significado muito distinto para cada um dos agentes que buscam ali a realização de seu sustento e de seus interesses. Para as comunidades tradicionais,

¹¹ Na sua dimensão física, o Cerrado constitui-se como um dos grandes domínios morfoclimáticos brasileiros (AB'SABER, 2003). Localizado na parte central do país, possui uma área de aproximadamente dois milhões de km², equivalente à ¼ da extensão territorial brasileira, com o predomínio de uma topografia de planalto, com

assim chamadas por seu modo de vida, cultura e trabalho bem específicos, o Cerrado representa condição de sua própria reprodução. Como segundo maior domínio morfoclimático do território brasileiro, a riqueza ali presente, apesar de pouco valorizada de maneira geral, compõe uma biodiversidade que não pode ser ignorada. Além de sua diversidade paisagística, é reconhecido também como berço das águas, já que nele estão localizados três grandes aquíferos - Guarani, Bambuí e Urucuia -, responsáveis pela formação e alimentação de importantes rios do subcontinente sulamericano (SPADOTTO; MINGOTI, 2016).

Para os empresários e determinados setores do Estado, o Cerrado tem sido interpretado como uma extensa área passível de ser incorporada à lógica de produção monocultora para exportação, sobretudo de grãos¹². Como justificativa, criam-se argumentos difíceis de serem aceitos, não fosse pelo controle da mídia que age diretamente em defesa dos agentes hegemônicos. A campanha publicitária veiculada pela Rede Globo em julho de 2016: “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, é apenas um exemplo¹³. Com esse tipo de discurso, abre-se o caminho para a destruição de recursos e de populações com a imposição de um projeto que atende claramente a interesses muito particulares, apesar de anunciado como um bem comum à toda nação.

O próprio termo Matopiba nasce de um projeto como este. O acrônimo refere-se à delimitação elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), para as áreas de Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Trata-se de um projeto de desenvolvimento agropecuário defendido pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO) junto à ex-presidente Dilma Rousseff, e criado pelo Decreto 8.847, de maio de 2015.

A regionalização abrange 337 municípios, totalizando uma área de pouco mais de 70 milhões de hectares, equivalente a 8,6% do território brasileiro (MIRANDA, 2015). O Censo Populacional de 2010, registrou cerca de 600 mil pessoas na região, sendo que 35% viviam no campo (IBGE, 2010).

A região começou a ser ocupada historicamente pela produção agrícola moderna a partir da década de 1970, sobretudo com o incentivo do Estado para a atração de migrantes principalmente da Região Sul, por meio de projetos de colonização, com forte expropriação dos povos originários, desmatamentos, grilagem e concentração de terras (SANTOS FILHO,

grandes áreas planas e solos profundos, clima tropical, com duas estações do ano bem definidas, uma seca e outra chuvosa, e intensa luminosidade.

¹² O território brasileiro possui uma área de 851 milhões de hectares, com aproximadamente 30% de sua área total dedicada à agropecuária (plantações e pastagens) (IBGE, 2015). Segundo dados de Rudorff et al. (2015), somente no bioma Cerrado, existiriam cerca de 40 milhões de hectares agricultáveis ainda não utilizados.

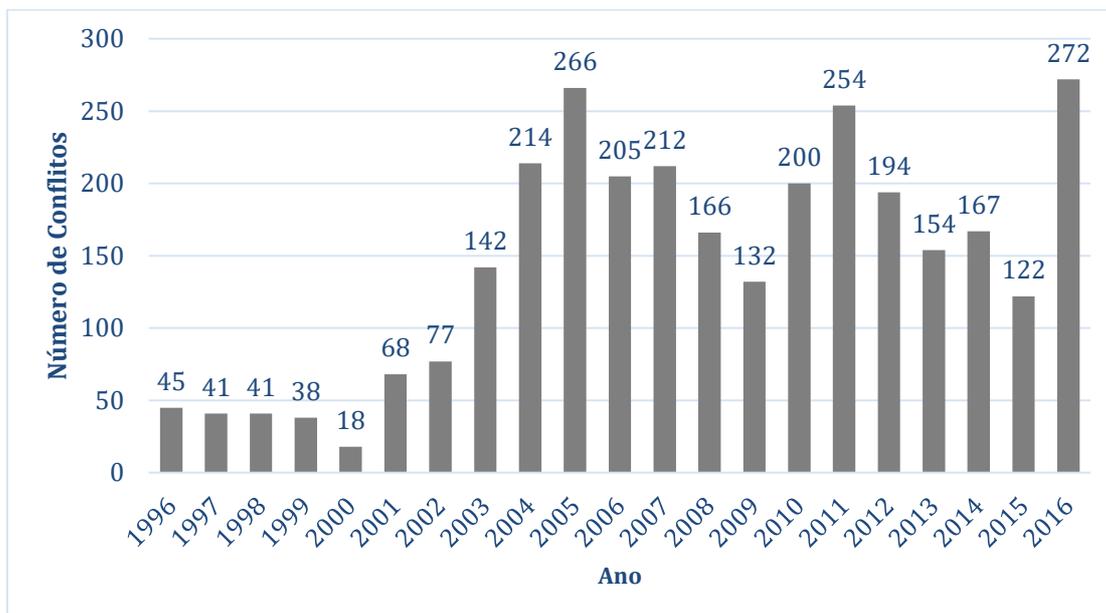
¹³ A Campanha foi concebida pelas gerências de *Marketing* e de Comunicação da Rede Globo e divulgada de meados de 2016 até junho de 2018, segundo informações do Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-dobrasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>. Acesso em: 29 mai. 2018.

1989; HAESBAERT, 1997; ALVES, 2015). Tal ocupação se consolidou na década de 1990, com a produção mecanizada de soja em larga escala (FREDERICO; BUHLER, 2015).

Desde a década de 2000, o Matopiba é a região brasileira de maior crescimento percentual da área plantada de soja, milho e algodão. Entre as safras 2000/01 e 2014/15, enquanto nos estados da região Sul e nos demais estados de predomínio do domínio morfoclimático dos Cerrado¹⁴, a área plantada das três culturas mencionadas cresceu, respectivamente, 32% e 193%, no Matopiba, o crescimento foi de cerca de 250%, com aumento de 1,2 para 4,2 milhões de hectares. Segundo informações de Rudorff et al. (2015), no período de 2000 a 2014, aproximadamente 70% da área de expansão de soja, milho e algodão no Matopiba ocorreu sobre vegetação nativa, com o desmatamento de mais de dois milhões de hectares de Cerrado.

Além do forte impacto ambiental, a expansão agrícola também fez multiplicar o número de conflitos na região. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2017), entre 1996 e 2016, o número de conflitos por terras passou de 45 para 272, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Conflitos por Terra, Região do Matopiba, 1996 - 2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017. DATALUTA, 2018.

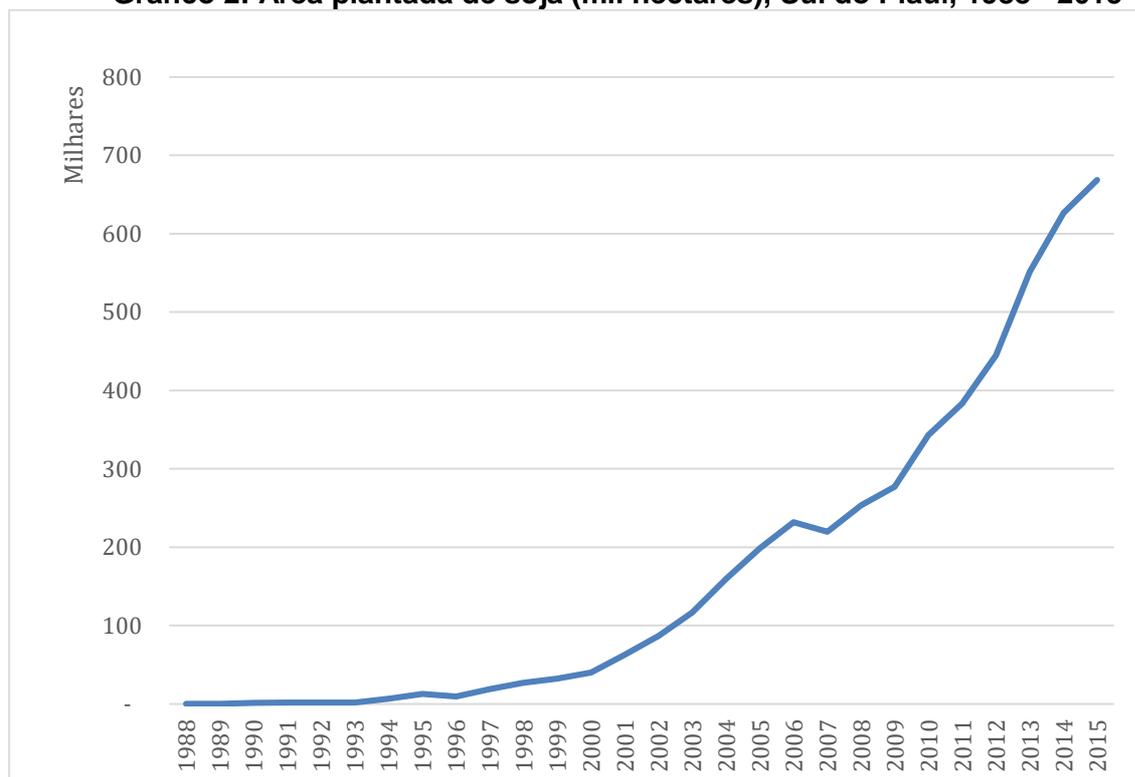
O aumento dos conflitos territoriais é resultado direto dos impactos do atual fenômeno de *land grabbing* na região, que envolve a apropriação de grandes extensões de terras. As estratégias de acumulação das grandes empresas controladas pelo capital financeiro consistem na apropriação da renda produzida da terra pela precificação dos

¹⁴ Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

terrenos, por meio da aquisição de terras brutas (cobertas pela vegetação de Cerrado) e sua consequente transformação em áreas altamente produtivas, como analisado no próximo item.

Dentro da Matopiba, a subregião Sul do Piauí, também conhecida, como Cerrados Piauienses, constitui-se como uma das áreas mais recentes de expansão da fronteira agrícola moderna. Ao tomarmos a área plantada de soja como indicador dessa expansão, observa-se, como apresentado no gráfico a seguir, que entre 2000 e 2015, ela cresceu mais de 15 vezes, ao passar de cerca de 40 mil para quase 670 mil hectares.

Gráfico 2: Área plantada de soja (mil hectares), Sul do Piauí, 1988 - 2015



Fonte: Produção Agrícola Municipal/IBGE, 2018.

Os principais impulsos para este crescimento foram a chegada de grandes produtores provenientes de outras regiões do país, e também de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro. Tem-se assim a coexistência de divisões do trabalho muitas vezes contraditórias e geradoras de conflitos. Enquanto os grandes produtores e empresas agrícolas financeirizadas são os vetores da racionalidade dominante, e buscam a todo custo implantar seus projetos de acumulação, dezenas de comunidades camponesas resistem, na tentativa de garantir suas tradicionais formas de reprodução.

De modo geral, no Sul do Piauí, enquanto as populações camponesas sempre construíram suas habitações nos fundos dos vales, comumente denominados Baixões, a agricultura moderna ocupou as áreas de planalto, também conhecidas como Chapadas ou Serras. As comunidades camponesas instalaram-se nos Baixões devido à presença de terras

férteis e do acesso facilitado à água, o que permite a prática de culturas de subsistência (mandioca, feijão, arroz, milho, frutas, hortaliças etc.), assim como a pequena criação de animais (suínos, caprinos e aves). As Chapadas, por sua vez, são os interflúvios, caracterizados pelo relevo plano e altitudes geralmente superiores a 800m, originalmente cobertas pela vegetação de Cerrado. Estas são as áreas utilizadas para a produção agrícola moderna (como soja e milho), devido à facilidade de mecanização da produção em larga escala, pela presença de grandes extensões de áreas planas, e pelas condições edafoclimáticas tornadas favoráveis pelo desenvolvimento de cultivares adaptados.

Imagem 1: Oposição entre Chapadas e Baixão, Piauí, 2017



Fotos: Frederico, 2017

Foto 1 - Vista dos Baixões com Chapada ao fundo

Foto 2 - Colheita mecanizada de soja na Chapada

Foto 3 - Habitação camponesa nos Baixões com Chapada ao fundo

Foto 4 - Colheita manual de arroz por camponeses nos Baixões

Contudo, as Chapadas também desempenham um papel fundamental na vida das populações camponesas. Desde o período colonial, essas áreas sempre foram utilizadas de maneira comunal, para a pastagem de animais (bovino e caprino), extrativismo vegetal (lenha, frutos silvestres e ervas medicinais) e caça¹⁵. Como ressalta Alves (2015, p.51), no imaginário das populações locais, as áreas de planalto são interpretadas como um “lugar de

¹⁵ Informações obtidas por meio de entrevistas e observações durante a realização de trabalhos de campo em comunidades camponesas nos estados do Maranhão e Piauí, em abril de 2017.

apoderamento de todos os recursos existentes, sem qualquer impedimento”. Todas essas formas de uso ancestrais foram subjugadas no processo de ocupação das Chapadas pelo agronegócio, afetando social e ambientalmente as comunidades presentes nos Baixões.

Até o final da década de 1990, as áreas de Chapadas do Sul do Piauí eram quase que integralmente cobertas pela vegetação de Cerrado. Foi a partir da década seguinte, com a chegada de grandes empresas controladas pelo capital financeiro, que a área monocultora de grãos cresceu de forma expressiva, até praticamente ocupar toda a área de Chapada.

No início, quando a racionalidade dos grandes projetos agrícolas ainda não estava tão evidente e tampouco impunha intervenções diretas aos Baixões, as relações não eram tão conflituosas. Com o adensamento da ocupação pelos denominados “projeteiros”¹⁶ e a busca por mais terras, o convívio entre as comunidades, as empresas agrícolas e os grandes produtores tornou-se cada vez mais hostil. As comunidades passaram a sofrer interferência direta dessa nova racionalidade: além de serem proibidas de usar as terras da Chapada, os impactos ambientais, decorrentes do desmatamento e do uso intensivo de agrotóxicos, tornaram-se muito mais evidentes, e, sobretudo, as terras dos Baixões passaram a despertar o interesse de grileiros, para a criação de áreas de Reserva Legal, como analisado a seguir.

Escala geográfica e o controle de terras no Matopiba

O controle de terras no Matopiba é um fenômeno transescalar, que envolve temporalidades conflitantes, convergentes e hierarquizadas. As disputas na região ocorrem por grupos que atuam a partir de distintas escalas: desde agentes financeiros, em compasso com o “tempo-mundo” (SANTOS, 1996), isto é, vinculados às redes de poder globais e que pensam suas estratégias em escala mundial, até agentes locais (como grileiros, posseiros, tabeliões, produtores agrícolas, etc.), que auxiliam o capital externo no acesso ao mercado de terras local, sem desconsiderar o papel intermediário do Estado-nação (na criação de normas, na implantação de infraestruturas e no fornecimento de crédito). Por controle de terras, entendemos, de acordo com Borrás et al. (2012, p. 404. Tradução do Inglês), o “poder de controle de terra e outros recursos associados para obtenção de benefícios próprios”. Para os autores, esta definição permite analisar os novos usos e, sobretudo, oferece um novo sentido à terra, especialmente determinado pelo imperativo da acumulação de capital. Dessa forma, o “controle de terras é inerentemente relacional e político, envolvendo relações de poder” (Borrás et al., 2012, p. 404. Tradução do Inglês).

Numa perspectiva geográfica, o controle de terras se expressa numa relação transescalar de poder. Ao considerar a escala geográfica como construção social, Smith

¹⁶ Nome utilizado popularmente para designar os agricultores capitalizados e empresas agrícolas responsáveis pela implantação da agricultura moderna nas Chapadas.

(1992) oferece uma importante forma de interpretação para o fenômeno em questão, pois envolve múltiplos agentes em diferentes escalas. Próximo à perspectiva defendida por Smith (1992), Swyngedouw (1997, p. 140) define escala como “arena e momento, em que relações de poder sócio-espaciais são contestadas e compromissos são negociados e regulados. Escala é o resultado e a consequência dos conflitos sociais pelo poder e controle” (Tradução do Inglês). Trata-se da apreensão da escala como um campo de forças, isto é, como uma espacialização temporária de determinado acerto social.

Para Santos (1996, p. 151), a “escala é um limite e um conteúdo, sempre em transformação, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. Segundo o autor, ao analisar a relação entre evento e escala, seria necessária a distinção entre a “escala de origem” das variáveis envolvidas na produção do evento e a sua “escala de realização”, isto é, a área de ocorrência, de extensão do fenômeno. A escala de origem varia de acordo com a força de seu emissor. Por exemplo, as decisões tomadas por fundos financeiros internacionais em investir em terras possuem um impacto mundial, alterando normas, preços, usos e relações políticas atreladas ao mercado fundiário em diferentes regiões e países. O mesmo não ocorre quando pequenos produtores ou associações reivindicam a posse e o uso da terra. Na maioria das vezes, estas ações possuem uma dimensão apenas local ou regional.

Já a escala de realização, ou impacto, tem a ver com a área de ocorrência, isto é, de extensão dos eventos. Contudo, estes não ocorrem sobre um espaço liso, inerte. Os novos eventos sempre entram em relação com as variáveis pré-existentes no lugar ou região. Por exemplo, mesmo que grandes investidores anseiem investir no mercado fundiário, o acesso à terra somente é possível a partir de negociações nas escalas nacional e, principalmente, do lugar. Uma série de acordos e transações precisam ser estabelecidos e normas seguidas ou burladas para que se concretize o controle de terras. Na escala de realização, há uma sobreposição de diferentes temporalidades, isto é, “formas particulares (de cada agente) de utilização do tempo geral” (SANTOS, 1996, p. 110). Daí o lugar ser a escala de manifestação concreta de todos os projetos e ações.

Para fins analíticos, no caso da região do Matopiba, pode-se, grosso modo, classificar os agentes em no mínimo três escalas geográficas: escala do Tempo-Mundo, na qual inserem-se os investidores institucionais internacionais; escala do Tempo do Estado-Nação, que inclui o Estado e os investidores, produtores e empresas de âmbito nacional; e escala do Tempo Regional, representada por um número diversificado de agentes, classes e grupos sociais, como políticos locais, latifundiários, tabeliões, grileiros, camponeses, etc. Dessa forma, a concretização do acesso e controle de terras passa pela articulação das diferentes escalas mencionadas.

Dentre os agentes da escala do Tempo-Mundo atuantes no mercado de terras na região do Matopiba destacam-se diferentes representantes do capital financeiro mundial, elencados no quadro a seguir. Ao menos, esses são os tipos mais visíveis, sócios fundadores e principais acionistas das grandes empresas produtoras de grãos presentes na região.

Quadro 1: Capital financeiro controlador de empresas agrícolas, Matopiba, 2015.

| Capital financeiro | País de origem | Empresa agrícola | Área de grãos (mil ha) | Localização das fazendas (UF) |
|--|--|------------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Vinci Partners Touradji Capital (Hedge) | Brasil EUA | Sollus Capital | 30 | MA/PI /TO/BA |
| Louis Dreyfus Commod. AIG Investments | França EUA | Calyx Agro | 62 | MT/TO/MA |
| Brookfield Asset Management Inc. | Canadá | Brookfield Brasil | 243 | MA/MG/TO/MS/GO/M T |
| SLC Participações S.A. Credit Suisse Deutsche Bank Neuberger Berman LLC | Brasil Suíça Alemanh a EUA | SLC Agrícola | 340 | MA/PI/BA/MSGO/MT |
| Gavea Investimentos Otaviano Pivetta BTG Pactual Salo Davi Seibel Bonsucex Holding Silvio Tini de Araújo EWZ investments LLC (Socopa) | Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil | Vanguarda Agro S.A. | 250 | MT/PI/BA |
| Cresud JP Morgan Whitefrias Inc. Cape Town LLC. CSHG Asset Management S.A. | Argentin a EUA EUA Suíça | BrasilAgro | 177 | MA/MG/TO/MS/PI/GO /MT |
| BRZ Investimentos RIT Capital Partners (Lord Rothschild) | Brasil Inglaterra | Agrifirma (Genagro) | 94 | BA |
| Harvard Asset Management (família lochpe) | Brasil | Insolo Agroindustria I | 100 | MA/PI |
| Vision Brazil Investments Irmãos Francioni Grupo Golin Fundos internacionais de private equity | Brasil Brasil Brasil EUA/UE | Tiba Agro | 348 | BA/PI/GO/MT |
| SLC Agrícola Mitsui | Brasil Japão | SLC-MIT | 45 | BA/MA/MT |
| Mitsui | Japão | Agricola Xingu | 120 | MG/BA |

| Capital financeiro | País de origem | Empresa agrícola | Área de grãos (mil ha) | Localização das fazendas (UF) |
|--|---|--------------------------------|------------------------|-------------------------------|
| TIAA-CREF Cosan | EUA Brasil | Radar | 130 | MA/TO/PI/GO/MT/BA |
| Mitsubishi Paulo Fachin | Japão Brasil | Ceagro Agrícola (Agrex) | 94 | MA/TO/PI/GO/MG/BA |
| Soros Fund Management LLC Qatar Investment Authority Stitching Pensionfonds Ospraie Management LLC Management & Directors Jennison Associates LLC Brandes Investment Partners | EUA Qatar Holanda EUA EUA EUA EUA | Adecoagro | 20 | BA/TO |
| Ridgefield Capital | EUA | Agrinvest | 94 | MA/MT |
| Harvest Capital | EUA | Faz. Dois Rios | 7,5 | TO |
| Coteminas/Josué Gomes GFN Agrícola Agrícola Estreito Valor Grains LLC Sojitz Group | Brasil Brasil Brasil EUA Japão | Cantagalo General Grains | 151 | MG/PI/GO/MT |

Fonte: Relatórios institucionais das empresas SLC Agrícola, Vanguarda Agro, BrasilAgro, Adecoagro e Brookfield Brasil, websites das empresas Cantagalo General Grains, Agrinvest, Agrex, Radar, TibaAgro, Insolo, Agrifirma, Calix Agro e Sollus Capital, El Tejar, Kobra Agrícola e Iowa Brasil. Reportagens Jornal Valor Econômico e Revista Exame.

O grupo seletivo de empresas elencadas no quadro anterior controla pouco mais de 1,5 milhão de hectares de terras na região do Matopiba. Dentre os investidores financeiros destacam-se desde nomes famosos do mundo das finanças como George Soros, Eduardo Elztain, Ian Watson, Jim Slater, até fundos de pensão (TIAA, Swedish Pension Fund), soberanos (Qatar Investment Authority), empresas de *private equity* (Altima Partners, The Capital Group, Crestline Capital, Vision Brazil, Vinci Partners), Hedge Funds (Touradji Mangament Capital), instituições bancárias (JP Morgan Whitefrias Inc., Credit Suisse e Deutsche Bank), seguradoras (AIG, Caisse de dépôt et placement du Québec), fundos patrimoniais (Harvard Endowment), assim como *tradings companies* e empresas em geral (Louis Dreyfuss, Cargill, Cantagalo General Grains, Mitsubishi, Mitsui, etc.).

A presença de investidores de origens, nacionalidades, setores e histórias tão distintas suscita questões como: o por quê do interesse no controle de terras no Matopiba? E como fazem para acessar o mercado de terras regional? Uma das principais respostas para a primeira questão é a possibilidade de captura da renda pela elevada precificação fundiária, como ressaltado anteriormente neste artigo. Entre 2005 e 2015, todos os tipos de terras

(Cerrado, pastagens e agrícolas) da região tiveram forte precificação. Segundo dados fornecidos pela FNP (2015), com relação às áreas de Cerrado - com cobertura de vegetação nativa -, a terra que teve a maior precificação foi no município de Floriano (Piauí), com crescimento do preço médio do hectare de R\$ 76,00 para R\$ 496,00, aumento de 548%. Com relação às pastagens, o maior acréscimo foi no Oeste da Bahia (município de Santa Maria da Vitória), ao aumentar em média de R\$ 965,00 para R\$ 3.567,00, crescimento de 270%. Nas terras agrícolas destinadas à produção de grãos, o maior aumento ocorreu no município de Porto Nacional (Tocantins), de R\$ 2.893,00 para R\$ 10.183,00, crescimento de 252%. Além da forte precificação, importante destacar também o baixo preço relativo das terras, quando comparadas com as tradicionais áreas produtoras das regiões Sul e Sudeste¹⁷.

A precificação é ainda maior se considerarmos a diferença entre terras brutas (com cobertura vegetal) e áreas já transformadas, com produção agrícola. No geral, as estratégias das empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro consistem na aquisição de terras brutas e sua gradual transformação em áreas altamente produtivas, por meio da introdução e uso de modernos insumos químicos, biológicos e mecânicos. Isso permite uma forte capitalização da empresa, pela captura da renda da terra. Por exemplo, para o ano de 2015, a diferença de preço entre uma área bruta de Cerrado e uma área altamente produtiva de grãos, variava de R\$ 1.125,00 a R\$ 16.083,00, no Oeste da Bahia; de R\$ 495,00 a R\$ 10.000,00, na região de Uruçuí, no Piauí; e de R\$ 3.917,00 a R\$ 14.417,00, em Balsas, no Maranhão (preço por hectare) (FNP, 2015).

Mesmo que a terra adquirida não seja transformada ou vendida, isto é, permaneça como estoque de terras brutas da empresa, ela é precificada, ao criar uma expectativa de renda futura (renda absoluta) (HARVEY, 2006). Essas terras brutas, além de aumentar o patrimônio da empresa, permite sua capitalização, ao possibilitar a contração de empréstimos ainda maiores junto ao Estado e instituições financeiras, assim como atraem novos investidores para a empresa, ao serem usadas para demonstrar o seu potencial de crescimento futuro. Além desses atrativos, e apesar da inexistência de documentos comprobatórios, é recorrente alegações de que muitos desses investidores também utilizam o mercado de terras como forma de lavagem de dinheiro, isto é, como artifício para disfarçar a origem de recursos ilegais¹⁸.

Já a resposta à segunda questão, sobre as estratégias dos investidores institucionais para acessar o mercado de terras regional, é ainda mais reveladora. Para isso, os investidores

¹⁷ Em 2015, o preço do hectare de terra agrícola, nos municípios de Piracicaba e Ribeirão Preto, ambos no estado de São Paulo, era em torno de R\$ 40 mil. Preço semelhante também era praticado na região de Londrina, no estado do Paraná (FNP, 2015). Enquanto isso, ainda era possível adquirir terras de Cerrado (cobertas com vegetação nativa), propícias à atividade agrícola no Matopiba, por preços que variavam de R\$ 1,2 a R\$ 3,3 mil (FNP, 2015).

¹⁸ Para mais detalhes ver: "Terras do Piauí são usadas em lavagem internacional de dinheiro", *Jornal 180 Graus*, Caderno Geral, 31/05/2015.

precisam suplantar ao menos dois importantes aspectos legais, em diferentes escalas: a) na escala nacional, a impossibilidade legal de investidores estrangeiros em adquirir grandes extensões de terras, desde o Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de 2010; b) na escala regional, o fato de a maior parte das terras possuírem títulos irregulares ou ilegais de propriedade, isto é, foram “griladas” em algum momento.

Com relação ao primeiro ponto, o parecer nº 01 de 2010 da Advocacia Geral da União (AGU), que ratificou a Lei nº 5709 de 1971, limitou a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em território brasileiro em no máximo 50 Módulos de Exploração Indefinida (que pode variar de 5 a 100 hectares de acordo com o município) e a posse de no máximo 25% da área total de um mesmo município.

O Parecer obrigou os grupos estrangeiros a criar novas estratégias para acessar o mercado de terras brasileiro, uma vez que estão interessados na aquisição de áreas muito maiores. Dentre as práticas mais recorrentes estão: a) compra de debêntures¹⁹ conversíveis em ações; b) aquisição de ações preferenciais, sem poder de voto; c) cessão de direito de superfície; e d) compra de empresas agrícolas proprietárias de terras. No primeiro caso, empresas brasileiras controladoras de terras emitem debêntures conversíveis em ações (títulos de dívida) adquiridas pelos investidores estrangeiros. Mesmo que os investidores não tenham a propriedade efetiva do imóvel, as debêntures geralmente conferem ao seu adquirente poder de gestão das empresas. Geralmente, as empresas emissárias das debêntures são controladas por parceiros locais de confiança dos investidores estrangeiros.

No segundo caso, a aquisição de ações preferenciais atribui aos estrangeiros uma participação econômica na empresa, mas não o seu controle, que continua em posse de empresas brasileiras detentoras do maior percentual das ações ordinárias. Do ponto de vista normativo, o investidor estrangeiro detém o controle econômico, mas não político da empresa, o que autoriza a aquisição de terras (novamente, é necessário a existência de parceiros nacionais de confiança).

No terceiro caso, o direito de superfície (Artigo 1.369 do Código Civil Brasileiro) possibilita a concessão pelo proprietário do direito de uso de seu terreno, por tempo determinado (não se configura nos impedimentos de compra ou arrendamento). Dessa forma, apesar de não ser a proprietária, a empresa estrangeira pode operar no terreno. Por fim, outra estratégia utilizada pelos investidores estrangeiros é a aquisição de empresas nacionais. Diferentemente da aquisição direta de terras, que precisa ser comunicada ao INCRA (Instituto

¹⁹ Debêntures - título de crédito vinculado a um empréstimo que uma empresa realiza junto a terceiros e que assegura a seus detentores direitos contra a emissora. Após o parecer da AGU de 2010, que restringe a compra de terra por estrangeiros no Brasil, a emissão de debêntures foi uma das formas utilizadas por investidores agrícolas estrangeiros para acessar o mercado de terras e o agronegócio brasileiro. Ao efetuarem os empréstimos, estabelecem na escritura de emissão das debêntures os direitos a receber e as obrigações das empresas receptoras do crédito.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e que provavelmente será barrada no cartório, a aquisição de empresas que possuem imóveis rurais entre seus ativos não possui um órgão fiscalizador. Assim, muito provavelmente, a aquisição nunca será questionada.

Porém, após suplantar os aspectos legais para acessar à terra como estrangeiros, os investidores também precisam da parceria de agentes nacionais, regionais e locais para o acesso e legalização da posse da terra. Aqui, a principal questão reside no fato da maior parte das terras em áreas de fronteira agrícola serem devolutas, isto é, não incorporadas ao domínio privado e sem destinação pelo poder público (DI PIETRO, 2009, p. 714). O que agrava a situação, é que na maioria das vezes, os próprios estados federativos, responsáveis pela regularização fundiária de seus territórios, não possuem informações precisas sobre a extensão, localização e limites de suas terras devolutas. É exatamente a desinformação estatal que possibilita a uma série diversificada de agentes, incluindo latifundiários, produtores, tabeliões, políticos, comerciantes locais e funcionários públicos, a tentativa de apropriação e negociação fraudulenta de terras devolutas, ação comumente denominada de “grilagem”. Para Benatti (2009, p. 18), o termo pode ser entendido como a transferência ilegal de terras públicas para o domínio privado, por meio de falsificação de documentos, negociações fraudulentas, corrupção e expropriação de pequenos ocupantes.

Todas as transações de grilagem de terras têm como premissa a criação de documentos fraudulentos que dão início à cadeia dominial, isto é, à sequência cronológica de todas as transmissões de registro (realizadas junto aos Cartórios de Registros de Imóveis) ocorridas sobre o terreno. No caso brasileiro, a cadeia dominial de todos os terrenos deve apresentar uma origem pública, assim como o decorrente momento em que o direito de propriedade foi transferido para o domínio privado. Isto se deve ao fato de todas as terras terem sido incorporadas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, com a colonização, e posteriormente, com a independência, transferidas ao Estado brasileiro.

O cercamento e a apropriação ilegal de terras se disseminou nos Cerrados Piauienses, sobretudo, a partir da década de 1980. Desde então, as investidas para apropriação privada das terras apenas se acentuaram, principalmente, a partir da década de 2000, com a chegada de grandes empresas agrícolas controladas por fundos financeiros e a forte precificação dos terrenos.

Nos anos de 1980, representantes das sociedades locais foram os responsáveis pela primeira fase de grilagem de terras na região. A rede de apropriação fundiária ilegal era composta basicamente por pessoas ou grupos que possuíam, além de algum recurso financeiro, influência política e informações privilegiadas sobre a localização de áreas devolutas, como políticos, comerciantes, membros de famílias tradicionais, donos de cartórios, etc. As terras apropriadas eram utilizadas como reserva de valor e vendidas aos

agricultores capitalizados que chagavam à região, provenientes, em sua maioria, da Região Centro-Sul do país.

No entanto, o crescimento da produção moderna de grãos despertou também o interesse de grileiros de outras regiões do país. Envolvidos em redes mais complexas de poder, mais capitalizados e com informações privilegiadas, os grileiros extra-regionais aumentaram significativamente a escala de grilagem de terras. Criou-se assim, uma relação de cooperação, mas também de conflito entre grupos de grileiros originários e externos à região. Em algumas ocasiões, dependendo dos interesses envolvidos, cooperavam uns com os outros no cercamento das terras, na expulsão de posseiros, na legalização dos documentos de posse e na comercialização dos imóveis. Em outros momentos, entravam em choque, principalmente pelo conflito de interesse pelas mesmas áreas.

Para a apropriação ilegal das terras, os grileiros comumente estruturam na região alvo uma equipe local constituída de corretores, agrimensor, advogados e grupos armados. Criam imobiliárias em nome de terceiros e corrompem autoridades, como juízes, oficiais de justiça, tabeliões, policiais, políticos e administradores públicos. Estabelecem também relações com posseiros (interessados em vender as terras) e supostos proprietários das terras, que funcionam como laranjas na intermediação da negociação. Estes últimos assinam documentos de compra e venda, como se fossem legalmente os proprietários das terras, dando início, de forma fraudulenta, à cadeia dominial do terreno.

Em seguida, as terras são registradas em cartórios locais, com a conivência de seus proprietários e funcionários. Não satisfeitos com a prática ilegal de compra e venda, no momento de registro dos imóveis, incluem ainda outras áreas devolutas da vizinhança no mesmo documento de posse, aumentando significativamente a quantidade de terras registrada (grilada). Quando moradores locais não desejam vender ou abandonar suas terras e impõem algum tipo de resistência, é comum o uso da força. Existem relatos de grileiros responsáveis por diversos tipos de crimes, incluindo assassinatos, além da apropriação ilegal de centenas de milhares de hectares de terras nas regiões do Sul do Piauí e Maranhão²⁰.

Em 2013, quando tinha apenas um ano de existência, a Vara Agrária do Piauí²¹ possuía mais de 1.600 processos envolvendo disputas de terras e já havia bloqueado mais de seis milhões de hectares de terra²². Segundo o Juiz Heliomar Rios Ferreira, a quase totalidade das terras do sul do estado, principal área de aquisição pelos grupos financeirizados, possui algum tipo de irregularidade. Os principais problemas consistem na sobreposição de áreas, com terrenos com até 10 proprietários, e métricas que não

²⁰ Para mais detalhes ver: <https://al-ma.jusbrasil.com.br/noticias/2614885/manoel-ribeiro-denuncia-grileiro-e-assassinatos-no-sul-do-estado>

²¹ Criada exatamente para tentar solucionar a questão fundiária no Sul do estado do Piauí.

²² Jornal 180 Graus, "Corregedor do Tribunal de Justiça apura irregularidades nos Cerrados", Política, 18/11/2013.

correspondem com a realidade. Para o Juiz, um dos principais problemas, por parte do Estado, é a falta de um cadastro único, o que permite o registro de mesma área em diferentes cartórios²³.

Dessa forma, mesmo que os investidores institucionais controladores das empresas agrícolas não sejam os responsáveis diretos pela grilagem, as terras adquiridas, na sua quase totalidade, são provenientes de algum tipo de apropriação ilegal. Ademais, o simples interesse do capital financeiro pelo investimento na região, cria um movimento especulativo que aumenta a grilagem de áreas devolutas.

Atualmente, as tentativas de grilagem não se restringem mais às Chapadas, estão presentes também nos Baixões. Com a crescente ocupação e esgotamento das áreas de Chapada, tornou-se comum o interesse pela apropriação dos fundos de vale para criação de reservas legais. O interesse de grileiros por estas áreas tem resultado no aumento significativo de conflitos, como demonstram relatórios publicados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2015) e denúncias realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (2017).

Além de não poderem mais utilizar as Chapadas e sofrerem com os impactos ambientais decorrentes da monocultura em larga escala de grãos (como disseminação de novas pragas, contaminação por agrotóxicos, assoreamento de rios e desmatamento), diversas comunidades camponesas sofrem constantemente ameaças de expropriação de suas terras²⁴. Os grileiros invadem as terras camponesas, constroem cercas, destroem benfeitorias e fazem diversos tipos de ameaças, caso as famílias de pequenos produtores não aceitem vender e sair de suas propriedades. Os camponeses, que por diversos motivos vendem as terras, são utilizados por meio de chantagens pelos grileiros para forçar vizinhos e parentes a fazer o mesmo. Isso acarreta numa série de conflitos dentro das próprias comunidades e núcleos familiares, resultando, muitas vezes, no enfraquecimento da organização social da comunidade.

Considerações finais

Analisar a apropriação de terras a partir de uma perspectiva transescalar permite estabelecer relações entre a escala de origem dos eventos, relacionada com a financeirização da economia mundial e o crescente poder dos investidores institucionais, e a sua escala de

²³ Em 2013, o Juiz Heliomar Rios Ferreira pediu o afastamento de oito titulares de cartórios e o bloqueio de todas as matrículas de terras públicas. Durante trabalho de campo, realizado em abril de 2017, os cartórios de diversos municípios do Sul do estado do Piauí continuavam fechados, como em Santa Filomena e Gilbués.

²⁴ Durante trabalho de campo realizado em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2017, na região Sul do estado do Piauí, foram feitas visitas e entrevistas em diversas comunidades camponesas vítimas de ameaças de expropriação de suas terras, e que sofrem diariamente diversos tipos de consequências ambientais e sociais provenientes da produção monocultura em larga escala de grãos. Dentre as comunidades, destacam-se: Assentamento Rio Preto, Brejo das Meninas, Comunidade Salto de Santo Antônio (Salto II), Comunidade Salto de São Jorge (Salto I), Comunidade das Melâncias, Sete Lagoas e Baixão Fechado.

realização, isto é, as diversas formas de cooperação, conflito e resistência perpetradas nos lugares e regiões alvo do fenômeno de *land grabbing*.

Para acessar o mercado de terras regional, os investidores financeiros estabelecem relações em múltiplas escalas, que envolve desde empresas mundiais e organismos supranacionais, até grileiros, políticos, agricultores, latifundiários e tabeliões locais, sem desconsiderar o papel imprescindível do Estado (na normatização das terras e na construção de infraestruturas).

Ao dar vazão ao capital sobreacumulado - muitas vezes alocado em paraísos fiscais e de origem suspeita -, os grandes investidores aquecem, via especulação, o mercado de terras regional. Atraídos pela grande demanda por terras, grileiros locais e extra-regionais, se apropriam ilegalmente de áreas públicas devolutas, que em seguida são vendidas às empresas agrícolas. Embora os investidores financeiros não sejam, na maioria das vezes, os operadores diretos na grilagem das terras, a estimulam indiretamente, ao fomentar o mercado fundiário.

Além de lesar o Estado, ao se apropriar de terras públicas, a grilagem promove uma série de danos ambientais e conflitos territoriais, como o desmatamento indiscriminado das áreas de Cerrado e a expropriação de comunidades camponesas. Apesar de ser uma prática antiga na região do Matopiba, se intensificou com o recente interesse do capital financeiro pelas terras.

A chegada das empresas financeirizadas e a consequente intensificação da apropriação ilegal de terras públicas resultou na constituição de novas horizontalidades, isto é, alteraram o conteúdo geográfico do cotidiano regional. Enquanto as áreas de Chapada, tradicionalmente utilizadas de forma comunal pela população local, são cercadas e desmatadas para dar lugar à produção intensiva de grãos, os Baixões, onde estão a maioria das comunidades camponesas, despertam o interesse de grileiros e investidores para a criação de áreas de Reserva Legal. Assim, as comunidades locais sofrem uma dupla expropriação - são impedidas de usar as áreas de planalto para o extrativismo e a criação de animais e sofrem continuamente ameaças de expropriação de suas terras nos fundos de vale, onde habitam e cultivam plantações de subsistência.

Mesmo as recentes tentativas da Vara Agrária do Piauí de legalização da posse da terra no sul do estado, por meio da concessão de títulos de propriedade aos agricultores e empresas localizados nas Chapadas e também aos posseiros situados nos fundos de vale, não parece solucionar o problema. Além de legitimar as grilagens de terras ocorridas no passado, a concessão de títulos de propriedade não impede que as comunidades camponesas continuem vítimas do assédio e da expropriação de suas terras.

Como visto, esta não é uma questão de fácil solução, já que expressa o confronto entre lógicas de uso do território muito distintas. De um lado uma ordem global, das empresas

agrícolas financeirizadas, regidas pela lógica da acumulação ampliada do capital, que se impõem e deprecia qualquer racionalidade alheia a seus projetos. De outro lado, uma lógica local que insiste em resistir ao refundar a escala do cotidiano compartilhado e da reciprocidade. Assim, a apropriação de terras vista a partir do lugar, da vida dos territórios, nos impõe um duplo desafio, promissor para futuras agendas de pesquisa, identificar os usos conflitantes e reconhecer as alternativas que emergem no lugar.

Referências

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003;

ALVES, V. E. A formação das condições para a instalação do agronegócio nos cerrados piauienses e as mudanças nas formas de uso da terra dos Gerais. In: **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**, 2015. Disponível in: <www.social.org.br> acesso em 10 de dez. 2015;

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996;

BENATTI, J. H. A lei de regularização fundiária e o debate sobre justiça social e proteção ambiental na Amazônia. **Hiléia** – Revista do Direito Ambiental da Amazônia, no. 11, Jul.-Dez. de 2008, e no.12, Jan-Jun de 2009, p. 15-30;

BORRAS Jr, S. M., Franco, J. C., Isakson, S. R., Levidow, L., & Vervest, P. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, 43(1), 93-115, 2016;

BORRAS JR., S.M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies** 33 (4): 2012, p.402–416;

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 35-67;

CLAPP, J. Financialization, distance, and global food politics. **The Journal of Peasant Studies** n. 41(6), 2014. p. 797–814;

CPT, COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA, **Conflitos no campo - Brasil 2017**. Disponível em:<www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 15 abr. 2018;

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. 23 ed. 2009;

EDELMAN, Marc e LEÓN, Andrés. Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. **Third World Quarterly**. Vol. 34, no. 9, 2013, p. 1697-1722 (Número especial sobre Global Land Grabs);

EMPEA. Global limited partners survey. **Investors' views of private equity in emerging markets**, 2015. Disponível em: <empea.org/research/surveys/2015-global-limited-partners-survey>. Acesso em: 03 mar. 2016;

FNP- CONSULTORIA. **Relatório de Análise do Mercado de Terras**, 2012;

FREDERICO, S.; BUHLER, E.A., Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. In: ALVES, V.E.L., **Modernização e Regionalização nos Cerrados no Centro-Norte do Brasil**, Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p.199-226;

GUNNOE, A. The political economy of institutional landownership: Neorentier society and the financialization of land. **Rural Sociology**, v. 79, n. 4, 2014. p. 478-504. <http://dx.doi.org/10.1111/ruso.12045>;

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: Eduff, 1997;

HARVEY, D. **The Limits to capital**. London; New York: Verso. 2006;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 24 de julho de 2018;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal, 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em> 26 de julho de 2018;

ISAKSON, S.R. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. **J. Peasant Stud.** n.41 (5), 2014. p.449–475. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2013.874340>;

MAGDOFF, F. Twenty-First-Century Land Grabs. Accumulation by Agricultural Dispossession. **Monthly Review**, V. 65, (6), nov. 2013. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2013/11/01/twenty-first-century-land-grabs/>>. Acesso em: 07 de jul. 2016;

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Stud.** n. 39 (3/4), 2012. p. 681–701. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.661369>;

MIRANDA, E. E. 2015. **Caracterização territorial estratégica do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa;

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA DOS DIREITOS HUMANOS, **A Empresa RADAR S.A e a especulação com terras no Brasil**. 2015. Disponível em:<www.social.org.br> Acesso em 10 de janeiro de 2016;

RUDORFF, B. et al. **Análise geoespacial da dinâmica das culturas anuais no bioma Cerrado: 2000 – 2014**. (Relatório Síntese). Florianópolis: Agrosatélite Geotecnologia 2015;

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no oeste baiano**. Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Diretoria de Planejamento Global, Departamento de Planejamento Sub-Regional e Urbano, Grupo de Desenvolvimento Urbano, 1989. 281 p;

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996;

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54. 1977. p. 81-100;

SASSEN, Saskia. Land grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, n. 1, v. 10, 2013. p. 25-46;

SILVEIRA, M. L. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, Ano 20, n. 23 v.2, jul.-dez. 2004;

SMITH, N. Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geographical scale. **Social text**, n. 33, 1992. p. 55-81;

SPADOTTO, C. A.; MINGOTI, R. **De olho no berço das águas**. Embrapa Gestão Territorial-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E), São Paulo, dez. 2016;

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In Cox, K., editor, **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, 1997. p. 137-166.

Sobre os autores

Samuel Frederico – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1586-0794>

Marina Castro de Almeida – Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6770-2400>

Como citar este artigo

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Samuel Frederico** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Marina Castro de Almeida**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e tradução dos resumos.

Recebido para publicação em 02 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 11 de novembro de 2018.

MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Lucas Pauli

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: lucasppauli@hotmail.com

Resumo

Historicamente, o capital encontra estratégias para acumulação e a incorporação de novos territórios e os ajustes espaço-temporais são necessários, especialmente em momentos de crise de sobreacumulação. Esta incorporação se manifesta através do avanço das fronteiras agrícolas, que dissolve as ordens sociais existentes, como sistemas de propriedade, direitos e contratos sociais e abre o território para novas formas de controle. No século XXI, em um contexto caracterizado por uma convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira – emergem novas formas de controle, com interesses, elementos e estratégias renovados, mas com um objetivo central bastante histórico: o controle do território para a acumulação de capital. O MATOPIBA é a materialização da necessidade interminável de incorporação de novos territórios pelo capital para garantir sua reprodução, especialmente no que se refere ao capital estrangeiro e financeiro, principais agentes atuantes na região. Este processo é repleto de contradições, paradoxos e impactos, destruindo não apenas o Cerrado, mas territórios de vida.

Palavras-chave: *Land grabbing*; controle do território; estrangeirização; fronteira; território.

MATOPIBA: control of the territory and expansion of the frontier of land foreignization

Abstract

Historically, capital finds strategies for accumulation and the incorporation of new territories and spatio-temporal fixes are necessary, especially in times of overaccumulation crisis. This incorporation manifests itself through the advancement of agricultural frontiers, which dissolves existing social orders such as property systems, rights and social contracts and opens the territory to new forms of control. In the 21st century, in a context characterized by a convergence of multiple crises – food, environmental, climatic, energy and financial – new forms of control emerge, with renewed interests, elements and strategies, but with a historical central objective: territory for the accumulation of capital. MATOPIBA is the materialization of the endless need for the incorporation of new territories by capital to guarantee its reproduction, especially in what refers to foreign and financial capital, the main agents operating in the region. This process is full of contradictions, paradoxes and impacts, destroying not only the Cerrado, but also territories of life.

Keywords: Land grabbing; territory control; foreignization; frontier; territory.

MATOPIBA: control del territorio y expansión de la frontera de la extranjerización de la tierra

Resumen

Históricamente, el capital encuentra estrategias para su acumulación y la incorporación de nuevos territorios y los ajustes espacio-temporales son necesarios, especialmente en momentos de crisis de sobreacumulación. Esta incorporación se manifiesta a través del avance de las fronteras agrícolas, que disuelve los órdenes sociales existentes, como sistemas de propiedad, derechos y contratos sociales y abre el territorio para nuevas formas de control. En el siglo XXI, en un contexto caracterizado por una convergencia de múltiples crisis – alimentaria, medioambiental, climática, energética y financiera – emergen nuevas formas de control, con intereses, elementos y estrategias renovados, pero con un objetivo central bastante histórico: control del territorio para la acumulación de capital. El MATOPIBA es la materialización de la necesidad interminable de incorporación de nuevos territorios por el capital para garantizar su reproducción, especialmente en lo que se refiere al capital extranjero y financiero, principales agentes actuantes en la región. Este proceso está repleto de contradicciones, paradojas e impactos, destruyendo no sólo el Cerrado, sino territorios de vida.

Palabras-clave: *Land grabbing*; control del territorio; extranjerización; frontera; territorio.

Introdução

A dinâmica de fronteiras dissolve as ordens sociais existentes, como sistemas de propriedade, direitos e contratos sociais (RASMUSSEN e LUND, 2018) e abre o território para novas formas de controle. É neste contexto que está inserido o MATOPIBA, região que compreende aos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, abrangendo 337 municípios em uma área de 73.173.485 hectares, considerada a última fronteira agrícola em área de Cerrado (FREDERICO, 2016). Na expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA temos como elemento central o processo convencionalmente chamado pela academia internacional de *land grabbing*¹, entendido como apropriação (trans) nacional de terras em larga escala (BORRAS JR. e FRANCO, 2010) e como uma estratégia de acumulação (GRAS e CÁCERES, 2017). Há um intenso debate – acadêmico e midiático – acerca do então chamado *land grabbing*, onde não há consenso algum. O principal ponto debatido, especialmente em países de língua lusófona, é a possível tradução do *land grabbing* para estrangeirização da terra.

Ressaltamos aqui que compreendemos o *land grabbing* e estrangeirização da terra como processos distintos, porém complementares, visto que a estrangeirização é um elemento do *land grabbing*, sobretudo nos países do Sul global. O principal agente atuante na expansão do capital no MATOPIBA é o capital estrangeiro, especialmente fundos de

¹ Primeiramente a expressão foi desenvolvida por ativistas que se opunham a estas transações (trans)nacionais de terras (BORRAS JR. e FRANCO, 2010).

investimentos que especulam com terras agrícolas e as transformam em ativo financeiro (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017). O assim chamado *land grabbing* se materializa no MATOPIBA por meio de agentes estrangeiros e em áreas que não possuíam uma produção expressiva de *commodities* e que no curto período de tempo dobram seu montante de área produzida.

No intuito de sanar estes equívocos conceituais, propomos que a expressão em português e geográfica para designar o processo de *land grabbing* seja o *controle do território*, considerando que a essência do *land grabbing* é o controle do território – entendido na sua multidimensionalidade e multiescalaridade – para garantir o acesso e benefícios possibilitados por este controle. Inserir a categoria território na análise do *land grabbing* é importante, isto porque a maioria das pesquisas tende a considerar a terra apenas enquanto superfície transacionada² e não como um recurso que produz alimentos e que detém outros recursos, como água, biodiversidade, minérios e, inclusive, relações sociais. A estrangeirização da terra corresponde ao controle do território pelo capital estrangeiro.

O Estado possui um papel essencial no processo de controle do território, não apenas atuando como agente em alguns casos³, mas também por meio de financiamentos, políticas públicas, legislações e, particularmente, através da identificação de novas áreas *aptas* para a expansão do capital, este último é o caso do MATOPIBA, materializado através do Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor (PEREIRA e PAULI, 2016). A regionalização foi elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), grupo permanente de trabalho de inteligência territorial e estratégica, voltado para a temática do planejamento e do monitoramento territorial do uso e da ocupação das terras no Brasil, com ênfase na agricultura.

Além do aumento da produção de *commodities*, da intensificação do controle do território via estrangeirização e do aumento do preço da terra na região, a expansão da fronteira agrícola para o MATOPIBA é um processo de destruição não apenas do Cerrado, mas de modos de vida, de territórios camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A elevação dos conflitos territoriais que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) quintuplicou em vinte anos (1996-2016) evidencia as contradições desde processo. Ademais há uma aceleração do desmatamento dos Cerrados e poluição e contaminação das águas (FIAN INTERNATIONAL, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS e CPT, 2018)

² As visões hegemônicas do *land grabbing* tendem a coisificar o território, ou seja, o aborda como espaço material (SOUZA, 2013).

³ Exemplos são fundos soberanos e empresas estatais que atuam no processo.

Dessa maneira, o objetivo deste artigo é apresentar elementos que evidenciem a expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA e como o capital estrangeiro, em conjunto com o Estado brasileiro, possui papel determinante neste processo. Assim, argumentamos que a fronteira agrícola em direção ao MATOPIBA é uma fronteira do controle e da estrangeirização do território. Como procedimento metodológico, partimos de uma extensa revisão bibliográfica sobre o conceito de estrangeirização, especialmente com referências internacionais sobre a temática. Utilizamos, os dados do DATALUTA Estrangeirização para quantificar o número de empresas estrangeiras no MATOPIBA e outras bases de dados também foram consultadas, como o SIDRA-IBGE e os Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estes dados foram organizados em mapas, gráficos e tabelas.

Por fim, o artigo está organizado em duas partes além da introdução e considerações finais. Primeiramente debateremos acerca do *land grabbing*, onde fundamentaremos a nossa proposta de controle do território e estrangeirização da terra como um elemento deste processo. Posteriormente discorreremos sobre como ocorreu e ocorre o processo de expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA, apresentando dados não só apenas da evolução da área plantada das principais *commodities* produzidas, sendo algodão, cana-de-açúcar, milho e soja, mas também referente aos conflitos territoriais na região, evidenciando as contradições e paradoxos do controle e estrangeirização do território, entendendo-os para além de uma visão meramente econômica, promovida pelo agronegócio e instituições multilaterais⁴.

Estrangeirização, *land grabbing* e controle terra: em busca de uma definição

Apropriações de terras fazem da necessidade constante do capital em incorporar elementos externos a sua acumulação – como já abordava Marx (2013) acerca da acumulação primitiva ou originária e, de acordo com o movimento da realidade, se constitui através de ciclos (SASSEN, 2013), moldados por processos globais e locais específicos, ou seja, cada fase é única. A partir do século XXI, especialmente após 2007/2008, há uma intensificação das disputas territoriais resultado de uma corrida mundial por apropriação de terras chamada, majoritariamente, pela academia internacional de *land grabbing*. Pesquisas indicam que se inaugurou em 2008 um novo ciclo deste processo histórico em resposta à convergência de múltiplas crises⁵ – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira –

⁴ O Banco Mundial (2011) considera o processo chamado de Large Scale Land Acquisitions (LSLA) como inevitável e que se efetuado através dos princípios de transparência e de segurança da propriedade da terra, podem ser benéficos para resolver problemas históricos de pobreza rural no Sul global. Ademais, o Banco Mundial identificou 'áreas marginais' para a expansão do capital para a produção agropecuária.

⁵ Enfatizamos que há um discurso em torno das crises, visto que o capital se apropria da narrativa de escassez e crise para acumular mais capital.

inclusive esta seria uma das novidades do processo no período atual (BORRAS JR, KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012; McKAY, 2017).

Embora de fato haja uma intensificação do interesse em terras a partir de 2008, este processo vem sendo moldado desde 1970, com a crise de sobreacumulação (HARVEY, 2003) e 1990, com o avanço de políticas neoliberais, especialmente na América Latina. Neste sentido, definimos como marco, embora não aborde necessariamente o termo *land grabbing*, a pesquisa intitulada *Development Law Service and Land Tenure Service*, publicada em 1995 pela FAO atendendo ao pedido da Lituânia⁶ e no qual o objetivo era realizar uma análise comparativa da legislação em diferentes países acerca da apropriação de terras por estrangeiros e possíveis impactos.

A partir desta pesquisa, observou-se uma intensificação da procura por terras por empresas estrangeiras, que resultou na atualização do relatório então publicado em 1995. Em 1999⁷ a FAO divulgou a investigação intitulada *Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners*. Ambas as pesquisas mostram que já haviam intensificação e preocupações anteriores a 2008. Assim, argumentamos que a partir do estopim da crise financeira e dos preços dos alimentos inaugura-se oficialmente um novo ciclo de uma *corrida mundial por terras*, mas que vinha sendo moldado desde 1970.

Embora haja diferentes bancos de dados sobre o *land grabbing* e seja consenso que o interesse global por terras intensificou-se, é impossível mensurar a quantidade de terras transacionadas desde então. Isto devido à escassez de dados – inclusive oficiais, falta de transparência nas transações e caráter enviesado dos bancos de dados (OYA, 2013a; BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017). Como é um processo em extrema ascensão e bastante presente no nosso cotidiano, acadêmicos, instituições multilaterais, governos e movimentos socioterritoriais têm se dedicado ao estudo do então chamado *land grabbing*, visto que a ciência busca acompanhar o movimento da realidade, há um verdadeiro *literature rush* em torno do processo de apropriação de terras (SAUER e BORRAS JR, 2016).

O primeiro ponto que destacamos acerca das pesquisas são os distintos termos utilizados para designar o processo. O uso de termos variantes, como *land grabbing* (BORRAS JR e FRANCO, 2010), *land rush* (COTULA, 2012), *land control* (PELUSO e LUND, 2011), *large-scale land acquisitions* (SMALLEY e CORBERA, 2012), *land-control grabbing* (ALONSO-FRADEJAS, 2012), *resource grabbing* (BORRAS JR, LIU, HU, LI, WANG, XU, FRANCO e YE, 2018) e estrangeirização da terra (PEREIRA, 2015) mostram que a definição está em disputa, por isso é necessário ressaltar que o *land grabbing*, antes de tudo, é um

⁶ A Lituânia estava preocupada com a intensificação da apropriação de suas terras por empresas estrangeiras mas, ao mesmo tempo, estava em processo de entrada a União Europeia e tinha receio de que a restrição a aquisição de terras impossibilitasse a sua entrada no bloco.

⁷ Redigido por Hodgson, Cullinan e Campbell (1995).

processo político e que envolve conquista de poder, como argumenta Holt-Giménez (2012, p. 03) “*this is why land grabs are not just about profits but about grabbing power*”.

Dentre as diferentes concepções e definições, há distintos elementos, que variam de acordo com a área do conhecimento, escala de análise e metodologia empregada⁸ – alguns destes já superados devido ao avanço das pesquisas sobre a temática⁹. Existem pesquisadores que defendem o *land grabbing* como um processo é histórico, continuação do colonialismo e imperialismo¹⁰ (HALL, 2011; MOYO, YEROS e JHA, 2012; GILBERT, 2017); outros o relacionam com a expansão (e recriação) da acumulação primitiva (ADNAN, 2013; HALL, 2013), frequentemente chamada de acumulação por despossessão¹¹ (HARVEY, 2003) ou *new enclosures* (COTULA, 2013). A questão histórica é primordial embora nem todas as pesquisas a reconheçam (OYA, 2013b; BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017).

Há pesquisas que têm como enfoque a entrada do capital financeiro (DANIEL, 2012; ADNAN, 2013; FAIRBAIRN, 2014), resistência (MOREDA, 2015; BUSCIOLI, 2017), particularmente *resistances from below* (BORRAS JR e FRANCO, 2013); impactos (CUNHA, 2017) e recomendações (COTULA, 2014; KAY, 2016; GILBERT, 2017). Também há investigações que buscam a padronização do processo, como a FAO (2012) que estabeleceu como critérios para o *land grabbing* a apropriação em larga escala – acima de 1.000 hectares; necessidade de envolvimento de Estados estrangeiros e impactos diretos na segurança alimentar dos países receptores de investimentos. Têm pesquisas que frisam o uso do território, algumas defendem o *land grabbing* apenas para fins agrícolas (AKRAM-LODHI, 2012), outros abordando projetos de infraestrutura (PEDLOWSKI, 2013), mineração e extração de recursos naturais (VELTMEYER, 2013), turismo (GARDNER, 2012), inclusive têm aqueles que trabalham com as variações, como *green grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012) e *water grabbing* (FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2013).

Diante da centena de definições, elaboramos três críticas que consideramos pertinentes, especialmente para a ciência geográfica. Primeiro, muito se discute acerca do *land grabbing* em escala global, como um processo único e homogêneo, contudo, a sua materialização no território é diferente em cada país, em cada localidade, visto que é moldada

⁸ Edelman, Oya e Borrás Jr (2013) e Pereira (2017a) destacam que as pesquisas sobre o tema possuem duas fases: 1) *making sense* (2009-2012), caracterizada pelas pesquisas iniciais que estavam preocupadas com a quantificação do processo; 2) *deepening our understanding* (2013-atual), na qual o foco é o aprofundamento qualitativo das pesquisas. No mesmo sentido, Boechat, Pitta e Toledo (2017) afirmam que a partir de 2013 há uma virada qualitativa e crítica nas investigações. Há elementos que já foram superados, como a dicotomia entre Norte/Rico/Expropriador e Sul/Pobre/Expropriado, visto que o *land grabbing* é um processo que atinge todos os países do globo, incluindo Canadá (DESMARAIS, QUALMAN, MAGNAN e WIEBE, 2017), China (XU, 2018) e países europeus (KAY, 2016).

⁹ Durante a construção da pesquisa, analisamos 325 trabalhos (artigos publicados em periódicos científicos, teses, dissertações, monografias, relatórios, documentos de trabalho) que debatem o *land grabbing* e processos relacionados.

¹⁰ Especialmente nas pesquisas que têm como objeto de análise países da África.

¹¹ Há o uso de variados termos como acumulação por deslocamento, acumulação por desapropriação e acumulação por espoliação.

por processos globais e locais em interação, o que torna o *land grabbing* um fenômeno único em cada nação. Inserido neste contexto, a *questão escalar* é essencial para a compreensão geográfica do *land grabbing*, mas não a escala dos investimentos e terras transacionadas (EDELMAN, 2016) e sim escala dos processos que estão em interação e (re) constroem territórios.

A segunda crítica é que a melhor categoria de análise do *land grabbing* é o território. A maioria das pesquisas sobre o tema abordam a terra apenas enquanto extensão transacionada, não considerando-a como um recurso natural específico (LI, 2014), como portadora de outros recursos, de identidade, relações sociais e de produção, como um recurso que produz alimento e energia. Isso nos permite afirmar que as concepções hegemônicas de *land grabbing* tendem a coisificar o território, isto é “se confunde com um pedaço qualquer da superfície terrestre” (SOUZA, 2013, p. 91).

Muitas das transações de terra, na realidade são para ter acesso a outros recursos e não a terra em si, para isso basta observar a PEC 97 em tramitação no Brasil (PEREIRA, 2018) e recente apropriação do pré-sal. Diante disso, defendemos que o território, entendido como espaços políticos, econômicos, sociais e culturais – multiescalares e multidimensionais – produzido por relações de produção e poder (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2009), é a categoria geográfica de análise do então chamado *land grabbing*, visto que permite a compreensão do processo na sua essência.

A partir destes dois apontamentos, a nossa terceira crítica é a respeito da indefinição de como designar o *land grabbing* em português, visto que este é um processo mais amplo do que a estrangeirização de terra, como inicialmente foi *traduzido* e, também, não corresponde à grilagem de terras, que no Brasil refere-se a um processo histórico de privatização ilegal de terras públicas (CASTRO, 2018). Diante desta indefinição, propomos o *controle do território* como termo que melhor representa o *land grabbing*, visto que a essência do *land grabbing* é o controle do território – multidimensional e multiescalar – para acumulação do capital.

Assim, definimos o controle do território como um processo de apropriação não só de terras, mas de recursos naturais, biodiversidade, subsolo, renda, entre outras variáveis; através de diferentes mecanismos – legais e ilegais – que não envolvem necessariamente a territorialização, isto é, apropriação de terras (compra ou arrendamento), há novas estratégias de controle cada vez mais sofisticadas. Contudo, este processo implica a alteração da territorialidade, onde o uso do território passa a ser orientado para atender às demandas do capital externo e não mais da população nacional (não apenas camponesa ou tradicional). Os agentes são múltiplos e isso envolve, inclusive, agentes nacionais.

O Estado é primordial e está orientado para atender aos interesses do capital e legitimar a ação deste. Este processo tampouco é exclusivo do século XXI, mas atualmente

apresenta características que o fazem único, assim, o que há de novo, além de um contexto de globalização neoliberal e convergência de crises, é a variedade dos mecanismos de acesso, a simultaneidade e velocidade, que resultam em impactos e disputas territoriais cada vez mais intensos. Nesta perspectiva, a estrangeirização da terra corresponde ao controle do território pelo capital estrangeiro.

Franco, Borrás Jr, Alonso-Fradejas, Buxton, Herre, Kay e Feodoroff (2013) argumentam que a melhor lente para analisar o *land grabbing*, aqui proposto como controle do território, é através da economia política. Contudo, a perspectiva da economia política descreve o avanço capitalista no espaço, mas tem pouco a dizer sobre as dinâmicas territoriais que moldam o *land grabbing*/controle do território. Assim, defendemos que a Geografia, através do território, é a lente primordial para entender o avanço do atual controle do território.

É justamente nesta perspectiva que está inserido o controle do território no MATOPIBA, que é majoritariamente exercido pelo capital estrangeiro e financeiro (HERSHAW e SAUER, 2017). A estrangeirização no MATOPIBA tem como particularidade a presença maciça do capital portador de juros, que se apropria do território para a especulação com terras, diferentemente do que acontece em outros países da América Latina, como Bolívia (McKAY, 2017), Guatemala (ALONSO-FRADEJAS, 2012) e Paraguai (PEREIRA, 2017b). Empresas, apoiadas por fundos de investimento compram terras anteriormente griladas (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017), transformam-nas em ativo financeiro através do potencial de lucro, escassez, padronização, liquidez e legitimidade (VISSER, 2016), resultando em diferentes impactos territoriais, como desmatamento, contaminação de terras e cursos d'água e aumento da violência no campo, preponderantemente expressa através da desterritorialização de comunidades tradicionais, destruindo territórios de vida.

O controle do território e a expansão da fronteira pelo capital estrangeiro no MATOPIBA

No MATOPIBA, o controle e o processo de territorialização do capital não são homogêneos. Cada região, além das singularidades locais, foi incorporada pelo capital, especialmente estrangeiro, em momentos distintos. O oeste baiano, por exemplo, desde 1980 é alvo da expansão do capital (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017) e por isso é uma região na qual o agronegócio apresenta maior consolidação, correspondendo a uma das maiores produtoras de soja e algodão do Brasil. Já no Piauí e Maranhão, a ocupação dos Cerrados é datada de 1990 com o objetivo da incorporação da região ao mercado de terras

nacional por intermédio do Estado e no Tocantins o processo é mais recente¹². A diferença da expansão atual a partir de meados da década de 2000 é o interesse reorientado para atender às dinâmicas do capital internacional em um contexto de crise, especialmente através da transformação da terra em ativo financeiro, e não mais para integrar a região ao mercado de terras.

Assim como a ocupação do Cerrado desde 1970, a atual expansão da territorialização do agronegócio na região do MATOPIBA também é impulsionada pelo Estado. A EMBRAPA possui papel determinante nesse processo de ocupação e territorialização do agronegócio no Cerrado. Para o MATOPIBA, em 2004 foi criado um programa para diagnóstico territorial representado pelo GITE, que objetivou levantar diversos dados relacionados à agricultura, caracterização natural e socioeconômica dessa nova área de expansão da fronteira agrícola no Brasil.

Como critério para tal delimitação, foram utilizados os quadros Natural, Agrário, Agrícola, Infraestrutura e Socioeconômico. No total, a região do MATOPIBA possui 337 municípios. Referente aos biomas que abrangem a região, constata-se, segundo o GITE (2015), a predominância de Cerrado, com 66.543.540,87 hectares correspondendo a 90,94% de toda área. Outros biomas, como Amazônia e Caatinga possuem 7,27% e 1,64% respectivamente.

Sobre o quadro agrário no MATOPIBA, a região possui grande quantidade de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos de Reforma Agrária e Quilombolas. Segundo publicação do GITE (2015), no MATOPIBA foram quantificados 46 Unidades de Conservação com área total de 8.334.679,0 hectares. Para as Terras Indígenas contabiliza-se 35 e com área de 4.157.189,16 hectares. No que diz respeito aos Assentamentos, 745 e com área de 2.782.754,82 hectares. Por fim, também foram registrados Quilombolas na região do MATOPIBA, 36 comunidades e 250.330,30 hectares.

Observa-se na região do MATOPIBA o processo atribuído em Frederico (2013 e 2015) como difusão da expansão *da fronteira agrícola moderna* com a incorporação de áreas para agricultura intensiva em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original, as áreas de pastagens e as formas tradicionais de agricultura praticadas por pequenos agricultores (FREDERICO, 2013). Todavia, acrescentamos nessa formulação de Frederico (2013) a questão do controle de terras por capital estrangeiro a essa dinâmica da expansão da fronteira agrícola moderna, sendo uma *fronteira de expansão da estrangeirização de terras* no Brasil como apontado por Pereira e Pauli (2016).

Conseguimos chegar nessa afirmação, quanto à fronteira de expansão da estrangeirização da terra em direção a região do MATOPIBA, principalmente a partir dos

¹² A primeira ocupação dos Cerrados iniciou na macrorregião Centro-Oeste a partir da década de 70 com os programas PRODECER e POLOCENTRO.

dados do DATALUTA Estrangeirização que identifica a origem desse capital internacional, onde está territorializado e o que produz. Também utilizamos os dados da Produção Agrícola Municipal, considerando as principais *commodities* produzidas na região.

Quadro 01: Empresas com presença de capital estrangeiros no MATOPIBA (2018).

| Empresa | Empresas/ Fundos | Localização (UF) | Capital | Uso do território |
|--|--|-----------------------------|------------------------|--|
| Adecogro S.A.* | N.I. | BA/TO | EUA | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| ADM do Brasil Ltda. | N.I. | TO | EUA | Comercialização/Logística |
| Agrex do Brasil S.A. | Los Grobo/ Mitsubishi Co. | BA/PI/TO | Argentina/Japão | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Agrícola Xingu | Mitsui&Co/ Multigrain/SLC Agrícola | BA/MA | Japão | Algodão |
| Agropecuária Arakatu Ltda. | Grop Arakatu Ltda. | BA | Japão | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Amaggi & LD Commodities S.A. | LDC/Grupo Amaggi | MA/PI/TO | Brasil/França | Logística |
| BrasilAgro** | Cresud/JP Morgan Whitefriars Inc. | BA/MA/PI | Argentina/Brasil | Pecuária; <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Brazil Iowa Farms | Cargill | BA | EUA | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Bunge* | DuPont/The Solae Company | BA/MA/PI/TO | Holanda | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| <i>CalyxAgro*</i> | LDC | BA | EUA/França | <i>Mercado de terra</i> |
| Cantagalo General Grains* | Coteminas/Grupo Wembley/Agrícola Estreito S.A./Mitsui&Co/ GFN Agrícola e Participações S.A; Sojitz | PI/TO | Brasil/EUA/Reino Unido | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Cargill* | Black River Asset Management | BA/MA/PI/TO | EUA | <i>Commodities Flexíveis/Logística</i> |
| <i>Chongqing Grains Grup</i> | N.I. | BA | China | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| CHS | Multigrain/Mitsui/ PMG Trading | MA/PI/TO | EUA/Japão/Brasil | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| COFCO Agri | Noble Brasil S.A./Chinatex | BA | China | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| <i>Crossroads Agropecuária do Brasil</i> | N.I. | BA | EUA | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| DuPont Pioneer S.A. | DuPont | TO | EUA | Sementes |
| ED&F Man Brasil S.A. | ED&F Man Netherlands BV | BA | Países Baixos | Café |
| Enel Green Power | N.I. | BA/PI | Itália | Energia Solar |

MATOPIBA: CONTROLE DO TERRITÓRIO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA
DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA

| | | | | |
|---|--|-------------|---------------|--|
| Genagro Produtos e Serviços Agropecuários Ltda. | Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda./Agrifirma Brasil Agropecuária (ABA)/Lorde Rosthchild/Jim Slater/Hugh Sloane/BRZ Investimentos | BA | EUA | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Grupo Espírito Santo | Deutsche Investitions (Fund DEG) | TO | Portugal | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Insolo Agroindustrial** | IPA Investimentos e Participações Agrícolas Ltda./Harvard Endowment Fund | MA/PI/TO | Brasil | Algodão/ <i>Commodities Flexíveis</i> |
| International Papel Ltda. | N.I. | TO | EUA | Monocultivo de árvores |
| Kobra Agrícola | N.I. | BA | Países Baixos | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Louis Dreyfus Company | <i>CalyxAgro</i> | BA/MA | França | Logística |
| Maeda* | N.I. | BA | Japão | Algodão/ <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Mitsubishi | Agrex do Brasil S.A. | BA | Japão | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Mitsui&Co | SLC Agrícola/ Cantagalo General Grains/ Agrex do Brasil S.A. | BA/MA/PI | Japão | Café/ <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Monsanto* | Bayer | BA/MA/TO | EUA | Sementes |
| MSU Agro* | N.I. | BA | Argentina | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Multigrain S.A.* | Agrícola Xingu | BA/MA/TO | EUA e Japão; | <i>Commodities Flexíveis</i> |
| Radar** | Cosan/Raízen/ TIAA-Cref | BA/MA/PI | Brasil | Mercado de terras |
| SLC Agrícola** | Mitsui&Co/SLC LandCo./Credit Suisse | BA/MA/PI | Brasil | <i>Commodities Flexíveis/Mercado de terras</i> |
| Sodrugestvo trading S.A. | N.I. | TO | Luxemburgo | Armazenagem/Logística |
| Sojitz do Brasil S.A. | N.I. | PI | Japão | N.I. |
| Sollus Capital | Ceagro/Agrícola Xingu/Adecoagro/ Agroinvest/Calyx Agro/Grupo Colorado | BA/MA/PI/TO | Argentina | Mercado de terras |
| Tiba Agro | Vision Brazil Investments | BA/PI | EUA | Mercado de terras |

**Empresas constituídas como brasileiras mas com presença de outros capitais. A Insolo é declarada como brasileira, no entanto, 95% do seu capital é oriundo dos EUA do fundo da University de Harvard; Empresa Radar é propriedade de Cosan, empresa brasileira controlada pelo fundo americano TIAA-Cref. A BrasilAgro é declarada como brasileira mas na realidade é uma subsidiária da Cresud, empresa de capital Argentino.

Fonte: DATALUTA Estrangeirização (2018); Org. PEREIRA, L. I. (2018).

Atualmente há 36 empresas internacionais diretamente atuando na estrangeirização da terra na região do MATOPIBA, como evidencia o Quadro 01. Nota-se que o uso do território por essas empresas está atrelado desde *commodities flexíveis*¹³ até ao mercado de terras, prática frequente na região, como forma de especulação com terras agrícolas. Dessa maneira, a territorialização e territorialidade de capitais estrangeiros implica na expansão da fronteira agropecuária e de outras atividades econômicas para a região do MATOPIBA, considerando a elevação recente (2000-2016) da produção agropecuária na região e chegada de empresas ligadas, por exemplo, à produção de energia e de logística.

Destacamos a presença de empresas que possuem interesses apenas no mercado de terras, como é o caso da Radar, e aquelas que atuam na atividade de produção de energia solar, como é caso da italiana Enel Green Power e no ramo da logística e armazenamento. No que se refere à origem dos capitais da empresa, sublinhamos que a maioria é proveniente dos Estados Unidos da América e Europa, porém há um avanço do interesse de empresas chinesas e japonesas na região, sobretudo para a produção de soja e trigo.

¹³ Conceito elaborado por Borrás Jr, Franco e Wang (2012) que atribui a múltipla usabilidade de uma *commodity*, como: milho, soja, cana-de-açúcar e colza para além dos seus usos habituais. Em sua maioria, essas *commodities* são utilizadas para produção de agroenergias, alimentação animal/humana e para outros fins, como produção de polímeros.

Mapa 01: Número de empresas com presença de capital estrangeiro no MATOPIBA – 2018



No Mapa 01 conseguimos observar a localização dessas empresas com presença de capital estrangeiros no MATOPIBA, há uma expressiva concentração na porção oeste do estado da Bahia, como nos municípios de Luís Eduardo Magalhães com 13 empresas, São Desidério com dez empresas, Jaborandi com nove empresas e Correntina com sete empresas. O estado do Maranhão igualmente concentra grande número de empresas, por exemplo, em Balsas há registro de 9 ligadas ao capital internacional, em Buriti contabiliza-se cinco empresas. E as outras empresas contabilizadas pelo DATALUTA Estrangeirização estão dispersas pela região que abrange o MATOPIBA, mas com uma certa concentração no centro da região, onde encontra-se o limite de todos os estados que a compõem.

Como apontado no Quadro 01, essas empresas estrangeiras utilizam-se do território do MATOPIBA em sua maioria para produção de *commodities*, então, como forma de demonstrar que o processo de estrangeirização impulsiona a expansão da fronteira agrícola trouxemos a Prancha 01 “área plantada das principais *commodities* produzidas no MATOPIBA

de 2000-2016”, pois representa, a partir de um período histórico 2000 a 2016 a expansão da produção tanto para o Brasil como para o MATOPIBA. Optamos por esse período, iniciando em 2000, considerando o período de aumento da produção agrícola brasileira, decorrente de uma “opção econômica pautada pelo crescimento das exportações primárias e perda relativa das exportações manufatureiras” (DELGADO, 2010, p.112).

Das *commodities* representas na prancha a seguir, temos um expressivo aumento da área plantada de algodão para a região do MATOPIBA, em especial na Bahia, configurando umas das áreas com maior produção no Brasil com 279.870 hectares em 2016, ficando apenas atrás do estado do Mato Grosso que possui uma área de 606.314 hectares. No estado da Bahia, principalmente no Oeste, o município de São Desidério foi o maior produtor dos municípios que compõem a região e também considerado um dos maiores produtores do Brasil. Nesse município, a área plantada alcançou 107.303 hectares no ano de 2016. No período, de 2000 a 2016 a elevação da área em dados absolutos contabilizou 90.242 hectares. Formosa do Rio Preto (BA), igualmente apresentou elevação em área plantada, sendo o segundo município com maior área no MATOPIBA, de 2000 a 2016 a elevação foi de 39.520 hectares. Sobre a presença de capital estrangeiro, a Insolo Agroindustrial S.A é uma das maiores produtoras de algodão, principalmente no sul do Piauí.

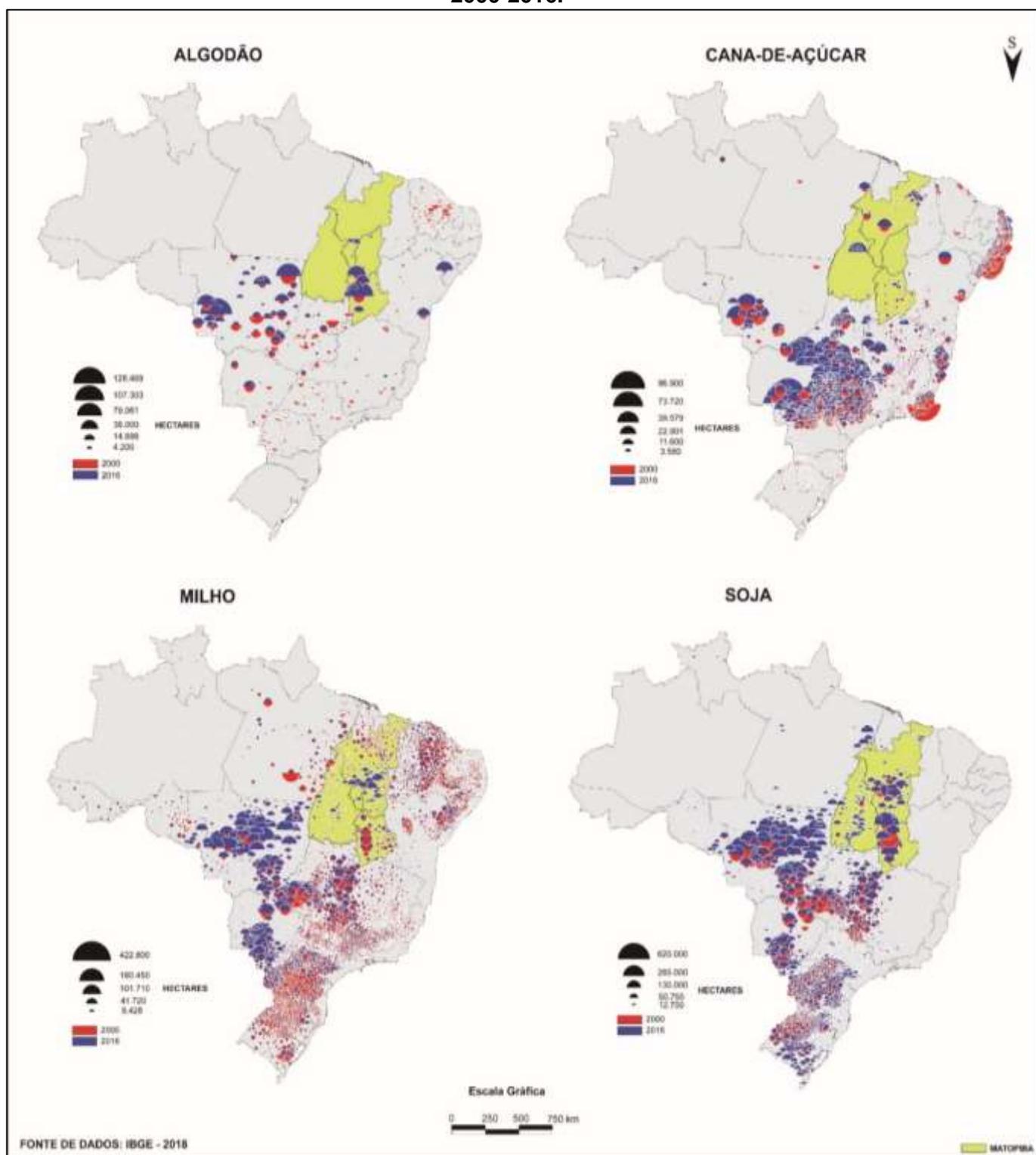
Já em relação à produção de cana-de-açúcar, o estado de São Paulo é o maior produtor nacional, com 5.590.586 hectares. No MATOPIBA, o estado da Bahia é o maior produtor de cana-de-açúcar, com uma área de 108.441 hectares, porém o Tocantins possui o município com maior área plantada para a região, Pedro Afonso (TO) elevou sua área plantada para o período analisado em 29.455 hectares. Segundo Pauli e Pereira (2016):

Em Pedro Afonso (TO) é o exemplo maior da frente de expansão capitalista e fronteira da estrangeirização da terra, pois não apresentava produção de cana-de-açúcar em 1990. Já em 2000 produzia apenas 600 toneladas, número pouco representativo, porém em 2013 foi a maior produtora.

Nesse sentido, o caso de Pedro Afonso (TO) representa a existência de um processo de expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA, já que não possuía produção de cana-de-açúcar antes dos anos 2000. Outra *commodity* que é produzida na região é o milho, nota-se que a produção de milho¹⁴ no Brasil é concentrada no Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso, com uma área plantada em 2016 com 3.900.268 hectares.

¹⁴ A produção de milho geralmente é realizada em rotação com a soja.

Prancha 01: Área plantada das principais *commodities* produzidas no MATOPIBA – 2000-2016.



Para o MATOPIBA, observa-se uma diminuição da produção de milho no Oeste baiano, por exemplo, no município de Barreiras (BA) apresentava no ano de 2000 a área planta de 45.296 hectares e obteve no ano de 2016 uma área de 13.000 hectares, correspondendo uma diminuição de 32.296 hectares. Já outros municípios apresentaram

grande aumento da produção, como Baixa Grande do Ribeiro (PI) que no ano de 2000 produziu apenas 750 hectares de milho, já no ano de 2016 a área plantada chegou a 55.629 hectares. Uma evolução em 16 anos de 54.879 hectares, tornando-o maior produtor de milho na região. Estes exemplos relacionados à produção de milho, representam uma dinâmica dessa expansão da fronteira, já que em certos momentos a produção de uma cultura é mais vantajosa que a outra e com isso a substituição ou diminuição da produção é relacionada à oscilação do mercado.

Por fim, quanto à produção de Soja, em âmbito nacional, o estado do Mato Grosso é o maior produtor. No MATOPIBA, dentre as outras *commodities* apresentadas, a soja é a que possui maior expressividade. Os municípios que apresentaram maior elevação da área plantada para o período foram da Bahia, como Formosa do Rio Preto com 315.693 hectares e São Desidério com 194.150 hectares. Tivemos nesse período analisado a diminuição da produção em alguns municípios do MATOPIBA, como em Barreiras (BA) que apresentou uma diminuição de 58.085 hectares e também início da produção em municípios que antes não se dedicavam ao cultivo de soja, como em Caseara (TO), que no ano de 2000 possuía produção de soja zero e já no de 2016 apresentou uma área de 46.073 hectares. O processo de expansão da soja para municípios que antes não se dedicavam ao cultivo do grão totalizou 110 municípios, o estado do Tocantins foi o mais expressivo, com 62 municípios.

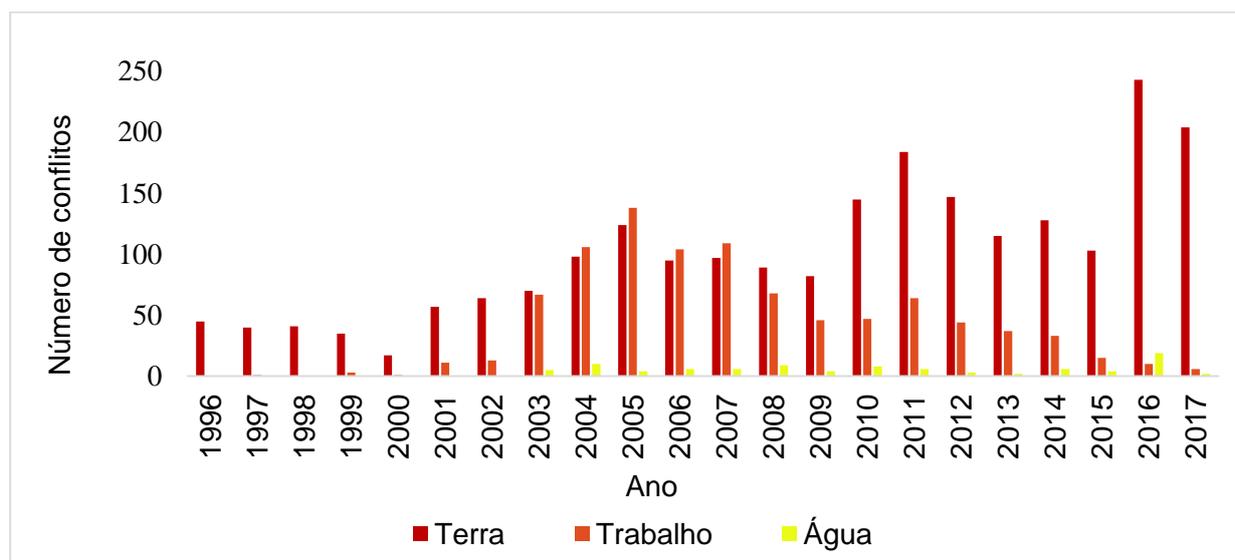
Contudo, apesar da imagem vendida pelo Estado brasileiro como uma frente para expansão do agronegócio, especialmente durante a passagem de Kátia Abreu (PDT/TO)¹⁵ pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante 2015 e 2016, o MATOPIBA não é sinônimo de desenvolvimento e progresso, mas sim de destruição ambiental e de seus povos, como expõe o relatório “*MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos*”, publicado em 2016 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMi) e segundo o qual o Cerrado é o bioma que apresentou maior intensificação do desmatamento no Brasil, elevando 61,6% entre os anos 2000 a 2014.

Para além dessa descrição elaborada pelo GITE (2015), na qual os conflitos na região não são mencionados, o MATOPIBA, desde a década de 1996 até o ano de 2016 contabilizou uma evolução no número de conflitos territoriais, em que no ano de 1996 registrava-se 45 conflitos e chegando a 272 no ano de 2016, uma evolução de 227 casos de conflitos em dados absolutos. Segundo Fernandes, Cassundé e Pereira (2018) o aumento

¹⁵ Kátia Abreu é senadora pelo estado do Tocantins desde 2007 até a atualidade. Ademais é uma das grandes proprietárias de terra no estado e uma das que mais se beneficiou com a expansão da fronteira agrícola para região. Durante a sua passagem pelo MAPA, Abreu priorizou políticas públicas de incentivo a produção em direção ao MATOPIBA, enquanto o atual ministro Blairo Maggi (PP/MT) possui outro foco, especialmente no que tange a logística – criação de canais de escoamento via estado do Pará, basta observar as notícias publicadas diariamente na página eletrônica oficial do MAPA. Isso evidencia a importância dos interesses políticos no direcionamento de políticas e financiamentos, mostrando mais uma vez o papel do Estado no processo de expansão da fronteira agrícola da estrangeirização da terra.

dos conflitos territoriais na região do MATOPIBA são atrelados ao aumento do crédito agrícola e territorialização do que os autores chamam de *land grabbing*. Assim, “o agronegócio se territorializa destruindo o cerrado e os povos que vivem do cerrado” (FERNANDES, CASSUNDÉ e PEREIRA, 2018, p. 544). O Gráfico 01 evidencia a evolução dos conflitos territoriais no MATOPIBA.

Gráfico 01: MATOPIBA – Número de conflitos de 1996 a 2017.



Fonte: CPT (2017); Organização: Pereira (2018).

O Gráfico acima evidencia o aumento exponencial dos conflitos envolvendo terra (ocupações, retomadas, acampamentos e ações de desterritorialização), trabalho (trabalho análogo à escravidão e *super exploração*) e água. O ápice foi no ano de 2016, no qual foram registrados 243 conflitos por terra, 19 por água e dez de cunho trabalhista. Em 2017 este número apresentou uma pequena queda – 204 por terra, seis por água e dois por trabalho – contudo apresenta intensificação em algumas áreas, como o caso do Piauí, onde em 2017 do total de 22 conflitos por terra registrado em todo o estado, 19 ocorreram somente em municípios que estão inseridos no MATOPIBA, evidenciando que o processo de expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA através do capital estrangeiro e financeiro resulta no acirramento de conflitos territoriais, ou seja, em uma disputa entre distintos modelos de desenvolvimento.

Considerações finais

O capital historicamente encontra estratégias para a acumulação interminável e insaciável e a incorporação de novos territórios e os ajustes espaço-temporais são necessários, especialmente em momentos de crise de sobreacumulação, para a reprodução

do sistema capitalista, que se manifesta, por sua vez, em diferentes ciclos de acumulação (ARRIGHI, 1996). Desde a década de 1970 o capitalismo global experimenta um problema de sobreacumulação com uma diversidade de ajustes espaço-temporais sem êxito (HARVEY, 2004). Em 2007/2008 experimentamos o ápice da questão em escala global, materializado por meio da convergência de diferentes crises, que resultou na utilização de diferentes estratégias para a manutenção de um sistema de acumulação do capital. Uma destas estratégias foi a expansão do interesse global por terras, particularmente terras para a produção agropecuária, embora emergja outros usos e interesses no decorrer dos últimos anos, como *green grabbing* e exploração de recursos naturais e minerais. Assim, este processo histórico adquire novos elementos, impulsionadores, interesses, agentes e estratégias, incorporando territórios considerados como marginais/desocupados na perspectiva do capital, para garantir a sua acumulação.

Como a ciência, logo os seus conceitos, definições e processos, não são despregados da história, emerge desde 2009 um amplo movimento acadêmico, governamental, institucional e militante buscando compreender este avanço do interesse do capital em terras, especialmente agrícolas. Inicialmente este processo foi intitulado de *land grabbing* por movimentos sociais, em uma tentativa de opor a esta dinâmica (BORRAS JR. e FRANCO, 2010). Porém, logo o *land grabbing* foi apropriado por outros meios para finalidades divergentes, inclusive pela mídia, resultando em um *literature rush* (SAUER e BORRAS JR., 2016).

Neste cenário aflora uma diversidade de definições, proposições e compreensões sobre o então chamado *land grabbing*. No Brasil, o debate é travado particularmente no eixo *land grabbing versus* estrangeirização da terra, visto que os agentes envolvidos no processo no país são, majoritariamente, estrangeiros. A grande crítica à abordagem da estrangeirização é o fato de sua frequente utilização enquanto sinônimo/tradução de *land grabbing*, o que escamoteia os agentes e reduz o processo (FAIRBAIRN, 2015). É inserido neste impasse teórico que propomos o *controle do território* como expressão adequada para designar o processo *land grabbing*, no qual a estrangeirização da terra é um elemento, talvez o mais contraditório.

Compreendemos o controle do território como um processo de apropriação de terras, de territórios e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, relações sociais, culturais, econômicas, entre outros) que ocorre via territorialização e territorialidade, por meio de diferentes mecanismos (compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint-venture* entre empresas nacionais, das empresas de

capital aberto e com ações *Free Float*¹⁶), com o objetivo de controlar o território para acumulação de capital e que envolve uma mudança no uso da terra, isto é, altera-se a territorialidade.

Este processo é histórico, mas que em cada período – ou ciclo – apresenta características singulares. Atualmente o processo é diferenciado pelas narrativas de escassez (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2018), pelo papel contraditório do Estado, que, concomitantemente, busca promover e restringir a expansão do capital, especialmente estrangeiro; pelas novas estratégias, sobretudo aquelas que não envolvam necessariamente o direito da posse legal da terra (McKAY, 2017) e, principalmente pela emergência do capital financeiro como agente definidor do processo.

É nesta conjuntura que o MATOPIBA foi delimitado como uma resposta do Estado brasileiro – por meio da identificação de novas áreas para a expansão do capital – para atender às demandas deste capital financeiro estrangeiro, alterando a territorialidade e relações sociais – especialmente de propriedade, transformando a terra, que se constituiu como um território para as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais em ativo financeiro. O resultado são distintos impactos territoriais, que incluem não apenas questões fundiárias, mas também ambientais, econômicas, culturais e sociais.

O agronegócio na região é diversificado, contudo as *commodities flexíveis* são hegemônicas, visto que as mesmas solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores, logo, a sua ascensão está estreitamente relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos têm o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015).

Porém, desde 2017 têm surgido novos usos do território, como projetos eólicos (Piauí) e solares (Bahia), respondendo às necessidades do capital e às narrativas ambiental e climática. O que estas diferentes territorialidades possui em comum é o uso do território orientado para atender à demanda do capital estrangeiro, onde as *commodities* produzidas são destinadas à exportação, quase sempre sem processamento, configurando no chamado *agroextrativismo* ou *agricultural extractivism*, ou seja, agricultura orientada para o monocultivo, geralmente com alto grau de tecnificação, mas com pouco ou nenhum processamento e com destino à exportação (GUDYNAS, 2010).

A Geografia, embora tenha pesquisas seminais (OLIVEIRA, 1988), pouco tem se dedicado ao debate do controle e estrangeirização do território. Defendemos que a Geografia é a ciência que possibilita a compreensão destes processos em sua totalidade, pois nos

¹⁶ Ações destinadas a livre circulação, da concessão pública para a exploração do uso de superfície.

permite desenvolver dois aspectos/características pouco considerados (na maioria das vezes esquecido nas demais análises) sobre a temática: a questão escalar e o entendimento da terra apenas enquanto superfície material transacionada e não como território que engloba outros recursos e relações, inclusive de poder. Assim, defendemos que a perspectiva da economia política, frequentemente utilizada como melhor viés para entender o que a academia convencional intitula como *land grabbing*, descreve o avanço capitalista no espaço, mas tem pouco a dizer sobre as dinâmicas territoriais que moldam este processo e, por isso, propomos uma Geografia da estrangeirização.

Referências

- ADNAN, Shapan. Land grabs and primitive accumulation in deltaic Bangladesh: interactions between neoliberal globalization, state interventions, power relations and peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 01, p. 87-128, 2013.
- AKRAM-LODHI, A. Haroon. Contextualizing land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 2, p. 199-142, 2012.
- ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 509-528, 2012.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.
- BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C.: The World Bank, 2011.
- BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.
- BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.
- BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions "From Below". **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.723-1.747, 2013.
- BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.
- BORRAS JR, Saturnino; LIU, Juan; HU, Zhen; LI, Hua; WANG, Chunyu, XU, Yunan; FRANCO, Jennifer; YE, Jingzhong. Land control and crop booms inside China implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 134-151, 2018.
- BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.
- BRASIL. Decreto 8.447, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e criação de seu Comitê Gestor. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). **Revista NERA**, ano 20, n. 36, p. 133-158, 2017.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. "Land Grab" na América Latina: expressões da nova colonialidade sobre terras, direitos e identidades sociais. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 2, p. 38-65, 2018.

CIMI. **MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos**. Goiânia: Conselho Indigenista Missionário, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2017.

COTULA, Lorenzo. The new enclosures? Polanyi, international investment law and the global land rush. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.605-1.629, 2013.

_____. **Addressing the human rights impacts of land grabbing**. Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament, 2014.

CUNHA, Joaci de S. Governo Temer: relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e legislação agrária. **Cadernos do CEAS**, n. 241, p. 301-326, 2017.

DANIEL, Shepard. Situating private equity capital in the land grabbing debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 703-729, 2012.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 21 ago. 2018.

DELGADO, Guilherme C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DESMARAI, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. ¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá. **Revista NERA**, ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc. **Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos**. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FAIRBAIRN, Madeline. Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

_____. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CASSUNDÉ, José Ricardo; PEIREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão

agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018.

FIAN INTERNATIONAL, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS e CPT. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do MATOPIBA**, Brasil. Heidelberg: FIAN International, 2018.

FRANCO, Jennifer; MEHTA, Lyla; VELDWISCH, Gert Jan. The global politics of water grabbing. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1651-1675, 2013.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, v. 17, p. 68-94, 2015.

_____. Agricultura Científica Globalizada e Fronteira Agrícola no Brasil. **Confinos (Paris)**, v. 17, p. 1-17, 2013.

GARDNER, Benjamin. Tourism and the politics of the global land grab in Tanzania: markets, appropriation and recognition. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 377-402, 2012.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources: cases studies and legal analysis**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

GRAS, Carla; CÁCERES, Daniel M. El acaparamiento de tierras como proceso dinámico. Las estrategias de los actores en contextos de estancamiento económico. **Población & Sociedad**, v. 24, n. 2, p. 163-194, 2017.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, p. 37-54, 2010.

HALL, Ruth. Land grabbing in Southern Africa: the many faces of the investor rush. **Review of African Political Economy**, v. 38, n. 128, p. 193-214, 2011.

HALL, Derek. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1582-1604, 2013.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HERSHAW, Eva; SAUER, Sérgio. The evolving face of agribusiness investment along Brazil's new frontier: institutional investors, recent political moves, and financialization of the MATOPIBA. The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (V BICAS), Moscow, Russia. **Anais...**: Moscow, p. 01-15, 2017.

HODGSON, Stephen; CULLINAN, Cormac; CAMPBELL, Karen. **“Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners”**. FAO Legals Papers: Roma, 1999.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, v. 18, n. 4, p. 01-04, 2012.

MARX, Karl. **Capital I: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe – a research brief**. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

McKAY, Ben. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex**, 2017, 290 f. Tese (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 517-539, 2015.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago: FAO, 2012.

OYA, Carlos. Methodological reflections on "land grab" databases and the "land grab" literature "rush". **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013a.

_____. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013b.

PEDLOWSKI, Marcos A. When the state becomes the land grabber: evidence and dispossession in the name of 'development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, p. 91-111, 2013.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina-SP**, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017a.

_____. Controle de terras no Paraguai: um estudo através da apropriação do território por empresas argentinas, brasileiras e uruguaias. XII Encontro Nacional da ANPEGE "Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento". **Anais...** Porto Alegre, p. 13.705-13.716, 2017b.

_____. O jeitinho estrangeiro: as estratégias do capital internacional para o controle do território no Brasil. **Revista PEGADA**, v. 19, n. 1, p. 162-181, 2018.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RASMUSSEN, Mattias Borg; LUND, Christian. Reconfiguring Frontier Spaces: The territorialization of resource control. **World Development**, p. 388-399, 2018.
- SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.
- SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.
- SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 01-11, 2018.
- SMALLEY, Rebecca; CORBERA, Esteve. Large-scale land deals from the inside out: findings from Kenya's Tana Delta. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1039-1075, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPADOTTO, Bruno R.; SAWELJEW, Yuri M.; FREDERICO, Samuel; PITTA, Fábio T. Financial capital, land grabbing, and multiscale strategies of corporations specializing in the land Market in the MATOPIBA region (Brazil). The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (V BICAS), Moscow, Russia. **Anais...**: Moscow, p. 01-15, 2017.
- VELTMEYER, Henry. The political economy of natural resource extraction: a new model or extractive imperialism? **Canadian Journal of Development Studies**, v. 34, n. 1, p. 79-95, 2013.
- VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.
- XU, Yunan. Political economy of land grabbing inside China involving foreign investors. **Third World Quarterly Journal**, p. 01-16, 2018.

Sobre os autores

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

Lucas Pauli – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-7488-7199>.

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A primeira autora **Lorena Izá Pereira**, foi responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e organização dos dados. O segundo autor **Lucas Pauli** foi responsável pelos procedimentos técnicos (mapeamento), auxílio na interpretação e análise dos resultados.

Recebido para publicação em 23 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 07 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 01 de novembro de 2018.

Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira

Bernardo Mançano Fernandes

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Samuel Frederico

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil
e-mail: samuel.frederico@unesp.br

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Resumo

No início do século XXI, novos elementos modificaram a questão agrária, mantendo as formas de concentração da terra e da renda da terra na produção de *commodities*, a partir da convergência de múltiplas crises: financeira, alimentar, energética, ambiental e climática. A apropriação da terra e da renda foi intensificada pelas estratégias do capital financeiro no processo de *land grabbing*. Utilizamos a teoria da renda da terra para analisar as formas essenciais de apropriação dos diferentes tipos de renda por empresas controladas pelo capital financeiro em áreas de expansão da fronteira agrícola moderna no Brasil, gerando conflitos territoriais com comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Diferentes corporações constituem relações com capital financeiro na fronteira agrícola moderna, denominada região MATOPIBA para a territorialização do agronegócio com a presença de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia em grandes propriedades - intensificando a exploração da renda diferencial produzida - e destinada especialmente à exportação, dando continuidade às políticas agroextrativistas inauguradas na década de 1970. A alta produtividade também produz conflitos territoriais pela posse da terra, da água, do trabalho e da produção. Estes conflitos compõem a conflitualidade que revela a luta de classes nas disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento.

Palavras-chave: *Land grabbing*; MATOPIBA; fronteira agrícola moderna; conflitos territoriais.

Accumulation by land rent and territorial disputes in Brazilian agricultural frontier

Abstract

At the beginning of the 21st century, new elements changed the agrarian question, keeping forms of land concentration and land rent in the production of commodities, through the convergence of multiple crises: financial, food, energy, environmental and climatic. The appropriation of land and rent was intensified through strategies of land grabbing by the financial capital. We rely on the theory of the rent of land to analyze the forms of appropriation of different types of rent by companies controlled by the financial capital in areas of expansion of the modern agricultural frontier in Brazil, which engender territorial conflicts with peasant, *quilombola* and indigenous communities. Several companies establish relations with the financial capital in the modern agricultural frontier called MATOPIBA region, aimed at territorialization of agribusiness. This region shows large properties with capital and technology-intensive agriculture primarily directed to exports – intensifying the exploitation of produced differential rents –, thus perpetuating the agro-extractive policies inaugurated in the

1970s. High productivity also generates territorial conflicts over the ownership of land, water, labor, and produce. Such conflicts constitute the “conflictivity” that unveils the class struggle in disputes over territories and development models.

Keywords: Land grabbing; MATOPIBA; modern agricultural frontier; territorial conflicts.

Acumulação por la renta tierra y disputas territoriales en la frontera agrícola brasileña

Resumen

A principios del siglo XXI, nuevos elementos modificaron la cuestión agraria, manteniendo las formas de concentración de la tierra y de la renta de la tierra en la producción de commodities, a partir de la convergencia de múltiples crisis: financiera, alimentaria, energética, ambiental y climática. La apropiación de la tierra y de la renta fue intensificada por las estrategias del capital financiero en el proceso de acaparamiento de tierras. Utilizamos la teoría de la renta de la tierra para analizar las formas esenciales de apropiación de los diferentes tipos de renta por empresas controladas por el capital financiero en áreas de expansión de la frontera agrícola moderna en Brasil, generando conflictos territoriales con comunidades campesinas, *quilombolas* e indígenas. Diferentes corporaciones constituyen relaciones con capital financiero en la frontera agrícola moderna, denominada región MATOPIBA para la territorialización del agronegocio con la presencia de una agricultura intensiva en capital y tecnología en grandes propiedades - intensificando la explotación de la renta diferencial producida - y destinada especialmente a la exportación, continuidad a las políticas agroextractivas inauguradas en la década de 1970. La alta productividad también produce conflictos territoriales por la posesión de la tierra, del agua, del trabajo y de la producción. Estos conflictos componen la conflictividad que revela la lucha de clases en las disputas por territorios y por modelos de desarrollo.

Palabras-clave: *Land grabbing*; MATOPIBA; frontera agrícola moderna; conflictos territoriales.

Introdução

O *land grabbing* mudou a questão agrária em escala mundial. No Brasil, uma região foi criada exclusivamente para atender aos interesses do capital financeiro em se territorializar para produzir commodities flexíveis. Esta nova realidade produziu o conceito de fronteira agrícola moderna caracterizada pela presença de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em grandes áreas produzindo para exportação, com forte presença de *tradings* internacionais com o objetivo de se apropriar da renda fundiária. A criação da região MATOPIBA - acrônimo referente à área de intersecção dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (ver Mapa 01) - com área de 73.173.485 hectares, envolve 337 municípios. Instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 2015, o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA segue o modelo agroextrativista para exportação como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) crido na década de 1970.

Mapa 01: Localização da região do MATOPIBA.



Elaboração: PEREIRA (2017).

O censo populacional de 2010 registrou 5.901.78 pessoas na região sendo que 35% viviam no campo. A área do MATOPIBA é disputada pelas corporações (trans) nacionais, com a participação do capital financeiro que promovem a territorialização do *land grabbing*, e por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas que lutam para defender seus territórios do poder avassalador do modelo de desenvolvimento do agronegócio. 4.157 mil hectares é a área dos territórios indígenas da região, os territórios camponeses são 7.100 mil hectares e os territórios quilombolas somam 250 mil hectares (Miranda 2015). A concentração de terra é indissociável da concentração da renda em que 1% dos estabelecimentos produzem 86% da renda bruta. Parte dessa concentração da renda está analisada no Quadro 01 com as respectivas corporações.

A criação do MATOPIBA está associada ao *land grabbing* que se apropriou de diversas crises, que analisamos nas partes 2 para se territorializar pelas terras dos latifúndios, dos camponeses, indígenas e quilombolas, criando a fronteira agrícola moderna, que está em movimento com uma porção consolidada e outra em expansão como demonstramos nas

partes 3 e 4, onde analisamos o processo de apropriação da renda fundiária pelo modelo hegemônico de desenvolvimento. Na última parte analisamos as conflitualidades geradas pelas disputas territoriais e por modelos de desenvolvimento.

Land grabbing: apropriação de terras e crises

No início do século XXI, a intensificação da apropriação de extensas áreas de terra pelo capital (trans) nacional foi denominada de *land grabbing* (BORRAS JR. e FRANCO, 2012), *land rush* (COTULA, 2012) ou *land control-grab* (Alonso-Fradejas, 2012). O *land grabbing* é um processo cíclico (EDELMAN e LEÓN, 2013; SASSEN, 2013) e cada fase é marcada por novos elementos. O *land grabbing* atual é um processo global, resultado das estratégias de acumulação de capital a partir da convergência de múltiplas crises: financeira, alimentar, energética, ambiental e climática (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012).

A crise financeira, que teve o seu ápice em 2007/2008 - resultado da crise de sobreacumulação iniciada na década de 1970 (HARVEY, 2003) - nos EUA e na Europa, gerou a necessidade de diversificação no portfólio de investimentos do capital financeiro e a terra foi tomada como uma alternativa rentável, introduzindo um novo agente nas aquisições de terras em larga escala: os fundos de investimento, com o aumento da financeirização da agricultura. Vivemos um período de crise e/ou receio de uma futura crise energética proporcionado por diferentes fatores, pautado pelo discurso do aquecimento global por causa dos combustíveis fósseis, do esgotamento gradual das fontes de petróleo e instabilidade política nos países produtores deste recurso. Estes fatores fazem com que empresas transnacionais e Estados invistam em fontes alternativas de produção de energia. Neste cenário de mudança na matriz energética (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010) aumenta o interesse por terras com o discurso de uma *segurança energética*. Sassen (2013) afirma que o interesse no agrocombustível é um elemento chave para compreender a fase atual do *land grabbing*.

A crise alimentar é produzida pelos discursos do aumento da população mundial, pela substituição do uso da terra, dos cultivos tradicionais para *commodities* para a exportação. Em 2009, a FAO divulgou um documento intitulado *Global agriculture towards 2050*, projetando a população mundial em 9 bilhões de habitantes para 2050. O argumento de mais pessoas para alimentar contribuiu para o aumento da aquisição de terras em diversos países (COTULA, 2012). Com a justificativa da segurança alimentar, empresas e governos apropriaram-se de grandes extensões de terras para a produção de *commodities*.

As crises ambiental e climática, relacionadas com a crise energética, utilizam o discurso do aquecimento global resultado da emissão de gases poluentes de combustíveis

fósseis para promover o *Green Grabbing*. Com o discurso de conservação ambiental, do mercado de crédito de carbono, das práticas de ecoturismo, da pesquisa e de conservação, adquirem terras em larga escala com o argumento de que é necessário vender a natureza para preservá-la (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; CORSON e MACDONALD, 2012).

A convergência destas múltiplas crises torna o atual *land grabbing* distinto daquele observado em períodos anteriores. Tais crises geram preocupações em diferentes instituições governamentais e multilaterais relacionadas à produção de alimentos e problemas ambientais, e proporcionaram alternativas para a expansão do capital financeiro na agricultura - que em crise de sobreacumulação - cria pretextos para empresas e fundos de investimento acumularem cada vez mais capital, utilizando como discurso a conservação do meio ambiente e o combate à fome.

A ascensão do *land grabbing* promoveu, a partir de 2008, uma corrida mundial na produção intelectual sobre o referido tema (OYA, 2013; SAUER e BORRAS JR., 2016) e o *land grabbing* tornou-se manchete (HOLT-GIMÉNEZ, 2012). De acordo com Borrás Jr. e Franco (2010), o termo *land grabbing*, entendido como transações de grandes extensões de terras (trans) nacionais, foi primeiramente popularizado por grupos ativistas que se opuseram a este processo, como o caso da *Foodfirst Information and Action Network* (FIAN). Com a ampla disseminação do tema na mídia em escala global, o *land grabbing* foi apropriado pela academia e outros agentes - empresas, fundos de investimentos, instituições multilaterais e governos - que inclusive pregam os benefícios desta transação de terra em grande escala. A partir de 2009 começou as pesquisas em escala global.

Instituições multilaterais e governamentais, organizações não governamentais, movimentos sociais e academia produzem pesquisas, levantam e sistematizam dados de diferentes localidades e escalas de análises que permitem o debate sobre o *land grabbing*. A única concordância entre os pesquisadores é a intensificação do *land grabbing* em escala mundial. A própria noção de *land grabbing* está em disputa (SAUER e BORRAS JR., 2016), cada pesquisador define elementos que caracterizam o *land grabbing*, elaborando diferentes concepções de um mesmo processo através da análise de diferentes países, como Índia (LEVIEN, 2012), Moçambique (CLEMENTS, 2015), Etiópia (MOREDA, 2015), Ucrânia (MAMONOVA, 2015), Guatemala (ALONSO-FRADEJAS, 2015), entre outros.

Edelman, Oya and Borrás Jr. (2013) caracterizam as primeiras pesquisas acerca do *land grabbing* como componentes do período que os autores denominaram *making sense*, na qual a maioria dos trabalhos publicados no período de 2009 à 2012 procuraram responder perguntas mais amplas, tais como: quem está envolvido? Quem são os *drivers* ou impulsionadores? A atenção estava focada nas escalas de investimentos, sobretudo no que tange a extensão territorial das transações de terra, o que mais tarde Edelman (2013) criticou como *fetichização* do hectare.

Atualmente vivenciamos a fase denominada “*deepening our understanding*”, inaugurada em 2013. Nesta nova fase as pesquisas são mais refinadas, priorizando estudos de caso e trabalhos de campo, visando compreender que realmente está acontecendo em escala local, uma vez que o processo não é homogêneo, como cada comunidade é impactada e resiste a estas transações de terras, as pesquisas têm um foco mais claro e algumas questões metodológicas e epistemológicas já foram superadas, especialmente em escala internacional.

Nestes dois períodos há diferentes interpretações do *land grabbing*. Peluso e Lund (2011) utilizam o termo *Land Control*, entendendo que há novas formas de acesso à terra, consistindo em uma recriação da governança da terra devido ao grande interesse de estruturas empresariais atuantes em escala global. Borrás Jr. and Franco (2010) abordam o *land grabbing* como um novo ciclo de desapropriação promovido pelo capital, onde se expõe cada vez mais a necessidade da governança da terra. O *land grabbing* aumenta com a convergência de crises globais e resulta na expropriação de terras pelo capital, promovendo o conflito, direto e indireto, com comunidades camponesas e indígenas.

Philip McMichael (2009 e 2013) discute o *land grabbing* em uma conjuntura de mudança de um paradigma alimentar, isto é, estamos subordinados a um sistema alimentar corporativo. Edelman e Léon (2013) e Sassen (2013) destacam a necessidade de considerar a história do processo de *land grabbing*, pois o mesmo é um processo antigo que apresenta algumas novidades, como a recente atuação do capital financeiro. Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), estudam as *Commodities Flexíveis* que possuem múltiplos usos – *fiber, food and fuel* – e solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços. A ascensão das *commodities flexíveis* está relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015).

O *land grabbing* é um processo cíclico (EDELMAN e LÉON, 2013), intensificado no século XXI devido à convergência de crises. Atinge todos os continentes (PLOEG, FRANCO e BORRAS JR., 2015) não se configurando como exclusivo do Sul global, onde ocorre com maior intensidade e rapidez. Ocorre através de players e drivers que se articulam para o controle do território, como empresas (trans) nacionais, governos, bancos, instituições multilaterais e agentes locais, mas a grande novidade é o papel do capital financeiro. Acontece com aquisição de terras, arrendamento, concessão e contratos de parceria, em que o objetivo é o controle do território para a acumulação da renda fundiária. Há uma variedade de usos da terra, como a produção de commodities para a exportação, agroenergia, mineração, ecoturismo, *green* e *resource grabbing* (AMANOR, 2012) e especulação. A apropriação de terra ocorre nas áreas mais rentáveis para o capital, seja uma área consolidada ou em

expansão na fronteira agrícola, criando novas territorialidades através de processos desterritorialização, promovendo conflitualidades, que afetam direta e indiretamente comunidades camponesas e indígenas (FERNANDES, 2010), que procuram lutar contra o *land grabbing* através das resistências *from below* (BORRAS JR. e FRANCO, 2013).

A América Latina apresenta diferentes características para a compreensão do *land grabbing* atual. Há processos que são recentes na escala global, mas que são mais antigos no Brasil. Evidente que houve aumento da apropriação de terras no século XXI, mas não é algo exclusivamente recente. Por exemplo, em 1968, ocorria a apropriação ilegal de terras pelo capital (trans) nacional na Amazônia através de uma articulação entre empresas (trans) nacionais, elite local e governo (OLIVEIRA, 1988). O processo de concentração de terras, secular na América Latina, foi intensificado como o *land grabbing* (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012), sobretudo a partir da produção de *commodities flexíveis* para a exportação, da aquisição de terras para controle territorial, que produz especulação imobiliária e aumenta a obtenção da renda da terra. Este processo não está limitado a apropriação de terras somente pelo capital estrangeiro, participam deste processo empresas locais, governos estaduais e federal, criando grande diversidade no modo como ocorre acesso à terra pelo capital multinacional.

No estudo da América Latina ainda é preciso abordar o caráter intra-regional do *land grabbing* (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2012), ou seja, o papel desempenhado pelas empresas trans-latinas na apropriação de terras. O Brasil é um exemplo, pois ao mesmo tempo que é um dos alvos do capital (trans) nacional para o *land grabbing*, também promove o *land grabbing* em outros países da região, como no Paraguai (GALEANO, 2012) e Bolívia (MACKEY, 2011; McKAY, 2017). As empresas argentinas abertas ao capital financeiro também desempenham um importante papel na promoção do *land grabbing* em outros países, como podemos observar na parte três deste artigo.

O *land grabbing* é um importante elemento em um contexto de transformação da questão agrária em escala global, que redefine as relações sociais no campo, através de um discurso de produção de alimento para, na realidade, promover a consolidação de um modelo agroextrativista, onde cada vez mais mesclam-se o capital produtivo e o capital especulativo, através da presença dos fundos de investimento, que se configura como um dos aspectos de novidade do atual *land grabbing*.

Empresas agrícolas e tipologia do capital financeiro na fronteira agrícola brasileira

Fronteira agrícola moderna é uma área do território brasileiro ocupada a partir da década de 1970, por monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em larga escala,

destinadas à exportação, substituindo a vegetação original, as culturas praticadas por camponeses e áreas de pastagens extensivas. Coincide com a abrangência do Domínio Morfoclimático do Cerrado¹, que segundo Ab'Saber (2003, p. 117) é um dos “grandes polígonos irregulares que formam o mosaico paisagísticos brasileiro”. Com uma área de 2.045.000 km², equivalente à ¼ da extensão territorial brasileira, o Cerrado possui condições topográficas (planalto, com grandes áreas planas e solos profundos) e climáticas (pluviosidade regular e em volume adequado e intensa luminosidade) favoráveis à mecanização e à produção agrícola em larga escala. Para Santos e Silveira (2001, p.119), o conceito de fronteira é utilizado nos estudos das áreas de produção agrícola moderna e correspondem aos territórios incorporados pela agricultura moderna a partir do último quartel do século XX.

A fronteira agrícola moderna não é uma região homogênea, apesar de possuir alguns eventos comuns que a caracterizam, como a presença de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em grandes propriedades e destinada especialmente à exportação, com forte presença de *tradings* internacionais (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), grandes produtores e intensos conflitos pela posse da terra, ela pode ser subdividida de diferentes maneiras. Para Frederico (2010), apoiado em Bernardes (2006), pode-se verificar a existência de uma fronteira consolidada e outra em expansão. Enquanto a primeira, caracteriza-se pelas áreas pioneiras de ocupação das décadas de 1970/80 (faixa meridional), com a presença consolidada de sistemas técnicos (cultivares e técnicas de manejo adaptados) e infraestruturas (especialmente de transporte e armazenagem), as áreas de expansão (que corresponde à franja da fronteira) configuram-se pela presença de maiores estoques de terras passíveis de serem incorporados, com menores preços relativos, por vezes carentes de infraestruturas e cultivares adaptados às condições edafoclimáticas.

Nestas últimas áreas, especialmente, na região MATOPIBA se encontra a maior parte dos investimentos em terra realizados pelos fundos financeiros internacionais. O interesse por esta região, decorre, principalmente, do grande potencial de apreciação das terras, isto é, a aquisição de terras brutas, a preços relativamente inferiores, e a sua possível venda a preços muito superiores, após serem transformadas em fazendas altamente produtivas, como analisado com maiores detalhes no próximo item.

Um desafio é desvendar quem são os investidores das empresas agrícolas na região. Durante trabalhos de campo, conversando com produtores, camponeses, representantes da sociedade civil e do Estado, observamos que as empresas são identificadas pelo nome de mercado. Quem são os verdadeiros controladores destas empresas? Quais as suas

¹ Para Ab'Saber (2003), os domínios morfoclimáticos caracterizam-se por uma unidade paisagística passível de ser individualizada resultado da combinação de um conjunto de elementos que se autocondicionam como: relevo, clima e vegetação, incluindo também a própria ação antrópica.

intencionalidades? Estratégias de atuação e acumulação? Estas são questões que inquietam os pesquisadores preocupados em analisar em profundidade o *land grabbing* na região.

Procurando identificar os capitais financeiros presentes na produção de grãos em áreas de fronteira agrícola, analisamos um conjunto de empresas cuja quantidade de terras controlada chega a mais de 2,3 milhões de hectares. O conjunto selecionado, inclui uma gama diversificada de empresas, com diferentes origens, histórias de formação e formas de articulação com o capital financeiro. Os traços mais comuns entre elas incluem o controle de grandes extensões de terra em áreas de expansão de fronteira agrícola moderna, a adoção de modelos produtivos semelhantes (com uso intensivo de sistemas técnicos informacionais), a capitalização por meio de articulações com o capital financeiro e o predomínio de estratégias de apropriação do excedente por meio do lucro da produção de grãos e, principalmente, da captura da renda produzida da terra em período pré-determinado de tempo. O quadro a seguir mostra as principais empresas agrícolas de grãos atuantes na área de fronteira agrícola moderna no território brasileiro, a quantidade de terras controlada, os estados onde se localizam as propriedades e os principais representantes do capital financeiro em sua estrutura acionária, com país de origem do investidor.

Quadro 1: Empresas agrícolas e capital financeiro, fronteira agrícola brasileira, 2015

| Capital financeiro | País de origem | Empresa agrícola | Área de grãos (mil ha) | Localização das fazendas (UF) |
|---|--|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Vinci Partners Touradji Capital (Hedge) | Brasil EUA | Sollus Capital | 30 | MA/PI /TO/BA |
| Altima Partners The Capital Group Crestline Investors | Inglaterra EUA EUA | El Tejar | 110 | MT |
| Louis Dreyfus Commod. AIG Investiments | França EUA | Calyx Agro | 62 | MT/TO/MA |
| Brookfield Asset Management Inc. | Canadá | Brookfield Brasil | 243 | MA/MG/TO/MS/GO/M T |
| SLC Participações S.A. Credit Suisse Deutsche Bank Neuberger Berman LLC | Brasil Suíça Alemanha EUA | SLC Agrícola | 340 | MA/PI/BA/MSGO/MT |
| Gavea Investimentos Otaviano Pivetta BTG Pactual Salo Davi Seibel Bonsucex Holding Silvio Tini de Araújo EWZ investiments LLC (Socopa) | Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil Brasil | Vanguarda Agro S.A. | 250 | MT/PI/BA |
| Cresud | Argentina | BrasilAgro | 177 | |

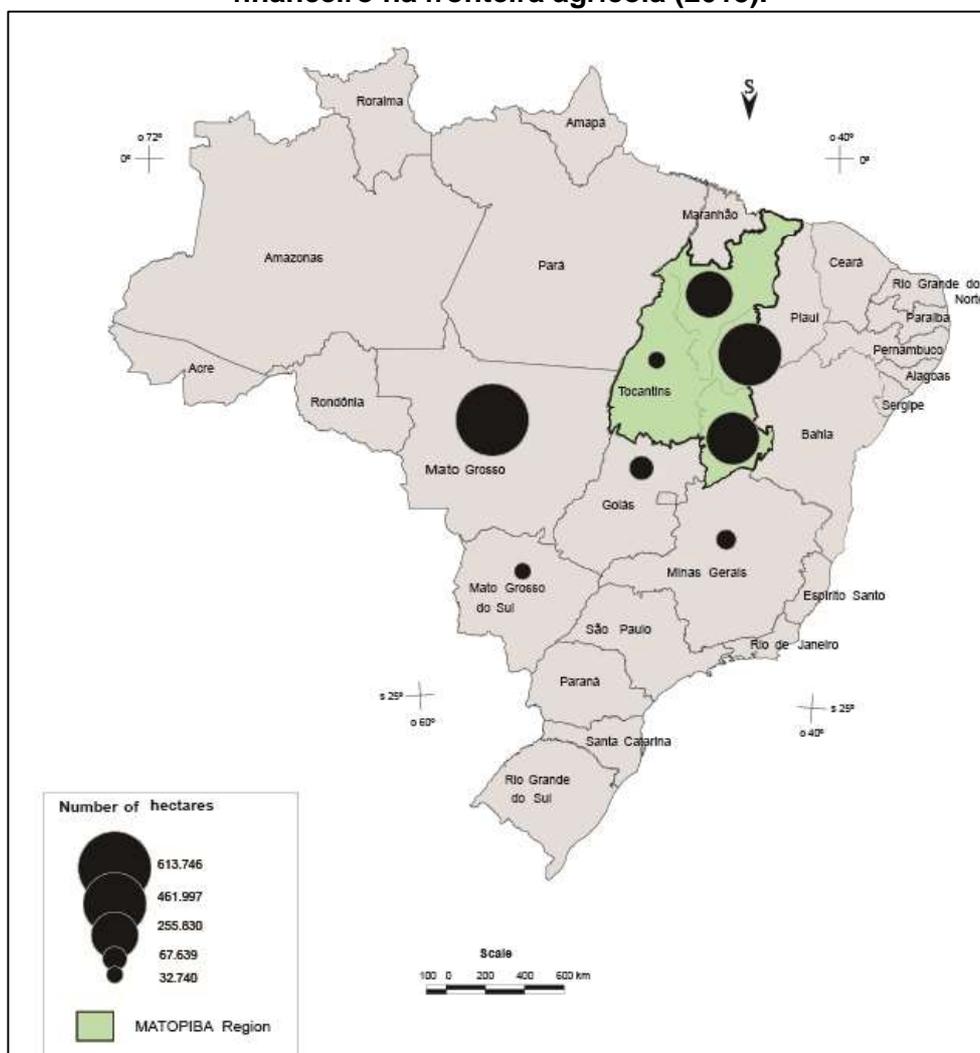
| | | | | |
|---|---|--------------------------------|-----|--------------------------|
| JP Morgan Whitefrias Inc. Cape Town LLc. CSHG Asset Management S.A. | EUA EUA Suíça | | | MA/MG/TO/MS/PI/GO /MT |
| BRZ Investimentos RIT Capital Partners (Lord Rothschild) | Brasil Inglaterra | Agrifirma (Genagro) | 94 | BA |
| Harvard Asset Management (família lochpe) | Brasil | Insolo Agroindustria I | 100 | MA/PI |
| Vision Brazil Investments Irmãos Francioni Grupo Golin Fundos internacionais de private equity | Brasil Brasil Brasil EUA/UE | Tiba Agro | 348 | BA/PI/GO/MT |
| SLC Agrícola Mitsui | Brasil Japão | SLC-MIT | 45 | BA/MA/MT |
| Mitsui | Japão | Agricola Xingu | 120 | MG/BA |
| TIAA-CREF Cosan | EUA Brasil | Radar | 130 | MA/TO/PI/GO/MT/BA |
| Mitsubishi Paulo Fachin | Japão Brasil | Ceagro Agrícola (Agrex) | 94 | MA/TO/PI/GO/MG/BA |
| Soros Fund Management LLC Qatar Investment Authority Stitching Pensionfonds Ospraie Management LLC Management & Directors Jennison Associates LLC Brandes Investment Partners | EUA Qatar Holanda EUA EUA EUA EUA | Adecoagro | 20 | BA/TO |
| Ridgefield Capital | EUA | Agriinvest | 94 | MA/MT |
| Harvest Capital | EUA | Faz. Dois Rios | 7,5 | TO |
| Empresários holandeses | Holanda | Kobra Agrícola | 15 | BA |
| Grupo Iowa | EUA | Iowa Brasil | 10 | BA |
| Agribusiness Investments | Brasil | AgriBusiness | 8 | MT |
| Coteminas/Josué Gomes GFN Agrícola Agrícola Estreito Valor Grains LLC Sojitz Group | Brasil Brasil Brasil EUA Japão | Cantagalo General Grains | 151 | MG/PI/GO/MT |

Fonte: Frederico (2016), baseado em informações disponíveis no website das empresas mencionadas, na BM&FBovespa, nas juntas Comerciais Estaduais e na Comissão de Valores Imobiliários.

Consideramos apenas as empresas vinculadas à produção de grãos (principalmente, soja, milho e algodão) e/ou à especulação com terras, em área de fronteira agrícola moderna, e que também possuem participação acionária do capital financeiro. Aproximadamente 1/3

das terras controladas pelo grupo selecionado de empresas localizam-se no estado do Mato Grosso, seguido pelo Piauí, com 24% do total, Bahia, com 20%, Maranhão, com 13%, entre outras participações menores. Todos os estados possuem grandes áreas de domínio dos Cerrados com estoques de terras passíveis de serem incorporados à produção agrícola moderna de grãos. Apesar de individualmente o estado do Mato Grosso possuir o maior percentual de terras controladas pelo capital financeiro, o grande destaque é a forte atuação desses grupos no MATOPIBA. Ao somarmos os dados, percebemos que cerca de 60% da área controlada pelo capital financeiro localiza-se nessa região, que equivale a uma área de aproximadamente 1,5 milhão de hectares, como ilustra o mapa 02.

Mapa 02: Quantidade de terra em hectares por estado controlada pelo capital financeiro na fronteira agrícola (2015).



Fonte: FREDERICO (2016); Elaboração: PEREIRA (2017).

Além da identificação dos principais acionistas é importante identificar os principais controladores, isto é, aqueles que de fato conseguem valer seus interesses nas formas de

organização e atuação das empresas agrícolas. É preciso identificar o acionista que possui mais de 50% de participação relativa na constituição acionária da empresa. A participação relativa é obtida pela razão entre o quadrado da participação acionária de um determinado acionista e a soma do quadrado de todas as participações acionárias. Ela permite medir de maneira satisfatória a capacidade efetiva de um determinado acionista em interferir nas decisões das empresas, pois fortalece o seu poder com relação aos acionistas minoritários². Essa metodologia foi utilizada com sucesso pelo Instituto Mais Democracia, no projeto “Quem são os Proprietários do Brasil?”, com o intuito de desvendar os principais controladores das 300 maiores empresas brasileiras.

No Quadro 01, os principais controladores das empresas estão destacados em negrito. Apenas as empresas de capital aberto Adecoagro (Bolsa de Nova York) e Vanguarda Agro (BM&F/Bovespa – São Paulo) possuem mais de um controlador, isto é, nenhum acionista possui sozinho mais de 50% de participação relativa. Todas as demais empresas possuem apenas um controlador. Na sua maioria, os controladores das empresas listadas anteriormente são compostos por empresas gestoras de fundos financeiros (*private equity*, fundos mútuos e fundos de pensão) e demais corporações como, a empresa têxtil Coteminas, a *trading* Louis Dreyfus e a imobiliária argentina Cresud. Com relação à origem das empresas controladoras e demais acionistas sobressaem quatro grupos: a) os fundos e empresas brasileiras, com destaque para as empresas de investimentos financeiros como a Vision Brasil Investimentos (Tiba Agro), a BRZ Investimentos (Agrifirma) e a Vinci Partners (Sollus Capital), além de grupos de origem familiar como a SLC Agrícola, Vanguarda, Cosan e Insolo; b) os conglomerados japoneses de capital aberto, como a Mitsui (Xingu Agrícola), a Mitsubishi (Ceagro) e a Sojitz (Cantagalo); c) os fundos, bancos e empresas de países da América do Norte e Europa, como Altima Partners, Brookfiels Asset Management, TIAA-CREF, Louis Dreyfus, Credit Suisse, Deutsche Bank, entre outros; d) e as empresas de origem argentina, que apesar de muitas delas não serem mais de capital argentino, tiveram importante participação na introdução desse modelo de negócio agrícola no território brasileiro e facilitaram a entrada do capital financeiro na agricultura como, a El Tejar, Cresud, Los Grobo e Adecoagro.

Em muitos casos é conveniente que o controle da empresa permaneça em mãos brasileiras, como forma de driblar as restrições impostas desde 2010 pelo parecer nº 01 que restringe a compra de terras por estrangeiros. Uma situação ilustrativa é a empresa SLC Agrícola, em que a família brasileira fundadora detém 51% das ações, mesmo após a sua abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo. Outros exemplos são as *joint-ventures* SLC-MIT e Radar. No primeiro caso, trata-se de uma parceria entre a própria SLC Agrícola e

² <http://proprietariosdobrasil.org.br/#>.

a japonesa Mitsui, e no segundo da associação entre o fundo de pensão estadunidense TIAA-CREF e a empresa do ramo sucroenergético brasileira Cosan. O interesse de que a participação majoritária nas empresas esteja em mãos brasileiras tem um impacto importante na estratégia de se tentar entender as estruturas de poder detrás da dinâmica empresarial na produção agrícola e no mercado de terras. Como se trata de uma participação minoritária por conveniência, pelas restrições impostas pela normativa acima referida, torna-se um pouco mais subjetivo a identificação de quem realmente é a empresa controladora da *joint-venture*. Por isso, nesses casos, ambas as empresas devem ser consideradas como controladoras, apesar da participação relativa majoritária da empresa brasileira.

Dentre os controladores destacam-se empresas gestoras de fundos financeiros nacionais e estrangeiros (Vision Brazil, Brookfield, TIAA-CREF, Altima Partners, Harvard Asset Company, Ridgefield Capital, BRZ Investimentos, Gávea Investimentos, Vinci Partners, EWZ Investimentos, Agribusiness Investments, Harvest Capital, Soros Management Fund, Fundo Soberano do Qatar), aplicadores individuais e familiares (SLC Participações/Família Logemann, Família Iochpe, Hélio Seibel, Otaviano Pivetta, Família Seibel e Sílvio T. de Araújo) e corporações dos mais diversos ramos econômicos (Cresud, Coteminas, Cosan, Mitsui, Mitsubishi, Louis Dreyfus Commodities, Grupo Kobra, Bonsucex Holding e Grupo Iowa). Muitas vezes, os controladores listados no Quadro 1 ainda não representam o controlador último da empresa, pois são também controlados por outros agentes como os acionistas das empresas e os cotistas dos fundos mencionados.

É difícil descobrir o controlador último das empresas e os principais cotistas dos fundos financeiros, mais difícil ainda é precisar a nacionalidade do capital, com o intuito de fazer valer o supracitado parecer da AGU de 2010. Na maioria das situações, trata-se de articulações entre diferentes tipos de capitais nacionais e estrangeiros. Tanto as empresas como os fundos possuem uma variedade de formas de articulação com o capital nacional e estrangeiro. Além da formação de *joint-ventures*³, como os casos da SLC-MIT (SLC Agrícola e Mitsui) e da Radar (TIAA-CREF e Cosan), algumas empresas ainda contam com a participação minoritária de empresas brasileiras, como a Agrex, controlada pela japonesa Mitsubishi, em que o sócio-fundador Paulo Fachin possui 20% de participação acionária e ocupa o cargo de CEO da empresa. No entanto, os fundos representam situações ainda mais difíceis para se precisar a origem do capital. No caso dos fundos brasileiros, apesar de terem sido criados por empresários nacionais e de estarem registrados como empresas brasileiras, têm entre seus cotistas diversos investidores institucionais e indivíduos de alta renda

³ *Joint-venture* caracteriza-se pela associação de empresas para a exploração de determinado negócio, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Difere da sociedade comercial (*partnership*) porque se relaciona a um único projeto cuja associação é dissolvida automaticamente após o seu término.

estrangeiros, como a empresa Vision Brazil Investments, especializada em atrair investidores dos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio.

Tecnologias da informação e acumulação pela terra

Após identificar os controladores das empresas, é importante analisar as suas principais estratégias de acumulação, vinculadas à captura da renda da terra. Conjuntamente com os processos de financeirização da economia mundial, as possibilidades oferecidas pelas técnicas da informação (SANTOS, 1996) constituem um dos principais pontos distintivos do atual *land grabbing*. Os sistemas informacionais permitem a atuação em múltiplas escalas do grande capital interessado em investir em terras/agricultura: desde a escala do mundo, ao facilitar o fluxo financeiro internacional - indispensável às aquisições e fusões, à criação de *joint-ventures*, à compra de ações, à capitalização de empresas e ao repatriamento de lucros e dividendos -, o mapeamento mais preciso do estoque de terras agricultáveis e o controle remoto da produção; até a escala dos lugares, ao viabilizar formas mais eficazes de apropriação da renda da terra, por meio da escolha dos melhores terrenos e da introdução de sistemas técnicos agrícolas informacionais. Com isso, após identificar os controladores das empresas, é importante analisar como as técnicas da informação auxiliam as grandes empresas agrícolas na captura de diferentes formas de renda atreladas, particularmente, à apropriação de terras e à produção agrícola moderna.

Como define Paulani (2012), baseada em Marx (1986), a renda refere-se ao rendimento derivado da propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de ser proprietário, seja o dono da terra, ao auferir a renda fundiária, seja o dono do capital, ao se apropriar do juro. A autora elenca também, as diferentes categorias de rendimento e suas formas contemporâneas de apropriação. Basicamente, sem entrar na discussão mais detalhada sobre as suas formas de realização e apropriação, os tipos de rendimentos podem ser agrupados naqueles derivados diretamente do processo produtivo, como o salário, lucro e sobrelucro, e nos provenientes do direito à propriedade, tais como o juro, dividendos e as categorias de renda (absoluta, monopólio e diferenciais – naturais, locacionais e produzidas). No atual *land grabbing*, pode-se afirmar que as técnicas da informação auxiliam a acumulação capitalista ao ampliar as formas de apropriação dos diferentes tipos de rendimentos devidos ao capital.

No primeiro caso, relativo aos rendimentos derivados do processo direto de produção, ressaltam-se as situações recorrentes de ampliação do sobrelucro obtido pelas empresas agrícolas ao introduzir inovações no processo produtivo. As novas técnicas gerenciais e produtivas (mecânicas, químicas e biológicas) permitem reduzir o tempo de trabalho individual de sua mercadoria frente ao tempo de trabalho socialmente determinado, auferindo assim um lucro extra (PAULANI, 2012). Todavia, os casos mais interessantes

referem-se à contribuição das técnicas da informação à apropriação das rendas derivadas do monopólio da propriedade da terra. Como afirma Paulani (2012), diferentemente do salário, do lucro e do sobrelucro, a renda fundiária não está vinculada ao processo direto de produção, ela deriva da propriedade privada da terra.

As rendas fundiárias, como descritas por Marx (1986), e posteriormente classificadas e analisadas com maior detalhe por Harvey (2006) e Paulani (2012), podem ser divididas em renda absoluta, renda de monopólio e rendas diferenciais. Estas últimas, por sua vez, podem ser subdivididas em renda diferencial natural, renda diferencial produzida e renda diferencial por localização. Importante ressaltar, que estas classificações são meramente analíticas, na prática, isto é, nas estratégias e na contabilidade das empresas e proprietários de terra, é muito difícil separá-las como tal. Como afirma Harvey (2006), ao discutir como as rendas diferencial natural (Renda Diferencial 1) e produzida da terra (Renda Diferencial 2) estão inter-relacionadas e servem simultaneamente como limite uma à outra, “(...) torna-se impossível para o proprietário da terra e para o capitalista separar as duas formas de renda, distinguir o que é devido ao fluxo de capital e o que é devido aos efeitos permanentes das diferenças naturais de fertilidade”. E acrescenta que “no final, o proprietário da terra apropria-se da renda diferencial sem conhecer sua origem”. Como afirma Fairbairn (2014), ao criticar a visão da terra como ativo financeiro “puro”, é difícil falar de um interesse meramente especulativo da terra, devido à difícil separação entre as fontes “produtivas” e “especulativas”.

Renda diferencial natural

A renda natural (Renda Diferencial 1), segundo Marx (1986), deriva do monopólio que determinado capitalista usufrui sobre um certo trecho do globo terrestre que possui um diferencial de fertilidade. Nesse caso, o detentor das faixas de terra de maior fertilidade natural consegue se apropriar não apenas do lucro normal, mas também de um adicional derivado da diferença de produtividade com relação às terras menos férteis⁴.

Aparentemente, este tipo de renda não possui nenhuma relação com a disponibilidade técnica, visto que deriva do controle por determinado capitalista de faixas naturalmente mais férteis, e, portanto, mais produtivas e lucrativas. Porém, a questão que se coloca, é como um gestor de um fundo de pensão ou de uma empresa de *private equity* localizada nos Estados Unidos ou Inglaterra faz para encontrar as terras de melhor fertilidade espalhadas pelo globo terrestre? Para isso, além da relação com produtores, empresas e corretores localizados nos países e regiões alvos dos investimentos, se torna indispensável o

⁴ Na fronteira agrícola brasileira existe uma relação direta entre a produtividade e as condições edafoclimáticas. Quanto maior a disponibilidade pluviométrica de determinada região, maior é a sua capacidade produtiva (colheita de duas safras ano, utilização de cultivares mais produtivos, aproveitamento de áreas maiores mesmo com baixo teor de argila).

uso das técnicas da informação, como as imagens de satélite e o cruzamento de bancos de dados sobre a qualidade dos solos e os históricos de pluviosidade.

Atualmente, quase todas as grandes empresas brasileiras com atuação no mercado de terras e na produção agrícola moderna possuem uma equipe especializada no mapeamento de terras passíveis de serem incorporadas ao seu portfólio de investimentos. Algumas delas chegaram, inclusive, a criar subsidiárias especializadas na identificação, avaliação e negociação de terras, como a Land CO, controlada pela SLC Agrícola, e a *joint-venture*, de nome bastante sugestivo, Radar Agrícola. Algumas empresas, alegam possuir um banco de dados com informações georreferenciadas de centenas de milhares de hectares de terras espalhadas por todo o território brasileiro e exterior⁵.

Apesar de cada empresa possuir a sua própria metodologia de identificação e avaliação de fazendas, existem algumas condições gerais levadas em consideração por todas elas. Para o caso da produção de grãos em áreas de fronteira agrícola moderna no território brasileiro, os principais critérios utilizados para a aquisição de novas terras é a disponibilidade e regularidade pluviométrica (quantidade de chuvas), a qualidade dos solos, especialmente, quanto ao teor de argila, a disponibilidade logística, sobretudo, o tempo de deslocamento das safras até os portos exportadores, e os impedimentos legais de aquisição e abertura das terras, referentes, principalmente, aos problemas de titularidade da propriedade e às restrições ambientais.

De maneira geral⁶, a primeira etapa de avaliação de uma potencial compra ou arrendamento de propriedade agrícola envolve a utilização de imagens de satélite e dados históricos do clima de determinada região. Essa parte da análise tem como foco o mapeamento da propriedade, a determinação de sua topografia (essencial para determinar o seu potencial de mecanização⁷) e o percentual do terreno que pode ser utilizado para produção agrícola, com estimativas dos riscos de estiagem e incidência de pragas, bem como a qualidade e produtividade do solo. Além disso, é feito um levantamento histórico de imagens de satélite da propriedade, relacionando-as aos registros climáticos e aos dados de solo, com o objetivo de avaliar o seu desempenho durante períodos de adversidades, incluindo intempéries climáticas, tais como seca ou chuva excessiva.

Após a avaliação inicial das imagens, o segundo passo envolve um maior detalhamento da propriedade agrícola por meio de visitas às fazendas. A inspeção da

⁵ A empresa Brasilagro (2015), por exemplo, alegava ter realizado até 2015, o levantamento primário de informações de cerca de 30 milhões de hectares no Brasil, Colômbia e Paraguai. Destes, foram visitados cerca de seis milhões de hectares e feita uma “diligência prévia” (investigação de oportunidade de negócio para avaliar os riscos da transação) em aproximadamente 2,5 milhões de hectares.

⁶ A metodologia de identificação e avaliação de fazendas aqui mencionada é um resumo das informações obtidas em visitas técnicas às empresas Adecoagro, Vanguarda e El Tejar, e à leitura do prospecto de investimentos das empresas El Tejar, SLC Agrícola e Radar Agrícola.

⁷ Terrenos com declividade superior a 12% são considerados inadequados para mecanização.

propriedade geralmente inclui a coleta e análise química e física de amostras de solo dos diversos talhões da propriedade e a avaliação das condições atuais de produtividade da safra (caso seja uma fazenda em atividade). Em seguida, os dados são georreferenciados e cruzados com os dados gerais anteriormente obtidos pelas imagens de satélite, o que permite, através de simulação por computador, estimar os custos de produção e os dispêndios de capital necessários em toda a propriedade. Tais despesas incluem a necessidade inicial de investimentos em infraestruturas, reparos, drenagem e correção de solos com o intuito de sua adequação para o uso de técnicas modernas de produção, como o plantio direto e a dupla safra.

Paralelamente aos dados meramente técnicos, são analisados também diversos aspectos legais e organizacionais da propriedade, como as instalações existentes, a extensão e condição da infraestrutura local e regional, a distância-tempo em relação ao mercado consumidor, os tributos incidentes, as despesas administrativas projetadas e, sobretudo, os problemas referentes à documentação de titularidade da terra. Dessa forma, a cognoscibilidade do planeta (SANTOS, 2000, p.31), isto é, “a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente”, oferecida pelas técnicas da informação, permitem requalificar o espaço, ao identificar os territórios mais rentáveis ao uso corporativo.

Renda diferencial produzida

Após auxiliar na escolha das melhores terras, ou seja, facilitar a apropriação da renda diferencial natural, as técnicas da informação também são imprescindíveis para a obtenção da renda diferencial produzida da terra (Renda Diferencial 2). Como ressalta Paulani (2012), essa renda não é proveniente dos acasos da natureza, mas, teoricamente, da aplicação de diferentes montantes de capital em faixas de terra de igual fertilidade. Naquelas terras com maior investimento de capital, o preço individual de produção fica abaixo do preço regulador de mercado, permitindo a produção de um valor excedente adicional.

Conscientes de que os produtos cultivados, por se caracterizarem como *commodities* agrícolas, dificilmente obtêm uma precificação diferenciada, com seu preço determinado pelo mercado internacional e dependente de fatores que não conseguem controlar, as grandes empresas agrícolas buscam uma rentabilidade diferencial pelo aumento da eficiência da produção (aumento de produtividade e diminuição de custos unitários). Para demonstrar a elevação de sua eficiência produtiva para acionistas e potenciais investidores, as empresas agrícolas de capital aberto enfatizam em seus relatórios e apresentações públicas a evolução no tempo de alguns indicadores que demonstram a elevação da apropriação da renda produzida da terra, como: número de hectares por funcionário (produção, beneficiamento e

administrativo), despesas gerais e administrativas por hectare, uso de tratores (cv) por hectare, área de aplicação de agricultura de precisão e produtividade (kg/ha)⁸.

Nas fazendas de maior densidade em capital e informação (uso de sistemas técnicos informacionais), que quase sempre coincidem com aquelas que também possuem uma melhor fertilidade natural⁹, é possível a produção de um valor excedente adicional, isto é, de uma renda diferencial produzida. Esta última pode ser demonstrada, por exemplo, pelas diferenças de produtividade (kg/ha), que resultam conseqüentemente na obtenção de um preço individual de produção inferior ao preço regulador de mercado.

A comparação dos índices de produtividade de soja da empresa SLC Agrícola (considerada uma das mais eficientes em termos de produtividade e redução dos custos unitários de produção) com as médias dos principais regiões e países produtores demonstra de forma concreta os diferenciais produtivos decorrentes dos investimentos em sistemas técnicos agrícolas. Na média de cinco safras (2010/11 a 2014/15), a empresa obteve uma produtividade de 3.006 kg/ha, superior à média dos produtores brasileiros (2.922), dos EUA (2.919), da Argentina (2.673) e de sua principal região de atuação, o Oeste da Bahia (2.819).

Adicionalmente ao diferencial produtivo, a aplicação intensiva de capital no uso de novas técnicas da informação promove também uma maior precificação da terra. Ao aumentar artificialmente a qualidade e a produtividade da terra, as inversões de capital elevam também seu preço de mercado. Aliás, essa é a principal estratégia utilizada pelas empresas dedicadas, particularmente, ao mercado de terras. De maneira geral, segundo informações obtidas em relatórios de empresas como Adecoagro, BrasilAgro, SLC Agrícola e Tiba Agro, o que denominam de “tese de investimentos no desenvolvimento de terras” implica na aquisição, transformação e venda de terras com grande potencial de precificação num prazo médio de cinco anos. Para isso, procuram adquirir terras a preços relativamente baixos, geralmente, localizadas em áreas de expansão da fronteira agrícola, com condições edafoclimáticas e pedológicas adequadas para a produção de sequeiro e se possível o desenvolvimento de duas safras por Ano Agrícola.

O ciclo de precificação das terras adotado pelas empresas possui basicamente cinco etapas: aquisição, licenciamento, abertura, transformação e venda. A primeira etapa consiste na prospecção da área e na sua negociação junto a corretores e latifundiários locais. Após esta primeira etapa, com duração média de três meses, é solicitado o licenciamento ambiental, com indicação da reserva legal e obtenção de autorização para desmatamento das

⁸ A empresa SLC Agrícola, por exemplo, em um período de cinco anos (2011/12 a 2015/16), alega ter ampliado a área cultivada com agricultura de precisão de 97 para 235 mil ha e o número de hectares cultivados por funcionário de 128 para 163, além de reduzir as despesas gerais e administrativas de R\$ 172 para R\$ 107 por hectare, e a potência média dos tratores empregada de 0,33 para 0,24/ha (SLC Agrícola, 2016).

⁹ Evidentemente, os capitalistas são atraídos a realizar maiores inversões nas propriedades agrícolas que lhes oferecem naturalmente uma maior rentabilidade, como aquelas de maior disponibilidade hídrica que permitem duas safras por ano sem uso de irrigação.

áreas restantes, além da preparação, apresentação e aprovação pelos dirigentes da empresa de seu plano de manejo (média de um ano). Em seguida, é feita a abertura da área, com limpeza (catação de raízes) e nivelamento do terreno, para em seguida, na quarta etapa, se iniciar a transformação da terra, com a aragem, correção e adubação do solo e construção de infraestruturas. Por fim, é necessário encontrar um comprador para a fazenda, o que muitas vezes pode não ser tão fácil como inicialmente esperado¹⁰.

Segundo informações disponibilizadas pela SLC Agrícola (2014), após a realização completa do ciclo (cinco anos), uma área de cerrado bruto adquirida inicialmente pelo preço médio de US\$ 2 mil/ha pode ser vendida em média entre a US\$ 6,5 mil/ha. Durante o processo intermediário de transformação da terra bruta em terra altamente produtiva, com duração média de três anos, a empresa precisa investir em média US\$ 1,7 mil/ha. Ao comparar o preço de mercado de suas fazendas (já desenvolvidas) com os preços praticados para a aquisição de terra bruta ou de pastagem nas mesmas regiões, a empresa SLC Agrícola demonstra o grande potencial de apreciação das terras em áreas de fronteira agrícola moderna. No Oeste da Bahia, enquanto a fazenda do Grupo denominada Panorama possuía um preço de mercado de US\$ 6,6 mil/ha, em 2014, uma terra bruta era negociada por R\$ 1,6 mil/ha; em Goiás a Fazenda Pamplona possuía um preço de mercado de US\$ 6,9 mil/ha, enquanto uma terra bruta na mesma região era negociada por US\$ 2,7 mil/ha.

Os resultados de compra, transformação e venda de fazendas entre 2007 e 2012, apresentados pela empresa de *private equity* Vision Brazil, controladora da empresa agrícola TibaAgro, ilustram de forma mais concreta as estratégias de apropriação da renda produzida da terra, por meio da compra, transformação e venda de fazendas. Segundo a empresa, naquele período foram vendidas quatro fazendas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Piauí e Bahia. No total, foram negociados pouco mais de 100 mil hectares de terras, com montante investido entre 2007 e 2012 (compra e transformação das terras) de R\$ 390,1 milhões¹¹ e um montante resgatado (com a venda das propriedades) de R\$ 602,6 milhões. Enquanto a negociação da fazenda localizada no estado de Goiás, dedicada principalmente à criação de gado, numa área de fronteira agrícola consolidada, resultou em uma Taxa Interna de Retorno (TIR)¹² de 4,8%, entre 2007 e 2012, as fazendas localizadas em áreas de expansão da fronteira nos estados do Mato Grosso, Piauí e Bahia ofereceram taxas de retorno

¹⁰ Segundo reportagem do Jornal Valor Econômico de 28 de janeiro de 2014, no ano de 2013, os negócios com terra no Brasil perderam vigor, devido a diferentes fatores como: as restrições à compra de grandes extensões de terras por estrangeiros, os elevados preços praticados para a venda de fazendas e o desaquecimento da economia mundial. Do lado dos vendedores, a reportagem enfatiza como a impossibilidade do capital internacional em adquirir fazendas diminuiu o número de compradores potenciais. E do lado dos compradores, a alegação dos representantes da empresa Land CO (pertencente à SLC Agrícola e ao fundo inglês Valiance), de que apesar de capitalizados não estariam interessados em adquirir terras em patamares de preços tão elevados.

¹¹ Valor corrigido pelo IGP-M (FGV).

¹² A Taxa Interna de Retorno (TIR), em inglês IRR (Internal Rate of Return), significa a taxa de retorno de um projeto. É a taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente) com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa gerados em cada período.

significativamente maiores de, respectivamente, 40,2%, 38,5% e 29,7%. A comparação entre as taxas de retornos das negociações demonstra como as propriedades localizadas nas áreas de expansão da fronteira, dedicadas à produção de grãos, permitem uma maior apropriação da renda produzida da terra, o que justifica o interesse dos investidores por essas áreas e culturas. O negócio mais lucrativo para a empresa foi a negociação da propriedade de pouco mais de 30 mil hectares no estado do Mato Grosso, adquirida pelo preço de R\$ 700,00/ha e vendida cinco anos depois por R\$ 5,1 mil/ha (VISION BRAZIL, 2013).

Renda absoluta da terra

As estratégias de apropriação e transformação das terras pelas grandes empresas agrícolas também ilustram a existência de outro tipo de renda fundiária, denominada por Marx (1986) de renda absoluta da terra. Nos seus próprios termos, a “mera propriedade jurídica do solo não gera nenhuma renda fundiária para o proprietário. Entretanto, lhe dá o poder de subtrair suas terras à exploração até que as condições econômicas permitam uma valorização que lhe proporcione um excedente” (p. 225). Ao adquirir grandes extensões de terras com vegetação nativa, a conversão da propriedade ocorre gradualmente das áreas de maior fertilidade natural para aquelas que exigem maior dispêndio de capital para sua adequação às exigências da agricultura moderna.

O estoque de terras não transformado, denominado pelos investidores de banco de terras, apesar de não proporcionar uma renda ao seu proprietário, como ressalta Marx (1986), é utilizado pelas empresas de diferentes formas, tanto nas estratégias de marketing, para demonstrar o seu potencial de crescimento e conseqüentemente atrair novos investidores, quanto na obtenção de crédito para custeio e investimento¹³, sem desconsiderar a sua função como reserva de valor e potencial de precificação futura.

Todas as empresas pesquisadas interessadas na captura da renda produzida da terra pela sua conversão e negociação possuem o seu próprio Banco de Terras¹⁴. Em 2014, a SLC Agrícola alegava possuir 31 mil hectares de reserva, a CalixAgro, pertencente à trading Louis Dreyfus e à seguradora AIG, possuía, em 2012, cerca de 20 mil hectares, e a Brookfield possuía, na safra 2014/15, cerca de 150 mil ha, pouco mais da metade do montante total de 240 mil ha controlado pela empresa¹⁵. Os dados fornecidos pela BrasilAgro permite visualizar

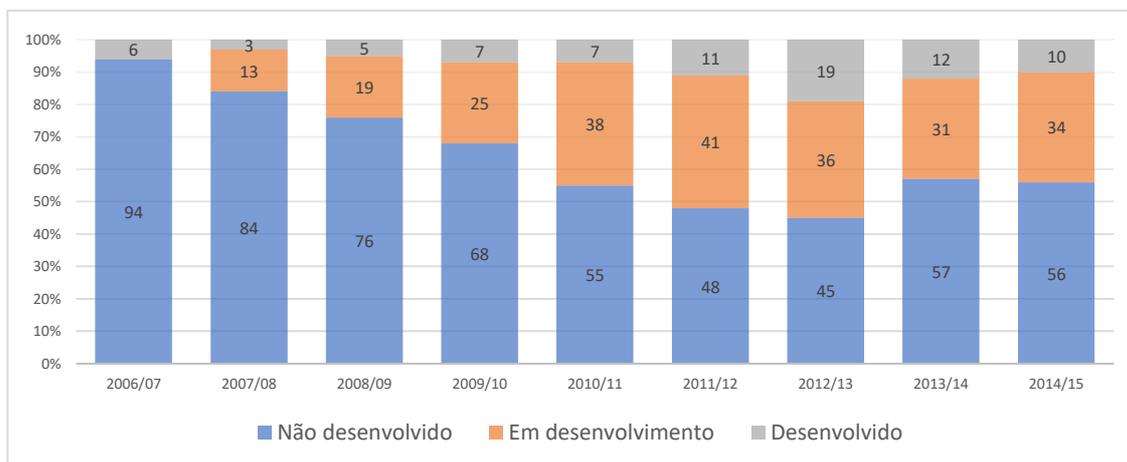
¹³ Geralmente, as terras são dadas como garantia para a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

¹⁴ Em 2014, a SLC Agrícola alegava possuir 31 mil hectares em banco de terras, enquanto a CalixAgro, pertencente à trading Louis Dreyfus e à seguradora AIG, possuía, em 2012, cerca de 20 mil hectares de terras ainda não convertidas.

¹⁵ Como ressalta o seu Relatório Anual 2014, uma das suas principais estratégias é a conversão de terras de pastagens e de vegetação nativa em agricultura de grãos e cana-de-açúcar, com o intuito de aumentar a geração de receita por hectare de área produtiva. Ao longo do ano de 2014, a empresa converteu 13 mil hectares para a produção de grãos (BROOKFIELD, 2014).

a importância da existência de áreas de reserva para transformação futura (banco de terras) para o negócio da empresa. O gráfico a seguir mostra o total de terras controlados pela BrasilAgro entre 2006 e 2015, e o percentual de terras transformado, em desenvolvimento e não desenvolvidas.

Gráfico 01: Percentual de terras transformadas, BrasilAgro (2006-2015).



Fonte: BrasilAgro (2016).

Como parte de seu negócio, a contínua transformação das terras exige a existência de áreas de reserva para apreciação futura. Inicialmente, em 2006, 94% dos 56 mil hectares de terras agricultáveis da empresa BrasilAgro não eram desenvolvidos. Com o seu primeiro ciclo de transformação e venda de terras, o percentual de terras não transformadas foi sendo reduzido, mesmo com a aquisição de novas áreas, até chegar ao mínimo de 45% do total em 2012, com cerca de 50 mil hectares em termos absolutos. Em seguida, em 2013, com a aquisição de mais 141 mil hectares, o banco de terras novamente aumentou em termos percentuais (57%) e absolutos (98 mil ha), propiciando à empresa dar continuidade ao processo de transformação e venda de terras. Os dados ilustram a importância em recompor constantemente o Banco de Terras da empresa, que raramente reduzem a menos de 50% do total, como forma de dar continuidade ao ciclo recorrente de captura da renda produzida da terra.

Impactos e conflitualidades territoriais

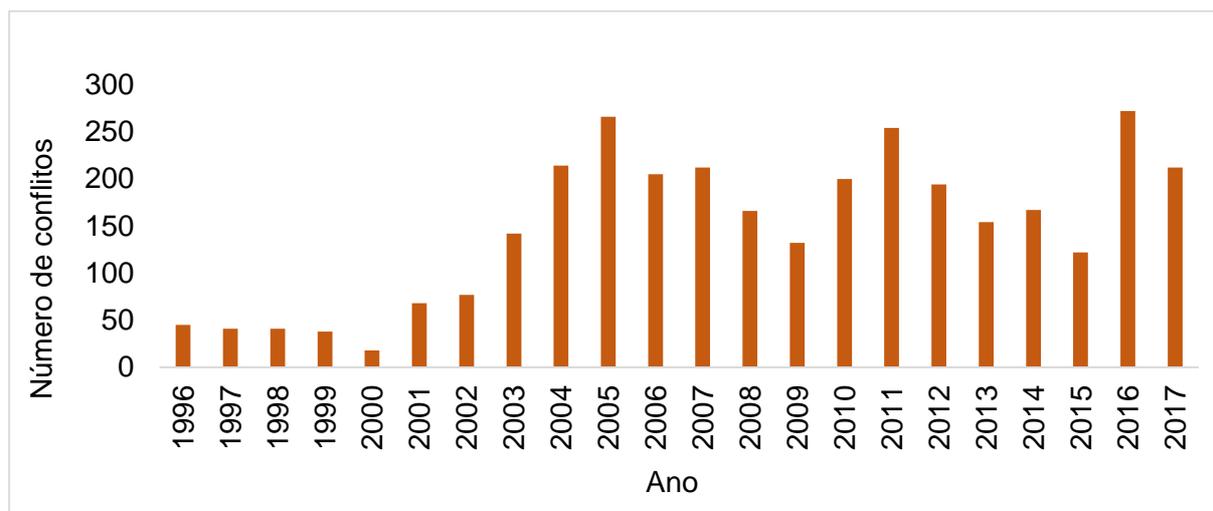
O *land grabbing* mudou a questão agrária, mantendo e modificando as formas de concentração da terra. O latifúndio, sinônimo de improdutividade, tornou-se produtivo com a compra ou arrendamento pelas corporações de capital nacional e estrangeiro. Formam conjuntos de empresas do agronegócio que produzem *commodities flexíveis* com uso intensivo de tecnologias e simultaneamente produzem conflitos territoriais pela posse da terra,

da água, do trabalho e da produção. Estes conflitos compõem a conflitualidade (FERNANDES, 2008) que revela a luta de classes nas disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento. A territorialização do *land grabbing* no MATOPIBA ameaça as comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Estas populações possuem seus próprios modelos de desenvolvimento, praticados em seus territórios por meio da agroecologia e agrofloresta. A conflitualidade expressa a complexidade das relações sociais produzindo territórios e modelos heterogêneos de desenvolvimento, explicita a construção política das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução territorial, com a polarização regra/conflito em oposição à ordem e ao consenso.

A conflitualidade é conceito essencial para compreender as disputas territoriais por modelos de desenvolvimento e políticas agrárias distintas. A superação da conflitualidade não acontece pelo consenso, porque os modelos são antagônicos e qualquer acordo possível significa mudar ambos. O *land grabbing* resulta em impactos geradores de conflitualidades diretas e indiretas nas múltiplas dimensões da conflitualidade. A territorialização do *land grabbing* produz novas territorialidades e desterritorializa comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. O conflito direto entre essas comunidades e as corporações é resultado indireto das políticas de Estado que atua como agente legitimador das práticas de corporações nacionais, transnacionais e fundos de investimento, através de acordos de cooperação e intensas políticas de crédito rural ao agronegócio.

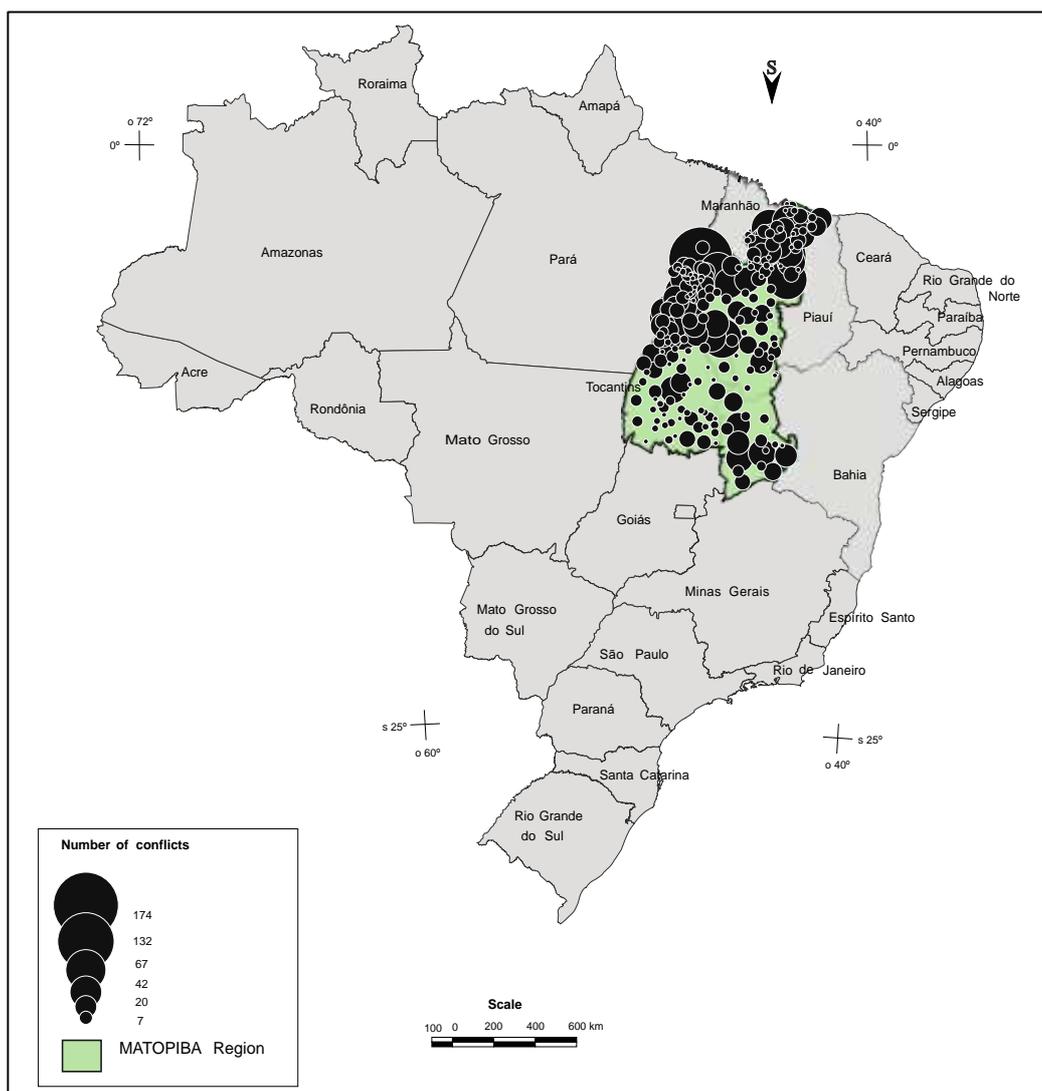
Os impactos do *land grabbing* são devastadores para os territórios das comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. A territorialização do agronegócio deixa um rastro de desmatamento, poluição das águas e mudanças climáticas, multiplicando os conflitos. A partir de análise de imagens de satélite foi avaliada que a evapotranspiração é em média 60% maior nas áreas com vegetação nativa, principalmente nos territórios camponeses e indígenas do que nas áreas de produção de commodities, nos territórios do agronegócio. A escala deste impacto resseca o cerrado, adiando a estação chuvosa (Fapesp, 2016). No gráfico 02 e no mapa 03, observa-se que 1996, foram registrados 45 conflitos nos municípios que viriam a compor o MATOPIBA, em 2017 foram 212 conflitos produzidos nos territórios da expansão da fronteira agrícola moderna. Em vinte anos, o número de conflitos por terra aumentou mais de cinco vezes.

Gráfico 02: MATOPIBA – Conflitos territoriais (1996-2017).



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2018); Elaboração: PEREIRA (2018).

Mapa 03: MATOPIBA – Conflitos territoriais (1996-2016).



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2018); Elaboração: PEREIRA (2018).

Observa-se no gráfico 2 que o aumento dos conflitos começou no ano de 2003, chegando ao seu ápice em 2016. O aumento dos conflitos está associado ao aumento da territorialização do agronegócio que por sua vez está associado com o aumento do crédito agrícola e pecuário. Em 2003 o plano agrícola e pecuário liberou 27 bilhões de reais e em 2016 foram 187.7 bilhões de reais (MAPA, 2016). O aumento dos conflitos territoriais é resultado direto dos impactos da territorialização dos processos de *land grabbing* e nos últimos dez anos têm apresentado tendência crescente. As lutas dos camponeses e indígenas não é mais contra os fazendeiros que invadem suas terras. Os conflitos territoriais da região MATOPIBA são produzidos por corporações que se utilizam de alta tecnologia para produzir em grande escala para exportação, com o apoio do Estado. O *land grabbing* configura-se como modelo hegemônico que se territorializa destruindo o cerrado e os povos que vivem do cerrado. É uma disputa desigual que tem produzido crises que alimentam o modelo hegemônico em um processo de intensificação da desterritorialização em permanente conflitualidade.

Conclusões

A criação da região MATOPIBA possibilitou ao *land grabbing* explorar ainda mais a terra e a renda fundiária. A territorialização do agronegócio intensificada com investimentos dos fundos financeiros internacionais, mudou a questão agrária, transformando a terra dos latifúndios em terras produtivas, aumentando a produção e produzindo conflitos territoriais. O Estado apoia este modelo hegemônico financiando a produção agropecuária, destinando 90% dos recursos para o agronegócio que controla 76% das terras agrícolas, mas que produz somente 68% do valor bruto da produção (FERNANDES et al, 2012). Este modelo está próximo de seu esgotamento pela própria contradição do modelo hegemônico. Sua fraqueza é revelada pela sua insustentabilidade, como por exemplo: o envenenamento cada vez mais intenso da terra, da água e da comida, a destruição crescente de espécies vegetais e animais, o transporte de sedimentos causado pela produção em grande escala, a apropriação da maior parte da água doce, a produção e aplicação de nitrogênio na agricultura em quantidade maior que a fixada naturalmente e as mudanças climáticas (RIBEIRO, 2011).

Camponeses, indígenas e quilombolas são uma frente de resistência a esta força avassaladora do *land grabbing*. A desigualdade da correlação de forças indica que esta será uma das lutas mais difíceis da história desses povos. Mesmo que a participação do campesinato na produção de alimentos como estratégia de desenvolvimento não faça parte das políticas de governo, este é um dos grandes desafios das populações tradicionais: desenvolver um modelo alternativo agroecológico junto com as instituições de pesquisa,

governos e diversas organizações da sociedade civil em escala mundial. A construção de modelos agroecológicos compreende o mundo como existência, onde preservar a natureza significa simplesmente existir. As experiências da agroecologia e da soberania alimentar têm reaproximado a comida da natureza e da comunidade (WITTMAN et al, 2010), subtraindo a centralidade de mercadoria. Estas experiências acontecem há décadas, não aceitam a dependência às grandes corporações, a persistência da fome e defendem a soberania das nações em garantir a produção de alimentos para seus povos. Uma política agrária com base na soberania alimentar e na agroecologia tratará da reforma agrária, porque são indissociáveis. Aumentar o número de agricultores em torno das cidades é condição fundamental para garantir o abastecimento a partir da diversidade agroecológica. Será preciso também investir na produção de tecnologias apropriadas, na formação escolar, técnica dos agricultores empobrecidos pelo agronegócio. A política agrária que precisamos tem que tratar de novos mercados institucionais, populares, domésticos, criando novos espaços de relações mercantis com base na solidariedade e sustentabilidade.

Referências

- AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 509-528, 2012.
- ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 489-515, 2015.
- AMANOR, Kojo Sebastian. Global resources grabs, agribusiness concentration and smallholder: two West African case studies. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 731-749, 2012.
- BERNARDES, Julia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. BERNARDES, J.A. & FREIRE FILHO, O.L. (Orgs.) **Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2006.
- BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras. Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. **ICAS Working Paper Series n. 001**, Transnational Institute, Land Deal Politics Initiative, 44 f., 2010.
- BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global Land Grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.
- BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions 'from below'. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1723-1747, 2013.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

BRASILAGRO, Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. Relatório de Demonstrações Financeiras – Brasilagro, 30 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.brasilagro.com/brasilagro2011/web/conteudo_pt.asp?tipo=36826&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=0&img=0&ano=2015>. Acesso em: jan/2016.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Brazilian Policies and Strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South Cooperation and the case of ProSAVANA and PAA**. Presidente Prudente, 2015, 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 263-283, 2012.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 09, p. 1.697-1.722, 2013.

FAIRBAIRN, M., 2014. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**. 41 (5), 777–795.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 02, 237-261, 2012.

FAPESP – **Revista Fapesp** número 242, abril de 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2010, p.76 - 83, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, A. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p.173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford; GONCALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil**. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford; GONCALVES, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **The Journal of Peasant Studies**. v.37, p.793 - 819, 2010.

FREDERICO, S. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**: Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. Relatório de Pesquisa. Pós-Doutorado. FAPESP, 2016, 216 f. (Circulação restrita).

FREDERICO, S. **O Novo Tempo do Cerrado**: Expansão dos Fronts Agrícolas e Controle do Sistema de Armazenamento de Grãos. São Paulo: AnnaBlume, 2010, 259 p.

HARVEY, D. **Limits to capital**. London; New York: Verso. 2006. 478p.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.

GALEANO, Luis. Paraguay and the expansion of Brazilian and Argentinian agribusiness frontiers. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 458-470, 2012.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

MACKEY, Lee. Legitimizing foreignization in Bolivia: Brazilian agriculture and the relations of conflict and consent in Santa Cruz, Bolivia. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016. Brasília: MAPA, 2015.

MARX, K. *O Capital*, Livro III – Tomo 1. São Paulo, Abril Cultural (**Coleção "Os Economistas"**). 1986.

MCKAY, Ben. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development**, v. 97, p. 199-211, 2017.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, n. 26, p. 281-295, 2009.

MCMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

MAMONOVA, Natalia. Resistance or adaptation? Ukrainain peasants' responses to large-scale land acquisitions. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 03-04, p. 607-634, 2015.

MIRANDA, Evaristo Eduardo. **Caracterização territorial estratégica do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2015. Available in:

https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf

MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 03-04, p. 517-539, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013.

PAULANI, L. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Paper*, Rio de Janeiro, ANPEC, 2012.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

PLOEG, Jan Bouwer van der; FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Saturnino. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminar analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

RIBEIRO, Catherine Gerikas. Antropoceno: a época da humanidade? **Ciência Hoje**, 2011, vol. 48, p. 39-43.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino ‘Jun’. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

WITTMAN, Hannah. DESMARAIS, Annette Aurélie. WIEBE, Nettie. **Sovereignty**: reconnecting food, nature and community. Fernwood: Winnipeg, 2010.

Sobre os autores

Bernardo Mançano Fernandes – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; Coordenador da Cátedra da UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6521-8949>

Samuel Frederico – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1586-0794>

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Como citar este artigo

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Bernardo Mançano Fernandes, Samuel Frederico e Lorena Izá Pereira** ficaram especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela confecção de mapas e gráficos.

Recebido para publicação em 14 de novembro de 2018.

Aceito para a publicação em 20 de dezembro de 2018.

Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro

Bruno Rezende Spadotto¹

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: spadotto.br@usp.br

Jaqueline Vigo Cogueto²

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.

e-mail: jaqueline_vigo@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma sistematização de algumas das informações coletadas em trabalho de campo na macrorregião denominada Matopiba, realizado entre os dias 13 e 23 de junho de 2018. A partir da expressiva quantidade de dados e perspectivas oriundas das visitas, nos delimitamos a identificar as informações relativas ao cotidiano das comunidades camponesas presentes, especificamente, na Região Intermediária do Sudoeste Piauiense. Os resultados dessa sistematização são apresentados em dois eixos, compostos por análises das verticalidades e horizontalidades no relacionamento entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro, fenômenos consequentes do avanço do agronegócio globalizado na região. A partir disso, sublinhamos como se desenvolve a resistência camponesa local frente aos impactos humanos e ambientais decorrentes das investidas do agronegócio.

Palavras-chave: Matopiba; agronegócio; controle de terras; campesinato; globalização.

The rush of agribusiness in the *Cerrado* of Piauí: horizontalities and verticalities in the relation between the environmentalism of the poor and the global land grabbing

Abstract

The objective of this article is to present a systematization of some of the information collected in field work in the macroregion called Matopiba, held between June 13 and 23, 2018. From the significant amount of data and perspectives from the visits, we limited ourselves to identify the information related to the daily life of the peasant communities present, specifically, in the Intermediate Region of Piauí's Southwest. The results of this systematization are presented in two axes, composed by analyzes of the verticalities and horizontalities in the relationship between the environmentalism of the poor and the global land grabbing, consequential phenomena of the advance of the globalized agribusiness in the region. In this way, based on the analysis of this article, we intend to underline how the local peasant resistance develops against the human and environmental impacts resulting from the agribusiness investments.

Keywords: Matopiba; agribusiness; land grabbing; peasantry; globalization.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2016/24186-4.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – e com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do processo nº 2017/12100-0.

El avance del agronegocio en el *Cerrado* de Piauí: horizontalidades y verticalidades en la relación entre el ambientalismo de los pobres y el acaparamiento de tierras por el capital financiero

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar una sistematización de algunas de las informaciones recogidas en trabajo de campo en la macrorregión denominada Matopiba, realizado entre los días 13 y 23 de junio de 2018. A partir de la expresiva cantidad de datos y perspectivas oriundos de las visitas, nos delimitamos identificar las informaciones relativas al cotidiano de las comunidades campesinas presentes, específicamente, en la Região Intermediária do Sudoeste Piauiense. Los resultados de esta sistematización se presentan en dos ejes, compuestos por análisis de las verticalidades y horizontalidades en la relación entre el ambientalismo de los pobres y el acaparamiento de tierras por el capital financiero, fenómenos consecuentes del avance del agronegocio globalizado en la región. De esta forma, finalmente, a partir de los análisis de ese informe, pretendemos subrayar cómo se desarrolla la resistencia campesina local frente a los impactos humanos y ambientales derivados de las inversiones del agronegocio.

Palabras clave: Matopiba; agronegocio; acaparamiento de tierras; campesinado; globalización.

Introdução

Entre os dias 13 e 23 de junho de 2018, realizamos um trabalho de campo nas regiões Sudoeste do Piauí e Sul do Maranhão como parte de nossas pesquisas de doutorado em Geografia Humana. Assim, a proposta geral deste artigo é contribuir com algumas impressões, dados e perspectivas obtidas no campo e, ao mesmo tempo, sublinhar as características do cotidiano de algumas das comunidades camponesas visitadas³ para o presente número da Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária (NERA), denominado “Dossiê MATOPIBA”.

Um dos objetivos principais de nosso trabalho de campo foi observar as estratégias de grandes corporações e fundos de pensão para o acesso à propriedade da terra desembaraçada (MARTINS, 1986) para o agronegócio globalizado, analisando as consequências do fenômeno de controle de terras pelo capital financeiro ou *land grabbing* (Grain, 2008; Borras Jr, *et al*, 2012; Edelman, *et al*, 2013; Sauer; Leite, 2012) para as dinâmicas das comunidades camponesas no Sudoeste do Piauí, na região do Matopiba (o acrônimo formado pelas siglas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Também se caracterizou como objetivo deste trabalho de campo captar os diferentes discursos, que

³ As comunidades visitadas receberam a Caravana MATOPIBA, realizada em setembro de 2017, que foi parte de um projeto de reconhecimento internacional dos impactos humanos e ambientais que o avanço do negócio em terras no Matopiba tem causado aos camponeses no Sudoeste do estado do Piauí (FIAN; REDE; CPT; 2018).

compõem a *psicoesfera*⁴ (RIBEIRO, 1991; SANTOS, 1994; 2009) e observar as distintas lógicas de inserção de objetos no ambiente, que atuam na construção da *tecnoesfera* (SANTOS, 1999; 2009), para instrumentalizar a compreensão das dinâmicas atuais no uso do território (SANTOS, 1994, 2005; SILVEIRA, 2008) na região de expansão da fronteira agrícola.

Assim, a partir das análises realizadas durante o trabalho de campo, destacou-se a necessidade de evidenciar as formas de resistência realizadas pelas comunidades camponesas perante os impactos ambientais e a expulsão ilegal de suas terras de forma violenta por *grileiros*⁵ - os principais intermediadores de títulos de propriedade que antecedem (muitas vezes) a compra de terras por grandes corporações -, observando a diferença entre a ocupação do território realizada legitimamente pela classe camponesa desde tempos imemoriais (ALVES, 2009) até o avanço a ferro e fogo (DEAN, 1997) da fronteira do agronegócio em áreas com predomínio do bioma Cerrado.

É, sobretudo, a partir dessa contradição entre diferentes lógicas de uso do território na região, uma voltada à agricultura camponesa de subsistência e outra voltada para o agronegócio globalizado, que nos nutrimos do par dialético conceitual, elaborado por Milton Santos (2009): as horizontalidades e as verticalidades.

Procedimentos metodológicos

A escolha pela utilização dos conceitos de horizontalidades e verticalidades fundamenta-se na preocupação das atuais pesquisas que investigam o controle de terras pelo capital financeiro internacional em observar o fenômeno “*from below rather than from above*”⁶ (OUMA, 2014, p. 162). Isto é, analisar os impactos territoriais que o avanço do agronegócio globalizado e da financeirização das terras provoca sobre as comunidades locais.

Trata-se, sobretudo, de identificar como certos agentes e lógicas financeiras (nacionais e globais) vêm alterando arranjos orgânicos pré-existentes (situações de “horizontalidades”), constituindo-se em “verticalidades” nas regiões, impostas aos sujeitos locais por: 1. intermediários (*i.e.* elite local, grileiros, coronéis, cartorários, políticos, etc); 2. pela burguesia nacional (*i.e.* grandes corporações do agronegócio brasileiro) e 3. pelo capital

⁴ Enquanto “a psicoesfera é a esfera da ação”, que segundo Ribeiro (1991, p. 46), consolida “a base social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais”, a tecnoesfera, para Santos (2009), “é o mundo dos objetos”, a base técnica que viabiliza as atividades produtivas modernas.

⁵ *Grileiro* é o realizador da “grilagem”, que é forma de apropriação ilegal de terras a partir de fraude e falsificação de títulos. O termo tem origem no ato de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis fiquem amarelados, conferindo-lhes aspecto antigo, semelhante a um original (INCRA, 2009).

⁶ Ouma (2016) elabora uma proposta de estudo sobre financeirização e *land grabbing* na qual evidencia a necessidade de que as atuais pesquisas partam de situações problema “por baixo, ao invés de acima”.

financeiro globalizado (*i.e.* corporações agrícolas internacionais, fundos financeiros em geral, empresas de *private equity*⁷, etc), sem desconsiderar o papel imprescindível do Estado.

Para sistematizar nossa análise, nos fundamentamos em Santos (2009, p. 286), quando afirma que:

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto a contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Assim, as horizontalidades não se restringem, simplesmente, ao resultado de uma “ancestralidade” ou simples manutenção do cotidiano tradicional das comunidades camponesas, mas, também, são reflexos da resistência construída, promotora tanto da persistência das tradicionais formas de vida (que resistem ao agronegócio e ao mercado de terras), quanto das adaptações contraditórias, excludentes e violentas ao sistema técnico globalitário que incluem, por exemplo, o aliciamento de famílias à psicofera cultural dominante e subordinada ao modo de produção hegemônico.

Paralelamente, as verticalidades, ou seja, “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado” (SANTOS, 2009, p. 286), materializam-se no avanço da fronteira do agronegócio. Isso ocorre quando este último se apropria de terras devolutas, públicas e camponesas através da especulação imobiliária, pelo desmatamento e por programas de crescimento econômico e regionalização como ferramenta⁸ (RIBEIRO, 2004), como por exemplo, o “Projeto de Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” do Governo Federal, e o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial⁹.

A partir desta proposta de método, nos propomos a caminhar *da razão para a emoção* na análise do avanço da fronteira agrícola na região. Isto é, da perspectiva científica analítica racionalizada, para a descrição solidária às emoções e lutas que envolvem o ambientalismo dos pobres do lugar de estudo. Segundo Martinez-Alier (2002), a análise a partir do conceito de ambientalismo dos pobres permite combinar as preocupações ambientais e a justiça social, combatendo os impactos negativos do crescimento econômico

⁷ *Private equity* é uma forma de reunião (fundo) de investimentos realizada por empresas que não estão listadas em bolsa de valores. Para saber mais sobre a atuação empresas de *private equity* no agronegócio brasileiro, consulte o caso da corporação argentina El Tejar em Frederico *et al.* (2016; 2017).

⁸ A regionalização como ferramenta ocorre a partir da solidariedade organizacional (SANTOS, 2009), ou seja, ações que se organizam para transformar o espaço e atender a interesses específicos, hegemônicos e privados, de uso do território.

⁹ Tal projeto do Banco Mundial financia o Programa de Regularização Fundiária no Sudoeste do Piauí, contestado por organizações internacionais como a GRAIN (*Genetic Resources Action International*) e a FIAN (*Foodfirst Information and Action Network*) e recomendado à suspensão pelo Ministério Público Federal (MPF).

e a distribuição desigual de bens e dos males ecológicos que envolvem populações empobrecidas das classes trabalhadora, camponesa ou indígena.

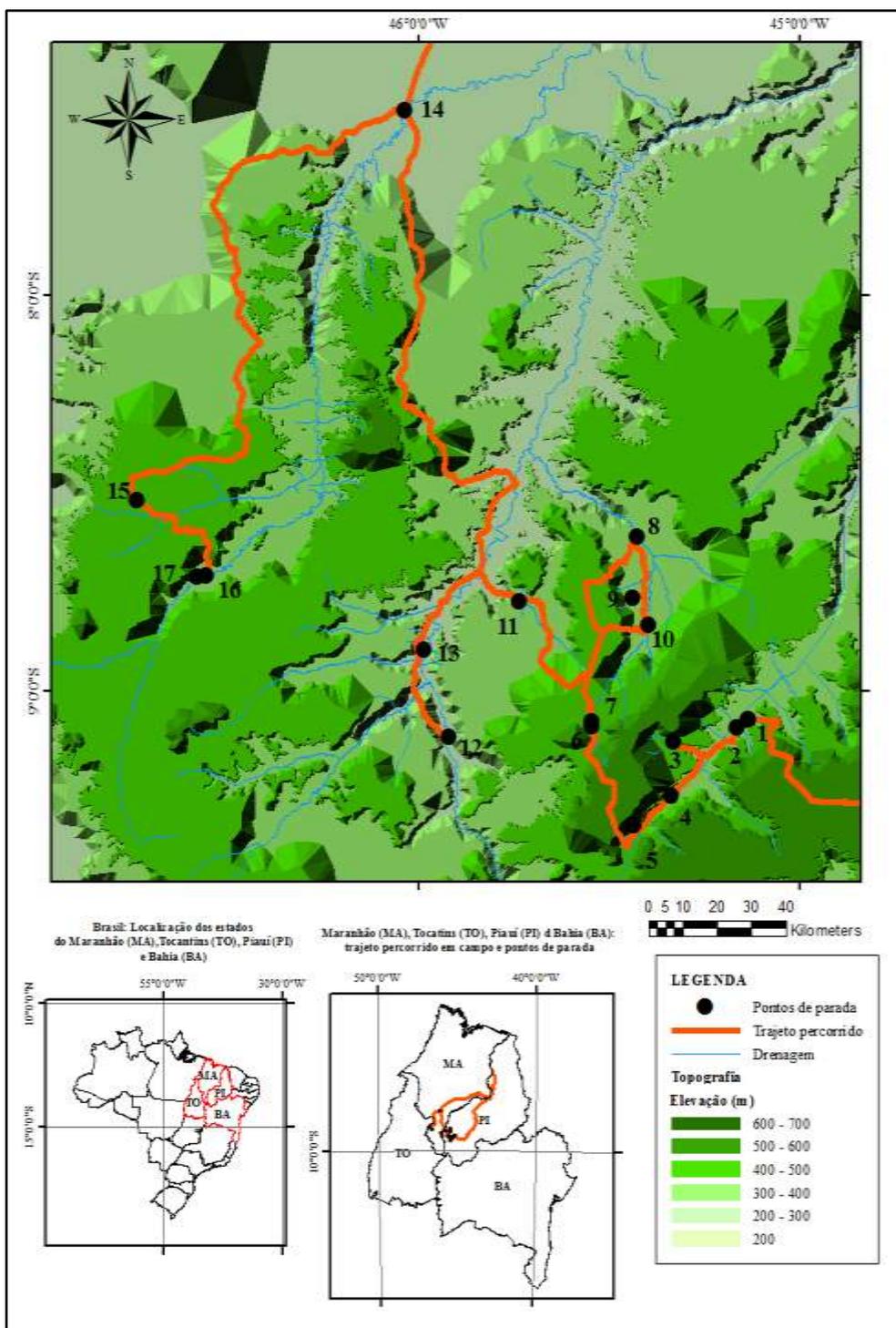
Metodologicamente, nas visitas do trabalho de campo, utilizamos da estratégia de elaboração de roteiros de perguntas, condicionando as entrevistas a partir de um roteiro com questões principais complementadas por outras questões pertinentes ao momento do diálogo (MARCONI; LAKATOS, 2007). Tais entrevistas foram realizadas em seis comunidades do Sudoeste do Piauí que compõem uma população de aproximadamente 130 famílias.

O trabalho de campo teve início no primeiro dia de nossa chegada em Teresina (PI), quando entrevistamos o Coordenador Regional da Comissão Pastoral da Terra do Piauí (CPT-Piauí), Altamiran Lopes Ribeiro, sobre as particularidades do Programa de Regularização Fundiária do Estado do Piauí¹⁰. No segundo dia, entrevistamos o juiz Heliomar Rios Ferreira (da Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus do Piauí) e, também, a coordenação executiva do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), tratando dos objetivos de nossas pesquisas que se fundamentam nas questões agrárias atuais do Sudoeste Piauiense. Em sequência, no dia 15 de junho, seguimos rumo Sul do estado, até o município de Cristino Castro, onde pernoitamos.

No dia 16, quarto dia de campo, iniciamos o trajeto pelas comunidades camponesas do Sudoeste Piauiense, incluindo as visitas realizadas no Maranhão (não abarcadas pela especificidade deste artigo) conforme ilustra o Mapa 1, a seguir.

¹⁰ Em dezembro de 2017, o MPF expediu recomendação ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e ao Banco Mundial para que a Lei Estadual nº 6.709/2015 (lei estadual de regularização fundiária) seja suspensa nas áreas ocupadas por comunidades tradicionais na região Sudoeste do estado do Piauí (MPF, 2017).

Mapa 1: Trajeto percorrido no trabalho de campo



Base de dados: IBGE (2018); Elaboração: Felipe Augusto Scudeller Zanatta, 2018.

Assim, no dia 16 de junho, a primeira comunidade visitada foi o Assentamento Rio Preto (ponto 1), a segunda foi a comunidade Salto 1 (ponto 2), seguida da comunidade Morro D'Água e comunidade Melancias (ponto 3 e 4, respectivamente).

No dia 17 de junho, quinto dia de campo, analisamos uma voçoroca (ponto 5) formada pela agricultura extensiva de soja próxima à escarpa do planalto Guaribas. Seguimos

até a comunidade Vão do Vico (ponto 6) e o Povoado Sete Lagoas (ponto 7), chegando, no início da noite, à comunidade Santa Fé (moradia do padre João Myers¹¹, ponto 8) e pernoitando na comunidade Chupé (ponto 9).

No dia 18, sexto dia do campo, visitamos a comunidade Brejo das Meninas (ponto 10) em direção a comunidade Baixão Fechado (ponto 11), seguindo para o município de Santa Filomena (ponto 12), no extremo Sudoeste do estado do Piauí. No dia 19 de junho, sétimo dia de campo, no Maranhão, entrevistamos o padre Alex Lafuente, em sua chácara (ponto 14), em Alto Parnaíba (MA), município maranhense vizinho de Santa Filomena (PI) e, posteriormente, seguimos para o pernoite no município de Balsas (ponto 15).

Do centro de Balsas, dirigimo-nos até a região conhecida como “Gerais de Balsas”, localização da Vila Batavo (um povoado formado pelo Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas - “Projeto Batavo”) com o objetivo de conhecer a Associação São Francisco, no Assentamento e Escola Família Agrícola (EFA) do Rio Peixe (pontos 16 e 17, respectivamente).

Com base no exposto, a fundação teórica de nossa pesquisa considera o espaço geográfico não como uma concepção geométrica, amorfa ou sem vida, mas sim, de materialidade, que inclui a natureza e os objetos sociais herdados de outros tempos históricos, além da vida social presente, que é também herdada, mas permanece contraditoriamente (re)existente. Ou seja, estamos falando de *território usado*:

(...) quando quisermos analisar qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).

Assim, analisando o fenômeno do controle de terras pelo capital financeiro, Frederico (2016, p. 43) orienta:

Trata-se, em outros termos, de pensar como no atual contexto histórico, as investidas para a apropriação de terras e recursos pelo capital financeiro e Estados, articulados com governos, corporações, investidores institucionais, instituições supranacionais e intermediários nacionais e locais, alteram a organização pretérita de determinado território, induzindo a novas formas de cooperação e conflito.

Partindo desse pressuposto, isto é, da concepção de *território usado* como o espaço concreto de existência e disputa de todas as empresas, instituições, indivíduos e organizações

¹¹ O Padre João Myers é um sujeito histórico na resistência da classe camponesa local contra os grileiros. Responsável pela abertura de estradas entre as comunidades, o missionário da ordem dos combonianos, hoje com 90 anos, circula diariamente a região do Sudoeste Piauiense, rezando missas e orientando os povos.

civis, também nos nutrimos de outras noções geográficas metodológicas, como os conceitos de rugosidades¹², tecnosfera e psicofera (SANTOS, 2009).

Desta forma, no artigo, sintetizamos as informações coletadas, em dois subitens: 1. Território usado e horizontalidades nas comunidades camponesas; e 2. Verticalidades decorrentes do avanço do agronegócio e horizontalidades consequentes.

Visando o melhor detalhamento dos objetivos propostos e utilizando-se da metodologia definida, duas comunidades camponesas piauienses despontaram como emblemas dos processos que queremos descrever e analisar: 1. a comunidade Melancias, a) pela minuciosidade com que foram observados os impactos ambientais decorrentes do avanço do agronegócio no local, b) pela forte mobilização de sua população em defesa de sua forma de produção e de vida ecologicamente viáveis e c) pelo enfrentamento contra a apropriação ilegítima de seu território; e 2. a comunidade Baixão Fechado, pela forma em que a verticalidade do controle de terras pelo capital financeiro, intermediado por grileiros, avança sobre o território ocupado pela comunidade desde tempos imemoriais.

Território usado e horizontalidades nas comunidades camponesas do Sudoeste do Piauí

As bases de vida das comunidades impactadas pelo avanço das práticas do agronegócio e pelo projeto de desenvolvimento regional do MATOPIBA no Sudoeste do Piauí são diversas em termos de tamanho de área total, número de famílias e grau de acesso à instrumentação técnica de produção e vida. Mas podem-se observar, com clareza, grandes semelhanças de organização do cotidiano entre as comunidades visitadas: o tempo de ocupação, o respeito à biodiversidade (agro)ecológica, o modelo de produção agrícola e a solidariedade orgânica (SANTOS, 2009) estabelecida dentro e entre as comunidades, convergindo com a definição de ambientalismo dos pobres metodologicamente conceituada.

Em relação ao tempo de existência das comunidades, todos os entrevistados¹³, afirmaram que a ocupação de suas famílias remonta um tempo anterior ao da vida dos seus avós ou bisavós (últimos parentes conhecidos). Na comunidade Melancias, especificamente, foi relatado que a vida dos mais antigos moradores era baseada na agricultura e na caça para subsistência.

¹² “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição (...) as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (...) e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2009, p. 140).

¹³ Os entrevistados tinham entre 40 e 65 anos.

O histórico de consciência (agro)ecológica¹⁴ nas práticas das comunidades da região analisada refletiu-se, por exemplo, no estabelecimento, em 2017, de uma Unidade de Conservação (UC), do tipo Área de Proteção Ambiental (APA), de instância estadual (Piauí), denominada “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto”, configurando-se como grupo de uso sustentável. A APA, que abrange as comunidades Cabeceira do Rio, Fazenda Passagenzinha, Passagem da Negra, Sumidouro, Brejo das Éguas, Brejo dos Cavalos, Melancias e Morro D’Água, possui cerca de 60 mil hectares de área poligonal em sua proposta. De acordo com os estudos dessa área de proteção, a mesma abrange a nascente do Uruçuí-Preto e outros cursos d’água que possibilitam sua perenidade. A APA “engloba áreas do vale fluvial recobertas por vegetação de cerrado e matas de galeria bem conservadas, que sustentam uma flora e fauna diversa” (SEMAR, 2017, s/ p.).

Se, por um lado, percebe-se que a evolução dos problemas socioambientais nas áreas rurais ocorrem, principalmente, em decorrência do desenvolvimento de uma intencionalidade econômica vinculada ao mercado global de *commodities* e de terras agrícolas (ANA, 2018; BARBIRATO; SOUZA, 2018; FIAN; REDE; CPT, 2018; GRAIN; REDE, 2018), por outro, observamos que o manejo sustentável da produção agrícola é condição *sine qua non* para a existência da agricultura familiar e camponesa.

É notável, por exemplo, o fato de que as comunidades desenvolvem-se em pequenas áreas e têm uma dependência imediata da produtividade natural oferecida pelo terreno para a subsistência. Assim, é comum que os moradores das comunidades busquem desenvolver manejos agrícolas que proporcionem a menor degradação possível das condições ambientais (principalmente dos solos e da água), na intenção de que esse terreno continue proporcionando os atributos de qualidade necessários para os cultivos no decorrer da vida da família agrícola. A foto 1, no final deste item, apresenta a restauração de uma nascente impactada pelo agronegócio, na comunidade Rio Preto, realizada pelos moradores Lindomar e Zuleide.

Uma consideração exemplar a respeito dos atributos culturais relacionados aos aspectos mais naturais da localidade é a utilização de práticas tradicionais de medicina. Entre essas práticas, a fitoterapia, ou seja, a utilização de plantas medicinais como recurso de promoção de saúde, foi relatada como prática comum em todas as comunidades visitadas. Salienta-se que a fitoterapia, caracterizada pelo Ministério da Saúde como “o uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas”, é considerada, pelo mesmo órgão “como um incentivo ao “desenvolvimento comunitário”, à “solidariedade” e à “participação social”” (BRASIL, 2006, s/ p.). De acordo com a Portaria nº 971 de 03 de maio de 2006, desde

¹⁴ Os saberes populares dos viventes dessas comunidades foram acumulados entre as gerações e encontram-se imbricados nas práticas produtivas e de modo de vida atualmente. Essa tradicionalidade reflete no respeito à biodiversidade (agro)ecológica.

1978, a Organização Mundial da Saúde tem se expressado a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário.

Resumidamente, podemos afirmar que as comunidades camponesas na região visitada, além de responsáveis pela preservação do ambiente físico e biológico (promovendo preservação e restauração de nascentes, corpos d'água, solo, biomassa vegetal e biodiversidade da fauna e flora), auxiliam na preservação de práticas culturais comprovadamente benéficas, tanto para a população local quanto para o desenvolvimento social de forma geral. Isso porque a agricultura camponesa trata de uma inter-relação direta entre o indivíduo e o meio ambiente, que apenas será mantida se mediada pela produção agrícola ecologicamente viável e historicamente aprendida. Especificamente, somente a área da comunidade de Melancias abrange cinco nascentes, as quais se encontram preservadas pelos moradores que necessitam dos corpos d'água para consumir e produzir na área de roça.

O modelo de produção agrícola (agricultura e pecuária) que as comunidades instituem no seu território é um dos aspectos mais importantes a respeito de um “desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente viável e economicamente sustentado” (SACHS, 2010, p. 36), que para nós, em termos agrários, significa a manutenção da vida local de forma digna (considerando aspectos econômicos e culturais), com base em atividades produtivas ecologicamente viáveis em longo prazo e que promovem Segurança Alimentar e Nutricional¹⁵ e Soberania Alimentar¹⁶.

Nas comunidades visitadas, a manutenção da vida local depende fundamentalmente da produção de alimentos pelos moradores, ou seja, é consoante o tipo produção fundamentalmente para subsistência. É comum, entre as comunidades, a produção de quase tudo que se consome: sobretudo, arroz, feijão, fava, mandioca e milho. É comum, também, a pesca e a criação de animais, como bovinos, suínos e aves, apesar de que a quantidade criada é bastante heterogênea entre as diferentes localidades. É notável que apenas a Comunidade Melancias consiga, atualmente e frequentemente, vender algum excedente de suas produções.

Tradicionalmente, o gado era criado solto, percorrendo grandes distâncias entre a vegetação preservada do Cerrado. Contudo, a partir da década de 1980, com maiores conflitos no final da década 1990, intensificando-se a partir da década de 2000, a apropriação dos planaltos (popularmente conhecidos como chapadas)¹⁷ pelo agronegócio impede que

¹⁵ “Segurança alimentar e nutricional consiste no direito ao acesso permanente a alimentos de qualidade (...) tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006b, s/ p.).

¹⁶ Soberania alimentar é o “direito que tem os povos de definirem as políticas (...) sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir”. É “a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras (...) sobre sua cultura e sobre os bens da natureza” (MACHADO, 2017, s/ p.).

¹⁷ Áreas de relevo plano e altitudes geralmente superiores a 800m, originalmente ocupadas pela vegetação de Cerrado. Estas são as áreas utilizadas para a produção do agronegócio devido à facilidade de mecanização da produção em larga escala e pelas condições edafoclimáticas favoráveis.

esse tipo de criação exista. Não obstante, todas as comunidades relataram perceber mudanças no nível de produtividade de suas atividades agropecuárias, essencialmente, devido aos impactos ambientais causados pelo avanço do agronegócio na região - tema que será tratado no próximo item deste artigo.

A “roça de toco” é um tipo de manejo agrícola do tipo ecologicamente viável comum entre todas as comunidades. Como observado de forma aprofundada na comunidade Melancias, a roça de toco é um tipo de organização cíclica (rodízio) do cultivo agrícola. Refere-se a um método que consiste, primeiramente, na queimada controlada e no corte (normalmente, manual) de árvores, mantendo os troncos mais grossos plantados, a uma altura de cerca de 30 centímetros, deixando os “tocos” com raízes no terreno. Esse terreno é cultivado por um período entre um e dois anos e, após o período máximo de dois anos cultivados, a roça é transferida de lugar, deixando a vegetação original voltar a desenvolver-se naturalmente. Conforme relatado na comunidade, a biodiversidade característica do bioma Cerrado leva cerca de cinco anos para recompor-se. A rapidez dessa recomposição ocorre devido à preservação das raízes das árvores endêmicas do Cerrado no solo onde é implantada a roça. As Fotos 2 e 3, no final deste item, demonstram o tipo de produção da “roça de toco” e do rodízio. A primeira foto ilustra o toco remanescente da vegetação original em meio à roça (produção de fava). A segunda foto retrata a recomposição da vegetação, naturalmente ocorrida em um período de, aproximadamente, cinco anos após o abandono cíclico da roça no local.

Prosseguindo no relato sobre os aspectos comuns observados no desenvolvimento cotidiano das comunidades visitadas, nos aprofundaremos no conceito de solidariedade orgânica que, para Santos (2009, p. 246), diz respeito a uma “territorialidade absoluta de um grupo”, onde “identidade, exclusividade e limites” são características predominantes. Nesse sentido, observamos diversos aspectos que demonstram essa solidariedade orgânica nas comunidades visitadas. Por exemplo, as roças são, normalmente, plantadas e colhidas de forma coletiva, através de mutirão, sobretudo, devido à carga de trabalho na abertura da roça, no plantio e na colheita¹⁸.

Outro aspecto é a mobilização das comunidades em torno de sua luta. Em Melancias, a busca em oficializar-se como povo tradicional, do tipo ribeirinho, remonta a década de 1990, quando houve as primeiras mobilizações locais para discussão do tema. Em 1992, houve a primeira tentativa de regularizar a posse de terras de um conjunto de moradores de Melancias, junto ao INTERPI. Porém, de acordo com os relatos coletados, a regulamentação da época

¹⁸ Ainda que todas as comunidades tenham afirmado manter roças familiares - de forma que cada família cultiva e maneja sua roça -, observamos que a solidariedade entre os moradores resulta em um trabalho quase sempre coletivo nas etapas iniciais e finais do rodízio de roças de toco.

permitia regularizar apenas, como posse temporária, até 120 hectares, de acordo com a quantidade de membros por família.

Ainda de acordo com os relatos, a criação de um assentamento, que abrangesse a área da comunidade de Melancias e as comunidades no entorno, começou a ser construída entre 2003 e 2004, em reuniões entre as comunidades interessadas. O assentamento não foi criado devido complicações de documentos técnicos que afirmavam que o trajeto à área do requerido assentamento seria de difícil acesso, além de um documento que afirmava, falaciosamente, que não havia pessoas vivendo ali.

Porém, somente na área de, aproximadamente, 30 mil hectares reivindicada por parte das comunidades organizadas na APA “Nascentes do rio Uruçuí-Preto” existem mais de 53 famílias mobilizadas pela oficialização de um assentamento rural que esteja protegido dos impactos humanos e ambientais do agronegócio. A foto 4, abaixo, retrata a mobilização para discussão da questão fundiária da comunidade Melancias e entornos, ocorrida no dia 16 de junho de 2018.

Existem, ainda, cerca de 20 famílias que estão localizadas próximo à cabeceira do rio Uruçuí-Preto, fora da área denominada Melancias, mas englobadas pela APA “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto”. As famílias que não fazem parte do movimento vivem nas comunidades de Morro D’Água, Serra Partida e Sumidouro, mas são consideradas, pelos organizados, como igualmente beneficiárias no caso de regularização do uso e posses das terras.

De maneira geral, ao analisar as práticas cotidianas dessas comunidades, percebe-se que suas horizontalidades são dependentes da manutenção e do respeito à biodiversidade (agro)ecológica. Ou seja, o trabalho e a política desenvolvidos por esses sujeitos convergem com a definição de um ambientalismo próprio e necessário para suas existências.

Fotos 1, 2, 3 e 4: Registros fotográficos (horizontalidades orgânicas)

Foto
1



Foto 2



Foto
3



Foto 4



Foto 1: Nascente recuperada (Rio Preto); Foto 2: Roça de toco (Melancias); Foto 3: Cinco anos de vegetação recomposta em roça de toco abandonada (Melancias); Foto 4: Mobilização em Melancias; Fotos: Spadotto; Coguetto, jun. 2018.

Verticalidades decorrentes do avanço do agronegócio e horizontalidades consequentes no Sudoeste Piauiense

As disputas agrárias no Sudoeste Piauiense intensificaram-se a partir da década de 2000 com avanço da fronteira do agronegócio, impulsionada pelo *boom* das *commodities* e do preço da terra (DELGADO, 2012). Essa situação é similar no estado do Tocantins, mas é diferente (ao menos em termos cronológicos sistematizados) nos estados da Bahia e do Maranhão, onde o agronegócio se consolidou a partir da década de 1990.

Mesmo com diferenças normativas entre as Unidades Federativas citadas, a psicofera da modernização agrícola invadiu o interior desses estados a partir do que ficou definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como “Projeto Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” (MIRANDA, 2015).

Foi neste contexto de efetivação de um planejamento vertical - isto é: uma verticalidade ou, ainda, uma regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2004) -, para atender às demandas hegemônicas, sobretudo da produção de *commodities* agrícolas e do controle de terras pelo capital financeiro que as disputas territoriais na região tomaram proporções internacionais.

No cerne deste conflito, caracterizado por ser um espaço de uso e sentido disputados cotidianamente, encontram-se as comunidades do Sudoeste Piauiense. Assim, a resistência¹⁹ da classe camponesa local fundamenta-se contra dois principais tipos de verticalidades: 1. verticalidades sobre as questões fundiárias (pela posse da terra, como os conflitos entre grandes empresas ou grileiros *versus* posseiros) e 2. verticalidades sobre o meio ambiente (pelo uso intensivo do solo pelo agronegócio, desmatamento e utilização de agrotóxicos em larga escala, que afetam as populações locais).

Como emblema das verticalidades incidentes nas questões fundiárias, trazemos o caso da Comunidade "Baixão Fechado", situada no Município de Santa Filomena (PI). Lá vive o senhor João²⁰, de 65 anos, que sofre ao menos desde 2010, com as ações violentas vindas, segundo seu relato oral, de funcionários de um sujeito conhecido por ser o "maior grileiro do Sul do Maranhão", segundo aponta investigação do Repórter Brasil²¹.

¹⁹ Por definição, compreendemos resistência como não ceder ou sucumbir a uma ou várias ações externas. A resistência apresenta-se como aspecto máximo de uma horizontalidade consequente das verticalidades na região, ou seja, decorrente da expansão das imposições hegemônicas no território das comunidades.

²⁰ João é um nome fictício. O nome verdadeiro foi preservado por questões éticas e proteção à testemunha.

²¹ Em 02 de Setembro de 2018, o Repórter Brasil publicou um artigo, distribuído pelo El País, em que aponta todas as investigações contra Euclides De Carli. Ele foi citado também, em 2015, pelo jornal The New York Times, no caso das fazendas controladas por sócios do TIAA e da Cosan (CAMARGOS, 2018; ROMERO, 2015).

Segundo o senhor João, esse tipo de ação violenta ocorre, pelo menos, desde julho do citado ano (2010), quando suas terras cultivadas desde os tempos de seus bisavôs (ou seja, por volta de finais do século XIX e início do século XX), foram invadidas e todos os moradores da comunidade Baixão Fechado foram ameaçados pelos funcionários do citado sujeito, conforme o aponta Boletim de Ocorrência²². Logo após esse primeiro episódio, no mês seguinte, em agosto 2010, houve plantações que foram queimadas pelos mesmos seguranças, conforme relatado por outro Boletim de Ocorrência²³.

Segundo o relato do senhor João, os conflitos voltaram a se intensificar no ano de 2015 com incêndios em suas roças, até que, em novembro de 2016, ele teve sua casa destruída, como pode ser visualizado na Foto 5, ao final deste item.

Um ponto que se salienta nesses fatos é que duas das propriedades agrícolas localizadas muito próximas das terras de posse do senhor João são as fazendas Ludmila e Laranjeiras que, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), disponibilizado pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do INCRA e, também, pelo *Farmland Map*²⁴ do fundo de pensão TIAA, são controladas pela empresa Tellus Brasil Participações S/A – uma empresa gêmea da Radar Propriedades Agrícolas S/A. Esta última, por sua vez, uma sociedade anônima de capital fechado entre a Marsilla Participações Ltda (empresa do fundo de pensão TIAA) e a corporação agrícola Cosan S/A²⁵.

A fazenda Ludmila localiza-se a Sudeste de sua fazenda irmã, denominada Laranjeiras. Ambas localizam-se no extremo noroeste do planalto denominado de “Chapada Até Que Enfim”. Já a Comunidade Baixão Fechado que, segundo os relatos orais obtidos e boletins de ocorrências, sofre com a ação de grileiros, localiza-se no fundo de vale, entre os planaltos da “Chapada Até Que Enfim” e da “Serra do Ovo”, como pode ser observado no “Mapa 2”, a seguir.

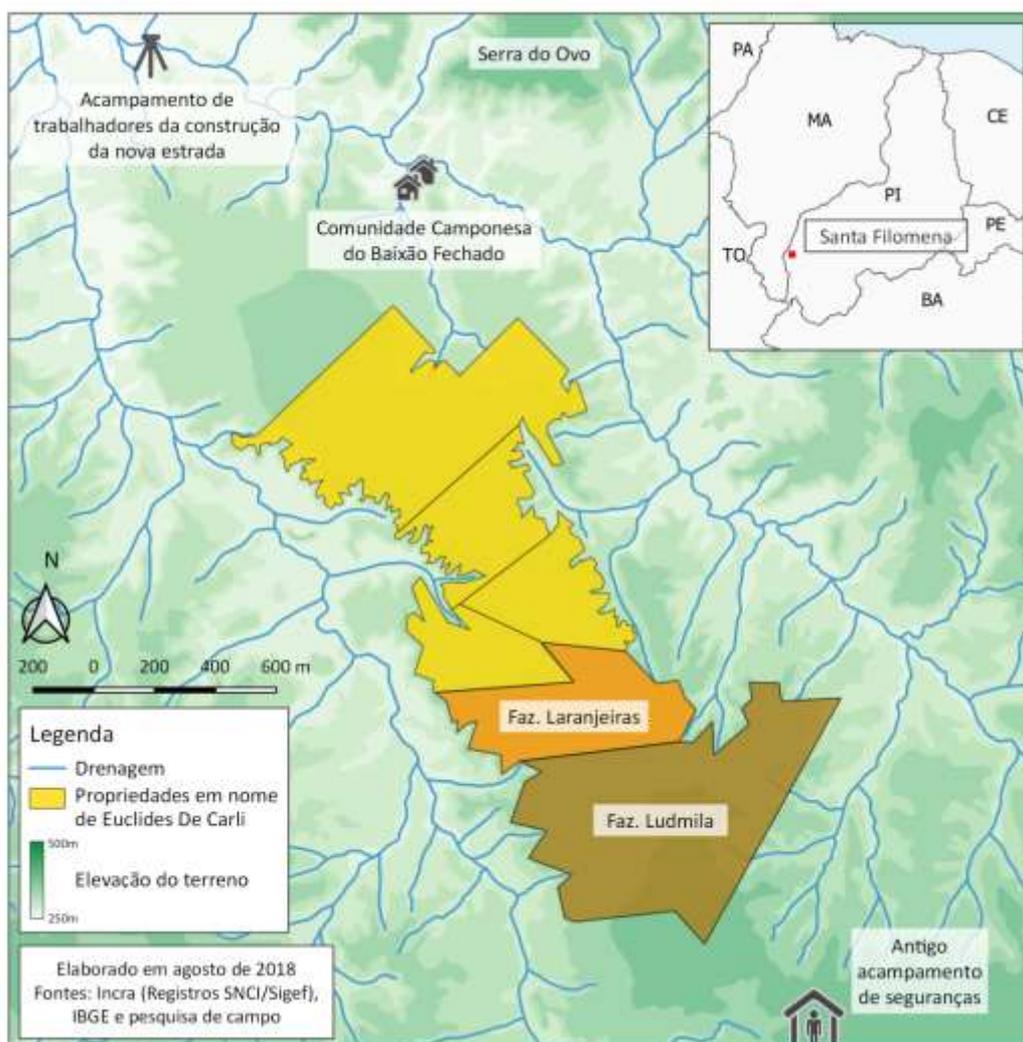
²² Boletim de Ocorrência Nº 52 de 22 de julho de 2010, registrado na Delegacia de Polícia do município de Santa Filomena (PI).

²³ Boletim de Ocorrência Nº 83 de 23 de agosto de 2010, registrado na Delegacia de Polícia do município de Santa Filomena (PI).

²⁴ O TIAA disponibilizou o *Farmland Map* após constrangimentos com seus investidores realizados por organizações da sociedade civil internacional, como a GRAIN e a FIAN. Disponível em: <<https://www.tiaa.org/public/assetmanagement/strategies/alternatives/agriculture/farmlandmap>>. Acesso em: 15 de Ago. 2018.

²⁵ Segundo Diário Oficial do Estado do Piauí (DOEPI), a Licença Ambiental na Fazenda Ludmila foi concedida à Simone de Carli. Página 64, 28 Dez. 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/24017648/pg-64-diario-oficial-do-estado-do-piaui-doepi-de-28-12-2010>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

Mapa 2: Fazendas Ludmila e Laranjeiras na “Chapada Até Que Enfim”



Fonte: INCRA (Registros SNCI/SIGEF, 2018), IBGE (2018) e pesquisa de campo (2018); Elaboração: Wagner Wendt Nabarro, 2018.

Como pode ser observado no mapa anterior (Mapa 2), na Chapada “Até Que Enfim”, além das fazendas Ludmila e Laranjeiras - que segundo apontam os relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (REDE, 2015; 2018) foram negociadas com a sociedade anônima entre Cosan S/A e TIAA - há outras propriedades que De Carli reivindica como sendo o proprietário legítimo. Em outras localidades, também há indícios que De Carli negociou terras com outros grupos financeiros do agronegócio, como a SLC Agrícola (Fazenda Parnaíba) e a Insolo (controladora da Sorovito Agropecuária, que possui participação societária do fundo de investimento da Harvard University). Além disso, outras fazendas na região continuam em nome de referenciado sujeito, mesmo após o bloqueio de mais de 124 mil hectares em seu nome pela Justiça do Piauí, a partir da Vara Agrária da Comarca de Bom

Jesus e do Grupo Especial de Regularização Fundiária e Combate à Grilagem (GERCOG) do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI)²⁶.

Segundo Camargos (2018), baseado na análise dos documentos do GERCOG e do MPPI (2018)²⁷, o processo realizado por grileiros na região consiste em utilizar-se de procurações públicas falsificadas para adquirir propriedades a partir de laranjas, contando com a conivência de cartórios de três cidades diferentes do Sudoeste Piauiense, como é explicado detalhadamente na ilustração a seguir (Figura 1):

Figura 1: Esquema de apropriação ilegal de terras (grilagem)



Fonte: Elaborado por Repórter Brasil (CAMARGOS, 2018).

Entretanto, é importante explicar que uma parte importante do processo origina-se antes da procuração assinada pelo "falecido". Ou seja, a *grilagem stricto-sensu*²⁸: o forjamento do documento de concessão de terras do Estado para o particular. Muitas vezes, isso é feito falsificando uma "Data de Sesmaria"²⁹ ou "Data" como é popularmente conhecido. Origina-se, assim, uma Cadeia Dominial do Imóvel³⁰. Em outras palavras, é o forjamento de um

²⁶ Conforme reportagens do Grande Portal de Notícias do Piauí (RODRIGUES, 2016).

²⁷ Conforme portaria 002 de 25 de Julho de 2016 do Ministério Público Estadual do Piauí (GERCOG, 2016).

²⁸ Para relembrar, "grilagem" é a apropriação ilegal de terras a partir de falsificação de títulos. O termo tem origem no ato de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis fiquem amarelados, conferindo-lhes aspecto antigo, como, por exemplo, de um documento de Sesmaria (INCRA, 2009).

²⁹ Sesmarias são as terras doadas em nome do Império luso-brasileiro aos particulares que pagavam "1/6 (*Seximum* em latim ou sexta parte) sobre os frutos produzidos" à Coroa. A partir da Lei de Terras de 1850, terras que não haviam sido distribuídas pelo regime de Sesmaria foram consideradas terras devolutas, da União.

³⁰ Cadeia dominial é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o atual proprietário. O estudo é feito junto ao Cartório de Registro de Imóveis para o cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) (INCRA, 2009).

documento que atesta que, em algum momento do passado, a terra foi concedida do Estado para um indivíduo ou empresa. Sendo assim, autorizada para revenda a terceiros e, com isso, produzindo um falso histórico de compra e venda da propriedade (i.e. Cadeia Dominial) baseado em procurações falsas. Deste modo, indivíduos que já tenham falecido aparecem como vendedores de uma antiga propriedade a um sujeito mais jovem, o atual falso proprietário. O objetivo é legitimar o imóvel como propriedade privada e, portanto, de não domínio público (da União e/ou devoluta). No caso da área que corresponde à Chapada Até Que Enfim e do fundo de vale da comunidade Baixão Fechado a referida Data é nomeada por “Lagoa”.

Consideramos que, se dado por verídico o relato do senhor João que remonta à ocupação da região por sua família desde os tempos de seus bisavôs - sem nunca alguém ter contestado o uso do solo por sua família - a citada Data Lagoa seria uma fraude. Ou seja, seria um documento falso, forjado (grilado) por profissionais que apenas buscavam criar a cadeia dominial falsa para, posteriormente, realizar todo o processo descrito acima, com base em procurações falsas de compra e venda entre falecidos.

Por outro lado, de acordo a reportagem do Repórter Brasil, De Carli responde às acusações de grilagem de terras no Piauí dizendo que “Já virou folclore. Cada problema coligado com terras, o suspeito sou eu” (CAMARGOS, 2018, s/ p.). E sobre os crimes atribuídos ao mesmo, disse que são frutos da “Inveja e incapacidade de visão do futuro de certas pessoinhas” (CAMARGOS, 2018, s/ p.).

Em resposta às questões apresentadas pelo relatório “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras” (FIAN; REDE; CPT, 2018), sobre as questões fundiárias no Piauí e, especificamente, sobre a fazenda Ludmila, o fundo de pensão TIAA, afirma:

Seus investimentos na região do Cerrado buscam apenas “áreas agrícolas já estabelecidas no alto das chapadas.” (...) o TIAA afirma que está dando continuidade ao processo de conversão da área em terra agrícola iniciado pelo proprietário anterior. O fundo afirma que este processo está sendo feito em acordo com as leis brasileiras “e possui todas as licenças ambientais necessárias.” (FIAN; REDE; CPT, 2018, p. 67-68).

Fato é que “em cada lugar o chamado tempo do mundo [neste caso, o tempo do controle de terras pelo capital financeiro] convive com outros tempos, desejando dissolvê-los. Isso, porém, apenas é possível parcialmente. A materialidade herdada [nesse caso, as comunidades camponesas] reage às ações novas” (SANTOS, 2009, p. 150, colchetes nosso). Assim, a mobilização popular pela defesa do território das comunidades resulta em uma série de tentativas de resistência.

Emblemático nesse aspecto foi a realização, no dia 19 de junho de 2018, de uma reunião das comunidades do Sudoeste Piauiense “em busca de mecanismos fortalecedores da resistência aos grandes projetos do agronegócio e na defesa de seus territórios” (CPT,

2018, s/ p.). Esse evento reuniu cerca de 35 participantes (em sua maioria, representantes das comunidades, como Melancias e Baixão Fechado) que concordaram com a criação do Coletivo das Comunidades Impactadas como estratégia de resistência. O Coletivo terá como propósito consolidar “a unidade das lutas na defesa dos territórios e contra o agronegócio” (CPT, 2018, s/ p.).

A respeito das verticalidades que afetam a viabilidade da agricultura dos camponeses e o equilíbrio ecossistêmico³¹, as investigações realizadas na comunidade Melancias evidenciaram os impactos que foram relatados em todas as comunidades visitadas, como se pode observar no Quadro 1, ao final deste item, que resume as verticalidades observadas nas comunidades visitadas em: 1. “Verticalidades sobre as questões fundiárias” e 2. “Verticalidades sobre as questões ambientais”.

O avanço do agronegócio monocultor na região produz impactos que influenciam tanto os aspectos mais básicos da vida, quanto a produção agrícola dos moradores dos fundos de vales (popularmente conhecidos por Baixões)³². De acordo com os relatos coletados, diversas práticas agrícolas que garantiam a subsistência dos moradores estão ameaçadas. Analiticamente, esse impedimento demonstra-se decorrer de alguns fatores observáveis: desmatamento, mudanças nos regimes de chuvas, rarefação dos cursos d’água, erosão, aumento da turbidez dos corpos d’água e uso desmedido de agrotóxico nos planaltos.

O desmatamento ocorrido nos planaltos diminui drasticamente a diversidade da fauna endêmica. No desmate dos terrenos para a produção da monocultura extensiva, além da evidente retirada de *habitat* da fauna regional, a técnica utilizada é reconhecidamente violenta. A utilização do “correntão”, constatada em trabalho de campo (Foto 6, ao final deste item) trata-se do uso de uma corrente presa a dois tratores, com peso suficiente para ser puxada rente ao solo, derrubando árvores e, frequentemente, matando ou ferindo animais que não conseguem fugir³³. A retirada da vegetação dos planaltos também inclui, notadamente, a retirada de algumas plantas medicinais, as quais os moradores relataram encontrar apenas naquelas áreas.

De acordo com os moradores das comunidades de Melancias, Vão do Vico e Baixão Fechado, as mudanças nos regimes de chuvas e rarefação dos corpos d’água tornaram-se

³¹ Os impactos ambientais do agronegócio, a nível regional e mundial, são analisados em inúmeras publicações, incluindo instituições nacionais, internacionais e supranacionais das quais, a título de fundamentação, podemos citar: IPCC (2014), PBMC (2013) e Azevedo e Monteiro (2003).

³² Tradicionalmente, os posseiros e camponeses vivem nessas áreas (baixões), por onde correm os principais rios da região e seus afluentes e onde construíram suas comunidades, por conta da presença de terras férteis, da facilidade de locomoção e acesso à água.

³³ Largamente utilizado pelos produtores e especuladores do agronegócio, o “correntão” é vendido em páginas da internet e acompanha, inclusive, sugestões para evitar a fiscalização e facilitar o financiamento pelo Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) (CARVALHO, 2018).

observáveis na última década³⁴. Os relatos indicam que essa mudança no regime das chuvas impactou diversas nascentes de rios, deslocando-as ou extinguindo-as. Consequentemente, a recarga dos corpos d'água também são impactados, mudando drasticamente o nível de água disponível para a vida aquática, para a utilização pelos moradores e para o abastecimento da rede hidrográfica regional. A foto 7, no final deste item, ilustra, por exemplo, o senhor Juarez apontando a altura mais baixa da vazão que o rio alcançava antes o agravamento dos impactos.

A retirada de biomassa vegetal dos planaltos sem o adequado manejo das curvas de nível promove diversos pontos de erosão apontados pelos entrevistados e observáveis a quem visita a região. O estágio avançado desse tipo de erosão é a voçoroca, que é um fenômeno erosivo de difícil controle e ocorre quando a erosão atinge o nível subterrâneo do escoamento das águas. Pelo menos duas grandes erosões foram observadas no trabalho de campo: em Morro D'Água e Melancias (Foto 8, no final deste item).

A respeito da erosão relatada pelos moradores de Melancias, os entrevistados presumem que ela teve início no final do ano de 2016, no período chuvoso da região, e aumenta constantemente. No ano seguinte, a vegetação (Veredas) ao redor da erosão secou, devido aos sedimentos que assorearam os brejos (pequenos e médios fluxos de água perenes que abastecem os rios maiores). De acordo com o senhor Juarez, morador de Melancias, após o manejo das curvas de nível nas fazendas do planalto, a erosão diminuiu seu ritmo de crescimento, o que faz com que os moradores acreditem que um manejo adequado do ambiente cesse a erosão e impeça o surgimento de outras.

O assoreamento³⁵, como o relatado em Melancias, influencia o desenvolvimento da vida animal e vegetal no ambiente impactado. Como consequência do acúmulo de partículas nos rios, por exemplo, a turbidez da água promove o afugentamento de peixes e impacta negativamente o ciclo reprodutivo da vida aquática na região. Nos últimos anos, partir da ocorrência desses fenômenos, os moradores relataram haver diminuição drástica no número de peixes nos rios das comunidades, fazendo com que a pesca deixasse de ser uma atividade comum na subsistência dos moradores.

No caso da viabilidade da agricultura dos camponeses dos fundos de vale, além da menor quantidade de chuvas, que dificulta o desenvolvimento das roças e dos buritizais, os

³⁴ O Sr. Juarez (entrevistado na comunidade Melancias) observou que a ocorrência de chuvas atualmente se diferencia largamente do que ocorria há quinze anos. Antes, chovia de forma quase contínua entre outubro e abril. Agora, a chuva é mais escassa, estimando que a chuva tenha ocorrido por cerca de um mês apenas.

³⁵ A partir da erosão ocorre o assoreamento, que são compostos por partículas transportadas, sobretudo, pela ação das águas da chuva e pelos escoamentos superficiais e subterrâneos, depositadas em áreas baixas do relevo, sedimentando-se em calhas, rios, lagos, etc.

principais obstáculos são gerados pelo uso descontrolado dos agrotóxicos³⁶ nos planaltos, que desencadeiam a proliferação de pragas (*i.e.* mosca-branca) e dificuldades no manejo das roças, como explicitado no parágrafo a seguir.

Caracterizando-se como fortes agentes na produção do agronegócio, o uso dos agrotóxicos tem, basicamente, a função de eliminar todos os organismos do ambiente onde é aplicado, com exceção de plantas determinadas que são resistentes ao veneno. Assim, a devastação da biodiversidade nos planaltos, providenciada, sobretudo, pelo desmate e pela utilização dos agrotóxicos, promove o desequilíbrio ecológico, auxiliando na proliferação de pragas³⁷ e as afugentando para os fundos de vales.

A mosca-branca (*Bemisia argentifolii*)³⁸ é considerada pelos moradores como uma praga surgida com a consolidação do agronegócio na região. Essa espécie de inseto se hospeda em cultivos de feijão, arroz, mandioca e milho e também devasta os cultivos de abóbora e hortaliças com grande facilidade, além de ser relatada como principal elemento que tem contribuído com a improdutividade dos cultivos de fava em toda a região analisada (foto 9, ao final desta página). Além da mosca-branca, tem ocorrido a proliferação de um tipo de capim (*Setaria parviflora*)³⁹ (foto 10, ao final desta página), que compete com o desenvolvimento dos cultivos e dos pastos que serviriam de alimentação dos animais e retarda a recomposição da vegetação nativa nas roças de toco abandonadas ciclicamente. Este capim não serve para qualquer tipo de alimentação (humana ou dos animais criados), caracterizando-se como um obstáculo ao desenvolvimento dos espaços dos cultivos agrícolas camponeses e proliferando-se rapidamente pelos terrenos.

³⁶ Termo que denomina tipos de pesticidas: substâncias químicas ou agentes biológicos tóxicos que agem para eliminar diversos tipos de organismos, como bactérias (bactericidas), insetos (inseticida), plantas (herbicidas), fungos (fungicidas), ácaros (acaricidas), etc., e, por isso, comumente conhecidos como um tipo de veneno.

³⁷ Em suma, plantas e animais que se proliferam com maior facilidade em ambientes desequilibrados.

³⁸ A mosca-branca é muito presente em regiões agrícolas modernas. Os danos causados são: a sucção de seiva que enfraquece as plantas; o depósito de toxinas que provocam crescimento desuniforme dos tecidos vegetais; a secreção de uma substância açucarada que favorece a fumagina, o que impede a fotossíntese nas plantas.

³⁹ O capim recebe diferentes denominações entre as comunidades, como “capim rabo de raposa” ou “capim búfala”.

Fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10: Registros fotográficos (horizontalidades consequentes)



Foto 5



Foto 6



Foto 7

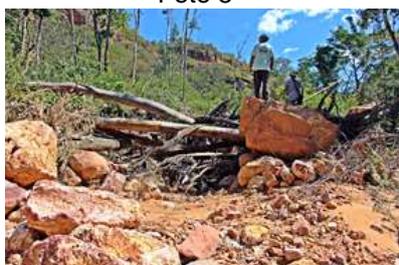


Foto 8



Foto 9

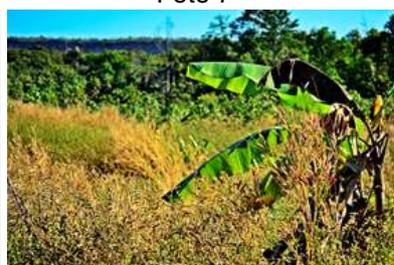


Foto 10

Foto 6: Senhor João e a sua casa queimada em 2016 (Baixão Fechado); Foto 7: Trator do “correntão”, em amarelo, ao fundo, na “Chapada Até Que Enfim”, em 18 jun. 2018; Foto 8: Senhor Juarez apontando o nível mais baixo que o rio alcançava (Melancias); Foto 9: Erosão visitada em Melancias; Foto 10: Os diferentes desenvolvimentos da fava (Melancias); Foto 11: Recomposição natural da vegetação impedida pelo capim “rabo de raposa” (Melancias);
Fotos: Spadotto; Coguetto, jun. 2018.

Quadro 1: Verticalidades nas comunidades visitadas

| Comunidade | Verticalidades sobre as questões fundiárias (grilagem)* | Verticalidades sobre as questões ambientais** |
|-----------------------|--|--|
| Rio Preto | Primeiros conflitos na década de 1990; Acirrados em 2000 e explicitados em 2007. | Mudanças climáticas: extinção de nascentes; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa; Gado abatido quando sobe para a serra. |
| Morro D'Água | Primeiros conflitos no ano 2000 com violência. Em 2004 começaram as ameaças com base na grilagem. | Turbidez do brejo; Voçoroca; Extinção do capim que servia de alimento para o gado. |
| Melancias | Primeiros conflitos na década de 1980, acirrados a partir de 2000, com descaso explícito do Estado. | Mudanças climáticas: diminuição do regime de chuva e do nível dos corpos d'água; Extinção de nascentes; Turbidez dos rios; Escassez de peixes; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa e mosca-branca; Voçoroca; Improdutividade da agricultura (sobretudo, fava); Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos. |
| Vão do Vico | Primeiros conflitos com violência no final da década de 1960 com grileiros (família Avelino); Conflito há cerca de 4 anos com a empresa Damha. | Mudanças climáticas: diminuição do regime de chuva e do nível dos corpos d'água; Deslocamento de nascentes; Turbidez dos rios; Proliferação de pragas: capim rabo de raposa e mosca-branca; Problemas de saúde (com forte cheiro) e ambientais (sobretudo, impacto no buritizal e extinção de abelhas) por agrotóxicos; Desaparecimento de fauna: abelhas. |
| Chupé | Conflitos com grileiros a partir de 2010. | Proliferação de pragas: mosca-branca; Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos; Desaparecimento de fauna: espécies de pássaros. |
| Baixão Fechado | Conflitos com grileiros a partir de 2010. | Extinção de nascentes; Turbidez dos rios; Escassez de peixes; Proliferação de pragas: mosca-branca; Problemas de saúde e ambientais por agrotóxicos. |

Fonte: Informações coletadas em trabalho de campo pelos autores, 2018;

*Segundo informação oral coletada, referente aos primeiros conflitos;

**Segundo informação oral coletada, referente ao avanço do agronegócio.

Considerações finais

Conforme apresentado neste artigo, foi possível evidenciar a contradição e os conflitos decorrentes da disputa por diferentes usos do território na região intermediária do Sudoeste Piauiense, um uso dedicado à agricultura camponesa e outro dedicado ao agronegócio globalizado.

Correspondentemente, verificou-se a contradição entre uma solidariedade orgânica da classe camponesa, representada pelo trabalho coletivo desenvolvido no preparo, plantio e colheita nas roças e na mobilização coletiva em defesa da posse da terra, *versus* uma solidariedade organizacional do agronegócio globalizado, representado pelos planos econômicos estatais (como o “Projeto de Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA” do Governo Federal, e o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial), pela entrada de grandes empresas financeirizadas na região e pela intermediação realizada por grileiros, coronéis, aliciadores, cartórios, juízes e políticos locais para a apropriação de terras.

Na solidariedade orgânica, a classe camponesa constrói sua vida buscando enfrentar os desequilíbrios entre o estabelecimento de seu cotidiano social, sua produção agrícola e o ecossistema em seu entorno. Essa (re)existência se configura em um ambientalismo dos pobres (MARTINEZ-ALIER, 2002), isto é: uma organicidade pela manutenção da biodiversidade (agro)ecológica regional, da qual a existência da própria classe camponesa é diretamente dependente. Esse aspecto foi evidenciado pela mobilização coletiva em defesa da preservação das nascentes e dos rios regionais em Melancias. Neste ponto, concluímos que, caso aceitas as reivindicações da organização da classe camponesa local, que inclui a legitimação de um assentamento rural para as terras da maioria das comunidades inseridas na APA “Nascentes do Rio Uruçuí-Preto” (isto é, terras que vão da Comunidade Morro D’Água até a Comunidade Negas), boa parte desta área (cerca de 30 mil hectares) seria desenvolvida de forma (agro)ecologicamente viável.

Por outro lado, sob o ponto de vista do imperativo da competitividade do mercado, é notável que apenas a Comunidade Melancias - por possuir um domínio territorial abrangente, além de uma instrumentação educacional e técnica de seus moradores - consegue, atualmente e frequentemente, vender algum excedente de suas produções.

Por fim, a partir do par dialético conceitual de horizontalidades e verticalidades, conseguimos analisar os impactos territoriais que o avanço do agronegócio globalizado e do controle financeiro de terras provoca sobre as comunidades locais. Especificamente, evidenciamos: 1. as verticalidades sobre as questões fundiárias pela posse da terra, como os conflitos entre empresas (intermediadas por grileiros) *versus* os posseiros camponeses; 2. as verticalidades sobre o meio ambiente pelo uso intensivo do solo pelo agronegócio, pelo desmatamento e pela utilização de agrotóxicos em larga escala, que afetam as populações locais; e 3. as horizontalidades consequentes das citadas verticalidades, evidenciadas pela resistência camponesa local organizada em defesa da posse e uso de suas terras habitadas desde tempos imemoriais.

Referências

ALVES, V. E. L. **O mercado de terras nos cerrados piauienses: modernização e exclusão.** Revista Agrária, São Paulo, Ano: 10/11, p.73-98, 2009.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Soja no Brasil: pobreza, violência e insegurança alimentar.** Publicado em ago. 2018. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2018.

AZEVEDO, A.; MONTEIRO, J. **Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no Cerrado e suas inter-relações com os recursos hídricos na região do Pantanal.** Brasília: WWF, 2003. Disponível em: <http://assets.wwf.org.br/downloads/wwf_brasil_impactos_atividade_agropecuaria_cerrado_pantanal.pdf>. Acesso em 30 jun. 2018.

BARBIRATO, F. E. L.; SOUZA, L. I. MATOPIBA: a expansão da agricultura em remanescentes de vegetação nativa de bioma Cerrado. In: **Sustentabilidade em debate.** n. 7, jul. 2018. Disponível em: <http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5b97b2571bff0_sustentabilidade_imaflora_07_DIGITAL.pdf>. Acesso em 13 set. 2018.

BORRAS JR, S M; FRANCO, J. C; GÓMEZ, S; KAY, C; SPOOR, M. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **Journal of Peasant Studies** 39(3-4): 845-872. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministro. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União nº 84,** Brasília, DF, 04 mai. p. 20. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.346,** de 15 de setembro de 2006 [2006b]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2018.

CAMARGOS, D. **Filantropo em São Paulo, empresário é acusado de mortes e roubo de terras no Nordeste.** Repórter Brasil, 02 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2018/09/empresario-euclides-de-carli-acusado-mortes-roubo-terras-nordeste/>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

CARVALHO, I. **Vilão do desmatamento ilegal, correntão é vendido na internet com dicas para evitar fiscalização.** De olho nos ruralistas, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/08/13/vilao-do-desmatamento-ilegal-correntao-e-vendido-na-internet-com-dicas-para-evitar-fiscalizacao/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Comunidades Impactadas pelo agronegócio no Piauí criam Coletivo de Resistência e unificam lutas.** Publicado em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4392-comunidades-impactadas-pelo-agronegocio-no-piaui-criam-coletivo-de-resistencia-e-unificam-lutas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DOEPI (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ), **Página 64,** 28 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/24017648/pg-64-diario-oficial-do-estado-do-piaui-doepi-de-28-12-2010>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira,** São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 484 p.

EDELMAN, M; OYA, C; BORRAS JR, S. M. 2013. Global Land Grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly** 34(9): 1517-1531.

FIAN; REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos); CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba, Brasil**. FIAN Internacional, Heidelberg, Alemanha, 2018.

FREDERICO, S. **Território, capital financeiro e agricultura: investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro**. Relatório Final de Pós-Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia, UNESP, Rio Claro, 2016.

FREDERICO, S.; BERNARDES, J. A.; GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V.; MALDONADO, G. **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

GERCOG (Grupo de Especial de Regularização Fundiária e Combate à Grilagem), **Portaria 002/2016**. Ação Anulatória de Ato Jurídico do Ministério Público Estadual do Piauí de 22 de Junho de 2016.

GRAIN (Genetic Resources Action International). **Seized: the 2008 land grab for food and financial security, 2008**. Available from: <<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>>. (Accessed: August 31, 2017).

GRAIN (Genetic Resources Action International); REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **O fiasco agrícola bilionário da universidade de Harvard**. Relatório. Agosto 2018. Disponível em: <https://social.org.br/files/pdf/PT_FINAL_PDF_Harvard.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

INCRA. **O que é Cadeia Dominial do Imóvel?** 17 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/o-queecadeiadominial>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

INCRA. **O que é Grilagem?** 17 de Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change**. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2007.

MARTINEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MACHADO, R. L. A. **Conceitos: Segurança Alimentar e Soberania Alimentar**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República. Publicado em 29 mai. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em 20 ago. 2018.

MCDONALD, M.; FREITAS, T. **Harvard's Foreign Farmland Investment Mess**. Bloomberg Businessweek, 6 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-09-06/harvard-s-foreign-farmland-investment-mess>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

MIRANDA, E. E. **MATOPIBA**: Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Embrapa, MAPA, Brasil: Governo Federal, 2015.

MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL). **Recomendação da suspensão da aplicação da Lei Estadual nº 6.709/2015 em relação às áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais**. Procuradoria da República no Estado Do Piauí; Grupo de Trabalho Cerrado (4ª CCR); Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais (6ª CCR), Goiânia, 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/noticias-pi/mpf-expede-recomendacao-ao-interpi-e-banco-mundial-sobre-a-regiao-matopiba>>. Acesso em: 7 Set. 2018.

PBMC (Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas). **Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Sumário Executivo do GT2. PBMC, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **LEI Nº 12.651**. Código Florestal Brasileiro. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos DE 25 DE MAIO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 12 de Set. 2018.

REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo (SP): Editora Outras Expressões, 2015.

REDE (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos). **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo (SP): Editora Outras Expressões, ISBN: 978-85-9482-021-1, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A. C. T. **Brasil, território da desigualdade**: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI** – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

ROMERO, S. **TIAA-CREF, U.S. Investment Giant, Accused of Land Grabs in Brazil**. The New York Times, 16 de Novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/11/17/world/americas/tiaa-cref-us-investment-giant-accused-of-land-grabs-in-brazil.html>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

RODRIGUES, B. **Ministério Público Investiga empresário Euclides de Carli**. Grande Portal de Notícias do Piauí, 03 de Agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/noticias/ministerio-publico-investiga-empresario-euclides-de-carli-399021.html>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, p. 25-38, jan. 2010. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100005>. Acesso em 20 ago. 2018.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**. Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Território**, n.6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Observatório Social de América Latina**. Ano 6 n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAUER, S; LEITE, S. P. 2012. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasant Studies** 39(3-4): 873-898.

SEMAR (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí). **Resumo UC APA das Nascentes do rio Uruçuí-Preto**. Publicado em 31 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.semar.pi.gov.br/editais.php?id=163>>. Acesso em 22 ago. 2018.

SILVEIRA, M. L. Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades. **Cuadernos Del Cendes**, Ano 25, n. 69, set/dec. 2008, p. 1-19.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil (Rede) no planejamento e execução das visitas às comunidades camponesas.

Sobre os autores

Bruno Rezende Spadotto – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-3821-9695>.

Jaqueline Vigo Coguetto – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro; **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2187-8176>.

Como citar este artigo

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos(as) autores(as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Bruno Rezende Spadotto** ficou

especificamente responsável pelo desenvolvimento relativo às verticalidades da apropriação de terras pelo capital financeiro na Comunidade Baixão Fechado; o segundo autor **Jaqueline Vigo Coguetto**, pelo desenvolvimento relativo à descrição das horizontalidades ambientais da Comunidade Melancias. Ambos foram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados, suas interpretações e análises, assim como pelos procedimentos técnicos.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 2018.

Devolvido para a revisão em 18 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 15 de dezembro de 2018.

Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais

Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: carlos.feliciano@unesp.br

Carlos Eduardo Ribeiro Rocha

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: cadusophia@gmail.com

Resumo

Os conflitos por terra no estado do Tocantins têm se agravado na última década, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Mortes, despejos, ameaças, ações de jagunços contratados por grileiros são algumas das características da produção territorial do conflito agrário nesse estado. O discurso de “última fronteira agrícola” e a expansão do capital, principalmente estrangeiro para a produção de *commodities*, tem feito surgir um aumento pela busca por terra nessa parte do bioma Cerrado, onde uma classe política/agrária se utiliza de suas relações dominantes de poder para expropriar e dispor terras para o capital. Nessa conjuntura agrária que se encontra o estado do Tocantins, políticas públicas de Estado, como a formalização do território do MATOPIBA em 2015, reforça e potencializa os conflitos por terra, que cada vez mais se mostra violento e perverso.

Palavras-chave: Conflitos; violência; soja; MATOPIBA; território.

Tocantins in the context of the MATOPIBA program: Territorialization of agribusiness and intensification of territorial conflicts

Abstract

Conflicts over land in the state of Tocantins have worsened in the last decade, according to CPT data. Deaths, evictions, threats, roughnecks actions contracted by grileiros are some of the characteristics of the territorial production of the agrarian conflict in that state. The discourse of the "last agricultural frontier" and the expansion of capital, mainly foreign to commodity production, has led to an increase in the search for land in this part of the biome Cerrado where a political / agrarian class uses its dominant relations of power to expropriate and dispose of land for capital. In this agrarian conjuncture that is the state of Tocantins, state public policies, such as the formalization of the territory of MATOPIBA in 2015, reinforces and enhances conflicts over land, which is increasingly violent and perverse.

Keywords: Conflicts; violence; soy; MATOPIBA; territory.

Tocantins en el contexto del MATOPIBA: Territorialización del agronegócio e intensificación de los conflictos territoriales

Resumen

Los conflictos por tierra en el estado de Tocantins se han agravado en la última década, según datos de la CPT. Mortes, desalojos, amenazas, acciones de *jagunços* contratados por *grileiros* son algunas de las características de la producción territorial del conflicto agrario en ese estado. El discurso de "última frontera agrícola" y la expansión del capital, principalmente

extranjero para la producción de commodities, ha hecho surgir un aumento por la búsqueda por tierra en esa parte del bioma Cerrado, donde una clase política / agraria se utiliza de sus relaciones dominantes poder para expropiar y disponer tierras para el capital. En esa coyuntura agraria que se encuentra el estado de Tocantins, políticas públicas de Estado, como la formalización del territorio de MATOPIBA en 2015, refuerza y potencia los conflictos por tierra, que cada vez más se muestra violento y perverso.

Palabras Clave: Conflictos; violencia; soja; MATOPIBA; territorio.

Introdução

O objetivo do trabalho é fazer uma análise descritiva do avanço do agronegócio no Cerrado Tocantinense, destacando a criação do programa de incentivo agrícola do governo federal MATOPIBA, assim como, o crescimento no número de ocorrências do uso da violência no campo nesse estado. Para produção do texto foram pesquisadas bibliografias referentes aos PND's I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento 1972 e 1975) que dirigiram o avanço de fronteira agrícola em direção ao bioma Cerrado e textos sobre a atual produção agrícola no Tocantins. Também foram pesquisadas bibliografias sobre a expansão do capital na agricultura e estrangeirização de terras. Foram feitas entrevistas a produtores em fazendas produtoras de soja. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre violência no campo tocantinense foram tabulados e foram utilizados mapas de localização e produção agrícola, além de gráficos. Realizamos um quadro de informações sobre empresas que atuam no ramo do agronegócio e estão instaladas no Tocantins. Também acessamos sites de notícias para evidenciar a conjuntura da produção agrícola nesse estado.

A expansão da modernização agrícola no interior do Brasil se deu por intermédio de programas de desenvolvimento (ROCHA e FOSCHIERA, 2018). Esses programas se deram em áreas diferenciadas e com diferentes formas produtivas, destacando-se a mineração, a criação de gado, a industrialização e a produção agrícola. Dentre os programas de desenvolvimento agrícola se destacou a produção de soja principalmente em áreas do bioma Cerrado.

As políticas públicas dirigida pelo Estado com um discurso de modernização do espaço agrário no norte do Brasil tiveram como características a grilagem de terra e violência contra “migrantes nordestinos, que praticavam uma agricultura de subsistência, “a chamada roça de toco”, bem como o extrativismo” (OLIVEIRA e CRESTANI, 2014, p. 208).

No antigo norte goiano e atual estado do Tocantins, foram implantados projetos de incentivos agrícolas tanto por parte do governo federal como de governos estaduais. Esses projetos estão distribuídos em diferentes regiões do estado e se caracterizam pela desapropriação de áreas ocupadas e repassadas a produtores rurais externos àquelas áreas e conflitos por terra.

Atualmente, com a formalização do território do MATOPIBA,¹ o setor agrícola do estado do Tocantins, através de seus representantes políticos, tem sido posto literalmente a venda a capitalistas estrangeiros. Segundo o portal de notícias Atitude, a senadora pelo Tocantins Katia Abreu, hoje filiada ao Partido Democrático Brasileiro – PDT esteve em agosto de 2017, em Pequim na China participando do Fórum Desafio Brasil + China fazendo palestra e cooptando capital chinês para investimento no MATOPIBA. (PORTAL DE NOTICIAS ATITUDE, 2017, p. 01).

Esse avanço de fronteira agrícola no cerrado Tocantinense tem feito à violência no campo aumentar. Sobre as principais causas que motivaram a violência no campo nessa região na década de 1980, segundo Oliveira e Crestani foram:

i) a estrutura da malha fundiária; e ii) a fertilidade do solo. O primeiro se refere à questão da posse da terra, aos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; acrescenta-se a própria estrutura fundiária regional submetida à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária no país. O solo da região do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado (OLIVEIRA e CRESTANI, 2014, p. 209).

Na Região conhecida como “Bico do Papagaio²” no estado do Tocantins, uma das que aglomeram a maior quantidade de conflitos por terra, segundo a CPT, só em 2017 houve cerca de 114 ocorrências, entre tentativa e ameaça de expulsão, casas destruídas e pertences destruídos. Essa monopolização da produção de commodities, que está se ampliando pelo estado tem sido direcionada por ações governamentais em forma de subsídios e infraestrutura, configurando esse setor como estratégico para seu desenvolvimento econômico, porém sem ter o mesmo engajamento quando se trata de agricultura camponesa e comunidades tradicionais, as quais estão em conflito com esse modelo de desenvolvimento.

A territorialização do agronegócio no Cerrado tocantinense

A região do Cerrado, onde hoje se encontra o programa de desenvolvimento agrícola MATOPIBA, passou a despontar com grande potencial para expansão de fronteira agrícola ainda na década de 1970, quando políticas públicas territoriais foram efetivadas nessa região. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) formularam instrumentos de revitalização

¹ O território do MATOPIBA, programa do governo federal, passou a ser delimitado formalmente em 2013 pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tendo seu território oficializado pela então presidente Dilma Rousseff, com o decreto Nº 8.447, de 06 de maio de 2015. Segundo dados da Embrapa 2015, o território do MATOPIBA compreende 04 Estados, 31 Microrregiões, 337 Municípios abrangendo uma área total de 73.173.485 ha (51% da área dos 4 Estados). (Embrapa, 2014).

² A microrregião do Bico do Papagaio, que possui uma área de 15.993,20 km², correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios. O Censo Demográfico de 2010 registrou uma população de 196.367 habitantes, que representa 14% do total da população do estado. A densidade demográfica é de 12,45 hab/km², enquanto a do estado é de 4,98 hab/km² e, a do Brasil, de 22,40 hab/km² (IBGE, 2010). Mais informações sobre os conflitos na região ver SADER, Regina. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

e modernização da agricultura brasileira no sentido de dinamizar o setor agrícola e de ampliar a produção de alimentos e de matérias-primas; aumentar as exportações e a substituição das importações; redistribuir geograficamente as populações rurais por meio da colonização. Para Costa (1988), o I PND (1969-1974) tinha uma perspectiva de colonização, enquanto que o II PND (1975-1979) voltou-se mais para uma ocupação baseada em um novo patamar da política econômica global, ligada à produção para o crescimento das exportações.

Outros três programas agrícolas de cunho governamental que influenciaram a recente ocupação produtiva do Cerrado no período posterior a 1970 foram: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implementado pelo governo de Minas Gerais, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), ligados ao governo federal.

O PADAP foi criado em 1973, em Minas Gerais, e tinha como intuito afirmar a viabilidade técnica e econômica do potencial agrícola do Cerrado, tendo por meio da ocupação de colonos de descendência japonesa, vindos, principalmente, do Sul/Sudeste do país. Segundo Pires (2000, p. 119), “no planejamento do PADAP, previa-se a realização de 15 atividades produtivas, no entanto, na sua efetivação, estas reduziram-se a quatro, ocorrendo uma acentuada especialização em torno do cultivo da soja, do trigo e do café”.

O POLOCENTRO foi efetivado em 1975 e foi implantado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Seu objetivo era incorporar mais de três milhões de hectares de terras do Cerrado destinados à pecuária, agricultura e reflorestamento (PIRES, 2000).

O uso e ocupação do solo com lavouras tecnificadas, assentadas em grandes propriedades, voltadas à produção de arroz, soja e milho para exportação, exemplificam como se deu a modernização da agricultura no Cerrado, principalmente os que faziam parte dos programas governamentais de ocupação das terras.

O Tocantins, estado que tem seu território totalmente incluído no MATOPIBA, é palco de inúmeros polos de produção agrícola. Atualmente, o principal produto que vem abrindo as maiores áreas para plantio e tendo os maiores investimentos de capital é a soja. Em síntese, algumas cidades polo se destacam na produção agrícola do estado, como Campos Lindos, na região nordeste, com a produção de soja, arroz e milho, e em menor escala o cultivo de frutas tropicais. A região do Jalapão vem se destacando no ecoturismo, silvicultura, floricultura, etc. Na região sudeste do estado o projeto Manoel Alves³ vem estimulando a

³ O Projeto Manoel Alves é um investimento do Programa de Perenização das Águas do Tocantins (PROPERTINS), de iniciativa do Governo do Tocantins, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, implantado com recursos do Ministério da Integração Nacional, 90%, e do Executivo Estadual, 10%. Localizado no sudeste do Tocantins, esse grandioso projeto se destina, principalmente, à exploração da

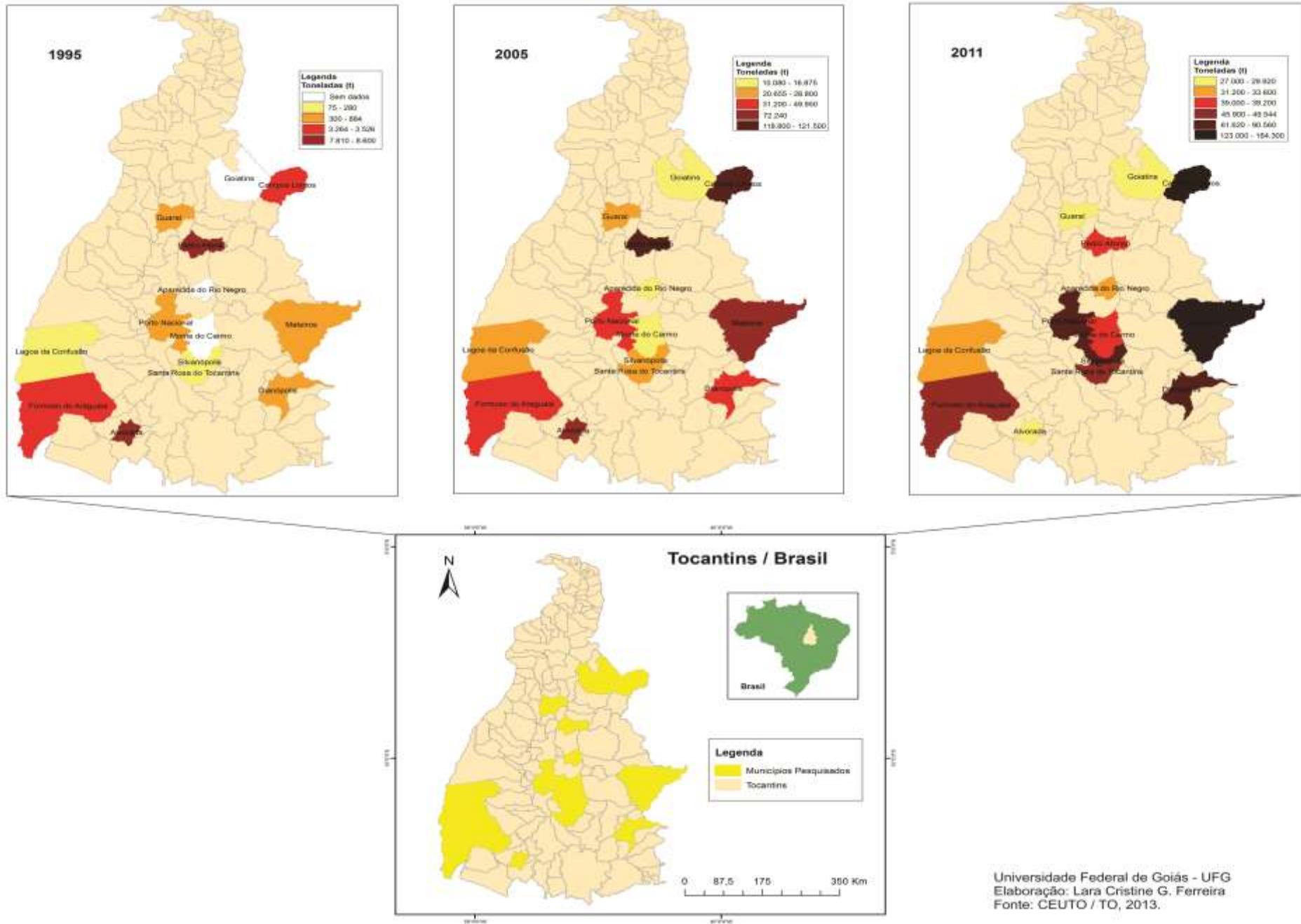
produção agrícola, nas áreas de fruticultura e pecuária. No extremo norte do estado se desenvolve o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), com o objetivo de aproveitar as potencialidades locais. No sudoeste do estado foram implantados os Projetos Rio Formoso e Projeto Javaés⁴, que engloba os municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão, viabilizando a expansão da fronteira agrícola do estado, produzindo principalmente arroz irrigado. Na região centro-norte destaca-se o Prodecer III em Pedro Afonso, voltado para produção de grãos.

Em relação ao plantio de soja no Tocantins (Figura 1), Santos (2014) apresenta uma análise temporal dessa produção, considerando 14 municípios, sendo eles: Goiatins, Campos Lindos, Guaraí, Pedro Afonso, Aparecida do Rio Negro, Mateiros, Porto Nacional, Lagoa da Confusão, Silvanópolis, Santa Rosa, Formoso do Araguaia, Dianópolis e Alvorada, com maior expressão em produtividade. Em 1995, as áreas com maiores índices de produção por faixa de número de toneladas produzidas estavam nos municípios de Alvorada e Pedro Afonso, sendo que os municípios de Monte do Carmo, Aparecida do Rio Negro e Goiatins, que também estão relacionados na análise, neste momento não produziam soja. Vale ressaltar que as duas regiões onde se encontravam os dois municípios em destaque (Alvorada e Pedro Afonso) estavam mais estruturadas em relação às demais. No sudoeste, onde se localiza o município de Alvorada, a estrutura pode ter vínculo com a implantação do projeto Rio Formoso, no município de Formoso do Araguaia, e no norte no município de Pedro Afonso, com a implantação do Prodecer III.

agricultura irrigada (fruticultura tropical) e representa uma das mais importantes oportunidades de crescimento da região. (Silva e Aires, 2012, pag. 01).

⁴ O projeto Lagoa da Confusão e o projeto Rio Formoso fazem parte do Projeto Javaés/Mesopotâmia – atualmente denominados projetos de irrigação das várzeas do Araguaia no Plano Estadual de Irrigação (PEI/TO) –, cujo principal objetivo é permitir o cultivo de duas safras por ano (safra e entressafra), por meio da construção de barramentos. (P.B de Moraes et al. 2014, pag.89).

Figura 1: Quantidade Produzida de Soja – Tocantins/Brasil (em toneladas)



Em 2005 há uma expansão na produção de soja em todos os municípios relacionados, sendo que, segundo Santos (2014), os municípios de Aparecida do Rio Negro, Monte do Carmo e Goiatins só começaram a produzir soja em 2001. A região centro-sul do estado aumenta seus índices de produção em 2005, se destacando os municípios de Porto Nacional, Santa Rosa e Silvanópolis.

Vale salientar que se instala nessa região, em 2003, a primeira empresa de originação⁵ de soja, a Bunge Alimentos, estimulando o aumento da produção, diminuindo custos com frete, porém monopolizando a comercialização do grão, pois não existia concorrência.

Os municípios que se destacam neste período e que tem grande representatividade na produção de soja do estado são os municípios de Campos Lindos, Mateiros e Dianópolis.

A região centro-sul do estado, desde 2011, se estruturava como um dos principais polos de produção de soja no Tocantins. A produção de soja nos municípios de Porto Nacional, Monte do Carmo, Santa Rosa e Silvanópolis representa, segundo dados do IBGE de 2013, cerca 25% de toda soja produzida no estado, sendo Porto Nacional o principal polo agregador de investimentos privados no setor sojicultor.

O quadro a seguir apresenta *tradings* multinacionais e brasileiras que estão territorializadas e estruturam a demanda pela produção desta *commodity* na área central do estado do Tocantins (Quadro 1). Vale ressaltar que tais empresas operam apenas com o financiamento, suporte técnico e compra da produção, não fazendo parte do seu rol da atuação a produção de soja na região. A ordem de identificação segue a cronologia de chegada dessas empresas em cada município da região.

Quadro 1: Tradings instaladas em Porto Nacional, Palmas, Silvanópolis e Santa Rosa no TO.

| | Empresas | Origem/ Fundação | Filiais | Atuação | Ano de Instalação no Brasil | Ano de Instalação e atuação em Porto Nacional e demais municípios. |
|----------|----------------------|--|--|--|--|---|
| 1 | Bunge Alimentos S/A. | Fundada em Amsterdam na Holanda em 1818. Sede atual em White Plains, Estados Unidos. | América do norte, América do sul, Europa, Ásia, Oriente Médio, Caribe, | Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global. | 1905, em Santos – São Paulo. | Em 2003. Financiamento, comercialização, armazenamento e logística. |

⁵ Conforme o MAPA (2007), originação “tem como função descrever o papel destinado a algumas empresas em coordenar o suprimento de matérias primas. Os originadores envolvem cooperativas, corretores, armazenadores e *tradings*”.

| | | | | | | |
|---|---|--|--|--|------------------------------|--|
| 2 | Multigrain S/A. | Fundada em 1988 em São Paulo. É controlada pela japonesa Mitsui a CHS Inc. Americana e a Brasileira PMG Trading. | MT, DF, GO, MG, BA, TO e MA. | Assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. | Fundada no Brasil em 1988. | Em 2007. Financiamento, comercialização e logística. |
| 3 | Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A. | Fundada em 1965 em São Paulo. | MT, MS, GO, RS, MG e TO. | Assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, biocombustíveis, logística. | Fundada no Brasil em 1965. | Em 2009. Comercialização, armazenagem, processamento, logística. |
| 4 | Agrex do Brasil S/A. | Fundada em 1995 como Ceagro, integrou-se ao grupo Los Grobo em 2008 e em 2012 a Mitsubishi Corporation torna-se acionista, passando a se chamar Agrex do Brasil. | PI, GO, MT, BA e TO. | Sementes próprias, agrotóxicos, fertilizantes, assistência técnica, produção financiamento, comercialização, armazenamento, logística. | Fundada no Brasil em 1995. | Em 2010. Financiamento, comercialização, logística (única com transbordo no pátio multimodal). |
| 5 | CHS Comércio, Serviços e Soluções Agrícolas Ltda. | Fundada em 1929 nos Estados Unidos. Têm como sócia a Multigrain, além da Mitsui e a companhia brasileira PMG Trading. | Europa, Ásia, América do sul. No Brasil – São Paulo. | Financiamento, produção, Comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global. | Instalada no Brasil em 2003. | Em 2010. Financiamento, comercialização, logística. |
| 6 | Fiagril Ltda. | Fundada em 1989 em Mato Grosso. | Tocantins. | Sementes, agrotóxicos, financiamento, comercialização, armazenamento, bioenergia, logística. | Fundada no Brasil em 1989. | Em 2011. Agrotóxicos, financiamento, comercialização, armazenamento, logística. |
| 7 | Cargill Agrícola S/A. | Fundada 1865, Conover, Iowa, EUA. Possui sede em Wayzata, MN. | Encontra-se em 67 países. No Brasil a sede em SP. | Financiamento, produção, comercialização, processamento, logística. Ação global. | Instalada no Brasil em 1965. | Em 2013. Financiamento, comercialização, logística. |
| 8 | CGG Trading S/A. | Fundada em 2010. Empresa brasileira com capital japonês. Iniciou, em 2013, a construção do Terminal de Grãos do Maranhão | MT, PI, GO, MG e TO. | Financiamento, produção, armazenamento, comercialização e escoamento logístico. | Fundada no Brasil em 2010. | Em 2013. Financiamento, comercialização, logística. |

TOCANTINS NO CONTEXTO DO MATOPIBA: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

| | | | | | | |
|----|------------------------------------|--|--|--|------------------------------|--|
| | | (TEGRAM) no porto de Itaqui. | | | | |
| 9 | Amaggi & LD Commodities S/A. | Fundada em 2009. Empresa brasileira com capital Francês. | MA, TO e PI. | Financiamento, produção, comercialização, armazenamento, logística. | Fundada no Brasil em 2009. | Em 2014. Comercialização, logística. |
| 10 | ADM - Archer Daniels Midland Ltda. | Fundada em 1902, Minneapolis, Minnesota, EUA. Possui sede em Decatur, IL, EUA. | Está presente em 75 países. | Financiamento, assistência técnica, produção, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global. | Instalada no Brasil em 1997. | Em Palmas 2010. Financiamento, comercialização, logística. |
| 11 | Algar Agro S/A. | Fundada em 1978 em Uberlândia – MG. Pertence ao Grupo Algar | MG, GO, S, RJ, PR, MA, DF e TO. | Financiamento, produção, armazenamento, comercialização, processamento, logística. | Fundada no Brasil em 1978. | Em Silvanópolis 2011. Financiamento, armazenagem, comercialização, logística. |
| 12 | Nidera Sementes Ltda. | Fundada em 1920 nos Países Baixos. | Está presente em mais de 20 países. No Brasil está nos estados do MA, BA, MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS e TO. | Sementes, financiamento, comercialização, armazenamento, processamento, logística. Ação global. | Fundada no Brasil em 1950. | Em Silvanópolis 2014. Financiamento, comercialização, logística. |
| 13 | Sodrugestvo trading S/A. | Foi fundada em 1994 em Luxemburgo. | Rússia, Escandinávia, Norte da Europa, Orien. Médio, Brasil: Uberlândia e Paraguai. | Financiamento, produção, comercialização, armazenagem, processamento, logística. Ação global. | Fundada no Brasil em 2010. | Em Santa Rosa 2014. Financiamento, comercialização, logística. |

Fonte: Sites das empresas. Organização: Autores.

Com a territorialização de *tradings* do agronegócio, o preço da terra elevou-se consideravelmente. Em entrevista realizada no dia 08/03/2015, o produtor Antonio Brauner⁶, natural do Rio Grande do Sul, relatou que em 2007 comprou terras no município de Porto Nacional - TO a preço de R\$ 2.000,00 ao hectare. Hoje ele avalia que o preço do mesmo hectare da terra esteja em torno de R\$ 40.000,00. A chegada das empresas de origem de soja no estado do Tocantins, fez com que produtores de outras regiões do país migrassem em busca de novas áreas.

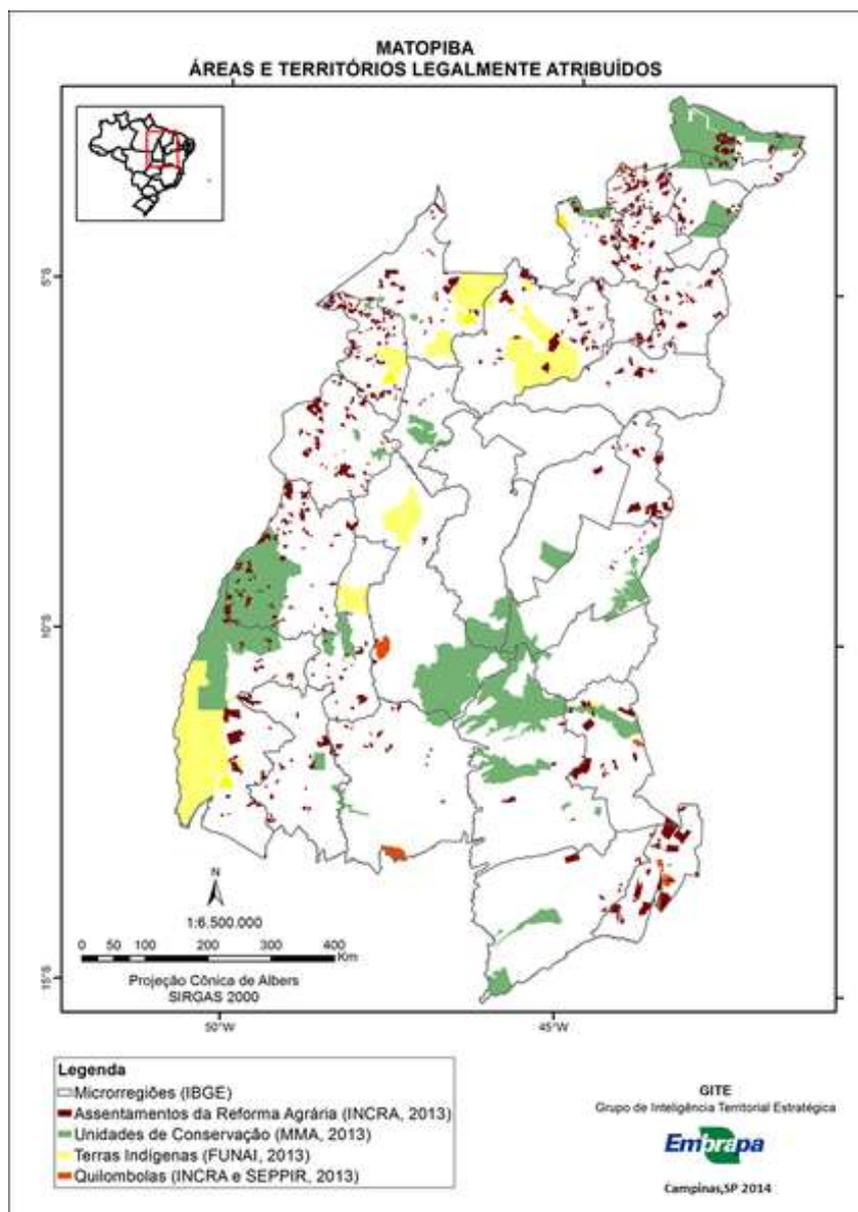
⁶ O entrevistado autorizou a divulgação de seu nome e dados da entrevista.

Essa estruturação territorial para produção de soja por empresas de origem, insumos, maquinário, transporte, assistência técnica, genética e instituições de ensino tem impactado o meio rural e a área urbana tocantinense. Todo esse processo de estruturação vem se consolidando no sentido de uma maior reprodução do capital, visto que, a especialização deste município em um só produto (*commodity*) leva a pensar em sua real intencionalidade. Para Milton Santos (2012, p. 248) “Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria outra forma de considerar a valorização do espaço”. Essa valorização do espaço elevou a procura por terras, fazendo com que os proprietários locais as vendessem ou arrendassem, não fazendo parte diretamente, nesse momento, do processo de territorialização das lavouras de soja, pois não conseguem ou não se interessaram em se inserir no mundo do agronegócio, uma vez que este processo ainda se consolidando.

Conflitos no campo tocantinense: a lógica destrutiva do programa MATOPIBA

Como já mencionado, o território do estado do Tocantins está totalmente inserido no território do MATOPIBA (Figura 2), abrangendo 08 microrregiões, 139 municípios e uma área total de 27.772.052 ha, correspondendo a 38% do total da região agrícola, o maior percentual de terras dentro do MATOPIBA. (Embrapa, 2014).

Figura 2: Área de localização do programa Matopiba



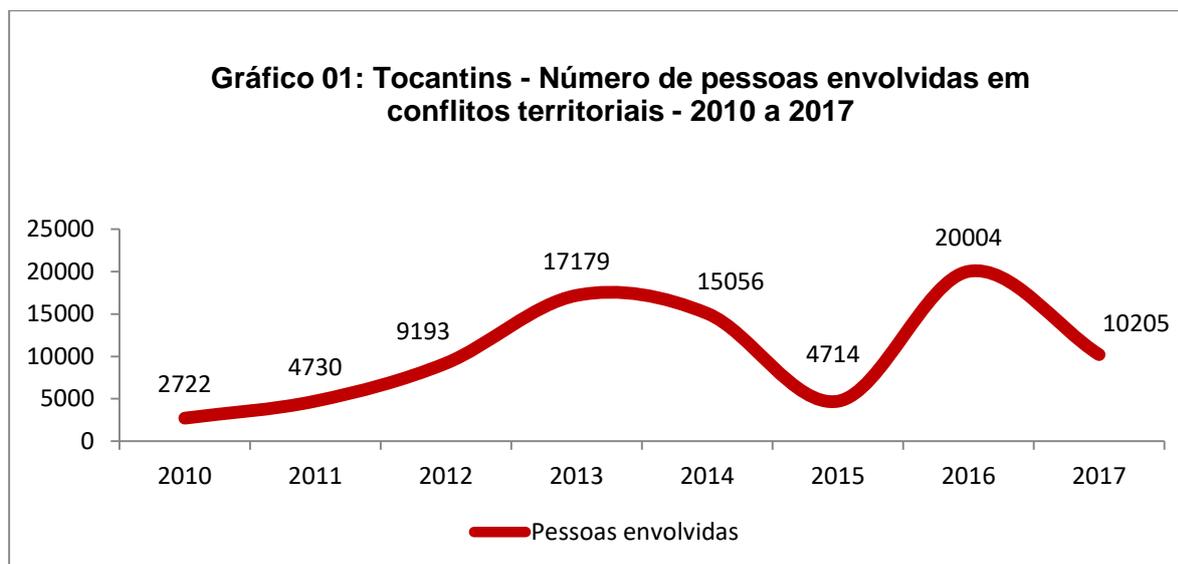
Fonte: Embrapa, 2014.

As Microrregiões geográficas do IBGE que compõem o MATOPIBA no estado do Tocantins são as do Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Gurupi, Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis, tendo o segundo maior PIB dentro do território, conflitando com territórios indígenas, quilombolas e camponeses.

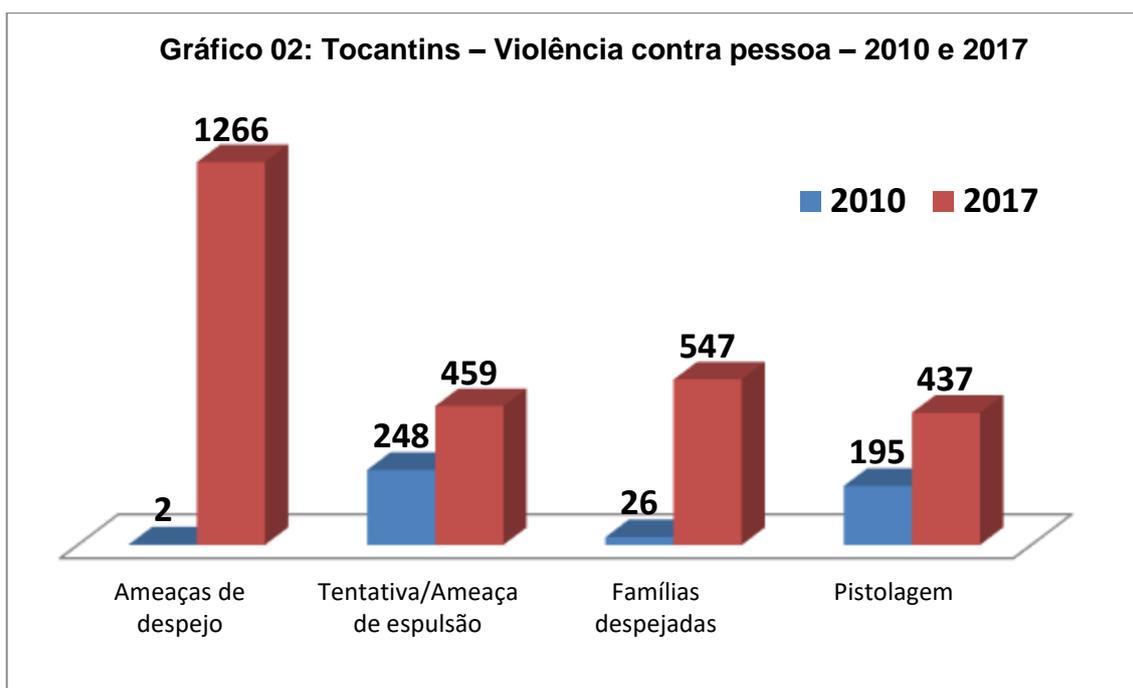
Dados de conflitos por terra no Tocantins mostram a elevação no número quantidade de famílias envolvidas em conflitos territoriais, principalmente após 2015, ano da formalização pelo governo federal do MATOPIBA (gráfico 01) Porém quando vinculamos nossa observação para o gráfico 02, pode-se considerar o clima de tensão gerado pela chegada desse programa. De 2010 a 2015 o número de pessoas ameaçadas de despejo saltou de 02 para 1266. Ainda de acordo com os dados da CPT (Gráfico 2), das quatro formas de violências levantadas,

todas tiveram crescimentos acentuados no campo tocantinense. Entendemos que esse aumento pode estar ligado ao crescimento de áreas para produção de soja, já que, como demonstrado na figura 1, de norte a sul do estado as áreas para cultivo dessa *commoditie* vem aumentando a cada ano

Quando relacionamos essas informações com o quadro 01, podemos fazer uma leitura que a violência já estava em processo crescente com a territorialização das *tradings*, a partir dos anos de 2010. Isso nos faz ponderar que para o avanço, consolidação e legitimação do agronegócio na região necessitava-se de um aparato e logística do Estado, culminando na criação do MATOPIBA.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018
Organização: Autores.



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino – CPT, 2018
Organização: Autores.

Observa-se a partir dos gráficos, que em menos de 10 anos a violência no campo tocantinense tem aumentado. Segundo o site Conexão Tocantins, 2017 coordenador da CPT, trás uma leitura das características dos conflitos existentes no estado.

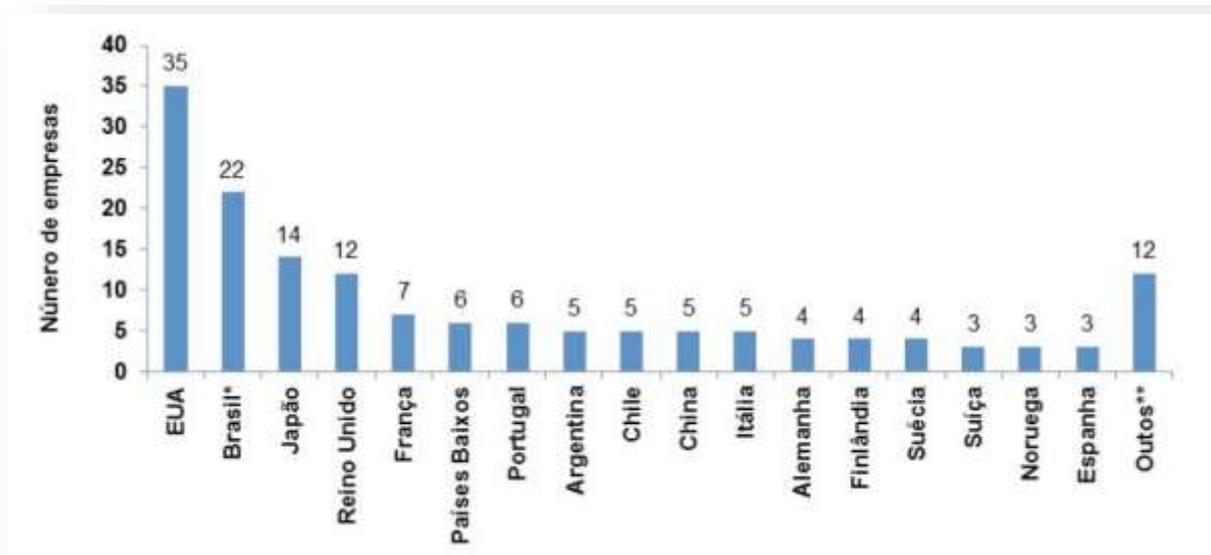
Com três assassinatos no campo e 105 ocorrências de conflitos agrários, 2016 foi um dos anos mais violentos no Estado do Tocantins. Além das três mortes registradas, houve outras duas tentativas de homicídios envolvendo agricultores familiares, sete ameaças de morte e 11 agressões físicas. Esse tipo de violência, em suma, é praticado por pistoleiros e jagunços a mando de grandes grileiros latifundiários. “A inoperância do Inkra do Programa Terra Legal com o terror vivido nas comunidades do campo, visto que áreas da União estão sendo griladas e o governo federal em vez de dar a destinação correta para essas áreas, legitima a grilagem de terras”, como aponta Edmundo Rodrigues, coordenador da regional Araguaia-Tocantins da CPT, que acrescenta “atribui-se, também, a responsabilidade ao poder judiciário, que segue concedendo mandados de reintegração de posses sem ouvir famílias, sem fazer perícia, o que ocasiona diretamente na expulsão do povo camponês” (CONEXÃO TOCANTINS, 2017, p. 01).

Assim como aumenta a violência no campo também aumenta a compra ou arrendamento de grandes porções de terras por capital nacional e/ou internacional (FERNANDES, 2011).

De acordo com a perspectiva de Oliveira (2014), a partir de 2007 começa a forjar novas empresas nacionais do setor de grãos no Brasil, que estão abrindo seus capitais em bolsas de valores. Essas empresas se articulam fazendo alianças com capital mundial, (Gráfico 3), atuando no mercado de terras através de investidores e fundos estrangeiros, fazendo com esses participem desse mercado, independentemente das ações do governo

quanto a eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros⁷, formando assim, grandes corporações nacionais mundializada na área de grãos.

Gráfico 3: Número de Empresas de Capital Internacional de Exploração de Recursos Naturais por País Sede – 2013-2017



Fonte: DATALUTA, 2018.

Sobreiro; Fernandes; D. Pereira; Ramos; Lima; L. Pereira; Silva; (2018), fazem um diagnóstico do processo de apropriação de terras pelo capital estrangeiro, dizendo que:

A estrangeirização da terra corresponde a um processo materializado de diferentes formas, como a intensificação da territorialização do agronegócio, apropriação de terras para a implantação de projetos de energia renovável, mineração e conservação ambiental, o que mostra as múltiplas estratégias do capital internacional para controlar o território. A maneira mais eficaz de compreender a estrangeirização é através do território – multidimensional e multiescalar – uma vez que a essência do processo é o controle da terra, da água, da produção agrícola, do processamento e comercialização o que possibilita também o controle das políticas do desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional. (Sobreiro; Fernandes; D. Pereira; Ramos; Lima; L. Pereira; Silva, 2018, p. 20).

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que realizou uma “Caravana ao MATOPIBA” que se iniciou no dia 04/09/2017, existem denúncias de violações de direitos humanos, como o direito à alimentação e impactos ambientais. Entre as comunidades afetadas estão agricultores familiares, povos indígenas e quilombolas e assentados da

⁷ Quanto ao controle de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil o INCRA controla através de “verificação dos limites previstos na Lei nº 5.709/71, em relação à área do município e ao total de aquisição e arrendamentos por cada nacionalidade em todo o território nacional. Também busca verificar a identificação, a análise e avaliação de qualquer ameaça de invasão de país estrangeiro no território brasileiro, tendo a finalidade de preservar a soberania, a segurança e a independência nacional, a exemplo das riquezas imateriais, a segurança alimentar, hídrica, energética e as tradições culturais das comunidades tradicionais”. (INCRA, 2018).

reforma agrária. Uma das considerações do Conselho é a de que “embora utilizam-se do conceito de sustentabilidade, que na região em tela ocorrem diversos conflitos que extrapolam a questão ambiental, conflitos fundiários, principalmente com quilombolas e indígenas e a ocorrência de trabalho escravo”. (Conselho Nacional de Segurança, 12/09/2017, p. 01).

Para Feliciano (2006), A violência é uma das características e está presente na história dos movimentos sociais do campo brasileiro. Segundo o autor, sobre a violência no campo:

No Brasil, trata-se de um fator alarmante, tendo sempre existido de forma insofismável. Muitos já morreram, outros resistem bravamente. Todos estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, seja física ou não. Mas a história do Brasil revela fatos que nos deixaram e deixam perplexos pela tamanha brutalidade como sucederam (FELICIANO, 2006, p. 81).

Considerando esse contexto exposto, o estado do Tocantins apresenta inúmeros problemas, sejam eles econômicos, sociais, políticos e ambientais, os quais precisam de uma maior visibilidade da sociedade civil e de órgãos de controle, pois o que se observa é uma verdadeira eliminação da fauna e flora do Cerrado, acompanhado de conflitos, muitas vezes mortais entre camponeses e grandes produtores.

Essa lógica está perpassada pelo entendimento que o desenvolvimento capitalista no campo ocorre de forma contraditório e desigual (OLIVEIRA, 1995), pois ao mesmo tempo que avança sobre o campo, e procura eliminar os sujeitos que estão emperrando seu avanço, também gera seu contrário, criando brechas e formas para que as relações não capitalistas se materializem, seja em assentamentos, áreas de territórios tradicionais, ou então o processos de migração de camponeses posseiros.

Considerações finais

Entendemos que a dinâmica econômica e de relações sociais locais, na atualidade é visivelmente alterada pela produção de *commodities*, principalmente a soja no MATOPIBA, seja pela forma homogênea que se apresenta, por tecnologias inseridas, antes vistas em grandes centros produtores e por produtores especializados, por empreendimentos voltados exclusivamente para tal demanda ou mesmo pela mudança do cotidiano dos moradores locais.

A paisagem rural e urbana nesse recorte, hoje está sendo alterada pela utilização de novas tecnologias, o modo de produzir agora é mais tecnificado, o tempo natural das culturas já não tem mais a mesma velocidade, alguns lugares antes desprovidos de uma racionalidade econômica nas cidades e no campo recebem novas funcionalidades. Ao alcance das classes, muitas vezes desprovidas de um olhar crítico, isso chega como explicação para os acontecimentos que geram confortos e/ou desconfortos em sua vivência, uma nova etapa da

modernidade como explicação, que muito superficialmente esclarece a real profusão das ações empreendidas no território.

O MATOPIBA se configura como mais um ponto estratégico para ação de agentes que promovem a expansão do agronegócio, que se instalam nessas regiões e de certa forma, monopoliza o território. Vê-se que tal movimentação do agronegócio, principalmente no setor sojicultor, é no sentido de ampliação territorial para geração de mais capital. Como para o capital é necessária à ampliação de terras agricultáveis, visto o que vem ocorrendo com as áreas de produção de soja na região do MATOPIBA, está sendo intensificado via produtores e empresas especializadas que migram para essas áreas e se territorializam, muitas vezes, gerando conflitos violentos com proprietários de terras locais.

Em quase duas décadas já do século XXI, a elite agrária (tradicional e moderna) do agronegócio (nacional e internacional), pautada pela agricultura capitalista continua o processo de manter seus privilégios para manter o controle territorial e para isso necessita se expandir para um território “vazio” de 15 milhões de hectares, com as seguintes características, para os próximos 20 anos: “terras planas, extensas, com solos potencialmente produtivos, com disponibilidade de água, clima propício com dias longos, com elevada intensidade de sol” (MAPA, 2016). Essa lógica que acompanha a formação territorial brasileira apenas fomenta a barbárie, provinda do conflito entre de modelos distintos de ver e relacionar com a natureza e a sociedade. O pensamento e projeto para o Brasil de país agroexportador atravessa nossa história, pois compreende o território sem povo, sem gente e sem natureza. Diante desse olhar para o território, (des)matar é justificado pelo discurso do desenvolvimento.

Referências

ATITUDE. Portal de notícias, 2017. <<http://www.atitudeto.com.br/katia-abreu-vai-a-china-para-falar-sobre-potencial-agropecuaria-do-matopiba/>>. Acesso em junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Políticas Agrícolas; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Coordenador Luiz Antonio Pinazza. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2016/17 a 2026/27** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/SPA, 2017. 103 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos por terra no Brasil. Disponível em: <www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernoconflitos?Itemid=-1>. Acesso em: Junho de 2018.

CONEXÃO TOCANTINS. 2017. <<https://conexaoto.com.br/2017/05/09/tocantins-registracao-aumento-de-209-nos-conflitos-agrarios-em-2016-aponta-pastoral-da-terra>>. Acesso em: Abril de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. 2017. Matopiba: Caravana investiga supostas violações de direitos humanos. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/matopiba-caravana-investiga-supostas-violacoes-de-direitos-humanos>>. Acesso em junho de 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

SOBREIRO, José; FERNANDES, Bernardo; PEREIRA, Danilo; RAMOS, Eraldo; LIMA, Diogo; PEREIRA, Lorena; SILVA, Francisco. **O Golpe na Questão Agrária Brasileira**: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. DATALUTA. Fev. 2018, n 122. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2018.pdf.> Acesso em: Junho de 2018.

EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Acesso em: Março de 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**, p.76 - 83, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Cartilha Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/15151>. Acesso em: Novembro de 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 30 jun. 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@**, 2013. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional>>. Acesso em: Abril de 2015.

MORAIS. Paula Benevides de; JUNIOR. Sebastião Nolêto; MARTINS. Iracy Coelho de Menezes. **Análise de Sustentabilidade do Projeto Hidroagrícola Javaés/Lagoa, no Estado do Tocantins**. Caderno de Ciências & Tecnologia, Brasília, v. 34. n.1, p. 83-111, jan./abr. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da Agricultura Brasileira**. Goiânia, Editora Kelps. 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro de Araujo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

PIRES. Mauro Oliveira. **Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado**. Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Expansão da produção agrícola no território do Matopiba: territorialização de agentes econômicos do setor sojicultor em Porto Nacional – TO. **Revista Caderno de Geografia**, v.28, n.52, pag. 145 – 165, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SANTOS, Roberto de Sousa. **Políticas Públicas e o Agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: Conflitos Socioterritoriais** – in Território em Conflitos, Terra e Poder. Ed. Kelpes, Goiânia, 2014.

SILVA. Dione Ribeiro da; AIRES. Berenice Feitosa da Costa. **Impactos Sociais do Projeto Manoel Alves**. Seminário de Iniciação Científica. UFT Palmas, 2012.

Sobre os autores

Carlos Alberto Feliciano – Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Pesquisador da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente; **OrCID** – <http://orcid.org/0000-0003-1682-7996>.

Carlos Eduardo Ribeiro Rocha – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0001-8713-6741>.

Como citar este artigo

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Carlos Alberto Feliciano** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e análises; o segundo autor **Carlos Eduardo Ribeiro Rocha**, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises.

Recebido para publicação em 24 de setembro de 2018.

Devolvido para a revisão em 25 de outubro de 2018.

Aceito para a publicação em 31 de janeiro de 2019.

O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha

Juscinaldo Goes Almeida

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: juscinaldogoes@hotmail.com

Ronaldo Barros Sodré

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: ronaldo-sodr@hotmail.com

José Sampaio de Mattos Júnior

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – São Luís, Maranhão, Brasil.
e-mail: sampaio.uema@gmail.com

Resumo

Em 2016 o departamento criado para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA fora extinto, engana-se, porém, que se tenha findado os investimentos públicos e privados para a Região. A fronteira agrícola continua avançando sobre os cerrados e ameaçando o modo de vida das populações ali estabelecidas. O crescimento das áreas plantadas de soja e dos conflitos socioterritoriais são indicativos dos impactos do agronegócio nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No Maranhão, em pouco mais de duas décadas a microrregião de Chapadinha teve o maior aumento da área plantada de soja entre as demais microrregiões do MATOPIBA, é nela também que tivemos os maiores números de conflitos por terra da Região, quadro bastante representativo das relações estabelecidas pelo agronegócio brasileiro.

Palavras-chave: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

The MATOPIBA in the Maranhão plateau: impacts of the expansion of agrobusiness in the Chapadinha microregion

Abstract

By 2016 the department created to oversee development in the MATOPIBA had been dissolved, however, this did not end public and private investments in the region. The agricultural frontier continues advancing across the cerrado and threatening the lifeways of established populations. The increase in planted areas of soy and socioterritorial conflicts are indicative of the impacts of agribusiness in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia. In Maranhão, over little more than two decades, the microregion of Chapadinha underwent the largest increase in the planted area of soy of all MATOPIBA microregions. It is also the region experiencing the greatest number of land conflicts in the region, exemplifying the relationships established by Brazilian agribusiness.

Keywords: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

El MATOPIBA en las chapadas maranhenses: impactos de la expansión del agronegocio en la microrregión de Chapadinha

Resumen

En 2016 el departamento creado para responder al desarrollo del MATOPIBA fue eliminado, engañándose, sin embargo, ya que se acabaron las inversiones públicas y privadas para la región. La frontera agrícola continúa avanzando sobre los cerrados y amenazando al modo de vida de las poblaciones allí establecidas. El crecimiento de las áreas plantadas de soja y de los conflictos socioterritoriales son indicativos de los impactos del agronegocio en los estados de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía. En Maranhão, en poco más de dos décadas, la microrregión de Chapadinha tuvo el mayor aumento de área plantada de soja dentro de las microrregiones de MATOPIBA, es en ella también donde tuvimos el mayor número de conflictos por la tierra en la Región, cuadro bastante representativo de las relaciones establecidas por el agronegocio brasileño.

Palabras-clave: MATOPIBA; Maranhão; Chapadinha.

Introdução

Hodiernamente uma das formas de expressão do capital no campo brasileiro está na dinâmica socioespacial que se manifesta sobre a forma de uma fronteira agrícola que se expande e se consolida como um novo espaço de (re) produção social e econômica. Ela carrega as múltiplas contradições das áreas de territorialização do agronegócio, somadas as perspectivas de expansão de novas áreas que derivam novas paisagens no rural e no urbano, bem como, cria novas relações de trabalho pautadas na unidade de produção capitalista.

Nesse contexto são intensificados conflitos e impactos ambientais sobre os territórios das comunidades ditas “tradicionais”. Através da violência as classes hegemônicas se impõem sobre as demais e criam novas relações que obedecem ao ritmo de acumulação de capital, nesses lugares são (re) criadas manifestações movidas pelas diferenças de estilos de vida e de riquezas, dividindo privilegiados de um lado e excluídos do outro (ALVES, 2015).

Os desdobramentos da geografia desses espaços são acompanhados com atenção pelos governos que visam fomentar o desenvolvimento econômico através de políticas públicas, incentivos fiscais e de infraestrutura de logística. Nesse sentido, desde 2008 ocorreram estudos para balizar tecnicamente a criação de uma nova fronteira agrícola que recobre áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, daí o acrônimo formado pelas iniciais desses estados.

Neste texto buscamos analisar os impactos causados pela expansão do agronegócio no MATOPIBA, destacando a microrregião de Chapadinha, no leste maranhense como recorte central deste trabalho. A realização de um levantamento dos conflitos por terra e da produção da principal cultura agrícola dos estados que compõem a Região nortearam a pesquisa. A consecução dos objetivos foi alcançada a partir das discussões de autores que

discutem o MATOPIBA e de trabalhos de campos realizados pelos autores em municípios da microrregião de Chapadinha¹.

Na primeira parte do artigo analisamos os conflitos socioterritoriais como um dos impactos ocasionados pela nova fronteira agrícola, essa discussão é alicerçada nas discussões coletivas que vem sendo realizadas no Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE). Na segunda parte, apresentamos a estrutura produtiva agrícola a partir do cultivo da soja, voltada ao abastecimento do mercado externo. Por fim, na terceira parte, realizamos uma discussão sobre a resistência camponesa na microrregião de Chapadinha, tomando dentre vários exemplos, os impactos sofridos pelo avanço da fronteira agrícola no Assentamento Santa Tereza, localizado no município de Brejo.

Os conflitos socioterritoriais no MATOPIBA

O Governo Federal, em parceria com os quatro estados que compõem o MATOPIBA, em pouco menos de dez anos investiu em pesquisas e infraestrutura voltadas a atender o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo, no tocante a produção de grãos e fibras voltadas ao mercado internacional. No lançamento do plano de desenvolvimento do MATOPIBA em 2015, a então ministra Kátia Abreu (MDB) anunciou para a região investimentos entre 29 e 66 bilhões até 2035, o que denotava o MATOPIBA como o principal alvo das políticas públicas para o agronegócio no segundo governo Dilma Rousseff.

Apesar dos investimentos, das projeções de crescimento produtivo e de expansão daquela que é considerada a última fronteira agrícola do país, em outubro de 2016 o departamento criado em 2015 para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA, fora extinto por meio decreto presidencial, tendo como justificativa a contenção de gastos. No mesmo dia da extinção a senadora Kátia Abreu (MDB) reagiu no plenário do Senado:

Infelizmente o Mapa [Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba (sic) não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país (MATHIAS, 2017).

As palavras da senadora reforçam que embora tenha havido uma desinstitucionalização federal e que a região tenha deixado de ser considerada área prioritária, ela não deixará de receber investimentos, sejam privados ou públicos. As comunidades que vivem na região continuarão a ser ameaçadas independente de

¹ Os campos foram realizados nos meses de abril e julho de 2017, nos municípios que compõe a microrregião de Chapadinha, sobretudo, aqueles que se destacam na produção de soja, a exemplo de Brejo. Nas ocasiões foram realizadas entrevistas gravadas com lideranças camponesas dos municípios.

institucionalização. O fim do Plano pode até mesmo aumentar ainda mais a invisibilidade das famílias, intensificando e criando novos conflitos socioterritoriais por meio de sua forma velada.

Na esfera federal, o MATOPIBA fora substituído pelo Programa Agro+ que em seu texto promete modernizar o setor agropecuário no país. Com foco inicial na redução da burocracia e na atualização de normas visando o aumento de produtividade da agropecuária brasileira nos próximos anos, buscando atender as demandas do mercado internacional.

O Agro+ traz em sua essência os mesmos objetivos do MATOPIBA, a exploração ilimitada do cerrado para produção de grãos, sem dimensionar as problemáticas ambientais e sociais para os povos que ali vivem. A continuidade dessa expansão coloca em risco a existência de segmentos camponeses secularmente estabelecidos nessas regiões ameaçando, assim, a existência de um modo de vida bastante específico erigido na relação com a terra/território (s). Esses projetos desenvolvimentistas, assim como outros já implantados na região, como é o caso do PRODECER², afetam principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do cerrado, algumas se quer tem suas demandas históricas atendidas, como por exemplo, a regularização de seus territórios.

A Região é ocupada por um grande número de populações tradicionais, que em sua maioria, via de posse, compartilham territórios comuns. Dentro dos limites da Região há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas fundiárias formadas por Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Segundo a EMBRAPA (2018) existem no MATOPIBA, 42 Unidades de Conservação em uma área 8.838.764 ha; 28 Terras Indígenas que juntas possuem 4.157.189 ha; 34 Comunidades Quilombolas divididas em 249.918 ha; e 865 assentamentos rurais cobrindo uma superfície total de expressivos 3.706.699 hectares de terra.

Regiões como a do MATOPIBA podem ser consideradas um espaço de exclusão e de desigualdades sociais. Nesse contexto, a difusão do agronegócio ocorre de forma extremamente excludente, acentuando históricas desigualdades sociais e territoriais do país (ELIAS, 2015).

Além das desigualdades sociais, criam-se impactos negativos referentes a elementos da estrutura agrária. De modo particular, destaca-se as relações sociais de produção que sofrem alterações com a expropriação de camponeses e impõe uma nova dinâmica na concentração de terras, aumentando ainda mais a já concentrada estrutura fundiária.

² O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, é um programa criado 1974 em uma parceria de Japão e Brasil para tornar o Cerrado brasileiro mais produtivo, principalmente, na produção de grãos como a soja.

A fronteira agrícola traz uma série de características favoráveis à sua expansão. Considerando os fatores naturais, destacam-se os terrenos planos e extensos, solos potencialmente produtivos, disponibilidade de água e clima propício. Um outro fator, diz respeito as dinâmicas de circulação, conforme aponta Huertas (2015) a logística vem sendo modificada, buscando melhorias na rede de circulação de mercadorias para atender, principalmente, o mercado externo. Alia-se ainda o histórico incremento de recursos públicos voltados ao agronegócio.

Todo esse conjunto de condições favorece a expansão da fronteira nos cerrados, através de médios e grandes capitais vindos do sul e sudeste do país, e de capitais multinacionais (SAUER; BORRAS JR, 2016), que aproveitam o baixo valor pago pelas terras. As imensas plantações de soja, mas também de milho, algodão, café e outras produções, cada vez mais avançam vorazmente, sem que isso traduza alguma melhoria para as populações já estabelecidas nesses territórios.

Uma das maiores expressões dessas transformações são os conflitos pela terra, entendidos aqui em sua relação dialética de elemento resultado e resultante de novas dinâmicas territoriais. As transformações antecedem o encontro de divergências, dentro das relações de poder. Assim como Fernandes (2008, 2013), entendemos esses conflitos como parte da conflitualidade inerente as contradições do capitalismo, o conflito é então o enfrentamento dessas contradições, que pode gerar desenvolvimento para um dos lados envolvidos;

Analisando os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos aos quatro estados que fazem parte do MATOPIBA no período de 2000 a 2015, Silva Junior, Wichinieski e Costa (2015) apontam para uma tendência de crescimento dos conflitos na região. Neste intervalo de tempo, conforme os autores ocorreram nos quatro estados, 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra camponeses e povos tradicionais, sendo que 1.643 conflitos ocorreram dentro da área delimitada pelo MATOPIBA, equivalendo a 53,4% dos casos.

Levando-se em conta as categorias sociais desagregadas do campesinato e dos povos tradicionais, os posseiros constituem o grupo que mais sofreu violência nos conflitos dentro do território delimitado como MATOPIBA, com 768 ocorrências; seguidos dos quilombolas, com 221; e os trabalhadores sem terra, 220; os assentados com 187 casos, povos tradicionais com 73 e os indígenas com 56 ocorrências (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2015).

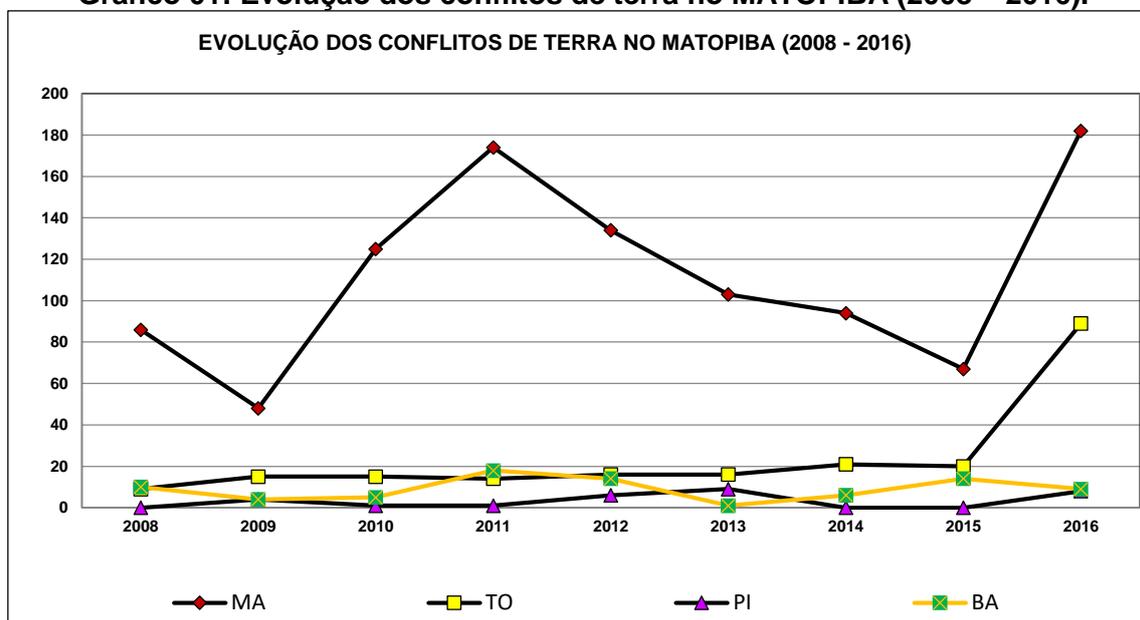
Tendo como referência o ano de 2008, início dos primeiros estudos que balizaram a criação da Região, até o ano de 2016 quando houve a sua desinstitucionalização federal, contabilizamos 1.343 conflitos por terra. Desse total, o Maranhão registrou 1.009 casos, o correspondente a 75% do total. Logo em seguida, no estado do Tocantins foram registrados

215 casos, o que equivale a 16% dos conflitos. Os estados da Bahia e do Piauí, respectivamente, registram 84 e 35 conflitos por terra, em dados percentuais, isso responde a 6% e 3% dos conflitos por terra registrados no MATOPIBA (CPT, 2008, 2016).

Os principais sujeitos sociais envolvidos nesses conflitos são os posseiros, ao todo foram registradas 643 ocorrências envolvendo essa categoria, o que representa 48% dos conflitos na Região. Os conflitos não afetam somente aqueles que não tem a propriedade da terra, tomamos como exemplo as comunidades quilombolas que possuem o direito à terra assegurado constitucionalmente, mas ainda assim o capital ignora essas populações, no recorte temporal analisado, foram registrados 272 conflitos com famílias quilombolas, o que representa 20% dos casos. Sem terras e assentados seguem a lista dos que mais estiveram envolvidos em conflitos, respectivamente, as categorias contam 153 e 114 casos, percentualmente esses números correspondem a 11% e 8%. Foram registrados ainda conflitos envolvendo: indígenas (93), camponeses de fecho de pasto (35), ribeirinhos (22), pequenos proprietários (5), atingidos por barragens (3) e quebradeiras de coco babaçu (3).

O gráfico 01 apresenta a evolução dos casos de conflitos por terra no MATOPIBA, entre os anos de 2008 e 2016. Chama atenção o crescimento dos conflitos, sobretudo, a partir da institucionalização do departamento responsável pelo desenvolvimento da região em 2015.

Gráfico 01: Evolução dos conflitos de terra no MATOPIBA (2008 – 2016).



FONTE: CPT (2008, 2016).

ORG: Os autores, 2018.

No tocante as famílias que estiveram envolvidas em conflitos de terra no MATOPIBA no período analisado, os números também se apresentam grandiosos. No total, foram registradas 71.428 famílias que vivenciaram situações litigiosas pelo uso, posse e propriedade da terra. As famílias posseiras aparecem como as que mais estiveram em conflitos, na soma

constam 27.150 famílias, isto é, 38% dos casos. Logo em seguida vem as famílias quilombolas, 17.860, o que representa 25% dos casos. A terceira categoria a registrar o maior número de conflitos foi a dos sem-terra, com 9.247 famílias, o que representa em termos percentuais 13% das famílias em conflitos na região.

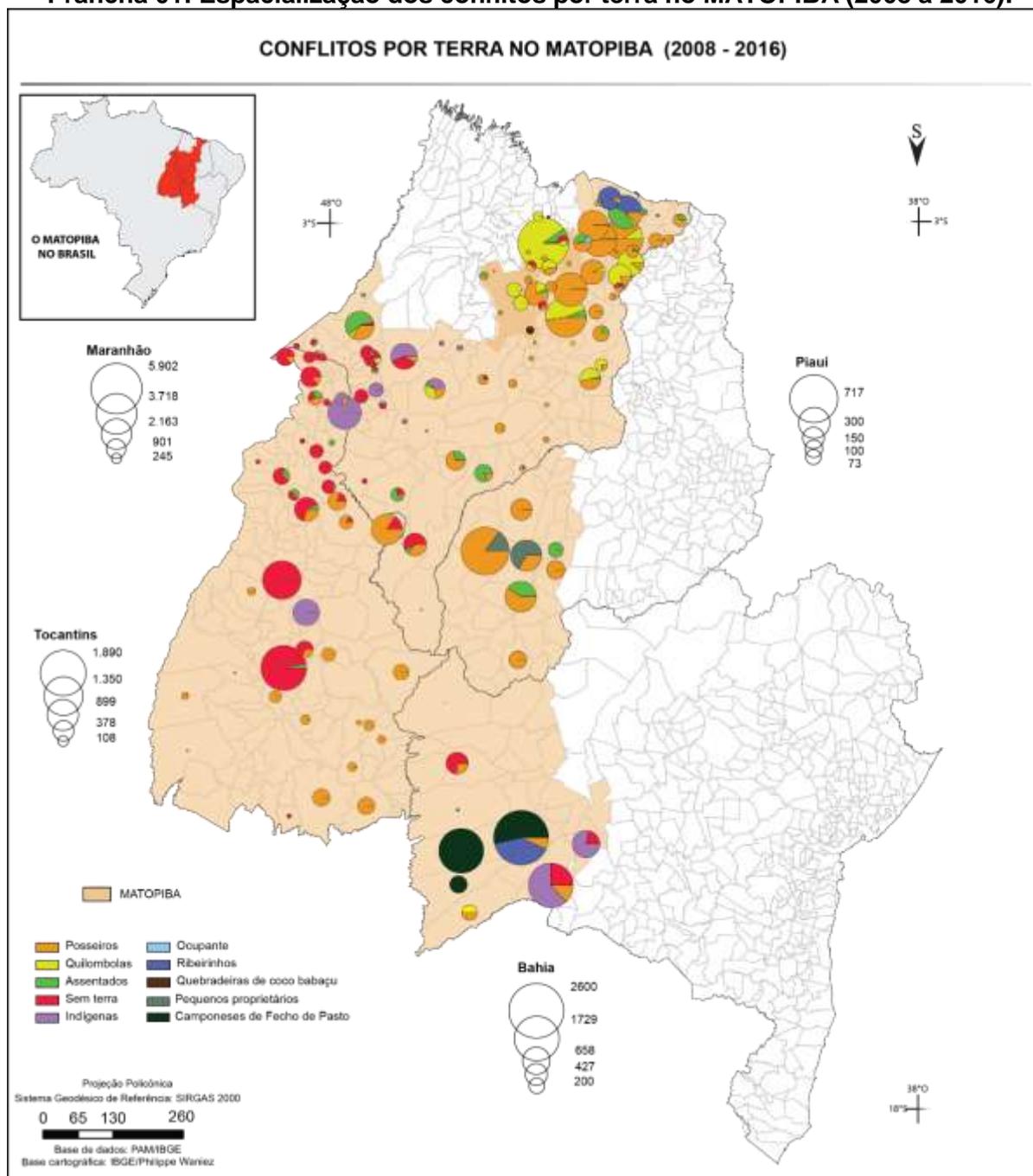
Na Prancha 01 temos a espacialização das famílias envolvidas em conflitos. O estado do Maranhão registra 52.047 famílias, em termos percentuais, equivale a 73% dos números da Região, de longe, é o estado líder em conflitos no MATOPIBA e no Brasil, conforme aponta Sodré (2017) o leste do estado registra a maior concentração de conflitos, resultado da expansão do agronegócio no estado. Possesores, quilombolas e assentados são as principais categorias em conflitos.

O Tocantins, estado totalmente coberto pelo MATOPIBA, teve 10.925 famílias em conflitos, 15% das famílias da Região. Entre as famílias em situações litigiosas, em primeiro lugar estão os sem-terra, seguido de indígenas e quilombolas.

A Bahia soma 6.707 famílias em conflitos, o que corresponde a 9 % dos casos. Desagregando as categorias, os camponeses de fecho de pasto são os principais envolvidos em conflitos no oeste baiano, seguido de quilombolas e ribeirinhos.

O Piauí registra os menores números de famílias em conflitos, 1.749, ou seja, 2% dos conflitos do MATOPIBA. O estado apresenta apenas quatro categorias em conflitos, na ordem da quantidade de famílias em conflitos são: possesores, pequenos proprietários e assentados.

Prancha 01: Espacialização dos conflitos por terra no MATOPIBA (2008 a 2016).



FONTE: CPT (2008, 2016).
 ORG.: Os autores, 2018.

Os campos de soja tomam o campo no MATOPIBA

Os cerrados do centro-norte brasileiro, que até a década de 1960 era ocupado em grande parte pela diversidade da agricultura camponesa, dos povos tradicionais e da pecuária em sua forma extensiva, passou por transformações e ganhou centralidade no contexto da produção agrícola nacional, sobretudo, da produção de grãos para o mercado mundial (LIMA, 2015).

O agronegócio globalizado se realiza totalmente, mediante a um dialética entre as ordens global e local, regiões produtivas como o MATOPIBA fazem parte de uma rede que se conecta aos centros de poder e consumo em nível mundial, escalas locais e regionais se articulam com a internacional e os territórios passam a se organizar segundo as imposições do mercado, comandado por empresas nacionais e multinacionais (ELIAS, 2015).

Nesse contexto, tomando como exemplo a produção de soja, principal cultura agrícola das exportações brasileiras, Oliveira (2006) destaca que a expansão da área cultivada e do volume produzido desta oleaginosa no território nacional inicia a partir do Sul do país, situação que permitiu à região posição de destaque no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 1990.

Posteriormente a expansão da área cultivada com soja foi direcionada principalmente para as áreas de cerrado da região centro-oeste tornando-a principal produtora nacional e em seguida, para as regiões Norte e Nordeste, sendo cultivada nos estados do Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí (ALVES, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Destaca-se que o processo de expansão da produção de soja no território brasileiro contou com forte participação do Estado, seja através da criação de infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário e aquaviário) para viabilizar as exportações, como por meio do fomento à pesquisa e crédito agrícola (BERNARDES, 2007).

No caso específico do crédito agrícola, destaca-se alguns programas governamentais que foram implantados nos cerrados da Região em estudo, como o PRODECER, já aqui mencionado, que na sua segunda etapa foi direcionado para o oeste baiano e a terceira para o Maranhão e Tocantins (GIORDANO, 1999; PIRES, 2000; SOUZA FILHO, 1995).

Nesse contexto, no processo de expansão e implantação da produção de grãos, sobretudo a soja no MATOPIBA, o Estado foi o principal indutor, através da criação de políticas públicas, transformando a região numa das maiores produtoras e exportadoras dessa *commodity* no país. Assim, em todos os estados da região, a soja apresenta expressiva participação na balança comercial, conforme podemos ver na Quadro 01.

Quadro 01: Participação das exportações de soja no MATOPIBA no ano de 2017.

| Estado | Ordem de participação | Participação no total (%) | Toneladas |
|-----------|-----------------------|---------------------------|---------------|
| Maranhão | 2 | 23,41% | 1.887.820,349 |
| Tocantins | 1 | 79,47% | 2.014.962,449 |
| Piauí | 1 | 84,06% | 5.371.973,909 |
| Bahia | 2 | 11,77% | 1.084.654,478 |

FONTE: MDIC (2018).

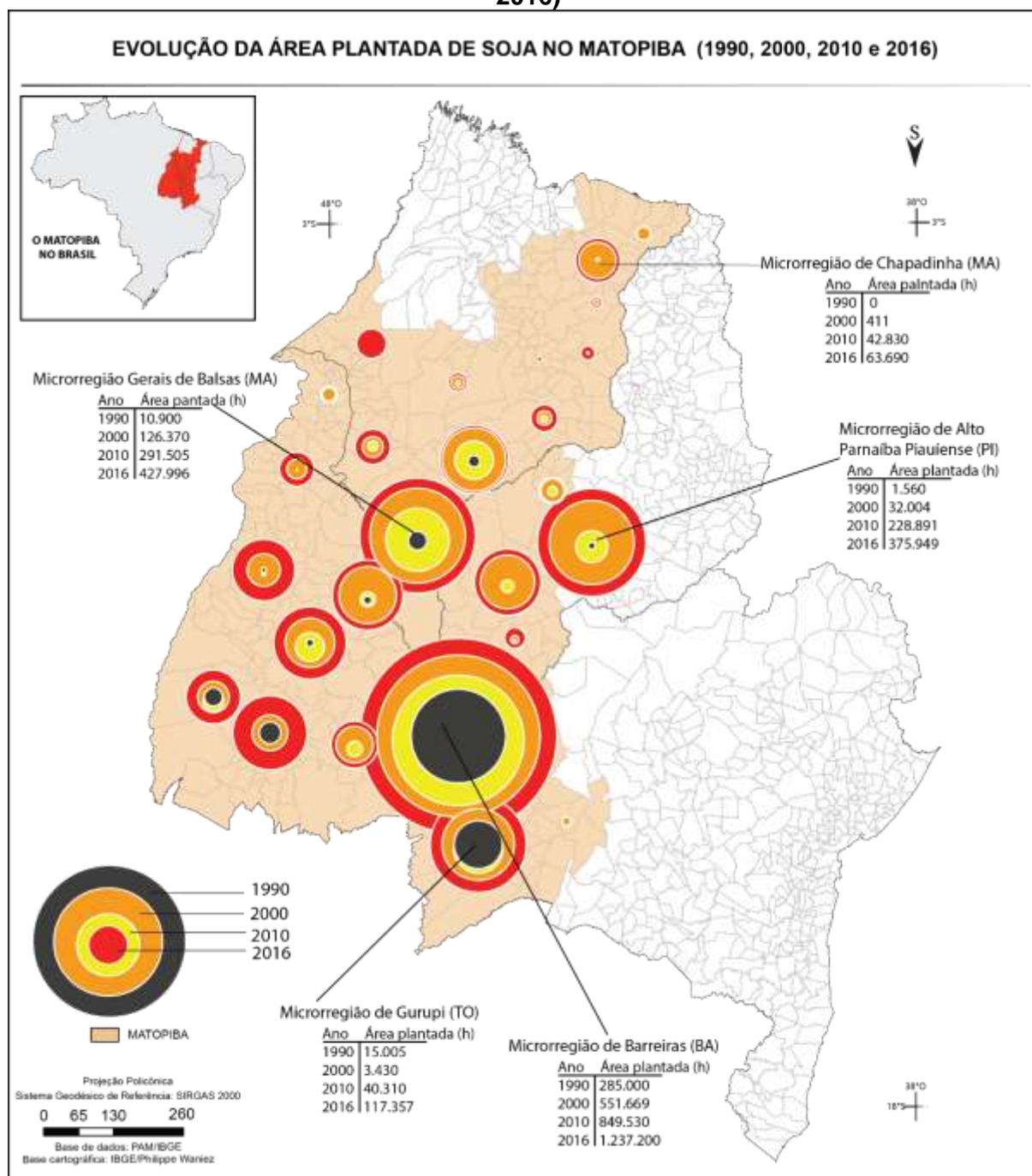
ORG.: Os autores, 2018.

Dos quatro estados, em dois a soja é o principal produto exportado e nos demais é a

segunda principal mercadoria. Em 2017, no Piauí, a soja foi o produto mais exportado, 5.371.973,909 toneladas, o correspondente a 84,06% de todas as exportações do estado. O Tocantins vendeu ao mercado externo 2.014.962,449 toneladas, o que representou 79,47% de todas suas exportações. A soja correspondeu a 23,41% das vendas do Maranhão ao mercado externo, em termos absolutos foram vendidas 1.887.820,349 toneladas. A Bahia por sua vez, exportou 1.084.654,478 toneladas, percentualmente esses números equivalem a 11,77% das exportações do estado baiano. Esses estados seguem a tendência nacional, onde a soja é o principal produto da economia brasileira.

As exportações incentivam a corrida por mais produtividade, o que requer o uso do que há de mais moderno em tecnologias e da incorporação de novas áreas e territórios, conforme podemos analisar na Prancha 02, que traz a espacialização da evolução da área plantada de soja no MATOPIBA.

Prancha 02: Evolução da área plantada com soja no MATOPIBA (1990, 2000, 2010 e 2016)



FONTE: SIDRA/IBGE.
ORG.: Os autores, 2018.

Por meio da análise da Prancha 02 observa-se que o oeste baiano é a região, no contexto do MATOPIBA, que lidera a produção de soja na Região com destaque para a microrregião de Barreiras. De acordo com Alves (2006) nessa região encontram-se instaladas importantes empresas privadas processadoras de soja, a exemplo das multinacionais Bunge Alimentos e Cargill.

O Tocantins é outro estado que vem se destacando na produção de soja no

MATOPIBA, principalmente no início dos anos 2000, destacando-se as microrregiões de Dianópolis, Gurupi e Miracema do Tocantins. Conforme Lima (2014), a partir de 2010 os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso e Mateiros lideram a produção de grãos neste estado.

No caso do Piauí, a produção de grãos está concentrada, sobretudo, na microrregião Alto Parnaíba Piauiense com destaque para o Uruçuí. Alves (2006) menciona que o salto na produção de soja no cerrado piauiense ocorreu principalmente a partir de 2002, período em que a empresa Bunge Alimentos iniciou a instalação de uma fábrica de esmagamento dessa oleaginosa naquele município, desencadeando uma expansão da produção sojícola no cerrado piauiense para atender as demandas da empresa.

O Maranhão, por sua vez, é o segundo do ranking em produção de soja no MATOPIBA, com área de produção concentrada na microrregião Gerais de Balsas. O processo de expansão da produção de soja no estado se iniciou nos anos 1990, estimulado em grande medida por políticas públicas como Programa Corredor de Exportação Norte e PRODECER III (FERREIRA, 2008a; FERREIRA, 2008b; PALUDZYSZYN FILHO, 1995).

A partir dos anos 2000 há a expansão da produção de soja para outras regiões do cerrado maranhense, como por exemplo, a microrregião de Chapadinha, que dentre as outras regiões é a que apresenta maior proximidade geográfica do Porto do Itaqui, de onde a soja é exportada. Não por acaso, essa microrregião apresenta o maior crescimento da área plantada de soja no estado do Maranhão, tomando como referência o recorte temporal 1990 - 2017.

A resistência camponesa e a soja na microrregião de Chapadinha: o caso do PA Santa Tereza

A microrregião de Chapadinha, pertencente à mesorregião Leste Maranhense, apresenta uma área territorial de 10.030,543 km² e uma população total de 219.825 habitantes (IBGE, 2010). É composta por nove municípios, sendo eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

Conforme a literatura especializada, a microrregião de Chapadinha é a região no Leste Maranhense que se destaca na produção de grãos, principalmente soja, concentrada nos seguintes municípios: Brejo, Buriti, Anapurus e Mata Roma (ALMEIDA, 2017; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; GOMES, 2012; NASCIMENTO, 2011).

A área que atualmente compreende a microrregião de Chapadinha foi ocupada por camponeses de diversas origens desde a primeira metade do século XIX, movimento esse que se estendeu ao Maranhão central e ocidental até o século XX. A migração nordestina no século XIX foi decisiva para a eclosão e extensão da Balaiada, importante movimento social

ocorrido no Maranhão e que teve na região aqui enfocada uma das principais áreas de ocorrência desta revolta (ASSUNÇÃO, 2015).

Essa frente de expansão camponesa, foi formada por indígenas, descendentes forros e aquilombados de escravos africanos e migrantes nordestinos, sobretudo, de cearenses que foram incorporando novos territórios, se constituindo na base da formação do campesinato da região (ASSUNÇÃO, 2008, 2015).

A formação desses territórios que em geral foram se constituindo nas imediações da plantation, levou ao desenvolvimento de sistemas de uso comum. Terras comunais e situações conhecidas atualmente como terras de preto, terras de santo e terras de índio estabeleceram-se muito antes da Abolição (ASSUNÇÃO, 2015; SOUZA FILHO, 2008).

Mesmo com a desestruturação das grandes unidades de produção, os camponeses aí permaneceram, adotando práticas específicas de uso da terra e dos recursos naturais, formando uma base econômica autônoma e independente da influência das grandes lavouras do passado (PAULA ANDRADE, 1995). A partir das primeiras décadas do século XX, segundo Velho (2013), iniciou-se uma penetração de nordestinos no Maranhão, em busca de terras e fugindo das secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio Nordeste.

Nos anos 1990, Paula Andrade (1995) em trabalho de campo em municípios da microrregião de Chapadinha, identificou a presença de pelo menos sete segmentos camponeses na região, sendo eles:

[...] os pequenos proprietários, que detêm o título da terra, em geral os homens mais velhos; os herdeiros da terra de herança sem partilha; os parentes desses herdeiros que, embora não tenham o direito à terra permanecem morando e cultivado nas terras dos parentes, nos limites do povoado; os parentes desses herdeiros que apenas residem nos limites desses povoados, mas pagam renda para cultivar em outras terras, de latifundiários ou de outros pequenos proprietários; os herdeiros de terras de herança que pagam renda para cultivar a terra em outras propriedades, quando suas terras encontram-se exauridas, ou que os limites do povoado só comporta as residências; os moradores de terras de preto, que as usufruem em comum; os herdeiros, ou pequenos proprietários que ocuparam terras de chapadas limítrofes às propriedades, tornando-se posseiros (PAULA ANDRADE, 1995, p. 34).

Essas diferentes categorias de camponeses foram se territorializando a partir da instalação dos chamados povoados, geralmente próximos as áreas mais úmidas de importantes cursos d'água da região, apresentando denominações como: grotas, brejais, lagoas, rios, riachos, braços de rios e córregos (PAULA ANDRADE, et al, 2012). Os camponeses, aí estabelecidos, realizam também o cultivo de alimentos básicos, a exemplo da mandioca, arroz e milho conjuntamente a extração de mel e, principalmente frutas nativas como o bacuri e o pequi, além da caça, pesca e criação de animais de grande e pequeno

porte em áreas de cerrado denominadas baixão, capão e chapada (GASPAR, 2013; MORAES, 2009; PAULA ANDRADE, 1995).

Desse modo, os camponeses secularmente estabelecidos na microrregião de Chapadinha, constituíram um modo de vida bastante singular, pautado em regras de relação com a terra e demais recursos da natureza. Nesse contexto, resultam de práticas organizadas, mobilização de recursos materiais e intelectuais de diferentes tipos, vinculados a contextos e situações específicas (SANTOS; MENESES; NUNES, 2005).

A partir dos anos 1980, essa região foi ocupada por grandes grupos econômicos, a exemplo do Grupo João Santos; Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) e seu braço florestal, na época, a Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), Comercial e Agrícola Paineiras pertencente ao Grupo Suzano Papel e Celulose. Além disso, partir dos anos 1990, chegaram à região os chamados *gaúchos*³ (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; PAULA ANDRADE, 1995).

A introdução e expansão da produção de soja para a região está relacionada aos trabalhos de pesquisa realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e Empresa Maranhense de Pesquisas Agropecuárias (EMAPA), num primeiro momento e, posteriormente, as iniciativas dos chamados *gaúchos* e também das empresas que lá se instalaram como a Prio e SLC.

A introdução de cultivos experimentais na região se inicia na primeira metade da década de 1990 e a partir do seu final, se expandirá com vistas à comercialização no exterior. Assim, a inserção da soja na microrregião de Chapadinha fez com que a região fosse apontada pela mídia nacional como uma nova fronteira da produção de soja no Brasil (CARNEIRO, 2008).

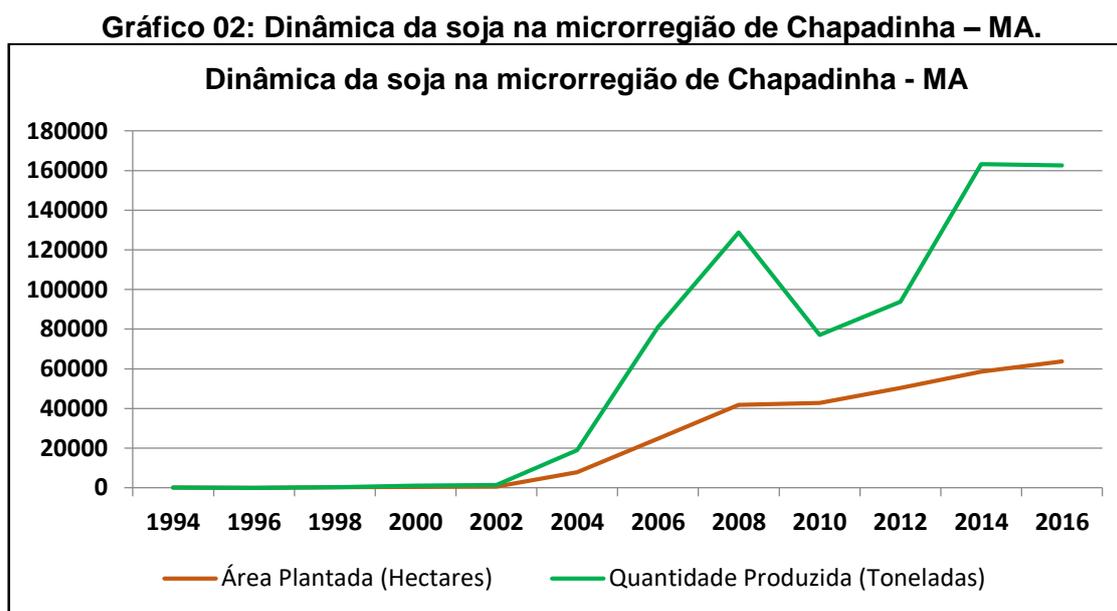
Gaspar (2013) em estudos sobre os deslocamentos dos *gaúchos* para essa região do Maranhão, destaca que a vinda destes produtores não ocorreu por meio de projetos de colonização oficial a exemplo das famílias sulistas que migraram nas décadas de 1960 e 1970 para o centro-oeste e sul do Maranhão. E muito menos, de uma espécie de ramificação daqueles que já se encontravam no sul do estado (GASPAR, 2013).

Após seu estabelecimento na microrregião de Chapadinha, os *gaúchos* se apropriaram das áreas de *chapadas*⁴ que foram vendidas por latifundiários da região a preços baixos. Nesse contexto, essas áreas que outrora eram utilizadas pelos camponeses para as atividades extrativas e criatórias foram transformadas em extensos plantios de soja.

³ É uma categoria genérica utilizada pela população local para se referir àqueles indivíduos oriundos de estados da região sul e sudeste do país.

⁴ Chapadas é um termo utilizado pelas populações camponesas do leste maranhense e outras regiões do estado para se referirem às áreas de cerrado.

A partir dos anos 2000 (Gráfico 02), a produção de soja na microrregião de Chapadinha avança em diferentes municípios, tendo como principais fatores sua proximidade em relação ao Porto do Itaqui, a possibilidade de escoamento da produção agrícola através da BR-222, a crescente liberação de crédito rural (CAMPELO, 2000; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013) e a inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM). Além disso, a microrregião de Chapadinha encontra-se inserida na delimitação territorial do MATOPIBA, podendo ser diretamente beneficiada com os investimentos direcionados para esta grande região de produção de commodities.



FONTE: SIDRA/IBGE
ORG.: Os autores, 2018.

De acordo com Gaspar (2013), na microrregião de Chapadinha os estabelecimentos agropecuários utilizados para produção de soja apresentam dimensões que variam de 500 a 3.000 hectares. Nesse sentido, os estabelecimentos inferiores a mil hectares se referem principalmente aqueles explorados por pequenos produtores, enquanto os com extratos de área superior a mil hectares, estão relacionados a empresas instaladas na região, a exemplo da Parceria Agropecuária Strobel do Rio Grande do Sul, sediada na Fazenda Europa, no município de Mata Roma.

A Schneider Logemann & Cia (SLC Agrícola) foi uma das primeiras empresas a ser instalada na microrregião de Chapadinha, mais precisamente no município de Buriti (Fazenda Palmeira), embora não se encontre mais na região após a venda de sua propriedade. É uma empresa especializada na produção de soja, milho e algodão, além de outros cultivos como cana de açúcar, girassol e trigo, se constituindo numa das maiores de terras no cerrado brasileiro (GASPAR, 2018).

Ademais, existem, também, na região, escritórios das multinacionais como Cargill, Bunge, CHS e do grupo Algar Agro, ambos sediados às margens da BR – 222 no município de Anapurus. A CHS é uma multinacional norte-americana que atua na comercialização da soja em vários estados brasileiros, possuindo no Porto do Itaqui, um terminal para exportação de grãos (BONATO, 2014).

As empresas Algar, Cargill, Bunge e CHS desenvolvem na região atividades como a compra dos grãos junto aos produtores locais. Outras, como Cargill e Bunge, segundo informações de seus representantes, estendem seu ramo de atuação para a parte de financiamento da produção.

Depois de adquirida pelas multinacionais presentes na região, a soja produzida na microrregião de Chapadinha tem como destino quase que exclusivamente à exportação, mais precisamente para o mercado asiático, com destaque para a China que, segundo informações da representante comercial da Cargill no município de Anapurus, 70% dos grãos são direcionados para esse país.

A chegada dos agentes empresariais ligados ao agronegócio na região foi responsável pela desestruturação dos territórios camponeses por meio do processo de aquisição de terras através de atos ilícitos, desmatamento do cerrado e expropriação de moradores dos seus povoados. Tal situação fez eclodir várias situações de conflitos pela terra na região, sendo que em alguns casos, essa movimentação camponesa foi responsável pela criação de projetos de assentamentos rurais, a exemplo do Projeto de Assentamento (PA) Santa Tereza, localizado no município de Brejo.

O PA Santa Tereza criado no ano de 2008 e apresenta uma área territorial de aproximadamente 454 hectares onde vivem em torno de 35 famílias. O processo de luta pela terra da área que compreende o assentamento Santa Tereza teve início, conforme informações das lideranças locais por volta dos anos 1990, época em que viviam na condição de agregados, pagando renda pelo uso da terra para um grande proprietário da região.

Nos anos 1990, com a forte especulação do preço da terra na região, ocasionada pelo início dos plantios de soja na microrregião de Chapadinha, aquele se intitulava proprietário das terras, vende a área mesmo com a presença dos moradores, para os chamados *gaúchos* que nos anos 2000 deram início a derrubada do cerrado para plantio de soja.

Em função do avanço dos plantios de soja nas proximidades do povoado, os camponeses passaram a lutar pelo processo de regularização fundiária através do INCRA, de uma terra de aproximadamente 800 hectares que englobava além das moradias, uma área de *chapada* ainda não desmatada. No entanto, como forma de dificultar o processo de desapropriação da área, o chamado *gaúcho* procede à divisão da terra em dois lotes de 400 hectares.

Mesmo com a estratégia de parcelamento da terra para dificultar o processo de regularização fundiária, os camponeses conseguiram no ano de 2008 por meio do INCRA, a desapropriação de uma área de aproximadamente 454 hectares intitulada PA Santa Tereza I. Em função do tamanho da área desapropriada não ser suficiente para as 60 famílias que a época residia no povoado foi feito um acordo entre os moradores para o cadastramento de 35 famílias.

Embora nem todas as famílias do PA Santa Tereza estejam cadastradas no INCRA enquanto beneficiários da Reforma Agrária, os moradores destacam que os mesmos direitos que estes possuem de usufruir a área desapropriada em relação àqueles denominados assentados.

Apesar da desapropriação de apenas 454 hectares, as famílias de Santa Tereza continuaram utilizando toda a terra como sempre o faziam, mesmo com a área sendo repassada pelo antigo proprietário aos chamados *gaúchos*. Essa estratégia tem proporcionado à reprodução das famílias, situação que se tornaria impossível caso permitissem que a área fosse desmatada para plantio de soja, como destacado na fala do Entrevistado 1, uma das lideranças do assentamento:

Entrevistado 1: [...] Aí ficou uma área só. Aí o quê que nós fizemos? Que essas áreas mesmo nós já trabalhava aqui dentro, quem morava aqui dentro, os mais velhos já trabalhavam nessa área aqui [...].

Pesq: [...] **vocês utilizam né?**

Entrevistado 1: é nós utiliza, faz algum carvão, no tempo de bacuri apanha bacuri lá dentro e nós não deixa desmatar não, já quiseram desmatar esses outros [gaúchos] que compraram, nós não deixa não [...]. (Informação Verbal. Grifos nossos)⁵.

No entanto, mesmo após passarem pelo processo de regularização fundiária e juridicamente se encontrarem na condição de assentados, os moradores de Santa Tereza relatam as inúmeras tentativas dos sojicultores de desmatar a área que é utilizada pelas famílias para desenvolvimento das atividades agrícolas. Entretanto, os moradores têm impedido essa ação através de vários meios, inclusive com ameaça de destruição de tratores, como fica explicitado no depoimento a seguir:

Entrevistado 1: [...] Fomos lá na chapada o trator velho vinha lá, quem foi com espingarda foi, foi um mucado de gente pra lá, só que ninguém chegou a queimar trator não viu? Agente foi só lá pra eles não entrar e tudo bem.

Pesq: **aí eles recuaram!**

⁵ Informação fornecida por uma das lideranças do PA Santa Tereza em trabalho de campo realizado no mês de abril de 2017.

Entrevistado 1: aí recuaram. Não eles não entraram não, ficaram mesmo só na deles e pronto, aí não derrubaram na nossa mesmo que agente tava protegendo não. Aí eles nunca desmataram não. Já tentaram, eles ficam arrudiando por longe querendo desmatar mas agente não abriu, não deixou não. Inclusive esse aqui agora, esse ano, esse ano bem aqui, esse ano já, esse lado aqui, os cara já vieram pra querer desmatar, essa área pra cá. [...] Aí os meninos souberam aí ligeiro foram lá: rapaz não desmata não! E não venha desmatar não que se nós vier a comunidade aqui nós vamos arrebentar com trator, com tudo, com quem tiver aqui e não venha mais não! (Informação Verbal. Grifos nossos).

Nesse contexto, embora tenham conseguido a regularização de uma parte da terra e passado a se apropriar de outra, os camponeses do PA Santa Tereza enfrentam sérios problemas com a lavoura da soja nas proximidades. Além das ameaças constantes de invasão das suas terras, soma-se a isso o fato de estarem, como se referem, no “meio dos campos” reclamam principalmente do chamado veneno colocado em praticamente todas as etapas do ciclo agrícola da soja, sendo responsável pela contaminação dos recursos hídricos ainda existentes no assentamento.

A expansão dos campos de soja no PA Santa Tereza pode analisada a partir da Prancha 03, aonde em dois recortes temporais distintos é possível observar as transformações dos campos de soja na paisagem. Enquanto em 1990 não existia produção de soja no município de Brejo, em 2017 observamos extensas áreas recobrando o município, sobrepondo-se a territórios e cercando outros.

Prancha 03: Dinâmica da soja nas proximidades do PA Santa Tereza (1990 e 2017).



FONTE: Google Earth, 2018.
ORG.: Os autores, 2018.

Como já referido em passagens pretéritas, a expansão da produção de soja na microrregião de Chapadinha e, em especial no município de Brejo onde está situado o PA Santa Tereza, ganha impulso a partir dos anos 2000 com ápice de produção em de 2016. Observa-se que apesar de confinados pelos campos de soja, os camponeses do Assentamento resistem ao processo de expansão do capital que tenta tomar seus territórios, apropriados e manejados secularmente.

Considerações Finais

O modelo agroexportador ainda se constitui na principal política dita de desenvolvimento adotada pelo Brasil como forma de crescimento econômico. Esta prática que teve início no chamado período colonial onde o país foi um dos principais fornecedores de produtos (agrícolas principalmente) para o mercado europeu e que teve como marcas principais a concentração da terra e a exploração do trabalho escravo. Este tipo de modelo produtivo apesar de apresentar novas roupagens ainda perdura no país apresentando as mesmas características do período colonial que é a intensificação da concentração da terra, a produção para exportação e a expropriação do camponês da terra.

Tendo como incentivo os diversos programas governamentais, as áreas de cerrado do país foram uma das regiões que receberam a maior carga de investimentos direcionados para sua inserção no mercado globalizado via produção de grãos.

Nesse contexto, destacam-se as várias políticas territoriais direcionadas pelo Estado para dotar as regiões de infraestruturas para facilitar a expansão das diversas atividades vinculadas ao agronegócio, como é o caso da soja. A exemplo dos investimentos em pesquisa científica por meio da criação de empresas como a EMBRAPA; a liberalização do crédito por meio de programas como o PRODECER. E mais recentemente, tem-se a continuidade dessas ações de fortalecimento do agronegócio a partir de iniciativas do governo brasileiro a partir da instituição do MATOPIBA e Agro+.

No contexto específico do Maranhão, segundo maior produtor de grãos do MATOPIBA, a expansão da soja sobre as áreas de cerrado trouxe significativas alterações nos territórios camponeses, sobretudo a partir da conversão das chapadas em campos de soja. Entretanto, destaca-se que mesmo premidos nos seus territórios pela expansão do agronegócio, os camponeses têm se utilizado de distintas estratégias para permanência na terra.

Dentre as várias formas de luta e resistência camponesa em curso no MATOPIBA, envolvendo assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc., trouxemos para discussão o exemplo do PA Santa Tereza, localizado em Brejo, município que se destaca na produção de soja na microrregião de Chapadinha, leste do Maranhão.

No PA Santa Tereza ocorreu e ainda ocorre um intenso processo de luta pela permanência no território. Destacamos que mesmo após passarem para a condição de assentados, enfrentam continuamente as investidas do agronegócio através das tentativas de invasão de suas terras. Além disso, são afetados negativamente por estarem, como se referem, cercados pelos chamados campos de soja.

Referências

ALMEIDA, Juscinaldo G. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo-MA**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

ALVES, Vicente Eudes L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Vicente Eudes L. Introdução. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 11-24.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008. 215 p.

ASSUNÇÃO, Matthias R. **De Caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2015. 550p.

BERNARDES, Júlia A. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. In: **Revista NERA**, ano 10, n.10, p. 1-10, jan.-jun. 2007.

BONATO, Gustavo. CHS começa a exportar soja pelo Maranhão a partir de junho. **Exame**, São Paulo, 13 fev. 2014. Economia, p.1.

CAMPELO, Gilson J. **Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. 2p.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M.S. **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 75-143.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2008-2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2008-2016.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 25-44.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In BUAINAIN, A.M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p.173-230.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In STÉDILE, J.P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.173-238.

FERREIRA, Maria da G. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA**. 2008a. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Antônio J. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008b. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013. 180p.

GASPAR, Rafael B. **Os gaúchos do agronegócio no Leste Maranhense**: estabelecimento e estratégias de reprodução. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade regional e globalização**. 1999. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Alanildo G. **Dinâmica agrícola do cerrado da Microrregião de Chapadinha – MA**: sua inserção no município de Anapurus. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

HUERTAS, Daniel M. Por dentro da trama de caminhos rodoviários e ferroviários: circulação e uso do território na dinâmica regional. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 45-64.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: 1990-2016. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: junho de 2018.

LIMA, Debora A. A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerrados do centro-norte e o avanço dos monocultivos de soja no Tocantins. In: ALVES, V.E.L. **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 325-351.

LIMA, Débora A. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas.

MATHIAS, Maíra. **Matopiba**: na fronteira entre a vida e o capital. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: agosto de 2018.

MORAES, Maria D. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. Vol. II. p. 131-161.

NASCIMENTO, Silvani M. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja**: duas lógicas de desenvolvimento. 2011. 330 f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Terra Livre**, Goiânia, v.1, n. 26, p. 13-43, jan.-jun. 2006.

PALUDZYSZYN FILHO, E. **A cultura da soja no sul do Maranhão**. Balsas: EMBRAPA-CNPSO, 1995. 34 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de et al. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense** – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos* no Baixo Parnaíba. São Luís: GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012. 225 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, F.G. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT, 1995. p. 15-64.

PIRES, Mauro. Os programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, jan.-dez. 2000.

SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P.; NUNES, João A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Santos, B. S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 19-101.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, v. 11. n. 23, p. 6-42, 2016.

SILVA JUNIOR, José P.; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo B. A pílula dourada do agrohidronegócio, o MATOPIBA. In: **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.

SODRÉ, Ronaldo B. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 2017. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses. In: CONCEIÇÃO, F.G. **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT, 1995. p. 243-274.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os Pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: EDUFMA, 2008. 316 p.

VELHO, Otávio G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p.

Sobre os autores

Juscinaldo Goes Almeida – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2014); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017); Membro do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGSoc) da UFMA; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-4224-9758>

Ronaldo Barros Sodré – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2015); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (2017); Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-4643-2103>

José Sampaio de Mattos Júnior – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (1990); Mestrado em Agroecologia pela Universidade Estadual do

Maranhão (UEMA) (2003); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (2010); Docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0593-7612>

Como citar este artigo

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Juscinaldo Goes Almeida** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pelas entrevistas; o segundo autor, **Ronaldo Barros Sodré**, pela discussão teórico-conceitual e pela confecção de mapas e gráficos; o terceiro autor, **José Sampaio de Mattos Júnior**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 29 de agosto de 2018.

Aceito para a publicação em 10 de setembro de 2018.

Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais¹

Raifran Abidimar de Castro

Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Açailândia, Maranhão, Brasil.
e-mail: raifrancaastro@ifma.edu.br

Resumo

Objetivo deste artigo é demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, principalmente das empresas Vale S/A e Suzano Papel e Celulose S/A. Para isso foram selecionadas as relações entre a mineradora e os trabalhadores rurais do Assentamento Francisco Romão, localizado em Açailândia (MA); e entre a silvicultora e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, em Cidelândia (MA). A relevância do artigo é demonstrar que apesar do incentivo do poder público à instalação de estruturas logísticas, industriais e florestais ligadas às multinacionais, sobressaindo-se às políticas públicas para as comunidades rurais, os trabalhadores camponeses ainda resistem às constantes investidas corporativas pela ampliação do seu poder nos territórios dos assentamentos e das reservas extrativistas maranhenses.

Palavras-chave: Luta política; Maranhão; assentamento rural; reserva extrativista.

Peasant *maranhenses* resisters to strategies of domination and corporate territorialization

Abstract

Purpose of this article is to demonstrate how rural communities maranhenses resist territorialization strategies of domination and major business corporations, mainly of companies Vale S/A and Suzano Papel e Celulose S/A. For this reason it was selected the relations between the mining and rural workers of the Settlement Francisco Romão, located in Açailândia; and between silvicultora and the tappers coco of the resex Ciriáco, Cidelândia. The relevance of the article is to demonstrate that, despite the encouragement of public power to the installation of logistic structures, industrial and forestry related to multinational companies, with the public policies for rural communities, workers, peasants still resist the constant corporate invested by expansion of its power in the territories of settlements and of extractive reserves maranhenses.

Keywords: Political struggle; Maranhão; rural settlement; extractive reserve.

Resistencia campesina *maranhenses* a las estrategias de dominación y territorialización empresariales

Resumen

¹ Este artigo integra as análises realizadas pelo autor durante a sua pesquisa de tese, realizada no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Prof. DR^a. Edna Maria Ramos de Castro. Nesta pesquisa houve o apoio financeiro do Programa de Bolsas de Incentivo à Qualificação Docente (PROQUALIS) do IFMA.

El objetivo de este artículo es demostrar cómo las comunidades rurales maranhenses se resisten a las estrategias de dominación y territorialización de las grandes corporaciones empresariales, principalmente de las empresas Vale S / A y Suzano Papel y Celulosa S / A. Para ello se seleccionaron las relaciones entre la minera y los trabajadores rurales del Asentamiento Francisco Romão, ubicado en Acailândia (MA); y entre la silvicultora y las quebradoras de coco de la RESEX Ciriáco, en Cidelândia (MA). La relevancia del artículo es demostrar que a pesar del incentivo del poder público a la instalación de estructuras logísticas, industriales y forestales ligadas a las multinacionales, sobresaliendo a las políticas públicas para las comunidades rurales, los trabajadores campesinos todavía resisten a las constantes inversiones corporativas por la ampliación de su sector poder en los territorios de los asentamientos y de las reservas extractivistas maranhenses.

Palabras-clave: Lucha política; Maranhão; asentamiento rural; reserva extractiva.

Introdução

Os grandes estímulos governamentais para as empresas multinacionais dos setores de mineração, do agronegócio e florestal tornaram-se uma preocupante realidade na região do MATOPIBA². Dois grandes projetos merecem destaque: a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), que será utilizada prioritariamente pela mineradora Vale S/A; e a instalação da indústria da Suzano Papel e Celulose S/A, e do projeto florestal voltado para a manutenção das atividades desta empresa na região. Nos dois casos observa-se uma expansão da atuação corporativa empresarial nos cotidianos comunitários, e este contexto deve ser analisado. Por isso o objetivo deste artigo é demonstrar como as comunidades rurais maranhenses resistem às estratégias de dominação e territorialização das grandes corporações empresariais, principalmente das empresas Vale S/A e Suzano Papel e Celulose S/A. Para isso foram selecionadas as relações entre a mineradora e os trabalhadores rurais do Assentamento Francisco Romão, localizado em Açailândia (MA); e entre a silvicultora e as quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, em Cidelândia (MA).³

Foram aplicados os seguintes pressupostos teóricos e procedimentos técnico-metodológicos: principal base teórica e metodológica adotada é a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, selecionada considerando o entendimento de que as relações entre determinados agentes são pautadas em lutas; e, que são produzidas dentro de um campo, guiando as estratégias a serem utilizadas pelos agentes (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989). Além disso foram analisadas variáveis relacionadas com as estratégias empresariais e as comunitárias, utilizando de: relatórios disponibilizados pelas empresas; relatórios e informações disponibilizados pelas comunidades e pelo Estado (INCRA, ICMBio e prefeituras); atas de reuniões e contratos assinados entre as empresas e as comunidades; e

² Acrônimo utilizado para definir a região abrangida pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

³ Destaca-se que a equipe da mineradora Vale intensificou sua ação no assentamento Francisco Romão a partir do ano de 2009; e que a silvicultora Suzano aproximou-se das quebradeiras de coco da Ciriáco também no mesmo ano. Nas duas situações o objetivo era disseminar informações importantes sobre os projetos industriais e logísticos das empresas.

entrevistas com os representantes empresariais, com representantes do Estado, com representantes de organizações parceiras dos trabalhadores rurais, e com os assentados e as quebradeiras de coco; complementadas com análise em campos, observando o cotidiano das duas comunidades.

Na sequência desta introdução é apresentada uma breve, porém importante base teórica sobre as estratégias empresariais na relação com comunidades rurais, e sobre as resistências destas comunidades às ações das grandes corporações. Em seguida são apresentadas as principais características históricas e territoriais das duas comunidades. Conclui-se com a análise das estratégias de resistência comunitárias; encerrando-se com as considerações finais.

Estratégias empresariais e resistências comunitárias

Para Harvey (2004) as grandes corporações empresariais atuam através de uma “acumulação via espoliação”. Entende-se que as grandes empresas buscam sobretudo estabelecer seus poderes dos territórios comunitários⁴, considerando-se que não há possibilidade de aquisição destas terras. Wallerstein (2003) chama atenção para a transformação de tudo em mercadoria, incluindo nisto o território como numa situação de inclusão no mercado de consumo, transformando-o em algo a ser explorado e/ou consumido. Harvey (1992) cita inclusive a incessante busca das grandes empresas em tornar o cidadão apenas um “cidadão-cliente”, onde o objetivo é fazer com que a sociedade busque apenas concretizar suas necessidades básicas de consumo, sem entender todo o engendramento social que envolve a produção desta empresa.

Considerando este sentido de atuação estratégica, Afonso (2012, p. 82) cita que, em termos de questões socioambientais, a ação empresarial “[...] tem se revestido de um sentido econômico-financeiro, vinculado a uma necessidade de posicionamento no mercado, por meio da diferenciação competitiva.”; na busca por esta posição, investe-se em demonstrar adequação às regras do mercado. Para Boltanski e Chiapello (2009), a literatura voltada para a gestão empresarial empenha-se em disseminar um discurso demonstrando que as empresas adequam-se às novas exigências, dentre elas à da atuação social corporativa. Neste sentido, Boje (2002) cita que há uma disputa entre o discurso praticado pelas elites, dentre elas as grandes corporações econômicas, e o discurso elaborado pelos movimentos

⁴ Destaca-se que o entendimento de território trabalhado neste arquivo se relaciona aos conceitos apresentados por Santos (2007, p. 13) que o destaca como “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.”; e por Haesbaert (2004, p. 235), que acrescenta o território é “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).”

sociais. Nos dois extremos está a luta entre o divulgado e a realidade das ações sociais empresariais.

Ao relacionar a globalização com os mecanismos macroeconômicos de gerenciamento empresarial, Cardoso (2006, p. 1133) destaca que “[...] as organizações empresariais lidam com públicos com demandas não só de produtos e serviços, mas também com claras demandas de diálogo.” Neste sentido, destaca-se que estes mecanismos de relacionamento com comunidades, não podem ser tratados apenas como estratégia de *marketing*, “[...] tática comum entre as empresas que se apresentam como naturalistas.” (ROSSETI, 2007, p. 251). Deve-se considerar que de fato há casos em que as corporações atuam, e se observa certos ganhos sociais, mas que são explorados para ampliar a simbologia positiva da empresa, interna e externamente. Para Ferreira, Afonso e Bartholo (2008a) ao valorizar os princípios de uma atuação “socialmente responsável” na empresa, esta

[...] cria espaços de diálogo, nos quais podem ocorrer juízos críticos para o reconhecimento de limites à sua atuação. O reconhecimento desses limites potencializa a promoção de motivações e transformações para a concretização de programas e ações socialmente responsáveis pela estratégia e pela estrutura das organizações (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008a, p. 30).

Para Altman (1998a; 1998b), é necessário que as ações sociais vinculem-se às necessidades econômicas competitivas das empresas. Neste entendimento, é importante considerar que estas: “[...] ações descontinuadas e desconectadas do planejamento da instituição, revestem-se do caráter de filantropia, e não indicam necessariamente que a instituição está no caminho para a implantação da responsabilidade social.” (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b, p.75). E sobre esta “filantropia empresarial”, Melo Neto e Froes (2001) destacam que ela visa o lucro, pois intenta em satisfazer anseios e necessidades dos clientes e dos investidores; além das demandas do mercado, reduzindo os riscos sociais de atuação em determinadas regiões.

Ao tratar do “risco social”⁵, Acselrad e Giffone Pinto (2010) destacam que certas “ações sociais” empresariais obtêm relevância quando estes riscos significam danos à reputação e aos mecanismos operacionais. Neste sentido, Gaviria (2015) acrescenta ainda que esta temática vincula-se às ações empresariais voltadas para a ampliação dos seus poderes nos territórios, pois

A ‘licença social para operar’⁶ surge, sem dúvida, como uma ativa aposta empresarial de intervenção sociopolítica para o acondicionamento dos

⁵ Diz respeito aos riscos a serem considerados por uma empresa ao planejar suas ações em uma localidade.

⁶ “O que os agentes do mundo corporativo vêm chamando de licença para operar não se refere apenas à licença dos órgãos públicos, mas fundamentalmente à ‘licença social’, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, ao ambiente estável à sua realização.” (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010, p. 57-58).

territórios às necessidades do capital extrativo. Ela possibilita nomear, legitimar e dar conteúdo concreto às formas de combate aos riscos que a sociedade representa para os negócios. É através de estratégias desse tipo, isto é, de gestão empresarial do consentimento, que as empresas mineradoras desenvolvem e complexificam seus mecanismos de territorialização na atualidade (GAVIRIA, 2015, p. 150).

Devem-se considerar os seguintes fatores, para se conhecer como as “ações sociais” podem ampliar a dominação empresarial: se os investimentos nas comunidades resultam em lucros (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); quais as interligações das ações nas comunidades com os interesses de mercado, principalmente relacionados com a competitividade (ALTMAN, 1998a; 1998b); como estes projetos são planejados, e se estão vinculados ao programa geral de investimentos das empresas (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008b); se há redução dos riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2010); e se é estabelecida uma relação de dependência e de “gratidão” para as comunidades (RAJAK, 2009).

É importante considerar que os movimentos sociais do campo ampliam sua participação em diversas temáticas importantes para seu cotidiano. Dentre estas destacam-se: a luta pela melhoria da educação (DAMASCENO; BESERRA, 2004); por melhorias na agricultura camponesa (FERNANDES, 2000); realizam debates sobre um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil (CALDART, 2001); além da busca pela distribuição de terras e riquezas (VENDRAMINI, 2007). Scherer-Warren (2005, p. 68) destaca que os movimentos “[...] valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física”. E ainda se unem pela ampliação dos investimentos públicos na agricultura familiar.

Para Fernandes (2000, p. 66), depois de passarem por momentos de intensos embates com diversos setores, os movimentos sociais do campo receberam mais atenção; e “[...] esses camponeses sem-terra falam suas próprias linguagens, conquistando o respeito e a admiração de alguns e a aversão de outros.”. Além disso, estabelecem redes de solidariedade para o fortalecimento da luta política (SANTOS, 2014).

Ao considerar a expansão da ação empresarial junto às comunidades rurais, Zhouri (2008) nos apresenta análises importantes, destacando que todo o processo de investimentos na primarização das economias, resulta na concentração de terras e no baixo nível de empregabilidade; além do baixo investimento nas pequenas propriedades. Dentre estes projetos se destacam os “[...] projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.” (ZHOURI, 2008, p. 06).

Ao tratar da necessidade da ação estratégica em resposta aos agentes públicos e privados, Silva e Fagundes (2011, p. 70) citam que o movimento social do campo, “[...] precisa se colocar primordialmente como um ente planejador de seu território, caso contrário, ficará sempre a margem da lógica do planejamento do Estado, que, pela experiência, entendemos que é a lógica do capital.” Arguedas (2017) acrescenta ainda que três dimensões devem estar relacionadas, quando as comunidades rurais decidem defender seus territórios: o fortalecimento da identidade comunitária; o relacionamento com os movimentos sociais; e as lutas em defesa do território.

Não se pode desconsiderar que as empresas vêm logrando êxitos com suas estratégias de dominação. Mas os movimentos de resistência comunitária também conseguem estabelecer estratégias reacionárias aos poderes das multinacionais. Sejam elas de grande repercussão, como as manifestações públicas, ou as resistências “infrapolíticas” (SCOTT, 2013). Neste sentido são apresentadas a seguir algumas características das comunidades analisadas neste artigo.

Breve contextualização histórica e territorial dos agentes comunitários

Em relação à RESEX Ciriáco, tem-se que o início do que era apenas um povoado remonta à década de 1950, quando um trabalhador rural chamado de José Ciriáco, veio do Piauí em busca de terras para o sustento da sua família. Este se instalou às margens do hoje denominado riacho Andirobal. Este curso d’água que tem sua nascente em território cidelandense, atravessa toda a reserva e deságua no rio Tocantins.

Com o tempo, outros trabalhadores rurais se instalaram no local, fossem eles familiares, amigos e/ou conhecidos do José Ciriáco (LIMA, 2010). Mas a ocupação que começou lentamente, não foi pacífica. O contexto regional do município de Cidelândia, onde se encontra 100% da área da reserva, é marcado por conflitos entre comunidade rurais e grandes proprietários de terras.

Durante anos as famílias que hoje estão na área tiveram que estabelecer lutas políticas para a devida ocupação, e para a regularização da área como reserva extrativista. Mas Droulers *et al.* (2008) citam que a regularização da Ciriáco foi mais uma tentativa do Governo Federal de demonstrar preocupação com as questões ambientais, do que uma busca dos comunitários.

Tem-se ainda que o processo de ocupação da área foi uma estratégia para a distribuição das terras, ainda que estivesse presente nos discursos comunitários da época a

busca pelo extrativismo social e ambientalmente sustentáveis. Questão também citada por Vanusa Babaçu⁷ em entrevista.

É importante citar que houve uma luta comunitária por esta área. Havia conflitos judiciais e políticos, onde, de um lado estavam os fazendeiros e políticos da região, e os trabalhadores rurais do outro. Podem-se citar as pesquisas apresentadas por Nóbrega (2015), Sousa (2015), Santos (2010), Santos e Andrade (2009), e Almeida (1994), que destacam os graves momentos de conflitos entre os trabalhadores rurais, dentre eles os extrativistas, e os grandes fazendeiros, políticos e coronéis da região.

Ainda que existam estas discordâncias a respeito dos reais objetivos desta RESEX, o fato é que o território foi enquadrado como Unidade de Conservação (UC), na classificação de “uso sustentável”. A RESEX Ciriáco foi criada através do Decreto Nº 534, de 26 de maio de 1992 da Presidência da República (BRASIL, 1992). Este foi revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), onde são definidas as fronteiras e a área que atualmente estão disponíveis para os trabalhadores.

No ano de 2003 foram realizados os processos de “loteamento” e de distribuição dos lotes entre os sócios da Associação dos Trabalhadores Agroextrativista da Reserva Extrativista do Ciriáco (ATARECO). Atualmente são em torno de 150 famílias ligadas diretamente à RESEX, segundo dados fornecidos pelo ICMBio. A UC Abrange as seguintes comunidades: Alto Bonito, Ciriáco, Centro do Olímpio, Rua Nova, Vila Fiquene e Viração; como demonstrado na Figura 01.

Dentre os parceiros históricos da comunidade destacam-se: o Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Imperatriz; o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O MIQCB é apresentado por Droulers *et al.* (2008, p. 07) como o parceiro mais influente na comunidade.

⁷ Vanusa Babaçu é Vanusa Silva Lima, pesquisadora e fotógrafa que há mais de vinte anos pesquisa e registra com fotografias o cotidiano das quebradeiras de coco.

Figura 1: Localização das comunidades atendidas pela RESEX Ciriáco.



Fonte: ICMBio. Organização do autor.

Com a organização da comunidade, somada à ampliação da visibilidade da função socioambiental das quebradeiras, associada à articulação destas trabalhadoras na região, e apoiadas pelo MIQCB, no ano de 2005 é aprovada a Lei Municipal nº 001, que trata da defesa dos babaçuais presentes no município de Cidelândia. Esta “[...] dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu, no município de Cidelândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências.” (CIDELÂNDIA, 2005).

Apesar dos recentes investimentos em outras atividades econômicas como o beneficiamento da farinha do mesocarpo, historicamente os trabalhadores comercializam carvão proveniente da queima do carvão do babaçu, vendendo-o às siderúrgicas de Açailândia (MA), e, em alguns casos, até para as de Marabá (PA). Para Shiraishi Neto (2017), além do aumento da criação de gado na RESEX, este contexto do carvão é complexo, pois:

A expansão da produção de ferro-gusa, com as denúncias de trabalho escravo nas carvoarias, fez com que as indústrias passassem a se interessar pela produção do carvão do coco do babaçu. O ICMBio, por meio de seu técnico, levou e incentivou a produção do carvão do coco na área da reserva extrativista do Ciriáco. Como as indústrias são muitas e a produção do carvão deve acompanhar essas necessidades, esse fato levou à coleta indistinta dos cocos, mesmo que os produtores do carvão alegassem o contrário, que estavam produzindo o carvão a partir dos cocos maduros e podres. A coleta não seletiva do coco para a produção do carvão, sem qualquer cuidado com as garantias de reprodução das palmeiras, tem contribuído com o processo de devastação dos babaçuais na região. A despeito das denúncias e dos reclamos, a atividade de produção do carvão do coco prosperou e perdura no interior da reserva do Ciriáco. (SHIRAISHI NETO, 2017, p. 161).

Além do babaçu, e os diversos usos dessa palmeira, a comunidade valoriza o uso das castanheiras para ampliação da renda dos extrativistas. Segundo Droulers *et al.* (2011, p. 169) “[...] 90% dos com mais de 45 anos praticam uma atividade do setor primário (agricultura, extrativismo), enquanto é o caso somente para 54% dos mais jovens.”

Mas isso não representa que as quebradeiras de coco babaçu desta vila tenham conquistado uma verdadeira melhoria nas suas qualidades de vida. As idosas, já aposentadas, vivem geralmente do dinheiro da previdência. As mais novas têm o sustento básico vinculado aos ganhos dos esposos; e também da complementação de renda dos programas estaduais e federais, como o Bolsa Família.

Dentre as principais considerações sobre as quebradeiras de coco da Ciriáco, podem-se citar que a maioria já compõe o movimento de defesa dos babaçuais da região há mais de 20 anos. Algumas delas participaram inclusive das manifestações pela regularização da reserva; outras, que chagaram mais recentemente, citam conhecem e valorizam a história de luta enfrentada pelas demais.

As quebradeiras de coco relataram que se interessam em permanecer na RESEX, mas que para isso precisam de atividades que complementem suas rendas. O consenso principal é o orgulho em serem quebradeiras de coco, mas há um grande receio de que, pela falta do estímulo às mais jovens, esta atividade seja esquecida; e que elas percam esta identidade como trabalhadoras do campo. O único apoio recebido por estas trabalhadoras são os vinculados com os programas de distribuição de renda do Governo Federal (Bolsa Família), e de pagamento por serviços ambientais como o Bolsa Verde (MMA). Os dois somados, não garantem uma qualidade básica de sobrevivência.

O Estado não realiza os investimentos necessários, e as trabalhadoras precisam obter recursos para manter suas atividades cotidianas fundamentais, como a alimentação. Pressionados pelos pesquisadores e pela população em geral, veem como alternativa dialogar com grandes empresas como a Suzano, vislumbrando a possibilidade de melhorar sua condição financeira sem agredir o ambiente natural que é fortemente defendido por elas.

E aliar uma melhoria de renda sem agredir o ambiente, e seguindo os critérios da agricultura familiar sustentável também é uma jornada seguida pelos assentamentos rurais do oeste maranhense, por exemplo o Assentamento Francisco Romão. Como qualquer trabalhador rural que luta pela reforma agrária, a história dos assentados desta comunidade também é marcada por diversos momentos de resistência.

Em termos de contexto regional, o início dos anos 2000 é marcado como um dos períodos de poucos assentamentos sendo regularizados na região de Açailândia. Isto ampliou a articulação entre as diversas famílias que hoje fazem parte do Francisco Romão. Este assentamento é fruto da mobilização e da organização de trabalhadores rurais que se encontravam “sem-terra” para realizar suas atividades.

Antes de ocuparem a área que hoje se encontram, ficaram cerca de um ano acampados às margens das rodovias que cortam o município de Açailândia (BR 010 – Belém/Brasília; e a BR 222 - Fortaleza/Marabá); além de dois períodos na sede do INCRA, no mesmo município, já no ano de 2007.

Cerca de 120 famílias ficaram acampadas na área da fazenda “Monte Cristo”, nas proximidades da ponte que passa sobre o rio Pindaré, e que também abrange o percurso da BR 222.⁸ Estas famílias ficaram cerca de 30 dias nesta localidade, quando foram despejados por ordem da justiça, a pedido dos proprietários. No período em que estiveram neste acampamento, não tiveram apoio, o que ampliou a necessidade de mudança para outro local. Para o novo acampamento foi escolhida uma localidade às margens da BR 010.

⁸ Este rio foi utilizado para estabelecer a fronteira entre os municípios maranhenses de Açailândia e Bom Jesus das Selvas.

A escolha da BR 010, próximo ao antigo posto de combustíveis “Jacaré”⁹, município de Açailândia, se deu por dois principais motivos: a possibilidade de ampliar a visibilidade para o movimento, considerando que esta é uma das principais rodovias das regiões Norte/Nordeste; e a informação dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, de que havia diversas propriedades que não recebiam o uso econômico devido pelos seus proprietários.

No mês de janeiro de 2008 se instalaram na sede da fazenda “Conquista I” localizada em Açailândia, e distante apenas 200 metros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), como ilustrado na Figura 02. O processo de ocupação foi conflituoso com o proprietário da fazenda, mas para resguardar os envolvidos, maiores detalhes não serão citados. Hoje a sede da fazenda é utilizada para a realização de reuniões.

Depois de instalados, decidiram que o assentamento se chamaria Francisco Romão, em homenagem a um trabalhador que faleceu por picada de cobra durante a ocupação. Hoje há no assentamento 102 famílias. Dentre os parceiros históricos têm destaque o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Açailândia, o Movimento dos Sem Terra (MST), e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) foi liberado pelo INCRA em 2013; iniciando a regularização das associações. Atualmente são três: a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão (AAAFR), fundada em 2010; a Associação Frutos da Terra (AFT), fundada em 2013; e a Associação Boa Esperança (ABE)¹⁰, citada anteriormente.

Como ainda se encontra na fase de implantação, são poucos os trabalhadores que já têm algum retorno financeiro dos trabalhos com a terra; e que são pequenos por conta do pouco apoio das instituições públicas. Na maioria dos casos, os trabalhadores vivem do apoio dos governos estadual e federal, por meio de políticas de ampliação de renda (Bolsa Família), e de cestas básicas pelo INCRA. O plantio e a criação de animais estão em fase inicial, mas como não são todos os beneficiados pelos primeiros financiamentos públicos, ainda há dificuldade de trabalho conjunto.

Na mesma conjuntura de pouco apoio do Estado às quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco, os trabalhadores rurais do assentamento Francisco Romão também identificaram na relação com a mineradora Vale uma possibilidade de obter melhorias estruturais na agrovila, bem como para a produção agrícola comunitária.

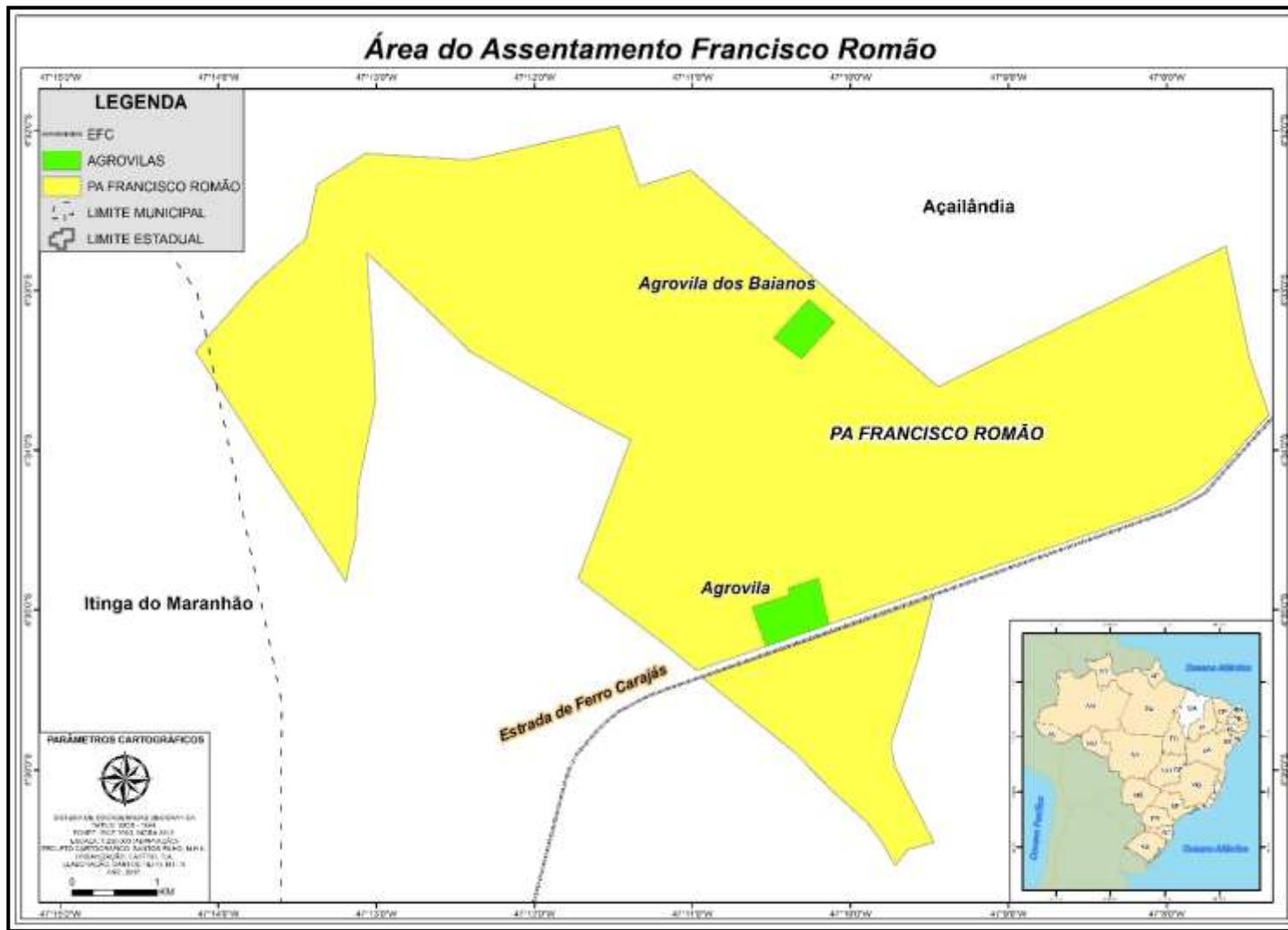
Nas duas relações (Quebradeiras de coco da RESEX com a Suzano; e assentados do AFR com a Vale) surgem dois investimentos, que são respectivamente: a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Babaçu (UBB) na Ciriáco; e a perfuração de um poço

⁹ Localidade distante cerca de 20 Km da sede do município de Açailândia, sentido para Belém (PA).

¹⁰ Não há muito contato entre esta e as demais, devido aos problemas citados anteriormente.

artesiano e a distribuição de água deste na agrovila do Francisco Romão. Agindo estrategicamente, os representantes das duas empresas conseguiram transformar estas duas obras em referenciais simbólicos positivos para as empresas. O objetivo das empresas foi reduzir a capacidade de resistência comunitária às grandes obras logísticas, industriais, e aos projetos de expansão de monocultura que estas corporações investem na região. Mas não lograram êxito, pois apesar de ter reduzido as grandes manifestações contra as duas corporações empresariais, as resistências das quebradeiras de coco e dos assentados.

Figura 021: Área do Assentamento Francisco Romão.



Fonte: INCRA e observações em campo. Organização do autor.

As ofensivas empresariais e as resistências comunitárias

Na relação com o AFR, o principal objetivo dos representantes da mineradora Vale S/A é fazer-se presente na comunidade. Isto como estratégia de resposta às reivindicações comunitárias, pois não interessa para a empresa que seus representantes façam parte do cotidiano dos assentados. Mas ao perceberem que distanciando-se, ampliavam a possibilidade de organização comunitária, a mineradora avaliou uma maior atuação na comunidade como “estrategicamente necessária”. O foco da aproximação foi destacar os ganhos que os assentados poderiam obter com os investimentos da mineradora; além de identificar possíveis indicadores de organização comunitária para manifestações que causassem prejuízos à empresa.

Os representantes da Vale destacam que a DEFC integra um grande projeto de investimentos para ampliar a capacidade de exportação dos minérios. Busca-se com esta obra interligar este “crescimento dos negócios da empresa” à possibilidade de aumentar a destinação de recursos financeiros aos projetos sociais; inclusive aos reivindicados pelas comunidades rurais.

Como avaliador dos agentes e das suas potenciais estratégias, a Vale, como qualquer grande corporação, sempre realiza trabalhos de identificação de pessoas e de organizações que representam riscos e “influência negativa” na relação com as comunidades. Seus representantes consideram que, ao se aproximarem dos assentados, certas organizações podem ampliar a capacidade destes de pressionar a empresa. Portanto, além de realizarem constantes levantamentos sobre os cotidianos comunitários, os representantes da mineradora observam as parcerias do AFR com órgãos estatais, com organizações sindicais, ou até mesmo com os demais movimentos sociais.

A empresa utiliza dos capitais financeiro e cultural como meios para reduzir os embates. Obviamente que os representantes da mineradora sabem que suas grandes ferramentas para ampliar sua capacidade de ação são estes capitais. Com isso, buscam realizar serviços que ampliem a visibilidade positiva da empresa. Empenham-se em tornar os resultados positivos em referenciais simbólicos dos “ganhos da comunidade” ao estabelecerem “parcerias” com a mineradora.

A temática financeira é importante, mas o capital cultural torna-se um alicerce para os reais ganhos da empresa. Os representantes da Vale empenham-se em conhecer as demandas prioritárias para a maioria dos assentados, independente da problemática que estes possam envolver. Eles Buscam constantemente engradecer os ganhos dos serviços realizados, visando a redução de conflitos. Lucra a empresa, que reduz seus prejuízos com a

obstrução da EFC; além dos lucros simbólicos com a redução das manifestações contrárias às suas ações.

Como desarticuladora da rede de relações da comunidade, os representantes da mineradora se beneficiam da divisão interna entre os assentados, e ainda de problemas de relacionamento com os demais assentamentos. A mineradora sabe que a alternativa dos representantes do AFR é estabelecer uma importante rede de relações, com isso os seus representantes empenham-se em reduzir a capacidade de articulação comunitária, principalmente com as comunidades da região. Isto é feito através do uso do capital financeiro, pois a decisão das obras a serem realizadas em cada comunidade deve ser definida separadamente, de acordo com as “normas da empresa”. Sabendo das dificuldades enfrentadas pelos assentados, sejam elas financeiras, de relacionamento interno e/ou entre os assentamentos, agem para que cada comunidade exerça seu “poder de decisão”, e não decidam por resoluções conjuntas.

A própria metodologia dos Comitês de Interlocução (CI), onde o andamento da DEFC é avaliado separadamente por cada comunidade, potencializa o feito da individualização. Isto, aliado à pressão jurídica empresarial sobre as lideranças, resulta no afastamento de certas organizações. Estas estratégias somadas visam desarticular a comunidade, internamente, e também dos seus tradicionais e potenciais parceiros.

O *habitus* de disseminadora de uma simbologia positiva da empresa nas comunidades tem destaque, pois a Vale investe na intensa divulgação das suas ações. Utilizam-se de cartazes, panfletos e vinhetas radiodifundidas para que esta seja reconhecida como uma empresa preocupada com a segurança dos assentados, e com a qualidade de vida deles.

As reuniões são utilizadas como meios para que seus representantes, habilmente, usem a permissão para os pronunciamentos como oportunidades para a aplicação de “discursos reacionários” (BOURDIEU, 1991b) às constantes reivindicações comunitárias. Posicionam-se, e agem posicionando a empresa representada, como agentes de “prestígio” (BOURDIEU, 1999; 1998; 1991b; 1989) e “respeitabilidade” (BOURDIEU, 1998a; 1991a; 1991b; 1991d; 1989), utilizando-se do carisma (BOURDIEU, 1996b; 1991b) proveniente do intercâmbio de serviços financeiros (BOURDIEU, 1991b); e aplicam discursos estrategicamente “neutralizados” (BOURDIEU, 1996a; 1991b; 1991c) e “legítimos” (BOURDIEU, 2001; 1996a; 1991c).

A Vale realiza os serviços, pois percebe os lucros financeiros e simbólicos que obtém ao estabelecer uma relação sem grandes manifestações; principalmente quando destaca que estes serviços não são da sua responsabilidade, e que os realiza para beneficiar os assentados, e atender suas demandas. Os representantes da Vale utilizam-se dos seus capitais financeiro e cultural, para demonstrar aos trabalhadores rurais que pode fortalecer o

capital simbólico da mineradora, e, reduzir os usos deste capital pelo AFR. Além disso, a empresa não exerce influência sobre as organizações parcerias dos assentados (STTR, MST, JnT), mas consegue afastá-las da relação, ao ampliar o “diálogo” direto com os representantes do assentamento.

As demais comunidades são cooptadas a relacionarem-se diretamente e individualmente com a Vale, com a justificativa que desta forma os serviços são aprovados mais rápido. Em relação ao MPF, há um grande investimento da mineradora em elaborar contraprovas às denúncias comunitários, reduzindo a influência deste na relação.

Ao divulgar os investimentos em “projetos sociais” nos meios de comunicação da região, há um fortalecimento da visibilidade positiva de empresa; o que também interfere na relação com os assentados, pois alguns a percebem como “benfeitora”, fortalecendo as estratégias da corporação.

Dentre as estratégias da Vale destacam-se a “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983) aplicada por seus representantes. Estes se utilizam dos bens financeiros (recursos próprios, da Fundação Vale, ou dos financiamentos para a DEFC), logísticos (a própria EFC), e os estruturais (maquinários e canteiros de obra suas e das terceirizadas da DEFC), para estabelecer seus poderes sobre os trabalhadores rurais. A mineradora também aplica de processos de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989) direcionados para o AFR e para a sua rede de relação, pois os seus representantes estabelecem a “negociação direta e negociada” (ACSELRAD; BEZERRA, 2007) como mecanismo principal para a resolução dos conflitos.

Considerando a relação com as quebradeiras de coco, os representantes da Suzano destacam que seguem as orientações dos órgãos públicos que a fiscalizam. O destaque é dado ao MPF, considerando-se que os investimentos nesta RESEX são fruto da solicitação deste órgão, que requereu a inclusão dela nos seus investimentos sociais. Além disso, a Suzano utiliza sua base do capital cultural para ampliar a eficiência dos serviços realizados na comunidade, através da ampliação da simbologia positiva destes.

Sabendo de toda a problemática jurídica em atuar neste território, a empresa sempre busca, por obrigação ou resguardando sua imagem, atuar na comunidade em parceria com órgãos públicos como o ICMBio, a UEMA, a UFMA, o IFMA, dentre outros. Ao realizarem estas parcerias, reduzem possíveis pressões da comunidade, ampliam a sua identificação com “ações sociais” positivas, e estabelecem uma rede de cooperação para as suas atividades, reduzindo os custos, mas ampliando a visibilidade.

Favorecendo a silvicultura, tem-se principalmente o capital cultural, pois além do conhecimento técnico da área de “responsabilidade social”, e das estratégias de comunicação com comunidades, seus representantes conhecem o cotidiano e as formas mais adequadas de se contatar esta classe de trabalhadoras. Este contexto, aliado a um poderoso capital

financeiro, ampliou a capacidade de ação da Suzano. Além disso, seus representantes vinculam a imagem da empresa à geração de empregos e renda na região, o que melhora significativamente seu capital simbólico.

Para estabelecer seu poder político, a Suzano utiliza-se da sua estrutura de comunicação para divulgar os efeitos positivos da sua implantação. Além disso, usa da reputação e do reconhecimento positivo que os seus representantes têm na comunidade, para trazer a incerteza sobre os reais objetivos da empresa, o que caracteriza o seu “poder absoluto” (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989).

Em relação ao poder material, a silvicultora se utiliza do seu capital financeiro para influir e intensificar os demais poderes; contribuindo para o fortalecimento do seu poder simbólico. A medida que a empresa ampliou a sua influência na comunidade, os movimentos sociais parceiros se afastaram de algumas lideranças; e a divulgação das “ações sociais” foi intensificada.

Aplicando uma estratégia de “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b), e conhecendo a problemática do relacionamento com comunidades, e sabendo que estas são extremamente carentes de recursos, os representantes da Suzano preferem que estas entendam que, às grandes empresas, cabe realizar investimentos apenas nos setores exigidos pelos órgãos reguladores. O objetivo é reduzir a pressão sobre a empresa, com cobranças para todas as carências comunitárias.

A Suzano empenha-se em disseminar no cotidiano comunitário a simbologia de empresa “socialmente justa” e “ambientalmente responsável”. O foco é alterar a leitura que as extrativistas realizam das suas atividades, que, antes dos serviços (UBB), eram citados como degradadores do meio ambiente, e torná-las mais propensas à avaliação positiva da empresa. Seus representantes sempre “reconhecem” que a atividade da monocultura pode trazer certos problemas sociais, mas que a sua representada investe na prevenção destes; cumprindo suas responsabilidades jurídicas, ambientais e sociais. Ações pautadas no uso da “ação pedagógica” (ROSA; BRITO, 2009) e dos “signos distintivos” (BOURDIEU, 1996b) para “diferenciar” a Suzano das empresas que já causaram problemas socioambientais com a implantação de atividades degradadoras.

No caso da Suzano, há o tradicional uso dos bens financeiros e logísticos para defender sua atuação na região, e não somente na RESEX, utilizando-se da estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983); e que o melhor meio para concretizá-los é através do “diálogo”, como meio para ampliar os resultados da estratégia de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989).

As estratégias utilizadas pela Vale e pela Suzano nas duas comunidades, são destacadas por estas corporações como “ações sociais”; e são gerenciadas pelos setores de comunicação social e de responsabilidade social, respectivamente. Há um empenho destes

setores em elevar os ganhos simbólicos dos investimentos financeiros realizados, e ainda: obter “lucros” financeiros e políticos (FERREIRA; AFONSO; BATHOLO, 2008b); ampliar a competitividade no mercado (ALTMAN, 1998a; 1998b); reduzir os riscos à reputação (ACSELRAD; GIFFONE PINTO, 2009); e a busca pela “gratidão” à empresa (RAJAK, 2009). Para isso se utilizam dos ritos, dos elementos arquitetônicos, e em certa medida, das imagens.

Nos ritos são utilizados diversos referenciais simbólicos para estabelecer suas regras; e para isso são aplicados gestos, palavras, e objetos (dentre eles as grandes obras arquitetônicas). O objetivo destes usos é influenciar os agentes a perceberem o mundo social pelas lentes dos dominantes (BOURDIEU, 1991c; 1989).

Como demonstrado nesta breve descrição das relações entre as empresas e as comunidades, apesar das estratégias da Vale e da Suzano que buscam uma dominação sobre os assentados e as quebradeiras de coco, há sempre resistências comunitárias. Se os assentados e as quebradeiras de coco não se submetem aos “esquemas de percepção e de disposições” (BOURDIEU, 2001) da Vale e da Suzano, isso indica que estes trabalhadores rurais não compartilham e não são cúmplices às estratégias de dominação empresariais. Ao contrário, estas comunidades lutam contra os “efeitos de intimidação” (BOURDIEU, 1989) da mineradora e da silvicultora, demonstrando suas “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013).

Nas análises sobre as essências das estratégias empresariais, observa-se um grande empenho da Vale e da Suzano em estabelecer referenciais simbólicos que ampliem suas capacidades de ação contra as manifestações comunitárias. De fato as empresas logram preocupantes lucros com os serviços realizados nos territórios do assentamento e da RESEX; mas, há importantes demonstrações de resistências comunitárias, que atestam a existência de estratégias de luta e de reação às investidas corporativas. Não se tratam de grandes manifestações, mas de “resistências cotidianas” (SCOTT, 2013), que demonstram que a reprovação dos danos socioambientais, e a articulação contra a mineradora e a silvicultora pulsam no seio comunitário, fortalecendo a “revolução simbólica” (BOURDIEU, 1989) dos assentados e das quebradeiras de coco.

No processo de resistência dos assentados, eles avaliam/analisa todos os procedimentos da Vale, e identificam que o objetivo da mineradora é reduzir a ocorrência de manifestações que atrapalhem o andamento da DEFC. Chegam a este resultado, pois a comunidade sabe que os representantes da empresa só estabelecem contato com o AFR, por recearem a ocorrência de entraves ao prosseguimento da obra. Com isso, identificam como a DEFC pode impactar seu cotidiano, e como podem solicitar que estes problemas sejam prevenidos, e, em último caso, ressarcidos.

Para obter êxito na relação com a Vale, os assentados demonstram que a concretização dos investimentos financeiros pela empresa pode representar os ganhos que a Vale espera obter. Eles empenham-se em “teatralizar” (BOURDIEU, 2001; 1999; 1998; 1991b;

1989) que a passividade na relação entre ambos está vinculada às obras e serviços financiados pela mineradora; ainda que saibam que o uso da EFC continuará causando danos. Por isso, demonstrar uma “passividade” é considerada como importante, mesmo que vinculada às estratégias de “blefe” (BOURDIEU, 2005), de “dissimulação” (BOURDIEU, 1996b; 2001), e principalmente de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 2011), pois caso sintam-se prejudicados, os assentados deixam claro que realizarão novas reivindicações/manifestações.

Os assentados “associam” para os representantes da mineradora a concretização das reivindicações à uma relação sem conflitos. Mas, internamente, o objetivo é reduzir que outras comunidades, organizações parceiras ou até mesmo componentes do AFR, avaliem as obras e os serviços como benefícios recebidos, o que resultaria em ganhos simbólicos para a empresa. Ao contrário disso, empenham-se na vinculação destes serviços aos constantes danos socioambientais causados pela Vale, e ao interesse da mineradora em estabelecer a submissão/passividade da comunidade.

Em relação ao poder político, os assentados buscam o apoio da sua rede de relações para obter reconhecimento, e divulgar os problemas que sofrem por conta das ações da empresa. O agravante é que o seu poder estrutural comunitário é bastante reduzido, pois há uma grande dependência aos agentes mobilizados, para que os seus capitais jurídico e social tornem os efeitos das suas estratégias, além de positivos, mais intensos e imprevisíveis pela empresa. Esta característica também é observada na relação entre a Suzano e as quebradeiras de coco.

A estrutura dos capitais das quebradeiras de coco da Ciriáco também tem uma grande dependência da rede de relações destas trabalhadoras camponesas. A complexidade burocrática e organizacional da gestão da RESEX, interfere para que a comunidade não consiga, sozinha, ampliar sua capacidade de relação e de aplicação de estratégias. Esse processo complexo pressiona as trabalhadoras a recorrerem aos seguintes “signos de reconhecimento” (BOURDIEU, 1998b): a demonstração de uma comunidade que recebe poucos benefícios do Estado, em suas três instâncias, mas principalmente do poder local; empenham-se em atestar que caso tenham suas demandas atendidas (estruturação da UBB), terão ferramentas para realizar processos produtivos sociais e ambientalmente mais sustentáveis.

Considerando toda a estrutura de poder estabelecida pela Suzano, as quebradeiras de coco percebem-se pressionadas ao diálogo, tendo como segunda alternativa aguardar os recursos financeiros do Estado. Estas sofrem os “constrangimentos” (BOURDIEU, 2001) impostos pelos grupos dominantes (vinculados ao Estado e ao Mercado), caso encorajem-se na luta contra estes grandes projetos empresariais. Considerando também o caso do AFR, a

única defesa destas comunidades é a atuação de alguns representantes do campo jurídico, neste caso do MPF.

Em relação à “luta política” (BOURDIEU, 2011; 2001; 1991b) as quebradeiras de coco, prejudicadas pelo baixo investimento público nas suas atividades, decidem disseminar que cabe às empresas, beneficiadas pelos grandes financiamentos públicos, colaborar para que as pequenas comunidades rurais também cresçam financeiramente. Ao avaliar que a Suzano ampliou seu relacionamento com a Ciriáco devido à influência dos representantes locais do setor de relacionamento com comunidades, as quebradeiras de coco empenham-se em demonstrar a eles que são gratos pelos investimentos. Para isso utilizam-se da estratégia de “cooptação” (BOURDIEU, 2001), e empenham-se em aplicar o “carisma” (BOURDIEU, 1996b; 1991b) para convencê-los desta “aprovação”.

O maior bem das quebradeiras de coco é a riqueza natural da RESEX. Elas a utilizam como símbolo da necessidade de conservação da área, e que por isso precisam de apoio financeiro para que as atividades degradadoras não sejam implantadas na Ciriáco, o que enquadra-se na estratégia de “manipulação legítima” (BOURDIEU, 1983). Esta, somada à busca pela “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1998; 1989), pautada na propagação da necessidade de investimentos para que ações produtivas sustentáveis sejam realizadas.

A principal manifestação de resistências das quebradeiras de coco da RESEX Ciriáco é a constante luta destas trabalhadoras para fortalecer suas raízes identitárias e dos seus territórios. Elas persistem na luta cotidiana pela manutenção dos seus principais referenciais simbólicos de acesso aos babaçuais, de coleta do fruto, da quebra e do beneficiamento. Para além de uma estratégia, esse processo integra as bases de uma luta histórica destas trabalhadoras por seu reconhecimento social, pela continuidade da sua cultura, e pelo seu direito de ampliar a renda familiar sem grandes impactos ao ambiente. Não há “orientação”, ou “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1989), e nem mesmo “cooptação” (BOURDIEU, 2001) de grandes empresas, que às induzam a declinar destas lutas, sejam elas políticas ou simbólicas, e até em defesa do seu território, e destes direitos que fundamentam as suas vivências cotidianas.

Considerações Finais

Duas análises deste artigo merecem destaque: os grandes investimentos públicos em projetos industriais e florestais de corporações empresariais; e as resistências comunitárias camponesas contra a imposição dos interesses destas empresas em seus territórios/cotidianos. Situações que se agravam a cada ano na região abrangida pelo MATOPIBA. E este artigo apresentou significativas considerações para entender com maior

profundidade analítica as estratégias da mineradora Vale S/A e da silvicultora Suzano Papel e Celulose na relação com comunidades camponesas.

Dentre as maiores contradições a serem destacadas tem-se a preocupante discrepância entre os vultosos investimentos realizados pelo Estado brasileiro nas grandes multinacionais, neste caso a Vale e a Suzano, e irrisórios empréstimos destinados às comunidades rurais. Além disso, o pouco apoio das organizações públicas e privadas na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores camponeses amplia a capacidade empresarial de estabelecer estratégias de dominação; ainda que pulsem no assentamento e na RESEX as resistências cotidianas.

Neste sentido, menciona-se que o principal resultado deste artigo é contribuir para o debate sobre as resistências comunitárias e camponesas, demonstrando que, diferente do que acreditam algumas organizações públicas, privadas e alguns movimentos sociais, certamente estes trabalhadores ainda se organizam e debatem como agir contra os avanços dos grandes empreendimentos econômicos na região do MATOPIBA. Não se pode desconsiderar que algumas análises sem profundidade empírica, e sem a identificação da vivência cotidiana os trabalhadores rurais, pode, erroneamente, descrever certa passividade de assentados e quebradeiras de coco às estratégias corporativas. Por isso a ênfase em análise em campo mais cuidadosas.

Com isso, conclui-se que o foco das redes de relação das comunidades rurais abrangidas pelo MATOPIBA deve ser o fortalecimento da capacidade de organização dos movimentos sociais do campo; além de apoiar nas constantes lutas pelo fortalecimento das suas identidades camponesas, e também dos seus territórios. É inadiável que sejam fortalecidas e apoiadas as resistências comunitárias para que os trabalhadores rurais da região não sintam-se submetidos às estratégias de dominação e de territorialização das grandes corporações empresarias. E diante de toda a problemática e das análises expostas, se tem a perspectiva de que com o apoio dos movimentos sociais urbanos e camponeses, das organizações de ensino, e das organizações estatais de apoio aos trabalhadores do campo, todos trabalhando em rede, estas resistências serão fortalecidas, reduzindo os resultados das preocupantes estratégias de dominação empresarial.

Referências

ACSELRAD, H.; GIFFONE PINTO, R. A gestão empresarial do "risco social" e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51 – 64, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://migre.me/vruCn>. Acesso em: 22 ago. 2015.

AFONSO, R. C. M. **Jogo de sombras**: um estudo sobre diálogo entre empresas e comunidades no Brasil. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/uo1UAR>. Acesso em: 28 abr. 2015.

ALMEIDA, A. W. B. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

ALTMAN, B.W. Corporate community relations in the 1990s: a study in transformation. **Business and Society Review**, Chicago, v. 37, n. 2, p. 221-227, jun. 1998a. Disponível em: <http://migre.me/vrDZ3>. Acesso em 12 jan. 2016.

_____. Transformed Corporate Communititt Relation: a management tool for achieving corporate citizenship. **Business and Society Review**, Chicago, v. 102, n. 103, p. 43 – 51, apr. 1998b. Disponível em: <http://migre.me/vrEaS>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ARGUEDAS, A. G. Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas, o caso de Acauã (RN). **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 70 – 84, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://goo.gl/3fVTQk>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BOJE, D. M. Resistência carnavalesca ao espetáculo global. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 11-28, out./dez. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902002000400003>. Acesso em: 29 jan. 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. (Tradução de Ivone Castilho Benedetti). São Paulo: WMF Martind Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O campo econômico. (Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi). **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15 – 57, abr. 2005. Disponível em: <http://migre.me/vrJ6l>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez., 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em: 22 fev. 2015.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://goo.gl/TUCd7f>. Acesso em: 15 mar. 2015.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr., 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000100005>. Acesso em: 06 de jul. 2015.

DROULERS, M.; BIAGGI, L.; CHARTIER, D.; NASUTI, S. La réserve extractiviste de Ciriaco: babaçu durable pour les petits producteurs? **Hal**, Paris, s/n, p. 1-14, fev. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/c3LDaJ>. Acessado em: 19 de setembro de 2015.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, jan./dez., 2000. Disponível em: <https://goo.gl/nMPnqy>. Acesso em: 16 de fev. 2015.

FERREIRA, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLLO, R. Implantação da Responsabilidade Social. In: SIMÕES, C. P.; FERNANDES, G. S.; AFONSO, R. C. M.; BARTHOLLO, R.

Responsabilidade Social e Cidadania: conceitos e ferramentas. Brasília: SESI, 2008b. p. 65 – 80.

GAVIRIA, E. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 17, n. 2, p. 138-154, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/MuEk11>. Acesso: 18 fev. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Novo Imperialismo**. (Tradução de Adail Sobra e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, São Paulo. 2004.

_____. **A condição pós-moderna**. (Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria. Stela Gonçalves). Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

LIMA, V. A. **Reserva Extrativista Ciriáco – Cidelândia (MA) e a festa de Santo Reis**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/uUPLE>. Acesso em: 05 set. 2016.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NÓBREGA, M. L. C. **Enfrentando a Sucuri-Verde: resistência camponesa e o território de uso comum – o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia maranhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IG/UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/FgEwRL>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RAJAK, D. “I Am the Conscience of the Company”: Responsibility and the Gift in a Transnational Mining Corporation. In: BROWNE, K.; MILGRAN, B. **Economics and morality: Anthropological approaches**. Plymouth: ALTAMIRA PRESS, 2009. p. 211 – 232. Disponível em: <https://goo.gl/vQi3JZ>. Acesso em: 26 de mar. 2016.

ROSSETI, G. Relações públicas das organizações com as comunidades locais. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSC, W. L (Org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Sumus, 2007, p. 249-260.

SANTOS, R. L. **O Programa Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz, MA**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH/UFG, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/VLmUnx>. Acesso em: 16 ago. 2015.

SANTOS, M.; ANDRADE, M. P. **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, M. **Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Editora Lamparina, Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 2007.

SANTOS, S. S. Movimentos sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por reforma agrária e reforma urbana. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 3, n. 3, p. 92-106, set./dez., 2014. Disponível em: <https://goo.gl/GiF1Hr>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SILVA, A. S.; FAGUNDES, L. F. Agroecologia e educação do campo. **NERA**, Presidente Prudente, (Artigo do mês), maio, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/2fh2iD>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOUSA, D. **Transformações nas vidas das populações tradicionais a partir da criação da RESEX do Extremo Norte do estado do Tocantins**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). PPGER/UFV, Viçosa, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/KWuNzF>. Acesso em: 16 jun. 2017.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, mai./ago., 2007. Disponível em: <https://goo.gl/3xvgHo>. Acesso em: 14 jul. 2015.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição: uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. (Tradução de Andreia Galvão). In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Justiça ambiental, diversidade Cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97– 194, out., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>. Acesso em: 12 abr., 2017.

Sobre o autor

Raifran Abidimar de Castro – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Açailândia; **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0002-2475-5462>.

Como citar este artigo

CASTRO, Raifran Abidimar de. Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

Recebido para publicação em 01 de junho de 2018.
Devolvido para a revisão em 11 de novembro de 2018.
Aceito para a publicação em 20 de novembro de 2018.

MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais

Marcos Leandro Mondardo

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

José Roberto Nunes de Azevedo

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: joserobertocosmos@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em analisar os conflitos e contradições na expansão territorial do agronegócio globalizado em MATOPIBA, considerada a mais nova fronteira agrícola do Brasil. Para isso, realizou-se um levantamento de documentos sobre MATOPIBA em veículos de informação, como por exemplo, órgãos governamentais e não governamentais, e entidades ligadas a movimentos sociais. A coleta foi realizada com o descritor MATOPIBA, no período de 2017 a 2018, e selecionou 201 documentos. A categorização foi realizada por meio de análise de conteúdo, com a criação de dois eixos temáticos: Eixo 1: A expansão do agronegócio. Eixo 2: Conflitos e resistências de populações tradicionais. Verifica-se que por um lado, o agronegócio encontra em MATOPIBA as condições ambientais e sociais para a expansão territorial do capital em sua fase neoliberal, com a articulação de lógicas de produção/acumulação de multinacionais até os fundos de pensão que investem e vigoram no mercado global de terras e, por outro lado, as populações tradicionais lutam contra a violência, os assassinatos, e a espoliação de seus recursos. Apesar da pressão sobre vários territórios tradicionais, bem como das violações dos direitos humanos, vários grupos vem enfrentando a lógica excludente do agronegócio.

Palavras-Chave: MATOPIBA; território; resistências; populações tradicionais; cerrado.

MATOPIBA: from the domain of land and water abuse to the territories of resistance of the traditional populations

Abstract

The objective of this article is to analyze the conflicts and contradictions in the territorial expansion of agribusiness globalized in MATOPIBA, considered the newest agricultural frontier in Brazil. For this, a survey of documents on MATOPIBA was carried out in information vehicles, such as governmental and non-governmental bodies, and entities linked to social movements. The collection was performed with the descriptor MATOPIBA, from 2017 to 2018, and selected 201 documents. The categorization was carried out through content analysis, with the creation of two thematic axes: Axis 1: The expansion of agribusiness. Axis 2: Conflicts and resistances of traditional populations. On the one hand, agribusiness finds in MATOPIBA the environmental and social conditions for the territorial expansion of capital in its neoliberal phase, with the articulation of logics of production/accumulation of multinationals to the pension funds that invest and and, on the other hand, traditional populations struggle against violence, killings, and the depletion of their resources. Despite the pressure on several traditional territories, as well as human rights violations, various groups are facing the exclusionary logic of agribusiness.

Keywords: MATOPIBA; territory; resistances; traditional populations; cerrado.

MATOPIBA: del dominio de la tierra y abuso del agua a los territorios de resistencias de las poblaciones tradicionales

Resumen

El objetivo de este artículo consiste en analizar los conflictos y contradicciones en la expansión territorial del agronegocio globalizado en MATOPIBA, considerada la más nueva frontera agrícola de Brasil. Para ello, se realizó un levantamiento de documentos sobre MATOPIBA en vehículos de información, como por ejemplo, organismos gubernamentales y no gubernamentales, y entidades vinculadas a movimientos sociales. La recolección fue realizada con el descriptor MATOPIBA, en el período de 2017 a 2018, y seleccionó 201 documentos. La categorización fue realizada por medio de análisis de contenido, con la creación de dos ejes temáticos: Eje 1: La expansión del agronegocio. Eje 2: Conflictos y resistencias de poblaciones tradicionales. Se observa que, por un lado, el agronegocio encuentra en MATOPIBA las condiciones ambientales y sociales para la expansión territorial del capital en su fase neoliberal, con la articulación de lógicas de producción/acumulación de multinacionales hasta los fondos de pensiones que invierten el mercado global de tierras y, por otro lado, las poblaciones tradicionales luchan contra la violencia, los asesinatos, y la explotación de sus recursos. A pesar de la presión sobre varios territorios tradicionales, así como de las violaciones de los derechos humanos, varios grupos vienen enfrentando la lógica excluyente del agronegocio.

Palabras clave: MATOPIBA; territorio; resistencia; poblaciones tradicionales; cerrado.

Introdução

A “destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de ‘segunda natureza’ – a natureza remodelada pela ação humana” (HARVEY, 2011, p. 151). A geografia da acumulação do capital e da destruição criativa da terra faz parte do processo de expansão do agronegócio sobre áreas de Cerrado brasileiro, a exemplo daquela que recentemente foi regionalizada: a MATOPIBA. Esta região é considerada, hoje, a mais nova fronteira agrícola nacional, o novo “celeiro de produção de grãos”, e compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Se por um lado, essa área responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras, do outro, é responsável pelo encadeamento de conflitos violentos fundiários, ambientais, identitários, dentre outros.

No Brasil, a difusão pela grande mídia do *slogan* publicitário o “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, demonstra o discurso desenvolvimentista e modernizador do agronegócio que entra nos lares e ratifica repetidamente a importância deste modelo econômico que se quer fazer único para o país. Trata-se de um mecanismo de fortalecimento de uma imagem positiva do agronegócio e do setor ruralista para a sociedade brasileira. O que esse discurso quer esconder e mascarar é a propriedade privada na forma de latifúndio, a concentração de terras, a desterritorialização/precarização das populações tradicionais povos e comunidades

tradicionais (LIFSCHITZ, 2011), de/em seus territórios, o envenenamento de alimentos, a exploração de trabalho e a ocorrência, a exemplo da região MATOPIBA, das flagrantes e manifestas ocorrências de trabalho análogo ao de escravo em pleno início de século XXI. Por isso, o agronegócio é tóxico e não é popular como o discurso anuncia.

A MATOPIBA embora não abranja a totalidade dos 4 estados, habitados por aproximadamente 25 milhões de pessoas, engloba, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), uma área de 73.173.485 hectares, distribuídos por 337 municípios e 31 microrregiões, sendo 15 delas no Maranhão, 8 em Tocantins, 4 no Piauí e 4 na Bahia. Essa região não é homogênea, nem econômica, social e “espacialmente”. A MATOPIBA apresenta desigualdades socioespaciais uma vez que, segundo a EMBRAPA, das 31 microrregiões, 13 delas concentram mais de 76% do valor total da produção, considerando-se um total de 74 produtos.

Neste espaço regional, alguns municípios se destacam com relação às discrepâncias, tais como: Barreiras, Santa Maria da Vitória, Imperatriz, Gerais de Balsas, Bom Jesus da Lapa, entre outros. Como ressalta Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017, p.18) é “possível que a principal manifestação do novo impulso seja a maior concentração na geração de renda em alguns municípios e o conseqüente aumento da desigualdade no interior da região”. Partimos dessa premissa para analisar a expansão do agronegócio tendo como foco o descompasso entre o crescimento econômico aviltante em alguns municípios ou sub-regiões, de um lado, e a desigualdade social alarmante das populações tradicionais, do outro. Segundo o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (2017) a agropecuária brasileira responde individualmente por $\frac{1}{4}$ do Produto Interno Bruto do país. Conforme informações do órgão para 2017/2018 o Plano Agrícola e Pecuário destinou R\$ 200 bilhões para financiar a agricultura.

Nesse contexto, e de acordo com o geógrafo Cresswell (2013, p. 59, [tradução nossa]), “cada região é única e distinta” e “denota uma área de tamanho indeterminado que é, ela mesma, parte de um todo maior, mas inclui unidades menores dentro dela” e compreende uma escala. Por isso, as regiões são “aquelas áreas que foram designadas como tais através de formas de governo e regulamentos”. Nesta pesquisa, os conceitos geográficos assumem sentidos no contexto pelas dimensões políticas, econômicas, sociais em que ocorrem os fenômenos.

Destacamos, nesse sentido, a Geografia enquanto ciência que tem como foco compreender o espaço geográfico, e partimos do pressuposto que a “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 1985), se dinamiza em constantes (re)arranjos dos objetos e ações no uso do território (SANTOS, 1996). Por isso, vemos o território e o seu uso, por meio de objetos e ações que coloca a fluidez (material e virtual) a serviço da competitividade, que rege hoje as relações econômicas. Cada vez mais os objetos técnicos facilitam a fluidez, e as ações

humanas tornam-se mais ações informadas e normatizadas. O território encontra novos recortes e funcionamentos através de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são os “domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”. No entanto, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS, 1995, p. 15-16).

Em MATOPIBA é necessário entender, além das relações econômicas que produzem objetos e ações hegemônicas e atribuem novas funções ao espaço, as ações locais de resistência das populações tradicionais. Haesbaert (2014) afirma que nos últimos tempos a problemática do território se tornou uma questão central no contexto brasileiro-latino-americano devido à luta pela terra. Em uma leitura não dualista, o geógrafo afirma que se desdobram pelo menos dois grandes “paradigmas” ou abordagens das questões territoriais: 1) capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado); 2) contra-hegemônico, liderado pelos grupos subalternos, a exemplo das populações tradicionais, indígenas e quilombolas.

O território será visto nesta pesquisa pela dinâmica espaçotemporal contraditória do agronegócio, de um lado, pela ação das grandes empresas (com o frequente apoio do Estado) para o domínio das terras e exploração das águas como recursos da lógica global de acumulação do capital, e do outro, dos conflitos, contradições e resistências das populações tradicionais na luta pelo território como abrigo, meio e como recurso indispensável (terra, água, vegetação) para o seu modo de vida e reprodução social.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa consistiu em uma caracterização de análise documental de notícias, artigos, notas técnicas e relatórios, de *sites*, *blog*, órgãos governamentais e não governamentais, e entidades ligadas aos movimentos sociais, analisados à luz da teoria da Geografia Regional (CRESSWELL, 2013), com ênfase no debate sobre território (SANTOS, 1995; HAESBAERT, 2014) e a relação da expansão territorial do agronegócio, pela lógica geográfica do capital via “acumulação por despossessão” (ou espoliação) dos recursos naturais (terra e água) (HARVEY, 2005; 2011). A coleta de dados compreendeu o período de 2017 a 2018 e o procedimento de revisão foi organizado em quatro etapas de análise:

Etapa 1 - Levantamento de notícias, artigos, notas técnicas e relatórios nas bases de dados eletrônicas: EMBRAPA (n=53), Comissão Pastoral da Terra – CPT (n=49), Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (n=18), FAO (n=22), FIAN Brasil (n=22), blog Outras Palavras (n=17), site De olho nos ruralistas (n=11) e Fiocruz (n=9).

Etapa 2 – Restrição do período da publicação dos documentos entre 2009 e 2018, considerando a incidência da veiculação de matérias sobre a temática;

Etapa 3 – Seleção de documentos a partir do descritor MATOPIBA;

Etapa 4 – Leitura dos documentos e divisão de acordo com categorias de análise.

Percorrendo a metodologia adotada reuniu-se uma amostra de 201 documentos que compreendem notícias, artigos, notas técnicas e relatórios. A última etapa do delineamento metodológico consistiu em realizar uma categorização do material coletado. Este procedimento respeitou os passos da técnica de análise de conteúdo propostos por Bardin (2008): 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Assim, foram elencados basicamente dois eixos de análise:

Eixo 1: A expansão do agronegócio no MATOPIBA: neste eixo foram agrupados as notícias, informações e dados relacionados ao avanço do agronegócio nesta região, sobre o processo de domínio, uso e exploração da terra e da água.

Eixo 2: Conflitos e resistências de populações tradicionais em áreas do agronegócio no MATOPIBA: este eixo agrupou as notícias, informações e dados que procuravam identificar os conflitos sobre o domínio da terra e abuso da água na região, com ênfase para as resistências das populações tradicionais.

Eixo 1: A expansão territorial do agronegócio: domínio das terras e abuso das águas

O agronegócio é um sistema produtivo que domina grandes áreas no mundo, especialmente, nas paisagens tropicais onde as condições físicas favorecem ou podem ser melhoradas via base tecnológica – a exemplo, das áreas de Cerrado brasileiro – para a implantação e desenvolvimento desta atividade exploratória. Entendemos que o agronegócio é um conceito e uma prática relacionada à produção econômica e agrícola, vinculado ao mercado de *commodities* (brutas ou de baixa especialização) e *agribusiness*. Esse modelo exploratório envolve dimensões políticas, sociais, territoriais e ideológicas sendo imanente ao seu processo de territorialização, a reprodução de contradições e desigualdades sociais. Ao mesmo tempo em que esse modelo se anuncia como o propulsor de desenvolvimento econômico regional, contraditoriamente reproduz pobreza por meio da exploração da força de trabalho, das terras e de outros recursos naturais, a exemplo das águas, como afirmam Thomaz Júnior (2009), Azevedo (2013) e Mondardo (2011; 2018).

Daí a importância de um conceito híbrido, como o do “agrohidronegócio” (THOMAZ JÚNIOR, 2009), para analisar o movimento do capital, os usos seletivos e especializados de áreas, como a região MATOPIBA, com o encadeamento, nesta forma de produção, do domínio e exploração das terras e da água. Como afirma Elias (2006), a especialização produtiva, neste caso, produz regiões funcionais e homogêneas para o agronegócio.

É necessário esclarecer que o dinamismo do agronegócio está associado ao avanço da moderna agricultura em áreas de fronteira agrícola, sendo tradicionalmente integradas ao modo de produção capitalista, desde a década de 1940, às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste – como analisaram os geógrafos Leo Waibel (1958) e Pierre Monbeig (1984), os quais destacaram a formação de “frentes”, “zonas” ou “franjas” pioneiras – e que a partir das décadas de 1970 têm sido incorporadas a região Norte, como destaque para os estudos de “frentes de expansão” e “zonas pioneiras” do sociólogo José de Souza Martins (1997), e, por último a região Nordeste, a partir da década de 1980, com o estudo precursor, sobre a chegada de migrantes “gaúchos” no Oeste Baiano, do geógrafo Rogério Haesbaert (1995 [1997]).

Assim, o avanço do agronegócio no Brasil e, particularmente, na região MATOPIBA não é recente. Nessa expansão existem conflitos historicamente silenciados com posseiros que, hoje, ganharam a dimensão política e identitária de populações tradicionais. O sentido de colonização que inicialmente expandiu do Nordeste ao Centro-Sul do Brasil não tardou a incorporar novas frentes de expansão. É o que mostra Oliveira (1990), ao retratar no Estado do Maranhão, ainda na década de 1970, do Projeto Integrado de Colonização (PIC), veiculado a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Oliveira (1990) deixa claro que a eminência desse percurso de incorporação territorial remonta à década de 1940 e atingiu uma área de nada menos que 340.000 hectares em Barra do Corda (MA). Segundo o autor “enquanto a sociedade civil brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que se sucederam no poder (...) o Araguaia e a Amazônia, de uma maneira geral, foram invadidos pelos grupos econômicos através de projetos agropecuários” (OLIVEIRA, 1990, p.77).

Passados mais de cinquenta anos as pesquisas efetivadas por Oliveira (2010) evidenciam que movimentos de capitais na direção de aquisição de terras não são diferentes daqueles ocorridos no século XX. A lógica do capital tem se reinventado em nome do propalado progresso e estabelecido alianças fundamentais entre Estado, corporações multinacionais e latifundiários que buscam alicerçar estratégias de acumulação.

Ao contrário do que se propaga pela mídia hegemônica com o *slogan* do crescimento econômico “o agro é pop”, esse modelo baseia-se no desmatamento, na grilagem das terras, no uso predatório dos recursos naturais como a água e na expulsão, pela desterritorialização por saque e/ou de despossessão da terra/recurso (HARVEY, 2005; 2011), colocando em xeque o modo de vida das populações tradicionais. Em favor de *commodities* agrícolas brutas

como a soja, algodão e milho, as populações tradicionais, a exemplo, as de Fundo e Fecho de Pasto, no Oeste da Bahia, são expulsas de suas terras ou sofrem pressão em suas áreas de ocupação pelas redes do agronegócio e, alguns até, via proletarização são cooptados pelo processo de produção. Com a modernização e o progresso técnico ocorrem mudanças profundas na dinâmica territorial da fronteira agrícola, pois:

(...) são os processos de modernização que ajudam a explicar a expansão e a reprodução da fronteira. Com a “modernização da agricultura”, a produção da fronteira é parte da expansão da economia globalizada do agronegócio . Com as inovações técnicas e as novas formas de organização e produção no campo, criou-se uma forma avassaladora de reterritorialização na fronteira que se dá por meio de um novo uso do tempo – muito mais acelerado, o tempo veloz da produção agroindustrial – e conseqüentemente da terra – que é explorada com mais intensidade pelas máquinas modernas (MONDARDO, 2018, p. 56).

Por isso, é importante repensar formas pelas quais o agronegócio tem se apropriado da fronteira agrícola tendo em vista seus “usos e abusos” (SOUZA, 2003). Espaço que é “o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação de capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista)” (POULANTZAS, 1978, p. 20). Identificamos o papel do Estado em MATOPIBA como gestor territorial que impulsiona o avanço econômico do capitalismo. Estado, nesse caso, associado ao mercado e ao capitalismo neoliberal para garantir a expansão do agronegócio nesta região. É evidente, em grande parte dos documentos analisados de nossa revisão, o compromisso estatal em garantir à classe ruralista o avanço sobre novas áreas e viabilizar a produção agrícola.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA) do Ministério da Agricultura (2017) o governo vê com bons olhos a expansão do agronegócio no Brasil e em particular deposita confiança na expansão das *commodities* em MATOPIBA. A região foi responsável em 2015 por 12,8% da produção de grãos no país, sendo que “o governo está tendo a chance de acompanhar esse crescimento e promover verdadeiramente o desenvolvimento regional” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017, p. 1). Entretanto, ao contrário do anunciado pelo Estado, esse propalado crescimento econômico regional não acompanha o desenvolvimento social desta região:

Olhando assim apenas para a atividade econômica pujante, os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães parecem “territórios de prosperidade” no extremo Oeste da Bahia. Essa aparente riqueza, no entanto, não se traduz em bons indicadores de desenvolvimento social e nem em melhoria das condições de vida da maioria dos seus habitantes. Essa contradição está atrelada a um modelo de crescimento econômico, o agronegócio, que concentra riqueza e terras nas mãos de poucos fazendeiros e empresas que fazem parte desta, no Oeste da Bahia (principalmente os

municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães), no sul Maranhense (Balsas), no sul do Piauí (liderados por Uruçuí e Bom Jesus), e no norte de Tocantins (Araguaína). Para essa nova região da fronteira agrícola moderna a migração de trabalhadores oriundos do Sul e do Nordeste é uma constante, especialmente, para municípios polos do agronegócio (MONDARDO, 2013, p. 93).

Diante dessa desigualdade territorial gerada, a produção em termos de *commodities* brutas como soja, algodão e milho está atrelada a escala interplanetária do capitalismo, que tal como se configura, evidencia a busca incessante do lucro. A escala macro de produção e o valor troca são partes da lógica da acumulação capital. Por um lado, não interessa ao capital que é representado pelos grandes proprietários rurais, pelos grupos econômicos, pelo capital estrangeiro e pelos fundos de pensão envolver-se em negócio de pequena escala na medida em que não favorecem o processo de acumulação; de outro, esse modelo de acumulação do capital no campo não traduz ou se reverte em desenvolvimento social porque é concentrador de terras, renda e riqueza. Avançar sobre novos territórios, como o bioma Cerrado do MATOBIPA, serviu para delimitar a presente porção na possibilidade de multiplicar seus rendimentos ao mesmo tempo em que coloca sobre sua posse a natureza e conseqüentemente seus recursos. A região MATOPIBA, além do Cerrado (90,94%), compreende, ainda, a Floresta Amazônica (7,27%) e a Caatinga (1,64%), segundo o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa (GITE) (EMBRAPA, 2018, p. 1). Como destacou Smith (1988, p.175) “a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo”.

Nessa expansão, se por um lado temos a produção de território do agronegócio subjugada às normas das empresas multinacionais e aos fazendeiros, por meio do meio técnico-científico-informacional, como afirmaram Santos e Silveira (2001); por outro lado essa expansão reproduz desequilíbrios e desigualdades sociais gritantes, com a produção de bolsões de pobreza, territórios precários, face o modelo de “des-envolvimento” adotado. Mondardo (2013), em pesquisa no Oeste Baiano, afirma que se trata da configuração de territórios precários baseados em domínios dotados de investimentos estrangeiros, produção e tecnologia avançada em meio a contextos espaciais extremamente fragilizados socialmente, discrepâncias que ultrapassam a questão econômica e espalham-se por questões sociais veiculadas a qualidade de vida deficitária, desemprego, exploração do trabalho e de recursos (águas, vegetação), e concentração de terras.

Ao expandir-se territorialmente o capital não mede conseqüências socioespaciais. Isto é claro quando passamos nosso olhar sobre a expansão recente do capital no Brasil, em particular, na região onde ocorre uma disputa de gigantes em torno da posse e controle da terra, das águas e do trabalho como espaço de exploração à escala internacional. Como afirmar Porto-Gonçalves (2012), país é dono de uma importante biodiversidade e de um

patrimônio ambiental que, tomada às devidas dimensões, tem inúmeras frentes de exploração econômica, não apenas pelo capital financeiro-agroindustrial, mas ainda pelas sendas do comércio e distribuição de mercadorias, pelo processo de exploração ilegal – como a biopirataria – e por setores do capitalismo mundial altamente lucrativos como: farmacêutico, mineral, dentre outros.

O Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2016), analisou o estado das florestas do mundo e concluiu que o agronegócio gerou pelo menos 70% do desmatamento entre 2000 e 2010. Em outro documento sobre a sustentabilidade da agricultura brasileira, a FAO afirmou que “embora impulsionado principalmente pela produtividade em forte ascensão, o crescimento agrícola também está associado a uma expansão das terras agrícolas, que aumentaram em 34 milhões de hectares entre 1990 e 2012”. (FAO, 2015, p.12).

Bonfim e Vicente (2017) demonstram a brutalidade da destruição ambiental no Oeste Baiano, particularmente, nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, onde segundo as pesquisadoras ocorreu o maior desmatamento do Cerradono período compreendido entre 2002 a 2008. Para Santos (2017), no Oeste baiano estão em cursos os seguintes processos ligados à expansão territorial do agronegócio: a) chegada de novos agentes econômicos representativos das atividades modernas; b) uma nova dinâmica do mercado de terras; o c) aumento da população, intensificação das relações campo-cidade, incremento da economia urbana e reestruturação do mercado de trabalho regional.

Nessa territorialização observamos as desigualdades sócioespaciais sendo reproduzido em contextos urbanos, a exemplo de cidades como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Para Santos (2017) ocorre a: 1) uma modernização excludente e agravamento do círculo vicioso da pobreza urbana; 2) problemas para os povos tradicionais e camponeses da região – perda/expulsão de suas terras, da água e destruição da flora e fauna do Cerrado; 3) erosão do patrimônio genético vegetal e animal do bioma Cerrado; 4) urbanização desigual e segregação social. Desta forma constrói-se um projeto modernizador marcado por contrastes, contradições e conflitos.

Analisar esse processo em andamento de expansão do agronegócio impõe a necessidade de ir além do retrato midiático presente na atualidade e se desprender de uma leitura apressada da realidade que considera apenas aspectos positivos do “agro”. É necessário entender a articulação dos setores agrícolas da soja, da cana-de-açúcar, do complexo celulósico, do mineral, dentre outros, que atentem a pauta agroexportadora de neoextrativismo e reprimarização do Brasil no início do século XXI (GUDYNAS, 2012a; 2012b; 2016).

Devemos perceber os nexos entre os setores produtivos e os grupos capitalizados, as relações entre a exploração do território, o papel do Estado e a produção do espaço a

serviço do capital para a *land grabbing*. No período de globalização perversa (SANTOS, 2000), contraditoriamente são produzidas forças de resistência que lutam por reprodução social baseada nos valores de uso em detrimento dos valores de troca. Se, por um lado, o capitalismo como modo de produção é a forma hegemônica, populações tradicionais constroem formas de sobrevivência na adversidade em defesa de suas terras e recursos.

Em MATOPIBA identifica-se nos documentos analisados a reorganização produtiva do território e a criação de áreas para especializados tipos de *uso*. Destaca-se o Decreto N^o 8.447 de 06 de maio de 2015 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento de MATOPIBA, bem como criação de comitê gestor. Segundo esse Decreto o Plano de Desenvolvimento Agropecuário de MATOPIBA tem como diretrizes:

- I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;
- II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e,
- III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

Segundo Barros Júnior (2017, p. 11) ocorre, hoje, a financeirização da terra na medida em que associa a mobilidade do capital à participação do Estado, de tal forma que se consolida um modo de produzir que não respeita a heterogeneidade e sim aposta na consolidação de monocultivos latifundiários exploratórios que esgotam toda possibilidade de diversidade e desenvolvimento social equilibrado. Nesta perspectiva, cabe aos povos do cerrado, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais de Fundo e Fechos de Pasto e aos camponeses a “desintegração econômica e social dos pequenos produtores, seja pela expropriação das terras, e ainda pelos baixos salários e formas degradantes de trabalho que se tem conservadas especialmente na dinâmica de produção agrícola”.

Em relação à MATOPIBA, Souza e Lepera (2017, p.13) ressaltam que a região tem passado por uma “verticalização de ações corporativas no mercado de terras, [que] retrata o processo de deslocamento espacial e setorial de investimento do capital financeiro e agrícola para o mercado de terras”. Segundo os autores, observa-se que uma “significativa quantidade de terras no MATOPIBA está sob o controle de um pequeno grupo de empresas que está estruturando-se financeiramente e organizacionalmente para a obtenção de rendimento econômico a partir das práticas de especulação fundiária” (SOUZA; LEPERA, 2017, p.17). Se em um primeiro momento a região atraiu a participação no mercado de terras pelo baixo preço das mesmas, atualmente tem-se observado sua elevação substancial, tornando-se centro de disputas entre grupos multinacionais e setores de investimentos, como os fundos de pensões,

ligados ao agronegócio. Como já apontou Oliveira (2010) esse processo marcado pela mobilidade do capital não é novo no Brasil, mas que, hoje, incorpora novos sujeitos ao processo de aquisição e concentração de terras.

Na análise dos documentos, merece destaque a ação da BrasilAgro que possui 8 fazendas em MATOPIBA, particularmente localizadas em Bahia, Maranhão e Piauí. Esse grupo configura-se na contemporaneidade como a primeira imobiliária agrícola do país que avança seus domínios além do território nacional, isto porque, tem ampliado sua ação junto ao Paraguai, especialmente em Boquerón, área onde incorporou mais de 141 mil hectares. Em sua especulação em “escala global”, para além das fronteiras nacionais, “do Chaco ao MATOPIBA”, são mais de 15 propriedades sob o controle da empresa que vem obtendo lucros extraordinários com a exploração da terra (BASSI, 2018).

Segundo Bassi (2018) somente na safra 2017/2018 a empresa faturou 54 milhões. Essa atuação demonstra uma nova forma de se explorar a terra baseada em um sistema conhecido como *pool de siembras* que consiste em adquirir terras como ativo financeiro e, a partir disto, um grupo de investidores responsável pela compra passa a produzir *commodities*, tais como: soja, milho, cana-de-açúcar, pastagens, eucalipto, dentre outros, de tal sorte que em seguida vende-se a fazenda em operação e reinicia-se o processo em outra porção de espaço. Trata-se de uma das maneiras mais velozes de valorização e revalorização de terras por meios de negócios na seara do agronegócio globalizado.

Tais elementos corroboram no sentido de demonstrar que a definição e criação de uma franja de exploração institucionalizada pelo Estado e pelo capital não é novidade no Brasil. MATOPIBA passa avoluma hoje profundas transformações e revela a lógica agressiva de um modelo de produção que quer ser hegemônico e totalizante. Transformar a referida área em seleiro do mundo e ambiente empreendedor é buscado a todo custo e demonstra a persistência de um conjunto de agentes econômicos que dominam grandes propriedades rurais, uma rede de negócios, ligados tanto à produção, como a circulação e distribuição de matérias-primas, as quais são escoadas e destinadas a abastecer mercados. Segundo Alves, Souza e Miranda (2015), cujos dados estão amparadas no Censo 2006, dos 250.238 estabelecimentos, 199.801 são pobres, sendo que representam cerca de 80% de todos os estabelecimentos existentes.

Sobre esse cenário, Filho e Filho (2008) havia diagnosticado especialmente no município de Luís Eduardo Magalhães a combinação contraditória do dito progresso com as mazelas socioespaciais marcando pelo avanço do agronegócio que sob a égide de um Estado vinculado a perpetuação da manutenção dos interesses da elite controladora/detentora do poder assiste e direciona as políticas e processos político-econômicos. Para sermos mais precisos: “as estratégias adotadas pelos três governos possuem um caráter economicista o que tende a produzir neste território, além de safras recordes de grãos, acentuadas

desigualdades socioeconômicas” (FILHO; FILHO, 2008, p.14). Segundo o documento Projeção do agronegócio – Brasil 2016/2017 a 2026/2027, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017), a área plantada de grãos nessa região deve expandir-se 15,0% nos próximos 10 anos, o que equivale a 8,4 milhões de hectares.

Entender essa lógica de produção enviesada por enormes somas de capitais e divisas impõe a necessidade de atentarmos para as redes que envolvem. A apropriação territorial e a expansão econômica de atividades produtivas ligadas a soja, por exemplo, estão intimamente relacionadas à possibilidade de exploração de mão-de-obra barata, a existência de equipamentos técnicos como energia, dutovias, ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (FGV, 2009)¹. Compreender essas relações são condições *sine qua non* para uma leitura dessa expansão. À escala nacional, em termos de escoamento temos o seguinte quadro: Norte Mato-Grossense: escoamento de soja em grãos e cargas consolidadas; Região Nordeste: passagem de cargas consolidadas; e Extremo Oeste Baiano: escoamento e exportação tanto de soja em grãos como cargas consolidadas.

Vale ressaltar a existência em MATOPIBA de óleo e gás, de recursos minerais como: sais de potássio, calcário e dolomito, fosfato e turfa cujos possuem possível aproveitamento na agricultura. Por sua vez, no tocante a este último domínio, vale salientar que são destaques na área: soja, bovinos (de corte), algodão herbáceo (em caroço), milho (em grão), arroz (em casca), leite de vaca. Por outro lado, a região, possui em sua extensão, também unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos de reforma agrária e quilombolas, as quais equivalem a uma área de total atribuída de 15.534.953, 38 hectares, ou seja, 19, 09% da área total desta região.

Em MATOPIBA os fundos de pensão revelam-se como grandes investidores e compradores de terras. Como exemplo, destaca-se, por exemplo, o Fundo de pensão proveniente dos EUA denominado TIAA-CREF² (Fundo de Pensão dos Professores Universitários dos Estados Unidos), o qual atua em escala global e mais recentemente avança sua inserção no Brasil, particularmente em MATOPIBA. Essa relação de investimento nesta região permite afirmar que essa articulação com o capital agroindustrial internacional com fundos de pensão demonstra uma espécie de “financeirização” da fronteira agrícola. Segundo

¹ Destacamos particularmente o PAC 1, lançado em 22/01/2007, e que teve como um dos objetivos o combate às desigualdades regionais.

² De acordo com a Associação dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais (2013, p. 1), “a TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association of America), Associação de Seguros e Rendas Vitalícias de Professores Americanos, em português, foi fundada em 1918 para prover uma fonte de renda vitalícia aos professores americanos aposentados. Já o CREF (College Retirement Equities Fund), ou Fundo de Ações para a Aposentadoria de Professores Universitários, foi criado em 1952, como o primeiro provedor de rendas vitalícias variáveis. Os ativos administrados pela TIAA-CREF chegam a US\$ 487 bilhões e a instituição representa 15 mil instituições, tem 3,7 milhões de clientes assistidos e é um dos líderes na provisão de planos previdenciários e rendas vitalícias nos Estados Unidos”.

matéria divulgada pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição adequadas (FIAN Brasil, 2017) contraditoriamente a população vive situações precárias, sendo desassistidas pelo poder público e à mercê de inúmeras irregularidades.

Os estabelecimentos rurais, onde ocorre a produção da soja, requerem investimentos mais elevados de capital quando comparados às unidades produtivas da fruticultura; em função da relação entre investimento e mão-de-obra ocupada, os empregos diretos gerados pela cultura da soja têm custo mais alto. Existem empresas transnacionais desde a indústria de alimentos até a produção de inseticidas e defensivos entre elas estão a Monsanto, Cargill, Bunge, Syngenta, Bayer e Basf, e outras tantas que acaba impondo regras de produção que valorizam o modelo convencional de agricultura.

Em nossa análise de matérias e documentos é importante destacar, ainda, a realização na Bahia, por exemplo, no ano de 2016, da *Farm Show*. Este importante evento do agronegócio contou com o fórum “MATOPIBA: potencialidades e desafios”, e condensou autoridades políticas e representantes do agronegócio nacional e regional. O evento contou com o patrocínio de inúmeros bancos, como: Brasil, Caixa Econômica Federal, do Nordeste, Santander, entre outros, além do próprio governo estadual e federal. Destaca-se que o volume de negócios alcançou a marca de R\$1,891 bilhão, indicando o êxito econômico em relação a esse tipo de evento no Brasil (BAHIA FARM SHOW, 2018). Oliveira (1990) afirma que o Estado articulado às multinacionais, ao capital bancário/agroindustrial tem tomado posse de riquezas naturais de forma avassaladora. Como podemos constatar na análise de documentos e matérias, o agronegócio é movido por alianças que dão legitimidade e poder de barganha junto as diferentes esferas institucionais, políticas e econômicas, tanto nacionais como internacionais, por meio de uma rede que se condensa em torno da acumulação do capital.

Essa forma o poder dos latifundiários presentes historicamente no Brasil, que sendo legalmente constituída a partir de 1985, tem ganhado força no país representando os interesses das diferentes frações da classe dominante, especialmente relacionadas à famigerada União Democrática Ruralista (UDR). É nesse cenário que temos o nascedouro do que convencionou chamar de empresariado rural – presente, hoje, em MATOPIBA – que na realidade veio substituir a figura do latifundiário.

Eixo 2: MATOPIBA: conflitos e resistências das populações tradicionais frente ao agronegócio

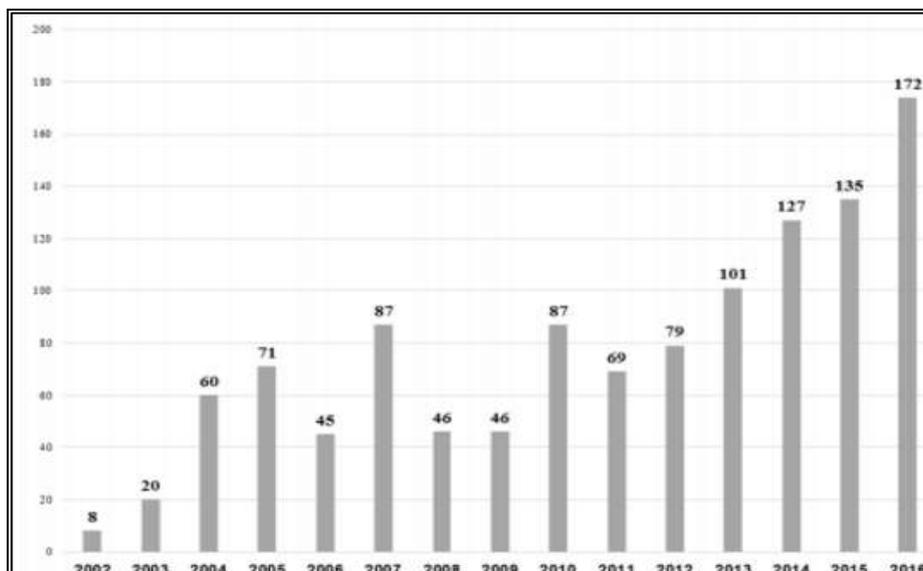
No modo de produção capitalista neoliberal a incorporação de novas terras não se dá de forma homogênea, tampouco respeitando os limites jurídicos (HARVEY, 2005). A “acumulação por despossessão”, segundo Harvey (2011), parte do ponto de vista das

transformações que o neoliberalismo impôs ao capitalismo. Nesse processo de acumulação, para o geógrafo, identifica-se o uso de mecanismos extra-econômicos para realização da acumulação: o roubo, a fraude e a violência. Por sua vez, o agronegócio usa recursos e estratégias distintas em cada lugar para melhor controlar a produção/acumulação. Na região de MATOPIBA, às contradições territoriais da expansão do agronegócio se configuram, hoje, como um laboratório de lutas, conflitos e disputas que envolvem as populações tradicionais e fazendeiros, seja pela disponibilidade de terras e de recursos naturais, seja pelos interesses de grupos multinacionais, com destaque para a atuação das corporações sino-americanas.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, em texto divulgado no relatório Conflitos no campo – Brasil 2017 – pela CPT, analisa que o Cerrado é a “principal área de expansão/invasão do agronegócio, detém 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos, o que lhes dá um índice de 1.67%, ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população”.

Segundo a CPT (2018), no ano de 2016 foram registrados 172 conflitos pela água no Brasil.³ Foram 27% a mais que no ano de 2015 – o maior número desde 2002, quando se iniciou o registro em separado dos conflitos pela água. Os números passaram de 28.058 mil famílias envolvidas em 69 conflitos, no ano de 2011, para 44.471 mil famílias em 172 conflitos, no ano de 2016. Só na região do MATOPIBA foram 35 conflitos. Conforme podemos verificar no gráfico 1, desde 2011 os conflitos pela água não param de crescer.

Gráfico 1: Brasil – número de conflitos pela água – 2002 a 2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2018.

³ Torres (2018, p. 1) demonstra as contradições ao afirmar que “em Correntina, na Bahia”, os conflitos pela água “são uma realidade há décadas. Enquanto a população sofre com a escassez, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) concedeu a uma fazenda o direito de usar 106 milhões de litros de água do Rio Arrojado por dia”

Caso emblemático no âmbito do agronegócio, MATOPIBA é uma fronteira agrícola permeada por conflitos. A ação de uma empresa intitulada Sudotex em Correntina, Oeste Baiano, vem despertando tensão e preocupação nos habitantes locais. A empresa requisitou a permissão de nada menos que 17 poços junto ao Aquífero Urucuia, sendo autorizada a captação de 58 milhões de litros por dia. Não obstante esta ação agressora sobre o meio ambiente obteve ação contestatória frente a tal medida a Associação Ambientalista Corrente Verde, cuja entrou com ação civil pública tendo em vista a suspensão da captação e consequente anulação das outorgas. Isto é especialmente intrigante se considerarmos que a ação em prol do agronegócio desperta a possibilidade da multiplicação de eventos como esse em outras áreas de expansão agropecuária de MATOPIBA (MATHIAS, 2018).

Com um pouco mais de 30 mil habitantes, no município de Correntina, no Oeste baiano, a exploração dos recursos híbridos gerou uma verdadeira guerra pela água. Com a chegada dos fazendeiros vindos da região Sul do país na década de 1970, que se intensificou no final dos anos 1990 com o investimento do capital estrangeiro – japoneses, chineses e americanos, entre outros, desencadeou o uso privado das águas. “As terras de Correntina foram ocupadas há mais de 300 anos e neste período nenhum rio havia secado. A partir da década de 1970, o agronegócio chegou na região e aí que iniciaram, de fato, os conflitos na região”. E “mais fortemente, nos últimos 20 anos, a partir da chegada do agronegócio internacional, vários rios começaram a desaparecer” (CRUZ, 2018, p. 1).

A privatização de rio Arrojado levou a população local de um município riquíssimo em recursos hídricos, no Oeste baiano, a passar sede. As águas foram tomadas pelos ruralistas e vetadas às comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, com seus espaços coletivos onde os rebanhos são criados soltos. “Como o vale [do rio Arrojado] em si era muito rico em pastagem, os animais eram quem determinava os territórios, andavam de fora a fora”. E “com a chegada deste povo do Sul do país e até de outros países também, começou a apossar desta terra trazendo documentos forjados, escrituras montadas e com capangas, pistolagem, certa quantia de balas para amedrontar o povo. Aquilo que era livre, um território sem cerca, começou a se limitar”, diz Jamilton Santos Magalhães, da Associação de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina (CRUZ, 2018, p. 2).

Bonfim e Vicente (2017, p. 15) afirmam que “a expropriação de águas e de terras, que alia violência e institucionalidade, e se baseia numa lógica extrativa, colonialista e racista de saqueamento e desconstituição social de territórios, é um dos motores centrais da acumulação capitalista”. É do interesse do capital a subordinação da terra aos imperativos mercadológicos capitalistas e a necessidade de sua “expansão territorial” (HARVEY, 2005) se

dá na forma geográfica de fronteiras agrícolas em que predomina o desmatamento, a especulação e a violência física e epistêmica contra o Outro (as populações tradicionais).⁴

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016) os conflitos por terra cresceram em MATOPIBA, particularmente no estado de Tocantins, onde alcançou 313% entre 2015 e 2016, saltando de 24 para 99 os casos constatados. De um modo geral, no Brasil, segundo a CPT, em 2016 houve o aumento das tensões em diferentes aspectos, seja em disputadas pelas terras e águas, dos assassinatos e/ou pessoas envolvidas nos conflitos no campo. Com relação aos conflitos no campo, em geral houve o registro de 1538 conflitos em 2016, dos quais, como já dissemos, pelo menos 172 estiveram relacionados especificamente a água. Ainda, conforme a CPT (2017) - Comissão Pastoral da Terra, em Relatório dos Conflitos no Campo – Brasil 2017 –, no tocante aos conflitos pela água ocorreram até o primeiro semestre deste ano, 197 conflitos, que compreenderam 35.418 famílias no país. Não obstante, salta aos olhos o montante de ocorrências na Bahia, vice-campeã de casos, com a existência de 56 conflitos.

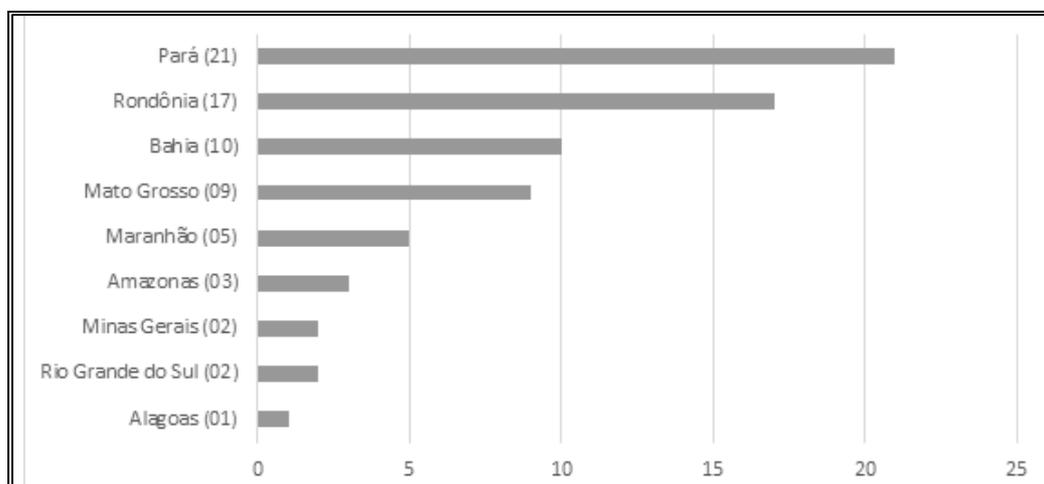
Essa situação atinge sumariamente os camponeses, povos indígenas, quilombolas, geraizeiros(as), fundos e fechos de pasto, pescadores(as), quebradeiras de coco, dentre outros, e evidencia a necessidade de repensar os limites da ação deste projeto destrutivo e impactante a sociedade local e sobretudo as populações locais. Daí a ocorrência de movimentos de luta e resistência que contestam esse crescimento econômico em curso em MATOPIBA. Conforme nota pública veiculada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), movimentos sociais de defesa do Cerrado demonstram preocupação com o aumento da violência, bem como das violações aos direitos humanos no Piauí, estado onde ocorre a implementação do PDA/MATOPIBA. Segundo a Articulação dos Povos Impactados pelo MATOPIBA e também pela Campanha Nacional em defesa do Cerrado, desde 2017 a população de municípios piauienses que vem recebendo grandes investimentos como Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena e Bom Jesus, tem sofrido com a ação truculenta de grupos armados (CPT, 2018).

A CPT registra os dados de conflitos no campo de modo sistemático desde o ano de 1985. Entre os anos de 1985 a 2017, a CPT registrou 1.438 casos de conflitos no campo em que ocorreram assassinatos, com 1.904 vítimas. Nesses 32 anos, a região Norte contabiliza 658 casos com 970 vítimas. O Pará é o estado que lidera no país, com 466 casos e 702 vítimas. Maranhão vem em segundo lugar com 168 vítimas em 157 casos. E o estado de Rondônia em terceiro, com 147 pessoas assassinadas em 102 casos. Segundo a CPT (2018),

⁴ Não podemos negligenciar o fato de termos uma formação sócioespacial latino-americana marcada pela monocultura agroexportadora (latifúndio), a escravidão (indígena e negra), e oligarquias (AZEVEDO, 2008; SAUER; CASTRO, 2017). Soma-se a esse processo, hoje, a desterritorialização dos trabalhadores/camponeses e de populações tradicionais, indígenas, quilombolas, cerradeiros, ribeirinhos, por exemplo, que lutam pela terra e/ou retorno aos seus territórios originários.

os assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, de indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, entre outros, tiveram um crescimento elevado a partir de 2015. Dos estados que fazem parte do MATOPIBA, em 2017 aconteceram 10 assassinatos na Bahia, seguido de 5 no Maranhão (gráfico 2).

Gráfico 2: Brasil – ranking de assassinatos no campo em 2017



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2018.

Outro movimento de luta e resistência e contra o poderio e investida do agronegócio sobre MATOPIBA teve um desfecho positivo aos Camponeses em 2018. Trata-se de medida tomada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) frente aos gigantes do agronegócio, Cargill, Bunge, e outras 76 pessoas e/ou empresas vinculadas às práticas ilícitas envolvendo áreas embargadas em MATOPIBA, utilizadas para plantar, financiar e/ou comercializar soja nesta região que se configura, também, hoje, como dissemos, por intensos conflitos e confrontos no Brasil. Neste caso, o IBAMA atuou em parceria com o Ministério Público Federal e a multa alcançou a cifra de 105,7 milhões (NOGUEIRA, 2018).

Entretanto, observa-se que as disparidades continuam e o processo de expansão do agronegócio não beneficia o amplo leque dos seguimentos sociais locais, e muito menos, atende à necessidade das populações tradicionais. Embora tenha o projeto o objetivo de promover o desenvolvimento regional, verificamos que a expansão do agronegócio está comprometida com a produção de um espaço hegemônico, forjado pelos fazendeiros, grupos multinacionais e fundos pensão, em situações e áreas privilegiadas, o que relega e/ou expulsa as populações tradicionais de seus territórios.

Esse posicionamento defendido do desenvolvimento regional está presente também, conforme analisamos, nos documentos estatais, sobretudo pela estreita ligação entre ligação deste com os agentes investidores. Como verificamos em matéria veiculada pelo próprio

Ministério da Agricultura, quando da apresentação do Plano Diretor de MATOPIBA (2016), podemos observar como MATOPIBA é projetada geopoliticamente como “a mais nova fronteira agrícola de desenvolvimento do país”, “com desdobramentos diretos na economia regional”, e exerce função de atração de “investidores nacionais e internacionais que já se movimentam em sua direção”:

(...) a materialização de decisão governamental arrojada delimitando, na prática, geopoliticamente, a mais nova fronteira agrícola de desenvolvimento do país, com desdobramentos diretos na economia regional, em função da atração que exerce em investidores nacionais e internacionais que já se movimentam em sua direção. Situação expandida com a abertura dos mercados europeu, asiático e norte-americano para a produção nacional, aí incluída do MATOPIBA, a partir de barreiras comerciais derrubadas pela ação determinada da Presidente da República (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2016, p. 1).

Por outro lado, nessa expansão contraditória, identificamos o movimento de resistência em defesa do Cerrado, por exemplo, na Carta Aberta lançada em 2016, intitulada, Campanha Nacional em Defesa do Cerrado⁵, que evidencia nos seguintes termos a indignação frente ao avanço do agronegócio em MATOPIBA:

Cresce a pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas gerando um intenso processo de grilagem e processo de especulação fundiária aumentando os conflitos de terra. Entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado. Nos últimos 10 anos os estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos e onde ocorreu a maior incidência do trabalho escravo rural no Brasil. Os depoimentos e denúncias das lideranças camponesas mostraram um processo sistemático de violação de direitos humanos com a desterritorialização de comunidades, desaparecimentos dos mananciais, poluição das fontes de água pelo uso abusivo de agrotóxicos nos monocultivos, degradação e poluição do solo, extinção de árvores e frutos nativos importantes na cultura alimentar da região – como pequi, buriti, bacuri e bacaba -, agravando o quadro de insegurança alimentar das comunidades (CARTA ABERTA - CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO, 2016, p. 1-2).

Nessa expansão contraditória, cresce a pressão sobre as terras ocupadas pelos povos tradicionais (onde se localizam recursos naturais, objeto de interesses das empresas e grupos multinacionais), o que tem gerado um intenso processo de grilagem e especulação fundiária e aumentando os conflitos pela terra e água. Além disso, verifica-se em MATOPIBA

⁵ Participam da Campanha em Defesa do Cerrado: Associação União das Aldeias Apinajés/PEMPXÀ – ActionAid Brasil – CNBB/Pastorais Sociais – Agência 10envolvimento – APA/TO – ANQ - AATR/BA – ABRA – APIB – CPT – CONTAG – CIMI – CUT/GO – CPP – Cáritas Brasileira – CEBI – CESE – CEDAC – Coletivo de Fundos e Fechos de Pasto do Oeste da Bahia – Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do DF – CONAQ – FASE – FBSSAN – FETAET - FETAEMA – CONTRAF-BRASIL/FETRAF – Gwatá/UEG – IBRACE – ISPN – MJD – MIQCB – MPP – MMC – MPA – MST – MAB - MOPIC – SPM – Rede Cerrado– Redessan – Rede Social de Direitos Humanos – Rede de Agroecologia do Maranhão – TIJUPA – Via Campesina – FIAN Brasil.

a incidência do trabalho escravo rural no Brasil e o processo sistemático de violação de direitos humanos. Esse avanço do agronegócio também tem gerado destruição dos recursos naturais, conforme denunciado pela Carta, pelo desaparecimento dos mananciais, com a poluição das fontes de água pelo uso abusivo de agrotóxicos nos monocultivos, a degradação e poluição do solo, e a extinção de árvores e frutos nativos do Cerrado.

Conforme demonstra o documento Diálogos Brasil – Japão (2016) existe uma conversação entre os países para realização de intercâmbio econômico e comercial no que tange à agricultura e produção de grãos no MATOPIBA. De fato, verificamos que o referido evento ocorrido em 29 de fevereiro de 2016, teve como protagonistas políticos representantes da bancada ruralista e intimamente vinculados aos interesses políticos e econômicos de latifundiários na região. Conforme verificamos na análise dos documentos e matérias, hoje a agenda “ambiental” do agronegócio ocorre pelo *lobby* da bancada ruralista que perpassa a mudança do código florestal, a liberação de transgênicos e a redefinição dos agrotóxicos. Esses interesses e articulação entre políticos, grupos e empresas multinacionais evidenciam as contradições deste processo.

É justamente nessa porção do país, no Brasil profundo, que encontramos historicamente episódios de desrespeito ao trabalho, aos trabalhadores, em um processo crescente de caso de situações que envolvem a exploração do trabalho, condições análogas à escravidão, entre outras. Não é de estranhar que em um momento em que a elite política e econômica toma a dianteira do país na contramão dos direitos sociais e civis, que seja destituída, por exemplo, importante mecanismo de coerção ao trabalho escravo no Brasil. Fazemos referência ao fato ocorrido em 13 de outubro de 2017 que, por meio da Portaria número 1.129, definiu que “Flagrante de trabalho escravo só poderá acontecer doravante se – e unicamente se – houver constatação do impedimento de ir e vir imposto ao trabalhador, em ambiente de coação, ameaça, violência” (CPT, 2017, p. 1). Com essa portaria fica muito mais difícil caracterizar o que é ilegal na relação de exploração do trabalho no Brasil contemporâneo.

Considerações finais

Reiteramos nesta pesquisa a necessidade de questionar o agronegócio e o propalado desenvolvimento regional aferido pelo Estado e grandes corporações sino-americanas, aliado ao pretense progresso econômico atribuído a este modelo. Assim, podemos afirmar que o discurso e a prática do agronegócio encontram em MATOPIBA as condições ambientais e sociais para a expansão territorial do capital em sua fase neoliberal; para a implantação de ações concatenadas entre Estado/fazendeiros/capital internacional/nacional; e, produz franjas políticas-econômicas que legitimam e ampliam as

áreas de “des-envolvimento” em verdadeiros nichos de mercado que visam abastecer os mercados globais – com destaque para o chinês –, articulado às lógicas de produção de multinacionais e que, mais recentemente, passaram a adquirir terras como ativo financeiro, até os fundos de pensão europeus e norte-americanos que investem e vigoram no mercado global de terras.

Do outro lado, populações tradicionais com seus modos de vida enraizados no Cerrado, resistem contra o modelo de exploração adotado, seja contra o domínio da terra (a desterritorialização de seus territórios de vida), seja em defesa dos recursos, em que se destaca a água, haja vista os abusos das águas dos rios na forma arrasadora do uso nas modernas fazendas do agronegócio da região que tem como prática lavouras irrigadas. Essas populações lutam contra os assassinatos, à violência, a apropriação privada de seus recursos, como a terra e água, da desterritorialização/precarização/expulsão de seus territórios tradicionais, bem como das violações aos direitos humanos, como das ocorrências de trabalho escravo. É por meio de resistências organizadas e coletivas que populações tradicionais combatem a modernização predatória implantada e procuram construir alternativas frente ao modelo hegemônico de produção. Reconstruir territórios autônomos e de usufruto da natureza tornou-se, hoje, o horizonte de luta destas populações como maneira de r-existir enquanto modo de vida ligado à tradicionalidade de ocupação do campo.

Referências

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; MIRANDA, E. E. de. **Nota técnica 10** - Renda e pobreza rural na região do MATOPIBA. Campinas, SP Dezembro, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MINAS GERAIS. TIAA-CREF: experiência internacional bem sucedida em previdência complementar. 2013. Disponível em <http://www.anfipmg.org.br/index.php/informacoes/noticias/item/212-tiaa-cref-experi%C3%Aancia-internacional-bem-sucedida-em-previd%C3%Aancia-complementar> – acesso em 14 out. 2018.

AZEVEDO, J. R. N. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul.** Presidente Prudente, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul.** Dourados/MS: UFGD, 2008. (Mestrado em Geografia).

AZEVEDO, J. R. N. O *merchandising* do Agrohidronegócio: programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 4, n.8, 2. Semestre de 2013. p.35-45.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JR., A. A aliança entre Estado e capital na agroindústria canavieira sul-mato-grossense In. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010. p.1-10.

Bahia Farm Show. 2018. Disponível em: <http://bahiafarmshow.com.br/a-feira/> - Acesso em: 11/07/2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

BARROS JÚNIOR, O. A. de. A financeirização da terra: novas disputas para o campo brasileiro. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-13

BASSI, B. S. **Do Chaco ao Matopiba, imobiliárias transnacionais avançam na ‘República da Soja’**. 2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/07/12/do-chaco-ao-MATOPIBA-imobiliarias-transnacionais-avancam-na-republica-da-soja/> - Acesso em: 12/07/2018

BONFIM, J. S.; VICENTE, J. S. Territorialização do agronegócio e apropriação das águas no Cerradobaiano. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-18

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Dinâmica da economia e da agropecuária no MATOPIBA**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para discussão).

CARTA ABERTA. **Campanha Nacional em Defesa do Cerrado**. Brasília, 18 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1990489881_29112016122819.pdf - acesso em: 13/05/2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos por terra crescem mais de 300% em estado da região do MATOPIBA. **CPT**, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14057-conflitos-por-terra-crescem-mais-de-300-em-estado-da-regiao-do-matopiba-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>. Acesso em: 11 jul.2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota Pública: Nova portaria do ministro do trabalho “acaba” com trabalho escravo. **CPT**, publicado em 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/4068-nota-publica-nova-portaria-do-ministro-do-trabalho-acaba-com-trabalho-escravo> - acesso em: 17 jun. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota Pública: No Cerrado Piauiense, comunidades sofrem violências e perdem seus territórios. **CPT**, 2018. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4254-nota-publica-no-cerrado-piauiense-comunidades-sofrem-violencias-e-perdem-seus-territorios> - acesso em 23 jul. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003. **CPT**, publicado em: 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003> – acesso em 12/07/2018.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v. 237, p.128-146. 2012a.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (Org.).

Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p. 303-318.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: Sentidos, opções e âmbitos. Descolonizar o imaginário. DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. (Org). **Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p 174-212.

CRESSWELL, T. **Geographic thought: a critical introduction.** Malden, MA: Wiley Blackwell, 2013.

CRUZ, F. Correntina: a guerra da água chega ao Brasil. **Outras Palavras**, publicado em 13 abr. 2018. Disponível: em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outrasmidias/correntina-as-guerras-da-agua-chegam-ao-brasil/> - acesso 13 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação do seu comitê gestor. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm> Acesso em: 15 out. 2017.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, p.153-167, 2011.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.. ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 221-238.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p. 25-39, 2007.

EMBRAPA. Sobre o Matopiba. Disponível em <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema> - acesso em 16/10/2017.

FAO. Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina. **FAO.** 2016. Disponível em <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>> Acesso em: 16 out. 2017.

FAO. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024.** 2015. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i4761o.pdf> - Acesso em: 17 out. 2017.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).** 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac> - acesso: Acesso em:12 jul. 2018.

FIAN Brasil. Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Caravana Matopiba:** fundos de pensão internacional são maiores investidores na região, 2017. Disponível em: <<http://fianbrasil.org.br/caravana-matopiba-solicitou-as-autoridades-brasileiras-agir-e-advertiu-investidores/>>. Acesso em: 17 out. 2017.

FILHO, A. M. dos S.; FILHO, J. N. V. R. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 9 n.2, p. 01-15, 2008.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade.** Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

LIFSCHITZ, J. A. **Comunidades tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Conta Capa, 2011.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** Hucitec: São Paulo, 1997.

MATHIAS, M. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital> - Acesso em: 12 jul. 2018.

MENDONÇA, S. R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Diálogo Brasil-Japão intercâmbio econômico e comercial em agricultura e alimentos MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/japoneses-vaio-investir-em-agricultura-no-matopiba/1.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Brasil lança plano agropecuário para região de MATOPIBA.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/05/brasil-lanca-plano-agropecuario-para-regiao-do-matopiba>> Acesso em: 16 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/APRESENTACAOPAP.pdf>> Acesso: 16 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeção do agronegócio – Brasil 2016/2017 a 2026/2027.** Brasília, julho de 2017. Disponível em http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/Proj_Agronegocio_2017_2027_cafe.pdf - acesso em 25 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Salve o Matopiba.** 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/salve-o-matopiba>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONDARDO, M. A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais. **Revista NERA**, n. 17, ano 13, p. 112-130, 2010.

MONDARDO, M. Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano. MONDARDO, M. (Org.) **Espaços agrários e meio ambiente: Bahia, Bahias.** Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

MONDARDO, M. Territórios precários: desequilíbrios entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no Oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.7, n.15, p.85-101, mai./ago. de 2013.

MONDARDO, M. **Territórios de trânsito: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOGUEIRA, D. Ibama multa multinacionais do agronegócio por comprar soja de plantio ilegal. **Jornal O Globo**, publicado em 21 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ibama-multa-multinacionais-do-agronegocio-por-comprar-soja-de-plantio-ilegal-22707131>. Acesso em: 11 set. 2018.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, n. 12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RUFO, T. F. **Modernização agrícola no sudoeste Piauiense: impactos na rede urbana regional, no meio ambiente e nas comunidades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013. p.127

SANTOS, C. A. P. dos; SANO, E. E.; SANTOS, P. S. Fronteira agrícola e a dinâmica de uso e ocupação dos solos no oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, jan./abr. de 2018. p. 17-32.

SANTOS, C. D. dos. Difusão do agronegócio e as desigualdades socioespaciais no Oeste baiano (Bahia, Brasil). In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)**: La Paz, Bolívia, 2017. p. 01-20.

SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e Sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAUER, S.; CASTRO, L. F. P. de. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya Yala – Revista sobre Acesso à Justiça e direitos nas Américas**. Brasília, 2ª edição, 2017. p.209-231.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. Ap. de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, G. V. A. de; LEPERA, L. P. G. O controle corporativo da terra e a especulação fundiária no MATOPIBA. In: **Geografia das redes de mobilização social na América Latina (SINGA)**. Curitiba/PR, 2017. p.01-19.

TORRES, R. **Água para quem?** 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/agua-para-quem/> - acesso em 15/10/2018.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Sobre os autores

Marcos Leandro Mondardo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-8862-8801?lang=pt>

José Roberto Nunes de Azevedo – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil; **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-8540-9240?lang=en>

Como citar este artigo

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em dupla. O autor **Marcos Leandro Mondardo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise; o segundo autor **José Roberto Nunes de Azevedo**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução dos resumos.

Recebido para publicação em 20 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 14 de janeiro de 2019.
Aceito para a publicação em 02 de fevereiro de 2019.

Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia¹

Andréa Leme da Silva

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: leme.andrea@gmail.com

Cláudia de Souza

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil
e-mail: sclaudias@gmail.com

Ludivine Eloy

Centre National de la Recherche Scientifique – Montpellier, França.
Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: ludivine.eloy@gmail.com

Carlos José Sousa Passos

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.
e-mail: cjpassos@unb.br

Resumo

Nas últimas três décadas, mais da metade do Cerrado brasileiro foi transformado em monoculturas. Desde os anos 2000, o governo brasileiro busca estratégias para conter a destruição do bioma, incluindo a criação de novas áreas protegidas e o monitoramento da implementação do Código Florestal. Estes processos contraditórios criam “territórios da soja” caracterizados pela coexistência entre monoculturas e comunidades tradicionais inseridas em áreas protegidas. Com base no estudo de caso do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Veredas do Oeste Baiano, analisou-se em que medida tais normas ambientais restringem ou facilitam a expansão do agronegócio e determinam seus impactos socioambientais nessa nova fronteira da soja. A abordagem metodológica incluiu entrevistas, mapas mentais e percursos comentados junto aos agricultores familiares, e entrevistas com fazendeiros do entorno da UC. Nossos resultados indicam que a descentralização e a flexibilização das regras fundiárias e ambientais têm favorecido o desmatamento e a apropriação de recursos naturais (terra, água) em larga escala pelo agronegócio, criando uma situação de desinformação que favorece desregulação ambiental.

Palavras-chaves: Agronegócio; agricultura camponesa; normas ambientais; oeste baiano; Cerrado.

Selective environmental policies and expansion of the agricultural frontier in the Cerrado: impacts on local communities in a Conservation Unit in western Bahia

¹ Essa pesquisa faz parte do projeto “Inovações sociotécnicas e institucionais para a conservação e valorização do bioma Cerrado” (Projeto Sociobiocerrado), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação Agrópolis. Agradecemos ao Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pelo apoio técnico e logístico, aos informantes que colaboraram com o presente estudo, e ao Prof. Sérgio Sauer pela revisão à versão final do manuscrito.

Abstract

Over the last three decades, more than half of the Brazilian Cerrado was converted into monocultures. Since the 2000s, Brazilian government has been looking for strategies to reduce destruction of the biome, including creation of new protected areas and monitoring of implementation of the new Forest Code. Such contradictory processes create "soybean territories", which are characterized by the coexistence between monocultures and traditional communities inserted in protected areas. Based on the Veredas do Oeste Baiano Wilderness Refugee (REVIS) case study, we sought to analyze the extent to which such environmental rules restrict or facilitate the expansion of agribusiness and determine its social and environmental impacts on this new soybean frontier. The methodological approach included interviews, mental maps and pathways commented by peasants, along with interviews with farmers around the Protected Area. Our results indicate that decentralization and flexibilization of environmental rules have favored deforestation and appropriation of natural resources (e.g., land, water) on a large scale by agro-food companies, creating a situation of disinformation that favors environmental deregulation.

Keywords: Agribusiness; peasant agriculture; environmental rules; Western Bahia; Cerrado.

Politiques environnementales sélectives et expansion de la frontière agricole dans le Cerrado: impacts sur les communautés locales dans une unité de conservation dans l'ouest de Bahia

Resumé

Au cours des trois dernières décennies, plus de la moitié du Cerrado brésilien a été transformé en monoculture. Depuis les années 2000, le gouvernement brésilien cherche à freiner la destruction du biome en créant de nouvelles aires protégées et en renforçant la mise en œuvre du Code forestier. Ces processus contradictoires créent des « territoires » de soja caractérisés par la coexistence entre monocultures et communautés traditionnelles, insérées dans les aires protégées. A partir de l'étude de cas du Refuge de Vie Sauvage (REVIS) de l'Ouest Baianais, nous analysons dans quelle mesure ces normes environnementales contribuent à restreindre ou à faciliter l'expansion de l'agro-industrie et déterminent ses impacts sociaux et environnementaux dans les espaces de cette nouvelle frontière du soja. La méthode de recherche s'est basée sur des entretiens, des cartes mentales et des parcours commentés avec les agriculteurs familiaux et les producteurs de soja. Nos résultats indiquent que la décentralisation et la flexibilisation des règles foncières et environnementales ont favorisé la déforestation et l'appropriation des ressources naturelles (terre, eau) à grande échelle par les entreprises agro-alimentaires, créer une situation de désinformation favorisant la déréglementation environnementale.

Mots-clés: Agroalimentaire; agriculture paysanne; normes environnementales; ouest de Bahia; Cerrado.

Introdução

Na América Latina, a expansão da fronteira agrícola, liderada pelo rápido avanço recente dos monocultivos de soja, tem transformado radicalmente os ecossistemas, práticas agrícolas, estruturas agrárias e relações sociais nos territórios, criando paisagens dominadas pelas monoculturas (OLIVEIRA & HECHT, 2016). Cultivada desde os anos 1960 por agricultores do Cone Sul, a soja começou a se expandir rumo ao Norte desde os anos 1980,

alcançando as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, e outros países da América Latina (BRANNSTROM, 2009; ELOY *et al.*, 2016; URCOLA *et al.*, 2015; entre outros). A ampla difusão do modelo agroexportador na América Latina repousa sobre a modernização das práticas agrícolas, a financeirização e a globalização da cadeia da soja, e implicou numa nova fase de concentração das terras nas zonas rurais (SAUER & LEITE, 2012; OLIVEIRA & BÜHLER, 2016; OLIVEIRA & HECHT, 2016).

A “corrida mundial por terras” tem sido objeto de uma crescente produção acadêmica nos últimos anos (BORRAS & FRANCO, 2012; BORRAS & SAUER, 2016). Os primeiros trabalhos usaram o termo *land grabbing* como expressão da apropriação de grandes áreas de lavouras por estrangeiros (*estrangeirização*) (GRAIN, 2008; ZOOMERS, 2010; GÓMEZ, 2012, entre outros). Entretanto, dada a complexidade do fenômeno na América Latina, o termo ganhou uma expressão genérica para referir-se à “explosão recente de transações comerciais (trans)nacionais de terras, em torno da produção e exportação de alimentos, fibras/ração animal, biocombustível, madeiras e minérios” (BORRAS & SAUER 2016, p.12). Segundo esses últimos autores, a noção de *land grabbing* não é um fenômeno novo nem se refere à terra em si, mas a um controle sobre a cadeia de valor ou sobre as relações de trabalho no campo, portanto não muito diferentes da lógica capitalista pregressa. O movimento de apropriação de recursos em larga escala se estende a outros recursos naturais, como a água (*water grabbing*) (MEHTA *et al.*, 2012) e os espaços naturais (*green grabbing*)² (FAIRHEAD *et al.*, 2012). Este último remete à lógica dos mercados verdes, relacionados às crises ambiental e climática e à criação de mecanismos ambientalmente mais sustentáveis baseados na ideia de compensação ambiental (ex. mercado de carbono, Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal - REDD³, energia limpa, entre outros) (CORSON, C. & MacDONALD, 2012).

O Estado exerce um papel central no fenômeno de apropriação privada dos recursos naturais em larga escala. Por um lado, o discurso neoliberal reduz o papel do Estado sobre os recursos naturais, mas de outro, o governo é central na criação de um clima favorável aos investimentos, tais como subsídios, infraestrutura e concessão de incentivos fiscais, entre outros. Associado a isso, há uma crescente influência das instituições ambientais globais e das agências financeiras multilaterais, que também criam condições para a produção de mecanismos (e valor), justificativas e alianças para a acumulação capitalista (BORRAS & SAUER, 2016, p. 29).

² Segundo os autores, a apropriação (grilagem) verde inclui quatro elementos chave: a privatização, a financeirização, a manipulação de crises e as redistribuições pelo Estado.

³ A Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação - REDD - consiste num mecanismo que organiza um conjunto de estratégias de mitigação da mudança climática nos biomas de floresta. O acordo sobre esse mecanismo foi assinado na COP 16 em Varsóvia, Polônia, em 2010. Sua construção e normas de funcionamento têm sido amplamente discutidas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e de suas Conferências das Partes (COP).

O Brasil representa um caso emblemático dessas dinâmicas. Ao longo dos últimos anos, a agricultura brasileira se modernizou rapidamente, incorporando as técnicas do pacote da Revolução Verde e elevando o país como o primeiro gigante agrícola tropical do mundo, liderado pela produção de soja. Isso decorre de políticas públicas de desenvolvimento rural em favor da liberalização agroalimentar, em grande parte dominada por corporações transnacionais (CLAPP & FUCHS, 2009; PLOEG, 2008). A relevância do agronegócio para a economia nacional é inegável. Em 2017, o agronegócio representava 21,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e 53,2% das exportações, principalmente devido à soja e à carne (CEPEA, 2018). Boa parte deste crescimento depende da expansão das superfícies cultivadas no bioma Cerrado, que hoje produz mais da metade (52%) da soja brasileira (RUDORFF & RISSO, 2015).

Diversos autores reportam a flexibilização das normas fundiárias e ambientais que favorecem o desmatamento, a apropriação de terras e da água em larga escala pelo agronegócio no Cerrado (BRANNSTROM, 2005; SAUER & LEITE, 2012), tornando a região um "espaço de sacrifício" para a produção de soja (HECHT 2005, 2008). Por outro lado, a conservação do Cerrado chama cada vez mais atenção nacional e internacional desde que o bioma foi reconhecido como *hotspot* de diversidade biológica no fim dos anos 1990 (AUBERTIN, 2013; STRASSBURG *et al.*, 2017). Desde os anos 2000, o governo brasileiro, especialmente por meio do Ministério do Meio Ambiente, afirma, contraditoriamente, estratégias para conter a destruição do Cerrado. Tais estratégias baseiam-se na implementação políticas públicas ambientais seletivas, por meio da criação de novas Unidades de Conservação (UCs), e na fiscalização da adequação das propriedades ao novo Código Florestal. Estes processos contraditórios criam "territórios da soja", caracterizados pela coexistência entre as monoculturas industriais e as comunidades tradicionais inseridas em áreas protegidas, tais como Unidades de Conservação (UCs), Reservas Legais e áreas de Proteção Permanente (APPs).

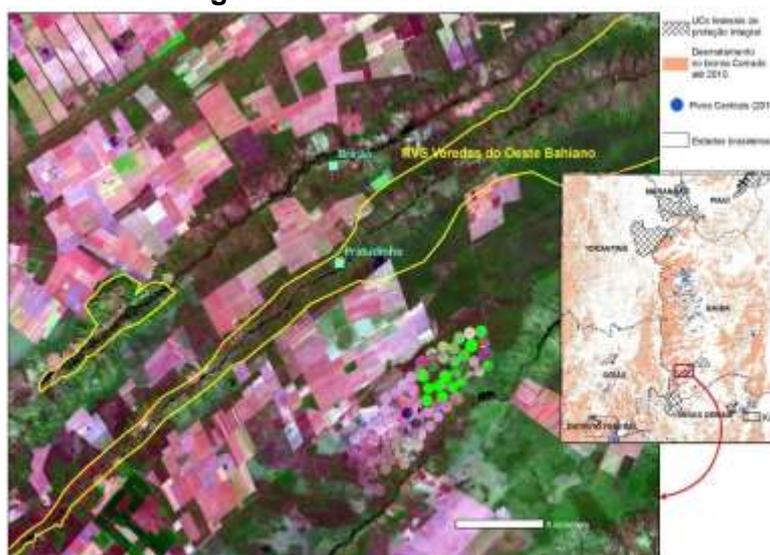
O presente artigo tem por objetivo aprofundar a discussão sobre as políticas públicas ambientais seletivas para o Cerrado (ELOY *et al.*, 2016). Procura-se analisar em que medida tais políticas restringem ou facilitam a expansão agrícola e determinam seus impactos sobre comunidades locais, buscando-se compreender como o poder discursivo, administrativo e político dos atores do agronegócio tem se mobilizado para flexibilizar as normas ambientais quanto ao uso da água e dos agrotóxicos pela agricultura empresarial, ao mesmo tempo em que reforça as restrições quanto ao uso dos recursos naturais pelas comunidades agroextrativistas localizadas em áreas protegidas. Num segundo momento, avaliam-se os impactos destes processos com relação à produção agroextrativista das comunidades inseridas no interior e entorno de uma área protegida no Oeste Baiano.

Procedimentos metodológicos

Área de estudo

A área de estudo corresponde aos arredores do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Veredas do Oeste Baiano, criado pelo Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002). O REVIS localiza-se nos municípios de Cocos e Jaborandi, região oeste do Estado da Bahia, e tem uma área de 128.048,99 hectares (Figura 1). O REVIS está inserido no complexo conhecido como MAPITOBA (acrônimo dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) correspondente à região de expansão da fronteira agrícola no oeste baiano.

Figura 1: Área de estudo. Imagem de satélite resourceSat 02 de 09/03/2013 (INPE).



Dados: Limite de UCs (MMA, 2016), Desmatamento (2013), pivôs centrais (ANA, 2014). Mapa elaborado por Ludivine Eloy.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o REVIS Veredas do Oeste Baiano é atravessado pelos rios Pratudinho e Pratudão, nascentes do rio Corrente, cujas águas desembocam no rio São Francisco, na mesorregião 1 do Extremo Oeste Baiano.

O clima do território da bacia do Rio Corrente é seco, sub-úmido e semiárido, com duas estações bem definidas, a estação chuvosa (outubro a abril), e a estação seca (maio a setembro). A pluviosidade média varia entre 500 e 1200 mm por ano, mas as chuvas são muito irregulares, podendo variar entre 200 e 1000 mm por ano. Com relação à cobertura vegetal, a quase totalidade da região pertence ao Planalto do Chapadão Ocidental do São Francisco, onde predomina a vegetação de Cerrado *sensu strictu*, com presença de matas de galeria nos cursos d'água, campos úmidos, florestas submontanas, e veredas (brejos ou buritizais). No seu trecho inferior, pertencente à Depressão Sanfranciscana, predominam

alguns remanescentes de floresta estacional e pequenas áreas de agricultura familiar e de pecuária extensiva, em especial nas veredas, preferencialmente utilizadas para o estabelecimento de roças por terem solos mais férteis e com maior disponibilidade de água.

Comunidades locais no interior e entorno do REVIS

As comunidades do Brejão e do Pratudinho localizam-se na área rural do município de Jaborandi, que tem uma população de cerca de 10.288 habitantes (IBGE, 2010). Atualmente, na comunidade do Brejão, localizada no entorno do REVIS Veredas do Oeste Baiano, vivem em torno de 650 moradores, distribuídos em cerca de 210 famílias. Na comunidade do Pratudinho, localizada no interior da UC, há cerca de 53 residentes, totalizando 10 famílias.

Segundo Souza (2017), as primeiras famílias de agricultores e criadores de gado instalaram-se nos vales dos rios Pratudão e Pratudinho a partir dos anos 1930, oriundas de municípios do nordeste goiano (principalmente Mambaí e Posse) e do oeste baiano (Correntina, São Desidério, Barreiras, entre outros). Essas famílias migraram para o território do Revis Veredas do Oeste Baiano, em busca de terras com melhores condições de cultivo e com maior abundância de água. A autora relata que até o final da década de 1980, os sistemas produtivos familiares incluíam a agricultura de corte e queima, os quintais, as criações de animais em sistemas de solta nos campos naturais do Cerrado e o agroextrativismo. Os agricultores cultivavam em terras altas (“roça de toco”) e em terras baixas (veredas). Nas veredas as roças são denominadas de “esgoto” ou de “brejo”, em alusão ao sistema de drenagem necessário ao cultivo nos solos inundados.

A partir dos anos 1980, com a redução das áreas de cultivo decorrente da expropriação territorial pelos fazendeiros e as restrições ambientais impostas pela UC, tais comunidades camponesas⁴ passaram a cultivar em pequenas parcelas (lotes individualizados), durante o período mais seco do ano. Estas famílias praticamente abandonaram as atividades de agroextrativismo e a criação de animais pela perda dos territórios comunais e, embora ainda mantenham suas práticas tradicionais de cultivo, houve modificações com relação à agrobiodiversidade, origem das sementes, e quantidade plantada e colhida (Souza, 2017).

O entorno do REVIS Veredas do Oeste Baiano é circundado por proprietários rurais e empresas do agronegócio, cujos sistemas produtivos são focados em seis espécies principais, incluindo soja e milho (principalmente organismos geneticamente modificados - OGMs), algodão, capim, sementes, feno, *pinus* e eucalipto, além da criação extensiva de

⁴ No presente estudo, os camponeses por vezes serão denominados agricultores ou famílias de agricultores.

gado. Ainda segundo Souza (2017), as primeiras propriedades instaladas no território do REVIS foram a fazenda Texas em 1985, na época com 500 hectares, e a fazenda Jarina em 1986 com 690 hectares. A fazenda do Bamerindus (atual Fazenda Nordeste) surgiu no início dos anos 1970, no município de Mambaí, a partir de concessões públicas para o plantio homogêneo de *pinus* eucalipto nas cabeceiras do rio Pratudinho. Em seguida, outras fazendas foram desmatadas, como foi o caso da Fazenda Rio Pratudão⁵ e da Fazenda Jarina (antiga Catisa). Os proprietários dessas duas fazendas eram pernambucanos (denominados localmente *pernambucos*) e foram para a região interessados em expandir a produção de cana de açúcar. Os *pernambucos* foram os primeiros produtores a cultivarem soja, em meados da década de 1980, incluindo 300 hectares na fazenda Rio Pratudão e 200 hectares na fazenda Jarina. Os “sulistas” iniciaram a migração para o território pesquisado a partir de 1985, estimulados por incentivos como o baixo preço das terras, os juros facilitados e as condições de infraestrutura prometidas.

Coleta de dados

A pesquisa foi realizada a partir da coleta de dados secundários e primários. A coleta de dados secundários foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental. As normas ambientais sobre água, licenciamento ambiental e outras informações foram obtidas na homepage do governo federal e estadual, incluindo a Agência Nacional das Águas (ANA), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SISCAR).

Os dados primários foram obtidos a partir de 16 incursões a campo entre 2015 e 2017. Foram realizadas entrevistas baseadas em questionários semiestruturados, mapas mentais, percursos comentados e observação participante com 60 famílias de agricultores camponeses das duas comunidades situadas no território do REVIS, Brejão (n=50) e Pratudinho (n=10). Foram levantadas informações sobre os sistemas produtivos locais, bem como percepções sobre as mudanças na lavoura depois da chegada do agronegócio (ex. diversidade de plantios, pragas, etc.), as mudanças no volume hídrico dos rios e nascentes e relações causais com desmatamento, irrigação e precipitação, e seus impactos no ambiente, entre outros.

Com relação às fazendas, foram entrevistados nove proprietários rurais ou atores responsáveis pelos empreendimentos rurais (agrônomos, gerentes, etc.), selecionados de acordo com pelo menos um dos seguintes critérios: a) presença na lista de participantes na

⁵A fazenda Rio Pratudão localiza-se na serrinha, na estrada a caminho de Posse, após a fazenda Jarina. Os atuais proprietários da fazenda Rio Pratudão possuem outras três fazendas. O total de área cultivada nas quatro propriedades é de sessenta mil hectares de soja.

primeira reunião sobre a gestão do REVIS; b) fazendeiros que empregavam pessoas das comunidades estudadas; c) proximidade das propriedades da zona de amortecimento ou próximo ao REVIS e às comunidades estudadas; e d) universo amostral do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SISCAR), banco de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do programa *Google Earth Pro*, gerado pela busca de estabelecimentos na malha fundiária do REVIS (Tabela 1). As entrevistas semiestruturadas com os atores do agronegócio abordaram os itens cultivados, produtividade agrícola por hectare, utilização de sistemas de irrigação, entre outros. Informações qualitativas adicionais foram obtidas a partir de entrevistas abertas com gestores públicos e privados, incluindo a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Prefeitura Municipal de Jaborandi, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaborandi, entre outros.

Tabela 1: Conjunto de fazendas estudadas (s/d=sem dados disponíveis). Tipologia dos sistemas produtivos: F=familiar, P=patrimonial, S=sociedade de investimento

| Fazendas | Área total (ha) | Área plantada (ha) | Tipologia |
|----------|-----------------|--------------------|-----------|
| 1 | 1.700 | 660 | F |
| 2 | 10.880 | 3.800 | S |
| | 26.000 | 12.500 | P |
| 3 | | | |
| 4 | 22.700 | 7.600 | P |
| 5 | 8.000 | 4.070 | P |
| 6 | 16.000 | 8.340 | P |
| 7 | 80.000 | 2.565 | P |
| 8 | 8.802 | s/d | P |
| 9 | 1.650 | s/d | F |
| Total | 175.732 | 39.535 | |

Conforme a tipologia da grande agricultura⁶, segundo Oliveira & Bühler (2016), os produtores do agronegócio podem ser caracterizados como familiar, patrimonial, e sociedade de investimento. Segundo estes autores, o primeiro tipo caracteriza as propriedades com capital e mão-de-obra familiar, de tamanho mediano (<10.000 ha), costuma ter apenas um estabelecimento, e que não dispõe de opções de diversificação de renda ou de agregação de valor. O segundo tipo tem capital familiar, mas possui uma estrutura maior (> 10.000 hectares) e mais capitalizada, com condições de abrir unidades de beneficiamento, agregar valor ao produto e comercializar a produção conforme a evolução dos preços; possui dimensão regional de atuação e maior número de estabelecimentos disseminados, além de divisão de

⁶ Os autores consideram a “grande agricultura” como sinônimo de grande propriedade que, segundo a legislação brasileira, possui acima de 15 módulos fiscais (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993) (BRASIL, 1993). Módulo fiscal é um parâmetro, definido em hectares, adotado para cada município conforme a sua peculiaridade produtiva. Para a região do Oeste Baiano o módulo fiscal é de aproximadamente 75ha.

trabalho vertical, empregando mão-de-obra altamente qualificada para assumir as funções de comando e controle. O terceiro tipo consiste em empresas formadas por capitais externos à atividade agrícola tradicional, constituídas por investidores individuais ou grupos constituídos via fundos, com diversas unidades e estabelecimentos em diversas escalas (regional, nacional e internacional), inseridas em cadeias curtas que diretamente com fornecedores localizados nos grandes centros globais.

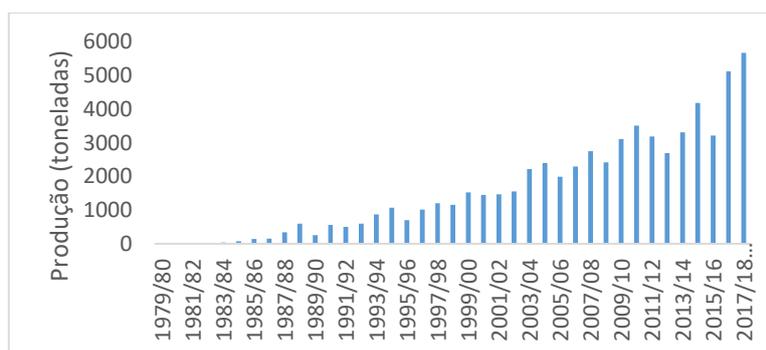
As fazendas estudadas existem em média há 14 anos, sendo que a mais antiga se instalou na região há mais de 30 anos, e a mais recente há 5 anos. O tamanho dos estabelecimentos rurais varia de 1.650 a 80.000 hectares (média 10.000 ha).

Resultados e discussão

Expansão da soja no Cerrado: o caso do oeste baiano

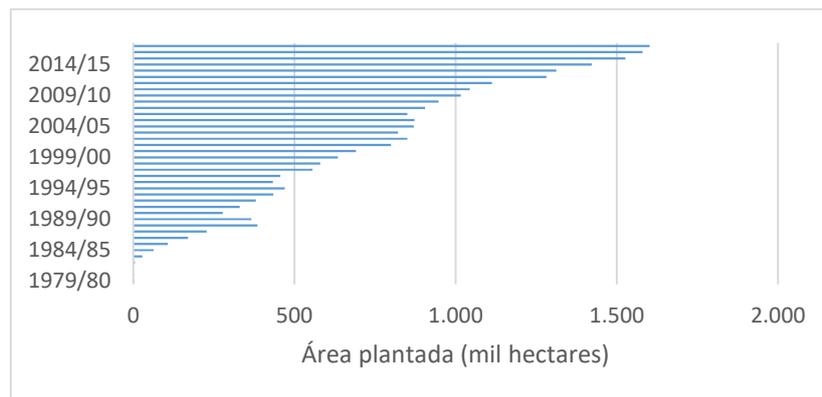
Atualmente o Estado da Bahia ocupa sexta posição em termos de volume de produção de soja no cenário nacional, estimada em 118.048 mil toneladas na safra 2017/2018 (CONAB, 2018). O gráfico 1 ilustra a evolução da produção de soja no Estado da Bahia, com produção atual de 5.123 toneladas em 2017 e previsão de 5.673 toneladas na safra 2017/18. O aumento da quantidade produzida é diretamente proporcional ao aumento da área cultivada de soja no Estado, que saltou de 2,4 mil hectares na safra 1980/1981, para 1.580 mil hectares na safra 2016/17 (CONAB, 2018, Gráfico 2).

Gráfico 1: Produção de soja no estado da Bahia (em mil toneladas)



Fonte: Série histórica: soja safras 1979/1980 a 2017/18 (previsão), CONAB (2018).

Gráfico 2: Área plantada de soja no Estado da Bahia (em mil hectares)



Fonte: Série histórica: soja safras 1979/1980 a 2017/18 (previsão), CONAB (2018).

De 2000 a 2014, a área agrícola no Cerrado expandiu 87%, sendo que o principal fator dessa mudança foi o cultivo da soja. No Matopiba, a área de soja aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares, ou seja, um crescimento de 253% no período. A maior parte dessa expansão agrícola ocorreu sobre vegetação nativa: 68% (0,78 milhão de hectares) entre 2000 e 2007, e 62% (1,3 milhão de hectares) no período seguinte, entre 2007 e 2014 (RUDORFF & RISSO, 2015). No oeste baiano, foram desmatados mais de 1 milhão de hectares entre 2002 e 2010, correspondendo a um incremento de aproximadamente 40% de área desmatada na região (SALMONA *et al.*, 2016).

Um fator notável para o avanço da fronteira agrícola no sentido Leste-Oeste do Estado da Bahia, onde as chuvas concentram-se nos 100 km próximos à fronteira com a Serra Geral de Goiás (GASPAR, 2007), tem sido a expansão das tecnologias de irrigação. Albuquerque (2015) observa que as fazendas de pivôs se localizam nas áreas mais isoladas no limite do semiárido, onde as chuvas não são tão favoráveis, porém o valor de mercado reduzido da terra torna essa região atrativa para a instalação das fazendas de pivôs. Segundo o autor, a produtividade das lavouras de soja irrigada aumenta em até 2,4 vezes em relação à produção de sequeiro.

De fato, nas três fazendas com pivôs centrais estudadas (5, 6 e 7), a produtividade de soja semente variou de 50 a 71 sacas por hectare na última safra (2017/2018), e a de milho variou de 192 a 242 sacas por hectare (recorde da Monsanto na Bahia). As três fazendas de pivôs possuem acordos de produção de sementes de soja e de milho transgênicos com a Embrapa, Monsoy e outros⁷. Por outro lado, nas fazendas sem energia elétrica (1, 2, 3 e 4) e, portanto, sem pivôs centrais, a falta de chuvas não lhes garante tanto êxito e regularidade. Nestas, a produtividade de soja variou de 8 a 70 sacas/ha, e a de milho de 20 a 200 sacas/ha. O decréscimo de produtividade nos últimos anos foi determinante para que alguns produtores

⁷ Seis empresas transnacionais controlam o setor de transgenia em nível global: Monsanto, Dow e Dupont (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Basf e Bayer (Alemanha) (Souza, 2017).

em fazendas de sequeiro deixassem de plantar soja e investissem em atividades menos dependentes da chuva, como a pecuária e o plantio de sorgo, feijão catador e sementes de braquiária, mais adaptadas ao clima local. Na fazenda 4, por exemplo, a redução da área plantada de 3.600 ha para 500 hectares de soja relaciona-se à escassez e/ou irregularidade das chuvas. O entrevistado desta fazenda relatou que já chegaram a produzir cerca de 44 sacas/hectare, mas em 2016 a produção caiu para uma média de 8 sacas/ha.

Segundo o Atlas de Irrigação do Brasil (ANA, 2017), as culturas irrigadas de grãos (em especial algodão, feijão, milho e soja) em sistema de pivô central (método por aspersão) ocupam uma área 1,4 milhão de hectares no país, sendo que o Cerrado concentra 79% dessas áreas. Em 2004, havia 1.400 pivôs instalados no oeste baiano, ocupando uma área total de 141.998 hectares – uma área média de 101 hectares por pivô central (ANA, 2016). Sete municípios do oeste baiano lideram o *ranking* dos dez mais irrigantes do país: Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Jaborandi, Riachão das Neves, Correntina e Cocos. No município de Jaborandi, por exemplo, o número de pivôs centrais cresceu de 11 equipamentos em 1989 para 163 em 2014 (ANA, 2016), sendo que 78 equipamentos se localizavam no território do REVIS em 2013 (SOUZA, 2017).

As três fazendas de pivôs amostradas indicam um elevado consumo de águas superficiais e subterrâneas para irrigação⁸. Conforme a tabela 2, a Fazenda 5 e 6 totalizam 102 pivôs centrais, sendo que 75% destes captam água diretamente do rio Formoso. A fazenda 7 tem uma perspectiva de aumento da área irrigada para 2.840 ha (dos atuais 17 para 23 pivôs). Cabe ressaltar que a maioria dos entrevistados demonstrou interesse em aumentar sua área produtiva, especialmente entre aqueles que não dispõem de rede de eletrificação para o funcionamento de pivôs centrais. A maioria das fazendas tem pedido de outorga encaminhado ao INEMA, mesmo sem acesso atual à energia elétrica. Com a possibilidade de implementação de energia e de obtenção dos termos de outorga já solicitados, a tendência é de que as áreas plantadas e irrigadas desta região aumentem.

⁸ Considerando-se o consumo de aproximadamente 280.000 litros/pivô/hora (8 horas/dia de irrigação em média), conforme informado pelos entrevistados, as fazendas 5 e 6 consomem cerca de 228.480 m³ de água por dia do rio Formoso. Brannstrom (2005) calcula que cada pivô central da região irriga em média 100 hectares, o que equivale ao consumo de 7.000 a 8.000 m³ de água por dia, suficiente para abastecer cerca de 42.000 habitantes da Bahia.

Tabela 2: Área irrigada, número de pivôs centrais de irrigação e valores estimados de consumo hídrico pelas fazendas de pivô estudadas (n=9 entrevistas).

| Fazenda/consumo hídrico | Área irrigada (ha) | Número de pivôs | Consumo de água (m ³) |
|-------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------------------|
| Fazenda 5 | 4.070 | 34 | 76.160 |
| Fazenda 6 | 8.340 | 68 | 152.320 |
| Fazenda 7 | 2.565 | 17 | 38.080 |
| Total | 14.975 | 119 | 266.560 |

Os produtores rurais entrevistados têm uma narrativa centrada no desenvolvimento nacional, pois alegam que a produção de grãos para exportação contribui consideravelmente para o aumento do PIB do Brasil, além de sua importância crucial para a segurança alimentar mundial. Os discursos revelam um posicionamento político ideológico neoliberal, em que o Estado é visto como um empecilho para o desenvolvimento, especialmente pelo excesso de burocracia e de fiscalização ambiental e trabalhista. Ademais, as narrativas destacam a “vocação” natural do Cerrado para produção de alimentos e a vastidão de terras agricultáveis disponíveis para esse fim. Por fim os grandes proprietários acreditam atender ao imperativo da sustentabilidade ambiental, através do cumprimento da legislação ambiental via novo Código Florestal (CF).

De acordo com Brannstrom & Brandão (2012), a natureza é central no discurso dos produtores de soja, que enfatizam seu compromisso com o cumprimento da legislação ambiental vigente. Este discurso incentiva a compensação ambiental que possibilita a futura expansão da soja, através da conformidade ambiental com o novo Código Florestal. Em particular, o CF de 2012 incentiva este sistema de compensação de RL ao flexibilizá-lo: se antes a compensação tinha que operar na escala da microbacia, agora passa a operar na escala do bioma. Estados como Goiás estão elaborando sua própria legislação para organizar um sistema de bolsa de valores dos ativos ambientais, e uma grande quantidade de atividade especulativa ocorre neste novo mercado (AUBERTIN, 2013). A produção de conhecimento, particularmente a cartografia do uso da terra no Cerrado, ajuda a exacerbar essas tensões. Os mapas simplificados e oficiais de uso da terra classificam o uso do solo em termos binários - área desmatada ou vegetação natural - obscurecendo assim os usos tradicionais da terra, localizados em áreas elegíveis para compensação ambiental (ELOY *et al.*, 2016).

A descentralização e a flexibilização das normas ambientais para o agronegócio

Desde meados dos 1980 existe uma tendência mundial para a descentralização da governança dos recursos naturais (LEMOS & AGRAWAL, 2008). No Cerrado, os mecanismos de governança ambiental para a conservação do bioma têm sido pautados na criação e

implementação de áreas protegidas, licenciamento ambiental e Reserva Legal via Código Florestal.

Com relação ao processo de licenciamento ambiental vigente, observa-se que a descentralização da governança tem favorecido uma flexibilização das normas ambientais, negociadas entre a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e as agências estaduais desde 2003 (Quadro 1). No antigo Código Florestal de 1965 (BRASIL, 1965), vigente até abril de 2012, os agricultores eram obrigados a solicitar uma licença para o desmatamento de até 80% de suas terras, obrigatória para obter crédito bancário. No entanto, muitos empresários não conseguiam a autorização pela falta de capacidade de atendimento dos órgãos estaduais ou pela falta de interesse dos próprios fazendeiros por demandá-la. Logo, a AIBA começou a negociar com as agências estaduais, a partir de 2003, um sistema de licenciamento simplificado (BRANNSTROM, 2009).

Quadro 1: Flexibilização das normas de licenciamento ambiental para o desmatamento e a outorga de recursos hídricos no Estado da Bahia

| Normativa | Características |
|---|--|
| Lei no. 9.433/97 | As outorgas de direito de uso de recursos hídricos estão entre os instrumentos de gestão administrativa previstos pela Política Nacional de Recursos Hídricos |
| Lei Estadual de Meio Ambiente nº 7.799/2001 | Criação do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia (SEIA) |
| Lei Estadual nº 10.431/2006 | Regulamenta a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia |
| Decreto Estadual nº 11.235/2008 | Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431/2006, e da Lei nº 11.050, de 6 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas, e dá outras providências |
| Lei Estadual nº 12.212/2011 | O SEIA consolida-se como Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (Art. 113). |
| Lei Estadual nº 12.377/2011 | Cria o licenciamento ambiental simplificado |
| Decreto Estadual nº 14.024/2012 | Aprova o regulamento da Lei nº 10.431/2006, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Cria o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), o CAR da Bahia |
| Decreto Estadual nº 15.180/2014 | Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental – PRA dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia. |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Decreto Estadual nº 15.682/2014 | Isenta os empreendimentos e atividades agrossilvipastoris (pecuária, agricultura e seus consórcios) de se submeterem ao licenciamento ambiental. |
| Decreto Estadual no. 16.963/2016 | Submete os novos empreendimentos já consolidados ao “procedimento especial de licenciamento ambiental”, que se limita à simples exigência de declaração eletrônica de conformidade à legislação |

O licenciamento ambiental simplificado foi concedido por meio da Lei Estadual nº 10.431/2006 (BAHIA, 2006), posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 12.377, de 28 de dezembro de 2011 (BAHIA, 2011b). O governo do estado da Bahia, não satisfeito com o licenciamento simplificado concedido, publicou em 2014 (após o novo CF), o Decreto Estadual nº 15.682/2014 (BAHIA, 2014b), que isenta os empreendimentos e atividades agrossilvipastoris de se submeterem ao licenciamento ambiental. Em 2016, o Estado da Bahia publicou o Decreto Estadual no 16.963/2016 (BAHIA, 2016b), que submete os novos empreendimentos já consolidados ao denominado “procedimento especial de licenciamento ambiental” que, em verdade, limita-se à simples exigência de declaração eletrônica de conformidade à legislação. O modelo “autodeclaratório” eletrônico, a partir do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), que permite a regularização ambiental do imóvel rural, incluindo o cadastro da Reserva Legal (RL) e a regularização de passivos ambientais, representou um dos maiores retrocessos ambientais. O CEFIR inclui a solicitação de autorizações referentes tanto ao licenciamento ambiental quanto à outorga de uso dos recursos hídricos.

No caso de desmatamento, o proprietário da área com cobertura vegetal a ser suprimida entra com um requerimento no Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA), autorizado eletronicamente pelo INEMA regional⁹, eximindo o Estado da responsabilidade de licenciamento *in loco*. Tal procedimento resultou em uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal em 07 de outubro de 2016, tentando invalidar o Decreto no. 15.682/2014, entretanto a decisão judicial permanece indeterminada.

A proposição de uma política de ocupação do Cerrado com base na legalização da Reserva Legal conforme novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) tem sido criticada por anistiar o passivo ambiental dos desmatamentos ocorridos antes de 2008. Ademais, tal política não tem se mostrado efetiva no controle do desmatamento e na redução da perda de biodiversidade do bioma (DURIGAN & RATTER, 2016). Embora a AIBA não exerça uma ação direta no território do REVIS¹⁰, a organização atua na região do Oeste Baiano como um todo.

⁹ O INEMA possui nove Unidades Regionais (UR) no interior da Bahia. O INEMA UR Santa Maria da Vitória atende 16 municípios em termos de licenciamento e fiscalização, incluindo Cocos e Jaborandi, onde se localiza o território do REVIS.

¹⁰ As organizações que representam os fazendeiros com atuação mais local no território do REVIS incluem a Associação dos Produtores do Rio Pratudão (APRUP) e a Associação dos Produtores do Alto Jaborandi (APRAJ).

De modo geral, a organização exerce influências diretas sobre as legislações federal e estadual, através da participação nas reuniões da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como Bancada Ruralista. Segundo Brannstrom (2005, 2009), a AIBA é responsável por uma governança ambiental do tipo híbrida, influenciando tanto os meios quanto os objetivos da política pública. Seus representantes participam de diversos comitês e conselhos nos níveis municipal, estadual e federal estabelecidos desde 2002 que tratam da gestão de bacias hidrográficas, licenciamento ambiental e de outras políticas ambientais.

Com relação à água, os procedimentos de outorga concedidos pelo Estado da Bahia têm seguido um processo de descentralização análogo ao licenciamento ambiental terrestre. A AIBA se faz presente em diversas instâncias decisórias (estadual, federal) como representante do setor agrícola irrigado¹¹. Como observado por Brannstrom (2005), a intensificação do uso das águas superficiais e subterrâneas para a irrigação por pivôs centrais no oeste baiano tem se dado num contexto de procedimentos vagos de licenciamento e de regulamentação deficiente, com impactos ambientais desconhecidos.

Nas últimas décadas, a governança dos recursos naturais foi caracterizada por uma tendência à descentralização (BIXLER, 2014; DUPUIITS, 2015). As democracias liberais ocidentais têm exibido uma tendência geral para transferir poder, conhecimento e controle de autoridades formais aos atores privados (UGGLA, 2017). Esta forma de descentralização implica na transferência de responsabilidade aos atores para responder voluntariamente às questões socioambientais (SHAMIR, 2008). Com base na implementação de instrumentos de gestão ambiental mais eficientes, tornaram-se mais comuns, por um lado, as formas emergentes de governança descentralizadas de natureza híbrida, multinível e cross-setorial, baseadas em parcerias entre agentes públicos e privados¹² e, por outro lado, a mobilização de incentivos individuais característicos de instrumentos de regulação baseados no mercado (LEMOS & AGRAWAL, 2008).

A popularidade dos instrumentos de regulação com base no mercado relaciona-se à insatisfação geral com velhos instrumentos de política; à influência, transferência e difusão dos paradigmas de governança emergentes baseados no institucionalismo neoliberal e nos acordos comerciais liberais; e à necessidade de inovações de mercado que mantenham as economias nacionais competitivas em um mundo globalizado (LEMOS & AGRAWAL, 2008). Por outro lado, como observado por Andersson & Gibson (2006), há preocupações sobre o grau em que os processos do mercado minam os objetivos sociais relacionados a níveis mais

¹¹ Entre as representações de gestão hídrica em que a AIBA se faz presente destaca-se o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM), Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBHG), Fórum Nacional de Irrigação e Grupo de Trabalho de Vazão (Souza, 2017).

¹² Lemos & Agrawal (2008) identificam três tipos de parcerias: co-manejo, como forma de colaboração entre agências estatais e comunidades, parcerias público-privadas entre atores do mercado e agências estatais, e parcerias sociais-privadas entre atores do mercado e comunidades.

elevados de participação democrática, criam problemas de acesso desigual aos recursos, e levantam o espectro da falta de responsabilização.

Outra questão relacionada à flexibilização das normas ambientais para o agronegócio diz respeito aos agrotóxicos, que tem crescido vertiginosamente nos últimos anos no Brasil. O Estado da Bahia, por exemplo, consumiu mais de 49.108.595 litros de agroquímicos em 3.643.888 hectares de área plantada em 2015, ocupando o 8º. lugar entre os estados que mais consomem agrotóxicos no país (PIGNATI *et al.* 2017).

No final dos anos 1980, a “Lei dos Agrotóxicos” representou uma vitória do movimento ambientalista e da agricultura alternativa contra a pressão da indústria pela adoção do termo “defensivos agrícolas” (LONDRES, 2011). Entretanto, nos últimos anos a bancada ruralista tem investido intensamente na construção de instrumentos legais para a flexibilização da regulamentação dos agrotóxicos, seja em relação ao registro, à fiscalização, ao monitoramento, à avaliação ou ao comércio. O Quadro 2 ilustra as pressões recentes pelo desmonte da atual legislação ambiental de controle ao uso de agrotóxicos. Dentre os 60 projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso Nacional com objetivo de flexibilizar o marco legal existente, merece destaque o PL 3200/2015 (BRASIL, 2015b), que tem por objetivo de revogar as Leis nº 7.802, de 1989 e 9.974, de 2000, alterando completamente o sistema normativo de agrotóxicos no país. O “pacote do veneno”, como ficou conhecido esse projeto de lei, prevê alterações radicais e potencialmente danosas à saúde ambiental e humana, incluindo a permissão da utilização de produtos não registrados no Brasil e a permissão do uso de produto equivalente (produto técnico similar ao registrado); a avaliação de risco no lugar de avaliação de perigo presente, de modo que seja concedido registro aos produtos com características carcinogênicas, teratogênicas ou mutagênicas; e a substituição do termo agrotóxico por produto fitossanitário e de controle ambiental, entre outros (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Quadro 2: Flexibilização das principais normativas ambientais quanto ao uso de agrotóxicos

| Normativa | Características |
|--|---|
| Constituição Federal de 1988 - Artigos 196 e 225 | <p>Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.</p> <p>Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.</p> |

| | |
|---|---|
| Lei nº7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei dos Agrotóxicos) | Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. |
| Lei no 9.974, de 6 de junho de 2000 | Resolve sobre a utilização, a importação, a exportação e o destino final dos resíduos e embalagens. Art. 15: exige a tripla lavagem de recipientes agroquímicos vazios para serem coletados e reciclados. |
| Decreto Nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 | Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 |
| Decreto nº 5.981 de 6 de dezembro de 2006 | Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº7.802, de 11 de julho de 1989. |
| Instrução Normativa nº 2/2008 – MAPA | Restrições quanto às distâncias mínimas que as aeronaves devem manter de populações e cursos d'água |
| Projeto de Lei n. 3.200/2015 | "Pacote do Veneno", substitui o termo agrotóxico por "fitossanitário" e cria a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários, que reduz o papel da ANVISA e do IBAMA no processo de avaliação e registro de agrotóxicos ¹³ |

As normas ambientais para as comunidades locais e a grilagem verde

O foco das políticas públicas ambientais no Cerrado sobre o controle do desmatamento (via Código Florestal) e a proibição do uso de recursos naturais em áreas protegidas tem penalizado sobretudo as populações tradicionais (ELOY *et al.*, 2016), invisibilizando a gravidade de riscos ambientais como a escassez hídrica pela remoção da vegetação nativa e intensificação da agricultura irrigada, além da contaminação das águas superficiais e subterrâneas por agrotóxicos.

Os agricultores camponeses que vivem no interior do REVIS, que consiste numa UC de proteção integral, estão sujeitos às normativas ambientais federais, muito mais rígidas e restritivas que as normativas estaduais aplicadas ao agronegócio. Segundo o art. 13 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), embora essa categoria permita a existência de propriedades privadas em seu interior, tais propriedades devem ser compatíveis com os objetivos de conservação da fauna e da flora, sob o risco de desapropriação pelo ICMBio.

Atualmente, os sistemas produtivos locais dos agricultores camponeses ficaram quase totalmente restritos aos quintais e cultivos nos brejos. Souza (2017) relata que as *roças*

¹³ Atualmente, os órgãos responsáveis pela avaliação dos agrotóxicos no Brasil são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA/Ministério da Saúde.

de esgoto (ou *roças de brejo*) consistem nos sistemas de maior agrobiodiversidade¹⁴ e relevância em termos de segurança alimentar, ocupando de 0,4 hectares a 2 hectares por área de cada propriedade familiar. Os sistemas de manejo para o plantio são baseados na drenagem do solo e no uso controlado do fogo com vistas a aumentar a fertilidade dos terrenos. Entretanto, com a redução das áreas agriculturáveis, o sistema de pousio reduziu de 8-10 anos para 2-3 anos, o que tem comprometido a capacidade de recuperação dos ecossistemas, exigindo cada vez mais adubação química.

Na REVIS Veredas do Oeste Baiano, os camponeses que mantiveram suas áreas conservadas são penalizados por diversos motivos: primeiro, pela falta de reconhecimento público da conservação ambiental nas suas áreas; segundo, porque os agricultores que não desmataram suas áreas completamente antes da criação da UC, agora são impedidos de fazê-lo; e terceiro, pelo impedimento do uso tradicional do fogo no manejo de seus sistemas produtivos.

As poucas áreas preservadas de Cerrado, que coincidem justamente com as áreas de veredas onde residem as comunidades, têm sido alvo de “grilagem verde” (*green grabbing*) pelos proprietários rurais que desmataram seus Cerrados. Os fazendeiros preferem adquirir novas áreas de RL ao longo dos cursos d’água, em geral áreas de veredas, inaptas à produção monocultora devido ao relevo acidentado e de difícil utilização de máquinas, porém com acesso aos mananciais hídricos (lembrando que vários irrigantes utilizam água captada diretamente do rio).

Outra observação em relação às restrições ambientais consiste na aplicação da política do ‘Fogo Zero’ que prevalece nas UCs do Cerrado, cuja estratégia de evitar, combater ou extinguir todo e qualquer fogo é contraditória à história evolutiva dos ecossistemas do Cerrado. Além disso, a proibição de uso do fogo como ferramenta produtiva e de manejo da paisagem gera conflitos entre os órgãos gestores e as comunidades locais (ELOY *et al.*, 2016).

Percepções das comunidades locais com relação aos impactos do agronegócio

De modo geral, os agricultores camponeses apontam para o esgotamento dos recursos hídricos, a intensificação do desmatamento, a falta de fiscalização ambiental sobre uso de água e de agroquímicos, e suas diversas consequências para a saúde, segurança alimentar e destruição irreversível de ecossistemas. Os impactos ambientais citados pelos entrevistados/as incluem a perda de plantios dos roçados pelas aplicações de herbicidas, a

¹⁴ Pelo menos 25 espécies são cultivadas nos roçados, com destaque para a elevada variabilidade genética do feijão, mandioca, banana e milho, entre outros (Souza, 2017). A autora identificou ainda 102 espécies cultivadas nos quintais, importantes por propiciar uma produção frutífera e de hortaliças, além da criação de galinhas.

destruição da vegetação nativa, o secamento das veredas, a contaminação dos corpos d'água, incluindo as nascentes, canal dos rios e lençóis freáticos, os prejuízos à saúde dos seres humanos e animais, dentre outros. Como exemplo, a morte de buritis, cujas folhas adquirem um aspecto amarelado, tem sido atribuída ao rebaixamento do lençol freático e à aplicação dos herbicidas disseccantes.

Com relação às mudanças no volume de água dos rios e das nascentes, a percepção do/as entrevistado/as é unânime com relação à redução da vazão hídrica dos rios depois da chegada das fazendas. Cerca de 90% das pessoas associam a diminuição do volume de água dos rios aos pivôs centrais e/ou poços artesianos utilizados para irrigação pelo agronegócio (*fazendas*), ao passo que outros 60% associam a redução da vazão hídrica à diminuição das chuvas e/ou à maior irregularidade do período chuvoso. Uma parcela menor (25%) relaciona a redução do volume hídrico dos rios e o desaparecimento das nascentes ao desmatamento associado à expansão do agronegócio. A abertura de poços artesianos e pivôs centrais como causa principal para a redução da vazão hídrica dos rios é evidenciada nas narrativas dos agricultores:

*“Imagina a **Dileta** e a **Celeiro** que são duas fazendas grandes, e não param, é dia e noite funcionando, quando não tem o feijão tem o algodão, tem soja, tem milho, tem tudo... o **Formoso** hoje dá dó, e agora você chora só de ver... o rio Formoso dava 4 metros de fundura... e dos três era um dos mais fortes, era o Formoso e o Corrente... as pedras estão tudo de fora, é difícil você ver naqueles remansos onde era aqueles poço antigamente que dá alguma fundura desse pauzinho... tem dia que você cedo passa o rio tem bastante água, você volta no horário de meio dia, duas horas... você chega o rio não dá três palmos de água... em vez da água descer ela volta pros pivôs quando liga as bombas, chupa tudinho”* (Agricultor 1, Pratudinho, 01/05/2017).

Os agricultores camponeses associam o desaparecimento de nascentes e lagoas, bem como secamento das veredas, ao surgimento dos poços artesianos, a partir da década de 2000. Cabe ressaltar que os desmatamentos se devem também às atividades pregressas, a partir de concessões florestais do governo para o plantio de eucalipto próximo às nascentes dos rios no norte de Minas Gerais e oeste da Bahia (NOGUEIRA, 2017).

Por fim, parte dos entrevistados associa mudanças no regime das chuvas à supressão da vegetação, o que implica em veranicos mais longos e imprevisíveis, além de chuvas mais esparsas:

*“...eu era criança conheci a lagoa Feia [nascente do rio Pratudinho na atual **Fazenda Nordeste**] que se perdia de vista, a visão que a gente tinha era de um mar... onde hoje é vereda tudo era água... você via o olho d'água na estrada... nós que não conhecíamos o que era mar, e nossos pais falavam mar... aqui era o mar... e hoje você chega lá só vê terra, poeira, pode andar de carro lá... o que os meus netos vão ver?”* (Agricultor 3, Brejão, 30/04/2017).

Outro impacto associado ao agronegócio relaciona-se ao surgimento de diversas pragas (“doenças”), há cerca de 10 a 15 anos, especialmente da mosca branca (*Bemisia tabaci*), que ataca diversas culturas de subsistência, especialmente o feijão, o milho e a abóbora, ocasionando a perda de até 100% dos plantios. As fazendas constituem um marcador temporal da chegada de pragas que antes não existiam. Os ataques são intensificados durante o período de “combate” às pragas nas fazendas, o que acaba fazendo com que o REVIS funcione como “refúgio das pragas”.

Embora parte considerável dos informantes tenha compreensão dos efeitos prejudiciais dos agrotóxicos à saúde ambiental e humana, a dependência econômica dos empregos gerados faz prevalecer uma postura passiva em relação aos impactos negativos ocasionados pelo agronegócio. A dependência financeira é a maior de todas, tendo em vista que algumas famílias atualmente ainda há a prestação de serviços de baixa remuneração e de grande esforço físico e de forma temporária nas fazendas (ex. cata de raízes e cata de grãos).

Considerações finais

Nos últimos 20 anos, a expansão da fronteira agrícola no oeste baiano tem se caracterizado pela crescente globalização e financeirização da produção de soja, bem como pela descentralização das normas ambientais, acelerando o processo de expansão e apropriação dos recursos naturais (terra e água), incluindo a grilagem verde dos espaços remanescentes habitados por populações tradicionais. Por outro lado, as comunidades locais no território do REVIS Veredas do Oeste Baiano estão sujeitas às normas ambientais federais muito mais restritivas, incluindo o SNUC e a política de fogo zero. Cabe ressaltar ainda que a territorialização do agronegócio não ocorre de modo homogêneo em diferentes regiões do MATOPIBA; no caso do Oeste da Bahia, por exemplo, a expansão é mais antiga, o que justifica (em parte) o agronegócio já consolidado.

O processo de descentralização da governança ambiental pode ter resultados diversos em diferentes contextos. No Estado da Bahia, a descentralização das normas ambientais tem propiciado uma flexibilização do licenciamento ambiental e do acesso aos recursos hídricos (outorgas). Em adição, a pressão da Frente Parlamentar (bancada ruralista), na escala nacional, pela liberação de agrotóxicos tem gerado um cenário preocupante de risco ambiental. As políticas de descentralização da governança dos recursos naturais têm sido motivadas por atores poderosos, cuja flexibilização das normas de licenciamento ambiental tem facilitado a expansão do agronegócio em áreas de vegetação nativa do Cerrado.

Segundo Lemos & Agrawal (2008), os resultados contingentes de mudanças na governança dependem da maneira como os atores locais mobilizam e estabelecem alianças em escalas sociopolíticas e administrativas de governança. Como observado pelos autores, sem salvaguardas eficazes contra o exercício arbitrário do poder localizado e de claras relações de responsabilidade, a descentralização pode levar a formas de desregulação ambiental. Outra preocupação ética em relação à descentralização reside na garantia de participação democrática, equidade social e sustentabilidade ambiental de longo prazo, pois o foco exclusivo na eficiência (mercado) pode produzir uma crescente mercantilização da natureza.

Finalmente, as dificuldades encontradas pelos pesquisadores e gestores ambientais para evidenciar associações entre a intensificação da produção de soja e os danos ambientais e sanitários em diversas escalas mostra que os meios de produção e circulação dos conhecimentos científicos são dominados pelo agronegócio na região, criando uma situação de desinformação que favorece a flexibilização das normas ambientais. Dessa forma, consideramos fundamental o fortalecimento das instâncias participativas (ex. comitês de bacias), bem como de redes científicas e políticas que estabeleçam protocolos de monitoramento socioambiental dos impactos exercidos pelo agronegócio no Cerrado.

Referências

ALBUQUERQUE, V.B.C. 2015. **Código Florestal, estratégias de alocação de reserva legal e dinâmicas territoriais no oeste da Bahia**: um estudo de caso em fazendas do agronegócio no município de Jaborandi. 2015. 70 f., il. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Sustentável—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20786>. Acesso em 26 de julho de 2017.

ANA (Agência Nacional de Águas). **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. Brasília: ANA, 2017. 86 p.

_____. **Levantamento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil - 2014**: relatório síntese / Agência Nacional de Águas. -- Brasília: ANA, 2016. 33 p.

ANDERSSON, K.; GIBSON, C. C. Decentralized Governance and Environmental Change: Local Institutional Moderation of Deforestation in Bolivia. **Journal of Policy Analysis and Management**, Vol. 26, No. 1, 99–123, 2006.

AUBERTIN, C. O surgimento do Bioma Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiás, v. 7, p. 5-24, 2013.

BIXLER, P. From Community Forest Management to Polycentric Governance: Assessing Evidence from the Bottom Up. **Society & Natural Resources**, v. 27, n. 2, p. 155–169, 2014.

BORRAS, S. Jr.; FRANCO, J. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: a preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n.1, p. 34-59, 2012.

BORRAS, S. Jr.; SAUER, S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

BRANNSTROM, C. Environmental governance in Latin America's modern agricultural Systems. In: Congress of the Latin American Studies Association, XXVIII, 2009, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267829424_Environmental_Governance_in_Latin_America's_Modern_Agricultural_Systems. Acesso em 20 de agosto de 2017.

BRANNSTROM, C. Environmetal Policy Reform on North-eastern Brazil's Agricultural Frontier. **Geoforum**, v. 36, n.2, p. 257-271, 2005.

BRANNSTROM, C.; BRANDÃO, P.R.B. Two hundred hectares of good business: Brazilian agriculture in a themed space. **The Geographical Review**, New York, v. 102, n. 4, p. 465-485, 2012.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em 16 de maio de 2017.

_____. Lei no. 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm. Acesso em 24 de agosto de 2017.

_____. Lei no 9.974, de 6 de junho de 2000. Altera a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9974.htm. Acesso em 28 de agosto de 2017.

_____. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Cria o Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano, nos Municípios de Jaborandi e Cocos, no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9781.htm. Acesso em 30 de março de 2017.

_____. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm. Acesso em 03 de julho de 2018.

_____. Decreto nº 5.981 de 6 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5981.htm. Acesso em 15 de junho de 2018.

_____. PL 3200/2015. Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=199662>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

BRASIL (Bahia). Lei nº 7.799, de 07 de fevereiro de 2001. Regulamentada pelo Decreto nº 7.967, de 05 de junho de 2001. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85693/lei-7799-01>. Acesso em 19 de junho de 2018.

_____. Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006. Regulamentada pelo Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <<https://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/85743/lei-10431-06>>. Acesso em 11 de março de 2017.

_____. Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 6 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=121250>. Acesso em 11 de março de 2017.

_____. Decreto nº 11.559, de 01 de junho de 2009. Institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/231786/decreto-11559-09>. Acesso em 11 de março de 2017.

_____. Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011a. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027676/lei-12212-11>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. Lei Estadual nº 12.377, de 28 de dezembro de 2011b. Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/legislacaoambiental/leis/lei-n-12377-de-28-de-dezembro-de-2011>. Acesso em 22 de abril de 2017.

_____. Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.oads.org.br/leis/3554.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. Decreto nº 15.180, de 02 de junho de 2014a. Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=270968>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. Decreto nº 15.682, de 19 de novembro de 2014b. Altera o regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado

pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277752>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. Portaria INEMA nº 11.292, de 13/02/2016a. Define os documentos e estudos necessários para requerimento junto ao INEMA dos atos administrativos para regularidade ambiental de empreendimentos e atividades no Estado da Bahia, revoga a Portaria INEMA nº 8578/2014 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/files/Portaria_de_Documentos_inclusao_RLP_RLI_ve_rsaofinal_aprovadaDIRRE.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2017.

_____. Decreto nº 16.963, de 17 de agosto de 2016b. Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=327607>. Acesso em 03 de junho de 2017.

CARNEIRO, F.F.; RIGOTTO, R.M.; AUGUSTO, L.G.S; FRIEDRICH, K; BÚRIGO, A.C. (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em 04 de julho de 2018.

CLAPP, J.; FUCHS, D. (Eds.). **Corporate power in global agrifood governance**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2009.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Série histórica da soja**. Safras 1976/77 a 2017/18. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=20>. Acesso em 24 de junho de 2018.

CORSON, C.; MacDONALD, K. I. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. **Journal of Peasant Studies**, vol. 39, n. 2, p. 263-283, 2012.

DUPOITS, E. Transnational Self-Help Networks and Community Forestry: A Theoretical Framework." **Forest Policy and Economics**, v. 58, p. 5–11, 2015.

DURIGAN, G.; J. A. RATTER. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. **Journal of Applied Ecology**, v. 53, p. 11-15, 2016.

ELOY, L.; AUBERTIN, C.; TONI, F.; LÚCIO, S.L.B.; BOSGIRAUD, M. On the margins of soy farms: traditional populations and selective environmental policies in the Brazilian Cerrado. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n.2, p. 494-516, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2015.1013099>. Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n, 2, p. 237-261, 2012.

GASPAR, M. T. P.; CAMPOS, J. E. G.; CADAMURO, A. L. M. Condições de infiltração em solos na região de recarga do sistema aquífero Urucuia no oeste da Bahia sob diferentes condições de usos. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 542-550, setembro de 2007.

GÓMEZ, S. (Ed.). **The land market in Latin America and the Caribbean: concentration and foreignization**. Santiago, FAO América Latina, 2012.

GRAIN. **Seized: the 2008 land grab for food and financial security**. Grain Briefing/Relatório, outubro de 2008 – disponível em <www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

HECHT, S. B. A nova ruralidade: globalização, camponeses e os paradoxos das paisagens. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, Paraná, n. 17, p. 141-160, jan./jun. 2008.

HECHT, S. B. Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier. **Development and Change**, v. 36, n. 2, p. 375-404, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2014. **Índice de organização territorial**. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/2014/. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

_____. **Censo 2010 Bahia**. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

LEMOS, M.C.; AGRAWAL, A. Environmental Governance. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 31, p. 297–325, 2008.

LONDRES, FI. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/agrotoxicos-no-brasil-um-guiapara-acao-em-defesa-da-vida.pdf>> Acesso em: 03 de setembro de 2017.

MEHTA, L.; VELDWISCH, G. J.; FRANCO, J. Introduction to the Special Issue: Water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources. **Water Alternatives**, v. 5, n. 2, p.193-207, 2012.

NOGUEIRA, M. **Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Brasília: Mil Folhas IEB, 2017. 204p.

OLIVEIRA, G.; HECHT, S. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.

OLIVEIRA, V.L.; BÜHLER, E. Técnica e natureza no desenvolvimento do agronegócio. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n.77, p. 261-280, mar/ago 2016.

PIGNATI, W. A.; SOUZA LIMA, F.A.N.; LARA, S.S.; CORREA, M.L.M.; BARBOSA, J.R.; LEÃO, L.H.C.; PIGNATTI, M.G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017.

PLOEG, D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372p.

RUDORFF, B.; RISSO, J. **Análise Geoespacial da Dinâmica das Culturas Anuais no Bioma Cerrado: 2000 a 2014**. Florianópolis, Agrosatélite Geotecnologia Aplicada, 2015.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão Agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SHAMIR, R. The Age of Responsibilization: On Market-Embedded Morality. **Economy & Society**, v. 37, n. 1, p. 1–19, 2008.

SOUZA, C. **Nos interstícios da soja**: resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano. 2017. 311 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/31432>. Acesso em 13 de março de 2018.

STRASSBURG, B. *et al.* Moment of truth for the Cerrado hotspot. *Nature Ecology & Evolution*. Macmillan Publishers Ltd, v. 1, article 0099, 2017.

URCOLA, H. A., DE SARTRE, X. A., VEIGA, I., ELVERDIN, J. & ALBALADEJO, C. Land tenancy, soybean, actors and transformations in the pampas: A district balance. **Journal of Rural Studies**, v. 39, p. 32-40, 2015.

ZOOMERS, A. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 2, p. 429-447, 2010.

Sobre os autores

Andréa Leme da Silva – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestrado em Ecologia pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP); pós-doutoranda e pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Pós-Graduação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília, campus de Planaltina; **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-9944-3052>

Cláudia de Souza –

Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Mestrado em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-8118-3528>

Ludivine Eloy – Graduação em Agronomia pelo Institut National Agronomique de Paris Grignon; Mestrado em Géographie et Pratique du Développement pela Université de Nanterre Paris X; Mestrado em Agronomia pelo Institut National Agronomique de Paris Grignon; Doutorado em Etudes des Sociétés Latini Américaines pelo Institut des Hautes Etudes D'Amérique Latine; Atualmente é pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique; Pesquisadora colaboradora no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-6899-1993>

Carlos José Sousa Passos – Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Ciências Ambientais pela Universidade de Quebec em Montreal (UQÂM, Canadá); Docente na Universidade de Brasília (UnB); **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-0553-9342>

Como citar este artigo

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos

sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Andréa Leme da Silva** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda e terceira autoras **Cláudia de Souza** e **Ludivine Eloy**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o quarto autor **Carlos José de Sousa Passos**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 08 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 01 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 04 de agosto de 2018.

Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba

Arilson Favareto

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: arilson.favareto@ufabc.edu.br

Louise Nakagawa

Greenpeace Brasil – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: louise.nagakawa@gmail.com

Suzana Kleeb

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: skleeb@uol.com.br

Paulo Seifer

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: paulo.seifer@gmail.com.

Marcos Pó

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.
e-mail: marcos.po@ufabc.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada no Matopiba, como é conhecido o território situado na fronteira de expansão do agronegócio brasileiro na porção nordeste do bioma Cerrado. O objetivo é apresentar evidências que permitam contestar o discurso predominante entre as organizações empresariais do setor e no senso comum, segundo o qual o desmatamento representaria um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso, se demonstra que é a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba que poderia ser posta em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção, predominam índices de pobreza e desigualdade superiores às médias estaduais, uma dinâmica econômica fortemente concentrada e especializada, com baixa capacidade de criação de empregos e de fortalecimento de laços econômicos locais. O estudo se apoia em análise de dados secundários aplicados a todos os municípios do território e em pesquisa de campo realizada em quatorze municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com a realização de mais de 150 entrevistas com representantes de diferentes segmentos sociais.

Palavras-chave: Matopiba; desenvolvimento territorial; desigualdades territoriais; impactos do agronegócio.

There is more poverty and inequality than well-being and wealth in the municipalities of Matopiba

Abstract

This article presents the results of research carried out in Matopiba, as it is known the territory located in the frontier of the Brazilian agribusiness expansion, in the northeast portion of the Cerrado biome. The objective is to present evidence to challenge the prevailing discourse among the business organizations of the sector and in the common sense, according to which

deforestation would represent an inherent cost to the economic and social progress of that region. Otherwise, it is shown that it is the proper idea of economic and social progress in Matopiba that could be called into question as, together with the increase in production, there is poverty and inequality rates higher than the state averages, an economic dynamic strongly concentrated and specialized, with low capacity to create jobs and strengthen local economic ties. The study is based on analysis of secondary data applied to all municipalities in the territory and field research carried out in fourteen municipalities of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia, with more than 150 interviews with people representing different social segments.

Keywords: Matopiba; territorial development; territorial inequalities; impacts of agribusiness.

Hay más pobreza y desigualdad que bienestar y riqueza en los municipios de Matopiba

Resumen

Este artículo presenta los resultados de investigación realizada en Matopiba, como es conocido el territorio situado en la frontera de expansión del agronegocio brasileño en la porción Nordeste del bioma Cerrado. El objetivo es presentar evidencias que permitan contestar el discurso predominante entre las organizaciones empresariales del sector y en el sentido común, según el cual la deforestación representaría un costo inherente al progreso económico y social de la región. A diferencia de esto, se demuestra que es la propia idea de progreso económico y social en el Matopiba que podría ponerse en cuestión, a medida que, junto con la elevación de la producción, predominan índices de pobreza y desigualdad superiores a los promedios de referencia, una dinámica económica concentrada y especializada, con baja capacidad de creación de empleos y de fortalecimiento de lazos económicos locales. El estudio se apoya en análisis de datos secundarios aplicados a todos los municipios del territorio y en investigación de campo realizada en catorce municipios de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahía, con la realización de más de 150 entrevistas con representantes de diferentes segmentos sociales.

Palabras-clave: Matopiba; desarrollo territorial; desigualdades territoriales; impactos del agronegocio.

Introdução, objetivos, hipótese e procedimentos metodológicos¹

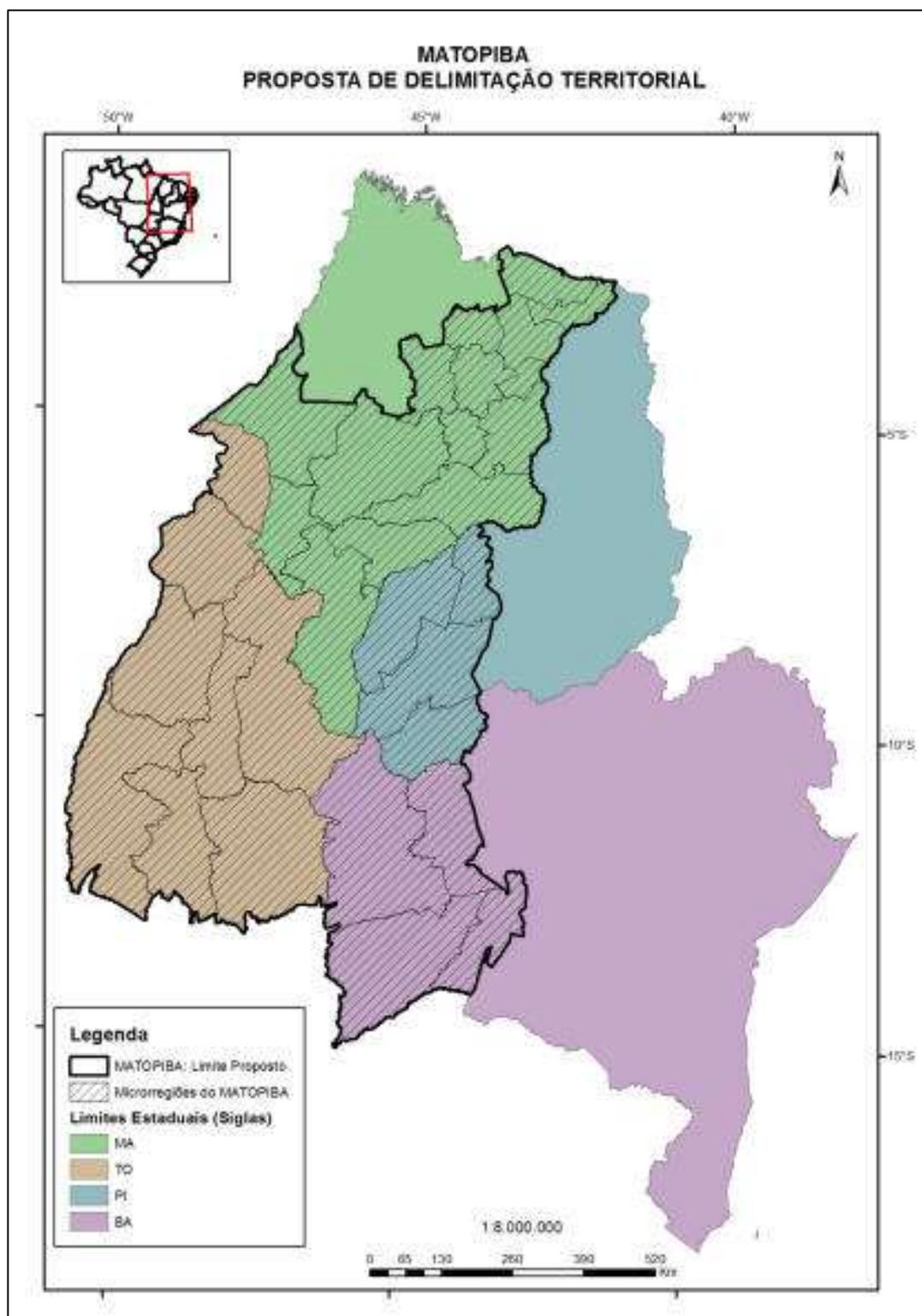
O que é o Matopiba

Matopiba é a denominação atribuída à vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí (vide figura1). Ali está a principal fronteira de expansão da agropecuária brasileira, além da Amazônia. São 337 municípios, em uma área total de 73 milhões de hectares. Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), viviam ali 5,9 milhões de pessoas. O PIB estimado perfazia R\$ 53 bilhões. A produção é, contudo, bastante

¹ Este artigo é uma versão sintética dos principais resultados de pesquisa sobre impactos territoriais da expansão do agronegócio no Matopiba, realizada em quatorze municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, entre 2017 e 2018. A iniciativa contou com apoio do Greenpeace e da CLUA – Climate and Land Use Alliance. Os autores agradecem os comentários, sugestões e críticas recebidos, embora sejam, como de praxe, os únicos responsáveis pelo conteúdo aqui veiculado.

concentrada: os dados apontam que apenas sete das trinta e uma microrregiões produziam mais da metade do PIB regional. Na safra 2013/2014 a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. As projeções indicam que este número deverá chegar a 22,6 milhões de toneladas no ciclo 2023/2024, com área plantada entre 8,4 e 10,9 milhões de hectares (Embrapa, 2017). Por conta desta expansão, a incorporação de novas terras também vem sendo bastante acelerada. Somente entre 2013 e 2015 foram subtraídos 18.962 km² da cobertura florestal do Cerrado, boa parte no Matopiba. Isso significa que a cada dois meses desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em florestas. O Matopiba não é só, portanto, uma região produtiva, mais que isso é um território exemplar no qual se pode vislumbrar, de maneira viva, um conjunto de contradições que marcam as formas de apropriação espacial nos marcos do modelo de desenvolvimento brasileiro atual, sobre as quais não são poucas as controvérsias sociais e científicas, como se verá a seguir.

Figura 1: Mapa de delimitação geográfica oficial do Matopiba

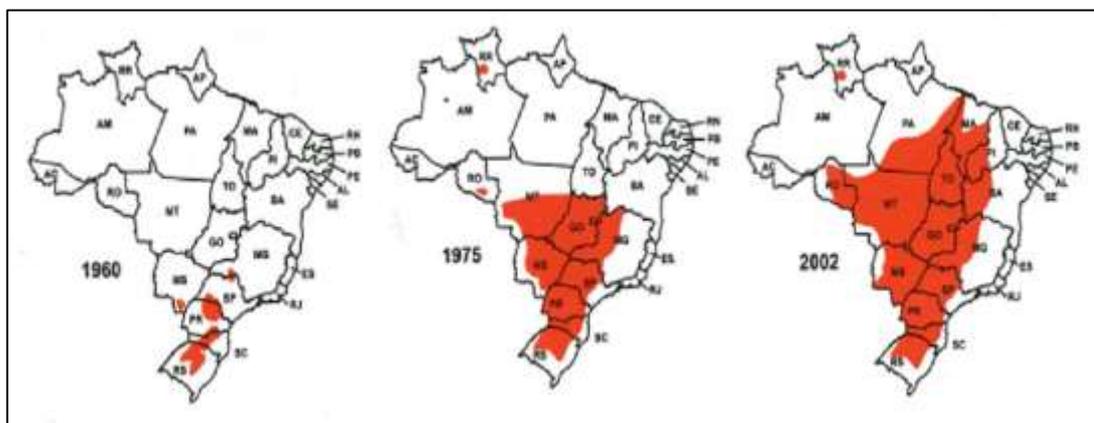


Reproduzido de Embrapa (2017).

As narrativas concorrentes sobre o Matopiba

A condição atual do bioma Cerrado é alarmante. Embora guarde 5% de toda a biodiversidade mundial, aproximadamente 50% da cobertura florestal original deste bioma já se perdeu. Isto aconteceu mais acentuadamente após a adaptação de sementes que levou à vertiginosa ampliação da produção da soja no Brasil central, avançando mais recentemente em direção norte e nordeste (vide figura 2). Este ritmo de destruição o torna um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta. Algo extremamente preocupante face às mudanças climáticas globais, à erosão da biodiversidade e à questão hídrica, pois estão ali as nascentes de oito das doze bacias hidrográficas brasileiras. Sem falar nos direitos de populações tradicionais que têm seus modos de vida ameaçados pela transformação da floresta em pastagens e monocultivos agrícolas.

Figura 2: Evolução das áreas sob influência da produção de soja no Brasil



Reproduzido de JICA (2017).

Talvez por conta desses números, muitos trabalhos têm sido publicados nos últimos anos sobre este bioma, tratando parte destes problemas. Para citar apenas alguns, o relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018) aborda o tema da estrangeirização e da especulação de terras, também tratado anteriormente em Alves (2009), Frederico & Buhler (2015), Pereira & Pauli (2016), Castilho, Bassi & Vendrame (2017), Dulci (2017), Pitta, Boechat & Mendonça (2017). Relatório publicado pela ActionAid (2017) tem como foco os impactos da expansão do agronegócio sobre o meio ambiente e comunidades tradicionais, preocupação que fora analisada ainda em Alves (2015) entre outros. Em Alves (2015) também há vários artigos que tratam de temas variados como as migrações, as mudanças na rede de cidades ou a infraestrutura. Buainain, Alves, Silveira & Navarro. (2017) e Buainain, Garcia & Vieira Filho (2018) abordam as relações entre agropecuária e economia local. E vários trabalhos conduzidos no âmbito do GITE/Embrapa (2018) analisam as transformações produtivas locais e as perspectivas de expansão do setor.

Mas, se o crescimento da produção, as mudanças tecnológicas, a consequente alteração da paisagem, a perda de cobertura florestal e os conflitos socioambientais são aspectos razoavelmente conhecidos a partir destes estudos acima mencionados, o que se pode dizer a respeito dos impactos territoriais da expansão da fronteira agropecuária sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da região, para além de um olhar exclusivamente voltado à dimensão econômico-produtiva? O que acontece com o emprego, a pobreza, a desigualdade, entre outras dimensões da vida social local?

Na literatura mencionada há, de um lado, o discurso dominante a respeito da expansão da cultura da soja no Matopiba, que tem por portadores as principais organizações e lideranças do setor empresarial ou a ele ligadas. Nele se argumenta que tal atividade é fundamentalmente benéfica para a região, cujas características marcantes no período anterior à chegada dos investimentos na produção de soja eram justamente a baixa dinâmica econômica e a precariedade dos indicadores sociais. A acentuada remoção da cobertura florestal, criticada por ambientalistas, é reconhecida pelas organizações e agentes ligados àquele setor, mas apresentada como o “custo inerente ao progresso”, numa retórica coerente com a narrativa mais ampla sobre o uso dos recursos naturais nos biomas mais afetados no Brasil. Mais que isso, em resposta às críticas pela degradação ambiental, estas lideranças reiteradamente afirmam que o setor cumpre o que está na lei, em uma referência à alegada observância de destinação de terras com cobertura florestal para a formação das reservas legais, a adoção de instrumentos como o licenciamento ambiental agropecuário, quando exigido, ou o respeito às normas de uso de agrotóxicos e demais insumos químicos entre outros temas. Os casos de desrespeito aos preceitos legais são tratados como mera exceção. E o posicionamento político das organizações do setor, reivindicando o afrouxamento de alguns destes marcos legais, também não aparece neste discurso. Esta narrativa encontra correspondentes no ambiente acadêmico. Autores como Vieira Filho & Gasques (2016), ou boa parte dos artigos reunidos no volume organizado por Buainain, Alves, Silveira & Navarro (2014) consideram que apesar dos problemas econômicos, políticos e ambientais, o novo padrão de acumulação instalado na agricultura brasileira e praticado na fronteira de expansão do Cerrado é predominantemente positivo. Mais que isso, muitos autores agregam que estaria em curso uma mudança de comportamento no setor, com a adesão a práticas de conservação como plantio direto, certa diversificação em rotação de cultivos e novas tecnologias do que vem sendo chamado de agricultura de precisão.

Por outro lado, tendo como portadores parte significativa dos movimentos sociais e organizações de apoio aos trabalhadores e comunidades tradicionais, há o discurso oposto, no qual os aspectos negativos, certamente existentes, são mais enfatizados. Nesta segunda narrativa a ênfase tem sido posta nos efeitos da expansão da agropecuária sobre o meio ambiente e sobre estas populações mais pobres. Além da perda da cobertura florestal e da

erosão da biodiversidade o tema dos recursos hídricos vem ganhando relevo crescentemente. No Matopiba estes temas alçaram o Cerrado ao primeiro plano no discurso de organizações não governamentais que atuam nos temas socioambientais, pois está nesta região boa parte do que resta de vegetação nativa deste bioma. Também contribui para esta recente atenção o igualmente crescente interesse internacional por investimentos nesta área. A presença de grupos estrangeiros é cada vez maior à esteira dos processos de valorização de terras como ativo financeiro. A imagem que sobressai desta narrativa é de uma região cujos recursos naturais vêm passando por um processo acentuado de depleção sob formas violentas e com enormes prejuízos para as comunidades que antes dependiam destes mesmos recursos para manter seus modos de vida. Igualmente forte é a imagem de um território que vai passando gradativamente às mãos e ao controle de grupos transnacionais, diminuindo a autonomia e a soberania do país sobre recursos absolutamente estratégicos nos quadros de um futuro fortemente marcado pelas mudanças climáticas e por certa escassez de alguns valiosos recursos disponíveis no local, como a água, a terra e a biodiversidade. Uma narrativa que se expressa por meio de publicações das organizações sociais (Heck & Menezes, 2016; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2018; ActionAid, 2017) mas também encontra em trabalhos científicos seu respaldo (Pitta, Boechat & Mendonça, 2017; Pereira & Pauli, 2016; Alves, 2009).

Objetivo, problema e hipóteses desta pesquisa

O objetivo da pesquisa apresentada nestas páginas foi verificar se existem evidências na direção de argumentos que permitiriam pôr sob suspeição a narrativa dominante a respeito dos custos e dos benefícios da expansão da soja no Matopiba e, ao mesmo tempo, levar a perspectiva crítica a uma melhor consideração das contradições e ambiguidades existentes, condição necessária para o melhor encaminhamento de alternativas e soluções para os problemas elencados. O intuito foi compreender os impactos desta expansão do agronegócio no conjunto do território, entendido na sua pluralidade, para além de grupos sociais ou setores econômicos específicos. O que se pretende demonstrar – esta é a hipótese que guiou o estudo - é que a análise aprofundada da dinâmica desencadeada com a produção da soja e outros cultivos associados não corroboraria o discurso predominante entre os agentes do setor e no senso comum de que o desmatamento representa um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso, a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba é que poderia ser posta em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção e, em menor grau, da renda – e, sobretudo, por conta do modelo econômico pelo qual isso se dá –, estaria ocorrendo um aumento da desigualdade, a geração de uma dinâmica econômica fortemente concentrada e

especializada e, pois, com baixa resiliência ambiental e baixa capacidade de criação de empregos e de laços econômicos locais. Isto é, a dinamização local tão propalada é muito concentrada e restrita espacialmente e a certos setores. Além do custo ambiental haveria, portanto, um custo econômico e social de longa duração que estaria sendo mascarado por aparentes ganhos de curto prazo. Os ganhos de curto prazo, de todo modo, sim, existem, embora sejam ignorados por parte das narrativas antagônicas, o que indicaria igualmente sua insuficiência. São estes ganhos que explicam o apoio da sociedade a esta via de desenvolvimento, apesar de seus efeitos deletérios. Em síntese palavras, a região estaria se transformando em um enclave de produção de *commodities*, com efeitos positivos espacialmente limitados e sem benefícios duradouros para o tecido social do território em seu conjunto ou mesmo de forma predominante, algo ainda oculto ao julgamento do senso comum e à parte da literatura especializada.

Os procedimentos de pesquisa

Para testar a hipótese acima o estudo foi realizado em duas grandes etapas. A primeira se apoiou predominantemente no uso de dados secundários e a segunda envolveu um trabalho de campo em municípios situados em territórios selecionados nos quatro estados do Matopiba, além de entrevistas com informantes chave situados nas capitais e em Brasília.

A etapa baseada em dados secundários se realizou no segundo semestre de 2017. Foram reunidos mais de 70 indicadores para o conjunto dos municípios do Matopiba, analisados em contraste com as médias estadual e nacional obtidas para cada um destes indicadores. Este tratamento dos dados permitiu que se chegasse a uma tipologia das dinâmicas territoriais experimentadas pelos municípios. Foi possível avaliar se os efeitos territoriais da expansão da soja são unívocos ou se os efeitos mais benéficos se concentrariam em alguns poucos municípios polo. A tipologia permitiu também identificar áreas nos quatro estados onde seria possível observar efeitos recentes e efeitos consolidados, além de dinâmicas representativas de áreas com maior e com menor desmatamento. O intuito era saber o que sucede em termos socioeconômicos onde o desmatamento foi intenso e o que ocorre onde ainda há conservação de cobertura florestal. Também interessava saber o que se verifica onde tais mudanças já se consolidaram e o que se passa onde elas ainda estão num momento embrionário, de forma a separar, analiticamente, o que ocorre onde a expansão produtiva já é uma realidade de outras áreas, onde esta dinâmica ainda é incipiente, ou mesmo inexistente. Com base no mesmo tipo de preocupação foi adotado ainda outro procedimento adicional: um olhar mais detido sobre os dez municípios campeões da produção de soja. Estes vários procedimentos permitiram a seleção de algumas áreas que foram, posteriormente, visitadas por uma equipe de

pesquisadores especializados em análises territoriais, na etapa seguinte do estudo. Estes passos metodológicos visavam, além de dar visibilidade à heterogeneidade territorial, controlar os riscos de se olhar somente para áreas problemáticas ou para áreas mais dinâmicas e, equivocadamente, extrapolar para o conjunto do território algo típico de certas localidades.

Na segunda etapa foram então visitados quatro conjuntos de municípios, um em cada estado. Além da coleta de dados e informações gerais, foram entrevistados agricultores de diferentes estratos, representantes do poder público e representantes dos setores econômicos e da sociedade local. Foram percorridos aproximadamente sete mil quilômetros de estradas no Matopiba e visitadas treze localidades (na verdade, quatorze municípios, pois dois deles foram considerados em conjunto por conta de desmembramento relativamente recente de um deles). Isto permitiu um contraste de opiniões, o conhecimento *in loco* de áreas com características distintas e a observação de várias dimensões da dinâmica territorial. Ao todo, em torno de 150 entrevistas foram conduzidas entre os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 nos municípios a seguir. Em Tocantins: Arraias, Mateiros, Pedro Afonso e Campos Lindos. Na Bahia: Correntina, Formosa do Rio Preto, Barreiras/Luís Eduardo Magalhães. No Maranhão: Balsas, Carolina, Tasso Fragoso. E no Piauí: Uruçuí, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro. Estes aglomerados de municípios se situam nas microrregiões campeãs da produção da soja nos respectivos estados - com exceção de Tocantins, que não tem nenhum município figurando entre os mais destacados; ali o critério adotado foi buscar certa representatividade de áreas novas, mais consolidadas e outras onde ainda não chegou a expansão da soja. De forma complementar foram entrevistados informantes chave nas capitais dos estados e em Brasília ligados a: segmento empresarial (visando mapear narrativas, estratégias e inovações idealizadas pelo setor), organizações da sociedade civil, destacadamente organizações de representação dos trabalhadores e do movimento ambientalista (visando mapear narrativas críticas e eventuais embriões de formas alternativas de uso de recursos naturais em contraponto ao modelo da monocultura da soja), gestores e dirigentes de órgãos públicos (visando mapear as formas de reação favoráveis ou mitigadoras em implementação ou em gestação no âmbito do Estado). Os resultados obtidos constam do relatório *Entre as Chapadas e os Baixões do Matopiba - dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária nos Cerrados* ([fonte suprimida para preservar anonimato na avaliação], 2018). Nas páginas a seguir são apresentadas as principais conclusões produzidas, sob a forma de cinco postulados que condensam as mensagens mais importantes. A cada uma delas é dedicada uma seção.

Matopiba como uma criação do Estado empreendedor e patrimonialista

O setor empresarial costuma apresentar a história do Matopiba como um caso típico de heroísmo empreendedor, no qual apesar da omissão e ausência dos governos um grupo de agricultores sulistas teria migrado e desbravado a região e construído ali uma experiência de sucesso como resultado de seus próprios e exclusivos esforços. Mas a primeira conclusão do estudo, quase óbvia a quem conhece mais a fundo a realidade do chamado agronegócio nacional, é justamente a confirmação de que não se pode compreender os contornos do Matopiba sem remontar às formas de atuação do Estado brasileiro na constituição do padrão de acumulação capitalista típico da moderna agricultura de *commodities*.

Sob o ângulo mais formal, o Estado atuou diretamente na formação das condições de competitividade deste setor por meio de ao menos três vetores de intervenção (Muller, 1990; Bahia, 1985): i) a produção de inovações tecnológicas, destacadamente por meio da pesquisa agropecuária estatal, via Embrapa, que levou à adaptação da soja para seu cultivo em baixas latitudes e em condições climáticas como aquelas encontradas nos cerrados, algo inexistente até meados dos anos setenta, quando este produto só podia ser cultivado entre o Rio Grande do Sul e o Paraná; ii) a organização de um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural que foi responsável pela disseminação destas novas tecnologias entre os produtores rurais, de forma pública e gratuita; iii) a formação de um sistema nacional de crédito rural que financiou, de maneira subsidiada, a aquisição de terras e a adoção do pacote tecnológico baseado no uso de maquinário, sementes industriais e insumos químicos ofertados no período. Tal processo atendeu não somente às necessidades de uma classe média rural emergente formada por agricultores sulistas que migraram em direção ao Centro-Oeste, mas também se deu de forma a promover uma forte e intensa integração dos capitais agrário, industrial e financeiro, que estiveram na base do que a literatura chamou de Complexos Agroindustriais, dos quais a moderna produção de soja no Cerrado é expressão. Assim, não foi somente as diversas fases do Prodecer que se constituíram no meio pelo qual o Estado brasileiro atuou na moldagem atual do Matopiba, mas todo um padrão de acumulação que envolve tecnologias, sistema financeiro, organização institucional e infraestruturas. Em suma, uma vasta e custosa operação governamental de longo prazo. Algo muito diferente do que o discurso empreendedor do agronegócio gosta de propagar. Houve empreendedorismo, sim, mas com forte participação do Estado e das instituições governamentais.

Por outro lado, portanto, seria também incorreto atribuir tudo ao Estado. Nos marcos da ação governamental se mobilizaram capacidades e habilidades empresariais que tiveram em parte dos agricultores vindos do Sul do país seus portadores. Não se deve esquecer que uma parcela dos fazendeiros “gaúchos” que ocuparam o Matopiba são agricultores familiares

que se capitalizaram ao longo de três gerações e souberam aproveitar os incentivos públicos. O problema é que, junto deles, um grupo numeroso de velhos latifundistas também soube aproveitar os mesmos instrumentos e se mesclaram a essa classe de empreendedores individuais. Esse grupo de latifundistas pouco ou nada produz, mas se vale do poder político alicerçado na propriedade fundiária e no que ela significa como fonte de poder simbólico para transformar estes trunfos em formas de barganhar com o Estado benefícios que compensam sua ineficiência. A grilagem de terras e as reiteradas negociações de dívidas junto ao sistema financeiro, assumidas pelo Tesouro da União, são as faces mais conhecidas desta parte do empresariado que fazem com que, junto do Estado empreendedor, como chamado por Mazzucatto (2015), aquele que cria condições para que o investimento privado possa se instalar, se faça presente o velho Estado patrimonialista, aquele que atua não em prol de valores e benefícios sociais e universais, mas reproduzindo as condições e formas de dominação de setores tradicionais que teimam em se manter presentes em cada momento da história. O Matopiba é a síntese de todos estes processos, desta mescla nem sempre louvável que envolve interesses privados e a apropriação de recursos e incentivos públicos.

Box 1: O empreendedorismo “gaúcho”, o Estado empreendedor e o Estado patrimonialista

Nova Santa Rosa - Em um dos municípios mais destacados na produção de soja nas últimas décadas, Uruçuí, no sul do Piauí, se encontra um distrito local apresentado por muitos como símbolo da ocupação daquele território: Nova Santa Rosa. Sua gênese envolve a chegada da primeira leva de agricultores sulistas, os “gaúchos”, como são chamados ali, em fins dos anos 1990. O caso é narrado como uma típica história de empreendedorismo heroico. Algumas dezenas de famílias chegaram provenientes do Rio Grande do Sul, organizados pela cooperativa do município de origem, onde o esgotamento da fronteira agrícola só deixava aos filhos de agricultores a alternativa de migrar. Contrariaram conselhos e pedidos de familiares que consideravam loucura sair de sua terra natal rumo a um lugar desconhecido, distante e sem estrutura ou garantias. Ao chegar, passaram algum tempo vivendo sob barracas de lona. Eles mesmos criaram escolas, compraram geradores, abriram estradas. Os lotes iniciais tinham 300 hectares. A maioria das famílias que ainda estão no local tem atualmente entre 2 e 7 mil hectares. São chamados de “pequenos produtores”, quando comparados com outra área, no mesmo município, onde predominam propriedades bem maiores. Tudo isso, no entanto, só foi possível porque programas governamentais como o Prodecer criaram as bases para tal movimento de fronteira, com a adaptação das tecnologias de cultivo viabilizadas pela Embrapa, as condições de financiamento operadas por meio do Sistema Nacional de Crédito rural entre outros aspectos. Tais fatores tornaram atrativa a expansão da produção da soja e do milho nestas novas áreas de fronteira, atraindo estas famílias em busca de terras boas e baratas.

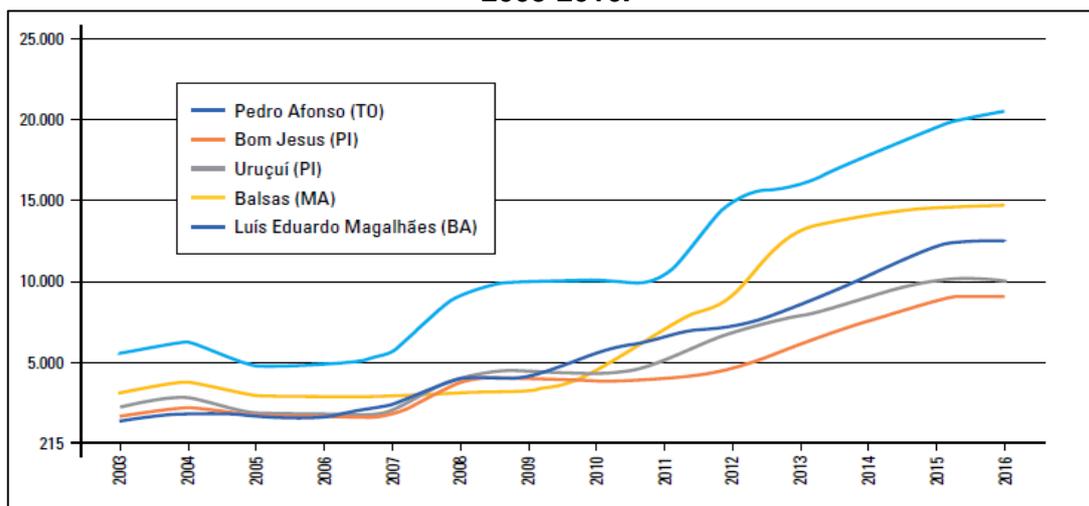
O outro lado no Sul do Piauí e Maranhão - A história recente no mercado de terras do Piauí, no entanto, remonta aos anos 1970, quando o governo estadual criou uma empresa de economia mista para distribuir terras ao setor privado. Em 1976 foram alienadas extensas áreas. Calcula-se algo em torno de dois milhões de hectares em cinco diferentes frentes naquela região. Estas áreas foram repassadas a particulares em glebas de até três mil hectares para pessoas físicas, e até vinte e cinco mil hectares para pessoas jurídicas. A motivação inicial era transformar aquela porção do território, até então com baixa dinâmica econômica ligada à pecuária extensiva, em polos de produção e beneficiamento de caju e produção de madeira. Anos mais tarde foi criado também o Instituto de Terras do Piauí, para realizar a distribuição de áreas menores, nas partes baixas. Ambos os projetos econômicos nunca foram adiante. Serviram apenas para colocar no mercado um amplo estoque de terras e para viabilizar o acesso de grandes fazendeiros e empresários a recursos subsidiados de bancos públicos, que emprestaram dinheiro em condições muito favoráveis, sem nunca receber de volta boa parte daquelas operações. Quando chega o movimento de expansão da fronteira agropecuária, como no caso dos “gaúchos” de Nova Santa Rosa, a região vive um emaranhado de posses e títulos, emitidos por ao menos cinco atores públicos diferentes: a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí (CODEPI), os cartórios dos municípios, prefeituras municipais, o Instituto de Terras (INTERPI), além do próprio Judiciário. Grandes empresas como a SLC Agrícola, SLC Land Co. e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), a Radar é uma empresa resultante da sociedade entre a Cosan S/A e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund). A SLC Agrícola S/A (sigla da Schneider Logemann Company) atua em todo o Matopiba. A SLC Land Co. é o braço imobiliário da SLC Agrícola S/A, em sociedade com o fundo de investimento inglês Valiance Capital. Estas empresas adquiriram terras na última década e meia, a partir de fazendas formadas no período anterior por colonizadoras que respondem a processos judiciais por grilagem, como é o caso da Codeca – Colonizadora De Carli, muito atuante no sul do Maranhão.

E as populações tradicionais? A história se repete, agora em Campos Lindos, Tocantins – Naquele município situado na divisa com o Maranhão as comunidades tradicionais se situam às margens das grandes fazendas de soja que hoje dominam o local, distantes cerca de uma hora e meia do núcleo urbano mais próximo. As histórias ouvidas repetem um mesmo roteiro: por gerações estas pessoas viveram ali, morando principalmente nas partes mais baixas, por onde passam os cursos d’água, cultivando seus pequenos roçados, criando o gado solto em áreas de uso comum. Até que, pouco mais de uma década atrás, o governo estadual resolveu implantar um projeto que prometia atrair investimentos externos. O suposto dono anterior das terras, apesar de improdutivas e praticamente sem benfeitorias, foi indenizado pelo Estado em valores muito superiores aos usuais. Os novos donos adquiriram as terras, agora públicas, mediante pagamento de um valor irrisório comparado aos preços praticados no mercado. Resultado: ganhou uma pequena fortuna o antigo proprietário de terras improdutivas, graças às indenizações; ganharam uma enorme valorização patrimonial os novos proprietários, ao adquirir vastas extensões a preços simbólicos; perdeu o Estado e, por conseguinte, a sociedade como um todo, que praticamente transferiram recursos públicos a estes velhos e novos proprietários fundiários; e perderam as populações locais, que vem sendo desde então privadas dos meios que até então garantiam sua sobrevivência. Um típico caso de funcionamento do patrimonialismo envolvendo as relações entre público e privado no Brasil. Reportagens e relatos dão conta de que entre os novos proprietários estão a família da ex-Ministra da Agricultura e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Katia Abreu e também um antigo dirigente da cooperativa de produtores rurais de Tocantins. Nenhum deles mora nas fazendas ou mesmo na sede do município, bastante precária, até recentemente sem contar sequer com agência bancária, apesar de ser um dos maiores produtores de soja do estado. Um bom indicativo de como muito pouco da riqueza produzida permanece no território. Este é o amálgama que envolve o empreendedorismo privado, o empreendedorismo estatal e as velhas bases do Estado patrimonialista. Tudo isso é o Matopiba.

Uma nova etapa da formação territorial: internacionalização e financeirização dos ativos ambientais

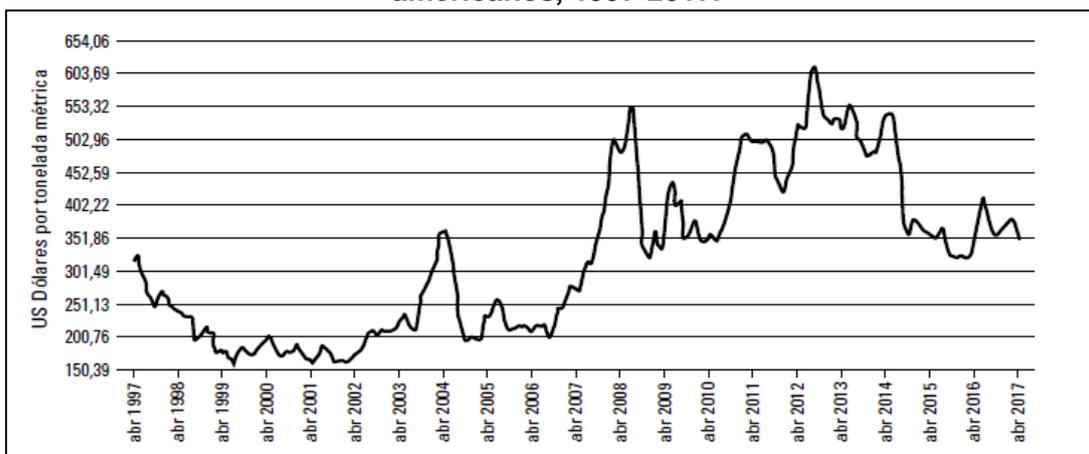
A segunda conclusão a que se pôde chegar no estudo diz respeito à imagem pública do Matopiba, como símbolo da expansão e da pujança do agronegócio *nacional*. Esta etapa, ao que tudo indica, está sendo deixada para trás; ou, se ainda é forte como discurso, no mínimo tal imagem vêm perdendo aderência à realidade. É importante sublinhar esta constatação porque parte da legitimidade conferida ao atual modelo econômico daquela região repousa justamente na afirmação deste interesse *nacional*: haveria custos sociais, mas esse seria um preço a pagar para afirmação de uma atividade empresarial levada adiante por produtores rurais representantes do gigantismo brasileiro na agropecuária. Ora, o que se observa é que, mais acentuadamente desde a crise financeira internacional, que eclodiu em 2007/2008, vem se moldando um novo momento na formação territorial, agora marcada por crescente internacionalização e financeirização dos ativos ambientais locais – terra, água e florestas. É verdade que os dados disponíveis são poucos e que o conhecimento acumulado e comprovado sobre este tema é ainda incipiente. Mas foi possível reunir um conjunto de evidências diretas e indiretas sobre a região que apontam para a crescente presença do capital internacional, ainda que de maneira velada, de forma a burlar as restrições da legislação para a aquisição de terras por estrangeiros. Foi possível também verificar de que forma os recursos naturais vão se descolando da sua função eminentemente produtiva para ter sua valorização determinada por um conjunto de outros processos moldados especificamente na esfera financeira e que podem envolver alto teor de especulação, como no caso das operações de securitização e contratação de mercados futuros, baseados em projeções de demanda e preços de mercado. Aspectos que vão muito além de fatores determinados pela produção e por mecanismos de oferta e demanda por *commodities*. O box 2 a seguir traz algumas informações sobre a presença destes grupos estrangeiros e os gráficos 1 e 2 indicam o relativo descolamento que há entre os preços das *commodities* e a valorização das terras. Os trabalhos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), Castilho, Bassi e Vendrame (2017), Dulci, (2017), entre outros, abordam com detalhes as injunções entre a dinâmica do setor financeiro e como isto leva à valorização dos ativos naturais no Matopiba.

Gráfico 1: Preços de terra de alta produtividade no Matopiba em reais por hectares, 2003-2016.



Reproduzido de Pitta, Boechat & Mendonça (2017), elaboração original de Débora Lima, a partir do Informa Economics/FNP. Preços corrigidos pelo IGP-M para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda).

Gráfico 2: Evolução anual do preço da soja na bolsa de Chicago, em dólares americanos, 1997-2017.



Reproduzido de: Pitta, Boechat & Mendonça (2017) com base em Banco Mundial, 2017.

Box 2: A crescente presença do capital financeiro e dos grupos internacionais controlando a terra e outros ativos ambientais no Matopiba

A presença do capital internacional na história da agropecuária brasileira não é recente. Então, o que há de novo neste processo? Segundo Dulci (2017), pelo menos duas características particularizam a situação atual. De um lado o *boom* de investimentos em terras em diferentes partes do mundo, de outro, vê-se que ele ocorre associado à multiplicidade de instrumentos financeiros disponíveis para sua realização e de agentes envolvidos nas transações. Lembra a autora que este cenário acontece junto com as crises hídrica, energética e climática e as crescentes preocupações com a segurança e a soberania alimentar das nações, questões cada vez mais presentes na agenda internacional. Mais ainda, é preciso também ter em mente os desdobramentos da enorme instabilidade provocada pela crise financeira que eclodiu em 2007/2008, com destaque para a reorientação de parte dos investimentos financeiros em direção a mercados e opções mais seguras e mais associadas a ativos materiais. Dados do Banco Mundial (2010) mencionados pela autora apontam que antes de 2008, a comercialização de terras crescia em média 4 milhões de hectares por ano. Entre 2008 e 2009, a demanda cresceu e mais de 56 milhões de hectares agrícolas foram comercializados, sendo mais de 70% concentrados na África. Números estes que podem estar subdimensionados, já que os governos têm frágil controle sobre as práticas de aquisições indiretas, que contornam as legislações nacionais. Estes fenômenos guardam, portanto, interdependência com os preços das *commodities* agrícolas e, conseqüentemente, das terras. Mas os preços, na atualidade, refletem mais do que a relação entre oferta e demanda destes produtos. Eles espelham também as condições e os custos de transporte, de armazenagem, de financiamento, a atuação de grandes empresas no processamento e na comercialização, e também as oscilações dos mercados de preços futuros. Informações sobre riscos, retornos e incertezas são fundamentais na montagem das carteiras de investimentos que, como aponta Dulci (2017), se comportam hoje como verdadeiros mosaicos de ativos financeiros. Os mercados de futuros, operações de securitizações (*hedgings*) já são o cotidiano do comércio das safras de *commodities* agrícolas a nível global. E é aí, segundo ela, que se apresenta a dimensão especulativa. Em suas palavras, na medida em que é fator de produção, mas também reserva de valor, a terra cria riqueza por meio de um processo de apreciação passiva que lhe confere simultaneamente as características de ativo produtivo e financeiro. Se a interdependência dos cultivos agrícolas com demais atividades dos complexos agroalimentares já é realidade desde o alavancar do processo de modernização da agricultura e a integração de capitais que foi promovido desde então, o que se destaca no período recente é a crescente participação dos setores não originalmente ligados ao agro, cada vez mais atraídos por esta valorização, como é o caso do capital imobiliário, os já citados fundos de investimentos, as empresas de promoção de serviços ambientais, para citar apenas alguns. Castilho, Bassi e Vendrame (2017) listam a presença de nada menos do que 38 empresas do agronegócio que contam com participação de capital internacional nos quatro estados do Matopiba, algumas delas envolvendo grupos e investidores como George Soros, Mitsubishi, JP Morgan, Credit Suisse, J. Safra, TIIA-Cref, entre tantos outros.

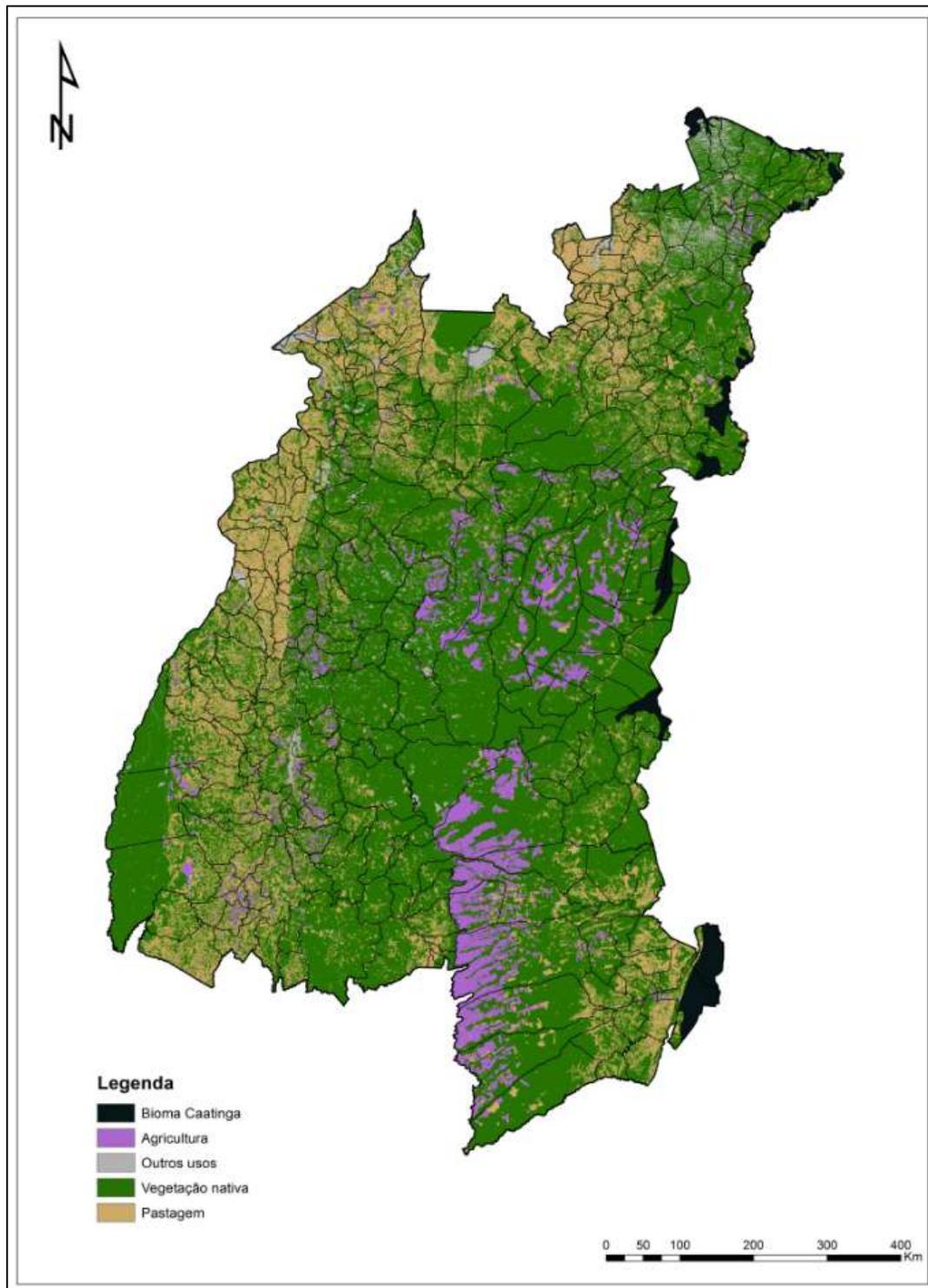
O resultado final deste agregado de fatores é uma condição na qual as formas de controle sobre estes recursos e sobre seu valor vão sendo cada vez menos determinadas por grupos econômicos nacionais ou mesmo pelo Estado brasileiro, com efeitos sobre a soberania territorial e sobre a segurança alimentar do país. Mas não se trata, vale destacar, somente de um problema político. Importam também para os impactos econômicos e sociais da atividade agropecuária no território. São muitos diferentes os fluxos criados e sustentados por uma rede de produtores que, mesmo cultivando em larga escala, residem no território e mantém laços com a população, com o comércio ou com o poder local, daqueles que se estabelecem a partir de grandes conglomerados cuja relação com o espaço de produção é de mera extração de rendas que não dinamizam a economia dos municípios. Com isso, tende a ser ainda maior concentração, não só da produção, como da riqueza e dos seus efeitos sociais. As conseqüências destas mudanças sobre o desenvolvimento territorial tendem a ser severas, à medida que significam uma maior drenagem da renda para fora do espaço regional, esterilizando ainda mais o tecido econômico e social local, como se verá na seção seguinte. Finalmente, significa ainda uma mudança no perfil dos produtores, com tendência à concentração da propriedade fundiária e à exclusão dos chamados “pioneiros gaúchos” do

Matopiba. Tal processo, claro, não se faz sem conflitos, como será mencionado na quarta conclusão, que diz respeito justamente às contradições do modelo em questão.

Sobre os impactos socioeconômicos: quatro Matopibas

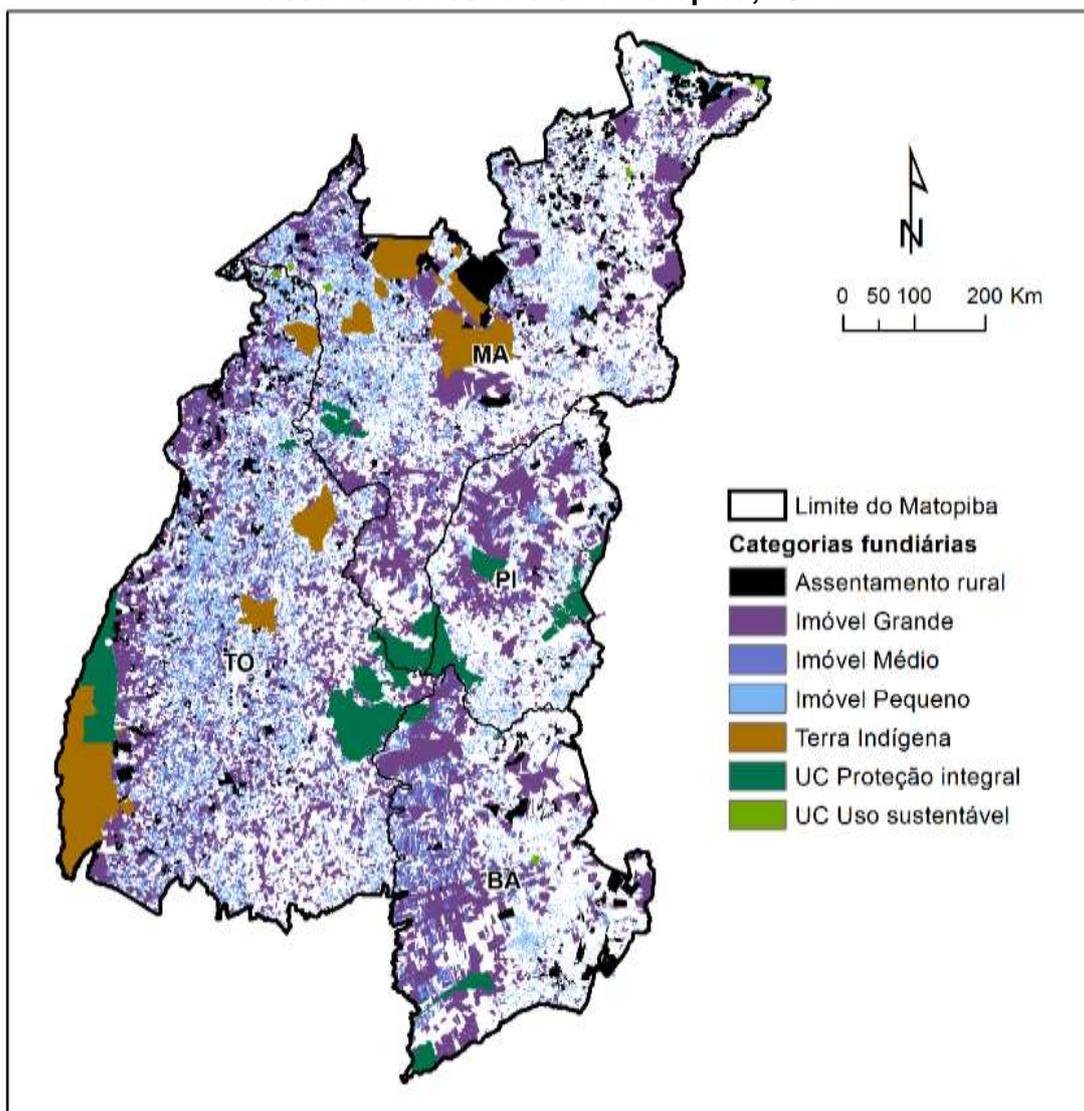
Antes de passar ao tema dos conflitos, e para melhor compreendê-los, cabe mencionar a terceira conclusão, que diz respeito especificamente à heterogeneidade dos impactos socioeconômicos deste modelo. Dois indicadores refletem o lado mais conhecido: o desmatamento e a concentração produtiva. Sobre o desmatamento, na introdução deste artigo já foram mencionados alguns dados que indicam a magnitude do problema. A figura 3 a seguir permite visualizar o padrão atual de ocupação do solo na região. Quanto à concentração produtiva, também já foi dito que apenas sete das trinta e uma microrregiões produziam metade do PIB regional. Na safra 2013/2014 a região produziu 18,6 milhões de toneladas de grãos. Na produção da soja a concentração é ainda maior: apenas cinco microrregiões produziam $\frac{3}{4}$ da produção regional (Embrapa, 2017). Toda esta produção é muito concentrada não somente em termos regionais, mas também no que diz respeito aos segmentos que compõem a estrutura agrária do Matopiba. A figura 4 mostra como o território é ocupado pelas diferentes classes de imóveis: grandes, médios e pequenos, e onde estão as áreas de conservação e terras indígenas.

Figura 3: Mapa da cobertura e uso do solo no Matopiba, 2017.



Elaborado por Piatto e Inakake (2016), reproduzido de Buzato et al. (2018).

Figura 4: Mapa com imóveis rurais, terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos rurais no Matopiba, 2017.



Elaborado por Piatto e Inakake (2016), reproduzido de Buzato et al. (2018).

Alves & Souza, citados em Embrapa (2017), destacam, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), que existem na região 250.238 estabelecimentos no Matopiba, o que corresponde a 5,7% do total de estabelecimentos existentes no Brasil. Destes, 15% têm menos do que 100 hectares, e outros 85% têm mais do que 100 hectares. Os autores dividem estes estabelecimentos em quatro classes:

Classe 1, formada pelo que eles chamam de estabelecimentos “**muito pobres**”. São 80% do total e geram apenas 5,22% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em todos os 337 municípios.

Classe 2, formada pelo que os mesmos autores chamam de estabelecimentos “**pobres**”. São 14% do total e geram 8,35% da renda monetária bruta da região. Estão presentes em 330 municípios.

Classe 3, formada por um segmento intermediário chamado pelos autores de “**classe média**”. São apenas 5,79% do total. E geram 26,74% da renda monetária bruta e estão mais concentrados em algumas microrregiões.

Classe 4, formada pelo que os autores chamam de “**classe rica**”. Reúne apenas 0,42% dos estabelecimentos, 1.051 produtores, e respondem por 59,78% da renda monetária bruta da região. Ali a renda bruta mensal é superior a 200 salários mínimos.

A concentração é tão brutal que, segundo a mesma fonte, se fosse possível multiplicar o padrão experimentado no grupo 4, apenas 1.709 produtores poderiam gerar – e, obviamente, se apropriar – de toda a renda produzida no Matopiba. A julgar pelo movimento concorrencial que se experimenta na região hoje, com aumento crescente dos custos e dificuldade em se manter na atividade por parte dos produtores menores, este raciocínio não é despropositado. Resta saber o impacto disto na economia regional, que não depende só da produção, mas de como parte dela alimenta ou não os fluxos locais e, por aí, afetam a maior parte da população.

O desempenho destes dois indicadores anteriores é, ao menos em parte, assumido pela retórica dominante do agronegócio no Matopiba. Porém, argumentam que haveria uma contrapartida positiva que compensaria a concentração produtiva e a degradação florestal: a riqueza gerada estaria dinamizando a economia local e alterando positivamente os indicadores socioeconômicos. Para aferir a veracidade deste argumento foram analisados mais de setenta indicadores de base municipal aplicados ao território. Ao final, foram selecionados para a elaboração de uma tipologia territorial indicadores cobriam as seguintes dimensões: a) demografia; b) PIB; c) renda; d) desigualdade; e) pobreza; f) esperança de vida; g) mortalidade infantil. A leitura agregada destes indicadores mostra que não há um, mas ao menos quatro Matopibas. Estes quatro grupos são resumidos como segue:

Grupo A – Municípios com alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios ricos**.

Grupo B – Municípios com alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios injustos**.

Grupo C – Municípios com produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios saudáveis**.

Grupo D – Municípios com produção baixa e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado. São denominados nesta tipologia como **municípios pobres**.

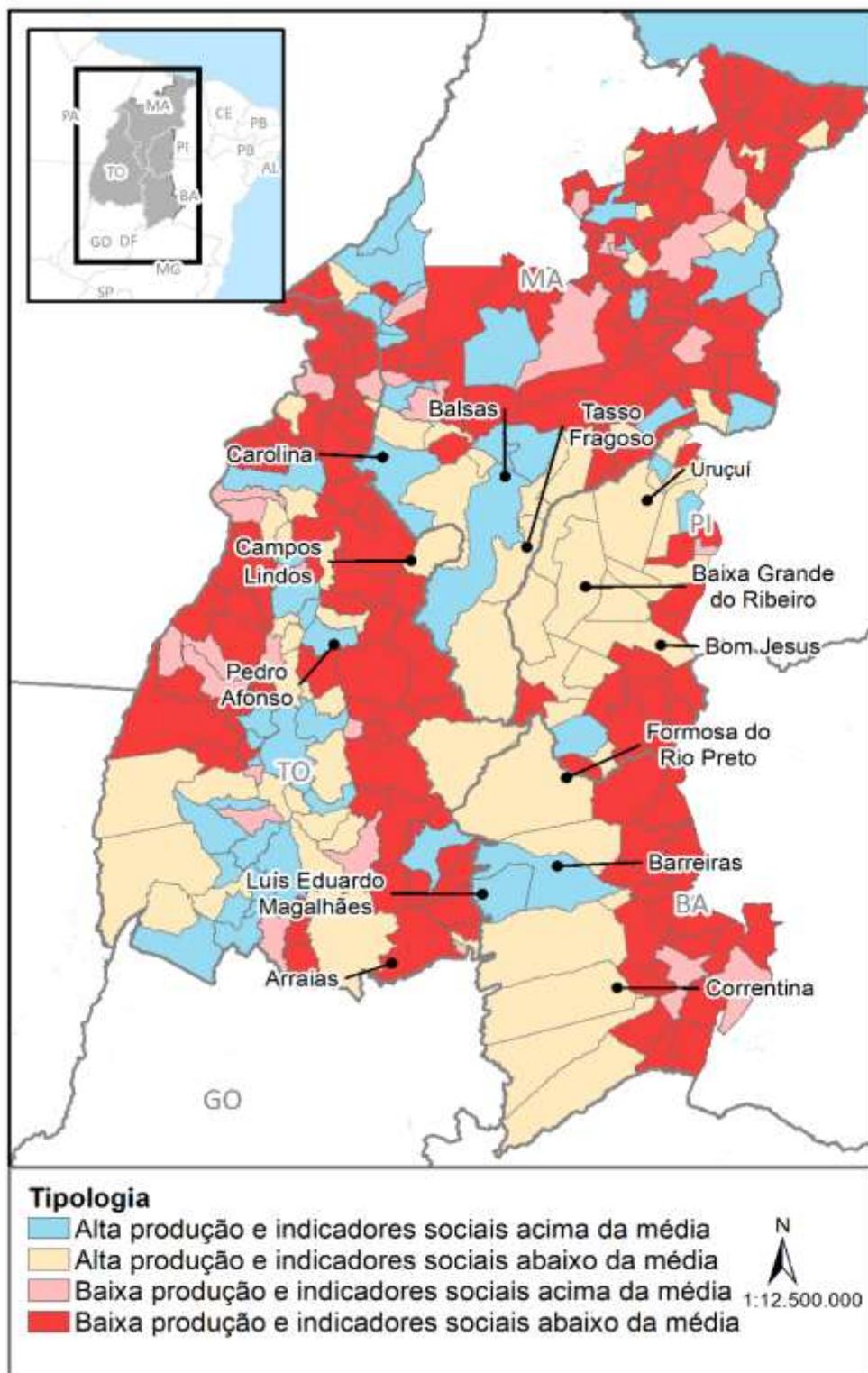
A tabela 1 a seguir mostra a quantidade de municípios classificada em cada um destes tipos acima descritos. E na continuação, a figura 5 permite ver sua distribuição espacial no território do Matopiba.

Tabela 1: Tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar

| Tipo | Matopiba | Tocantins | Maranhão | Piauí | Bahia |
|----------------------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------|--------------|
| A – Ricos | 45 | 21 | 19 | 3 | 2 |
| B – Injustos | 67 | 27 | 18 | 15 | 7 |
| C – Saudáveis | 29 | 15 | 10 | 1 | 3 |
| D – Pobres | 196 | 76 | 88 | 14 | 18 |
| Total de municípios | 337 | 139 | 135 | 33 | 30 |

Elaboração dos autores com base de dados IBGE (2011/2018).

Figura 5: Mapa de tipologia de desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar.



Elaboração dos autores com base de dados IBGE (2011/2018).

O que se nota da tabela 1 é que o Grupo A, dos municípios ricos, que corresponde à imagem ideal do Matopiba, aquela onde a alta produção é acompanhada da expansão do

bem-estar, reúne apenas 45 dos 337 municípios. Entre os municípios que apresentam alta produção, a maior parte deles apresenta indicadores sociais ruins, conformando o grupo B, dos municípios injustos: ali estão 67 municípios. O grupo mais numeroso é o D, dos municípios pobres, nos quais tanto a produção como os indicadores sociais são sofríveis: este grupo reúne 196 municípios, quase dois terços do total. E vê-se, por fim, que há as exceções: o grupo C, dos municípios saudáveis, onde estão meros 29 municípios. Nestes os indicadores sociais são bastante positivos, apesar da ausência de uma produção significativa. Esta síntese dos dados secundários mostra claramente que os municípios que conseguem associar elevada produção e indicadores de bem-estar acima da média não são a maioria no Matopiba. O que prevalece, ao contrário, são justamente os municípios mais pobres, com baixa produção e baixos indicadores de bem-estar. Mesmo na maior parte dos municípios que apresentam indicadores de produção altos predominam os indicadores de bem-estar abaixo da média. Em síntese, em termos espaciais, existe mais pobreza e injustiça do que riqueza no Matopiba.

Esta tipologia permitiu refutar também o argumento de que a concentração dos bons indicadores seria algo esperado em uma região marcada por dinamismo econômico ainda recente. Para alguns seria de se esperar que os efeitos positivos só se fizessem sentir em um conjunto amplo de municípios à medida que o dinamismo irradiasse para um número mais expressivo de localidades. O que se demonstrou é que não se trata de uma questão temporal, pois mesmo nos municípios que experimentam um dinamismo já mais antigo, inaugurado à mesma época dos municípios que alcançaram os melhores indicadores, a maioria não traduz o bom desempenho visto na geração de riqueza em bem-estar. O problema é, portanto, relativo à estrutura do desenvolvimento territorial. Fica claro que a concentração dos melhores indicadores é inerente ao modelo ali experimentado. Em função da concentração da produção e da especialização da economia, não se criam as condições para que a riqueza produzida transborde para o entorno de alguns municípios centrais. Ao contrário, é preciso que ela esteja concentrada nestes municípios pois ali residem produtores e uma elite que gera sua renda nos municípios do entorno, mas canaliza os fluxos para o município mais central, porque somente nestes locais ocorre uma densidade de população e de riqueza que incentiva a diversificação do tecido econômico. Nos demais, isso se torna impossível justamente por conta da concentração.

Em termos teóricos, esta constatação se apoia nos achados de programas de pesquisa recentes sobre dinâmicas territoriais rurais em perspectiva internacional e comparada (Berdegué, Escobal & Bebbington, 2015-a; Berdegué, Escobal & Bebbington, 2015-b), segundo a qual a performance socioeconômica é tributária de cinco fatores chave: i) as **formas de acesso e uso dos recursos naturais**, que no caso do Matopiba, por serem historicamente concentradas nas mãos de pequenos grupos, e fortemente restritivas para a

maioria da população original deste território, cria uma barreira de entrada aos atores sociais locais e que se traduz em uma posição meramente subordinada, sem os recursos materiais e políticos necessários a influenciar nos rumos da vida econômica e social; ii) o **acesso a mercados**, que no caso do Matopiba, ao propiciar a venda de produtos em mercados valorizados e dinâmicos, propicia a geração de riquezas que responde pelo dinamismo econômico do território; iii) a **estrutura produtiva**, que por basear-se em formas concentradas de acesso aos recursos naturais, não alcança diversificação e desconcentração capazes de beneficiar amplos setores da sociedade local, ao contrário, esta estrutura produtiva permanece altamente especializada em um ou poucos produtos, aqui a soja; iv) a **relação com cidades**, que no caso do Matopiba engendra a formação de poucos e frágeis centros regionais, caso de LEM/Barreiras na Bahia ou de Balsas no Maranhão, isto porque a riqueza produzida é muito concentrada e não permite a formação de uma classe média empreendedora local, que levaria à dinamização de mais e mais promissores centros urbanos; parte do excedente gerado é gasto fora do território, dificultando a endogeneização da riqueza que levaria ao fortalecimento do tecido urbano e à diversificação das atividades econômicas; v) finalmente, as **políticas públicas**, quinto elemento do quadro interpretativo, não atuam na direção de reverter os quatro aspectos anteriores, mas sim de aprofundá-los. O resultado é a formação de um tecido social e econômico no qual os **ativos necessários** a participar da vida social e econômica em condições de influenciar seus rumos são igualmente concentrados em uma **coalizão social** bastante restritiva, gerando um mecanismo de causalção circular que reitera as opções tomadas ao longo da história regional. Isto é o que torna difícil catalisar os conflitos existentes e inegáveis e torna-los a base para a emergência de novas narrativas e modelos alternativos, como mostra o próximo tópico.

Ainda sobre este aspecto ficou demonstrado que há uma clivagem no desempenho dos indicadores que recoloca o tema das relações entre Estado e mercado. O pior desempenho do Matopiba ocorre justamente nos indicadores que dependem do acesso a rendas monetárias: pobreza monetária e desigualdade de renda. E o melhor desempenho acontece naqueles indicadores para os quais o gasto governamental no provimento de serviços e de infraestrutura social é mais determinante: esperança de vida, matrículas no ensino médio, mortalidade infantil. Isto reforça não só a ideia de que o Estado é um ator fundamental na moldagem dos indicadores de desenvolvimento do Matopiba, mas também que o próximo período pode significar algum recrudescimento das condições de vida, já que mudou o padrão de investimento governamental após a crise econômica do meio desta década.

Conflitos fundiários, por recursos hídricos e conflitos intraelites

Neste tópico, e isto envolve a quarta conclusão, são abordadas várias ordens de conflitos, em especial, ao menos três tipos: os conflitos fundiários, tendo por protagonistas grileiros e, em menor grau, grupos empresariais, de um lado, e populações tradicionais de outro; segundo, menos comum, mas em número crescente e com grande potencial de envolver maiores contingentes populacionais envolve a questão hídrica; terceiro, ocorre no Matopiba um terceiro tipo de conflitos, este fortemente negligenciado pela literatura, um conflitos intraelites.

Os conflitos fundiários e trabalhistas são a face mais conhecida. Dados da CPT (2016) apontaram a ocorrência de 505 conflitos deste tipo nos quatro estados do Matopiba, envolvendo um total de 236 mil pessoas. Para compreender esta dinâmica é preciso ter em conta que a ocupação das áreas desta região pela produção de grãos priorizou as porções mais altas do território, os chamados “chapadões”, mais planos, com boas terras e relevo propício à mecanização. Em alguns estados, como na Bahia, estas terras altas eram usadas pela população que vivia nas partes baixas, tanto para a extração de raízes e frutos como, principalmente, para a criação do gado solto durante certas épocas. Aí deu-se um primeiro tipo de conflito fundiário. Em outros estados essa prática de uso comum não existia. Em ambos os casos as populações das partes baixas, onde estão os rios que nascem no Matopiba passaram a sofrer também com a disputa por estas terras onde residem e cultivam. Isto ocorre porque parte destas áreas passam a ser reivindicadas pelas empresas situadas nas partes altas como reserva legal. Como a vegetação nas partes altas foi, em grande parte, suprimida, para cumprir com o que exige a legislação é necessário recorrer à vegetação nativa que ainda está preservada nas partes baixas, ainda não alcançadas pelas lavouras comerciais, mas onde vivem, criam e plantam as populações tradicionais, usando suas técnicas ancestrais ou outras mais recentes, mas de menor escala. Os representantes do setor patronal argumentam que este tipo de conflito hoje seria bastante localizado, o que é, no mínimo, controverso. Mas o pior ainda pode estar por vir. Membros do poder público e mesmo lideranças empresariais argumentam que a crescente escalada dos custos de produção, somada à relativa estabilização dos preços das commodities no mercado internacional, juntos, estão comprimindo a margem de lucro dos agricultores, sobretudo os menores (ou não muito grandes). Diante disso, uma alternativa é a diversificação da produção, adotando sistemas como a integração lavoura-pecuária. Com isto, as terras dos “baixões”, antes inviáveis para a agricultura comercial, podem vir a ser objeto de investimento no futuro próximo, para criação animal. Se isto vier a ocorrer, uma nova onda de conflitos poderá surgir, pois é nessas áreas que habitam as populações tradicionais, é ali que se encontram os remanescentes das florestas, e também por ali correm os rios que abastecem boa parte dos

quatro estados. Em alguns locais, como no Piauí, a Vara Agrária está atenta ao problema e afirmou estar buscando formas de se antecipar a este movimento, com uma iniciativa que buscará priorizar a regularização fundiária justamente nestas áreas de possível expansão. Em outros locais isto ainda é apenas uma possibilidade cogitada sobretudo pelo setor empresarial, sem estratégia de antecipação por parte de outros setores sociais como o Ministério Público ou as organizações de trabalhadores rurais.

Um segundo tipo de conflito, que tende a ser crescente e de grande repercussão, envolve os recursos hídricos locais. Inicialmente este tipo de conflito é desencadeado tendo por portadores as comunidades tradicionais afetadas pela menor disponibilidade de água, resultado do uso excessivo deste recurso pelo agronegócio, em especial nas práticas de irrigação. Mas, em um momento posterior é toda a população dos municípios que simpatiza com as reivindicações das comunidades de agricultores, já que o problema da escassez e da qualidade da água vem sendo sentido inclusive nos núcleos urbanos dos municípios. Estes recursos têm se tornado escassos em função do alegado uso excessivo na irrigação das lavouras, como se acusou no recente episódio ocorrido em Correntina, no Oeste baiano, no segundo semestre de 2017. Riachos e cursos d'água estão secando. E muitos deles podem estar contaminados por agrotóxicos usados nas lavouras. No caso de Correntina parte da população urbana local apoiou o movimento dos agricultores, pois a escassez e o comprometimento da qualidade da água já são sentidos na cidade, mostrando o potencial que existe em trazer estes segmentos para a mesma coalizão de que fazem parte comunidades tradicionais e ambientalistas se os problemas continuarem a crescer. A melhor prova de que se trata de um tema explosivo é o fato de que as próprias organizações patronais como a AIBA estão promovendo – com recursos de um fundo público criado a partir de renúncia fiscal, o Prodeagro – um estudo conduzido pela Universidade de Nebraska (EUA) sobre a disponibilidade do Aquífero Urucuia, que tem sua maior porção situada em território baiano e do qual dependem seus associados para a prática da irrigação. Dois fatores podem agravar os conflitos hídricos: o recrudescimento das mudanças climáticas, pois boa parte das regiões produtoras hoje já estão próximas do limite mínimo de chuvas para que se possa produzir sem irrigação, e a perspectiva é de diminuição do volume de precipitações com as alterações em curso; o avanço da pecuária sobre os “baixões”, o que pode comprometer as áreas às margens dos rios.

O terceiro tipo de conflito, intraelites, se expressa por ao menos três formas. Envolve as contradições de interesses entre frações das elites empresariais nacionais locais, ou pode tomar a forma do conflito entre esses empresários nacionais e a ameaça de controle dos recursos por grupos estrangeiros, ou outras vezes envolve a oposição entre os empresários do agronegócio e as elites políticas locais.

Os conflitos entre frações da elite empresarial são algo conhecido de quem acompanha a dinâmica do setor patronal da agropecuária brasileira. Basta lembrar que a mudança no comando do Ministério da Agricultura do país, com Blairo Maggi à frente da pasta após a ascensão de Temer, trouxe certa descontinuidade em relação à prioridade que vinha sendo dada ao Matopiba na gestão de Katia Abreu. Também são conhecidas as divergências entre lideranças empresariais quanto a temas como a Moratória da Soja ou a certificação socioambiental: há os que rejeitam terminantemente tais instrumentos pois o desmatamento seria um direito do produtor, previsto em lei, há os que aceitam discutir sua adoção, desde que mediante clara compensação financeira que cubra o custo de oportunidade de não desmatar; e há os que afirmam ser necessário que o setor se prepare pois este tipo de exigências tenderá a ser crescente até tornar-se o padrão no setor, como defende, por exemplo uma liderança vinculada à Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte, ligado ao agronegócio.

Os conflitos entre os agricultores pioneiros e seus descendentes e os novos atores do mercado de terras e de grãos no Matopiba se situa na compressão das margens de lucro ocasionadas pela elevação do custos de produção num cenário de relativa estabilidade dos preços. Isto tem forçado os proprietários de áreas menores, inferiores a 10 mil hectares a buscar alternativas como a já mencionada integração lavoura-pecuária, ou a adoção de formas de gestão mais eficientes. Mas todos concordam que há uma tendência de concentração no setor, pois as empresas que possuem grandes áreas alcançam ganhos de escala e melhores condições de compra de equipamentos e insumos, compensando a taxa de lucro menor. Por que isto não eclode como um enfrentamento público entre os dois segmentos? Um dos fatores que permitem esse equacionamento das diferenças é justamente a expansão contínua da fronteira agrícola, que reiteradamente coloca novas terras no mercado fundiário, aliviando a pressão sobre aqueles setores pouco capitalizados que buscam nas novas áreas refúgio ante a pressão dos grupos mais capitalizados, que adquirem terras nas áreas mais antigas e melhor dotadas de infraestrutura. Desta forma o potencial de marginalização é transferido para as populações tradicionais e moradores das áreas de expansão. Se houver um fechamento da fronteira, no entanto, este conflito intraelite tenderia a se acirrar.

Por fim, o conflito crescente, embora ainda restrito, envolvendo o agronegócio e elites políticas locais no Matopiba. Aqui o problema central envolve o sistema tributário, que faz com que os pequenos municípios quase nada ganhem com a produção da soja, beneficiada pela isenção de impostos introduzida com a Lei Kandir, que isenta os produtos de exportação da cobrança de certos tributos. Até o momento as queixas são tímidas, seja porque parte das elites políticas vêm das elites econômicas locais, como é o caso sobretudo dos municípios polo, nos quais as secretarias de agricultura senão os próprios prefeitos têm vínculos com o

agronegócio; seja porque muitos gestores afirmam não haver alternativas ao agronegócio. Mas um contexto de restrição fiscal como este vivido nos anos mais recentes têm ampliado as queixas envolvendo a partilha das riquezas produzidas na região.

Sobre narrativas, atores e coalizões

A quinta e última conclusão do estudo, apresentada nesta seção, consiste em afirmar que é necessário ir além da leitura oferecida pela polarização que opõe, de um lado o agronegócio, e de outro os movimentos ambientalista e de trabalhadores, e, principalmente, de eu não há propriamente falando, uma narrativa que apresente um modelo alternativo para a região. Isto é, a oposição que hoje se apresenta no debate público envolve, de um lado, a defesa incondicional do modelo em curso, e de outro a sua reversão. A população local, no entanto, acaba aceitando ou sendo tolerante com os problemas vividos nos anos recentes justamente porque falta uma outra narrativa, que apresente possibilidades futuras, e não simplesmente o retorno a um passado no qual, igualmente, o bem estar era algo restrito.

No que diz respeito ao setor empresarial, portanto, o que se observa é uma narrativa baseada no mito do heroico empreendedor individual, na qual se esquece de todo o papel desempenhado pelo Estado na criação do Matopiba. O Estado, quando lembrado, aparece associado à ineficiência em prover a infraestrutura adequada à redução de custos e a estabilidade necessária aos investimentos privados. Outro forte componente do discurso empresarial é a ideia de cumprimento da lei, o que vale tanto para o desmatamento, a regularização fundiária com as determinadas reservas legais, como para o uso de agrotóxicos ou dos recursos hídricos. Este é um componente absolutamente central no discurso patronal e que contribui – tendo ou não correspondência na realidade local – para a construção do mito do empreendedorismo heroico do agronegócio. Situações de desrespeito dos limites legais são tratadas como exceções e relacionadas a imperfeições do ambiente institucional, nunca do comportamento empresarial. E as consequências dos problemas existentes, caso do desmatamento (legal), são apresentadas como custos inevitáveis do progresso generalizado promovido pelo setor. O calcanhar de Aquiles do setor são as situações que resvalam para condições de insegurança jurídica e que, por isso, podem implicar em restrições de acesso ao sistema financeiro ou a mercados mais exigentes, como foi o caso das alterações recentes na legislação e nos procedimentos de concessão das licenças ambientais na Bahia, situação em que o setor exigiu a flexibilização da lei, depois voltou atrás. Em casos assim, o setor se rende à necessidade de mudar comportamentos e práticas. A internalização de práticas socioambientais vai avançando, mas muito lentamente, no mais das vezes de forma restrita a algumas inovações como o plantio direto ou numa tímida abertura para se discutir compensações econômicas via certificação ou pagamento por serviços ambientais.

Quanto às comunidades tradicionais, o que se observa é um discurso de resistência, e, portanto, reativo, pautado na defesa de direitos, sem alcançar um questionamento ou a formação de uma narrativa alternativa ao modelo dominante. Em alguns casos, inclusive, a marca é certa resignação, como se a extinção dos modos de vida destas comunidades fosse mera questão de tempo, e tudo o que resta fazer é diminuir os danos para os que ainda se encontram nesta condição.

Sobre os atores públicos locais, dois aspectos chamam a atenção. Seu forte pragmatismo, admitindo por um lado a existência de excessos por parte do setor empresarial, mas de outro admitindo igualmente a impossibilidade de abrir mão deste setor, já que ele foi o responsável pela forte transformação econômica destes municípios, mesmo que o alcance desta transformação seja bastante restrito em seus efeitos benéficos frente à opulência do setor. O outro aspecto é o profundo desconhecimento dos gestores municipais a respeito do que se passa no mundo empresarial local. Simplesmente não há informações sistematizadas sobre quem são os produtores presentes no município, o que vem mudando na propriedade e no uso da terra. É como se as empresas constituíssem um território paralelo ao território sob a égide do poder público municipal. Mas, também aqui há um ponto vulnerável: muitos administradores municipais reclamam uma revisão do pacto federativo e da estrutura tributária que lhes permitisse ficar com uma parte maior da riqueza produzida localmente, algo que o sistema de arrecadação atual não permite.

No que diz respeito aos atores públicos estaduais, este pragmatismo é ainda mais exacerbado. A influência do agronegócio sobre os governos dos estados é grande, pois em geral estas regiões produtoras respondem por grande parte do produto bruto nessas unidades da federação. Mas também aqui é preciso olhar para as diferenças internas. Ao menos no caso de três dos estados do Matopiba, ao lado das secretarias da agricultura que se dedicam a apoiar o agronegócio, há secretarias de desenvolvimento rural ou equivalentes e que representam os interesses da agricultura familiar e das comunidades tradicionais. Claro que há forte assimetria entre estas secretarias, mas sua existência é reveladora dos antagonismos que permeiam também as estruturas governamentais e a burocracia pública. O mesmo vale para a atuação do Ministério Público, muitas vezes favorável aos setores dominados na hierarquia econômica e social do Matopiba. Conhecer e operar com essas diferenças é fundamental na moldagem de narrativas e coalizões alternativas ao modelo do grande agronegócio.

Nas organizações ambientalistas, por fim, observa-se crescente interesse pelo Cerrado, em contraste com o período anterior no qual o olhar priorizava outros biomas como a Amazônia ou a Mata Atlântica. Apesar disso, a narrativa que vai se moldando ainda permanece restrita à dimensão ambiental, sem oferecer alternativa para os problemas sociais e econômicos não equacionados pelo modelo produtivo do Matopiba. Talvez por isso a maior

parte da população local seja crítica, mas também resignada quanto a este modelo. A contenção do desmatamento, uma das principais reivindicações do movimento ambientalista, não será suficiente para gerar alternativas capazes de manter o dinamismo (concentrador, é verdade, mas nem por isso ilusório ou irreal) impulsionado com a produção da soja e culturas associadas.

Três vetores foram identificados nos discursos das organizações e que poderiam levar a alterações no modelo de desenvolvimento do Matopiba: i) mecanismos do tipo comando e controle voltados a coibir práticas ilegais envolvendo desmatamento, uso da água, trabalho escravo, entre outros; ii) formas de governança apoiadas em acordos entre consumidores e empresas que resultem em compromissos mais ousados como a moratória do desmatamento no Cerrado; e iii) adoção de formas de incentivo econômico à conservação ambiental do tipo REDD e outros, sobre os quais há grande controvérsia entre ambientalistas.

O primeiro problema que emerge deste quadro é saber qual será a narrativa capaz de pôr na defensiva o discurso dominante sobre os significados da expansão da atividade agropecuária no Matopiba, já que aquelas hoje existentes são ainda demasiadamente fragmentadas ou defensivas. Até aqui a ênfase recai quase que exclusivamente sobre os temas ambientais, destacadamente o desmatamento, mas será preciso avançar para a negociação e a inovação em torno de novas modalidades de dinamização econômica. Sem isso dificilmente a população local irá aderir a uma narrativa alternativa. Isto porque é enorme o déficit de formas de ocupação e de geração de renda. É a promessa em torno destes temas que tem seduzido essas populações locais para, mesmo com críticas, aderir ao modelo de desenvolvimento ancorado na soja, com tudo o que ele implica de seletividade, destruição ambiental e restrições para os modos de vida tradicionais de setores desta mesma população. Soluções de grande repercussão como o desmatamento zero são certamente importantes e mobilizam o debate regional. Mas uma narrativa mais aderente aos problemas relacionados a como conciliar a conservação ambiental e o bem estar da população local precisará dar conta de ao menos três realidades distintas: aquela das áreas ainda não desmatadas e para as quais o desmatamento zero é uma alternativa, desde que se consiga firmar acordos em torno de sua implementação; aquela das áreas já desmatadas mas ainda não totalmente convertidas à produção de grãos; e aquela encontrada nas áreas onde a produção da soja e demais lavouras já alterou decisivamente a paisagem. Há um conjunto de temas hoje vistos como sensíveis por parte dos atores locais e que poderiam ser objeto desta nova agenda: uma revisão da questão tributária, diminuindo a perda de estados e municípios e retendo uma fração maior da riqueza gerada no território; a diversificação das economias locais, ampliando oportunidades para investidores e também para a geração de renda e trabalho para a população local; um modelo mais inovador e consequente de pagamento por serviços ambientais ou de uso sustentável dos recursos florestais. Igualmente importante, e um

segundo problema, é saber que atores, organizações e segmentos sociais conseguirão pôr esta narrativa alternativa em marcha com força suficiente. Apesar da importância das comunidades tradicionais e das grandes organizações ambientalistas, é plausível imaginar que outro modelo de desenvolvimento territorial precisará incluir espectro mais amplo de segmentos, hoje ainda distantes destas vozes de contraponto. É este o caso de parte da burocracia governamental ou mesmo dos prefeitos destes pequenos municípios. É também o caso dos cidadãos desorganizados e de poder frágil e difuso destas localidades, hoje encantados ou resignados diante do modelo representado pela produção da soja. Em suma, não se trata apenas de denunciar os efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento implementado no Matopiba, mas sim, e mais difícil do que isso, o desafio é moldar concomitantemente um novo projeto para o Cerrado e uma coalizão de forças sociais plural e apta a se beneficiar desta nova narrativa e, por isso mesmo, de defende-la.

Conclusão

Cada uma das seções anteriores apresentou uma das principais conclusões do estudo: a) para além do empreendedorismo “gaúcho”, é preciso pôr em relevo as diferentes formas pelas quais o Estado contribuiu para a emergência do padrão atual de ocupação territorial do Matopiba, ora atuando também ele como agente do empreendedorismo por meio da produção de tecnologias e da viabilização de condições institucionais para a introdução de inovações produtivas, ora atuando como agente reproduzidor das velhas formas de patrimonialismo expressas na violência e na grilagem de terras; b) a imagem do Matopiba como expressão do agronegócio nacional vai sendo progressivamente deixada para trás, com a crescente presença de grupos internacionais, atuando não só na produção de grãos mas também, e em muitos casos principalmente, no mercado de terras, algo que traz consequências drásticas para o território como a perda de controle sobre estes recursos, mas também o fluxo de riquezas, com crescente drenagem de rendas esterilizando o tecido social local em vez de dinamizá-lo; c) a expressão territorial desta dinâmica revela que a imagem de pujança produtiva não se traduz em igual elevação dos padrões de bem estar – há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem estar no Matopiba -, e mais que isso, não se trata de uma questão momentânea até que o dinamismo das áreas centrais transborde para o entorno, pois trata-se mesmo de um estilo de desenvolvimento territorial marcado pela brutal concentração dos efeitos positivos em uns poucos municípios polo; d) tudo isso não se faz sem conflitos e contradições, e elas vão bem além dos conflitos fundiários, que são a expressão mais conhecida, envolvendo ainda os conflitos hídricos, de importância crescente, e os conflitos intraelites, que no entanto são abafados e minimizados graças ao movimento de expansão da fronteira, algo que, contudo, agrava ainda mais os dois tipos de conflitos

anteriores; e) por fim, última conclusão, há hoje uma pluralidade de narrativas sobre o futuro do Matopiba, para além da oposição entre os entusiastas e os mais críticos, embora nenhuma delas ainda tenha força e consistência suficiente para sinalizar a perspectiva de um outro futuro para a região, residindo aí o principal desafio a ser superado pelas coalizões de forças sociais que procurem dar outro destino à natureza e à vida das pessoas naquela frente de expansão do agronegócio.

Mais do que a soma das partes, importa o sentido geral da análise que emerge com estas cinco conclusões parciais. Elas confirmam a hipótese geral do estudo. De um lado, não se sustenta a narrativa dominante, segundo a qual os problemas ambientais, sobretudo o desmatamento, seriam um “custo do progresso” alcançado com a expansão da produção de grãos no Matopiba. Não há um progresso social genuíno, a não ser em uns poucos lugares e para poucos segmentos. E, como dito acima, não se trata, como argumentam outros portadores desta narrativa dominante, algo temporário, que será superado com o tempo. É algo intrínseco ao modelo de desenvolvimento adotado. De outro lado, com o olhar apresentado foi possível também agregar mais elementos de complexidade à narrativa crítica – parte da população local apoia, com reservas, o modelo atual por falta de alternativa e por contraste a um passado igualmente restritivo; há novos conflitos em curso; há uma pluralidade de narrativas. Tudo isso permite colocar em um novo patamar a imagem que se faz do Matopiba, para além da simples oposição entre o que se passa nos impressionantes campos de produção situados nos “chapadões”, e os conflitos e a despossessão que se dá nos “baixões”. Esta oposição é central, obviamente, mas insuficiente para se compreender o movimento das contradições que marcam o presente e o futuro daquele território, como aqui se tentou demonstrar.

Referências

ACTION AID. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba – Comunidades e meio-ambiente**. Rio de Janeiro: Action aid, 2017.

ALVES, V. E. L. O mercado de terras nos cerrados piauienses – modernização e exclusão. **Agrária**, São Paulo, 10/11, p. 73-98, 2009.

ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BAHIA. **Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. PRODECER**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1985.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAL, J.; BEBBINGTON, A. Conceptualizing spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**, v. 73, p. 1-10, 2015a.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAL, J.; BEBBINGTON, A. Explaining spatial diversity in latinamerican rural development – structures, institutions and coalitions. **World Development**, v. 73, p. 129-137, 2015b.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.R.A.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI – a formação de um novo padrão agrícola e agrário**. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba. **Texto para Discussão** n. 2284. Brasília: IPEA, 2017.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J.E.R. A economia agropecuária do Matopiba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401. Julho-Setembro, 2018.

BUZATO, H. et al. **A soja no Matopiba: contradições do modelo desenvolvimento, riscos e perspectivas para a conservação do Cerrado**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba: Imaflora, 2018.

CASTILHO, A.; BASSI, B.; VENDRAME, F. O controle de terras por estrangeiros no Brasil: Panorama geopolítico, aspectos legais e macro-tendências. **Análise** n. 35. FES/Brasil, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2016.

DULCI, L. **O que professores universitários aposentados de Nova York tem a ver com a expropriação de terras de pequenos agricultores no nordeste brasileiro?** 2017. Disponível em: <<http://indebate.indisciplinar.com/2017/08/21/o-que-professores-universitarios-aposentados-de-nova-york-tem-a-ver-com-a-expropriacao-de-terras-de-pequenos-agricultores-no-nordeste-brasileiro/>>. Consultado em: Dezembro de 2017.

EMBRAPA. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. EMBRAPA, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Consultado em: Dezembro de 2017.

FREDERICO, S.; BUHLER, E.A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p.199-225.

GITE/EMBRAPA. **Matopiba**. Repositório de textos e dados sobre a região do Matopiba. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Consultado em: Maio de 2018.

HECK, E.; MENEZES, L. Matopiba – projeto de destruição do Cerrado. **Porantim/CIMI**. N. 382. P. 8-9. Brasília: CIMI, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2005/2006**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Consultado em: Maio de 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Consultado em: Maio de 2018.

IBGE. **Brasil em Síntese – Estados e Municípios**. Publicação permanente. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Consultado em: Maio de 2018.

JICA. **Área de expansão da soja no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/index.html>> Consultado em: Dezembro 2017.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor – desmascarando o mito do setor público versus o setor privado**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

MULLER, C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 3, p. 45-73, 1990.

PEREIRA L.I. & PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e a expansão do agronegócio na região do Matopiba. **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, p. 196-224, jun., 2016.

PITTA, F.T. ; BOECHAT, C.A. ; MENDONÇA, M.L. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo, 2018.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

Sobre os autores

Arilson Favareto – Graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutorado em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP); Docente da Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1825-7165>

Louise Nakagawa – Graduação em Biologia pelo Centro Universitário Fundação Santo André; Mestrado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutorado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7327-9781>

Suzana Kleeb – Graduação em História pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4368-0435>.

Paulo Seifer – Graduação em Engenharia Elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT); Mestrado em Mestrado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Doutorado em Energia pela Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0776-9766>

Marcos Pó – Graduação em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI); Mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); Docente da Universidade Federal do ABC (UFABC); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2172-9226>

Como citar este artigo

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Arilson Favareto**, **Suzana Kleeb** e **Paulo Seifer** ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual. Estes mesmos autores e também **Louise Nakagawa** e **Marcos Pó** se encarregaram também da aquisição de dados primários e secundários. Todos os autores participaram do processo de análise e interpretação dos dados.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 21 de setembro de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de dezembro de 2018.

ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade

Lucas Atanásio Catsossa

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: lucascatsossauem@gmail.com

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. [...] As ocupações de terras do agronegócio começaram nas regiões onde esse desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando a riqueza e aumentando a miséria.

Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI (FERNANDES, 2008, p. 49).

Se no século XX a luta pela terra esteve no núcleo duro da questão agrária, no século XXI um novo elemento também ganha centralidade: a alimentação. O modo de produção capitalista na agricultura contaminou a terra, a comida e as pessoas. O uso intensivo de agrotóxicos na produção agropecuária está cada vez mais associado aos problemas de saúde pública (FERNANDES, 2016).

Resumo

O texto procura analisar as transformações sócio-territoriais em cursos no Corredor de Nacala e no cerrado brasileiro, tendo o ProSAVANA e o MATOPIBA como objetos de análise. Tanto o Corredor de Nacala, quanto o cerrado brasileiro, ambos territórios, estão imbricados num jogo de interesse geopolítico de *commodities*, catalisado pela crise de preços de alimentos de 2007/8. As duas regiões institucionalizadas pelos Estados, revelam que se trata de uma estratégia bem reformulada de divisão internacional do trabalho. Os dois programas contêm elementos do PRODECER, sendo que foram apenas recuperados, atualizados e reeditados. O discurso segundo o qual estes dois programas visam melhorar as condições de vida das populações locais, é apenas uma retórica. Nos dois programas, é nítido o papel do Japão e isto revela apenas que a produção de *commodities* nos dois países está comprometida com o mercado asiático. As lutas e resistências contra estes dois programas, são visíveis nos dois países, pois enquanto em Moçambique os camponeses e os movimentos sociais dizem “Não ao ProSAVANA”, no Brasil dizem “Não ao MATOPIBA”. Contudo, a união dos movimentos sociais tanto de Moçambique como do Brasil, é fundamental para manter as lutas e resistências contra o saque de terras nos dois países.

Palavras-chave: Corredor de Nacala; cerrado brasileiro; ProSAVANA; MATOPIBA; disputas territoriais.

ProSAVANA in Mozambique and MATOPIBA in Brazil: the basis for understanding the geopolitics of the world's agrarian question in contemporary times

Abstract

The article seeks to analyze socio-territorial transformations in course in the Nacala Corridor and in the Brazilian Cerrado, with ProSAVANA and MATOPIBA, respectively, being as objects of analysis. Both territories the Nacala Corridor and Brazilian cerrado, are embedded in a game of geopolitical interest in commodities, catalysed by the 2007/8 food price crisis. These regions institutionalized by the States show that it is a well-reshaped strategy of international division of labor. Both programs contain elements of PRODECER, since they were only recovered, updated and reissued. The speech that these programs aim to improve the living conditions of

local people is just a rhetoric. In both programs the role of Japan is clear and this only reveals that commodity production in both countries is compromised by Asian market. The struggles and resistance against these programs are visible in these countries, for while in Mozambique the peasants and social movements say "No to ProSAVANA", in Brazil they say "No to MATOPIBA". However, there is a need of unity by social movements of both Mozambique and Brazil in order to maintain the struggles and resistance against the looting of these countries. **Keywords:** Nacala corridor; brazilian cerrado; ProSAVANA; MATOPIBA; territorial disputes.

ProSAVANA en Mozambique y MATOPIBA en Brasil: la base para la comprensión de la geopolítica de la cuestión agraria mundial en la contemporaneidad

Resumen

El texto busca analizar las transformaciones socio-territoriales en cursos en el Corredor de Nacala y en el cerrado brasileño, teniendo el ProSAVANA y el MATOPIBA como objetos de análisis. Tanto el Corredor de Nacala cuanto el cerrado brasileño, ambos territorios, están imbricados en un juego de interés geopolítico de *commodities*, catalizado por la crisis de los precios de alimento de 2007/8. Las dos regiones institucionalizadas por los Estados, revelan que se trata de una estrategia bien reformulada de división internacional del trabajo. Los dos programas contienen elementos del PRODECER, siendo que sólo fueron recuperados, actualizados y reeditados. El discurso según el cual estos dos programas apuntan mejorar las condiciones de vida de las poblaciones locales es sólo una retórica. En los dos programas, es nítido el papel de Japón y esto revela solamente que la producción de *commodities* en los dos países está comprometida con el mercado asiático. Las luchas y resistencias contra estos dos programas son visibles en los dos países, pues mientras en Mozambique los campesinos y los movimientos sociales dicen "No al ProSAVANA", en Brasil dicen "No al MATOPIBA". Sin embargo, la unión de los movimientos sociales tanto de Mozambique y de Brasil, es fundamental para mantener las luchas y resistencias contra el saqueo de tierras en los dos países.

Palabras-clave: Corredor de Nacala; cerrado brasileño; ProSavana; MATOPIBA; disputas territoriales.

Introdução

A primeira década do século XXI, marcou uma nova fase da reestruturação do capital a escala global e os seus efeitos foram mais notórios no setor da agricultura. A reestruturação do capital a escala global, tem estado na onda do debate em torno da questão agrária nos dias atuais. A crise de preços de alimentos verificado nos anos de 2007/8 foi catalizadora para esta reestruturação do capital no mundo e isto fez com que agricultura capitalista se mundializasse. Essa mundialização da agricultura capitalista foi ocorrendo de tal maneira que, o capital conseguiu capturar os Estados Nacionais, fazendo deles, um instrumento de acumulação primitiva do capital.

Neste processo de mundialização da agricultura capitalista, verificam-se várias contradições. Com a globalização, este processo radicalizou-se ainda e confunde-se com o retorno das práticas coloniais –, neocolonialismo, enfim, imperialismo, mascarado pelo discurso desenvolvimentista. Como resultado disto, muitas empresas estrangeiras

começaram a se deslocar para outros territórios, sobretudo, os mais pobres para aquisição de terras agrícolas para a produção de *commodities* para a exportação. Além disso, fronteiras agrícolas inicialmente implementados em determinados países, começaram também a ser deslocadas com vista a sua “replicação” em outros territórios.

Na verdade, trata-se do avanço de impérios (agro)alimentares sobre os territórios onde supostamente existem terras equivocadamente consideradas pela classe dominante como “livres” e/ou “subutilizadas”, enfim, “vazios humanos”. É uma verdadeira grilagem internacionalizada de terras chancelada pelos governos nacionais em nome de um desenvolvimento duvidoso e classista, socialmente excludente e ambientalmente insustentável. Os governos nacionais são em grande medida, os protagonistas na alocação de grandes extensões de terras as empresas estrangeiras, às vezes, em esquemas fraudulentos (para não dizer escandalosos e criminosos) e sem nenhuma consulta comunitária e auscultação pública prévia. Neste sentido, os governos nacionais torna-se coniventes, afinal de contas, são eles que internamente têm estado a avançar com reformas nas legislações com vista a criar espaço para acomodar os interesses do capital internacional.

Neste processo, os governos nacionais na maioria das vezes, são aliciados pelo capital internacional com os discursos desenvolvimentistas, o que lhes leva a se tornarem um verdadeiro veículo para a territorialização de empresas estrangeiras, com alegações de que, a sua presença visa essencialmente à promoção do bem-estar social. É com bases nestes pressupostos que o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil foram concebidos, enquanto projetos modernizantes dos territórios e dos povos que vivem nesses dois países. Em vez de produz-se *comida* que diretamente na mesa do cidadão, os Estados Nacionais coniventes ao capital, entregam estes territórios para a produção de *commodities*.

Aqui, acumulação capitalista está em primeiro lugar. Na verdade, no processo de territorialização do capital, funciona a lei sendo a qual, fome e miséria para todos e riqueza para alguns. A territorialização do capital nos países em desenvolvimento tem estado a originar outros problemas e, às vezes, difíceis de resolver, entre elas, a violência generalizada contra os sujeitos do campo, expropriação dos territórios comunitários e expulsão dos seus ocupantes, concentração de terras nas mãos de corporações capitalistas e controle monopolístico dos territórios. Além disso, verifica uma generalizada espoliação e pilhagem dos territórios e com eles, os recursos naturais vitais para a sobrevivência dos povos nativos e entre outras *barbáries*.

Esta situação agudiza os níveis de miséria e também de devastação da florestas nativas e conseqüentemente, a degradação ambiental neste países. A ocupação de terras por estrangeiros é, em si, um problema territorial. Sendo este um problema territorial, verifica-se uma disputa pelo uso dos territórios envolvendo o capital e as comunidades locais. Neste sentido, os povos locais tem resistido a sua desterritorialização pelo capital, situação que

desemboca em forte e, às vezes, sangrentos conflitos sociais. Em termos territoriais, a ocupação das terras por estrangeiros, acaba também se transformando numa ameaça à soberania dos Estados, na medida em ocorrem fragmentação do espaço geográfico. Este fenômeno se dá nos casos em que os territórios passam a serem geridos pelos *dinheiros globalizados*.

Por sua vez, a apropriação das terras por estrangeiros, é também um problema de soberania alimentar, pois em muitos casos, verifica-se uma especialização produtiva dos territórios para a produção de certas *commodities*. Em muitos casos, os camponeses locais são forçados a adotar práticas estrangeiras na sua maioria coloniais, caracterizadas pelo uso dos chamados “novos” pacotes tecnológicos em detrimento das suas práticas tradicionalmente adquiridas pelos povos locais. O uso de sementes laboratoriais entre elas híbridas, transgênicas e/ou Organismos Geneticamente Modificados (OGM) tem levando os camponeses a dependência, pois elas não reproduzem, apenas produzem, o que quer dizer que, em cada época agrícola estes terão que visitar as empresas vendedoras para comprar uma nova semente.

Esta situação está a trazer grandes transformações na estrutura produtiva em muitos países em desenvolvimento, sendo que uma delas, é a generalizada monopolização do sistema de organização da produção agrícola a escala global. Monopolizado o sistema produtivo, os capitalistas por via do agronegócio, procuram eles mesmos manter o controle da produção de alimentos em todos os países do mundo, iniciando dos países pobres onde são produzidos e depois nos países ricos onde são exportados e processados para depois serem comercializados. E porque a produtividade do agronegócio está dependente do uso intensivo e excessivo de agrotóxicos, emergem novos problemas, a contaminação tanto dos alimentos e com eles os consumidores como também da natureza (terra, recursos hídricos, florestais, faunísticos, etc.).

Este artigo, procura compreender a geografia que está sendo produzida nestes dois países, desde que estes programas começaram a ser implementados. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que os dois Estados Nacionais foram chaves, tanto no processo de regionalização destes dois territórios e posteriormente, sua especialização e ocupação pelo agronegócio globalizado, como também na promoção e viabilização do IDE (Investimento Externo Direito). Metodologicamente, além da revisão de literatura, a elaboração deste artigo contou com entrevistas semi-estruturadas, sobretudo, no caso do ProSAVANA e no caso do MATOPIBA, foi usada uma bibliografia específica que debruça sobre os desdobramentos sócio-territoriais deste programa no Brasil e também as denúncias feitas por movimentos sociais brasileiros em Moçambique, em Outubro de 2017, durante a «III Conferência Triangular dos Povos» vítimas da expansão do agronegócio globalizado.

Estrangeirização de terras: um novo conteúdo da questão agrária na contemporaneidade

É quase impossível tratar do tema aqui proposto sem, no entanto, revisitar o debate em torno da estrangeirização de terras. Aliás, o ProSAVANA e o MATOPIBA enquanto programas virados para a produção de *commodities*, não podem ser dissociados deste fenômeno, pois eles são os principais veículos e/ou promotores de estrangeirização de terras nos dois países. No seio acadêmico, em termos conceituais não há consensos até os dias atuais sobre este fenômeno. O debate sobre a estrangeirização de terras dentro da Geografia mostra-se ser inacabado, pois cada vez mais que surge em torno dele, tem sido apenas uma das suas territorialidades.

A estrangeirização de terras acabou se tornando num verdadeiro paradigma no já existente debate paradigmático em torno da questão agrária e isto, é notório no seio dos geógrafos. Em outras palavras, a estrangeirização de terras, acabou por se configurar numa disputa paradigmática de natureza político-ideológica, quando usada como categoria de análise. Importa realçar que, a estrangeirização de terras está associada à crise de preços de alimentos de 2007/8, pois foi a partir deste período que começou a intensificar-se a “vasculha” por terras agrícolas em países em desenvolvimentos, na sua maioria latino-americanos e africanos, em particular.

A ideia equivocada segundo a qual, nestes países existiam grandes extensões de “terras livres” e/ou “terras subutilizadas”, enfim, “vazios humanos” foi utilizada pelas “nações ricas” e/ou economicamente poderosas para legitimar o “assalto” de terras comunitárias. A estrangeirização de terras enquanto modalidade de aquisição de terras é caracterizada pelo deslocamento mega-empresas agrícolas de países ricos em direção aos países (mais) pobres e nunca ao contrário. Em outras palavras, a estrangeirização de terras é a invasão de estrangeiros num determinado país, que depois da sua territorialização, começa a empreender o controlo monopolístico dos territórios e com eles, todos os recursos naturais vitais para as comunidades locais.

A estrangeirização de terras, além de ser um fenômeno estranho às comunidades rurais e aos camponeses em particular, na medida que lhes cercam, ela é de difícil compreensão, pois as informações sobre este fenômeno têm sido blindadas pelos governos nacionais e os atores envolvidos, pouco são conhecidos. Em muitos casos, este fenômeno se dá de uma forma fraudulenta e a não disponibilização de informações por parte dos governos nacionais, tem sido apenas uma estratégia de estes fugirem críticas vindas dos acadêmicos, movimentos sociais e organizações camponesas, segundo as quais estão a vender a soberania de seus países. Na verdade, o que faz com que as informações sobre a alocação

de terras não sejam disponibilizadas para o consumo público, nalguns casos, tem sido por causa do envolvimento das próprias elites políticas locais nos negócios fundiários.

A crise de preços de alimentos de 2007/8 criou um “modelo de reforma agrária pró-mercado”, cujo objetivo era “substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem a sua função social, por relações de compra e venda de terras” (PEREIRA, 2006, p. 22). Foi neste período que começa a verificar-se novos (re)arranjos na estrutura agrária nos países em desenvolvimento, mas as “velhas” questões permaneceram. Muitas políticas públicas e governamentais do setor da agricultura passaram, no entanto, a serem redirecionadas para a produção de *commodities* com vista a alimentar o mercado internacional.

Em pouco tempo, muitos países pobres começaram a arrendar/vender grandes extensões de terras férteis, sendo os países ricos e alguns emergentes, os principais compradores e arrendadores. A partir deste período, o controlo de terras agrícolas por estrangeiros em países pobres aumentou numa forma vertiginosa. No contexto da questão agrária, a estrangeirização de terras está associada à territorialização do modo capitalista de produção na agricultura (o agronegócio) num determinado território, na medida em que várias extensões de terras são ocupadas por grupos empresariais para a expansão de *commodities* exportáveis. Tanto a estrangeirização de terras quanto a questão agrária, ambos são um problema territorial, na medida em que observa-se uma “desregulação do território nacional”, comandado pelos “dinheiros globalizados” (cf. Santos, 2007) e como consequência direta disto, ocorre a “fragmentação e compartimentação do espaço geográfico” (cf. SANTOS, 2002).

Na verdade, é uma ditadura que se implanta sobre o espaço geográfico após a territorialização de corporações capitalistas, pois desorganiza outras relações sociais e produtivas, impondo que tudo seja feito de acordo com a sua lógica ou seja, “o modo capitalista de pensar” como coloca Martins (1978). Em relação a ditadura implantada no territórios pelas corporações capitalistas, Santos (2007) sinaliza que:

O conteúdo de cada fração do território muda rapidamente [...] se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território não resiste. A presença de empresas globais no território é fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são de interesse próprio, e quanto o resto do ambiente de nexos que se refletem as suas necessidades individuais, particulares (SANTOS, 2007, p. 17-20).

Quando essa ditadura se implanta nos territórios, os sujeitos são expulso e depois cercados pelo uma arrame farpado, às vezes, ligado corrente elétrica como acontece em Moçambique. Essa situação inibe as comunidades locais em usufruir dos recursos naturais existentes nos seus territórios. Martins (1986) afirma que com a implantação do capital:

O arame farpado vai cercado tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caçar. A vida acabou. Nessas situações, são comuns as referências a essa forma simbólica de morte” (MARTINS, 1986, p. 9)

E porque a territorialização do capital não se dá duma forma pacífica, emergem disputa pelo uso dos territórios junto dos recursos naturais aí presentes, de um lado os povos locais, resistindo a sua desterritorialização, e do outro, o capital a partir deles, procura avançar com o processo de acumulação ampliada da riqueza. Com a crise de preços de alimentos, a agricultura capitalista mundializou-se ainda mais, promovendo assim, o (re)ordenamento do território e produtivo em diversos países, sobretudo, em via de desenvolvimento. Com a mundialização da agricultura capitalista, “a ordem passou a ser produzir em qualquer lugar do mundo, onde as possibilidades de custos e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis” (Oliveira, 2014, p. 190) e o ProSAVANA em Moçambique vai neste sentido. A globalização sempre foi associada à migração de empresas multinacionais, sobretudo, dos países ricos para países pobres, mas nunca as fronteiras agrícolas.

Na verdade, não são apenas as empresas multinacionais que se têm deslocado para outros territórios a busca de terras agrícolas para a expansão de *commodities*. Pelo contrário, nesta busca por terras agrícolas, ocorre também o deslocamento de fronteiras agrícolas, anteriormente implementadas em outras nações por meio da cooperação internacional e o ProSAVANA que será analisado mais em diante, é o principal exemplo disso. A territorialização de fronteiras agrícolas num determinado país, tem estado a desencadear também o deslocamento massivo de multinacionais do ramo de logística (construção de estradas, linha-férrea, portos, etc.), de máquinas agrícolas, de sementes, de fertilizantes etc., tudo por forma a viabilizar a produção de *commodities*. Oliveira (2014, p. 49) é da opinião que este processo leva “o controlo monopolístico do território” na medida em que empresas multinacionais mesmo “sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores no campo”.

Os governos nacionais, no caso concreto de Moçambique e do Brasil, têm desempenhado um papel de destaque no processo de consolidação do fenômeno de estrangeirização de terras, pois internamente eles começaram a avançar com reformas nos instrumentos legais, tudo para acomodar os interesses do capital. No caso de Moçambique, a lei de terras, de sementes e de fertilizantes, ambas estão em reforma, tudo para dar flexibilizar a entrada de iniciativas ligadas ao agronegócio. Por parte do governo moçambicano, as expectativas são maiores, pois já se pensa na possibilidade de esta ser uma via mais rápida para a transferência de tecnologias e a partir delas, avançar-se com a tão querida modernização agrícola. De tanta euforia, as autoridades moçambicanas nem sequer conseguem prever os riscos socioambientais que esta modernização agrícola via

agronegócio globalizado representa. No caso da Lei de Terras – Lei nº 19/97, a reforma está em curso através do programa «*Terra Segura*» em implementação desde 2015, que entre outras coisas prevê o registo e distribuição de títulos de terras as populações.

Embora o discurso governamental afirme que, com o programa «*Terra Segura*» pretende-se combater os conflitos de terras entre comunidades e grandes investimentos agrícolas, a verdade que, é que com ele está a preparar-se espaço para a mercantilização de terras no país. Se, sem títulos já há comercialização de terras mesmo sendo propriedade do Estado, com a distribuição de títulos individuais como se tem intensificado, o programa «*Terra Segura*» pode vir revitalizar o já existente mercado de terras e conseqüentemente, aumentar os níveis a concentração de terras no país. Ainda no caso de Moçambique, o governo começou a avançar com a revitalização da cadeia logística, neste caso, ferrovias, estradas e portos, para facilitar o escoamento de *commodities* para o mercado internacional e o exemplo disto, é o Corredor de Nacala onde o ProSAVANA está a ser implementado.

Já no caso brasileiro, verificou-se também a “flexibilização da legislação ambiental, como foi o caso da reformulação no Código Florestal brasileiro (2012) e na construção de infraestruturas logísticas por meio da ampliação da malha rodoviária e ampliação dos portos para facilitar o escoamento das *commodities* para o mercado internacional” (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 89-90). O governo brasileiro se tem destacado na promoção do agronegócio e com ajuda da média local, estas iniciativas se tem consolidado. Recentemente e, sobretudo, durante o encontro dos BRICS, realizado em Johannesburgo, na África do Sul, nos dias 25, 26 e 27 de Julho, o governo Michael Temer e a China assinaram um acordo para a massificação da produção de *commodities* com destaque para a soja¹. A massificação da produção da soja fará com que as fronteiras agrícolas se expandam para outras áreas dentro do Brasil, onde supostamente existem terras que não estão sendo exploradas. Diferentemente de Moçambique, o Brasil exerce dois papéis no processo de estrangeirização de terras.

Além de sofrer grilagem de terras, ele mesmo através de suas políticas públicas (neo)liberais, promove a grilagem de terras em outros países (FERNANDES; WELCH & GONÇALVES, 2012; CLEMENTS & FERNANDES, 2013). O Brasil foi considerado subimperialista por causa desta ação contraditória de incentivar a migração das suas empresas para outros territórios a busca de terras e Moçambique é apenas o exemplo disto, algo que ganhou notoriedade durante o governo Lula (2003-2010). Clements e Fernandes (2013, p. 2) afirmam que, “apesar postular-se em oposição à estrangeirização da terra estrangeira no contexto nacional, o governo Lula apoiou fortemente a aquisição de terras em outros países”. A estrangeirização de promovida pelo governo Lula ocorreu em países latino-americanos e africanos, por onde as empresas brasileiras tiveram maior inserção, entre eles

¹ Para mais detalhes, consulte em: <https://youtu.be/Kf88hSj7CAE>. Acesso: 28/07/2018.

Paraguai, Bolívia e Moçambique, respectivamente (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012).

No caso de Moçambique, existem algumas empresas agrícolas de capital brasileiro que operam no ramo do agronegócio e outros com certeza, estão espera que comece a implementação efetiva do ProSAVANA para instalar os seus projetos. Nos países em que a terra é propriedade do Estado como é o caso de Moçambique, a estrangeirização de terras se dá grandemente por via de concessões e não necessariamente a venda de terras, pois é vedada pela Constituição da República e pela lei de terras – Lei nº 19/97. Por exemplo, em Moçambique as concessões de terras a empresas estrangeiras tem tido um período de 50 anos renováveis por igual período. Atualmente, Moçambique está entre os maiores estrangeirizadores de terras no mundo e graças à conivência do governo local ao capital e isto, já está a trazer implicações sócio-territoriais negativas para o país e isto é visível ao longo do Corredor de Nacala.

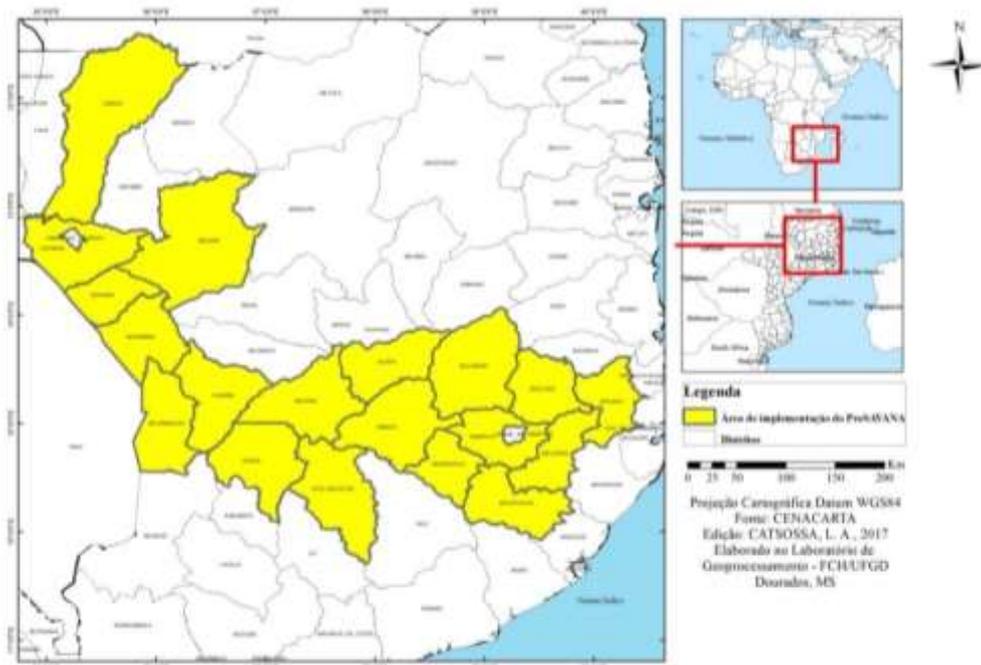
A situação no Brasil não é diferente, neste país latino-americano, muitas comunidades na sua maioria quilombolas e indígenas, têm sido sistematicamente desterritorializadas e suas terras tomadas pelas grandes corporações estrangeiras (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012; PEREIRA & PAULI, 2017). Com a presença massiva das corporações capitalistas, em pouco tempo “o território brasileiro se tornou ingovernável (Santos, 2007) e isto, tem estado a impossibilitar a realização da reforma agrária (Oliveira, 2010), situação que mantém o Brasil como sendo um dos países latino-americanos com maiores níveis de desigualdades sociais no mundo. A Via Campesina, uma organização mundial de camponeses e os movimentos sociais locais, sobretudo, de Moçambique e Brasil têm estado a travar batalhas contra a estrangeirização de terras e o avanço do agronegócio nos dois territórios. Eles entendem que a entrada das multinacionais está a retirar terras aos povos locais, empobrecendo-os ainda mais do já estão.

Para eles, a estrangeirização de terras é uma ameaçada a soberania alimentar, e isto ocorrem quando os camponeses são forçados a usar agrotóxicos no processo produtivo. Os pesquisadores de diversos quadrantes do mundo juntaram-se também a essas vozes críticas da sociedade, passando, contudo, a denunciar o fenômeno de estrangeirização de terras em suas pesquisas, destacando o seu lado perverso, caracterizado pela concentração de terras nas mãos das grandes corporações e conseqüentemente, a desterritorialização das comunidades rurais e do próprio modo camponês de fazer agricultura, criando desta feita, a insegurança alimentar. Para melhor compreensão do tema proposto, achou-se necessário analisá-lo de forma isolado, iniciando com o ProSAVANA e depois o MATOPIBA e, é o que se verá a seguir.

ProSAVANA: um “novo” programa brasileiro em Moçambique, mas a sopa é (quase) aquela de sempre

A diferença de outros programas do ramo do agronegócio em curso em Moçambique e, sobretudo, no Corredor de Nacala, o ProSAVANA tem uma particularidade. A sua particularidade está no fato de este, ser um programa de cooperação internacional, que envolve os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão. Neste programa, Moçambique está representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) subordinado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), o Brasil pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que também conta também com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Japão através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O acordo que levou a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala e, foi assinado em 2009. Oficialmente, ProSAVANA está em implementação no Corredor de Nacala desde 2011, altura em que foi tornado público e ocupa cerca de 14,5 milhões de hectares de terras.

Mapa 1: O território do ProSAVANA no Corredor de Nacala.



Fonte: CATSOSSA (2017).

No Corredor de Nacala e, sobretudo, nos territórios de influência direta do ProSAVANA, vivem milhares de camponeses, fazendo o uso diversificado da terra. Aliás, estes apenas têm a terra como seu único meio de sobrevivência, na medida em que a partir dela produzem os seus alimentos. O que faz com que esta região seja um Corredor é a linha-férrea que corta este território do centro a norte do país. Esta linha-férrea foi construída pela

mineradora brasileira Vale Moçambique que é usada para o escoamento do carvão mineral. No entanto, ela sai da vila de Moatize onde a Vale extrai carvão Mineral e vai até ao porto de Nacala. Com a entrada do ProSAVANA, esta linha-férrea foi revitalizada e ampliada por forma a atender os interesses do agronegócio ao longo do Corredor. A história do ProSAVANA em Moçambique enquanto estratégia de desenvolvimento agrícola é muito complexa. A sua complexidade se dá pelo fato deste programa ter “nascido” fora do país e sem conhecimento do povo moçambicano.

A complexidade do ProSAVANA se dá pelo fato do discurso inicial que levou a sua territorialização em Moçambique estar a metamorfosear-se de um momento para o outro (Catsossa, 2017a) e isto verificou-se novamente em Outubro de 2017, durante a *III Conferência Internacional dos Povos*, organizado pelas organizações filiadas *Campanha Não ao ProSAVANA*. Isto dificulta compreender os quais reais motivos da territorialização do ProSAVANA em Moçambique. Em termos político-ideológico, o ProSAVANA inspira-se no PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado a partir dos finais da década de 1970, numa cooperação bilateral entre os governos do Brasil e do Japão, respectivamente, que durou cerca de 20 anos (1979-1999), onde entre outras, incentivou a expansão do agronegócio. A esperança de vida do ProSAVANA, inicialmente foi também pensada num período de 20 anos (2010-2030).

Da mesma forma como o PRODECER foi dividido em três fases sendo elas, «PRODECER I», «PRODECER II» e «PRODECER III», o ProSAVANA é dividido também em três períodos, entre eles, «Período inicial», «Período de crescimento», e «Período de amadurecimento» e como se pode ver, apenas ocorreu a mudança de nomenclatura. Desde o início, o PRODECER foi promovido pelos governos do Brasil e do Japão como sendo um “programa de sucesso” e o “milagre do cerrado do século XX”, respectivamente. Essas alegações fizeram com que o governo moçambicano acreditasse nesta “velha” falácia e em seguida, aceitasse a entrada deste programa em Moçambique. Alguns estudos, provam que o governo moçambicano não participou na elaboração do ProSAVANA, sendo que apenas foi escolhido como receptor da iniciativa para a sua implementação. O governo moçambicano para se sentir parte do projeto, chegou a nacionalizá-lo.

Nacionalizado pelo governo moçambicano, o ProSAVANA mudou, de «*Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento agrário das Savanas Tropicais em Moçambique*», passando a chamar-se «*Programa do governo moçambicano com apoio técnico-financeiro dos governos do Brasil e do Japão*» (CATSOSSA, 2017). Isto permitiu que o governo moçambicano escapasse de todas as críticas que vinham por parte dos acadêmicos e dos movimentos sociais nacionais e estrangeiros, segundo as quais, o ProSAVANA era um “programa vindo de fora do país” e concebido de “cima para baixo” e que “Moçambique era apenas receptor”. Há *mitos* que são propalados pelos executores do

ProSAVANA. A ideia segundo a qual, o ProSAVANA pretende promover o bem-estar social em Moçambique, sobretudo, no Corredor de Nacala, é apenas uma retórica. Este discurso foi usado apenas para aliciar e/ou ganhar confiança das comunidades locais e dos camponeses, em particular, pois o agronegócio não tem este compromisso.

Por sua vez, o uso de discursos de tendência “salvacionista”, tinha em vista fugir das críticas que seriam feitas pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, acadêmicos e outros atores atentos às *mazelas* do capital no mundo. Também não é verdade que vai acabar com a fome, pois o interesse supremo do agronegócio é a produção de mercadorias para o mercado internacional. Contudo, a implementação efetiva do ProSAVANA pode desdobrar-se numa profunda insegurança alimentar e necessidade de compra dos produtos alimentares por parte das famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala. Aliás, o **“PRODECER, apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos, [...] resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões”** (SCHLESINGER, 2013, p. 45, grifo nosso).

Por isso, o discurso desenvolvimentista do ProSAVANA é nada menos, nada mais que, uma “arma” secreta de desterritorialização das comunidades locais e, do campesinato em particular, ao longo do Corredor de Nacala. Geopoliticamente, o ProSAVANA representa interesses do capital internacional –, o seja, configura-se num verdadeiro “trem” que apenas serve para transportar empresas multinacionais e empresários estrangeiros para Moçambique com vista a avançar com o processo de acumulação do capital a escala global, mas com o *aval* do governo moçambicano. Importa realçar que, não se trata de um processo de acumulação simples, trata-se, portanto, da acumulação ampliada do capital com algum teor primitivo. O que denuncia que o ProSAVANA é pro-capital e anti-campesinato, é o grupo alvo o qual, se direcionou durante o processo de promoção inicialmente feita no Brasil, depois no Japão e mais tarde em Moçambique. O Seminário Internacional realizado em 2011, em São Paulo, subordinado ao título **«Agronegócio em Moçambique: Cooperação Internacional Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento»**, é revelador que o ProSAVANA é a expressão exata da atual geopolítica da questão agrária mundial.

Tabela 1: Promoção do ProSAVANA no Brasil

| Temas | Orador/a | Cargo/função |
|--|-------------------|--|
| Cooperação como promotora e oportunidade de investimento | Maco Ferani | Diretor da ABC |
| | Kenzo Oshima | Vice-Presidente da JICA |
| | Murade Muragy | Embaixador de Moçambique no Brasil |
| | Pedro Arraes | Presidente da EMBRAPA |
| | Wagner Rossi | Ministro da Agricultura no Brasil |
| | José Pacheco | Ministro da Agricultura de Moçambique |
| Agronegócio em Moçambique: potencial e macro-institucional | Kátia de Abreu | Senadora e Presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) |
| | Roberto Rodrigues | Presidente do Conselho Superior do Agronegócio (FIESP) |

PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE E MATOPIBA NO BRASIL: A BASE PARA A COMPREENSÃO DA GEOPOLÍTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA MUNDIAL NA CONTEMPORANEIDADE

| | | |
|--|--|--|
| Desenvolvimento do agronegócio brasileiro | Aysson Paulinelli | Ex-ministro da Agricultura do Brasil |
| Panorama do Programa Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA) | JICA & ABC | Representante do governo japonês e brasileiro no processo de implementação do ProSAVANA |
| | Alberto Santana | Coordenação do ProSAVANA na EMBRAPA: Projeto I-Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agrícola em Moçambique |
| Como investir em Moçambique? Localização, desafios e incentivos | CIP (Centro de Promoção de Investimento) | Governo de Moçambique |
| Atuação de instituições de crédito no apoio ao desenvolvimento da agricultura em Moçambique | Thierry Tanoh | Vice-presidente da África, América Latina e Caribe-International Financial Corporation IFC-Banco Mundial |
| | BNDES | Governo do Brasil |
| Crédito para o agronegócio em Moçambique | JUCA | Governo do Japão |
| Agronegócio em Moçambique – a experiência da Miranda Agroindústria Investimento Japonês | Antônio Miranda Mitsubishi Co | Representante da empresa Representante(s) da empresa vindo do Japão e Brasil |

Fonte: CATSOSSA (2017).

Como se pode ver na tabela 1, a promoção não era apenas do ProSAVANA, mas do agronegócio como modelo de produção para Moçambique. Além disto, em Cuiabá, ocorreu outro evento subordinado ao tema «**Oportunidades de investimento no agronegócio em Moçambique**», organizado pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), a ABC e o Itamaraty (CATSOSSA, 2017). Após esses eventos, muitos produtores brasileiros do ramo do agronegócio, migraram para Moçambique, cuja finalidade era adquirir terras agrícolas. Foi por causa disto que, Clements e Fernandes (2013, p. 19) concluíram que através do ProSAVANA, o Brasil estava a promover “a grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas em Moçambique”. A história do ProSAVANA em Moçambique, revela que nunca foi organizado um evento específico para a sua promoção junto dos camponeses.

O que aconteceu, foi à realização de alguns encontros que tinham em vista, apresentar o programa e depois auscultar as organizações da sociedade civil que representavam os interesses dos camponeses, às vezes, com a participação de camponeses previamente identificados pelos executores do ProSAVANA, sobretudo, da contraparte moçambicana (CATSOSSA, 2017a). Desde que o ProSAVANA foi tornado público em Moçambique, foi alvo de críticas por vários segmentos da sociedade moçambicanas, entre eles, acadêmicos, organizações da sociedade civil, associações de camponeses, movimentos sociais nacionais e estrangeiros. Além disso, desde que este programa se implantou em Moçambique, começaram a se verificarem disputas territoriais ao longo do Corredor de Nacala, em que de um lado, os camponeses e os movimentos sociais diziam “Não ao ProSAVANA”, e do outro, os executores do ProSAVANA ameaçavam, dizendo que, “qualquer coisa que viver, vamos atropelar e avançar para frente” (CATSOSSA, 2017). Questionada porque a sua

organização estava contra o ProSAVANA, uma das lideranças da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), respondeu nos seguintes termos:

A nossa ideia de dizer não ao ProSAVANA, é porque [entendemos que] o dinheiro não pode justificar o sacrifício que um povo vai fazer [...], queremos alternativa para desenvolver a nossa agricultura. Lembro-me que até uma das palavras, foi essa, não queremos um trator gigante que venha lavrar as nossas terras, não venha um programa tão gigante, mas que fortaleça aquela nossa habilidade de produzir².

A União Nacional de Camponeses (UNAC) é que foi mais longe com as suas afirmações e uma das suas lideranças afirmou nos seguintes termos:

Não estamos contra o desenvolvimento, mas o modelo de desenvolvimento. Os camponeses constituem a maioria da força laboral ao nível das regiões rurais e praticam agricultura de subsistência familiar. Mas também, vir investidor em Moçambique em nome de desenvolvimento e criar injustiças como tais, que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção, estamos contra essas atitudes³.

Os camponeses e os movimentos sociais questionavam em grande medida, à falta de transparência e clareza, autoritarismo na implementação do programa, consultas comunitárias não abrangentes, violação das legislações nacionais e internacionais de acesso à informação e entre outros aspectos. A implementação do ProSAVANA nunca foi pacífica, pois além de verificar-se a agressão de alguns militantes e ativistas sociais, “quando necessário, havia repressão contra as reivindicações das comunidades e coerção psicológica contra os críticos do Programa” (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 9). Mesmo assim, os camponeses e os movimentos sociais não se deixaram intimidar, pois até os dias atuais nota-se a continuidade das lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, fato que culminou a sua suspensão em 2015. Numa primeira fase, procuraram informações junto dos movimentos sociais brasileiros.

Os movimentos sociais brasileiros foram “chaves”, pois foi daí que do lado moçambicano ganhou-se consciência de que, se estava diante de um gigantesco processo de estrangeirização de terras que mais tarde, desembocaria na pilhagem territorial e também na expulsão dos camponeses das suas terras. Aliás, as informações sobre a existência do ProSAVANA despoletaram a partir do Brasil e, eram difundidas por instituições de comunicação social, sobretudo, na JR News, em que destacava que, “os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem baratinho, incentivando novas plantações⁴”. Isto despertou as organizações da sociedade civil moçambicanas, sendo que mais tarde e, sobretudo, em 2012,

² Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula.

³ Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eogFlr5myA>. Acesso: 08/06/2018.

a União Nacional de Camponeses (UNAC), fez o seu primeiro pronunciamento a partir da cidade de Nampula, tendo feito as seguintes denúncias:

Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSAVANA em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses. [...] (p. 3).

Além da UNAC, a Justiça Ambiental – Amigos da Terra em Moçambique, em 2013 fez também o seu pronunciamento sobre o ProSAVANA. Neste pronunciamento, esta organização avançava que, “o ProSAVANA nos termos em que se propõe irá colocar em risco a soberania alimentar, de acesso à terra, à água e toda a estrutura social de milhares de famílias de moçambicanos, mutilando assim o futuro da nação” (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2013, não paginado). Em 2013, foi organizado um encontro na cidade de Maputo que juntou várias organizações da sociedade civil e no fim, Graça Samo, na altura em representação do Fórum Mulher, referiu-se que, “depois de muito se refletir, concluiu-se que o assunto da terra preocupa a todos os setores da sociedade, o ProSAVANA, um programa milionário de agronegócio, foi identificado pela sociedade civil como sendo um assunto de agenda comum” (O País, 2013, p. 14). Assim, o ProSAVANA era declarado como o inimigo número das comunidades rurais e dos camponeses, em particular. Ainda no mesmo ano de 2013, as organizações da sociedade civil e associações camponesas moçambicanas com apoio dos movimentos sociais brasileiros, elaboraram uma carta aberta intitulada «*Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o programa ProSAVANA*» e mais tarde, foi enviada aos governos aos três governos, isto é, para o antigo presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, a antiga presidente do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe. Nesta carta, estas organizações destacavam o seguinte:

[...] nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSAVANA tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País [...]. Exigimos uma intervenção urgente de V. Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objetivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSAVANA que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas.

Mesmo com estes gritos já internacionalizados, os executores do ProSAVANA avançavam com suas atividades como se não tivessem recebido em termos de documento vindo das organizações da sociedade civil e dos camponeses. As lutas e resistências contra o ProSAVANA vieram ganhar expressão nacional e internacional com a criação da

«*Campanha Não ao ProSAVANA*». Este movimento é resultado da fusão de organizações da sociedade civil e associações de camponeses, comprometidos com a promoção da justiça social no campo. Atualmente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é composta pelas seguintes organizações: a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CAJUPANA), a Comissão Diocesana da Justiça e Paz de Nacala (CDJPN), o Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, a Marcha Mundial das Mulheres Moçambique, a Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), a Livaningo e A União Nacional dos Camponeses de Camponeses (UNAC).

Importa realçar que, inicialmente eram muitas organizações que contestavam o ProSAVANA, mas com o andar do tempo, algumas que faziam parte desde movimento acabaram por desistir. A desistência destas organizações não foi de livre e espontânea vontade, elas foram forçadas com as circunstâncias, sendo a estratégia de cooptação empreendida pelos executores do ProSAVANA, um dos principais fatores. Na verdade, esta estratégia tinha em vista dividir e colocar as organizações da sociedade civil, umas contra outras. Como resultado, ocorreu uma desordem quase total no seio das organizações, algo que levou a sua fragmentação, dividindo-se em duas grandes alas: a «*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*». As da «*ala anti-ProSAVANA*» são que permaneceram na *Campanha Não ao ProSAVANA* e as da «*ala pro-ProSAVANA*», são as que supostamente foram cooptadas pelos executores do ProSAVANA. Durante as lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA, as organizações da «*ala pro-ProSAVANA*» foram acusadas pelas da «*ala anti-ProSAVANA*» que terão recebido dinheiro para que avançassem com a desinformação das comunidades para aceitarem o ProSAVANA, destacando que este programa vinha ajudar os camponeses (CATSOSSA, 2017a).

A fragmentação destas organizações e a sua divisão, enfraqueceu a luta contra a implementação efetiva do ProSAVANA, mas, mesmo assim, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» se reinventou ao longo do caminho. Mais tarde, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» conseguiu interromper provisoriamente as atividades do ProSAVANA em Moçambique, depois de tantas denúncias feitas dentro e fora do país, sobretudo, no Japão, país que financia este programa. As organizações da sociedade civil estrangeiras, sobretudo, do Brasil e do Japão desempenharam papel impotente neste processo. No caso do Brasil, estava a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), FASE/Brasil e no Japão a Japan International Volunteer Center (JVC). Em Outubro de 2017, durante a «*III Conferência dos Povos*, subordinado ao tema “*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrário e as alternativas populares*», realizado na cidade de Maputo em Moçambique e organizado pelas organizações filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», os protestos contra a implementação efetiva do ProSAVANA voltaram a ganhar espaço.

Foto 1: Mulheres camponesas protestando a implementação efetiva do ProSAVANA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Outubro de 2017.

Nas mãos das três mulheres camponesas presentes na foto 1, cada uma delas, exibe uma mensagem de repúdio a este programa como, por exemplo, “Não a privatização da terra”; “Não ao ProSAVANA” e que a “África não está à venda”. Ouvia-se também mensagem, como por exemplo, que os camponeses do Corredor de Nacala querem continuar a cultivar nas suas terras tendo em conta o seu modo de vida. Os camponeses sabem muito bem que, o modelo de produção que lhes é imposto é destruidor e aceitando a sua efetivação, significaria a sua morte letal e ao mesmo tempo simbólica enquanto povo. Em Abril de 2018, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», voltou a denunciar novamente o ProSAVANA, depois de terem escapado informações que davam conta que os executores deste programa terão se reunido na cidade de Maputo para desenhar novas estratégias com vista a avançarem com sua implementação efetiva. No comunicado de imprensa, lê-se:

A Campanha “Não ao ProSAVANA” tomou conhecimento, através do relatório da última reunião sobre o ProSAVANA, presidida pelo Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar no dia 4 de Abril, que os governos de Moçambique, Brasil e Japão, estão a tomar ações com vista à implementação efetiva do programa ProSAVANA na região norte do país, ignorando assim todas as contestações dos camponeses e camponesas, dos moçambicanos e moçambicanas e das organizações da sociedade civil, afiliadas ou não à Campanha Não ao ProSAVANA.

Em Novembro de 2018, o ProSAVANA voltou a ser contestado pela «*Campanha ao ProSAVANA*» num dos seus comunicados. Nesta comunicado resultante do Encontro realizado na cidade japonesa de Tóquio, intitulado Declaração de Tóquio, a Campanha Não ao ProSAVANA, declara que torna-se urgente que se “pare com programas e investimentos que promovem ocupação predatória dos territórios, comprometam a integridade dos povos e violem sistematicamente direitos humanos dos povos”. Há autores que afirmam, por exemplo,

que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA. É o caso do jornalista e cineasta, Stefano Liberti, em seu recente artigo intitulado «*Um projeto de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio*», publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em Junho de 2018.

A única coisa que o autor acerta sem margem de erro, é que na verdade o ProSAVANA é parte de um esquema gigantesco de estrangeirização de terras em Moçambique, disfarçado de um programa de desenvolvimento. Numa altura em que o capital está em processo de reestruturação, é prematuro e torna-se problemático afirmar categoricamente que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA em Moçambique. As próprias organizações que defendem os interesses das comunidades rurais e dos camponeses em particular, sabem que a batalha contra o ProSAVANA não foi vencida. Mesmo com esta suspensão temporária do ProSAVANA, uma das lideranças da ORAM sugere que é preciso “celebrar com muita cautela porque o próprio sistema capitalista tem as suas armadilhas, no sentido de que podemos assumir esta posição por uns instantes, depois de agarrarmos a presa, continuarem a ignorar-nos como sempre fizeram⁵”.

Em Fevereiro de 2018, a JICA anunciou que o ProSAVANA está prestes a avançar, destacando que estavam em curso o no Plano Diretor, no qual pretende-se incorrer as demandas dos camponeses locais. Se de fato o ProSAVANA é um programa do moçambicano, questiona-se porque é que tem se a JICA a anunciar o retorno deste programa depois da sua suposta suspensão no próprio território moçambicano. Aqui, fica a prova de que o Estado moçambicano foi capturado por interesses do capital global. Numa altura que os movimentos sociais em Moçambique andam muito fragmentados em resultado do processo de cooptação implantado pelos executores do ProSAVANA torna-se ainda problemático afirma que este programa foi derrotado.

O agronegócio em Moçambique tem estado a entrar por outras vias pouco claras e fora do alcance das organizações da sociedade civil que se opõem a entrada destas iniciativas no país. O próprio novo Plano Diretor está a ser elaborado sem a participação da sociedade civil e de organizações camponesas, o que sugere afirmar que a exclusão de outras forças vivas da sociedade moçambicana continua no processo de elaboração do ProSAVANA. Os próprios executores do ProSAVANA, sobretudo, da contraparte moçambicana, deixaram bem claro que, não vão parar com o programa por causa de um grupo muito reduzido, sobretudo, as organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Isto revela que, o ProSAVANA será implementado mesmo com gritos dos camponeses e dos movimentos sociais atualmente internacionalizados, passando por cima de todos e de tudo.

⁵ Entrevista realizada em Janeiro de 2016 na cidade de Nampula.

Numa altura em que Moçambique está a passar por uma profunda crise econômica/financeira em resultado das chamadas «Dívidas Ocultas», este não terá força suficiente para resistir ao sub(imperialismo) brasileiro e japonês que se materializa através do ProSAVANA. Neste sentido, o governo da FRELIMO, no poder de 1975, vai mais uma vez “sacrificar” o seu pobre povo que apenas depende da terra para a sua reprodução social, em nome de um desenvolvimento duvidoso, isto é, socialmente desigual/excludente e insustentável em termos ambientais. Lembrar que, em 2015, o antigo ministro do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar), é citado em vários (cf. Mosca & Bruna, 2015, Catsossa, 2017) a afirmar que “qualquer coisa que vir, vamos atropelar e passar para frente”. Isso, mostra apenas que a implementação efetiva do ProSAVANA não será pacífica. Enquanto os interesses do governo moçambicano convergirem com os do capital internacional, o ProSAVANA poderá avançar e como se verá mais em diante, foi assim que o MATOPIBA se consolidou, avançando com a expansão de *commodities* no cerrado brasileiro.

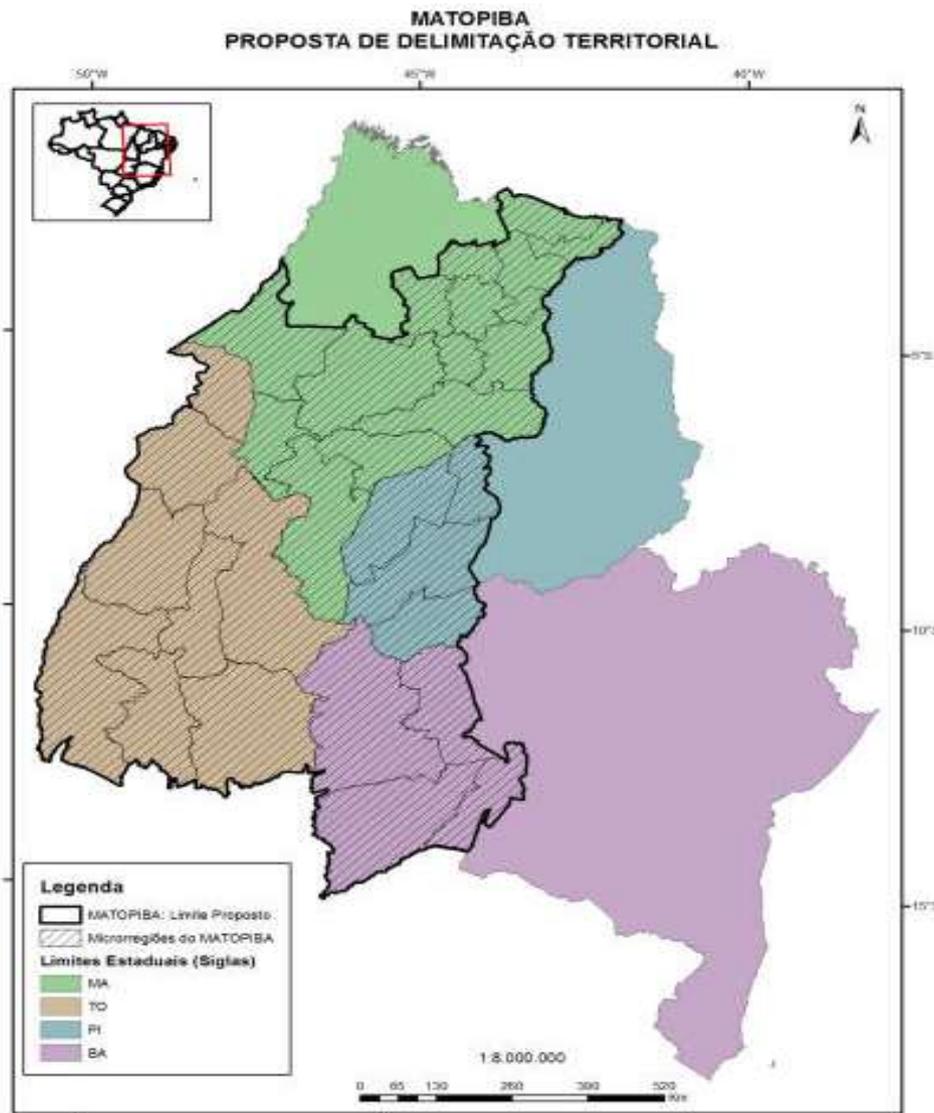
Há um *mito* segundo o qual, o Japão e o Brasil são os únicos países interessados no ProSAVANA. É verdade que nestes dois países o interesse continua ser maior, mas há outros atores invisíveis, mas quando o ProSAVANA começar a expandir *commodities* ao longo do Corredor de Nacala, com certeza eles serão conhecidos. Para se derrotar o ProSAVANA, deveria estar em curso desde que o programa foi suspenso em 2015, um processo intensivo de educação do campo, com vista adotar os camponeses de instrumentos necessários para confrontar o capital e defender os seus territórios, mas não é o que aconteceu, e se aconteceu, ocorre numa forma fragmentada. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» precisa mudar de paradigma e isso, passa necessariamente por avançar com um programa específico de educação do campo, pois só assim, as comunidades e os camponeses que diz defender, ganharão a consciência de classe, que a luta que eles travam, não é apenas contra o ProSAVANA, mas sim, contra o capital no seu todo. Para as lutas e resistências camponesas contra a implementação efetiva do ProSAVANA e do capital como um todo se manter, é necessário que se preserve a união das organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*».

MATOPIBA: a “nova” frente de expansão do agronegócio no cerrado brasileiro

O MATOPIBA é o acrônimo que compreende os limites fronteiriços dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía. O MATOPIBA enquanto política de desenvolvimento agrário nesta região específica surge em Maio de 2015 e foi aprovado pelo decreto nº. 8.447 sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA –, PDA-MATOPIBA (BRASIL, 2015). O discurso que norteou a elaboração do PDA-MATOPIBA é “salvacionista”, segundo o qual, este programa visa “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015). Foi com base nesse pressuposto que o MATOPIBA foi elaborado e de acordo com Pereira e Pauli (2017), a autoria deste programa foi da antiga senadora e ministra da agricultura, Kátia de Abreu, do partido PMDB (atualmente MBD). A região do MATOPIBA tem aproximadamente 73 milhões de hectares de terras (EMBRAPA, 2015).

Mapa 2: Delimitação da região alvo do MATOPIBA.



Fonte: EMBRAPA (2015).

Aqui, se está diante de um recorte territorial, cujo interesse é de usá-lo para fins de produção de *commodities* agrícolas para o mercado internacional. O MATOPIBA, não pode ser dissociado de outros programas implementados dentro do Brasil, sobretudo, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado na década de

1970 numa cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão que entre outras coisas, promoveu a expansão do agronegócio ao longo do cerrado brasileiro. No entanto, era de esperar que o governo brasileiro refletisse o suficiente depois de tantas críticas feitas pelos movimentos sociais e pesquisadores/as brasileiros/as sobre o fim “inglório” do PRODECER, no que tange as políticas de desenvolvimento agrário a implementar e/ou a incentivar.

Mas, parece que estas vozes da sociedade brasileira foram como também continuam sendo ignoradas e a implementado do MATOPIBA, apenas denuncia este aspecto. Aliás, políticas neoliberais como o MATOPIBA, tem sido promovidas pelo Brasil em outros países do mundo, sobretudo, na África e o ProSAVANA em Moçambique, é apenas o exemplo disto. Aquando do PRODECER, foi notório o processo de recorte territorial para dar lugar a expansão de *commodities* e como se diz, foi uma “modernização danosa”, pois com ele surgiram vários problemas e como se verá mais em diante, os mesmos estão a ser reproduzidos nos territórios de influência direta do MATOPIBA. É verdade que faz algum tempo, mas as características do MATOPIBA são quase as mesmas do PRODECER.

Vários aspectos que caracterizaram e permearam a elaboração do PRODECER, apenas foram recuperados, reforçados, atualizados e por sua vez, reeditados⁶ e os mesmos estão patentes no MATOPIBA. Por isso, pode-se considerar o MATOPIBA de um novo PRODECER no Brasil contemporâneo. As culturas promovidas pelo MATOPIBA são todas elas de exportação, com destaque para a soja, o milho, cana-de-açúcar e algodão, por isso, a ideia segundo a qual através deste programa, a intenção é sanar a fome nesta região específica, é apenas uma retórica, pois o PRODECER e outros programas ligados ao agronegócio implementados no Brasil, não foram capazes de resolver este mal social (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; SCHLESINGER, 2013).

Estudos empíricos realizados nos territórios do MATOPIBA apontam que, as culturas que se tem mostrado expressivas no que tange os níveis de produção e produtividade, são as de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar (PEREIRA & PAULI, 2017, 2016; JESUS & FABRINI, 2017). O MATOPIBA enquanto programa de desenvolvimento agrário, conta com financiamento público-privado, vindo do governo brasileiro e também de outros atores interessados na expansão do agronegócio nesta região. De acordo com Aguiar e Pacheco (2016), o MATOPIBA conta:

Com o apoio de recursos públicos, liberados por meio do sistema financeiro, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo aporte de recursos oriundos de fundos de investimento internacional, que tem aplicado na compra de ativos (terra) nessa região (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 89).

⁶ Para uma leitura mais detalhada, consulte: Aguiar & Pacheco (2015).

Convém esclarecer logo que, o financiamento que é alocado ao MATOPIBA é público-privado porque além do governo brasileiro, encontram-se também alguns países com interesses no programa e, sobretudo, na produção de cereais que vai sair nessa região do país. Em Fevereiro de 2016, foi organizado um evento subordinado ao tema «*Diálogos Brasil-japão: Intercâmbio econômico em agricultura e alimentos MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía)*», em que participaram representantes dos dois países.

Tabela 2: Alguns temas abordados durante o evento “*Diálogos Brasil-Japão*” em 2016

| Título da apresentação | Orador(a) | Cargos |
|---|---|--|
| <i>MATOPIBA: horizontes e oportunidades na maior e mais nova fronteira agrícola do Brasil</i> | <i>Kátia Abreu</i> | <i>Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</i> |
| <i>Panorama e perspectiva de investimentos japoneses no Brasil</i> | <i>Shinji Tsuchi; Yoshifumi Araki; Aichiro Matsunaga & Taro Fujie</i> | <i>Presidente da Mitsui & Company; Presidente da S.C. Toyota Tsusho do Brasil; Diretor-Presidente da Mitsui Corporation do Brasil e presidente da Comissão de Relações Exteriores Institucionais da Câmara do Comércio e Indústria Japonesa no Brasil; Presidente da Ajinomoto do Brasil e d Presidente do Departamento de Gênero Alimentícios da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil.</i> |

Fonte: BRASIL (2016). Org. O autor.

A partir da tabela 2, percebe-se se tratava da promoção do MATOPIBA aos investidores japoneses. É através dessa promoção que a pressão de terras nos territórios de influência direta do MATOPIBA ganhou novos contornos, caracterizado pela presença massiva de empresas estrangeiras ligadas ao ramo do agronegócio e, estas se tem destacado na aquisição de terras agrícolas (cf. PEREIRA & PAULI, 2016). Além da componente produção, geoestrategicamente a região ocupada pelo MATOPIBA é importante em termos logísticos. No entanto, as empresas japonesas são “chaves” no processo de expansão do agronegócio nesta região, sobretudo, no controlo da logística e isso faz com que elas controlem o mercado asiático de *commodities*. Todavia, são notórios os interesses japoneses no terminal de Itaqui, no Estado de Maranhão, encabeçadas pela JICA. Não se pode esquecer o papel que a JICA e algumas empresas japonesas tiveram durante a implementação do PRODECER e parece estar a repetir-se o mesmo mecanismo.

Nesta mesma região verificam-se também interesses das empresas chinesas, sobretudo, no processo de revitalização e construção da cadeia logística (ferrovias) para facilitar o escoamento de *commodities*. Isso revela apenas que, a soja que está a ser produzida nesta região do Brasil está comprometida com o mercado asiático de *commodities*. Na região do MATOPIBA, já se territorializaram várias empresas estrangeiras vocacionadas na produção de *commodities* agrícolas. De acordo com Pereira e Palui (2017, p. 203) nessa

região nota-se uma “presença de empresas que possuem interesses apenas no mercado de terras, como é o caso da Radar, e aquelas que atuam na atividade de mineração, como é o caso da estadunidense BDP *International*”.

Estes autores mostram uma lista enorme de empresas de capital internacional com projetos virados para o agronegócio na área de influência direta do MATOPIBA (PEREIRA & PAULI, 2016). O MATOPIBA tem merecido várias análises por parte de pesquisadores brasileiros e estes, não deixam de alertar sobre o risco que o Brasil incorrer ao deixar que as empresas multinacionais se apropriem das terras e que ocorra também a pilhagem do cerrado brasileiro enquanto bioma. Os gritos dos povos tradicionais, entre eles, quilombolas e indígenas já se internacionalizaram, onde clamam pelo fim da pilhagem dos seus recursos naturais, por estes serem vitais para a sua sobrevivência. Nos territórios de influência direta do MATOPIBA, verifica uma intensa disputa pelo uso dos territórios, envolvendo os povos locais e as empresas multinacionais que atuam no ramo do agronegócio. Conforme Aguir e Pacheco (2017, p. 90) afirmam que, essa disputa pelo uso dos territórios ocorre “nas áreas das populações tradicionais – como as comunidades quilombolas – e os povos indígenas”.

Embora conste no documento que cria o MATOPIBA a ideia segundo a qual, este programa visa proporcionar melhores condições de vida as populações locais, as denúncias dos movimentos e alguns estudos, contraria este discurso, destacando que, por aí, estão a emergir vários problemas de índole socioambiental. No entanto, o MATOPIBA é tido como promotor de *barbárie* do Brasil. Por exemplo, há denúncias segundo as quais, nestes territórios estão a ocorrer fenômenos como a expulsão das comunidades locais das suas terras, a degradação ambiental e a ocorrência de trabalho análogo à escravidão, são os principais impactos negativos da implementação do MATOPIBA (PEREIRA & PAULI, 2016; ACTIONAID, 2017; JESUS & FABRINI, 2017). Os protestos contra o MATOPIBA são uma realidade e cansados de serem oprimidos pelo capital, os povos locais gritam “Não ao MATOPIBA” como palavra de ordem.

Foto 2: Protestos populares contra o MATOPIBA



Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2016/03/04/o-matopiba-significa-a-morte-e-nos-lutamos-em-defesa-da-vida>. Acesso: 22/07/2018.

No texto de autoria de Rute Pina, publicado na página oficial da CUT (Central Única dos Trabalhadores do Brasil), descreve as denúncias feitas pelos povos de Maranhão contra o MATOPIBA nos seguintes termos:

Denunciamos o Estado capitalista como nosso inimigo, porque submisso às corporações empresariais-financeiras, ao agronegócio, às mineradoras e, desta forma, conivente e promotor de injustiças e violência no campo e nas periferias urbanas – os pobres, as mulheres, os negros, os índios e os jovens como vítimas preferenciais. Esta relação promíscua está criando condições para o sacrifício total da natureza, do que ainda resta do nosso Cerrado e dos nossos povos. É o caso do projeto MATOPIBA, de produção de grãos para exportação, nos cerrados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía. Dizemos não ao MATOPIBA! (PINA, 2017).

Como estratégias de lutas e resistências, muitas organizações que lutam pela justiça social no campo brasileiro, têm optado por elaborar estudos. É a partir destes estudos que estas organizações têm denunciado as atrocidades resultantes da implementação do MATOPIBA (e de outros programas) no Brasil. Num relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) intitulado «MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos» lê-se o seguinte: “ao invés de progresso, o MATOPIBA causa graves problemas sociais e acentua ainda mais a destruição do Cerrado, causando agravamento da pobreza e o abandono forçado dos seus territórios”. Actionaid no seu estudo afirma, no entanto que, que desde que começou a implementação do MATOPIBA, “as comunidades rurais ficaram ainda mais pressionadas, cercadas pelas agroindústrias, com menos terra para se reproduzir do que anteriormente” (ACTIONAID, 2017, p. 60). Esta organização vai mais além com as suas constatações e conclui que:

Em síntese, o MATOPIBA [...] tem operado uma sistemática expulsão e desestruturação das comunidades rurais que habitavam a região, desenvolvendo diversos modos de vida baseados na posse da terra, sem que o Estado brasileiro tenha se ocupado em garantir os mínimos direitos desses camponeses, povos tradicionais e indígenas (ACTIONAID, 2017, p. 70)

As lutas e resistências contra o MATOPIBA no Brasil acabaram por se internacionalizar. Nos últimos anos, os movimentos sociais brasileiros têm procurado fazer alianças com povos de outras nações que também vivem oprimidos pelo capital, principalmente, os de Moçambique. O que uniu os povos desses dois países foi o ProSAVANA, na medida em que, os movimentos sociais brasileiros prestavam apoio numa forma solidária as organizações da sociedade civil moçambicana por forma a não desistir das lutas e resistências que estavam a travar contra este programa agrícola. Neste processo, os dois povos oprimidos pelo capital, acabaram por proclamar o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil como seus inimigos número um. Em (quase) todos os eventos organizados pelos movimentos sociais moçambicanos contra o ProSAVANA, os movimentos sociais brasileiros sempre participaram.

Os encontros entre os movimentos sociais moçambicanos e brasileiros estão dentro da “Cooperação Sul-Sul entre os povos” e tem servido como um espaço de troca de experiência e também de aprimoramento das estratégias de lutas e resistências contra o avanço do agronegócio nos dois países, com destaque para o ProSAVANA e do MATOPIBA. Em Outubro de 2017, um grupo de organizações da sociedade civil brasileira esteve em Moçambique, a convite da «*Campanha não ao ProSAVANA*» para participar a “III Conferência Internacional dos Povos”, subordinado ao tema «*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrícola e às alternativas populares*». Destas organizações estiveram presentes, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a FASE/Brasil, representantes de comunidades quilombolas. Durante a conferência, Diana Aguiar, denunciou as truculências do MATOPIBA no Brasil, destacando a necessidade dos dois povos se unirem na luta contra a expansão do agronegócio nos dois países.

Globalizemos as lutas, globalizemos as esperanças. Os desafios que se impõem no Brasil são os mesmos de Moçambique, que é a luta contra o agronegócio, devastação e contaminação de territórios. As resistências se constroem em espaços assim, seja numa sala em Maputo, seja numa sala na capital Federal do Brasil –, Brasília, seja em baixo duma árvore, nas comunidades do cerrado brasileiro, no norte de Moçambique, em Nampula, na Zambézia. Isso é de fato globalizar as lutas, globalizar as esperanças. A nossa presença aqui, é a representação disso. Agente sente que a luta de vocês é nossa e esperamos que a nossa luta seja a luta de vocês também.

Esta foi à forma que os movimentos sociais brasileiros viram para denunciar as *barbáries* que o agronegócio e o MATOPIBA em particular, está a ocasionar no cerrado brasileiro.

Foto 3: Diana da FASE/Brasil (de pé) denunciando as brutalidades do capital no cerrado brasileiro durante a Conferência Triangular dos Povos/Moçambique



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Outubro de 2017.

A resposta dos movimentos sociais moçambicanos sobre a necessidade de se globalizar as lutas e as esperanças sugeridas pela ativista e militante da FASE/Brasil, Diana Aguiar, veio à tona em Novembro de 2018, durante a realização do Encontro Triangular dos Povos sobre o ProSAVANA, ocorrido na capital japonesa de Tóquio. Intitulada «Declaração de Tóquio», a Campanha não ao ProSAVANA em representação dos movimentos sociais moçambicanos afirma que “reiteramos a rejeição ao ProSAVANA e ao MATOPIBA e defendemos a soberania alimentar dos povos”. Nesta declaração, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» declara que:

Com a sociedade civil japonesa, e junto a um público mais alargado, expusemos a agenda do capital agroindustrial de eliminar a agricultura camponesa nos nossos territórios, tal como é o caso do programa ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil, promovidas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), em aliança com o capital financeiro e os governos desses países. Tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA são programas agrários pensados para a produção em larga escala de commodities para o benefício do capital, embora se mencione de forma manipulada nos documentos que é para o desenvolvimento rural e a garantia da segurança alimentar. [...] Reiteramos a nossa rejeição ao ProSAVANA em Moçambique e ao MATOPIBA no Brasil. Exigimos do governo do Japão e da JICA sua retirada urgente destes programas. O ProSavana e o MATOPIBA representam um claro atentado a classe camponesa. A forma pela qual têm sido, até aqui, conduzidos estes processos, os camponeses e camponesas das regiões de implementação têm sido recusados o direito de decisão sobre seus próprios sistemas alimentares. Continuam a ser tratados como objetos passivos e nega-se o seu protagonismo e um acumulado de saberes e valores ligados a agricultura

camponesa e a importância da cooperação e solidariedade entre si. Ao imporem-se práticas e opções agrícolas estranhas a sua concepção, não só atenta à soberania alimentar dos povos, como também compromete uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental dos camponeses dessas regiões (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2018, p. 1-2).

Agora, a pergunta que se coloca é a seguinte: como é que o MATOPIBA conseguiu resistir à pressão e as lutas travadas pelos movimentos sociais e camponesas ao longo desta região? A resposta é dada por Aguiar e Pacheco (2016), onde destacam que:

[...] esse modelo agroexportador resiste porque reúne interesses comuns. Por um lado, o agronegócio brasileiro busca sempre avançar com as exportações agrícolas brasileiras de *commodities* e com a diversificação dos mercados para os quais se comercializa (*commodities*, bens intermediários na produção de rações e outros derivados, agrocombustíveis, óleos vegetais, etc.). Do outro lado, está o governo brasileiro, tendo como aliados internos a área econômica (Ministério da Fazenda, o MAPA, além dos Ministérios de relações Exteriores [MRE] e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [MDIC]), os quais estão entre os maiores interessados no avanço das exportações brasileiras (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 91).

Fica aqui, uma mensagem de que os movimentos sociais brasileiros fizeram tudo para travar o MATOPIBA. Os acadêmicos brasileiros através das suas pesquisas também desempenharam o seu papel, alertando sobre a possibilidade de ocorrer à destruição do bioma cerrado e também da concentração de terras nos territórios de influência direta do MATOPIBA. Mas, tal como aconteceu no passado aquando do PRODECER, estas vozes voltaram a ser ignoradas pelo governo brasileiro tendo feito o capital, o seu principal aliado.

Algumas notas conclusivas

Chegado até aqui, fica claro que, os dois programas têm algo em comum –, neste caso, a ocupação de grandes extensões de terras agrícolas e por via disto, produzirem-se *commodities* para o mercado internacional. Tanto no ProSAVANA quanto no MATOPIBA, é nítido o papel do governo japonês e também das empresas desse país. Em ambos os programas a JICA aparece a desempenhar um papel de destaque, sobretudo, no financiamento da produção agrícola. No caso do ProSAVANA, o papel do Japão já é conhecido, pois ele é o principal financiador. Já no caso do MATOPIBA, embora que não haja informações públicas que a JICA é financiador direto, mas parece estar interessado novamente nas *commodities* que estão a ser produzidos no cerrado brasileiro. Os dois Estados (neste caso Moçambicano e Brasileiro) são as peças “chaves” para compreender estes dois projetos, pois a decisão para se avançar com estas iniciativas foi deles.

Aliás, não se pode esquecer que, são os Estados nacionais que contraditoriamente “embalam” as dinâmicas territoriais, tanto através de políticas públicas como também por meio de programas governamentais. O ProSAVANA e o MATOPIBA, enquadram-se no segundo caso, pois ambos não representam interesses do povo, mas sim, dos dois governos em convivência do capital internacional. Em ambos os programas, o Brasil teve um papel determinante. No caso do ProSAVANA, ele é resultado da política externa brasileira que é si paradigmática e contraditória, conduzida pelos governos *petistas* (iniciado pelo governo Lula [2003-2010] e depois pelo governo Dilma Rousseff [2011-2016]) onde se pretendia reproduzir experiências “danosas” do cerrado em outros territórios. Pode assim dizer-se que, a ação dos governos *petistas* em África e, principalmente em Moçambique foi subimperial. O Brasil tornou-se (sub)imperialista em Moçambique na medida em que, “piscou” à esquerda no início, alegando que a sua relação de cooperação estaria pautada na solidariedade entre os povos.

Em outras palavras, alegava-se, que nesta cooperação não havia nenhum interesse econômico, enfim, que era uma forma do Brasil pagar a “dívida histórica” contraída durante a escravatura que os povos africanos e moçambicanos, em particular, foram submetidos por este país latino-americano. O tempo veio revelar que, este discurso era apenas uma retórica, ou melhor, uma “arma” manipuladora, pois momentos depois, o Brasil “virou” a direita, promovendo a expansão do agronegócio e das empresas brasileiras em diversos setores de atividades em Moçambique. A presença do ProSAVANA, da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da mineradora Vale, das construtoras Ordebrecht, Correia Camargo e a Andrade Gutierrez, da Eletrobras (algumas destas iniciativas financiadas pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]) é a materialização do subimperialismo brasileiro em Moçambique.

Já o MATOPIBA, é uma política “arquitetada” internamente pelo governo brasileiro, mas com forte ligação com o capital estrangeiro e isto, é visível nesta região. Embora persista o discurso de natureza “salvacionista” nos dois programas, segundo o qual a intenção é essencialmente a promoção do desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, esta foi uma via usada contornar as críticas dos movimentos sociais dos dois países. A realidade destes dois programas, tanto Moçambique quanto no Brasil, revela a exclusão dos povos locais a vários níveis nos processos de tomada de decisão, desde a fase de concepção até a implementação dos programas.

Olhando pela forma como os dois territórios foram recortados e regionalizados, fica evidente que se está diante de um processo que consiste em entregá-los para que sejam geridos pelo capital. É importante realçar que, embora os dois programas tenham surgido em contextos históricos diferentes, ambos os casos, são parte de esquema gigantesco de estrangeirização de terras, cuja finalidade é para a expansão de *commodities*. Porém, a união dos movimentos sociais nos dois países é fundamental para combater o capital. Embora em

Moçambique os movimentos sociais tenham conseguido paralisar temporariamente as atividades do ProSAVANA, não significa que as lutas e resistências contra o capital devem parar por aí, elas precisam de serem reinventadas. Aliás, como foi referenciado, os executores do ProSAVANA anunciaram que estão a desenhar o novo plano diretor, o que significa que este programa vai avançar, daí que os movimentos sociais moçambicanos são desafiados a recriar novas estratégias de lutas e resistências. Mesmo que no Brasil, o MATOPIBA se tenha consolidado em termos de implementação, nada está perdido, as lutas e resistências camponesas contra a expansão deste programa devem continuar, pois só assim é que as vozes dos oprimidos e dos excluídos no cerrado brasileiro permanecerão vivas.

Referências

ACTIONAID. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA:** comunidades e meio ambiente, Rio de Janeiro, 2017.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília. **A cooperação Sul-Sul dos povos Brasil e de Moçambique:** memória da resistência ao ProSAVANA e análise crítica de seu plano diretor, FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.447 de 6 de maio de 2015. Institui o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e cria um Comitê Gestor para a região.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm Acesso: 24 de Julho de 2010.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio:** do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, MS, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique.** UNESP, Presidente Prudente, 2013.

EMBRAPA. **Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento,** Piauí, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela Terra. FERRANTE, V. L. S.B & WITACKER, D.C.A (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política agrária de assentamentos rurais. São Paulo, 2008.

_____. **Apresentação (orelha).** MACMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. Editora da UFRGS e Editora da UNESP, Porto Alegre; São Paulo, 2016.

_____; WELCH, Clifford Andrew & GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil:** uma análise geo-histórica da governança de terra no Brasil. International, Land Coalition, Brasil, 2012.

JESUS, Alex Dias de; FABRINI, João Edmilson. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da AGB – Seção Três Lagoas/MS – nº 25 – Ano 14, Maio 2017.**

MARTINS, José de Sousa. **Não há terra para plantar neste verão**: o cercamento das terras indígenas e das terras de trabalho no resnacimento político do campo, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ-Brasil, 1986.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. **ProSAVANA**: Discursos, práticas e realidades. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

O PAÍS. **Defesa os recursos naturais**: Sociedade civil anuncia mobilização contra a privatização da terra [Maputo, versão imprensa], p. 10, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. (Org.). **Território em conflito, terra e poder**. Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia – Go, 2014.

_____. A questão de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n. 12. p. 3-113, 2010.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização de terras e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Revista Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária d mercado na América-Latina**. SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mende. Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006.

PINA, Rute. **MA**: Contra o agronegócio, 2 mil ocupam a transamazônica, Balsas/Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/ma-em-denuncia-contr-o-agronegocio--2-mil-pessoas-ocupam-a-transmazonia-2f6d/amp>. Acesso: 21/07/2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e território. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território e territórios**: Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora Laprina, Rio de Janeiro, 2011.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África** - O caso do ProSAVANA em Moçambique. 1ª Edição, FASE, Moçambique, 2013.

Sobre o autor

Lucas Atanásio Catsossa – Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM/Moçambique, 2014); Graduação Sanduíche em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil, 2014); Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil, 2017); Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD, MS-Brasil); Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>.

Como citar este artigo

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

Recebido para publicação em 05 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 31 de janeiro de 2019.

Aceito para a publicação em 10 de fevereiro de 2019.

Dona Francisca: Entre Cabaças, Caminhos De Luta e Sementes de Resistência

Francisca Pereira Vieira

Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (Assimqcb) – Buriti do Tocantins, Tocantins, Brasil.

Mariana Conceição Leal Nóbrega

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: alemdalogica@yahoo.com.br

Débora Assumpção e Lima

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail:deborassumpcaolima@gmail.com

Resumo

Apresentamos a prosa realizada no dia 29 de julho de 2016, debaixo de uma farta sombra, com o chão coberto de folhas e coco do babaçu. Perto da rede que balançava na leveza da brisa, uma machadinha, um toco – instrumentos de trabalho da quebradeira Dona Francisca e seu marido Expedito. A tranquilidade da vida contrasta com a história daqueles que nos recebem, tanto no passado quando no presente: Serra Pelada, GETAT, INCRA, Matopiba. Terra de conflitos, de Guerrilha do Araguaia, de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, de mulheres quebradeiras de coco do babaçu. As contradições entre os projetos de colonização e projetos e polos agrícolas apresentados pelo Estado brasileiro frente a forma de vida desta quebradeira – um dos diversos adjetivos possíveis para Francisca – nos ensina “que viver é muito perigoso”, como diria Guimarães Rosa, porém fundamental e inexoravelmente necessário para que a própria vida caminhe e se reproduza. A entrevista aconteceu na roça de Dona Francisca, em Buriti do Tocantins, município do Bico do Papagaio que faz divisa com o Pará e está localizado a cerca de 10 quilômetros do Maranhão; realizada por Mariana Leal Conceição Nóbrega e Débora Assumpção e Lima.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Matopiba; quebradeiras de coco do babaçu; terra.

Dona Francisca: between the gourd, paths of struggle and seeds of resistance

Abstract

We present the interview held on July 29, 2016, under a broad shadow in which the floor was covered with babassu leaves and nuts. By the hammock that swayed in the lightness of the breeze lay a hatchet and a stump – the working tools of the babassu nut breaker Dona Francisca and her husband Expedito. This apparently peaceful life contrasts with the history – past and present - of those who welcome us: Serra Pelada, GETAT, INCRA, Matopiba. A land of conflicts, of the Guerrilha do Araguaia, of the Rural Workers' Unions, of the social movement of female babassu nut breakers. The contradictions between the colonization projects and the agricultural projects and hubs presented by the Brazilian State towards the livelihood of this peasant babassu nut breaker - one of several possible adjectives for Francisca - teaches us that "living is very dangerous", as Guimarães Rosa would say, but fundamental and inexorable for life itself to elapse and reproduce itself. The interview took place at Dona Francisca's plot, in Buriti do Tocantins, a municipality of Bico do Papagaio, which borders Pará and is located about 10 kilometers from Maranhão and was held by Mariana Leal Conceição Nóbrega and Débora Assumpção e Lima.

Keywords: Fieldwork; Matopiba; babassu coconut breakers; land.

Dona Francisca: Entre Calabazas, Caminos De Lucha y Semillas de Resistencia

Resumen

Presentamos la prosa realizada el día 29 de julio de 2016, bajo una gran sombra, con el suelo cubierto de hojas y coco del babaçu. Cerca de la hamaca que oscilaba en la ligereza de la brisa, un hacha, un tocón - instrumentos de trabajo de la quebradora Doña Francisca y su marido Exedito. La tranquilidad de la vida contrasta con la historia de aquellos que nos reciben, tanto en el pasado cuando en el presente: Serra Pelada, GETAT, INCRA, Matopiba. Tierra de conflictos, de Guerrilla del Araguaia, de Sindicatos de Trabajadores y Trabajadoras Rurales, de mujeres quebradoras de coco del babaçu. Las contradicciones entre los proyectos de colonización y proyectos y polos agrícolas presentados por el Estado brasileño frente a la forma de vida de esta quebradora - uno de los diversos adjetivos posibles para Francisca - nos enseña "que vivir es muy peligroso", como diría Guimarães Rosa, pero fundamental e inexorablemente necesario para que la propia vida camine y se reproduzca. La entrevista se produjo en la milpa de Doña Francisca, en Buriti del Tocantins, municipio del Bico do Papagaio que hace divisa con el Pará y se encuentra a aproximadamente 10 kilómetros de Maranhão; realizada por Mariana Leal Conceição Nóbrega y Débora Assumpção y Lima.

Palabras-clave: Trabajo de campo; Matopiba; quebradoras de babaçu; tierra.

Introdução

A história começa com uma viagem. A mobilidade das comunidades camponesas, fugindo das secas, buscando as bandeiras verdes, formando a força de trabalho para a agricultura moderna datada desde a década de 1920, chegada dos primeiros projetos agrícolas e de colonização no Maranhão e nas décadas seguintes, nos outros estados do Matopiba. Os projetos se intensificam nos anos 1970 com o pacote tecnológico nipo-brasileiro do Prodecer, o "amansamento" dos cerrados, as normas e tecnologias do capital. A modificação e "correção" dos solos do cerrado para as sementes adaptadas de grãos aos climas tropicais, soja e milho principalmente – e outros cultivos mecanizados, como o algodão, a cana-de-açúcar, e o eucalipto, que abastece a indústria de papel e celulose e os fornos transformadores de minérios do Pará e do Maranhão formatam os cerrados brasileiros em um dos celeiros do mundo. A natureza, constituída por povos e comunidades tradicionais, perde espaço para o modelo de exportação de *commodities*. Tal ocupação do interior do país, dos cerrados e florestas do centro-norte, prescindia da necessidade de lotear as terras, partir o bolo das terras devolutas em propriedade privada em prol dos ideais desenvolvimentistas, carregados de signos urbanos, mundializantes e gananciosos, comandados pelas cifras monetárias nas entrelinhas. O dinheiro é o grande mediador da tragicomédia dos cerrados do centro-norte: Adeus Brasil. Ou melhor, *Bye Bye Brazil*. A entrada de capitais nacionais e estrangeiros, os megaprojetos (rodovias, hidrelétricas, barragens, lavras de recursos

minerais), a grilagem de terras, a instalação de grandes fazendas monocultoras, coloca os povos e comunidades tradicionais como pedras no caminho do projeto de nação. Se antes era possível “mover-se” e ocupar a região dos cerrados do centro-norte, como relata Becker (1982) pela falta de presença ou uma presença rarefeita do Estado, hoje com o avanço da fronteira agrícola, a presença do Estado, seja pelas alianças com as elites locais, pelas políticas públicas, pelas parcerias com o capital estrangeiro, ou até mesmo pelos celulares, não deixa muitas saídas nem terras devolutas para a migração dessas populações camponesas e de múltiplas identidades, gerando e alimentando conflitos cada vez mais violentos e aparentes.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT através da publicação Cadernos de Conflitos do Campo registra desde a década de 1980 os conflitos e as reações frente à violência e violação dos direitos dos camponeses. A primeira publicação da CPT em 1985 foi denominada de “relatório de conflitos” e exibia como principal objetivo denunciar as graves violações aos direitos humanos dos camponeses brasileiros, apresentando dados (ainda que como indicava o relatório não expressasse a realidade em sua totalidade) em números e denominações de criminosos e vítimas. No período de 1985 a 1989 verifica-se que o número de conflitos dos estados que compõem a mesorregião do Bico do Papagaio¹ correspondem a uma média de 30% do total de conflitos registrados no país. Chama a atenção ainda o número de assassinatos. Neste mesmo período, do universo de 553 assassinatos no Brasil, 217 ocorreram nesta região, o que representa um percentual de 39% do total de assassinados no campo naquela época.

De lá para cá, ou seja, após mais de três décadas, os conflitos só se multiplicam. As camponesas e camponeses lutam por terra, contra o Estado em sua face repressora e os desmandos das elites locais; contra as pressões derivadas da implantação de projetos de investimentos e de infraestrutura de grandes grupos hegemônicos, sobretudo aqueles associados a cultivos de monoculturas alienígenas, a exemplo da soja e do eucalipto. Gritam pelos excluídos, resistem como guardiãs e guardiões de suas histórias e de suas formas de vida.

Baseado no acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o Matopiba é constituído de 15 microrregiões distribuídas em 337 municípios e abrange uma área de 23.982.346 hectares, o que corresponde a 33% da extensão territorial do estado maranhense; 08 microrregiões localizadas em 139 municípios, abarcando uma área de 27.772.052 ha, o que corresponde a 38% do estado tocantinense; 04 microrregiões distribuídas em 33 municípios abrangendo uma superfície territorial de 8.204.588 ha, representando 11% do estado piauiense e por fim 04 microrregiões especializadas em 30

¹ A mesorregião do Bico do Papagaio é formada pela área de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e é região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

municípios, compreendendo 13.214.499 hectares, representando 18% do estado baiano (BRASIL, 2015). Além disso, a região engloba 324.326 mil estabelecimentos agrícolas (BRASIL, 2015).

A região dos cerrados nordestinos abrange o oeste baiano e o sul dos estados do Maranhão e Piauí, mas pode ser estendida, como área de influência, para a parte centro-oriental do Tocantins, onde se verifica uma situação de modernização contemporânea muito semelhante ao que ocorre nos cerrados nordestinos. Os vínculos econômicos, sob o comando do agronegócio, estabelecidos entre os cerrados nordestinos e Tocantins são responsáveis pela configuração de um novo delineamento regional, o qual recebe a denominação de “MAPITO”, referência utilizada para designar os vínculos dos cerrados maranhenses, piauienses e tocantinenses. Poderíamos incluir nesse novo complexo regional os cerrados do oeste da Bahia, sub-região que possui intensa ligação tanto com o Tocantins quanto o Maranhão e o Piauí. Desse modo, a denominação “BAMAPITO” expressa melhor os contornos geográficos da nova região (ALVES, 2009, p. 155).

Independente da ordem das letras, Mapito, Bamapito, Mapitoba, MATOPIBA, o acrônimo traz uma perspectiva de desenvolvimento territorial desigual e combinado no qual as problemáticas são semelhantes ao longo dos quatro estados: concentração de investimentos públicos para latifundiários e cadeia de commodities, concentração de terras, landgrabbing, expulsão de povos e comunidades de suas terras, superexploração do trabalho.

Nas frestas, nas margens, crescem os babaçuais. Nascem campesinos, caboclos, que ao som do tambor de mina, do Terekô cantam e reivindicam suas terras. E sangram, e lutam, e morrem, e persistem. Carregam rosários na cabeça, água nas cabaças e esperanças em seus corpos, algo que para aqueles que olham de longe muitas vezes parece algo ilógico ou arcaico. Impossíveis. Utópicos, existem e resistem. Já o que é importante não é o fim (o fim das comunidades, o fim do mundo, o fim do cerrado?), e sim a caminhada. Neste sentido, apresentamos aqui a entrevista realizada com Dona Francisca, liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que atualmente reside em Buriti, no Tocantins. A entrevista foi realizada de maneira aberta, dentro do âmbito das pesquisas de doutorado “Circuito espacial produtivo de grãos: produção agrícola moderna e acumulação de capital na Amazônia,” financiada pelo CNPq e “Geografias das Resistências: Batalhas Camponesas do Século XXI – Processos de Lutas, Articulação e Mobilização Social do Bico do Papagaio e Cerrado Sul Maranhense”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, de autoria de Débora Lima e Mariana Conceição respectivamente. Os motivos que guiaram a entrevista com Dona Francisca foram compreender a formação territorial do Bico do Papagaio; a história da luta pela terra dos camponeses da região, em especial do Tocantins, e outras formas de resistência, como formas de plantio e questões alimentares, a organização de sindicatos e o próprio MIQCB. Por fim, uma questão central foi compreender a chegada do Projeto de Desenvolvimento Agrícola Matopiba, os desafios e impactos para os camponeses, partindo da perspectiva de que o PDA Matopiba apresenta uma concepção de desenvolvimento

territorial alicerçada no latifúndio monocultor, na natureza como recurso, diametralmente oposta a concepção camponesa apresentada na entrevista. Vale ressaltar que não há uma “verdade” camponesa, ou um modo único de compreender a natureza, as atividades agrícolas e o território, já que a diversidade é um dos pilares de entendimento do modo camponês.

Dona Francisca, metonímia e metamorfose do Matopiba

Eu sou Francisca, eu sou quebradeira de coco, também sou agricultora, porque quebradeira de coco ela faz tudo, agora porque já estou meia de idade, mas fazia tudo, trabalhava na roça e quebrava coco. Eu sou maranhense, com orgulho de ser maranhense. Morava no município de Tuntum do Maranhão. Eu nasci lá e meu pai, ele foi lavrador até o dia que morreu, que não pôde mais trabalhar na roça. Nós somos 12 irmãos, e ele criou esses 12 tudinho, trabalhando na roça. Eu casei e vim morar aqui no Goiás, que aqui era Goiás. Não era Tocantins ainda, depois que foi tornar-se o estado do Tocantins.

Mas eu conheci meu pai ainda botando as rocinhas dele e fazendo. Hoje que eu vim entender que meu pai fazia agroecologia porque botava a roça, era 5 anos pra voltar ali de novo, pra colocar uma rocinha ali de novo. E meu pai plantava de tudo: plantava arroz, feijão, fava, milho, tudo ele tinha um pouquinho lá na roça dele, algodão, que lá no Maranhão nós sabe que a renda lá naquela época no Maranhão, era algodão, hoje eu não sei mais. Aí meu pai fazia, a renda dele era algodão, porque lá não era muito bom para arroz não, era só para o consumo da casa mesmo. Mas o algodão era o que ele tinha para fazer a despesa da casa, porque naquele tempo os pai de família fazia uma compra por ano. Então, todo final de ano, ele fazia aquela compra de tudo para a casa e pronto. Aí só uma coisa de necessidade mesmo.

Aí assim que a gente foi criado, trabalhando na roça, meu pai sempre lutou tanto, eu custei entender porque meu pai lutava muito pra ele ter uma terra, porque quando eu me entendi era assim, mas aí do tempo que eu já tava grande com 15 anos aí apareceu uma pessoa que era dono lá da terra e meu pai lutou muito pra ele ter o pedacinho de terra dele. Mas não conseguiu, porque naquele tempo a luta era pouca gente. Era mais ou menos em 1963, por aí assim. Eu casei e vim me embora para cá, meu pai ainda ficou lá ainda. Justamente eu vim para cá porque lá onde nós morava tinha macaúba, mas não tinha coco, lá era poucos lugar que tinha babaçu. E aqui o povo falava muito que as mulheres quebravam coco e tinha sua renda delas próprias e eu toda vida gostei de ser independente.

Chegando ali nós fomos morar no lugarzinho de junto ao Sítio Novo. Era mesma coisa do Maranhão botava roça num lugarzinho, 5 anos botava de novo, o coco de babaçu era livre, muito coco e a gente ficou.

Quando passou uns três anos e chegou o povo de novo, dono das terras. Aí eu vim me embora de lá e fui morar num Buriti que tem aqui no município de Itaguatins, junto de São Miguel, nós tamo lá, lá vem o povo de novo, aí eu vim embora para cá pra esse Buriti aqui. Aí aqui a gente começou trabalhando, trabalhando nos lugares ai, ainda muito pouco, não tinha devoração de babaçu. A gente quebrava coco babaçu a vontade; nós fomos trabalhar... a gente chamava centro² ... de um senhor que gostou muito de nós, aí ele: “não bora lá para o meu centro, lá vocês trabalha mais eu, até vocês achar o pedacinho de vocês, e aí fiquemo lá.

Meu marido inventou de ir para Serra Pelada, porque queria porque queria ir para Serra Pelada. Eu sei que ele andou por lá e desenganou – aí disse que não sai mais não, enquanto não arranjasse um pedacinho de terra para ele, ele não ia mais se aquietar e eu morta de medo, porque eu tinha medo mesmo. Aí nos fiquemo e ele lutou por esse pedacinho de terra aqui. Ele foi para o sindicato, ele primeiro foi, eu tinha tendência de lutar por uma coisa que eu já vi meu pai lutando, mas eu tinha medo. Aí ele veio para cá, eu com medo: “rapaz tu não vai, tu não vai ganhar esse pedaço de terra”, e ele: “vou, vou ganhar. De hoje em diante só vou me aquietar quando eu tirar esse pedaço de terra”.

Vieram para cá um grupo de ... aí já vieram mais gente, um grupo de lavrador vieram tudo para cá e aqui eles fizeram o corte dessa terra eles mesmo, não foi INCRA³ não. Naquele tempo era GETAT⁴, tinha INCRA não, aí eles fizeram o corte da terra, eles mesmo. Os cabra todo dia ... a pressão era doida. A sede dessa fazenda ficava aqui perto, uns dois quilômetros, daqui a gente escutava eles atirando para amedrontar o povo, mas assim mesmo a gente ficou, porque tinha que lutar para a sobrevivência mesmo. Aí nós fiquemos aqui, quando eles cortaram com o ano aí o GETAT veio cortar, assim ele veio só fazer os perímetros, mas eles já tinham cortado, limitado, cada um já tinha seu pedaço... eles vieram só regularizar de quem que era cada pedaço. Mas ele [o GETAT] não fez um novo corte de terra? O GETAT respeitou? Respeitou, mas foi com muita luta, com muita luta eles respeitaram o corte dessa terra.

Aí a gente veio para cá, e eu já vim para cá. Aí ele [Seu Expedito, marido de dona Francisca] sem condição nenhuma, muito menino já, disse: “não eu vou voltar, tem um garimpo aqui perto do Cumaru aí no Pará”. Aí foi. Disse que ia para poder comprar um animal para nós carregar esses meninos daqui lá para o Buriti num jumentinho.

Porque nós tinha medo de ficar por aqui, dormir por aqui, porque aqui só foi loteado um pedaço aqui pelo meio. Do outro lado, tudo era fazenda, nós tinha muito medo deles, de

² Inicialmente relacionado à formação de espaços de cultivos no interior das florestas e, posteriormente, à formação de povoados. Velho (2013) em seu livro “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária” define centro como “local onde se encontra a roça de um ou mais trabalhadores” (p.113).

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁴ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.

algum fazendeiro. Aí Seu Expedito foi; ganhou um dinheirinho, comprou um jumentinho, arreiou a cangalha, nós ficamos muito alegre pra nós foi uma riqueza muito grande aquele jumento; eeeeeee aí fiquemo aqui. Desse lado aqui era nós, do outro lado era outros vizinhos, que no tempo [...] ai nós ficuemos.

Foto 1: Dona Francisca e Seu Expedito em sua terra de Buriti (TO)



Fonte: Débora Assumpção e Lima, julho de 2016

Eu hoje, fico as vezes sozinha, fico me lembrando como era naquele tempo, que a gente trabalhava na agricultura, assim nós trabalhava era diferente demais, nem meus filhos não conhece essa coisa assim, que você cortava o arroz pelo cacho, com a faquinha era homens e mulheres cortando depois de todo juntinho fazia um monte, depois fazia o quixó. O quixo é assim, você faz um jirau de vara que fica entreçadinho assim, aí você enfia uma 4 fila aqui 4 fila, ai ele é o jirau aqui aí você faz umas paredinhas de palha, ali você bota o arroz, bate o arroz cai em baixo, fica só as palhas, é assim que é o quixó. O meu pai não fazia isso não, já era outra tradição. Ele carregava o arroz todinho nas cargas, do jeito que apanhava lá fazia um paiol por cima na casa dele ... um paiol quer dizer; pau assim nas travessa, o povo fazia aquele paiol, tinha uma escada de nós subir que era para tirar o arroz para pelar, para pisar, que era no pilão.

Quando nós viemos para cá já mudou essa coisa um pouco, só que era no pilão, no pilãozinho, pisando arroz todo dia. Daí foi mudando, já não era mais cortado na faquinha, já

era uma faca que era entrançada aqui nos dedos, ela entrançava aqui, aqui você cortava o arroz. Aí mudou já não era mais assim, já era um quixó, que era uma enxadinha que ela tem uma veínha, ai você mete a mão nela aqui, aqui ainda tinha uma, mas parece que não tem mais ... ai depois mudou ai já era corte pelo pé, aí quando mudou para cortar pelo pé eu saí da roça, não entrei mais. Eu disse que quando meus meninos crescessem eu não ia mais trabalhar na roça, não ia fazer outras coisas. Aí já tava tudo grande meus meninos, eles já corta, unta, empilha se quiser, já vai deixando murchar e já bate. Hoje ele já bate, ali tem uns tambor ... eles bota no tambor e já bate em riba dele, quando não quer fazer os quixó. Aí mudou, mudou foi mudando, a gente plantava feijão fava...

Mas ainda tem roça no toco?

Tem. Aqui para nós não mudemos para roça arada não, até porque é difícil mesmo, para vim um trator aqui para um agricultor ... ó lá menino, precisa ele ter muita paciência. Disse que tem um Pronaf⁵ que tem o trator do povo, mas nunca veio para cá. Aqui é município de Araguatins. Aqui tudo é município de Araguatins. Não é do Buriti, vocês saíram do município de muito pertinho da rua lá, não sei se vocês passaram num lugar aqui, acho que vocês passaram, só pode, onde tem um muro que é vaquejada, pra cá um pouquinho já termina o município de Buriti, ai já entra o município de Araguatins. Araguatins desse lado para cá, eles não cuidam não, perto daqui tem um assentamento, o assentamento fica na beira nossa aqui, mas aqui tem a sede do assentamento, a escola eles mantém e a escola de Araguatins, mas é só isso. Daqui para o Buriti a prefeitura de lá é quem faz a estradinha. Porque assim, nosso comercio é em Buriti, muita gente já vota em Araguatins, muitos é no Buriti, então, ficou uma coisa assim, nós sofremos aqui muitos anos. Trinta anos, trinta anos nós sofremos aqui nessa terra, sem ter estrada, porque [a estrada que] vocês vieram tem dois anos que a prefeitura do Buriti fez essa estrada⁶.

⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁶ A propriedade de Dona Francisca fica distante aproximadamente 20 km da estrada de asfalto da TO-201.

Foto 2: Limites da propriedade de Dona Francisca e mata de babaçuais



Fonte: Débora Assumpção e Lima, julho de 2016

Porque antes não tinha nem essa estrada de terra direito ...Tinha nada!!! Tinha não me'irmã! Era varedinha, que nem moto no inverno não passava. Vocês passaram ali numa pontezinha não foi? Depois vocês passaram em duas grotinhas, pois aquilo dali passa é semana, tem uma baixada antes de chegar naquela grota e ela enche, é 500 metros de água. Aí passa a semana todinha só passa gente de pé, porque passa nadando. Melhorou, fez essa estrada, mas mesmo assim no dia que chove nessas grotinha não dá passagem não. Por aqui é muito perto, da onde vocês entraram para aqui, mas só passa moto agora no verão, não passa carro não. Aí nossa vida é assim. Eu criei meus filhos aqui, meus companheiros vizinhos, muitos deles já morreram, muitos deles foram embora, não aguentaram ficar aqui, por causa de não ter estrada.

Tirava era na rede na hora que adoecia para ir para o Buriti, era uma luta só para ficar aqui dentro da terra, mas como a gente tinha que está aqui dentro, e lutar porque a gente tinha que sobreviver era nela, aí nós ficamos. Os outros teve uns que morreu, os outros foram embora, já velho, mas eu falei "eu vou ficar", porque eu não aguento trabalhar em terra de ninguém não. Não dá mais para mim. Aqui onde moro, não é assentamento, é uma pequena propriedade. Aqui é 8,5 alqueires⁷. Porque que nós tiramos 8,5? Por que por trás aqui era um

⁷ Tomamos como medida o alqueire mineiro, que foi um dos mais difundidos no território brasileiro, principalmente por Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, e tem como

capoeirão, mas era tudo contaminado de capim, aqui acolá achava capim. E o nosso objetivo era mata, para nós trabalhar, não era capim, aí eles onde topou no capim não quiseram mais, aí se nós têm tirado até uns quinze por aí assim, mas eles⁸ não quiseram tirar mais não. Disse que não queriam capim não, a gente odiava capim mesmo. Ai aqui está assim, aqui é pequeno proprietário, mas já tem fazendeiro quase fazendeiro pra esse outro lado ali. Isso aí era uma matinha fria, o ano passado o cabra derrubou foi tudo.

São vários pequenos proprietários, aqui tem um nome desse local aqui?

Aqui eles botaram aí no tempo que o GETAT veio, eu não quis brigar, que não queria fazenda. Eu odiava negócio de fazenda, mas eles botaram *Fazenda Água Limpa*, fia. Que nem água não tem, não sei onde eles acharam essa coisa, agora já tem, eles acharam esse nome para botar aqui. Ai nós vive aqui. Aqui eu quebro meus coco, tiro meu azeite, eu venho passo uma semana, viajo uma semana, chego, venho de novo para cá, meu marido vive aqui mais os meninos.

Como foi que a senhora começou a entrar para esses movimentos em que hoje a senhora atua?

Meu marido entrou no sindicato, e eu ... eu queria tá na luta, mas não queria ir para o sindicato, aí eu brigava com ele todo dia. Quando ele ia, “rapaz o que que tu faz lá? Chega a hora do almoço e tu não chega?”. E ele dizia “vai lá então mulher”.

Esse sindicato que a senhora tá falando é o de Esperantina?

É mesmo da Esperantina, só que o sindicato era Butiti, Araguatins, São Sebastião e Esperantina. A sede era aqui no Buriti. Aí até que eu fui, já tinha a conduta de ser ... de entrar na luta. Eu fui e fiquei na luta, e foi uma luta forte para chegar até aqui, pra vocês chegarem e me achar aqui, foi uma luta muito forte. Porque no tempo antes de nós tirar aqui mataram Josimo, padre Josimo lá em Imperatriz, muitos companheiros morreram foram assinados aí pelos matos, teve companheiro que foi queimado, um bocado...

Isso já foi em que ano?

Isso foi na década de 80 que foi no tempo que queimaram as casas lá nos Canários, porque é outro povoado, teu pai [Manoel da Conceição⁹, pai de Mariana Conceição] sabe ... aqui na Santa Cruz eles queimaram as casas do pessoal que estava lá, os paiol de arroz

equivalente 4,8 hectares (ver tabela de medidas agrárias não decimais disponíveis em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf). Vale lembrar que o lote de Dona Francisca é um pouco mais da metade de um módulo fiscal do Tocantins, 80ha.

⁸ Dona Francisca se refere-se a equipe de agrimensura do GETAT, atual INCRA.

⁹ Liderança camponesa maranhense, fundador do Partido dos Trabalhadores - PT, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, articulador de várias organizações sociais do movimento camponês ao longo de sua trajetória. Mané como gosta de ser chamado e conhecido mora em Imperatriz, Maranhão.

cheio, passou mês esses paiol de arroz queimando, pegavam as galinhas iam comer bebendo cachaça.

Eram os grandes proprietários de terra que faziam isso? Os fazendeiros?

Era os fazendeiros, nesse tempo era o Dr. João, ele era dono dessa daqui e o Belizário era dono da outra fazenda na Santa Cruz. Aí nós tiremos essa daqui e fiquemos lutando para ver se outros tiravam, aí foi indo, foi indo ... Aí cortou as terras, virou assentamento, aqui ao redor tudo é assentamento. Tem uma parte até boa que é pequeno proprietário. Mas nós vimos que foi luta forte para a gente ficar dentro da terra, porque se a gente ainda tiver coragem, não só a terra é o suficiente não. Para a agricultura, não só a terra é suficiente adquirir a terra, porque você precisa de muitas coisas e não é você que tem que trazer. É o poder público, e eles não botam. Então foi muito difícil para a gente estar aqui. Até hoje a gente luta por estrada, num século desse, a gente lutando por estrada, a energia que custou muito chegar.

A energia chegou quando?

Nós têm uns quatro anos que tem energia aqui. Então foi luta forte, toda vez que eu digo nas reuniões, me topava com o cara responsável pela energia, eu brigava, nós pegava uma teima danada até que um dia a energia chegou aqui. Aí assim, depois que a energia chegou e tudo chegou eu vi que renovou um bocado de coisa que a gente lutava para ... eu tô aqui!

Aí teve alguma política pública que a senhora acessou, a família acessou para propriedade?

Bom o meu marido fez aquele Pronaf, eu não sei qual é, mas ele fez. E eu fiz o Pronaf mulher, eu atentei e fiz ele porque era uma coisa que a gente tinha direito e que as mulheres lutavam e não acessavam e aqui nessa região, acho que foi só eu. Aí eu entrei e fiz. O pessoal da Ruraltins¹⁰ que fez. É um Pronaf, é um projeto que ele é bom, mas como ele é para mulher, é muito pouco, é muito pouco, e eles querem seja para galinha, para horta, porque é mulher... porque eles acham que mulher não tem capacidade de tirar um leite, de cuidar de uma vaca, eles acham isso, então ele é só para galinha, bode, horta, essas coisinhas assim...

E a senhora tirou para que na época?

Eu tirei para criar galinha. Sabia que não ia dar, mas fiz porque era uma coisa nossa. Eu fiz para poder contar para os outros como é que era, então eu terminei de pagar esse ano de 2016.

¹⁰ Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins.

Mas no fim deu certo?

Não, realmente galinha não dá de tirar não, é muito difícil, porque eles tem um negócio de ração, só que eu fiz do jeito que achei da minha condição, porque nem energia aqui não tinha. Não queriam dar o crédito, botavam dificuldade. Diziam que galinha tinha que ter energia para passar a noite comendo, com a luz acesa. Aí eu digo que me criei não foi com luz acesa, por quê que os pintos não vão cria assim também?!

Porque é o modelo do agronegócio que eles querem...

Pois eu vou saber, mulher não tem essa coisa, isso é coisa da cabeça deles. Olha: eu criei minhas galinhas bem aí, pegava meu milho e dava. Soltei aqui, era galinha demais; ficaram gorda e grande. Aí eu fiquei imaginando ... mas como coloca coisa na cabeça do povo, que só cria se tiver a luz acesa a noite todinha pro bicho passar 24 hora comendo e aplicar coisa para ficar grande. Eu não botei nada de coisa para ficar grande, criei do jeito da minha tradição mesmo e ficou tudo gorda, boa. Agora a produção de ovos foi muito ruim. Quando era para levar para o Buriti, colocar numa moto, numa estrada ruim, me diga mesmo... isso aí que não deu, mas quando eu comecei a pagar tinha o quê? Três anos de carência. Eu paguei, mas foi tudinho com azeite de coco babaçu. Teve o PAA¹¹, que é o programa de compra direta local. A gente botou o azeite, e aí eu fiz lá meu projeto. Não tenho mais vontade de fazer não, porque é muito pouco pra você investir. Tem que ter investimento grande, não uma coisinha pouca. Tem que ter estrada, tem que ter estrutura para isso aí, não do jeito que eles dizem que tem energia, que tem luz acesa. Não assim, mas num jeito que a gente possa tirar as coisas da gente.

E como você leva essas críticas ao Estado? Como é sua atuação no sindicato?

Eu sou do sindicato regional, minha pasta é produção na agricultura e eu sou vice-presidente da Associação do MIQCB¹², Assimqcb¹³, e assim eu faço parte de um bocado de coisa, porque quando a gente faz parte de uma coisa, aí vai levando para outras coisas. Tem vez que tem gente que diz assim: “mas como que você participa de um tanto de coisa dessa?” Porque eu sou de uma coisa, e quando a gente é de uma coisa lá surge uma coisa e tem que ficar. Por exemplo, daqui eu sou da Coordenação do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS. E sou da AMB¹⁴ também, fui presidente muito tempo, em várias gestões. Agora eu não sou não. Quem está na AMB é dona Antônia. Nós tínhamos um projeto da Visão Mundial¹⁵

¹¹ Programa de Aquisição de Alimentos.

¹² Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu.

¹³ Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu.

¹⁴ Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti

¹⁵ Visão Mundial é uma agência de cooperação internacional que atua no Brasil desde 1975. Seu público prioritário são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

que trabalhamos 30 anos e era com adolescentes e crianças. O projeto encerrou tem 3 anos. E assim, a gente não tem nenhum projeto, mas toda quinzena a gente se reúne lá, pouquinho, mas a gente se reúne, ainda temos a estrutura. A sede da AMB fica no Buriti. Também faço da ASMUBIP¹⁶. A sede fica em Augustinópolis, mas tem um escritório em São Miguel do Tocantins. Então a gente entrou ... primeiro nós tinha a AMB que é AMB é local, e a ASMUBIP é regional. Nesse tempo era dona Raimunda que era presidente, eu fui a vice.

E o Matopiba?

Mas nós tamo com um senhor de Matopiba que é outra luta forte. Matopiba, diz que foi implantado no Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí. É um projeto que não vai acabar só a mata, vai acabar é com a vida, acabar é com o povo, e também não é só a vida das zonas rurais que vai morrer. Nós tivemos em Palmas (TO), num seminário que falava sobre o Matopiba, e também na assembleia dos indígenas que também estão sendo impactados. Os que mais tão sendo atacado é eles ... na verdade é todo mundo, é como eu falei lá, é todo mundo, ou todo mundo se junta para lutar junto ou então... vai ser implantado isso daí que acho que já está aprovado, esse projeto. Nós não vamos ter água nesses estados, nós não vamos ter pássaro, nós não vamos ter nada, vai acabar, vai morrer muita gente e o pior que não é só das pequenas cidades, vai ser das grandes também, porque na hora que acabar a água. Vocês viram que em 2015 não tinha água em São Paulo, avalia se entra essa coisa bem daí, esses projetos que acabam com tudo... não vai ter...

A gente fica pensando muitas horas como é que vai barrar isso, mas a gente pensa, a gente sabe que é lutando; que a gente nunca ganhou nada de graça até hoje. Eu ainda não conheci uma coisa assim para gente pobre que veio de graça. Não vem, tem que ter luta, tem que ter coragem pra lutar, eu já estou dessa idade daqui, mais uns anos não vou aguentar mais a luta. Mas eu espero que juventude que está aí, que ainda estão novo que continuem a luta, porque a gente vai morrer mesmo, porque a gente sabe que vai morrer, mas a gente quer uma morte digna. Ninguém quer morrer de fome e nem de sede não, que é o que vai acontecer se esse projeto bem daí ser aprovado ... porque muitos pássaros aí já estão em extinção. Nem é ser aprovado, porque aprovado diz que já tá ... É se ele continuar fazendo, e continuar fazendo e fazer mesmo, desmatar tudo... porque vocês sabe: a gente vai para Imperatriz (MA) e tem eucalipto. A gente não vê um pássaro, um canto de um passarinho, que aquele cheiro ofende. Aí se continuar, acabou a história da luta do povo, se o povo deixar isso acontecer. A gente não quer deixar. Eu acho que se eu morrer antes disso acontecer, lá onde eu estiver, eu tô metendo meu dedinho para não acontecer; porque é horrível demais, é ruim demais o que vai acontecer...

¹⁶ Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais Bico do Papagaio.

Eu acho que ... vai ter muito mendigo na rua, eu acho que vai ter mais roubo, que povo não vai ter do que viver. E o povo vai morrer, vai morrer de ruim, não tem conversa para não ser isso aí, porque não tem cuma, não tem cuma. Vai sumir a água, água vai sumir e sem água ninguém vive.

Eu acho que tem muita coisa que a gente plantava que hoje a gente não está mais plantando. Por exemplo aqui, nós planta conversando com Deus, “Senhor o que ser nosso, deixa nascer”. Quando chove aqui é muita lama, é quando seca, é seco mesmo e tá desmatado tudo ao redor. Vocês viram aquele pedacinho de mato porque é nosso, nós não vamos desmatar...Palmeira aqui nós não tira é de jeito nenhum. As palmeiras pra mim é como se fosse os dois peitos da minha mãe, quando eu nasci eu mamava na minha mãe para mim sobreviver, depois que eu larguei de mamar, então as palmeirinhas de babaçu é a minha sobrevivência. Eu criei meus filhos tudinho foi quebrando coco, então se vier o Matopiba, eles não vão deixar nenhuma palmeira... tem muita gente que sobrevive do babaçu. Aqui no município do Buriti tem lei a municipal e tem a estadual e federal. Tá lá. Mas só que é assim, eles não respeitam a lei¹⁷.

Foto 3: Sem cerrado, sem água, sem vida: para onde vão as lutas?



Fonte: Débora Assumpção e Lima, julho de 2016.

¹⁷ Esse processo conduzido pelas quebradeiras de coco babaçu em defesa do ambiente refletiu em embates políticos materializados na “Lei do babaçu livre” em vários municípios dos estados do Tocantins, Maranhão e Pará.

O que a gente mais luta aqui é sobre esses grandes projetos e a sobrevivência dentro da terra, porque aí no Marabá vão fazer uma grande barragem¹⁸. E nem todos ainda tem terra, ainda tem muito acampamento por aí.

E por que seguir lutando Dona Francisca?

Eu porque eu acredito que sem a luta não tem vitória. É uma vitória que a gente pode não usufruir toda dela como a gente quer, mas deixa um começo pra quem fica. Porque meu pai morreu e deixou um começo para nós, avançou um pouco, avançou ... mas não chegou tudo feito ... Porque Reforma Agrária é a pessoa ter a terra e ter como se manter naquela terra, como sobreviver dentro daquela terra. Até hoje eu ainda não conheci uma reforma agrária de verdade, porque eu conheço muita gente que está dentro da terra, mas falta muita coisa para ele viver. A gente vê aí os grande, eles faz projeto e com muito dinheiro; o pequeno quando faz é de pouco, é pouquinho que não tira nem para pagar. Tem vez que é preciso ir no banco para negociar e o grande não tem isso, ele vai e tira é dinheiro grande, é muito dinheiro ... então é muita luta ainda. E vai mudando as tecnologias e a gente vai avançando porque a gente tem que lutar porque vai faltando muita coisa.

Mas aqui na minha propriedade eu tenho várias coisas de vários tipos, aqui eu tenho café, eu tenho madeira de lei, eu tenho manga de várias espécies, eu tenho laranja, tenho murici, jabuticaba, é ... banana de várias espécies... aqui eu não ando comprando essas coisas, porque eu tenho. Eu tenho jardim, eu crio abelha, eu asso coco, tiro azeite...

Desde quando eu nasci, eu entendi que minha mãe, meu pai e minha mãe trabalhava de acordo com os planetas aí era assim:

Pra plantar coisa de rama, melancia, essa coisa ... quando a lua tava nova.

Pra plantar arroz, essas outras coisas era lua cheia, que saía grosso.

Para tirar o azeite, que a lua tá cheia o azeite sai muito grosso. Pra ele render tem que tirar quando a lua está fazendo quarto crescente.

Lua nova, nem carvão nem nada não dá bom. A lua nova até a palha se você tirar não serve para cobrir sua casa. Quando a lua está nova não adianta porque não dura nada. Se você for tirar madeira na lua nova, não tire na lua nova que ela broca todinha, a madeira tem que ser na lua cheia.

Minha mãe já sabia. Ela teve 12 filhos, mas se ela desse as dor quando a lua tava nova era 2,3 dias sentindo dor ...era uma tradição dela, quando eu conto essa história os mais novo...ah! Que história! Eu nasci numa tradição que era assim se nascia um menino de dia...ó como era a tradição esse daí vai ficar com a cara mais limpa do mundo, nasceu de dia!

¹⁸ Com previsão de conclusão até 2023, a Usina Hidrelétrica de Marabá afetará os municípios de Araguatins, Esperantina e Ananás (TO); Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Nova Ipixuna, Palestina do Pará (PA) e São Pedro da Água Branca e Santa Helena (MA).

Antigamente as pessoas ficavam até quase meia noite escutando os idosos escutando história de trancoso. Hoje não tem mais isso não. O pessoal saía, rezava na casa dos vizinhos, na outra noite ia rezar na casa do outro, passava o tempo todinho era de festejo nas comunidades e quando terminava uma festa já tinha outro santo, tinha mutirão para quebrar coco, mutirão para fiar. Nós botava para fiar dois corpos de redes. Passa um fio, pisa numa rede de fio, a gente fia no algodão e manda tecer, eu sei tecer, mas não tenho tear, é rede que dura 10 anos. Aqui a gente fazia mutirão passava 2 meses juntando coco ... tá sumindo, essas coisa tá sumindo.

Foto 4: Do babaçu o coco, a castanha, o óleo, a palha, a semente, a vida



Fonte: Débora Assumpção e Lima, julho de 2016.

A minha mãe pisava arroz, nós chamava pisar no pilão, lá está um pilãozinho. A minha mãe pisava arroz, buscava água distante, quase 1km na cabeça. Não tinha lata, não tinha balde, era cabaça. O agricultor que não plantava cabaça, que não tinha cabaça, não era lavrador não, porque era a vazia que eles tinham ... Coité, quem tinha um pé de coité era ouro, é outro tipo de cabaça. Todo mundo tinha cabaça. Óia, e ninguém tirava uma cabaça na lua nova, porque ela não prestava, ela quebrava, só tirava na cheia, bem madurinha ai tirava, abria a boca dela, enchia de água nos açudes, quando ela amolecia, lavava bem lavadinha, e era para gente carregar e era boa a água, água gostosa, água de cabaça. Todo lavrador tinha sua cabaça de levar água para a roça, hoje... quem é que quer? Os pote era uma cumbucona grande.

Foto 5: Dona Francisca: mulher, quebradeira de coco, camponesa, lutadora.



Fonte: Débora Assumpção e Lima, julho de 2016

Seu Expedito: Conta para ela o que tu fazia com as cabaça de ir para roça

Não, é porque minha mãe [risos] ... botava nós para ir buscar água, aí nós ia com uma preguiça danada, enchia a cabaça, botava na cabeça, e metia o pé na carreira com ela solta na cabeça, ai quebrava muita cabaça, aí a mãe dizia assim “eu vou fazer um rosário de cabaça e botar no pescoço de vocês, para vocês sair na rua e dizer porque que vocês andam com o rosário e vocês vão dizer porque é, vocês quebra as cabaça tudinho!” Óh cabaça... aí

hoje eu fico pensando naquela coisa ali, era muita cabaça, a gente buscar água na carga, a distância de 2 léguas. Quando tava seco no verão, ia buscar na carga, botava no jacá, forrava com palha de banana, palha de arroz e tocava no mundo. Eu achava bom, iiiiihhhh, eu achava era bom porque era para andar malandrando em riba dos animal [risos]. Mas era assim, minha mãe, nós foi criada foi desse jeitinho.

Hoje ninguém vê uma cabaça nem para semente, ninguém não vê mesmo não. Aí falei “meu Deus do Céu, o que é isso? Acabou-se tudo!

Considerações finais

A entrevista com Dona Francisca permite-nos afirmar a importância da mulher no campo, do seu olhar, da sua luta e seu reconhecimento e pertencimento com a terra. Com relação à palmeira do babaçu, vista como um ente feminino da natureza, as associações entre babaçu e mulheres é bastante forte: a palmeira é uma mãe, floresta que amamenta e reproduz a vida. Utiliza-se a palha para o artesanato, para fazer um chapéu, um telhado, um abrigo. Do fruto babaçu se aproveita tudo: castanha, casca, mesocarpo; com usos vários, como a culinária e a medicina.

Assim como a palmeira de babaçu se apresenta como um símbolo de autonomia e liberdade, desempenhando um papel fundamental e diverso na natureza e na vida humana, Dona Francisca assume através de sua identidade camponesa um papel que transpõe o chão campesino. Sua luta é por terra, pelos bens naturais, por reforma agrária, mas também por condições de moradia digna, por infraestrutura, por acesso a crédito, por educação, cultura e lazer, portanto é uma luta dos povos do campo e da cidade.

Ao mesmo tempo em que os processos de cercamento das terras camponesas geram tensões e conflitos, também criam processos emancipatórios, a exemplo das mulheres do campo que cada vez mais criam espaços e reorientam seu protagonismo constante e permanentemente indicando seu reconhecimento forjado através da visibilização social e política como é o caso das quebradeiras de coco babaçu.

O babaçu vem se tornando uma matéria-prima cada vez mais cobiçada pelas grandes empresas, principalmente da cadeia de cosméticos nacional e internacional. Desta feita, os babaçuais ficam confinados entre os interesses de cadeias globais e empresas multinacionais que têm interesses na cadeia extrativista do babaçu, na qual o processo de catação e quebra do coco ainda é totalmente artesanal, já que até o momento não foram criados maquinários eficazes para a quebra e separação da castanha do coco.

Assim, a luta das quebradeiras de coco e dos camponeses da região é pela terra, pela manutenção dos babaçuais, da mata e também pelas condições de permanência e reprodução no campo: por políticas públicas, por infraestrutura. Há o entendimento de que o

Estado é uma instituição fundamental para apoiar o desenvolvimento “dos pequenos”. Claro que a ação do Estado é analisada de forma crítica por Francisca, como a divisão de gênero entre o Pronaf mulheres, que apresenta valores de linha de crédito consideravelmente menores que o Pronaf convencional. Além disso, é fundamental o processo de organização e articulação das diversas formas de resistências das quebradeiras e dos camponeses: ocupar a terra, permanecer na terra apesar das adversidades político-econômicas, lutar por seus direitos e acessos, lutar pela visibilização e reconhecimento de suas identidades, por condições de produzir na terra. Todas essas pautas podem ser reconhecidas na fala de Dona Francisca como um grito de emergência por uma reforma agrária que vá além do “corte” da terra: é necessária e urgente uma Reforma Agrária de verdade.

Bibliografia

BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O. (Orgs.) **Geografias da Soja: A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2009.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar 228 de 22 de novembro de 2012. Dispõe a instituição do complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte, nos termos do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 8.447 de 6 de maio de 2015.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura Agrária: o processo de Penetração numa área da Transamazônica**. Manaus. UEA Edições, 2013.

Sobre os autores

Francisca Pereira Vieira – Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (Assimqcb) – Buriti do Tocantins, Tocantins, Brasil.

Mariana Conceição Leal Nóbrega – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Mestrado Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Débora Assumpção e Lima – Graduação em Geografia Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestrado Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0571-1314>

Como citar este artigo

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência. **Revista NERA**, relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras **Francisca Pereira Vieira, Mariana Conceição Leal Nóbrega e Débora Assumpção e Lima**. O conteúdo da entrevista tem como cerne a participação e conhecimento de **Francisca Pereira Viera**. A concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas por **Débora Assumpção e Lima** e **Mariana Conceição Nóbrega**. Os procedimentos técnicos e tradução do artigo forma feitos por **Débora Assumpção e Lima**. Todas as autoras estão cientes da versão final do trabalho

Recebido para publicação em 13 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 14 de janeiro de 2019.

Aceito para a publicação em 30 de janeiro de 2019.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile**. Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16, n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15, n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta produtividade: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre**

Lula y el MST. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária**. Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural**. Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo**. Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo.** **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini**. Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense**. Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Gláucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará**. Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUN, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos en la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canvieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinanças e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no**

Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturção territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joandreson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D’Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelмира Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsion universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sérgio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança**. Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas**

na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil). Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. "The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros* in the middle São Francisco: state planning and labor mobility. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.